

EUCLIDES ANDRÉ MANCE

GLOBALIZAÇÃO, LIBERDADE E EDUCAÇÃO
- Desafios e Contradições das Sociedades Contemporâneas.

Mestrado: Educação

UFPR-CURITIBA
1998

EUCLIDES ANDRÉ MANCE

GLOBALIZAÇÃO, LIBERDADE E EDUCAÇÃO
- Desafios e Contradições das Sociedades Contemporâneas.

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Universidade
Federal do Paraná, como exigência
parcial para obtenção do título de
Mestre em Educação, sob
orientação do Professor Doutor
Domênico Costella.

Resumo

A atual etapa de globalização capitalista engendra complexos fenômenos econômicos, políticos e culturais interligados que condicionam o exercício das liberdades públicas e privadas, tanto de coletividades inteiras quanto dos indivíduos em particular. A atual revolução tecnológica, a organização dos mega-mercados, a economia dos bens intangíveis, os fenômenos de produção de subjetividade e a propagação do neoliberalismo como modelo político legitimador de uma nova ordem excludente, configuram um cenário desafiador e contraditório em que amplas ações educativas - mediadas por inúmeras organizações da sociedade civil e da sociedade política - se desenrolam de modo hegemônico ou contra-hegemônico.

Considerando as várias interfaces da atual etapa de globalização do capitalismo e buscando compreendê-lo conceitualmente - a fim de poder explicitar a educação como mediação da liberdade no contexto da globalização - o presente estudo analisa - desde uma perspectiva de semiótica política - a conversibilidade dos signos em capitais e certos aspectos das semioses hegemônicas de produção de subjetividade. Algumas modalidades da referida conversibilidade somente se realizam operando tais processos de produção de subjetividades que, em sentido amplo, são processos educativos. Sendo a educação uma atividade centrada na elaboração e interpretação de signos que medeiam processos formativos e informativos vinculados a uma práxis social determinada, e tendo o capital se tornado o sistema semiótico modelizante principal - capaz de sobrecodificar os mais variados signos das diversas culturas particulares convertendo-os em valor de troca - a questão que se coloca é como ampliar, particularmente através da educação, os exercícios de liberdade pública e privada - o que supõe ações coletivas a partir de uma posição de classe com vistas a construir uma hegemonia alternativa à globalização capitalista neoliberal.

Neste sentido, após explicitar as categorias de liberdade e classe social, este estudo considera alguns aspectos da práxis educativa operada pelos movimentos sociais-populares, alguns elementos da educação formal como crítica da cultura, bem como as interfaces entre ambas quando concebem a educação como mediação do exercício da liberdade para a construção da cidadania.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Projeção de Crescimento Demográfico por País Selecionado em Milhões de Habitantes para 1986 e 2010.....	12
Tabela 2 - Quadro Comparativo dos Principais Blocos Econômicos em 1996	21
Tabela 3 - Taxa de Crescimento Econômico Médio por Década por País entre 1960 e 1990	22
Tabela 4 - Evolução de Balança Comercial e Desemprego por Países Selecionados	33
Tabela 5 - Taxa de Desemprego sobre a População Economicamente Ativa	37
Tabela 6 - Evolução da Dívida Externa em Países sob Ditaduras Recentes	47
Tabela 7 - Evolução de Taxas Anuais de Juros Internacionais que Incidiam sobre as Dívidas Externas no período de 1977 a 1980	47
Tabela 8 - Taxa Média Anual de Inflação por Período para Países Credores e Devedores em Relação a Empréstimos Internacionais	48
Tabela 9 - Ranking da Sociedade em Rede em 1996	81

Lista de Figuras

Figura 1 - Exemplo Didático da Possibilidade de Classificação de Atores Sociais no Campo da Produção Formal	124
Figura 2 - Exemplo Didático da Possibilidade de Classificação de Atores Sociais no Campo da Produção Informal	125
Figura 3 - Exemplo Didático da Possibilidade de Classificação de Atores Sociais no Campo da Reprodução Social	127
Figura 4 - Exemplo Didático da Possibilidade de Classificação de Atores Sociais no Campo dos Conflitos Culturais	128
Figura 5 - Níveis de Semiose	221

Sumário

Resumo	iii
Lista de Tabelas	iv
Lista de Figuras	v
Introdução.	1
1. Globalização - Das Caravelas à Internet: a Nova Era dos <i>Navigators and Explorers</i>	5
1.1 Globalização e Reconfiguração do Domínio dos Capitais na Nova Ordem Mundial. . . .	11
1.1.1 Aspectos da Atual Revolução Tecnológica	11
1.1.2. Concentração e Internacionalização do Capital	14
1.1.3. A Regionalização do Mundo	17
1.1.4. Mudanças na Cadeia Produtiva	23
1.1.5. Substituição de Matérias-Primas.	24
1.1.6. Restruturação e Racionalização Empresarial	27
1.1.7 A Economia Baseada no Conhecimento	30
1.1.8 A Modernização Conservadora	32
1.2. Globalização e Pobreza no Mundo	39
1.2.1 O Drama do Desemprego e do Emprego Precário.	39
1.2.2 A Concentração de Renda e o Aumento da Pobreza.	44
1.2.3. O Peso das Dívidas Externas	46
1.2.4. O Peso das Dívidas Internas	48
1.3. A Globalização e a Nova Geopolítica Internacional	49
1.3.1. Do Fim da Guerra Fria aos Novos Parâmetros da Intervenção Geopolítica	50
1.3.2. O Conflito entre Norte e Sul, Ricos e Empobrecidos	54
1.3.3 Globalização e Neoliberalismo	56
1.4 Globalização e Urbanização	62
1.5 Globalização e Degradação Ambiental	65
1.6 Globalização e Produção das Subjetividades	68
1.7 Globalização e a Revolução Digital	71
1.8 Globalização, Planetarização e Mundialização.	82
1.9 Algumas Conseqüências da Nova Ordem Mundial para o Terceiro Mundo	87
2. Capitalismo Globalizado - As Bases da Atual Acumulação Capitalista.	89
2.1 A Mais-Valia Virtual	91
2.2 A Ciência como Valor Econômico	95
2.3 A Produção de Subjetividade como Mediação de Reprodução do Capital	98
2.4 Capitalismo Globalizado e Semiose: Sobre os Valores de Uso e Troca Virtuais	101
2.4.1 A produção virtual de valores de troca imaginários - A semiose capitalística em que o signo necessita do objeto-suporte ou pela qual o objeto-suporte se converte em signo.	102
2.4.2 O signo como capital virtual - A semiose capitalística em que o signo prescinde do objeto-suporte.	105
2.4.3 O Signo transformando virtualmente o objeto-suporte - A semiose capitalística que virtualmente gera espaços objetivos urbanos com valor de troca.	107
2.4.4 O aumento de capital pela modelização de objetos virtuais - A semiose capitalística em que os signos, modelizando outros signos, aumentam o capital virtual.	108
2.5 Do Capital Fictício ao Capital Virtual	110

2.6 O giro do capital sob o Capitalismo Globalizado.	119
3. Análise de Classes Sociais - Compreendendo os Conflitos Contemporâneos.	121
3.1 Sobre o Estatuto Teórico do Emprego de Classes Sociais	122
3.2. Analisando a Realidade dos Conflitos Históricos sob o Capitalismo Globalizado	123
3.2.1 O Conceito Abstrato de Classes Sociais no Campo da Produção	123
3.2.2 O Conceito Abstrato de Classes Sociais no Campo da Reprodução Social.	126
3.2.3 O Conceito Abstrato de Classes Sociais no Campo dos Conflitos Culturais	128
3.2.4 Sintetizando os Conceitos Abstratos de Classes Sociais para chegarmos ao seu Conceito Concreto.	129
3.3. Análise de Classes no Capitalismo Globalizado	132
4. A liberdade Situada na Era do Capitalismo Globalizado	134
4.1 Categorizando a Liberdade	134
4.2 Globalização e Liberdade	141
4.2.1 As Condições Materiais do Exercício da Liberdade	142
4.2.2 As condições Políticas do Exercício da Liberdade	143
4.2.3 Informação e Educação como Condições do Exercício da Liberdade.	146
4.2.4 As Condições Éticas do Exercício da Liberdade	148
5. Educação - Globalização e Liberdade	150
5.1 A Práxis Educativa como Dialética Semiótica	150
a) Educação como Ação Cultural	150
b) Auto-ícone, Individualização e Singularização	153
c) Educação e Utopia	156
5.2 A semiose educativa do capitalismo globalizado.	160
5.3. Educação Formal e Crítica da Cultura	162
5.3.1. A informação como Elemento Básico da Interação Humana	165
5.3.2 Localizando a Informação	166
5.3.3 Interpretando a Informação	166
5.3.4 Educação, Posição de Classe e Conflitos Sociais.	168
5.3.5 Objetivos da Educação para a Cidadania	170
5.3.6 Educação e Movimentos Sociais	175
5.3.7 Escola e Contradições Sociais.	176
5.3.8 Contribuição dos movimentos sociais para a prática escolar.	179
5.4 A Educação sob a atual etapa do capitalismo globalizado.	181
5.5 A Educação como fator de produção sob o quadro das políticas globalizantes do Banco Mundial	181
5.6 A Educação como mediação de libertação e da cidadania.	184
Considerações Finais.	188
Glossário	191
Bibliografia	229

Introdução.

Esta dissertação analisa o complexo problema do exercício pessoal e coletivo da liberdade - atualmente condicionado pela situação da globalização - que tem na educação uma de suas mediações fundamentais. No correr do texto desdobramos reflexões que integram, principalmente, elementos filosóficos, econômicos e sociológicos sem os quais qualquer análise do problema torna-se gravemente deficitária. Partindo de alguns pressupostos formulados no âmbito da semiótica, mantemos a elaboração teórica sobre o tema em um nível conceitual, evitando a mera apresentação de uma posição ideológica sobre o assunto - embora não se possa negligenciar que toda elaboração conceitual mantenha viva relação com formas de representação ideológica. Sabendo que a compreensão da passagem de uma a outra exige, necessariamente, uma reflexão capaz de distinguir os índices de realidade manifestos pela teoria e uma virtual simulação que nos leva a compreender o real com um conjunto de representações que não lhe corresponde satisfatoriamente, buscamos disponibilizar um repertório de dados - com a indicação das referidas fontes - para servir de baliza ao juízo sobre a consistência analítica da investigação.

Sob a perspectiva filosófica que assumimos, a liberdade é um exercício humano de realização histórica que supõe condições materiais, políticas e informativo-educacionais. Dado o caráter democrático que deve prevalecer em sua realização, a orientação ética do exercício da liberdade é também um de seus condicionantes principais. Considerando, pois, tais condições, compreendemos a libertação como movimento de realização da liberdade, historicamente sempre limitada e condicionada sob um conjunto de possibilidades situadas - libertação que necessita criticar os seus próprios limites situacionais para que estes possam ser superados em um movimento contínuo de transformação de todas as estruturas, códigos, e processos que impedem a realização singular dos seres humanos para o exercício mais ilimitado de sua própria liberdade.

Sendo assim, para considerarmos, de maneira conceitual, o exercício da liberdade em meio ao atual processo de globalização e a educação como uma de suas mediações, dividiremos nossa reflexão em cinco partes. Na primeira, *descreveremos* a atual globalização sob vários aspectos, resgatando inúmeros índices da realidade atual a fim de atingirmos uma compreensão articulada e detalhada do problema. Abordaremos o movimento de reconfiguração do domínio dos capitais na nova ordem mundial, a ampliação da pobreza no mundo, a nova geopolítica internacional, o neoliberalismo, o fenômeno mundial de urbanização com os conflitos que lhe são inerentes, o processo de modelização semiótica das subjetividades, os fenômenos provocados pela revolução digital - como a economia dos bens intangíveis, a aceleração do movimento dos capitais voláteis, o surgimento de comunidades virtuais, etc -, as relações entre globalização, mundialização e planetarização e a emergência de novas formas de totalitarismo sob a configuração dos regimes globalitários. Na segunda parte esclareceremos que a atual globalização pode ser caracterizada como uma nova etapa do capitalismo em razão, especialmente, da emergência econômica de valores de uso e troca virtuais e de significativas alterações no processo produtivo que ampliam ainda mais a concentração do capital. Analisaremos o valor econômico de troca dos signos e introduziremos a categoria de capital virtual, considerando a reprodução digital de softwares, o movimento dos capitais especulativos, o consumo de objetos simbólicos agenciados com a produção de subjetividades e a modelização semiótica dos objetos reais - em nível de secundidade semiótica - alterando seu valor de uso e troca. Na terceira parte desenvolveremos uma breve reflexão sobre a possibilidade de analisarmos conceitualmente os conflitos sociais sob o capitalismo globalizado - sejam no campo das atividades produtivas, na esfera da reprodução social ou no nível cultural -, explicitando um procedimento teórico de abstração e síntese que nos parece adequado a uma concreta compressão das classes sociais. Na quarta parte detalharemos o significado da categoria de liberdade com qual operamos e analisaremos, de modo conciso, como os elementos necessários ao exercício concreto da liberdade não são socialmente disponibilizados sob as dinâmicas do capitalismo globalizado. Por fim, na quinta parte, consideramos a práxis educativa como uma dialética semiótica que se efetiva na forma de ação cultural, discorrendo sobre a semiose educativa modelizada pelo capitalismo globalitário, o caráter da educação formal e seu papel na crítica da cultura, a ação educativa dos movimentos sociais e sua contribuição para a prática escolar, considerando o caráter da educação como mediação de libertação e de cidadania.

Durante a exposição certas idéias serão algumas vezes retomadas em diferentes contextos em razão das necessárias mediações analíticas indispensáveis para destacar as interfaces dos diferentes elementos particulares tendo em vista a compreensão complexa do tema em sua globalidade. Por outra parte incluímos nas notas de rodapé a exposição de elementos gerais complementares e comentários circunstanciais, bem como, em um glossário, a explicação de termos e conceitos, a fim de não quebrarmos a cadência no desenvolvimento do corpo principal do trabalho, munindo entretanto o leitor de informações e interpretantes necessários ao acompanhamento adequado da investigação.

Convém esclarecer ainda, quanto à consistência teórica do trabalho, o procedimento desenvolvido nos cinco capítulos. O primeiro deles é uma descrição de vários elementos da realidade efetiva que, por suas mediações, configuram a globalização. Tratam-se de informações recolhidas de jornais, revistas, obras de referência geral, livros, artigos especializados, documentos elaborados por ONGs, órgãos governamentais nacionais, organismos internacionais, etc. Sob a abordagem semiótica que adotamos, valemo-nos de

tais fontes para, especialmente, apontar determinados signos indiciais que elas disponibilizam e, secundariamente, para apontar divergências na própria interpretação de tais signos - por exemplo, o significado da atual revolução tecnológica como responsável pela elevação do atual número de desempregados ou como responsável pela possível gênese de uma nova onda de crescimento econômico que seria geradora de um número maior de empregos. Em sentido estrito, *índice* não significa propriamente uma cifra, proporção ou percentagem. Trata-se de um signo que faz parte do próprio objeto dinâmico que ele significa - como a fumaça indica o fogo, as rugas e cabelos brancos indicam a velhice de quem os tem, como a febre indica algum problema de saúde, etc. Considerando-se um dado conjunto de elementos pode-se estabelecer cifras sobre peculiaridades indiciais desses elementos, relacionado-se as partes e o todo. Assim, por exemplo, considerando-se as crianças de um país pode-se estabelecer cifras sobre o percentual delas que portam o índice de não freqüentar a escola, que comportam o índice de manter relações sexuais em troca de dinheiro ou o índice de morrer subnutridas, entre inúmeros outros índices que podem ser considerados. Por outra parte, considerando-se os gastos governamentais também se pode estabelecer cifras sobre os índices de gastos com pagamentos da dívida externa e interna, com programas para manter as crianças nas escolas, para garantir alimentação a populações pobres, etc. Na avaliação desta primeira parte, há que considerar-se se os índices referidos realmente existem, se o conjunto das cifras apontadas aproximadamente lhes corresponde e se as interfaces apontadas entre eles se verificam historicamente.

No segundo capítulo analisamos algumas interfaces e mediações do sistema econômico vigente na etapa atual de globalização. Para tanto, apresentamos algumas categorias analíticas e estratégias teóricas peculiares à semiótica política, que tornam compreensíveis a elaboração de outras categorias que resultam em nossa pesquisa do processo de abstração conceitual sobre os índices gerados por objetos dinâmicos reais, apresentados no capítulo anterior. Na avaliação desta parte, há que se considerar se as categorias analíticas adotadas e a estratégia teórica em que estão articuladas permitem a compreensão, sem contradições formais, dos fenômenos a que se voltam sem contradizer os índices de realidade. O que se questiona, então, é a capacidade de explicar conceitualmente fenômenos econômicos centrais ao capitalismo globalizado em sua etapa atual, permeado por semioses em movimentos de produção de subjetividade.

No terceiro capítulo agrupamos os atores sociais em classes, considerando índices específicos, tendo em vista compreender posteriormente o papel da educação frente às contradições sociais. Para refutar a consistência desta parte, há que se provar que não se pode classificar atores sociais a partir de índices, tais como, a sua propriedade - ou não - sobre meios produtivos, a sua disposição - ou não - de meios para realizar a reprodução social coletiva, a sua assunção de padrões morais autoritários ou padrões éticos libertários e, por fim, a sua posição prática frente aos conflitos nesses três âmbitos de indicadores anteriormente considerados.

No quarto capítulo consideramos algumas condições básicas ao exercício das liberdades pública e privada e ao caráter ético de tal exercício; criticamos então o atual modelo de globalização a partir destes elementos. Para refutar a consistência deste capítulo deve-se provar que é possível garantir simultaneamente o exercício da liberdade pública e privada prescindindo de alguma das condições elencadas ou provar que o capitalismo globalizado - em seus índices atuais - garante a todos, por ele atingidos, as condições necessárias ao exercício das liberdades pública e privada, anteriormente consideradas.

No quinto capítulo destacamos que a educação é uma ação cultural mediadora da produção de subjetividades pelo modo como seleciona informações e dispõe a subjetividade frente a estas, pelos interpretantes que agencia sobre os objetos ou processos culturais e naturais - movendo o indivíduo a uma certa compreensão de si mesmo e do mundo em que está inserido (a partir de alguma semiose hegemônica nos diversos campos particulares da cultura), bem como, a uma certa conduta ética e política frente às contradições sociais (em razão dos interpretantes a partir dos quais os compreende). Propomos que a ação educativa seja um movimento sógnico mediador de libertação e cidadania. A refutação deste capítulo necessita provar que a educação não é ação semiótica e não produz subjetividades, que a seleção de informação, a geração de interpretantes, bem como, as condutas éticas e políticas resultantes dessas semioses, nada tenham a ver com exercícios de poder ou uma certa concepção de sociedade.

Quanto à metodologia empregada, salientamos também que, embora tenhamos levantando uma ampla informação indicial, algumas cifras citadas na primeira parte deste estudo - dada a variedade de fontes recorridas - possam sofrer certa variação em razão dos métodos de pesquisa adotados pelos organismos que as realizam ou por alguma possível imprecisão no processo de sua divulgação pelos diversos órgãos de comunicação, imprensas, editoras, etc. Optamos por recorrer a fontes jornalísticas e a organismos especializados em análises conjunturais com a finalidade de resguardarmos, no primeiro capítulo em particular, a melhor atualidade possível dos dados sobre os quais operamos. As recentes crises econômicas que envolveram países asiáticos, do leste europeu e da América Latina, com repercussões mundiais, ensejaram o debate em torno de novos indicadores e teses que serão apenas parcialmente considerados.

1. Globalização - Das Caravelas à Internet: A Nova Era dos *Navigators and Explorers*.

O termo globalização tem sido empregado ultimamente para caracterizar o fenômeno de interdependência e integração mundial de atividades econômicas sob o influxo dos desdobramentos de uma nova revolução tecnológica. O processo de globalização, contudo, para ser historicamente compreendido de modo adequado deve ser remontado à época da colonização do Novo Continente e acompanhado através da partilha do mundo pelas grandes potências capitalistas neocoloniais no século XIX e pela constituição de blocos hegemônicos no pós-Segunda Guerra Mundial.

Foi na era das caravelas que o mundo configurou-se praticamente como redondo, como global, tendo os navegadores demonstrado pela primeira vez as suas reais dimensões, circunavegando-o e estabelecendo linhas de comércio através dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico¹. O contato travado com novas culturas e a aventura das navegações suscitavam a imaginação européia e foram geradores de férteis idéias. No dizer do poeta, com a velocidade dos ventos as embarcações cruzavam os mares, instituindo a esperança do regresso, a noção do espaço para a volta, e ainda, a saudade como experiência do tempo e da ausência na distância. Do ponto de vista econômico, a invenção de navios rápidos barateou o comércio marítimo e possibilitou a interligação econômica dos continentes. Esta nova tecnologia da época foi desenvolvida e bastante explorada, a princípio, por portugueses e posteriormente por espanhóis, franceses, holandeses e ingleses.

A partir do século XV tem-se o início do capitalismo na Europa Ocidental, que até o século XVIII se desenvolve em sua fase de capital mercantil, contando com o valioso instrumento das navegações. As medidas econômicas mercantilistas adotadas pelas nações européias naquele período visavam fortalecer o Estado e se caracterizavam pela intervenção dos governos na economia. Com a finalidade de alcançar superávites comerciais que possibilitavam acumular metais preciosos, estas nações incentivavam as manufaturas, praticavam protecionismo alfandegário e concediam monopólios específicos. O colonialismo pré-capitalista, imediatamente anterior a este período, centrava-se na busca de matérias-primas e preciosidades em metal e pedras, bem como, na extração de tributos dos povos colonizados. Ele tinha no controle político o seu mecanismo essencial. A expansão do capitalismo com a Revolução Comercial do século XVI desenvolveu

¹ Nesta saga exploratória européia, alguns momentos ganham especial significação. Em 1415 têm-se o início da expansão marítima portuguesa; seus navegadores descobrem a Ilha da Madeira (1419), os Açores (1430), Cabo Verde (1445) e São Tomé e Príncipe (1450); cruzam a linha do Equador em 1471, sendo os primeiros europeus a fazê-lo; descobrem o caminho marítimo para as Índias em 1488, passando pelo Cabo da Boa Esperança, no Sul da África e, em 1498, Vasco da Gama chega ao litoral indiano. Portugal, entretanto, recusara a proposta do italiano Cristóvão Colombo, feita em 1483, de atingir a Ásia navegando pelo Atlântico - proposta essa baseada em estudos de Giovanni Toscanelli e Pierre d'Ailly, assentados na tese do formato esférico da Terra. Por isso Colombo dirige-se para a Espanha em 1485, mas somente em 1492 seu projeto é aprovado por Isabel de Castela. Em outubro daquele ano, Colombo atinge o Novo Continente. Embora este evento tenha tido significativa repercussão histórica, outros navegantes anteriormente já haviam aportado nas costas do continente americano. Por sua vez, em 1500, os portugueses alcançam a costa do Brasil. Alguns anos depois, em 1513, o espanhol Vasco Núñez de Balboa descobre o Oceano Pacífico, após cruzar o istmo do Panamá. Por fim, Fernão de Magalhães, realizando uma viagem de circunavegação - a serviço da Espanha - no período de 1519 a 1522, passa pelo que ficou conhecido como estreito de Magalhães e alcança o oceano Pacífico, comprovando a globalidade da Terra.

mecanismos de controle essencialmente econômicos, não sendo essencial o controle político direto das áreas subjugadas, embora tal controle pudesse se constituir em alguma vantagem relativa. Assim, metais preciosos extraídos na América Latina - que não era diretamente controlada por ingleses - acabavam acumulados pela Inglaterra em razão de acordos comerciais desta com Portugal e Espanha. Será apenas após a Revolução Industrial² na Grã-Bretanha no século XVIII, que o colonialismo se tornará propriamente capitalista, passando a ocorrer a disputa por mercados e pelo controle geopolítico de várias regiões do globo. Assim, mesmo países que se tornaram politicamente independentes neste período, acabavam subsumidos sob uma nova forma de imperialismo.

No século XVI, a Espanha detinha o controle sobre grandes áreas do sul e norte da América. Os portugueses, por sua vez, já haviam organizado uma rede de entrepostos comerciais na rota para a Ásia. De sua parte, outras potências marítimas da época, localizadas no norte da Europa, como França e Holanda, interessaram-se pelas colônias ibéricas no novo continente. Valendo-se ou não da ação de corsários, elas passam a assaltar em mar aberto as frotas lusas e hispânicas, a invadir as colônias, saquear populações costeiras ou desenvolver atividades econômicas com a colaboração local. Já no século XVII a Holanda suplanta Portugal nas Índias Orientais; por sua vez Inglaterra e França, além de atuarem naquela região, desenvolvem atividades de colonização no continente americano. Não se tratava ainda, todavia, de uma disputa por mercados mas apenas por riquezas oriundas de um domínio colonial de caráter pré-capitalista.

Por sua vez, o Império Britânico, que se constituiu pelos séculos XVI e XVII, tinha na América do Norte seu principal foco de expansão, onde também desenvolveu a cultura do açúcar. Seu expansionismo estendeu-se pelo oceano Índico e sudeste asiático em razão do comércio de especiarias, levando-o a competir com Portugal e Holanda naquela região do globo. Após estabelecer-se na Índia, o Império Britânico fundou em 1600 a Companhia das Índias Orientais. As Guerras com a França no século XVIII forçam os franceses a se retirarem da América do Norte e da Índia. A remoção da ameaça francesa nas colônias da América do Norte contribuiu para a ocorrência da Revolução Americana, levando à decadência, neste continente, do primeiro Império Britânico. Por outro lado, o controle da Grã-Bretanha sobre as Índias ganhou estabilidade e serviu de base para atividades comerciais voltadas ao sul da Ásia e ao longo da costa da China. Por fim, várias expedições avançaram pelo continente africano, colocando várias áreas sob o controle britânico. No final do século XIX a África estava dividida entre forças européias que se rivalizavam.

² O termo Revolução Industrial foi inicialmente empregado para caracterizar o período de 1750-1830 em que, na Inglaterra, o emprego de novas tecnologias ampliou vertiginosamente a produtividade, provocando o êxodo rural de grande parte da população que sai da agricultura para ir trabalhar ou viver nas cidades. A indústria de tecidos de algodão foi a primeira a ser totalmente mecanizada no século XVIII e responsável por um aumento de produtividade impressionante. A industrialização, em geral, fez com que durante o século XIX o PNB per capita na Inglaterra crescesse aproximadamente 400% em termos reais. Assim, em meados do século XIX a Grã-Bretanha dominava a economia internacional e lançou sementes de industrialização por toda a parte exportando, além de seus produtos finalizados, também conhecimento, engenheiros, empresários e capital. Na Europa continental a revolução industrial se inicia na Bélgica em 1820, na França em 1830, na Prússia em 1840 e em 1870 a Alemanha era uma poderosa nação industrial. No continente americano, destacavam-se os Estados Unidos. Interessantemente na Bélgica, Alemanha e Estados Unidos - países que rapidamente se industrializaram - o processo de circulação de informações e mercadorias se agilizou em razão de que importaram a tecnologia ferroviária inglesa e implantaram extensas estradas de ferro. Outros processos rápidos de industrialização ocorreram na Rússia e Japão na primeira metade do século XX.

Nos séculos XVI e XVII - em razão das longas viagens marítimas intercontinentais - a ação de corsários e piratas se difundiu. Os corsários possuíam navios armados e, com autorização de seus governos, atacavam navios mercantes de países inimigos, tomando-lhes suas mercadorias ou dificultando-lhes o tráfego comercial. Os piratas, por sua vez, atacavam e roubavam em alto mar os navios que lhes aprouvessem, não se importando com autorizações de qualquer espécie. A pirataria e a corsagem projetaram personagens lendários como Francis Drake e Walter Raleigh³. Ambas as formas, contudo vieram a declinar no século XVIII quando vários Estados - defendendo princípios mercantilistas - deixaram de se valer de ações dos corsários e começaram a assumir políticas de repressão à pirataria. Exemplo desta conduta foi a organização pelo Reino Unido de forças anti-piratas para enfrentar os ataques que ocorriam nas costas das Índias Orientais.

Toda essa disputa geoestratégica, que sumariamente resgatamos aqui, evidencia que as políticas das potências na época já consideravam a globalização da circulação de bens e, progressivamente, destacavam a importância de manter hegemonia sobre regiões produtoras de matérias-primas e sobre mercados consumidores. Esta disputa somente foi possível em razão do desenvolvimento da tecnologia das navegações. Contudo, ela possibilitou mais do que isso. Como mediação-chave das comunicações e circulação de mercadorias - produtos agrícolas, matérias-primas, bens manufaturados e escravos - ela disponibilizou condições para o surgimento, pela primeira vez na história, de um mercado mundial e de uma indústria intercontinental, a indústria açucareira nas colônias - que resultou, a seu modo, de um capitalismo já “globalizado”. Como afirma Armando Cordova, a indústria açucareira sintetizava elementos produtivos e experiências de três continentes diversos: “a terra americana, a mão de obra africana, os meios de produção e a experiência tecnológica da Europa, combinação que exigia necessidades de capital desconhecidas até então em qualquer atividade agro-industrial...”⁴ Embora se tratasse de uma indústria inventada pelo nascente capitalismo da época - e não surgisse como evolução de algum modo de produção local - não era em si mesma uma empresa capitalista, pois valia-se da mão de obra escrava. Contudo, as unidades produtivas coloniais integravam-se ao mercado capitalista mundial em formação para o qual se destinava suas mercadorias, embora a reduzida demanda colonial por bens de consumo - motivada pelo emprego de trabalhadores escravos - limitasse uma incorporação sua maior ao mercado de bens industrializados. Justamente pela necessidade de expandir seus mercados consumidores, a Inglaterra - embora tenha se valido amplamente da mão de obra escrava em suas colônias - abole a escravatura em suas terras em 1807 e passará a lutar pelo fim desta prática econômica nos demais países, pressionando com isto a difusão do modo de produção capitalista e a reprodução de uma certa divisão internacional do trabalho. Progressivamente, até o fim do século XIX as economias pré-capitalistas mais expressivas são desarticuladas internamente - deixando de ser localmente auto-suficientes - e são integradas às economias metropolitanas sob a forma de um neocolonialismo - concentrando-se na produção de matérias-primas e alimentos aos países de capitalismo

³ Armando CORDOVA, “Formação Económico-Social de América Latina a fines del período colonial - I”. *Cuadernos Latinoamericanos*, N. 4, p. 65. Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos. Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela, 1989.

⁴ Armando CORDOVA, *op. cit.* p. 56. A indústria açucareira em seu auge foi, durante mais de um século, o mais importante setor do comércio internacional da Grã-Bretanha. Suas colônias no Caribe dedicaram-se amplamente à produção do açúcar e alimentaram um significativo intercâmbio comercial. Isto levou Adam Smith a afirmar que “os benefícios das plantações açucareiras de qualquer de nossas colônias das Índias Ocidentais são em geral maiores que as de qualquer outro cultivo conhecido, seja na Europa quanto na América.” Por sua vez, Sir Dalby Thomas, afirmava que “a alegria, a glória e a grandeza da Inglaterra tem sido sustentadas pelo açúcar mais que por qualquer outra mercadoria, não excluído a lã.” *Apud* Armando CORDOVA, *op. cit.*, p. 58

avançado -, ficando dependentes, muitas vezes, de uma certa monocultura, tornando-se, por outro lado, mercado importador de produtos industrializados.

Em síntese, o neocolonialismo desenvolveu-se ao longo do século XIX - como vimos - e início do século XX, com as potências capitalistas da época partilhando territórios da África, Ásia e certas áreas da América. Tratava-se de uma disputa por regiões ricas em matérias-primas - que abasteciam ou poderiam abastecer as economias dos países industrializados - e que se configuravam em novas áreas para investimento de capital excedente. Desta disputa participaram Reino Unido, França e Bélgica, potências que primeiro se industrializaram; Alemanha e Estados Unidos que se destacavam econômica e industrialmente a partir de 1870; Itália e Rússia que ainda iniciavam a sua industrialização e por fim o Japão⁵. Esta expansão das potências industriais a partir de 1870 também pode ser caracterizada com o termo imperialismo. É justamente o conflito entre as potências colonialistas deste período o que provoca a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, encerrando esta etapa do imperialismo. De 1914 a 1945 o imperialismo passa a se caracterizar pela expansão de Estados totalitários buscando ampliar seu controle político e econômico sobre regiões da Europa, Ásia e África, apoiados em ideologias fascistas, nazistas ou em uma deturpação autoritária do socialismo, provocando a Segunda Guerra Mundial. Somente após esta guerra o mundo assiste as lutas de libertação nacionais que levam à descolonização política da Ásia e África. O imperialismo, todavia, transforma-se a partir de 1945 em hegemonia política e econômica dos Estados Unidos e URSS em relação aos seus respectivos blocos.

Destes poucos parágrafos precedentes podemos concluir que o capitalismo surge em meio ao alvorecer do processo de globalização nas disputas comerciais e geopolíticas do século XVI. Uma das tecnologias fundamentais à interligação econômica dos continentes foi o aprimoramento da navegação, agilizando a circulação de informações e mercadorias. Curiosamente, o mundo atual assiste um novo salto tecnológico que vem aprimorando de maneira vertiginosa, entre outras coisas, a circulação de informações, de mercadorias virtuais e do capital. Trata-se da Tecnologia da Informação que, sendo aplicada à redes microcomputadorizadas de comunicação, nos introduziu em uma nova Era das Navegações. Com a velocidade da luz os *bytes*⁶ percorrem os cabos, ondas de rádio e de satélites: em poucos instantes o dinheiro aplicado no México migra para a Londres, Tóquio ou Nova York e depois segue o seu caminho virtual para multiplicar-se sob as altas taxas de juros no Brasil ou em outro mercado financeiro atraente. Em poucas horas se desenha a ruína econômica para um país e se confirma o aparente sucesso do ajuste econômico em outro. Mercadorias virtuais da nova era - softwares e tudo o mais que se constitua em produtos intangíveis - circulam pelas redes à velocidade da luz, podendo ser multiplicados infinitamente, seja legalmente pelos que detêm o seu *copyright* ou pela miríade de piratas da nova era que atuam na economia informal. Programas que se reproduzem por conta própria, contra a vontade dos humanos que sem saber os acionam, acabam por destruir dados e provocar perdas consideráveis no mundo todo, forçando a

⁵ Na cartografia do mundo, sob o neocolonialismo, tem-se o avanço britânico sobre a Índia, Egito, China e África Negra; o avanço francês no norte da África e em outros locais daquele continente, na Indonésia e na Indochina; a Bélgica ocupa o Congo; a Rússia, por sua vez, avança na Sibéria, Cáucaso e China; por sua parte, a Alemanha ocupa parcela da África Negra; o Japão avança sobre a Coreia, China e Indochina; por fim os Estados Unidos exercem seu domínio neocolonial sobre Cuba, Porto Rico, Filipinas, Guam, Samoa e Havaí.

⁶ Um *byte* corresponde a um grupo de oito *bits* com os quais se podem representar os números inteiros de 0 a 255, a partir dos quais se produzem, por exemplo, os caracteres alfanuméricos. O *bit*, por sua vez, é a fração mínima de informação digital ou a unidade básica de informação na informática. Trata-se da menor quantidade de informação que se possa transmitir ou processar através de computadores.

produção dos mais diversos anti-virus. Na era da Internet, a interação virtual em tempo real achatou o espaço e o tempo. Navega-se por bancos dados ou instituições financeiras de um país a outro, de um continente a outro com o simples toque em um mouse.

O mais interessante é que se a primeira revolução industrial substituiu a força mecânica humana e animal por outras fontes de energia com as mais diversas formas de conversão, a atual revolução tecnológica vai substituindo progressivamente funções que dependiam do pensamento e sentidos humanos. Não se trata apenas de situações em que computadores, dispondo de informações de rádio e radar, conduzem aviões ou mísseis inteligentes, ou de situações em que sensores e controladores eletrônicos verificam ininterruptamente a qualidade da produção de bebidas, biscoitos, sorvetes, etc, mas de uma considerável parcela de serviços cotidianos que estão sendo eliminados, gerando uma significativa dispensa de trabalhadores do setor terciário, tais como secretários, telefonistas, bancários, balconistas, etc. Isso ocorre porque a digitalização do conhecimento tornou possível, inclusive, a transformação de alguns serviços em mercadoria - em software - que se desloca sem conhecer nenhuma fronteira. Assim, os computadores conectados à *grande rede*, deixaram de ser simplesmente processadores de dados, tornando-se potentes instrumentos de interação econômica - como foram as caravelas em sua época. As redes tornaram-se um meio de circulação de mercadorias e o dinheiro digital, transportado em bytes, ganha novas chaves de segurança a cada dia para enfrentar a ação dos muitos *crackers*, que também atuam como uma outra classe de *experts* piratas cibernéticos.

Se no século XVI têm-se o surgimento de um mercado mundial e a indústria do açúcar pode ser considerada a primeira que supõe processos econômicos globalizados ou intercontinentais e que necessitava agrupar os elementos produtivos em um mesmo local físico, agora, no final do século XX, vemos por toda a parte que as novas tecnologias - em especial a informática aplicada às redes de comunicação - virtualizam cada vez mais a economia e possibilitam - em tempo real e no ambiente virtual - a interligação instantânea, em atividades produtivas, de elementos e ações que se realizam a partir de diversos locais físicos - separados pelas simples paredes de um escritório ou por oceanos inteiros. A aceleração da circulação de valores neste mercado mundial e a unidade virtual de processos produtivos fisicamente desagregados, são algumas das características, neste final de século, do início de uma nova fase do capitalismo, que na falta de melhor adjetivo, tem sido denominado como capitalismo globalizado. O neocolonialismo capitalista atual, sob uma roupagem neoliberal, atinge seu ápice na disputa de agentes privados por mercados e no enfraquecimento dos Estados em interferir na economia. De, outra parte, a quantidade de capital excedente - que não pode ser reinvestido na produção real, pois os mercados já estão saturados e faltam consumidores com poder aquisitivo para adquiri-los - migra para atividades especulativas de toda ordem.

Curiosamente, vemos também que a atual pirataria - de softwares, fitas cassete e de uma infinidade de produtos sobre os quais são aplicados etiquetas e rótulos fraudulentos que vendem o simulacro como se fosse o "original" - encontrou seus milhões de personagens na economia informal do mundo todo que, embora nada se pareçam com os piratas dos séculos XVI a XVIII, também são perseguidos pelos Estados, os quais, unificando suas ações em seu combate, estabelecem legislações internacionais sobre patentes e *copyrights*. Entretanto, apoiados em tais legislações, ou valendo-se de suas brechas, laboratórios multinacionais, que praticam a bioprospecção em todo o planeta, coletam amostras de bactérias, plantas e animais das antigas colônias - que detêm ainda grande parte da biodiversidade mundial - e, por fim, patenteiam, em proveito próprio,

remédios conhecidos por aborígenes a milênios ou colocam a disposição comercial, nos mercados de biotecnologia, amostras genéticas de índios da Amazônia ou de populações africanas - entre outras ações no ramo.

Claro está que a informática é apenas um aspecto da atual revolução tecnológica. Empresas que se valem de conhecimento-intensivo e Estados que financiam altos estudos científicos mantêm laboratórios e instituições empregando milhares de pessoas em atividades de pesquisa e desenvolvimento. O desenvolvimento de semicondutores nos anos 60, do conhecimento genético nos 70, da micro- ou nano-tecnologia nos anos 80, bem como a manipulação de materiais em níveis atômicos nos anos 90, vem possibilitando o acúmulo de novos conhecimentos científicos que se consubstanciarão em transformações tecnológicas nas próximas décadas que são imprevisíveis. Contudo já é perceptível que a tecnologia da informação, a biotecnologia e a tecnologia dos materiais, não apenas já alteraram a divisão internacional do trabalho, como também provocaram um aumento de produtividade sem precedentes em todos os setores da economia. Percebe-se também que é cada vez maior o número de desempregados pelo setor primário, secundário ou terciário em quase todos os países, aumentando o número de pobres e indigentes de maneira alarmante.

Por sua vez, a comunicação de massas, valendo-se dos conhecimentos de diversas ciências particulares, é uma nova tecnologia disponível para operar-se processos de produção de subjetividade, possibilitando agenciar ações de consumo e escolhas políticas, tornando-se o principal instrumento de hegemonia social. O marketing tornou-se um meio indispensável à disputa por mercados e muitas logomarcas passaram a valer mais que o próprio faturamento anual das empresas que as possuem. Nesta era da multi-mídia, certos atletas e artistas profissionais detêm uma riqueza superior ao PNB de muitos países.

Contudo, as novas tecnologias da comunicação contribuíram para que, ao lado da globalização, tenhamos também um processo de mundialização e de planetarização. Fenômenos de pressão política entre países ou a articulação de movimentos sociais e culturais internacionais, ganham novos contornos. Declarações dos militantes zapatistas de Chiapas, por exemplo, navegam o mundo todo pela Internet pouco tempo depois de terem sido publicadas. Em consequência, a atenção internacional àquele movimento, às suas reivindicações, idéias e à situação concreta do conflito, acabam interferindo na resposta dada ao movimento pelas forças militares do governo mexicano em momentos críticos.

Todavia, embora iniciativas localizadas em defesa da cidadania ocorram e algumas delas tenham envergadura internacional, uma nova forma de totalitarismo se espalha pelo mundo consubstanciando-se em regimes globalitários que formalizando aos máximo os instrumentos “democráticos” os esvaziam como mediação garantidora da liberdade pública em um fenômeno de virtualização da política e da cultura. A autonomia sobre as mediações materiais da liberdade pública é transferida para algumas centenas de mega-empresas privadas que controlam a economia dos países, realizando o movimento de acúmulo de capitais em detrimento da promoção da cidadania, subordinando direitos sociais à razão competitiva do lucro, impondo a desregulamentação, a privatização de serviços públicos, o livre-comércio e a organização de mega-mercados. O regime globalitário configura-se deste modo, como uma nova versão do imperialismo, neste período pós-guerra fria.

Sob os quadros de expansão e acentuamento deste modelo de poder globalitário, configura-se a nova era dos *navigators and explorers*, uma nova era de fascínio com as novas possibilidades tecnológicas, acompanhada de incertezas e inseguranças. Se a tecnologia do tráfego digital de informações amplia virtualmente o exercício da liberdade de todos, por outro lado - efetivamente - ela aprimorou de maneira incomensurável equipamentos de hegemonia social que - sob a mesma lógica de geração do lucro - medeiam a disciplinarização de comportamentos sociais. Nas próximas oito seções que compõem a primeira parte deste trabalho apresentaremos de maneira abrangente e documentada - na medida do possível - os principais aspectos que caracterizam esta nova configuração mundial.

1.1 Globalização e Reconfiguração do Domínio dos Capitais na Nova Ordem Mundial.

Nas subseções deste item analisaremos: a) os aspectos abrangentes da atual revolução tecnológica e alguns de seus desdobramentos no processo produtivo; b) o fenômeno da concentração e internacionalização do capital; c) o processo de regionalização do mundo em blocos econômicos em razão das disputas empresariais por grandes mercados; d) as mudanças na cadeia produtiva; e) o fenômeno da substituição das matérias-primas e a importância crescente da biotecnologia; f) a reestruturação e racionalização empresarial; g) a expansão da economia baseada no conhecimento; h) por fim, trataremos do caráter politicamente conservador da modernização econômica mundial. O que importa destacar é que esta nova ordem mundial se impõe por pressões dos movimentos do capital, não sendo entretanto a única configuração possível das relações econômicas internacionais.

1.1.1 Aspectos da Atual Revolução Tecnológica

Entre os anos de 1945 a 1975 verificou-se um significativo crescimento econômico dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão. Se a guerra acelerou a produção industrial em certos setores, a situação do pós-guerra, exigindo a reconstrução de grande parte do parque industrial europeu, contribuiu para a sua modernização, com o emprego de novas tecnologias. Nesses 30 anos os países que chamaremos “de capitalismo avançado” ou alguns em “desenvolvimento” cresceram a taxas de 4% a 10% ao ano⁷. A partir de 1975, contudo, este crescimento diminuiu. Entre 1974 a 1979 desenrola-se a crise do petróleo, encarecendo profundamente a produção e ocorre a saturação dos mercados consumidores dos países industrializados, com as taxas de crescimento econômico caindo, neste período, ao nível de 2% a 3% ao ano. As multinacionais, com seus investimentos alterados pela crise do petróleo, começam a repensar suas estratégias, preocupadas especialmente com a futura colocação de seus produtos nos mercados, uma vez que, demograficamente, a população do hemisfério norte parava de crescer. As projeções demográficas (ver tabela 1) e de consumo já indicavam que no ano 2010 aquela população seria igual a dos anos 80, e consumiria 65% a 70% de toda a produção mundial. Tais indicadores apontavam, portanto, que as estratégias das empresas não deveriam se voltar prioritariamente a um aumento quantitativo da produção, mas sim ao aprimoramento da sua qualidade, bem como a baixar o preço do produto final, reduzindo os custos do processo produtivo - condições essenciais para disputar os mercados em saturação. .

⁷ Ver Glossário - “Países de Capitalismo Avançado”

Tabela 1 - Projeção de Crescimento Demográfico por País em Milhões de Habitantes para 1986 e 2010.

País	Ano 1986	Ano 2010	País	Ano 1986	Ano 2010
EUA	242	250	China	1.054	1.510
Japão	121	119	Índia	781	1.680
Alemanha*	61	57	Indonésia	166	370
Inglaterra	57	57	Brasil	138	220
			Paquistão	99	310

* Projeção realizada antes da reunificação da Alemanha sobre a população da RFA.

Fonte: Quinzena⁸

Nas últimas décadas, em meio a esse quadro, um conjunto de significativas mudanças econômicas e culturais ocorrem. A chamada Terceira Revolução Tecnológica, que está na base desse processo, se desdobra em outras revoluções setoriais, entre elas, a biotecnológica, a industrial e a cultural. Denominadas por revolução - uma vez que efetivam mudanças estruturais nessas áreas - não significam, por outro lado, a constituição de uma nova sociedade que esteja voltada aos interesses das maiorias populares. Somente um conjunto de revoluções no campo da política, estabelecendo controles substancialmente democráticos sobre as estruturas econômicas e culturais, poderia conferir a tal revolução tecnológica um caráter popular.

As duas revoluções tecnológicas modernas, anteriores a atual, articularam-se com a pesquisa e o desenvolvimento de novas formas e conversões de energia, desdobrando-se na confecção de equipamentos que operavam, na primeira revolução industrial, com a energia a vapor, e, na segunda, com a energia elétrica e o petróleo - ambas aumentando imensamente a produtividade e modificando progressivamente o modo de organização das sociedades que passaram a girar em torno da indústria⁹. Embora a primeira revolução industrial tenha provocado também uma revolução na agricultura e na pecuária - pelo aumento da produtividade graças ao trator a vapor e aumento de produção de fertilizantes - ela não se configurou como uma revolução biotecnológica. A atual revolução tecnológica estabeleceu a primeira revolução na biotecnologia com a produção de híbridos, clones, manipulação genética, separação de moléculas por processos biológicos, etc; estabeleceu uma segunda revolução no campo das comunicações com a multimídia e as redes de informática, obsoletizando o telégrafo e superando o rádio, gerando novos equipamentos de produção de subjetividades; e provocou uma terceira revolução industrial, que se caracteriza em sete aspectos, segundo estudos desenvolvidos na UNICAMP - que apontaremos a seguir e analisaremos com mais detalhes nas seções posteriores.

Em primeiro lugar, o complexo eletrônico passa a ter um peso cada vez maior como motor da indústria. Isso pode ser verificado pelo crescimento da indústria micro-eletrônica

⁸ Fonte: *Quinzena* N.141, 30 jun 92, p. 17. CPV, São Paulo. Nesta projeção feita há quase dez anos atrás, algumas curvas demográficas mostraram-se pouco consistentes. Os últimos levantamentos demográficos nos referidos países apontam as seguintes populações em milhões de habitantes: EUA: 265; Japão: 125; Alemanha (pós-reunificação: 81; Inglaterra: 58; China: 1.234; Índia: 953; Indonésia: 200; Brasil: 164; Paquistão: 144.

⁹ Alguns analistas, retomando categorias do economista Joseph Schumpeter, que investigou o impacto da renovações tecnológicas na economia, afirmam que o capitalismo se move em longas ondas. Conforme esses estudiosos, a primeira onda (1780-1840) trouxe consigo a energia a vapor e a revolução industrial; a segunda (1840-1890) introduziu as ferrovias; a terceira (1890-1930) trouxe a energia elétrica; a quarta (1930-1980) alimentou-se do petróleo barato e generalizou o emprego do automóvel; a quinta longa onda (1980 -....) é alimentada pela tecnologia da informação. Essa caracterização não nos parece adequada.

que vai substituindo a indústria automobilística, caracterizada como motriz do período anterior. Neste novo período é a micro-eletrônica, a informática e a automação que estão na linha de frente do avanço industrial.

O segundo aspecto é a alteração das linhas de montagem com processos de automação robotizados e ações mais flexíveis para o operador humano.

A terceira característica são as alterações na concepção e no processo de trabalho. Neste processo, em função das rápidas inovações tecnológicas, a fábrica constitui-se em uma complexa organização que desenvolve uma inteligência que a torna capaz de aprender e ajustar-se rapidamente a cada nova mudança. Amplia-se o “poder de decisão” dos trabalhadores plenamente integrados - que são em número cada vez menor -, aos quais se solicita uma postura participativa, reduzindo-se a estrutura e as barreiras hierárquicas entre administradores e operadores.

O quarto aspecto é a mudança na estrutura e na estratégia das empresas, em que o *keiratsu* - modelo japonês que articula conglomerados e/ou *holdings* atuando em diversas áreas - passa a predominar.

O quinto aspecto são as mudanças na definição de quem é ou não competitivo. Não é mais considerado competitivo quem tenha recursos naturais abundantes ou mão de obra barata, mas quem tem capacidade de inovação em diversos aspectos: na forma de organizar o trabalho, gerir estoques e suprimentos, na engenharia aplicada, na motivação e qualificação da mão-de-obra, no controle de qualidade com técnicas e métodos aprimorados, etc.

O sexto item que caracteriza a atual revolução do modelo produtivo refere-se à ligação - intensa e efetiva - dos mercados cambiais, financeiros e de aplicação.

O sétimo aspecto é a realização de alianças que se verificam entre empresas de um mesmo setor, visando menor concorrência e maior concentração de capital. O desenvolvimento de novas tecnologias, elevando as concorrências por mercados, induziram as empresas a promoverem alianças. Conforme Peter Drucker, empresas se aliam para concorrer com outras e vencê-las, repartindo posteriormente os lucros. A integração dessas empresas considera também suas relações com universidades, institutos de pesquisa científica, governos locais, etc, associando-se em projetos de pesquisa e outros que lhes possam reverter vantagens.

O crescimento das indústrias no final do século XX vincula-se à aplicação tecnológica de descobertas ou desenvolvimentos científicos em variadas áreas, tais como: a compreensão da estrutura atômica e molecular alcançada com a física quântica, a bioquímica, a construção da lógica simbólica, a digitalização da informação, novas elaborações no campo da psicologia, etc. É devido ao entrecruzamento dos diversos campos de pesquisa e domínios tecnológicos no aprimoramento do processo produtivo, que inúmeras alianças acabam se estabelecendo entre empresas e grupos. Empresas farmacêuticas, por exemplo, acabam necessitando aliar-se a empresas e institutos especializados em genética; na área de informática, por sua vez, fabricantes de *hardware* se aliam a grupos que confeccionam e distribuem *softwares*. Essas alianças tornam-se imprescindíveis para inúmeras empresas que acabam tendo que disputar parceiros com outras concorrentes, fazendo concessões em troca de outras vantagens. Tais alianças são

normalmente estabelecidas sob estratégias complexas com objetivos e políticas pré-estabelecidos, envolvendo relacionamentos comuns entre si e com terceiros, mobilização de recursos humanos, sendo estabelecidos também, previamente, como e quando as próprias alianças serão encerradas.

Outras alterações também são marcantes. Até recentemente inúmeros setores comerciais estavam protegidos pelos governos nacionais; era comum retaliações políticas, sociais e econômicas decididas sob as diretrizes da política do *Big Stick*; havia um rígido corte entre local de trabalho e moradia, entre administradores e trabalhadores, entre executivos, acionistas, fornecedores, clientes; havia também uma ausência de comunicação direta entre os diversos níveis hierárquicos administrativos das empresas. Hoje, entretanto, em razão das transformações tecnológicas e de gerenciamentos tudo isso se modifica.

Com a globalização do mercado, as diversas empresas diversificam as suas atividades, fabricando uma gama variada de produtos que são comercializados nos diversos mercados consumidores do mundo, havendo a integração intercontinental dos mercados cambiais, financeiros e de aplicação. A comunicação instantânea transformou o mundo em uma aldeia global, no dizer Marshall McLuhan, onde informações selecionadas circulam pelo mundo - através das mídias de massa - formando opiniões e gerando vontades. As viagens à velocidade do som como que encurtaram as distâncias físicas, e a navegação da informação à velocidade da luz achatou o tempo - adjetivado agora como tempo real. Curiosos realinhamentos políticos, com o fim da Guerra Fria, tornam velhos inimigos em parceiros atuais em negociações e acordos internacionais. As mudanças demográficas alteram não somente a perspectiva de crescimento e estagnação populacional nos hemisférios sul e norte respectivamente, como também alteram estruturas geográficas e adensamento populacional em diversas metrópoles e megalópoles emergentes no mundo todo.

1.1.2. Concentração e Internacionalização do Capital

O processo de *concentração e internacionalização do capital* acelera-se rapidamente. A concentração do capital ocorre tanto quando as grandes empresas, disputando o mercado com as empresas menores, as colocam numa condição de prejuízo ou, ainda, de queda acentuada de desempenho - sendo em seguida compradas ou incorporadas pelas grandes empresas - ou quando grandes grupos se associam em empresas comuns. A internacionalização, por sua vez, ocorre quando as empresas buscam clientes e parceiros em outros países, em outros mercados.

Frente às mudanças que passam a ocorrer na economia mundial - aceleradas pelas multinacionais a partir de 1983 e 1984 - adaptam-se rapidamente os setores automobilísticos, eletrônicos e alimentação. Acirra-se a concorrência entre as maiores multinacionais nos 3 grandes mercados do mundo - o norte-americano, o japonês e o europeu. A Philips, por exemplo, bastante forte na Europa, se confrontava com a Mitsubishi do Japão, e com a GE dos Estados Unidos. Aos poucos a concentração do capital torna-se perceptível em diversos segmentos da economia - alguns deles sendo dominado apenas por quatro ou cinco mega-empresas que chegam a controlar, em alguns casos, até 80% do total da produção do setor¹⁰.

¹⁰ Em maior ou menor medida é o que ocorre no setor de pneus, café, refrigerantes, chá, cacau, entre outros. Há cerca de quinze anos, por exemplo, entre as 10 maiores empresas de pneus 4 eram

De outra parte, com a alta produtividade e a manutenção do mercado consumidor nos mesmos patamares, ocorre a saturação do mercado. Nesta situação - como já destacamos - a maneira das empresas manterem ou ampliarem seus lucros não é aumentar ainda mais a quantidade de produtos em oferta, mas sim aprimorar a sua qualidade e mobilizar, no consumidor, o desejo de adquirir determinados produtos. Assim, para crescer é necessário renovar os produtos e induzir os consumidores ao seu consumo, o que exige gastar mais em pesquisa e publicidade. A fim de diminuir os custos do produto final, busca-se então reduzir-se os gastos com matérias-primas e com os salários de trabalhadores diretamente agregados, optando-se por demiti-los e empregar tecnologias mais produtivas, bem como, em outros caso, pela contratação de serviços temporários. Por outro lado, diversas empresas - consolidando estratégias seguras de crescimento conjunto na exploração de um mesmo mercado - passam a realizar alianças entre si, concorrendo com grupos adversários locais que - por serem mais fracos - acabam sendo derrotados e incorporados¹¹

Os reflexos dessas alianças podem ser percebidos em vários aspectos. É comum entre as multinacionais que algumas realizem participações minoritárias em outras empresas que tanto atuam no mesmo país ou em outros mercados; é freqüente desenvolverem empreendimentos comuns em áreas de pesquisa como engenharia genética, biotecnologia, etc, ou realizarem consórcios na área de *marketing* envolvendo a venda de produtos da própria empresa associados a produtos de outras empresas; ou ainda através de manutenção de sociedades na implementação de projetos especiais - como os que dependem de tecnologias diversificadas de domínio de grupos alternativos ou na implantação de filiais -; seja enfim, no estabelecimento de licenciamentos cruzados para a composição de produtos finais.

originalmente americanas: Firestone, Goodyear, Uniroyal e Goodrich. A Firestone foi comprada pela empresa japonesa Bridgestone; a Uniroyal foi comprada pela Michelin, empresa francesa; por sua vez, a Goodrich comprada pela Continental, empresa Alemã; a Goodyear ainda resiste. O impressionante é que em 1985, apenas 10 empresas controlavam 80% da produção mundial de pneus. Já em 1992, somente 3 empresas dominavam 60% de toda a produção de pneus no mundo. Fonte: "Concentração e Internacionalização do Capital e regionalização do Mundo - Cadeia Produtiva e Processo de Concentração". in: *Quinzena* Nº 141, 30 jun 92, p.17-19. C.P.V. São Paulo.

¹¹ As alianças e associações se estabelecem sob diversas formas, seja como participação acionária, como *joint ventures*, na compra ou fornecimento de componentes, contratos de cooperação tecnológica, acordos de fabricação, montagem ou distribuição de produtos, bem como em ações de *marketing*. Tomemos como exemplo as alianças que se estabelecem no setor de automóveis a partir do quadro publicado em 1991 pela Ward's Automotive International, destacando algumas empresas de diversos países. A GENERAL MOTORS (EUA) incluindo Opel, Vauxhall, Holden's, Lous, Saturn, faz parceria com Bertone, Chrysler, Daewoo, Fiat, Ford, Honda, Isuzu, Nissan, Pininfarina, Renault, Rover, Saab, Suzuki, Toyota, VEB Automobile Works, Volvo, VAZ. Por sua vez, a VOLKSWAGEN (Alemanha) incluindo Audi e SEAT, faz parceria com AZNP, CNAIC, Fiat, First Auto Works, Ford, Mercedes Benz, Nissan, Porsche, Renault, Rover, Shanghai Auto Works, Steyr, Toyota, Volvo, VEB Automobile Works. De sua parte, a FIAT (Itália), incluindo Alfa Romeo, Autobianchi, Ferrari, Iveco e Lancia, mantém parcerias com Chrysler, De Tomaso, Ford, Fuji Heavy (Subaru), GM, Mazda, Nissan, Peugeot, Pininfarina, Pomol, FSM, Steyr, Volkswagen, Zastava. Por sua vez, a NISSAN (Japão), tem como seus parceiros: Daewoo, Fiat, Ford, Fuji Heavy, GM, Mazda, Mitsubishi, Peugeot, Second Auto Works, Siam Motors, Toyota, Volkswagen, Yue Long. Por outro lado, a PEUGEOT (França), incluindo Citroen, tem como parceiros CAC, Daihatsu, Fiat, Honda, Isuzu, Mazda, Nissan, Pininfarina, Renault, Rover, Steyr, Suzuki, Volvo. Já a VOLVO (Suécia), faz parceria com Bertone, Daewoo, Ford, Fuji Heavy, GM, Isuzu, Peugeot, Renault, Volkswagen. De sua parte, a ZASTAVA (Iugoslávia) faz parceria com a Fiat e Polmot FSO, enquanto a KIA (Coreia do Sul) tem como parceiros a Daihatsu, Ford, Mazda. Por fim, a FIRST AUTO WORKS (China) faz parceria com a Volkswagen. Fonte: "Relatório Reservado" 16 a 22 set 91 in: *Quinzena* Nº 125, 01 out 91, página 13. C.P.V. São Paulo.

No setor de informática essas alianças - dadas as peculiaridades dos desenvolvimentos de hardware e software - são vitais para as empresas, uma vez que nessa área vem ocorrendo um forte processo de concentração de capital. Citemos apenas alguns exemplos. A Cabletron, comprou uma divisão da SMC - uma das grandes fabricantes de placas nos EUA - que por sua vez já havia adquirido várias outras companhias; a 3Com, atuante no segmento de conectividade, comprou a Chipcom; a Cisco, por sua vez, adquiriu cinco empresas; já a IBM - após seus reajustes estruturais - comprou a Lotus Development Corporation por US\$ 3,5 bilhões; a Seagate propôs a aquisição da Conner Peripherals Inc. - que é a terceira grande produtora de discos nos EUA - por US\$ 1,1 bilhão. Neste setor, adquirir empresas rivais ou pequenos fabricantes que atuam em certos nichos é uma forma de garantir à empresa tecnologia de ponta e também estabilidade financeira. Por outro lado certos grupos de áreas diversificadas se unem para produzir mercadorias que enfrentem os grandes do setor. Assim, as empresas Sony, NEC, Nintendo, IBM e Netscape organizaram uma aliança com a finalidade de produzir um sistema *hardware/software* alternativo à atual arquitetura dos microcomputadores e ao ambiente Windows da Microsoft. Pela nova proposta, os computadores não terão necessariamente um disco rígido, e funcionarão conectados em rede. Além disso, o novo sistema possibilitará máquinas de video-game *on line*, e navegar na WEB a partir de telefones celulares. A aliança avança também na constituição da Internet TV - um sistema de TV via Internet. A Microsoft-NBC já opera articulando um canal de TV com a disponibilização na Internet de dados relacionados aos programas.

No setor das mídias e telecomunicações também se verificam megafusões. Só nos EUA foram 243 fusões em 1995. Entre as principais estão as seguintes. A Time Warner comprou a Turner Broadcasting System Inc., criando, desse modo, o maior conglomerado de lazer e mídia no mundo; fundiram-se, recentemente, a Capital Cities/ABC e a Disney; a CBS comprou a Telenotícias; por sua vez, “a Hughes Eletronics, filial da General Motors, anunciou a compra da empresa de telecomunicações por satélite PanAmSat por US\$ 3 bilhões. Surge assim a PanAmSat Corporation, que forma junto com a Hughes Communications Galaxy, do grupo Hughes, a maior empresa privada de satélites do mundo.”¹²

Importa mesmo destacar é que as grandes corporações transnacionais se expandem mundialmente concentrando um volume de capital impressionante, jogando um papel determinante na economia mundial. Entre 1989 e 1990, 622 das mil maiores empresas européias participaram de fusões que concentraram capital e fortaleceram as empresas¹³. Conforme uma investigação desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Estratégicos da USP, somente as 10 maiores empresas no mundo em 1994 - Mitsubishi, Mitsui, Itochu, Sumimoto, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell - obtinham um faturamento de, aproximadamente, US\$ 1,4 trilhão ao ano. Esse valor é muito superior ao PIB somado de todos os países que compõem o Mercosul, ou ao PIB de países como Reino Unido, França e Itália. Somente o PIB dos Estados Unidos, Japão e Alemanha, atingiram cifras superiores a essa no último período.

Apenas as 200 maiores corporações mundiais movimentam com suas vendas o equivalente a 28% da economia planetária. Os empresários que as controlam, no dizer de

¹² Gilson SCHWARTZ, “Megafusões animam setor de mídia”. *Folha de São Paulo*, 22-09-96 p. 2-2.

¹³ “Megaempresas e disputa entre blocos marcam a era da economia global - Tendência mundial é de formação de grandes mercados transnacionais e fusão de conglomerados”. *Folha de São Paulo*, 25-12-91, p. 2-1

Pepe Escobar, são “os donos da globalização”¹⁴. Eles investem em pesquisa e novas tecnologias, criam ou destróem empregos, determinam taxas de crescimento econômico ou também acabam ditando a cultura popular. Conforme o mesmo analista, os processos que esses senhores desencadeiam geram um valor agregado de tal monta que os países que dele não se aproveitam ficam marginalizados, ao passo que aqueles que o adotam irrestritamente condenam-se a fazer submergir sua identidade cultural. Neste quadro de tamanha concentração de capital certos organismos internacionais se tornam administradores de interesses particulares. Assim, “mesmo o secretário geral da OMC ou o presidente do Banco Mundial são apenas gerentes de uma avalanche incontrolável. São incapazes de ditar as regras do jogo porque o jogo, em, essência, não tem regras.”¹⁵

1.1.3. A Regionalização do Mundo

Sob as pressões deste processo de concorrência, concentração e internacionalização do capital, sob imperativos muito mais econômicos que políticos, vão se formando nas últimas décadas deste século alguns mega-mercados, verificando-se uma peculiar *Regionalização do Mundo*, tendendo a uma integração dos megamercados configurando-se uma aldeia global, explorada por corporações transnacionais. Embora os acordos celebrados a partir do final dos anos 80, sobre os mercados-comuns, sejam de caráter político, negociados entre os diversos países - inclusive com consultas populares na forma de plebiscitos ou referendos - e rememorem processos anteriores de negociação entre Estados, a verdade é que tais blocos econômicos surgem das exigências das multinacionais; em outras palavras, surgem em razão das pressões do capital.

A partir de 1980, o conjunto das empresas européias - com algumas exceções - passa a sofrer enorme desvantagem em relação às empresas americanas e japonesas, em função de que Estados Unidos e Japão dispunham de um significativo mercado unificado. A Europa Ocidental, por outro lado - dividida em mais de uma dezena de países com diversidade de culturas, costumes e, especialmente, de legislação, com normas técnicas diferenciadas e fortes barreiras alfandegárias -, era um mercado de difícil penetração para as próprias empresas européias. Assim, por exemplo, com inovações tecnológicas em algumas de suas fábricas nos Estados Unidos, a Philips passava a produzir para um amplo mercado de todo o país, recuperando seus investimentos e ampliando seus lucros, ao passo que na Europa, as empresas necessitavam implantar fábricas em diversos países para fazer frente às normas técnicas ou outras barreiras alfandegárias. Como aqueles pequenos países não dispunham de um vasto mercado consumidor para sustentar a concorrência dessas empresas com as americanas ou japonesas, a alternativa era deslocar as fábricas rumo aos grandes mercados, potencialmente fortes consumidores. Assim, as empresas européias automobilísticas e eletrônicas, premidas pela concorrência com empresas dos EUA e Japão começam a pressionar os governos nacionais pela unificação da Europa. Em seguida, empresas de outros setores adotam a mesma posição como a Nestlé e a Unilever. Em 1984 o “Clube dos Capitães da Indústria Européia” elabora uma lista de reivindicações exigindo a unificação da legislação e liberação no continente das fronteiras internas, possibilitando

¹⁴ Pepe ESCOBAR, “Os donos do mundo”. *Gazeta Mercantil*, 21 a 23-02-97, Leitura de Fim de Semana, p.1

¹⁵ *Ibidem*

o fluxo livre do capital. Formam um *lobby* em torno deste programa e ameaçam investir fora da Europa se suas reivindicações não fossem atendidas.¹⁶

Em 1985 aquele conjunto de propostas se transforma na política oficial da *Comunidade Econômica Européia*. Com o Tratado de Maastricht, celebrado por doze nações da Europa Ocidental em dezembro de 1991, ficam estabelecidas várias etapas na constituição da União Européia: no ano de 1992 efetivou-se o livre comércio entre aqueles países, incluindo liberdades para capital e trabalho; em 1993 estabeleceu-se a Área Econômica Européia; avançou-se gradualmente, então, para a criação de um padrão monetário único, a *ECU - European Currency Unit* e uma moeda européia, o *Euro*, que deverá entrar em circulação a partir de 1999¹⁷. O que importa assinalar é que a iniciativa de formar os blocos mundiais partiu das empresas e não dos governos, embora os governos dos países europeus reportem-se ao Tratado de Roma, em 1957 - que criou a CEE, Comunidade Econômica Européia - ou ainda ao Tratado de Paris em 1951 - que criou a ECSC, Comunidade Européia do Carvão e do Aço - como o momento inicial do processo de integração que desembocou na União Européia. O bloco europeu compunha, inicialmente, 12 países da Europa Ocidental, com uma renda *per capita* anual de 21 mil dólares e uma população com uma expectativa de vida de 76 anos. Em 1996, a UE passou a compor 15 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia, com um PIB total de US\$ 7,32 trilhões, uma população de 372,40 milhões de habitantes e um PIB per capita aproximado de US\$ 19.668,00. O Reino Unido assinou o Tratado de Maastricht com algumas ressalvas, desobrigando-se de adotar a política social comum, de aderir ao Banco Central Europeu e de assumir a moeda única. A influência hegemônica da UE se volta sobre o Leste Europeu, os Bálcãs e a Turquia, mantendo França e Inglaterra alguns vínculos com suas ex-colônias africanas; o interesse do bloco pela América Latina é apenas marginal, embora tenha celebrado um acordo de cooperação com o Mercosul, propondo para 2005 a criação da maior zona de livre-comércio do mundo¹⁸. Muitos analistas são céticos quanto a envergadura dos acordos que serão firmados até lá.

Em outras regiões do hemisfério, as multinacionais japonesas e americanas acompanhavam estes acontecimentos com preocupação. Os agentes econômicos, de imediato, percebem o que a unificação do mercado europeu significaria para a concorrência internacional entre os diversos capitais e para o desenvolvimento de tecnologia. Em razão do final da guerra-fria, esta iniciativa passava a ter, politicamente, uma importância ainda muito maior. Neste contexto, Estados Unidos e Japão buscam também aumentar seus mercados. Na sequência outros países começam a rever e celebrar novos acordos com vistas a constituir áreas de livre-comércio em blocos econômicos.

Em 1989 têm-se o início da formação do NAFTA - *North American Free Trade Agreement* (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), um bloco de livre-comércio entre Estados Unidos e Canadá. A partir de 1990, o México é incorporado nas negociações que foram concluídas em 1992, sendo fechado um acordo que entrou em vigor em 1994, dispondo que todas as barreiras para bens e serviços sejam removidas em um prazo de 15 anos. O PIB totalizado do bloco é US\$ 7,56 trilhões; sua população é

¹⁶ “Concentração e Internacionalização do Capital e regionalização do Mundo - Cadeia Produtiva e Processo de Concentração”. in: *Quinzena* Nº 141, 30 jun 92, p.18. C.P.V., São Paulo.

¹⁷ Em 1979 já havia sido organizado o sistema Monetário Europeu (EMS) com a finalidade de criar uma área de estabilidade monetária na Europa Ocidental e uma unidade de mediação para manter estável a taxa de câmbio entre os membros da CEE.

¹⁸ Clóvis ROSSI, “UE e Mercosul se unem até 2005”. *Folha de São Paulo*, 10-12-95 p. 2-3

estimada em 391 milhões de pessoas; o PIB per capita aproximado é de US\$ 19.350,00. Mostram-se interessados em participar do NAFTA a Venezuela, a Colômbia e o Chile, com especial interesse geopolítico norte-americano nos dois primeiros países, em razão de serem fortes produtores de petróleo. Movidos por interesses econômicos, os Estados Unidos dividem os países do continente americano em dois grupos, os que servem à sua estratégia econômica e geopolítica que poderiam se integrar ao NAFTA - gozando de atenções especiais - e o resto dos países - que são tratados, conforme uma expressão de Richard Nixon, com a “negligência benigna”.

Por sua vez, a Associação dos Países do Sudeste Asiático - ASEAN, que surgiu em 1967 com a finalidade de ampliar a estabilidade regional e acelerar o desenvolvimento econômico, especifica novos objetivos. Em 1991, ministros dos países que a compõem firmaram um acordo que deu início a constituição da Área Asiática de Livre Comércio; em 1992 o acordo avançou na proposta de acabar com as barreiras econômicas e alfandegárias, entre os países que compõem o bloco, no ano 2.008. Os países que assinaram o tratado foram Brunei, Indonésia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã, compondo aproximadamente 429 milhões de pessoas, um PIB total de US\$ 541 bilhões e um PIB per capita aproximado de US\$ 1.260,00. O Japão e alguns dos Tigres Asiáticos¹⁹ - Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan - decidiram não participar deste bloco. Conforme algumas análises que circulavam em 1991, havia a possibilidade de que esses países constituíssem um bloco sob liderança japonesa. A discussão, entretanto, avançou para a constituição de uma área de livre comércio que envolvesse todos os países da região do Pacífico.

Para aprofundar essa discussão já havia sido organizada, em 1989, a APEC - Asia-Pacific Economic Cooperation. Inicialmente ela se constituiu em um fórum para conversações informais entre os países que compunham a ASEAN e outros seis parceiros econômicos do bloco na região do Pacífico, entre os quais, o Japão e os Estados Unidos. Os ministros da economia desses países se encontraram periodicamente, avançando nas negociações. Em 1994, os países que compunham a APEC se comprometeram em tornar o Pacífico um área de livre-comércio, marcando para o ano 2.000 a eliminação das barreiras comerciais da região. A APEC agrupa 17 países e um território: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Estados Unidos. Embora envolva um maior número de países, não visa objetivos tão ousados como os da União Européia, quanto a constituição de um Banco Central ou uma moeda única. Contudo, sua força econômica é significativa, compondo um PIB total de US\$ 14,11 trilhões, uma população de 2,21 bilhões de pessoas e um PIB per capita aproximado de US\$ 6.368,00.

Nos países que faziam parte da URSS, o movimento de reintegração nos anos 90 sucedeu um complexo processo de desagregação da união que se estabelecera anteriormente durante várias décadas. Após a revolução bolchevique e a constituição da URSS, com o passar de poucas décadas, realizou-se um processo de socialização da riqueza socialmente produzida que extinguiu a fome, garantiu moradia para todos, universalizou serviços de saúde e educação e acabou com o desemprego. Verificou-se um rápido processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico que apropriou-se de

¹⁹ Nome dado a sete países recém-industrializados daquele continente que vem mantendo um expressivo crescimento econômico: Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Tailândia, Malásia e Indonésia.

sistemas organizativos do processo laboral desenvolvidos sob a matriz capitalista do trabalho serializado. No período pós-guerra o desenvolvimento tecnológico avançou na área de geração de energia nuclear e no setor aeroespacial. O acirrado conflito entre o bloco capitalista e o bloco socialista, que perdurou até os anos oitenta, obrigou que grande parte dos recursos fossem aplicados em desenvolvimento bélico e não de tecnologias produtivas, declinando o nível de produtividade comparada ao bloco capitalista. A burocratização do regime e a falta de democracia no controle dos macro-projetos começam a estrangular politicamente o modelo. Buscando alternativas econômicas e políticas, Mikhail Gorbachev orienta um processo de reestruturação econômica com espaços de livre participação social, que desembocam em fortes crises políticas e substanciais mudanças econômicas, dissolvendo-se a URSS e reintroduzindo-se mecanismos de livre-mercado em uma economia que era totalmente planificada. A situação da reestruturação econômica, a partir daí, torna-se indefinida, tanto pelo graves problemas econômicos e sociais quanto pelos conflitos armados que se sucederam em algumas regiões.

É neste quadro que, em 1991, fica estabelecida sob a liderança da Rússia, a Comunidade dos Estados Independentes, com a adesão progressiva de 11 países. Em 1993 eles declararam a intenção de formar um bloco econômico. Contudo, também a partir de 1991, verificou-se uma forte queda na produção econômica russa e um significativo aumento de inflação. Outros países da região atravessam momentos difíceis. A economia polonesa se retraiu e o número de desempregados na Hungria cresceu de modo explosivo. Os países da antiga URSS passam novamente a enfrentar o desemprego, ressurgem mendigos pelas cidades os serviços públicos de saúde e educação se deterioram. Embora a CEI esteja fragilizada, a consolidação de um bloco econômico na região segue seu rumo, contraditoriamente ao desejo de autonomia de muitos países que sentem essa integração com a Rússia como um certo movimento imperialista. Rússia e Belarus firmaram um acordo em 1996 que estabeleceu uma moeda única para 1997, bem como uma política externa e de defesa comuns. Compõe a CEI os seguintes países: Rússia, Cazaquistão, Ucrânia, Belarus, Tadjiquistão, Turcomênia, Geórgia, Quirguízia, Armênia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia. O PIB total do bloco é de US\$ 550,98 bilhões (inferior ao do Mercosul), tendo uma população de 285 milhões de habitantes e um PIB per capita aproximado de US\$ 1.933,00.

No continente africano, por sua vez, em 1979 foi organizada a SADC, Southern African Development Community - Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento, compondo Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Malavi, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Com o fim do *apartheid* na África do Sul, a SADC passou a almejar a organização de um mercado comum naquela região envolvendo também aquele país. Os países que compõem atualmente a SADC têm um PIB total de US\$ 145,95 bilhões, uma população de 137,20 bilhões de habitantes e um PIB per capita aproximado de US\$ 1.063,00.

Por sua parte, na América Latina surgem quatro blocos. O Mercosul, criado pelo Tratado de Assunção em 1991, passou a existir em 1995. Cerca de 90% das mercadorias nele produzidas circulam sem alíquotas de importação. Quanto aos outros 10%, as taxas alfandegárias devem chegar a zero até o ano 2.000. O PIB total do bloco - que compõe Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai - é US\$ 859,8 bilhões, tendo uma população de 207,7 milhões de habitantes e um PIB per capita aproximado de US\$ 4.139,00. O comércio entre esses países passou de US\$ 4 bilhões, em 1990, para aproximadamente US\$ 14,5 bilhões, em 1995. O Chile é membro-associado ao MERCOSUL, mas não

assume as tarifas externas comuns. Em 1995, o bloco assinou com a UE um acordo de cooperação interregional. Atualmente as negociações avançam com os países que compõem o Pacto Andino.

O Pacto Andino, ou Comunidade Andina, foi estabelecido em 1969 com o Acordo de Cartagena. O Chile participou deste grupo até 1976. Em 1991, os países membros firmaram a declaração de Caracas, passando a vigorar no ano seguinte uma zona andina de livre-comércio; contudo não se tem conseguido estabelecer uma tarifa externa comum. Embora o comércio entre os países membros tenham crescido mais de 30% em 1993, o principal parceiro econômico desses países são os Estados Unidos. Os principais países que compõem o bloco são: Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, com um PIB total de US\$ 197,66 bilhões, uma população de 101,50 milhões de habitantes e um PIB per capita aproximado de US\$ 1.974,00.

Por sua vez, o Mercado Comum Centro Americano, criado em 1960, é formado por Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua compondo um PIB total de US\$ 34,48 bilhões, uma população de 30,7 milhões de habitantes e uma renda per capita aproximada de US\$ 1.180,00. Em junho de 1990 vários presidentes centro-americanos firmaram um acordo voltado à criação de um mercado comum regional.

Enfim, o Caricom - Comunidade do Caribe e Mercado Comum - surge a partir do tratado de Chaguaramas, firmado em 1973. Compõe atualmente 12 países e três territórios: Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Turks e Caicos, Montserrat e Suriname. O PIB total do bloco é US\$ 16,13 bilhões (excluindo Ilhas Virgens Britânicas e Ilhas Turks e Caicos); sua população é de 5,82 milhões de habitantes e o PIB per capita aproximado é de US\$ 2.772,00. Embora sejam membros da comunidade, as Bahamas não participam, entretanto, do Mercado Comum. A *Tabela 2* mostra um quadro comparativo dos principais blocos econômicos atuais²⁰.

Tabela 2 - Quadro Comparativo dos Principais Blocos Econômicos em 1996

Blocos	Integrantes	PIB Total (Milhões de US\$)	População Total (milhões de hab.)	PIB per capita (em US\$)	Data de Criação
Asean	7 Países	541.075	429,00	1.261,25	1967
Apec	17 Países 1 Território	14.119.450	2.217,00	6.368,72	1989
Caricom	12 Países 3 Territórios	16.135*	5,82	2.772,34	1973
Mercosul	4 Países	859.874	207,70	4.139,98	1991
Nafta	3 Países	7.568.082	391,10	19.350,76	1988
Pacto Andino	5 Países	197.662	101,50	1.974,41	1969
União Européia	15 Países	7.324.281	372,40	19.668,05	1957
SADC	11 Países	145.950	137,20	1.063,78	1979
CEI	12 Países	550.989	285,00	1.933,29	1991
MCCA	5 Países	34.482	30,70	1.180,00	1960

* Excluindo as Ilhas Virgens Britânicas e as Ilhas Turks e Caicos

Fontes: Banco Mundial e Fundo das Nações Unidas para a População²¹

²⁰ Adotamos a designação de blocos econômicos para indicar a existência de acordos comuns de integração econômica entre os países que os compõem, acordos esses que variam de bloco a bloco, seja desde o estabelecimento de uma política alfandegária parcialmente comum até, em alguns casos, o projeto de estabelecimento de uma moeda única

No movimento geral de integração econômica no continente americano, está prevista para 2005 a constituição da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) envolvendo 34 países do continente americano (norte, centro e sul). Pelo acordado, até o presente momento, Cuba ficaria excluída por pressão dos Estados Unidos.

Percebe-se, com este quadro geral, que os blocos envolvendo países do Terceiro Mundo surgem, portanto, como um reflexo do movimento internacional de reorganização dos capitais. Embora a grande importância que essas instâncias possam ter se assumirem um caráter político de tratamento de questões estruturais da economia dependente latino-americana - como a dívida externa, por exemplo - e embora componham uma população numericamente considerável, a sua magnitude comparada à dos mercados europeu, americano e japonês é irrisória, porque grande parte da população que os compõem está abaixo na linha de pobreza absoluta - não se configurando como um mercado consumidor dos mais desejáveis pelas multinacionais. No caso do Mercosul, em particular, embora atualmente os países que o compõem experimentem uma elevação do crescimento econômico, o desequilíbrio das balanças comerciais, o endividamento externo e interno que sustentam os planos de estabilização dos seus principais países não apontam garantias de manutenção desse crescimento. A comparação com a estabilidade do crescimento econômico dos Tigres Asiáticos nas últimas três décadas evidencia o que afirmamos (ver tabela 3).

Tabela 3 - Taxa de Crescimento Econômico Médio por Década por País entre 1960 e 1990

PAÍS	1960/1970	1970/1980	1980/1990
Brasil	9,2%	7,9%	2,4%
Argentina	4,0%	2,7%	0,9%
Malásia	6,5%	8,1%	5,4%
Taiwan	11,6%	10,1%	7,3%
Coréia do Sul	8,5%	9,8%	7,7%
Cingapura	8,9%	9,6%	7,2%
Hong Kong	10,0%	9,4%	7,6%
Tailândia	8,3%	6,0%	6,2%
Indonésia	3,5%	7,7%	4,9%

Fonte: Quinzena ²²

Sob a lógica de constituição formal dos mega-mercados passa a ocorrer a reciprocidade e integração econômica internacional intra-blocos. Alguns analistas destacam sete aspectos que norteariam o funcionamento interno desses blocos em estágios mais avançados: a) o capital circularia livremente tanto para bancos e companhias de seguros como para telecomunicações, informação e transporte; b) os produtos circulariam pelos países do bloco isentos de tarifas alfandegárias, sistema de cotas, ou taxação doméstica discriminatória, somente estabelecendo-se limites em razão de segurança e saúde; c) as políticas em relação aos produtos agrícolas dos países membros do bloco possuiriam relativa autonomia; d) haveria livre-circulação dos habitantes do bloco que poderiam

²¹ Fontes: Banco Mundial e Fundo das Nações Unidas para a População. [*apud* "Blocos Econômicos" in: Lucila CAMARGO (org.), *Almanaque Abril 97*. Editora Abril, São Paulo, 1997, pp. 173 e 472-479] e *Folha de São Paulo*, 17/09/96 p. 1-10.

²² Fonte: *Quinzena* Nº 141, 30 jun 92, p.18. C.P.V., São Paulo.

morar, oferecer seus serviços e trabalhar em qualquer dos países membros, sob uma legislação de seguridade social unificada; e) haveria uma legislação específica para tratar de trustes, fusões, apoio estatal às empresas a fim de normatizar a competitividade; f) haveria também a unificação de leis de defesa do consumidor, meio ambiente, educação, bem como, de projetos de pesquisa e desenvolvimento; e assim, g) recursos dos países mais ricos seriam aplicados nos países mais pobres do bloco, especialmente em projetos educacionais e ambientais.

Nos últimos anos, entretanto, assiste-se na Europa um certo movimento social de resistência ao processo de unificação, sob a lógica da atual globalização, que tomou por referência o modelo de capitalismo anglo-saxônico e norte-americano. Uma pesquisa realizada na França apontou que 66% dos entrevistados afirma preferir que o nível de desemprego seja elevado mas que se mantenha os benefícios sociais, ao invés de se diminuir o nível de desemprego com o concomitante desmonte da seguridade social. Este sentimento anti-reformista está expresso nas palavras de Oskar Lafontaine, líder do Partido Social Democrata francês: “não podemos permitir que a globalização leve a uma erosão insensata do sistema de segurança social”²³. De fato, a manutenção dos índices de desemprego e o corte nas políticas de seguridade social têm elevado os índices de criminalidade na Europa, sendo que os assaltos a mão-armada e outros crimes violentos aumentaram 7% em 1996 na França. Naquele país, o Partido da Frente Nacional, que tem em Jean Marie Le Pen uma de suas figuras mais expressivas, vem ganhando significativa adesão com suas propostas de oposição à união monetária européia e defendendo a deportação de imigrantes para criar empregos aos franceses. Por outro lado, grandes manifestações de rua contrárias também a mudanças nas leis de imigração tornam o cenário ainda mais complexo. Neste quadro alguns analistas afirmaram que os socialistas poderiam vencer as eleições de 1988 se a economia francesa não melhorasse no ano de 1997.

O conflito entre os agentes políticos e econômicos europeus quanto ao movimento de integração, fica patente em uma matéria publicada pela *Business Week*. Conforme o texto, “os políticos europeus estão em rota de colisão com os capitães da indústria. Os líderes empresariais em sua recente paixão pela idéia de criar valor acionário, já estão comprometidos com uma segunda onda de reestruturação. Se a reforma econômica não avançar como eles esperam, eles simplesmente levarão mais capital e emprego para outras plagas.”²⁴ A Unilever, por exemplo, já anuncia que irá fazer investimentos na China e na Índia em razão de que o mercado europeu estaria perdendo desempenho frente aos demais mercados mundiais. Um mercado comum e uma moeda única tornariam a Europa um mercado mais competitivo globalmente, do ponto de vista desta lógica capitalista. Todavia, os cortes orçamentários dos Estados, a fim de se adequar às exigências do Tratado de Maastricht para a unificação monetária, têm penalizado o conjunto da população, sendo que uma significativa parcela passa a reagir de incisivamente. Isto vem se refletindo na atitude dos governos. Na Alemanha, por exemplo, as autoridades governamentais têm dado a entender que o prazo limite de 1999 para a primeira fase da unificação monetária européia deva ser prorrogado.

²³ “Europeus continentais resistem à globalização”. *Gazeta Mercantil*, 24-02-97 p. A-16.

²⁴ *Ibidem*

1.1.4. Mudanças na Cadeia Produtiva

A reorganização do capital provocou *mudanças na cadeia produtiva*, isto é, na cadeia que envolve as fases do cultivo ou extração, comércio, transformação, industrialização e consumo, alterando os momentos em que se localiza a maior *concentração de capital*.

Na Europa e Estados Unidos, por exemplo, há uma significativa concentração de capital em cadeias de supermercado, com uma participação decisiva de alguns grandes grupos. Na França cerca de 40% vendas em supermercado são realizadas pelo grupo *Carrefour*; já na Suíça o grupo *Micros* responde por cerca de 50% das vendas de alimentação em supermercados. Muitas vezes há cooperação entre essas cadeias que se juntam defendendo seus interesses comuns²⁵. É impressionante a mobilidade desses grandes grupos e suas macro-estratégias. A *Philip Morris*, tradicional pela produção e venda de cigarros, começou a atuar fortemente a partir de 1978 no mercado de alimentos, em razão de pesquisas que projetavam, a longo prazo, a queda de mercado na área do tabagismo. Em 1978 comprou a cervejaria *Muller*, a segunda maior dos EUA, em 1986 adquiriu a *General Food* - então a maior empresa de café do mundo - por US\$ 6 bilhões; dois anos depois comprou a empresa *Kraft* que atua no ramo de leite e derivados, por US\$ 12,5 bilhões e, finalmente, em 1990 adquiriu a *Jacobs Suchard* que atuava no mercado de café e chocolate, por US\$ 5 bilhões. Em consequência, atualmente a *Philip Morris* atingiu aproximadamente 30% do comércio de café do mundo e detém 12 fábricas na Europa que se unifica. Com a unificação européia o número de fábricas controladas por esta empresa no continente vai diminuir, em razão da modernização de algumas unidades com aumento de produtividade e intensificação da jornada de trabalho - mantendo-se a mesma lógica de ampliar os índices, já extremamente elevados, de desemprego na Europa. A *Philip Morris* também atua junto aos países do Terceiro Mundo para comprar o café diretamente do produtor e por preços baixos. Para manter o preço do café sempre em um patamar mínimo, estimula, por um lado, a sua produção em outras regiões do mundo, bem como, por outro lado, estimula os países que já o cultivam a aumentarem a produtividade com a implantação de programas de modernização agrícola, com uso de insumos tecnicamente melhor qualificados, etc. Com o aumento da produção, os preços diminuem no mercado internacional. Com isto, os médios e grandes produtores locais, para manterem suas vendas e o montante de lucros, reduzem os custos com a mão de obra ocupada, explorando mais os assalariados. Por sua vez, os lucros dos pequenos produtores ficam sensivelmente diminuídos. Como consequência, muitos empenham suas terras em empréstimos que depois não conseguem pagar e acabam perdendo suas propriedades.

1.1.5. Substituição de Matérias-Primas

Assiste-se contemporaneamente também uma revolução na área de tecnologia dos materiais. Na segunda revolução industrial, acorreram avanços nessa área com a produção dos materiais plásticos e a substituição do ferro pelo aço. Na atual revolução tecnológica, as pesquisas se desdobram na investigação das várias classes de materiais cerâmicos,

²⁵ Os grupos *Carrefour* e *Micros*, por exemplo, juntam-se para comprar café e se tornam grandes clientes da *Nestlé*, pressionando os preços para baixo. Esta, por sua vez, para manter seus ganhos, tenta reduzir custos da produção incentivando-a nos países do Terceiro Mundo. Outros casos de “associação” deste tipo verifica-se em certos agregados na agro-indústria, como ocorre atualmente no Brasil em atividades da *Sadia* ou em atividades da *Souza Cruz*. Cf. “Concentração e Internacionalização do Capital e Regionalização do Mundo - Cadeia Produtiva e Processo de Concentração”. in: *Quinzena* Nº 141, 30 jun 92, p.17-19. C.P.V., São Paulo.

metálicos, polímeros e compósitos. Um dos avanços se localiza na área de supercondutividade - com cabos de fibra ótica e outras formas de transmissão atualmente em pesquisa. Outra revolução se verifica na área de biotecnologia, possibilitando a intervenção sobre códigos genéticos dando origem - entre outras coisas - a novas espécies de seres vivos ou certas alterações desejáveis de espécies existentes. Atualmente já se registram experiências bem sucedidas de transferência de genes de células animais para células vegetais e pesquisas tem sido feitas tentando o reverso. Frutas e aves já incorporadas em nossos hábitos de consumo, como kiwi e chester, foram desenvolvidos com essas tecnologias.

A *substituição de matérias-primas* é pesquisada e realizada sempre que um determinando componente foge muito ao controle dos grandes grupos que dele dependem para a composição do produto final. O objetivo desta estratégia é garantir fluxo de matérias-primas a custo baixo.

Até 10 anos atrás a única forma que os grandes grupos possuíam para manter baixo o preço de diversas matérias-primas era estimular a produção mundial. Contudo, a utilização de biotecnologias possibilitou não apenas ampliar a produção de matérias-primas, como também a produção de matérias-primas alternativas. Tais inovações não se reduzem à aplicação de engenharia genética no cultivo, confecção de sementes híbridas, clones, alteração genética de espécies ou produção de enzimas²⁶. Além disso, entre outras coisas, o emprego da biotecnologia permite que, a partir da ação de bactérias com genomas alterado seja possível, por exemplo, dividir um produto em suas moléculas, usando posteriormente algumas delas para outros fins, como a utilização de moléculas originárias do leite na produção de aços especiais de alta dureza²⁷. Surge assim, a bio-indústria, segmento industrial que se vale da biotecnologia como um de seus instrumentos e que utiliza seres vivos - ou parte deles, conforme o caso - no processo de produção.

Exemplo da utilização de biotecnologia nesta estratégia de substituição de matéria-prima pode ser verificada no mercado do açúcar. Até 1900 somente existia açúcar de cana; depois da primeira guerra mundial aparece o açúcar de beterraba; já nos anos 80 é produzida a glucose à base de milho. Contudo a biotecnologia revolucionou o mercado de açúcar quando conseguiu-se produzir adoçantes à base de petróleo, valendo-se da bioquímica. Atualmente, *Nutra Sweet* e *Aspartame* são usados pela *Chambourcy* e *Brahma* para a fabricação de produtos *diet*. Nos EUA a glucose e os adoçantes químicos respondem por 50% do mercado de açúcares. Em decorrência disso, têm-se a queda do preço da matéria-prima no mercado internacional. Assim, quando o preço de um produto sobe, a indústria desenvolve a fabricação de substitutos ou, aprimora geneticamente o potencial produtivo das espécies - como no caso do fumo geneticamente alterado para resistir a vários insetos ou de algodoeiros também geneticamente modificados para resistir aos herbicidas que são aplicados nas plantações para exterminar as ervas daninhas.

De acordo com um informe do Governo Federal do Brasil, o mercado mundial da bioindústria irá movimentar anualmente entre US\$ 50 bilhões a US\$ 100 bilhões nos próximos anos. No Brasil, setores que se valem da biotecnologia movimentam cerca de 5% do PIB e até o ano 2.000 estima-se que o volume de negócios atinja a cifra de US\$ 55 bilhões.

²⁶ Ver Glossário - "Clonagem Animal"

²⁷ Cf. "Concentração e Internacionalização do Capital e Regionalização do Mundo - Cadeia Produtiva e Processo de Concentração". in: *Quinzena* Nº 141, 30 jun 92, p.17-19. C.P.V., São Paulo. Aqui, p. 19

Uma recente disputa internacional neste campo travou-se quanto a aprovação de uma lei internacional de patentes que envolve códigos genéticos alterados biotecnologicamente. Os países do Terceiro Mundo ficaram prejudicados nesta matéria. Tenha-se como exemplo o que ocorre com a biodiversidade da Amazônia. Esta região representa aproximadamente, conforme alguns estudos, 30% do estoque genético do planeta e se tornou uma das principais áreas de biopirataria praticada por laboratórios multinacionais que tem por alvo principal substâncias já utilizadas por culturas locais a milênios. Os laboratórios aproveitam remédios descobertos por populações nativas, colhem suas plantas, isolam os princípios ativos e os patenteiam, passando a produzi-los e a vendê-los no mundo todo. Cerca de 20 mil amostras de vegetais são retiradas da Amazônia por ano. Como resultado, “os países de onde as substâncias originais são retiradas perdem, por ano, uma quantia avaliada em 5,4 bilhões de dólares em royalties.”²⁸

A Convenção da Biodiversidade assinada por 144 países, embora suas limitações em face dos interesses do Terceiro Mundo, garante que a empresa que fizer alguma descoberta a partir de seres vivos ou material genético de um país, deve pagar royalties pelo uso da matéria-prima. No caso de remédio, se ele já tiver um uso conhecido no país originário, os royalties atingiriam de 3% a 5% sobre as vendas. Os EUA, entretanto, não ratificaram a convenção e a maioria dos países não a regulamentou²⁹. Com isso, aproximadamente 200 empresas norte-americanas de *bioprospecção*, isto é, especializada em coleta de materiais aproveitáveis biotecnologicamente, empresas essas que surgiram nos últimos 10 anos, atuam livremente no exterior. Estima-se - bastante imprecisamente - que as florestas, em razão das substâncias e genes que contém, guardam uma fortuna em amostras avaliada em 147 bilhões de dólares.³⁰ Contudo, apenas dois remédios que foram extraídos de uma árvore de Madagascar, rendem ao laboratório Eli Lilly, aproximadamente US\$ 100 milhões por ano. A situação chegou a tal ponto que até mesmo o Santo Daime, uma bebida sagrada de rituais religiosos de tribos amazônicas e de outros adeptos, foi patenteado nos Estados Unidos pela International Plant Medicine Corporation, graças a uma lei que possibilita registrar variedades vegetais.

Somente a venda de amostras genéticas - de quaisquer seres vivos e inclusive, absurdamente, até de seres humanos - para os laboratórios que atuam no ramo rende, anualmente, US\$ 60 milhões nos Estados Unidos. Como afirma Ernesto Bernardes,

“não se pode patentear pessoas, mas muitos países patenteiam genes humanos isolados, ou microorganismos criados em laboratório que recebem esses genes. No mercado, amostras de DNA dos índios suruí e dos caritianas, de Rondônia, podem ser adquiridas na Coriell Cell Repositories, de Nova Jersey, por 500 dólares. A corrida do gene já produziu grandes negócios. A Sequana Therapeutics, por exemplo, recolheu sangue de 26 nativos de ilhas africanas. Em seguida, assinou

²⁸ Ernesto BERNARDES, “Piratas da Selva - Empresas se aproveitam de vácuo legal para patentear plantas e material genético”. *Revista Veja*, 15 jan 97, p.46

²⁹ A Suprema Corte dos Estados Unidos, em 1980, permitiu a patente de uma bactéria que se alimentava de óleo, bactéria essa alterada por biotecnologia. No patenteamento ela foi categorizada como “nonnatural manmade microorganism”, isto é, como um microorganismo não-natural feito pelo homem. Até 1988 cerca de 200 patentes haviam sido concedidas nos Estados Unidos sobre bactérias, vírus e plantas modificadas geneticamente.

³⁰ *Revista Veja*, 15 jan 97, p.46

um contrato de 70 milhões de dólares com a Boehringer, da Alemanha, para usar as amostras em pesquisas sobre asma.”³¹

Por sua vez, laboratórios norte-americanos oferecem aos interessados 258 amostras de bactérias coletadas no Brasil. De toda essa bioprospecção, 23 microorganismos - ao que parece, originariamente coletados no Brasil e posteriormente alterados biotecnologicamente - também foram patenteados e são, atualmente, utilizados na fabricação de adoçantes e antibióticos.

Por fim, se considerarmos ainda que sob o aspecto das matérias primas o mundo não se divide mais entre os que as produzem e os que fabricam manufaturas - uma vez que os países de capitalismo avançado são também os principais produtores e exportadores de produtos básicos - perceberemos que a divisão atual se faz entre os que controlam o conhecimento e a tecnologia e os que não têm acesso livre à sua aplicação em processos produtivos ou científicos. Assim, conhecimentos biotecnológicos não formalizados desenvolvidos no Terceiro Mundo, acabam sendo usurpados, formalizados e patenteados, caindo tal conhecimento sob o controle dos grandes grupos econômicos em detrimento de interesses daquelas nações em que tais conhecimentos se desenvolveram de modo não-formal durante milênios.

1.1.6. Restruturação e Racionalização Empresarial

Em meio a todo esse conjunto de mudanças, ocorre também um processo de reestruturação e racionalização empresarial, alterando a relação entre as empresas, a estrutura organizacional de cada empresa, bem como, a sua organização da produção e a execução do trabalho, reduzindo-se os níveis administrativos e eliminando-se o tradicional modelo de controle do comando. Sob este aspecto, as tendências para as próximas décadas são as seguintes: a) o trabalho se transferirá para onde estão as pessoas e não mais as pessoas para onde está o trabalho, com o fenômeno mundial da transformação dos antigos centros manufatureiros em centros de escritórios com um número menor de trabalhadores - ampliando-se o serviço que é realizado no próprio local de moradia das pessoas; b) a terceirização, isto é, contratação de serviços externos para atividades cuja manutenção cotidiana implicaria onerosidade, tornando mais “racional” a sua contratação temporária quando necessária; c) as empresas tendem a reduzir o seu tamanho, definindo-o a partir de sua estratégia global de atuação que envolve, por um lado, o aumento de produtividade com o emprego de novas tecnologias e sistemas de gerenciamento, e por outro, a definição dos mercados que pretende atingir; d) o caráter de propriedade das empresas sofrerá transformações com trabalhadores altamente qualificados se tornando acionistas das empresas, envolvendo-se fundos de pensão e *unit trusts*, modificando-se provavelmente a forma de como as empresas são administradas, tratando-se tais trabalhadores não mais como “empregados”, mas como “colaboradores”³²; e) o trabalho tende a ser cada vez mais em equipe, num clima de coesão, com envolvimento de lideranças de fábrica, criando uma “massa crítica” de trabalhadores, capaz de opinar e propor soluções³³; f) haverá redução dos níveis hierárquicos entre o topo e a base da empresa, almejando um relacionamento “fraterno” entre os diversos segmentos³⁴; g) novas técnicas voltadas à produção serão implantadas visando melhorar qualidade, produtividade

³¹ Ernesto BERNARDES, *op. cit.* p.47

³² A multinacional Du Pont executa uma política em que seus empregados, através da Du Pont Shares, vem se tornando também seus acionistas

³³ É o que já ocorre em unidades brasileiras da *Yashica*, *LM Ericson*, entre outras.

e participação dos trabalhadores ³⁵; h) por fim, deverão ser criados e ampliados alguns mecanismos de participação interna, com os empregados elegendo colegas para ocuparem níveis de decisão, sendo que algumas empresas começam a adotar sistemas de autogestão e horários flexíveis.³⁶

Esta “racionalização” empresarial é acompanhada, como se percebe, de um forte movimento ideológico de responsabilizar o trabalhador pelo sucesso da empresa, considerando-o como “colaborador”, “crítico”, “fraterno”, etc. Diversas técnicas de produção de subjetividade são adotadas com a finalidade de melhor funcionalizar a subjetividade dos empregados aos novos desafios da concorrência, que exigem decisões rápidas e coletivas em um processo de gestão altamente complexo que somente chega a bom termo pela participação solidária de todos os envolvidos. Fazer o trabalhador sentir-se valorizado, responsável e reconhecido pelo seu trabalho é condição do sucesso desta nova gestão. Daí a preocupação que a linguagem empregada e que os métodos adotados evitem destacar aspectos de conflitos e mantenham a sensação de familiaridade e responsabilidade coletiva.

É preciso considerar também que as transformações tecnológicas e culturais geraram especializações profissionais diferenciadas nas últimas décadas. O censo norte-americano realizado em 1990 registrou 501 categorias profissionais diferenciadas. A maior parte destas categorias não existia nos anos 40, surgindo em razão das inovações no processo produtivo e de gerenciamento desenvolvidas a partir do período pós-guerra. O desenvolvimento da Tecnologia da Informação, aplicada nos diversos ramos da produção, tem levado à extinção de inúmeras profissões e ao surgimento de outras, com uma nova lógica de organização do espaço e do tempo no processo produtivo. Conforme estudos econômicos na área de manufaturas, “mais de 80% de todos os produtos novos lançados no ano passado [1994] não poderiam ter sido feitos sem o uso intensivo do computador”³⁷. Estas alterações fazem pressão para a redução do número de empregados e a elevação de sua qualificação básica. Nos Estados Unidos desapareceram 14% dos empregos para secretárias nos últimos dez anos. Naquele país espera-se até 2005 uma redução de 20% a 30% em empregos de datilógrafos, caixas de banco e telefonistas, em relação a 1994. Por outro lado, empregos como programadores de computação, enfermeiras domésticas e professores tendem a se expandir rapidamente. A Volkswagen no Brasil, em 1980, empregava 46 mil trabalhadores, sendo que 60% deles não tinha o primeiro grau completo. Em 1995, já havia reduzido o número de empregados a 32 mil, sendo que todos têm o primeiro grau completo. Atualmente a empresa só contrata empregados que tenham concluído o segundo grau. De outra parte, o quadro de carreiras na administração da Editora Abril foi reduzido, no ano de 1996, de 730 cargos para 95, sendo necessário o conhecimento de informática para se ocupar qualquer um deles.

A mesma redução de trabalhadores ocorre na maioria das empresas que se reestruturam em diversas outras áreas. Em 1980, por exemplo, a United States Steel - maior empresa

³⁴ Medidas neste sentido estão sendo implementadas, por exemplo, em unidades da *Basf* e *Rhodia*, no Brasil.

³⁵ Entre as diversas inovações estão o Kanban, o Just-in-Time, Círculos de Controle de Qualidade, TQC, TM, TPM, TQM, Controle Estatístico de Processo, Kaizen, bem como ginástica rítmica e palestras, entre outras atividades. Alguns desses mecanismos já são adotados em unidades brasileiras da Volkswagen, Ford, Philips, Xerox e Renault, entre várias outras.

³⁶ Nesta perspectiva já atuam unidades brasileiras da Elida Gibba, Agrostahl, Ciba Geigy, entre outras.

³⁷ Revista *Veja*, *op. cit.*, p. 25

siderúrgica norte-americana - empregava cerca de 120 mil pessoas na produção do aço. Já em 1990, empregava apenas 20 mil, mas produzia quase a mesma tonelagem.

Conforme Jeremy Rifkin - criticado como “tecnóforo” por alguns³⁸ - cerca de 75% dos empregos nos EUA, seja no setor industrial quanto no de serviços, poderão ser automatizados, colocando milhões de trabalhadores na ociosidade. Outros argumentam que a inovação tecnológica gerará novas funções e especializações profissionais, mantendo-se, assim, o volume total dos empregos.

De qualquer modo, a tecnologia da informação tende a afetar a maioria dos tipos de empregos; ela está sendo introduzida mais rapidamente que as tecnologias anteriores e torna o trabalho mais móvel. Isto significa que diferentemente de revoluções tecnológicas anteriores que afetaram determinados tipos de empregos e geraram vários outros, a atual tende a afetar grande parte deles, deixando menos tempo para substituir os postos de trabalho perdidos e reciclar pessoal, possibilitando também a transferência de empregos para países em que os salários são mais baixos.

Segundo os tecnófilos - aqueles que são apaixonados pela tecnologia e projetam sempre belos cenários futuros em razão dela -, há uma tendência de que, a médio e longo prazos, a tecnologia da informação estimule a produção e crie novas demandas; isto geraria novos postos de trabalho e possibilitaria uma distribuição mais rápida de benefícios para toda a sociedade. Para alguns destes analistas, a preocupação em proteger os desempregados no curto prazo, leva alguns Estados a adotarem políticas que, dificultando o desenvolvimento e expansão das novas tecnologias, retardariam o beneficiamento social que elas proporcionariam a longo prazo. Sob essa linha argumentativa, entende-se que “... as regulamentações para os mercados de produtos e trabalho são sempre planejadas para proteger empregos, mas em vez disso elas toham a criação deles... Em vez disso, os governos deveriam fazer o possível para estimular o ajuste - enquanto reduziriam o sofrimento para os mais atingidos pela mudança”³⁹, promovendo políticas compensatórias similares ao imposto de renda negativo, programas de renda mínima ou semelhantes.

Seja como for, nesse processo de reestruturação, a Tecnologia da Informação introduz três elementos significativamente determinantes da relação entre qualificação profissional e manutenção pessoal de emprego. Em primeiro lugar, inegavelmente, as máquinas passam a executar tarefas que eram realizadas por trabalhadores não qualificados; em segundo lugar, os trabalhadores mais qualificados ou instruídos tendem a se adaptar mais facilmente às alterações tecnológicas; por fim, os computadores têm aumentado a produtividade dos trabalhadores que são altamente qualificados e que por isso mesmo tem melhores condições de utilizá-los. Estas três premissas estão na base de várias concepções de racionalização empresarial difundidas nos últimos anos, bem como, vem suportando a afirmação que quanto maior e mais atualizado for o nível de instrução, mais chances terá o trabalhador de se manter no emprego.

³⁸ Não nos parece correta essa adjetivação, uma vez que tecnofobia seria o medo que surge no indivíduo que necessita utilizar uma tecnologia que não lhe é familiar, ao passo que ludismo seria a negação do valor social da tecnologia, imputando a ela as mazelas sociais das transformações econômicas. A tecnofobia, diga-se de passagem, tem “forçado os fabricantes a produzirem aparelhos de manejo simples, sem perda de eficiência.” [Cf. “Tecnofobia”. *Revista Conecta*, N.1, pp.90-93, aqui p.91]. Não nos parece que as teses de Rifkin possibilitem adjetivá-lo como *tecnóforo* ou *ludista*. Sua crítica é sobre como as novas tecnologias são incorporadas no processo produtivo provocando graves problemas sociais e como elas poderiam ser incorporadas promovendo a cidadania.

³⁹ Pam WOODALL, “O computador deve até ajudar o emprego”. *Gazeta Mercantil*, 4,5 e 6/10/96 p. A-20

Com a reestruturação econômica, também se percebe, em nível internacional, certas modificações na divisão do trabalho em razão da qualificação tecnológica. Nos processos internacionais de comercialização, os países de capitalismo avançado importam mercadorias produzidas por trabalhadores que atuam - nos países pobres ou de capitalismo não-avançado - em processos de baixa qualificação tecnológica. Em razão disso, também está ocorrendo uma diminuição pela procura de trabalhadores de baixa qualificação nas economias de capitalismo avançado. De outra parte, verifica-se também que certos serviços exportáveis eletronicamente vem se deslocando para países de capitalismo não-avançado. Tenha-se, como exemplo, que entre as 500 maiores empresas norte-americanas, mais de cem compram serviços de software de empresas indianas, uma vez que os programadores indianos recebem menos de que $\frac{1}{4}$ do salário pago pelo mesmo serviço nos EUA. Aqui percebe-se, também, a mesma divisão, uma vez que “a maior parte dos serviços exportados eletronicamente dos países pobres para os ricos envolve atividades pouco qualificadas, tais como processamento de dados ou programação de rotina, ao passo que as economias ricas exportam serviços mais sofisticados, tais como pacotes de software e desenho mecânico.”⁴⁰

1.1.7 A Economia Baseada no Conhecimento

Atualmente as economias de capitalismo avançado passaram a depender de modo cada vez mais incisivo da criação, distribuição e uso do conhecimento que se organiza como informação digitalizável. Como diz Alvin Toffler, “está surgindo uma nova economia revolucionária baseada no conhecimento, e não nas matérias primas e no trabalho físico convencionais”.⁴¹ Alguns chegam mesmo a afirmar que “tanto na macroeconomia quanto na economia global, passando pelas várias formas de organização empresarial, o que está em jogo nos contratos não são mais mercadorias ou ‘trabalho’ mas sim informação.(...) A ‘flexibilização’ dos contratos trabalhistas... é um dos primeiros sintomas de que já não se está mais negociando ‘tempo de trabalho’ e sim uma certa quantidade de informação.”⁴² Nesta economia, conhecimento e informação estão diretamente relacionados ao desenvolvimento e emprego de novas tecnologias e ao aprimoramento do capital humano.

Alguns analistas consideram como capital humano, o conhecimento, a habilidade e a competência dos funcionários. Por capital estrutural identificam a logomarca da empresa, sua base de dados, arquivos de cliente, entre outros itens. Juntos, o capital humano e o capital estrutural conformariam o capital intelectual da empresa. Com isso, o valor de uma companhia passaria a ser medido considerando-se além de seu patrimônio e resultados, o valor de sua marca e de seus conhecimentos armazenados sem seus bancos de dados e em seus trabalhadores.

As economias de capitalismo avançado utilizam o conhecimento como insumo e produto. Conforme um estudo da OCDE mais de 50% do PIB dos países de capitalismo avançado tem base nas atividades econômicas que supõem a produção e comercialização de novos conhecimentos e informações, tendo os serviços de conhecimento intensivo crescido de maneira acentuada. Todo crescimento econômico de longo prazo sempre esteve associado a alguma inovação resultante de uma produção de conhecimento. Contudo, a atual revolução tecnológica introduziu dois aspectos distintos: a codificação

⁴⁰ Pam WOODALL, “As vantagens do computador”. *Gazeta Mercantil*, 08/10/96 p. A-16

⁴¹ Alvin TOFFLER, *apud* Inácio NEUTZLING, *A Transformação Político-Econômica do Capitalismo no Final do Século XX*. CEPAT, Curitiba, 1995 p. 3

⁴² Gilson SCHWARTZ, “O trabalho em extinção”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-12

digital do conhecimento e a geração de produtos intangíveis. Considerando tais diferenças em relação ao desenvolvimento tecnológico anteriormente verificado na história, Pam Woodall destaca, como primeira diferença, que “... a tecnologia da informação (TI) apressou a mudança em direção a uma economia com base no conhecimento, ao permitir que uma maior quantidade de informação fosse codificada de forma digital, facilitando a transmissão através de longas distâncias, a baixo custo. A segunda diferença é que a produção é feita cada vez mais na forma de intangíveis, com base na exploração de idéias em lugar das coisas materiais.”⁴³

Alguns analistas chegam mesmo a dizer que a produção de intangíveis é o que caracteriza a nova economia.⁴⁴ Consideram que os próprios produtos tangíveis passam a ter, em escala cada vez maior, algum conhecimento embutido, como por exemplo, as máquinas de vendas de refrigerantes que informam à central de abastecimento a necessidade de reposição do estoque, ou os “pneus inteligentes” que alertam ao condutor do veículo a alteração da pressão interna da câmara de ar. Estima-se que cerca de 70% do valor de alguns tipos de automóveis se deve aos bens intangíveis nele inseridos.

Diferentemente dos produtos tangíveis que se desgastam pelo uso e são regidos pela lógica econômica da escassez, o conhecimento quanto mais é usado e transmitido, mais se prolifera - ele não se esgota e pode ser multiplicado de forma barata, como um software por exemplo. Ao que parece, a única escassez aqui, está na habilidade de compreender e usar o conhecimento. Outro aspecto é que, diferentemente dos insumos tradicionais, o conhecimento é mais difícil de ser medido e justamente por isso, não se tem uma compreensão adequada da relação existente entre produção de conhecimento e crescimento econômico. Contudo já se afirma que as empresas melhor sucedidas serão aquelas que desenvolverem e administrarem com maior eficiência seus ativos de conhecimento.

A digitalização do conhecimento tem permitido que certos serviços - em que não há a necessidade do contato direto entre produtor e consumidor - sejam estocados e comercializados, como por exemplo, softwares que realizam serviços de contabilidade. O setor de serviços continua crescendo em sua participação do PIB em países de capitalismo avançado e vem se tornando mais susceptível às oscilações da economia que em períodos anteriores.

Sob esta lógica, de que o saber é poder e se converte em capital, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento passam a ter renovada importância. Conforme o discurso neoliberal, caberia aos governos elevar o nível de instrução e capacitação dos cidadãos, bem como apoiar pesquisa científica de base se quiserem tirar proveito da tecnologia da informação bem como da expansão dos setores econômicos que dependem do conhecimento. Fora isso, o melhor que poderiam fazer, conforme o mesmo discurso, é criar um ambiente de estabilidade econômica que sirva como condutor da inovação, deixando que os agentes privados se encarreguem do desenvolvimento das tecnologias aplicadas aos diversos setores.

Por outro lado, caberia às empresas gerenciar melhor o seu conhecimento e ampliar o investimento em pesquisa e desenvolvimento. Nesta linha, a IBM e a General Eletric, por exemplo, criaram os cargos de diretores ou superintendentes do conhecimento com tal

⁴³ Pam WOODALL, “Conhecimento é o Segredo”. *Gazeta Mercantil*, 11 a 13/10/96 p. A-15

⁴⁴ De fato, “entre as vinte maiores empresas industriais do mundo, seis são do setor micro-eletrônico e da informática. Há vinte anos não havia nenhuma empresa deste setor neste ranking.” Inácio NEUTZLING, *op. cit.* p.17

finalidade, tendo por função descobrir e gerenciar a sabedoria da empresa, transformando-a em um grande trunfo na concorrência com as empresas rivais. Empresas como a Skandia prestam serviços sobre administração do conhecimento, tendo publicado livros, fitas de vídeo e CD-Rom sobre o desenvolvimento e o reflexo do capital intelectual no crescimento da empresa.⁴⁵

No Brasil a MCG tem feito palestras sobre o assunto, nas quais afirma-se que esse novo gerenciamento necessita considerar, ao menos, quatro elementos básicos: “[1] pesquisar e decidir quais os conhecimentos vitais para a competitividade das organizações; [2] relacionar quais destes conhecimentos a organização já detém e quais devem ser desenvolvidos; [3] pesquisar onde encontrar os conhecimentos desejados e o melhor método de adquiri-los; e [4] desenvolver e compartilhar sempre os conhecimentos considerados vitais para a organização.”⁴⁶ Assim se a empresa não for boa em uma área essencial, por exemplo, marketing direto, e precisar desenvolvê-la, planejará a maneira de aprimorar seu conhecimento no assunto, o que pode ser feito atraindo talentos, contratando serviços ou através de joint-ventures. Segundo esse modelo, é importante que todo conhecimento individual seja compartilhado, tornando-se propriedade do grupo, possibilitando que um funcionário recém-contratado possa dar continuidade ao trabalho anterior sem prejudicar o desempenho da empresa em qualquer de seus vetores. Nesta mesma perspectiva podemos citar outro exemplo. Há três anos, a Andersen Consulting criou o *Knowledge Exchange System*, que se configura como um banco de dados que é alimentado por 42 mil funcionários da empresa que trabalham em 173 países. Todo esse conhecimento coletivo, gerenciado desse modo, serve para subsidiar o trabalho de cada um dos consultores, visando tornar a empresa mais eficiente.

1.1.8. A modernização Conservadora

Essas mudanças econômicas inscrevem-se em um quadro de *modernização conservadora* e provocam *profundas contradições sociais*. Trata-se de um processo de modernização conservadora porque se resume a alterações na organização do modo de produção capitalista que mantêm o mesmo modelo estrutural de acumulação de capital, ampliando, em consequência, as desigualdades e a fragmentação sociais. A modernização conservadora opera significativas mudanças no mundo do trabalho. Necessitam-se de trabalhadores mais especializados, escolarizados, participativos e polivalentes, mas em número cada vez menor, habilitados operar com tecnologias a cada dia mais sofisticadas, ampliando-se o desemprego, a instabilidade empregatícia e a desigualdade salarial. Mas o principal aspecto desse caráter conservador está em que, na polarização entre capital e trabalho, o capital se multiplica e se concentra, sendo beneficiados os seus proprietários, ao passo que grande parte dos trabalhadores - desempregados, subempregados ou empregados de modo precário - bem como idosos e crianças ficam prejudicados e excluídos de condições materiais elementares para o exercício de sua cidadania, de sua dignidade humana.

Ideologicamente essa Nova Ordem Mundial é unificada sob o capitalismo não porque este sistema econômico tenha resolvido os problemas do mundo, mas pelo fato de que o modelo socialista soviético não conseguiu resolver os seus próprios problemas intrínsecos, ocorrendo, em consequência, a dissolução da URSS sob o mito da economia do livre-mercado. O fato de

⁴⁵ A.G. *Conhecimento pesa na contabilidade - Capital intelectual passa a fazer parte do balanço anual das grandes corporações*. Gazeta do Povo, Curitiba, 6/10/96 p. 46

⁴⁶ *Idem*

que a *Glasnost* - com a abertura política - tenha se desenvolvido de maneira enviesada à *Perestroika* - a reestruturação da organização econômica, que era dificultada pela casta burocrática - como forma de pressionar a burocracia, acabou gerando um vácuo de poder no regime, perceptível na tentativa malsucedida de golpe ocorrida em agosto de 1991, e a ascensão da ideologia neoliberal com o seu modelo de privatizações que privilegiou significativa parte da antiga casta de burocratas que se transformou em uma parcela da nova classe de capitalistas que comanda a economia local juntamente com grupos internacionais⁴⁷.

Como vimos, durante a década de 80 o mundo viveu um acirramento da competição econômica internacional, a reestruturação industrial das mega-empresas e ajustes macroeconômicos que foram aplicados por toda a parte. Os custos desse processo recaíram sobre os Estados com suas crises financeiras e sobre os trabalhadores e países periféricos, cada vez mais pobres. De outra parte, os benefícios ficaram com certos países, empresas, grupos e indivíduos. Entre os países de capitalismo avançado, Japão e Alemanha, tiveram melhor desempenho econômico às custas de menores efeitos sociais em razão do papel atuante do Estado na articulação, organização e regulação nacional.⁴⁸ Por outro lado, com maiores problemas econômicos e sociais provenientes do modelo de capitalismo adotado nessa década, destacaram-se a Inglaterra e os Estados Unidos, defensores e propagandadores de uma alternativa ultraliberal. Os números da balança comercial e de desemprego nesses quatro países no começo dos anos 90 são sintomáticos (ver tabela 4)⁴⁹.

Tabela 4 - Evolução de Balança Comercial e Desemprego por Países Selecionados

País	JAPÃO	ALEMANHA	EUA	REINO UNIDO
Balança Comercial -1	+78,23 (dez-91)	+12,90 (dez-91)	-66,20 (dez-91)	-17,80 (dez-91)
Balança Comercial -2	+ 99,1 (jul-96)	+62,6 (jun-96)	-172,0 (jul-96)	-21,5 (jun-96)
Desemprego -1	2,1% (mar-92)	6,8 % (jan-fev-92)	7,3% (mar-92)	9,5% (mar-92)
Desemprego -2	3,0% (mar-95)	8,2% (abr-95)	5,8% (abr-95)	8,4% (mar-95)

* Saldo da Balança comercial em bilhões de dólares acumulada em doze meses

* Taxa de desemprego sobre a população economicamente ativa

Fonte: Quinzena⁵⁰

⁴⁷ Ver Glossário - “Perestroika e Glasnost”

⁴⁸ Roger Blackwell, consultor norte-americano, afirmou em 1995 que entre os três tipos de capitalismo no mundo - o norte-americano, o japonês e o alemão - este último é o que mais vinha ganhando força por conciliar alta produtividade com qualidade de vida. Na Alemanha a jornada semanal padrão de trabalho é de 37,5 horas; as férias legais, de quatro semanas, costumam durar seis a oito semanas, existindo 19 feriados pagos ao ano. Quanto à produtividade, as grandes empresas alemãs registraram um índice superior às empresas norte-americanas e japonesas nos últimos anos. Destaque-se também que a licença maternidade foi aumentada de 1,5 para 3 anos, que podem ser divididos entre pai e mãe, com os empregadores bancando financeiramente apenas parte deste período, ficando por outro lado garantido o emprego do casal pelos 3 anos que sucedem o nascimento do filho. Quanto ao programa de assistência médica, o governo paga 40% a 80% das despesas com atividades preventivas - consultas regulares ao dentista, realização de check-ups, etc. Além disto, a cada 3 anos os trabalhadores passam algumas semanas em *spas*, para descanso e relaxamento, financiados pelo seguro-saúde. Para os empregadores, as medidas preventivas tornam “mais saudáveis e felizes” os empregados, aumentando a produtividade. Em razão de tudo isto, em 1994 o custo do trabalho na Alemanha foi apontado como o mais alto do mundo, ficando a hora média de trabalho em US\$ 31,28. Cf. *CEPAT - Informa*. N.12 Dez 1995, p. 20. Curitiba, PR.

⁴⁹ Nos últimos anos a situação de desemprego nos Estados Unidos se reverteu graças a uma alteração no projeto econômico introduzido pelos *democratas* que assumiram o poder com Bill Clinton. A qualidades desses empregos analisaremos no item “1.2.1 O drama do Desemprego e do emprego Precário”.

⁵⁰ Fonte: *Quinzena* N° 141, 30 jun 92, p.18. C.P.V, São Paulo.

O Japão veio mantendo, nas última décadas até recentemente, taxas sustentadas de crescimento da produtividade do trabalho, promovendo uma intensa mudança tecnológica, mantendo o pleno emprego e aumentando sua participação nos mercados internacionais - graças a uma política de planejamento econômico e industrial coordenada pelo Estado⁵¹. O mesmo ocorreu com os Tigres Asiáticos em que os Estados souberam coordenar, na última década, uma política econômica direcionada para a exportação. Analistas econômicos afirmavam tranquilamente em 1996 que os Tigres mantinham "...uma elevada taxa de crescimento econômico sustentado, com expansão do emprego, inclusive industrial, e menor desigualdade na distribuição de renda."⁵² O aumento da participação desses países no mercado internacional acabou contribuindo para o aumento do desemprego em vários outros países, especialmente entre os que adotaram e ainda adotam políticas comerciais que são excessivamente liberais⁵³.

Conforme o discurso ultraliberal, resolve-se o problema do desemprego acabando com a rigidez regulatória nas relações capital e trabalho e onerando menos as empresas com impostos, o que significa - em contrapartida - o estado renunciar à manutenção de políticas de bem-estar social. Esse discurso, entretanto, mostrou-se inoperante, mesmo na Inglaterra. O governo conservador de Margaret Thatcher promoveu uma forte desregulamentação e quebrou a espinha dorsal dos sindicatos, ocorrendo inclusive uma baixa no número de sindicalizados que passou de 53% a 43% da força de trabalho. Mas a desregulamentação não teve nenhuma relação com a queda ou aumento do desemprego, conforme estudiosos do Centro para Pesquisa de Política Econômica dos EUA (CEPR). Nos anos 70, o desemprego oscilava entre 3% a 6% na Inglaterra. Em 1979 Thatcher é eleita Primeira-Ministra e assume o Governo Britânico, passando a desenvolver o seu programa neoliberal. Dois anos depois, forte conflitos sociais - motivados pelo desemprego - ganham as ruas de Birmingham, Manchester, Liverpool, Newcastle e Londres. Em 1983, o índice de desemprego atingia 12,4%, caindo um pouco no final dos anos 80 e voltando a subir nos anos 90.⁵⁴

A modernização conservadora na *Era Thatcher* levou a um enfraquecimento da economia britânica. Aproveitando-se da euforia pela vitória na Guerra das Malvinas em 1982, os conservadores encaminharam um processo de eleições gerais em 1993, saindo vitoriosos. Contudo, nas eleições municipais de 1988 os trabalhistas fizeram 39% contra 37% dos conservadores. Em 1990, em razão de suas propostas tributárias - especialmente a *Poll tax*, um imposto pessoal (de mesmo valor para todas as pessoas, independentemente da riqueza ou renda de cada contribuinte) a ser pago por todos os maiores de 18 anos, substituindo o imposto predial por residência - e de sua oposição à plena participação britânica no sistema monetário europeu, Thatcher - que atingiu o pior nível de impopularidade para um premiê britânico desde 1938, quando se iniciaram as pesquisas de opinião sobre o assunto - é forçada a renunciar, sendo substituída por outro conservador, John Major. Com seu governo, Thatcher conduziu a Grã-Bretanha à uma forte recessão.

⁵¹ A revolução tecnológica japonesa direcionou-se para a micro-eletrônica e a robótica, setores que produzem bens tangíveis. Contudo, o Japão passou a perder a corrida para os Estados Unidos na medida em que a indústria de softwares e de bens intangíveis passou a ser a principal área de um novo ciclo de acumulação. Nestes setores as empresas com matrizes nos Estados Unidos recuperaram a supremacia do país na corrida econômica internacional.

⁵² Maria Cristina CACCIAMALI, "Crise atual no país não é inexorável" *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-15

⁵³ Após a recente crise das bolsas no final de 1997, que teve na Ásia o seu epicentro, vários daqueles países promoveram acentuadas desvalorizações cambiais visando ampliar ainda mais suas exportações.

⁵⁴ *Folha de São Paulo*, 03-03-96 p.5-11

A taxa de investimento em toda a economia no terceiro trimestre de 1990 foi a mais baixa, desde 1985; o número de desempregados aumentava entre 35.000 a 60.000 por mês entre junho e dezembro de 1990, chegando em novembro a um total de 1.728.000 trabalhadores desempregados. Embora o número de proprietários de residência tenha aumentado de 52% a 66% no período, Londres e outras cidades britânicas alcançaram um número recorde de desabrigados com menos de 25 anos de idade que dormiam pelas ruas. Os cortes em assistência social, assistência médica e educação fizeram surgir filas para internações em hospitais públicos e levaram cerca de 60% dos estudantes a abandonar a escola aos 16 anos de idade⁵⁵. Em 1991, o descontentamento popular com a inflação, o desemprego e altas taxas de juros, prejudica novamente o desempenho dos conservadores nas eleições municipais. Conforme afirmava em 1990 Roy Jenkins, analista econômico do jornal *The Observer*, “a julgar pelos critérios da inflação, balanço de pagamentos, investimento e perspectivas de crescimento, a Grã-Bretanha continua a ser o que era em 1979, uma economia de segunda classe que corre o risco de cair para a terceira classe no ano que vem”⁵⁶.

Nos EUA, por sua vez, a economia também esteve marcada pela recessão nos anos 80, período em que mega-empresas norte-americanas atravessaram momentos de significativas mudanças. Alguns indicadores evidenciam esta situação: a Panam faliu, demitindo 7 mil funcionários; a General Electric demitiu 235 mil funcionários na década de 80; a IBM acumulou, no segundo trimestre de 93 um prejuízo de US\$ 8 bilhões, e atravessava um programa de reestruturação, que previa fechar 6 fábricas até 1994, demitindo quase 200 mil funcionários, e pretendia chegar àquele ano apenas com 225 mil trabalhadores, contra os 405 mil que empregava em 1986; a General Motors, por sua vez, com um prejuízo de US\$ 4.5 bilhões em 1991, pretendia em quatro anos eliminar 74 mil empregos e fechar 12 das 21 fábricas. Tal situação de recessão e desemprego durante sucessivos governos de presidentes republicanos - duas gestões de Reagan e uma Bush - foi determinante na vitória do democrata Bill Clinton, que recuperou em seus discursos políticos propostas que enfrentassem esses problemas. Contudo, a adoção de políticas que provocaram um reaquecimento da economia - que chegou a crescer cerca de 4,5% ao ano, atingindo 2,3% em 1996 - e uma recuperação do nível de emprego, não alteram em nada o caráter da modernização conservadora nos Estados Unidos. Tenha-se como exemplo que o salário mínimo real caiu 27% naquele país desde 1979⁵⁷ e que para se reduzir o déficit fiscal em 1998 a um patamar de US\$ 120,6 bilhões, Clinton propôs cortar, em cinco anos, entre outras coisas, US\$ 100,2 bilhões nas despesas com assistência médica aos idosos⁵⁸.

Na Alemanha, por fim, há que distinguir-se os dois períodos pré- e pós-reunificação. Como vimos, nos anos 80 a economia cresceu com baixas taxas de desemprego. Após a reunificação em 1989, a taxa de desemprego saltou a um novo patamar, embora nos primeiros anos ainda se mantivesse baixa. Conforme um estudo do Instituto de Pesquisas Econômico e Sociais da Central Sindical Alemã DGB, publicado em 1992, estimava-se que em 2002 apenas 25% dos trabalhadores alemães estariam integrados nas empresas com as garantias formais asseguradas, outros 25% estariam semi-integrados, prestando serviços temporários com remuneração inferior e cerca de 50% dos trabalhadores que compõem a PEA estariam excluídos do mercado formal de trabalho, vivendo de atividades

⁵⁵ Antonio Carlos SEIDL, “Era Thatcher leva Grã-Bretanha à Recessão”. *Folha de São Paulo*, 23-12-90 p.B-14

⁵⁶ Roy Jenkins, *apud* Antonio Carlos SEIDL, *op. cit.* p.B-14

⁵⁷ *Folha de São Paulo*, 03-03-96 p.5-11

⁵⁸ *Folha de São Paulo*, 09-2-97 p. 2-2

informais⁵⁹ - como ocorre com grande parte dos trabalhadores franceses. Embora esta pesquisa não preveja possíveis modificações na política de emprego nas próximas duas décadas, esta projeção não é descabida se verificarmos que o desemprego aberto na Alemanha saltou de 6,4% em 1991 para 10,8% em janeiro de 1996. Neste período foram cortados 550 mil empregos no ramo metalúrgico alemão, atingindo-se o montante de 6 milhões de desempregados em 1996.

Ao destacar essas quatro economias, evidenciamos que todas elas configuram - ao seu modo - aspectos de modernização conservadora. Sejam modelos de um neoliberalismo mais acentuado, sejam modelos em que o Estado estabelece um papel macro-estratégico na coordenação da economia, fato é que mecanismos de concreta socialização da riqueza produzida não se verificam e que até mesmo as políticas de bem-estar-social estão sendo suprimidas progressivamente com a justificativa ideológica de possibilitar que as empresas sejam mais competitivas e de que, assim, possam gerar empregos.

Estas justificativas ideológicas para políticas de modernização conservadora se repetem por toda a parte. Contudo, embora os ajustes estejam sendo implementados, o nível de desemprego continua crescendo. Em 1979, por exemplo, girava em torno de 5% o patamar do desemprego na Europa Ocidental; já em 1995, aproximadamente 11% da força de trabalho da União Européia estava desempregada, chegando a Espanha a índices superiores a 22%. Já na América Latina, tomando a Argentina como exemplo desta modernização conservadora, observamos o mesmo fenômeno em que o desemprego saltou de 5.3% em março de 1992 para 16.4% em outubro de 1995 (ver tabela 5). Os prometidos e sonhados investimentos na América Latina “modernizada” não ocorreram na proporção esperada.

⁵⁹ Jorge MATOSO, “Notas sobre a terceira revolução industrial, crise e trabalho no Brasil” in SOARES, Rosa Maria Sales de Melo. *Gestão da qualidade, Tecnologia e Participação*. Companhia Desenvolvimento do Planalto Central, CODEPLAN. Série Cadernos do CODEPLAN.

Tabela 5 - Taxa de Desemprego sobre a População Economicamente Ativa

PAÍS	1991	1992	1993	1994	1995	1996
ALEMANHA	6.4 jan-dez e	6.8 jan/fev f	7.8 nov f	8.9 fev f	9.4 jan-dez c	10.8 jan f
FRANÇA	9.8 dez f	10.2 jan f	12.0 dez f	12.5 jan-dez c	12.3 jan f	12.7 dez d
ITÁLIA	10.7 dez f	10.7 jan f	11.4 nov f	11.3 jan-dez c	11.9 fev f	11.9 out d
REINO UNIDO	7.4 jan-dez e	11.6 dez f	10.0 nov f	9.9 jan f	8.1 fev f	8.0 jan-dez d
ESPANHA	15.4 jan-dez e	19.4 dez f	22.4 nov f	24.2 jan-dez f	22.7 jul-set f	21.9 jul-set d
BÉLGICA	8.6 dez f	8.6 jan f	14.0 dez f	14.0 nov d	14.7 set-nov d	14.7 jan-dez d
DINAMARCA	8.5 dez f	8.8 jan f	12.5 set f	12.2 jan-dez c	9.1 dez f	9.3 jan-dez d
ESTADOS UNIDOS	6.6 jan-dez e	7.3 jan f	6.4 nov f	6.1 jan-dez c	5.4 fev f	5.3 dez d
CANADÁ	10.3 jan-dez e	10.4 jan f	11.0 nov f	10.4 jan-dez c	9.7 jan f	9.4 jan-dez
MÉXICO	8.0 dez f	n/d	4.0 set f	3.7 dez f	5.7 mar f	6.4 jan f
PORTUGAL	3.9 dez f	3.9 jan f	6.2 dez f	n/d	n/d	n/d
HOLANDA	7.5 b e	4.5 jan f	5.6 nov f	7.5 jan f	7.0 set-nov d	6.5 out-dez d
LUXEMBURGO	2.0 dez f	2.1 jan f	2.8 out f	n/d	n/d	n/d
IRLANDA	16.7 dez f	16.9 jan f	18.4 nov f	n/d	n/d	n/d
JAPÃO	2.2 dez f	2.2 jan f	2.5 jan-dez f	2.7 jan f	2.9 jan f	3.3 dez d
TAIWAN	1.7 b f	1.4 jan f	1.3 mai f	1.2 jan f	n/d	n/d
HONG KONG	0.9 a e	2.6 dez f	2.0 set f	2.0 set f	n/d	n/d
CINGAPURA	1.9 jun f	1.9 dez f	n/d	n/d	n/d	n/d
BRASIL	4.86 dez f	4.86 jan f	4.9 out f	5.5 jan f	4.6 dez f	5.26 jan f
ARGENTINA	5.3 out f	6.9 dez f	9.3 out f	12.0 dez f	16.4 out f	n/d
URUGUAI	8.1 out/dez f	n/d	8.3 jan-dez f	10.4 dez f	10.4 dez f	11.3 fev f
VENEZUELA	10.4 b e	8.0 jan f	6.6 out f	6.6 out f	11.4 jun f	n/d
PARAGUAI	8.5 a e	9.0 dez f	n/d	2.1 dez f	2.1 dez f	n/d
CHILE	8.0 dez f	4.4 dez f	4.8 out f	5.9 jan-dez c	6.4 dez f	n/d
CHINA	3.0 b e	2.3 dez f	2.3 mai f	2.8 jan-dez c	n/d	n/d
ISRAEL	10.0 b e	10.8 dez f	10.0 dez f	n/d	n/d	n/d

Fonte: Dieese, Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo e Almanaque Abril⁶⁰

Embora em 1996 tenha-se verificado um crescimento do investimento externo das multinacionais - conforme a *UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development*, ele atingiria US\$ 470 bilhões naquele ano - mais de 2/3 desses investimentos, contudo, seriam em negócios em países de capitalismo avançado⁶¹.

Com este drama prolongado e extensivo do desemprego - que analisaremos na próxima seção - e com o aumento da concentração de renda que tem por contrapartida o aumento absoluto do número de pobres, assiste-se um descrédito cada vez maior dos projetos políticos vigentes. A inviabilização do Estado de Bem-Estar Social, base da social democracia, a frustração do projeto neoliberal - veja-se o déficit da balança comercial de

⁶⁰ Dados: (a) 1989; (b) 1990. Fonte: (c) DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores 1996-97*, p. 131; (d) *Gazeta Mercantil*, 26-12-94, p.7; 11-12-95, B-8; 24-02-96, p. B-16; (e) *Almanaque Abril* 1992; 1995; (f) *Folha de São Paulo*, 08-03-92 p.3-2; 15-03-92 p.3-2; 14-03-93 p.3-2; 26-12-93, p. 3-2; 13-03-94 p.3-2; 19-03-95 p.3-2; 21-05-95 p. 2-2; 10-12-95; p. 2-2; 03-03-96 p. 5-10; 31-03-96 p.2-2. No caso do Brasil, a taxa levantada pelo IBGE refere-se ao desemprego aberto nas seis maiores cidades do país. Em geral, a metodologia adotada nas pesquisas que chegam a esses índices não revela o trabalho precário, o desemprego oculto e o desalento. Aqueles que trabalham sazonalmente, os que fazem bicos vendendo bugigangas nas esquinas e os que não procuram mais emprego formal - não se considerando desempregados em razão dessas precárias atividades informais que desenvolvem - não são incluídos nessas estatísticas que, em geral, apontam o desemprego aberto. Assim, por exemplo, conforme o DIEESE, em novembro de 1996 o desemprego aberto em Curitiba e Região Metropolitana foi de 8.1%. Contudo, o desemprego oculto era de 3.9% (3.3% caracterizado como precário e 0.6% como desalento). O desemprego total naquele mês, portanto, era de 12%. Cf. DIEESE. *Informativo PED V.3 N.11*, Nov 96, Curitiba, PR., p. 8

⁶¹ *Gazeta Mercantil* 29-09-96 p. 2-14

EUA e Inglaterra, bem como o desemprego e a pobreza nos países do Terceiro Mundo que o adotam - e a crise do socialismo autoritário no Leste Europeu favorecem o renascimento do nacionalismo de extrema direita em vários países europeus, como França, Itália, Alemanha, Rússia e países do Terceiro Mundo. Verifica-se, por outro lado, explosões das massas excluídas das benesses prometidas pelo liberalismo - mesmo nos EUA, em Los Angeles, por exemplo, nos vários saques que se repetem nas circunstâncias mais diversas. Há também uma tendência de descrédito na representação dos partidos políticos em alguns países, com a população votando em movimentos, personalidades, ligas, havendo rejeição dos partidos políticos históricos e de formas tradicionais de organização política dessas sociedades.

Conforme o professor Luis Gonzaga de Mello Belluzzo é possível estabelecer um paralelo entre a situação mundial atual e a que se verificou entre as décadas de 1920 a 1930. Era uma época de euforia peculiar às “épocas em que forças de mercado se sobrepõem à política e passam a atuar segundo seus desígnios” - como diz Fernando de Barros e Silva. Contudo, como o capitalismo nunca teve por desígnio gerar empregos mas produzir riqueza abstrata, frente aos excessos do capitalismo nestas décadas, têm-se como uma resposta irracional e regressiva a ascensão do nazismo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Já no pós-guerra, sob inspiração keynesiana os estados intervêm de maneira forte na economia objetivando restabelecer padrões civilizados na vida do planeta. Para tanto era necessário garantir empregos e condições básicas de vida às populações dos diversos países. Segundo Belluzzo, “o que vem ocorrendo neste último quarto de século parece indicar que a era keynesiana, os anos dourados do crescimento capitalista, foi sucedida, desde o início dos anos 70, por turbulências e instabilidades que a história poderá revelar tão formidáveis quanto as que irromperam nas décadas de 20 e 30”.⁶² O que se observa nos países com altas taxas de desemprego e sem maiores políticas sociais é a elevação de índices de informalidade, desobediência civil, violência, degradação urbana e ambiental e processos de desagregação social - entre outros graves aspectos. Como enfatiza Antonio Prado, é preciso enfrentar de maneira decisiva o problema do desemprego que permanece elevado e tende a crescer: “evitar esta tendência é fundamental, sob o risco de se colocar a própria democracia em questão. Sociedades com milhões de desempregados, candidatos a se tornarem excluídos, são tudo, menos estáveis.”⁶³

⁶² L. G. BELLUZZO apud Fernando de BARROS E SILVA, “A mancha do capitalismo”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-12

⁶³ Antonio PRADO, “A exclusão coloca em risco a democracia”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-13

1.2. A Globalização e a Pobreza no Mundo

1.2.1 O drama do desemprego e do emprego precário.

A atual transformação da ordem internacional está vinculada, portanto, à readequação do modo de produção capitalista à atual revolução tecnológica, com desdobramentos na organização social e política dos países, sendo o aumento da pobreza e o desemprego duas das notas características até aqui. Conforme Jorge Matoso, “nas últimas décadas do século 20, uma nova Revolução Industrial, em meio à globalização financeira (que favorece a especulação em detrimento do investimento e do crescimento econômico) e à desregulação econômica neoliberal (que favorece países, empresas, setores e indivíduos mais competitivos), ampliou o desemprego e a precarização das condições de trabalho.”⁶⁴

O desemprego, conforme documentos da OIT, atingiu em 1994 cerca de 820 milhões de trabalhadores no mundo; aproximadamente 30% da força de trabalho mundial estava desempregada.⁶⁵ Conforme análise de Ricardo Antunes em 1996, “entre 35 a 50% da população economicamente ativa inglesa, francesa, alemã e norte-americana encontra-se no universo da trabalho precário, parcial ou mesmo desempregada.”⁶⁶ Por precarização das relações de trabalho podemos entender, com Paul Singer, “a substituição de relações formalizadas de emprego, que no Brasil se expressam em registro na Carteira de Trabalho, por relações informais, de compra e venda de serviços, que tomam geralmente as formas de ‘terceirização’, de contratação por tempo limitado, de assalariamento sem registro, de trabalho a domicílio e outras.”⁶⁷

Na década de 80 o desemprego fora creditado à recessão verificada internacionalmente. A elevação das taxas de juros em países de capitalismo avançado, naquela década, também contribuiu para agravar o problema. Conforme Gilson Schwartz,

“quando o retorno na especulação é mais atraente e rápido que o compromisso de contratar, produzir e distribuir mercadorias, a riqueza existente não se converte em mais emprego, apenas em mais patrimônio. Um patrimônio muitas vezes fictício, que evapora num piscar de olhos quando a crise financeira chega.

O emprego é determinado pelo investimento, mas o investimento depende da comparação entre formas alternativas de acumular riqueza. Essa comparação, em última análise, depende da taxa de juros. Numa economia real, o desemprego depende muito mais do Banco Central do que da vontade ou organização dos trabalhadores ou mesmo da legislação trabalhista.”⁶⁸

A elevação das taxas de juros prejudicou ainda mais os países do Terceiro Mundo que, não dispendo de capital para alavancar seu próprio processo de crescimento e que tendo suas dívidas externas aumentadas por essas taxas, experimentaram, progressivamente, uma elevação da inflação, naquele período, do patamar das dívidas internas como mecanismos para enfrentar a situação - até que tais mecanismos saíram de controle.

⁶⁴ Jorge MATOSO, “Mobilização social pode evitar desastre”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-13

⁶⁵ Inácio NEUTZLING, *op. cit.* p.12

⁶⁶ Ricardo ANTUNES, “Contra a lógica da produção destrutiva”, *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-13, São Paulo.

⁶⁷ Paul SINGER, “A precarização é causa do desemprego”. *Folha de São Paulo*, 10-12-95 p. 2-2

⁶⁸ Gilson SCHWARTZ, “O trabalho em extinção”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-12, São Paulo.

Contudo, na década de 90, assistimos uma significativa retomada do crescimento econômico em várias economias. Não obstante, também continua aumentando o desemprego e diminuindo o número de postos de trabalho. No Brasil, entre 1993 e 1995, por exemplo, a atividade econômica cresceu em torno de 15% ao passo que o número de empregos aumentou somente 2%. Na Europa, por sua vez, tenta-se enfrentar as altas taxas de desemprego com a redução da jornada de trabalho e com a redução do custo do emprego, isto é, mudando legislações trabalhistas, cortando-se encargos de contratação e demissão, entre outros. No entanto, a redução de encargos também mostrou-se ineficiente. Empresas francesas se beneficiaram da redução dos custos, mas não abriram novas vagas. Segundo Thomas Coutrot, após a mudança da legislação, as empresas "... têm em média 20% mais do que normalmente precisam para investir e crescer. E ainda [em março de 1996] não apareceram os empregos."⁶⁹ Ocorre que as empresas podem investir e crescer introduzindo alguns novos postos de trabalho e eliminando vários outros. Assim, por exemplo, o setor financeiro no Brasil empregava 1,1 milhão de trabalhadores em 1985; com a acelerada informatização do sistema bancário, este estará empregando apenas 300 mil pessoas daqui três anos. Em outros países, que não tinham inflação elevada, também se verifica a diminuição de postos de trabalho no setor.

Alguns falam de medidas compensatórias como alterações nos programas de seguro desemprego, agências públicas de geração de emprego, contratos coletivos de trabalho, retreinamento de mão de obra, ou medidas mais keynesianas, como investimentos em infra-estrutura. Jeremy Rifkin, contudo, afirma que nos próximos 50 anos será muito difícil conseguir evitar taxas de desemprego elevadas. Conforme suas análises dos ciclos de trabalho desde a primeira revolução industrial, os desempregados inicialmente se deslocaram do campo para a indústria e depois para os serviços. Como o setor de serviços agora está sendo "desmontado" pelas novas tecnologias, parece não haver mais saídas próximas para os desempregados.

Contrariamente a este raciocínio, muitas das argumentações que deságuam na defesa da modernização conservadora, supervalorizam o papel das tecnologias da informação como elemento gerador de oportunidades econômicas para todo o conjunto da sociedade na medida em que ela contribuiria no aperfeiçoamento dos mecanismos de mercado.

O argumento neoliberal enfatiza que o mercado e a competição distribuem qualidade de vida, o que poderia ser avaliado considerando-se o padrão de vida de um cidadão médio atual com o padrão de vida de um rei há duzentos anos atrás⁷⁰. Seguindo a trilha de que a atual revolução tecnológica tende a ampliar, a médio prazo, esse padrão de bem-estar alguns analistas mostram-se otimistas. Conforme Pam Woodall,

"É verdade que a globalização e a tecnologia tenderão a ampliar as desigualdades salariais; mas não é verdade que apenas uma pequena elite se beneficiará. Como a tecnologia da informação (TI) é mais difusa do

⁶⁹ Thomas COUTROT, apud GONÇALVES, Marcos Augusto e BARELLI, Suzana. "Fim do trabalho encerra o século". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-8. São Paulo.

⁷⁰ O argumento clássico de Ludwig von Mises afirma que "o trabalhador europeu, hoje, vive em condições externas mais favoráveis e agradáveis o que o faraó do Egito, a despeito do fato de que o faraó comandava milhares de escravos, enquanto o trabalhador não tem que depender de coisa alguma, a não ser de sua força e destreza e da destreza de suas mãos." [Ludwig von MISES. *Liberalismo - Segundo a Tradição Clássica*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. e Instituto Liberal, 1987, p. 25] Esse argumento confunde, entretanto, o desenvolvimento tecnológico com supostos mecanismos de mercado para o aprimoramento da qualidade social de vida.

que as tecnologias anteriores, mais empregos poderão ser perdidos; mas mais empregos também serão criados. Se capital e tecnologia podem hoje ser transferidos através das fronteiras com maior rapidez, dando às economias de baixos salários acesso a melhor maquinaria do mundo rico, vantagens comparativas também podem ser transferidas mais rapidamente que no passado, mas isso não prejudica a causa do livre mercado.”⁷¹

Haveria, nas cifras oficiais, segundo esta linha de argumentação, uma subestimação da taxa de crescimento das rendas reais e a exacerbação do temor que a Tecnologia da Informação contenha muitas ameaças e traga pouco benefícios aos trabalhadores. Pelo contrário, as novas tecnologias da informação reduziriam os atritos do mercado facilitando a realização dos interesses coletivos. Esta percepção neoliberal aparece em algumas análises abrangentes:

“A Tecnologia da Informação, e a Internet em particular, torna abundantes as informações sobre preços, produtos e oportunidades de lucros, servindo-os mais rapidamente e reduzindo seus custos. Isso, por sua vez, torna os mercados mais transparentes, permitindo que compradores e vendedores comparem preços com maior facilidade. Ao mesmo tempo, avanços em telecomunicações diminuiriam o custo das transações, ao reduzir os custos das comunicações entre partes distantes do globo e ao permitir o contato direto entre compradores e vendedores, dispensando o intermediário. A Tecnologia da Informação também diminuiu as barreiras à entrada no mercado, melhorando as bases econômicas de unidades menores. Em outras palavras, as hipóteses básicas da competição perfeita estão começando a se tornar verdade. Melhor informação, baixos custos de transporte e barreiras reduzidas ajudam a tornar o mercado mais eficiente e competitivo. Ajudando a garantir que os recursos sejam colocados a seus usos mais produtivos, deverá a longo prazo estimular o crescimento econômico.”⁷²

Para os que advogam esta posição, é errado que os governos adotem protecionismos e subsídios, seja para proteger trabalhadores, seja para resguardar empresas no atual processo de mudanças. Para eles, cabe aos governos dar às pessoas as ferramentas que elas necessitam para poder enfrentar esta situação de mudanças, isto é, patrocinar programas de retreinamento e qualificação profissional.

Outros, entretanto, argumentam que tal posição não tem consistência. Como esclarece Rifkin, “mesmo se fosse possível treinar todas as pessoas desempregadas na indústria e nos serviços, o que é duvidoso, o setor da informação não seria capaz de absorvê-las.”⁷³ Um exemplo disso é a quantidade de doutores que não consegue colocação no mercado de trabalho. O modo adequado de aumentar empregos, nesta outra perspectiva, seria aumentar salários e consumo, bem como reduzir horas extras e a jornada de trabalho. Esta seria a solução do ponto de vista macroeconômico. Como há menos aumento de salário, como muitos ficaram sem salário e como a maioria tem medo do desemprego, gasta-se menos - como analisa Thomas Coutrot⁷⁴. Pior do que isto, a exclusão dos trabalhadores do

⁷¹ Pam WOODALL, “Parem o mundo que eu quero descer”. *Gazeta Mercantil*, 14/10/96 p. A-1 e A-20

⁷² *Ibidem*, p. A-20

⁷³ Jeremy RIFKIN, *apud*. Carlos Eduardo LINS DA SILVA. “Rifkin anuncia ‘fim do emprego’”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-11

⁷⁴ *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-10

processo produtivo, diminui a capacidade de consumo de grande parte da sociedade, reduzindo-se a demanda e gerando mais desemprego. Contudo, a solução macroeconômica apontada dificilmente será implantada sob o livre-mercado, uma vez que as empresas, isoladamente, não aumentam salários - temendo a concorrência - e que um acordo global entre elas é bastante improvável. Por fim, também a fraqueza política dos Estados em orientar a economia para a realização da cidadania, dificulta a implementação de tais propostas. Frente a essa situação alguns analistas, como Jorge Matoso, afirmam que "... o efetivo combate à praga do desemprego passa pelo estabelecimento de novos mecanismos nacionais e internacionais de regulação social da economia e do Estado contemporâneos e pela mais drástica redução da jornada de trabalho."⁷⁵ Na França, por exemplo, estima-se que a redução da jornada de trabalho em 10% criaria um milhão de empregos. Pagariam menos encargos as empresas que mantivessem jornadas inferiores a 32 horas semanais. As horas extras seriam compensadas com folgas, e não com pagamentos.⁷⁶

Esperançosamente, tendo por base a análise de outras revoluções tecnológicas, afirma Jeremy Rifkin, que a redução da jornada de trabalho sem redução de salários será inevitável. Do mesmo modo que a primeira revolução industrial reduziu a jornada de 60 para 40 horas, a atual revolução tecnológica deverá provocar outra redução de 40 para 30 horas, com a emergência do que ele chama de sistema de "6 para 6", isto é, seis horas em que os pais estão trabalhando e os filhos estudando, e outras seis horas em que os pais e filhos possam conviver. Para o autor, isso poderia contribuir para restaurar valores familiares, tornar as crianças mais felizes e confiantes, reduzir a criminalidade praticada por adolescentes, etc. Dois fatores pressionariam pela ocorrência desta alternativa: primeiro porque a marginalização da força de trabalho reduz a capacidade de consumo da sociedade como um todo - o que é indesejável sob a lógica de colocação de produtos no mercado; segundo, porque a redução de empregados com vínculos trabalhistas coloca em risco os fundos de pensão, que são atualmente a principal fonte no mundo de capital para investimento.⁷⁷

Para Rifkin, nem o Estado nem as empresas terão capacidade para resolver a crise do trabalho. Para tanto, segundo ele, seria necessário apelar às atividades de Organizações Não-Governamentais, envolvendo ações da sociedade civil voltadas à realização da cidadania. Conforme estatísticas, as organizações comunitárias empregam 9% da força de trabalho norte-americana, contribuindo com 6% do Produto Nacional Bruto daquele país: "o dinheiro movimentado pelas organizações sem fins lucrativos nos EUA é maior do que os produtos brutos de todos os países do mundo, exceto sete."⁷⁸ Comenta Rifkin que "o serviço comunitário é uma alternativa revolucionária às formas tradicionais de trabalho. Diferente da escravidão, da servidão e do trabalho assalariado, não é produto de coação nem de relação fiduciária. É uma ação de ajuda".⁷⁹

⁷⁵ Jorge MATOSO, "Mobilização social pode evitar desastre". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-13, São Paulo.

⁷⁶ Na Alemanha, em 1995, foram contabilizadas 250 milhões de horas extras na indústria metalúrgica. Pelo sistema de compensação dessas horas poderiam ser criados aproximadamente 80 mil empregos. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-10

⁷⁷ Prevê-se que no Brasil, no ano 2.000, os fundos de pensão atinjam um patrimônio de US\$ 400 bilhões, valor esse muito superior ao montante das atuais dívidas externa e interna do país, somadas. Os fundos de pensão nos EUA somam mais de US\$ 4,5 trilhões, podendo migrar em alta velocidade para diferentes investimentos provocando mudanças nos mecanismos internacionais de financiamento. Cf. Aluísio Pimenta. "Globalização, mundialização e planetarização". *Gazeta Mercantil* 14/10/96 p. A-3

⁷⁸ Carlos Eduardo LINS DA SILVA, *op. cit.* p. 5-11

⁷⁹ Jeremy RIFKIN, *apud Ibidem.* p. 5-11

Outros, por sua vez, defendem a tese de que “... O Estado é imprescindível para coordenar e, muitas vezes, conduzir um processo de desenvolvimento econômico sustentado com distribuição de renda.”⁸⁰

Em uma economia totalmente aberta e desregulada, que funciona à mercê do mercado, pode ocorrer o progresso técnico desconsiderando-se totalmente os custos sociais e ambientais. Por isso afirma Ignacy Sachs - professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris - que “... à época da mundialização, o Estado nacional tem uma função essencial a preencher enquanto regulador de mercados.”⁸¹ Esta regulação deveria ir no sentido de acelerar o crescimento e redirecioná-lo, dando prioridade aos setores da economia que são ainda capazes de absorver muita mão-de-obra. Alguns setores que, segundo ele, mereceriam atenção maior são: “1. a agricultura, principalmente a agricultura familiar convenientemente modernizada...; 2. as agroindústrias, em particular as pequenas e médias empresas que trabalham freqüentemente para o mercado local; 3. as indústrias de bens de consumo corrente...; 4. as bioenergias e as indústrias transformadoras da biomassa...; 5. as atividades ligadas à redução do desperdício da energia e da água, à reciclagem de dejetos e à reutilização de materiais, bem como a conservação das infra-estruturas, dos equipamentos e do parque imobiliário...; 6. enfim, os serviços sociais, no sentido amplo do termo, cujo custo para o Estado poderia ser diminuído por meio da pesquisa de parcerias com as organizações da sociedade civil (o privado sem fim lucrativo) e os usuários.”⁸²

Enquanto este debate prossegue, multiplicam-se por toda a parte ações de economia informal envolvendo pessoas e famílias que ficaram alijadas do processo produtivo formal. Entre muitas delas, duas revelam, em maior medida, o desespero e a decomposição do tecido social: a prostituição infantil e a cadeia das drogas ilegais.

Um relatório publicado pela ONU em junho de 1996 confirma que o narcotráfico tornou-se um dos negócios mais rentáveis do planeta. Estima-se que o comércio ilegal de drogas movimente, por ano, aproximadamente US\$ 300 bilhões em todo o mundo. Deste montante, US\$ 150 bilhões correspondem ao tráfico de heroína, US\$ 100 bilhões ao de cocaína, US\$ 30 bilhões ao de maconha e US\$ 20 ao de LSD e Ecstasy. O valor total movimentado pela comercialização ilegal de droga no mundo é superior ao PIB da maioria dos países, perdendo apenas para as 15 maiores economias, deixando para trás, inclusive, países como a Suíça (PIB: US\$ 260,352 bilhões), Argentina (PIB: US\$ 281,922 bilhões), Índia (PIB: US\$ 293,606 bilhões) e Bélgica (PIB: US\$ 227,550 bilhões).⁸³

De outra parte, a prostituição infantil vem crescendo no mundo todo, conforme relatório da UNICEF divulgado em março de 1996. Segundo este estudo, anualmente mais de um milhão de crianças são obrigadas a se prostituir. Na Tailândia a prostituição infantil envolve 800 mil crianças e rende por ano, aproximadamente, US\$ 1,5 bilhão. Estima-se que na Índia 500 mil crianças atuem na prostituição; no Brasil, a estimativa alcança o mesmo número. O turismo sexual é um dos atrativos oferecidos por muitas empresas a pessoas do Primeiro Mundo que viajam para o hemisfério sul. A prostituição infantil, entretanto, aumenta no próprio interior dos países ricos. Calcula-se que 300 mil crianças e adolescentes sejam explorados sexualmente nos Estados Unidos; apenas em Nova York cerca de 30 mil menores se prostituem pelas ruas. No Japão a prostituição vem crescendo

⁸⁰ Maria Cristina CACCIAMALI, *op. cit.* p.5-15

⁸¹ Ignacy SACHS, “Crescimento tem que ser reorientado”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-13

⁸² *Idem*

⁸³ “Narcotráfico movimenta bilhões”. in Lucila CAMARGO, (org.). *op. cit.* p.44

entre adolescentes de classes médias que ampliam com esse expediente seu poder aquisitivo para adquirir roupas e outros produtos de grifes famosas. Conforme a polícia japonesa, aproximadamente 8% das estudantes secundaristas, na faixa de 12 a 17 anos, atuam na indústria do sexo naquele país.⁸⁴

Outra modalidade de ocupação informal é a prática do contrabando. A tal ponto o comércio de produtos contrabandeados disputa as vendas com o comércio formal, que algumas lojas em adensados centros urbanos de países do Terceiro Mundo acabam por expor suas mercadorias também em bancas, nas calçadas, em frente às suas dependências para enfrentar este tipo de concorrência. Conforme Antonio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio no Brasil, o volume movimentado pelo comércio ambulante no país pode girar ao redor de US\$ 8 bilhões ao ano, patamar que se equivale ao dobro do déficit oficial da balança comercial nacional em 1996. Segundo esse representante dos empresários formais do comércio, que clamam fortes medidas para coibir esta prática informal ou ilegal, “... esses ‘sacoleiros’ não são viajantes nem praticam um comércio de subsistência. Revendem bebidas, eletrodomésticos, componentes para a montagem de microcomputadores e toda sorte de brinquedos eletrônicos, produzidos em terceiros países, que vão parar nas mãos dos ambulantes que se aboetam nas calçadas das grandes cidades brasileiras.”⁸⁵ Com a prática deste comércio que não paga impostos, o Estado deixa de arrecadar aproximadamente, conforme tal estimativa, US\$ 2,4 bilhões ao ano.

1.2.2 A Concentração de Renda e o Aumento da Pobreza

Os relatórios do Banco Mundial afirmam que o aumento da pobreza no mundo na década de 90 é alarmante. Ela aumenta inclusive no próprio interior dos países ricos, de capitalismo avançado, tornando-se tal questão a mais premente a ser enfrentada. A situação da concentração de renda chegou a tal ponto que, as 358 pessoas mais ricas do mundo em 1993 possuíam ativos que, segundo ONU, superavam a soma da renda anual de países em que residiam 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda a população do mundo. “Os 20% mais pobres do mundo ficavam, em 1993, com apenas 1,4% do total de renda do planeta, uma queda de 0,9% percentual em relação a 1960. Os 20% mais ricos viram sua fatia saltar, no mesmo período, de 70% para 85% da riqueza mundial.”⁸⁶ Mais de 1 bilhão de pessoas viviam em habitações consideradas inadequadas, isto é, sem água corrente, energia elétrica, acesso satisfatório ou segurança de posse.

Outro indicador aponta que 447 bilionários do planeta detêm uma riqueza combinada maior que a renda de metade de toda a população mundial. Segundo o *Institute for Policy Studies* sediado em Washington, dois terços da população mundial estão excluídos ou marginalizados da globalização⁸⁷.

O Economista Mahbub Ul Haq - que coordenou durante vários anos as equipes de economistas que elaboraram estudos sobre o Desenvolvimento Humano publicados pelo Programa de Desenvolvimento da ONU - partindo dos indicadores publicados no relatório deste programa em 1991 projetou, conforme Manoel Francisco Brito, um quadro dramático ao afirmar que após mais duas gerações, 93% da População do Mundo estará no Terceiro Mundo e que este terá um número absoluto de pobres muito maior. Os dados são impressionantes: “

⁸⁴ “Prostituição Infantil Cresce no Mundo”. in Lucila CAMARGO, (org.). *op. cit.* p.45

⁸⁵ Antonio Oliveira SANTOS, “Contrabando em Alta”. *Folha de São Paulo*, 09-02-97, p. 2-2

⁸⁶ “Globalização acentua contraste”. *Folha de São Paulo*, 16-07-96, p. 1-8, São Paulo.

⁸⁷ Pepe ESCOBAR, “Os Donos do Mundo”. *Gazeta Mercantil*, 21 a 23-02-97, Leitura de Fim de Semana, p.1

Um bilhão de pessoas vivem na pobreza no Terceiro Mundo, 180 milhões de crianças morrem de subalimentação, 1,5 bilhão não tem assistência médica..., 500 mil mulheres morrem na gravidez ou de parto e mais de um bilhão de adultos não sabem ler ou escrever. Nas nações industrializadas, 200 milhões vivem em total pobreza. Mas o Primeiro Mundo sofre com o desemprego, um alto índice de criminalidade, com a droga, suicídios e milhares de desabrigados”⁸⁸.

O relatório da ONU sobre desenvolvimento humano, publicado em 1998, intitulado *Consumo para o Desenvolvimento Humano*, afirma que as desigualdades no consumo são imensas: enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. “Bem mais de um bilhão de pessoas estão privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo. De 4,4 bilhões de pessoas nos países em desenvolvimento, aproximadamente três quintos carecem de saneamento básico. Quase um terço não tem acesso a água potável [*clean water*]. Um quarto não tem moradia adequada. Um quinto não tem acesso a serviços modernos de saúde. (...) Mundialmente, 2 bilhões de pessoas estão anêmicas, incluindo 55 milhões em países industrializados.”⁸⁹ A “família” [household] média africana consome, atualmente, 20% menos do que o fazia há 25 anos atrás.

Conforme Ul Haq, a miséria no Terceiro Mundo traz consigo um rastro de devastação do meio ambiente - depredado para promover alguma melhora imediata à vida das pessoas -, constatando-se que quanto maior é a pobreza, mais grave é a destruição do ambiente por

⁸⁸ Manoel Francisco BRITO, “ONU alerta para o perigo da concentração de riqueza” in: *Jornal do Brasil* 23 mai 91. Cf. *Quinzena*, Nº 118, p. 24-25 16 jun 91, C.P.V., São Paulo. Diferentemente do que escreveu o autor, um *overview* produzido pela ONU sobre o relatório em que estes dados são analisados cita que 180 milhões de crianças sofrem de grave desnutrição, mas não afirma que, todas elas, estejam morrendo em razão disso: “Those needs are still substantial-above all in developing countries, as this year's review of the state of human development points out: * *Poverty* - Over one billion people live in absolute poverty. * *Nutrition* - Some 180 million children, one in three, suffer from serious malnutrition. * *Health* - One and a half billion people are deprived of primary health care. Nearly three million children die each year from immunizable diseases. About half a million women die each year from causes related to pregnancy and childbirth. * *Education* - About a billion adults cannot read or write. Well over 100 million children of primary school age are not in school.(...) People in all developing regions share these problems, but the most urgent problems tend to differ. (...) Indeed, the analyses for the industrial countries and the developing countries show many points of similarity, although the extent and character of deprivation are different: * *Poverty* - Over 100 million people live below the poverty line in the industrial market economies. If the USSR and Eastern Europe are included, the number is at least 200 million. * *Unemployment* - In ten industrial countries, the rate is between 6% and 10%, and in another three it is beyond 10%. (...) * *Social fabric* - In many industrial countries, the social fabric continues to unravel fast-old cultural and social norms are disappearing, with nothing cohesive to take their place. The all-too-frequent result is isolation and alienation. There is evidence of high rates of drug addiction, homelessness, suicide, divorce and single-parent homes.” Fonte: ONU. *Human Development Report 1991* - “Overview” <http://www.undp.org/undp/hdro/e91over.htm>. Embora se possa problematizar algumas cifras, o índice real que gera interpretantes de revolta em qualquer pessoa com um mínimo de senso de justiça é que milhões de pessoas morrem em extrema pobreza a cada ano em razão da concentração de renda no mundo. Citando outras fontes, Paulo Freire destaca a dramaticidade desta situação e o pouco caso com que é tratada sob a lógica do capital: “São impressionantes as estatísticas de órgãos insuspeitos como o Banco Mundial e o UNICEF que, em seus relatórios de 1990 e 1991, respectivamente, nos falam da miséria, da mortalidade infantil, da ausência de educação sistemática; do número alarmante - 160 milhões de crianças - que morrerão no Terceiro Mundo de sarampo, de coqueluche, de subnutrição. O relatório do UNICEF refere-se a estudos já feitos no sentido de evitar uma total calamidade na década em que estamos. Dois bilhões e meio de dólares seriam suficientes. A mesma quantia, conclui o relatório de forma um tanto pasma, que empresas norte-americanas gastam por um ano para vender mais cigarros.” Paulo FREIRE. *Professora Sim, Tia Não - Cartas a Quem Ousa Ensinar* São Paulo, Editora Olho D'Água, 1993, p. 127

⁸⁹ Fonte: ONU. *Human Development Report 1998 - Changing today's consumption patterns — for tomorrow's human development* - “Overview” <http://www.undp.org/undp/hdro/e98over.htm>

aquela população pobre. Por outro lado, salientou o economista que o Terceiro Mundo transformou-se nos anos 80 em um exportador de capitais que migram para o mundo desenvolvido. O serviço da dívida externa é um dos mecanismos principais dessa transferência de recurso dos países pobres aos países ricos e, segundo Ul Haq, esta tendência deverá permanecer nos próximos anos, pois os países industrializados, em uma atitude cada vez mais isolacionista, vem assinando acordos de comércio que trancam do lado de fora grande parte dos países do Terceiro Mundo. Conforme o pesquisador, o crescimento econômico verificado nos anos 80, beneficiou basicamente os países ricos, de capitalismo avançado.

O crescimento econômico, todavia, não significa geração de empregos, minoração do drama das populações que vão empobrecendo ou elevação do nível de desenvolvimento humano. Um estudo da OCDE revelou que “a Europa cresceu economicamente, em média, 3% de junho de 1993 a maio deste ano [1995]. Mas... o desemprego aumentou de 10% em junho de 1993 para 11% em maio de 1995.”⁹⁰ Ao analisar a situação européia - em que se mantém certas políticas de bem estar social, mas um índice de desemprego elevado - e a situação norte-americana - em que se está enfrentando o desemprego, tendo por contrapartida a redução do salário mínimo real e o empobrecimento de parcelas da população -, a Organização Internacional do Trabalho escreve em um de seus documentos que “no longo prazo, o dilema pareceria ser a escolha entre duas formas de pobreza”.⁹¹

Um outro relatório recente da ONU sobre desenvolvimento humano traz indicadores que tornam visíveis essa contradição envolvendo o crescimento econômico. Afirma o documento que “nos últimos 15 anos, o mundo viu espetaculares avanços econômicos para alguns países e declínio sem precedentes para outros.(...) Os avanços freqüentemente são em taxas que excedem qualquer coisa vista desde o início da revolução industrial dois séculos atrás. (...) os declínios também são sem precedentes, excedendo em duração e, em alguns casos, em profundidade, os que ocorreram na Grande Depressão dos anos 30 nos países industrializados.”⁹² De um lado assiste-se a uma rápida expansão do crescimento econômico em cerca de 15 países, com elevação de renda para uma parcela de seus 1,5 bilhão de habitantes. Por outro lado, a estagnação ou o declínio econômico atingiu 100 países trazendo redução da renda de 1,6 bilhão de pessoas. Prevê o documento que no século XXI alguns países pobres que conseguirem dominar novas qualificações e competir poderão, graças aos avanços em tecnologia e comunicação, acelerar o seu desenvolvimento - como ocorre com a Índia, que se tornou o segundo maior exportador de software. Contudo, o documento salienta que a abertura econômica e as privatizações sob os influxos da globalização, tendem a acirrar disparidades internas na distribuição de renda, como acontece com o Chile - primeiro país latino-americano a liberalizar a sua economia. Ali o coeficiente Gini para distribuição de renda saltou de 0,45 em 1970 para 0,57 em 1990, significando uma piora de 27% na distribuição de renda do país.⁹³

1.2.3. O Peso das Dívidas Externas

A partir da década de 60, a Dívida externa passou a crescer nos países do Terceiro Mundo, especialmente durante as ditaduras militares (ver tabela 6), quando os empréstimos, o destino do dinheiro e as cláusulas dos acordos não foram discutidos com o poder legislativo e muito menos com os setores populares da sociedade civil.

⁹⁰ CEPAT - *Informa*. N.12 Dez 1995, p. 15, Curitiba.

⁹¹ Citado por: Clóvis ROSSI, “Um câncer diabólico”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-11

⁹² “Globalização acentua contraste”. *Folha de São Paulo*, 16-07-96, p. 1-8, São Paulo.

⁹³ O coeficiente Gini vai de zero (significando formalmente a distribuição mais equitativa) a um (significando a distribuição mais desigual).

Tabela 6 - Evolução da Dívida Externa em Países sob Ditaduras Recentes

PAÍS	PERÍODO	DÍVIDA EXTERNA INICIAL	DÍVIDA EXTERNA FINAL
Brasil	1964 - 1985	US\$ 3,0 bilhões	US\$ 81,5 bilhões
Argentina	1970 - 1983	US\$ 2,4 bilhões	US\$ 27,4 bilhões
Peru	1978 - 1980	US\$ 1,1 bilhão	US\$ 8,5 bilhões
Chile	1973 - 1989	US\$ 2,5 bilhões	US\$ 17,4 bilhões

Fonte: Christina BRENTANO. “Acordos da dívida externa revelam dez anos de atraso nos países em desenvolvimento”⁹⁴

O valor das dívidas externas explodiu no final da década de 60, quando os juros contratados subiram de 4,5% a 21,5% ao ano (ver tabela 7) - elevação que teve por finalidade conter a inflação nos países ricos -, sendo que cada 1% em elevação de juros significou aos latino-americanos, aproximadamente, US\$ 3,5 bilhões a mais para pagar, gerando um efeito de bola de neve: quanto mais se rola a dívida, mais ela cresce. Com isso, em 1992, a dívida externa, apenas da América Latina, somava US\$ 1,35 trilhões, segundo o Banco Mundial, Bancos Credores e o F.M.I.⁹⁵

Tabela 7 - Evolução de Taxas de Juros Internacionais Anuais que Incidiam sobre as Dívidas Externas no período de 1977 a 1980

PAÍS	1977	1979	1980
ESTADOS UNIDOS	7,8%	15,3%	21,5%
INGLATERRA	7,5%	14,4%	17,5%

Fonte: Christina BRENTANO. *Op. Cit.*⁹⁶

O pagamento da dívida externa trouxe e traz enormes custos para os países devedores. Em todos eles a década de 80 foi perdida: houve diminuição do produto interno bruto na América Latina, África, Oriente Médio e Leste Europeu. As políticas sociais impostas por organismos internacionais, condicionadas à renegociação das dívidas e ao pagamento de seus juros e serviços, provocou desemprego, redução nos investimentos em políticas habitacionais, saneamento, saúde e educação. De outra parte, as condições de pagamento também pressionaram a elevação da inflação (ver tabela 8).

⁹⁴ Christina BRENTANO, “Acordos da dívida externa revelam dez anos de atraso nos países em desenvolvimento” in: *Almanaque Abril 93*. São Paulo, Editora Abril, 1993 p.31-33

⁹⁵ Conforme vários analistas latino-americanos esta dívida é ilegítima por vários motivos. Segundo a Associação Internacional de Juristas, aproximadamente 25% do total dos recursos foram empregados na compra de armamentos com a finalidade de garantir a manutenção dos governos ditatoriais, sob a ideologia da Guerra Fria, sendo que muitas vezes as armas eram compradas dos mesmos países dos bancos credores com o dinheiro saindo de um banco e indo para outro do mesmo país. Por outro lado, estima-se que aproximadamente US\$ 300 bilhões foram desviados a paraísos fiscais e contas secretas em bancos europeus e americanos. O próprio Banco Mundial estimou que, da dívida externa argentina, US\$ 17 bilhões tenham sido desviados entre 1980 e 1984 e que na Venezuela, no mesmo período, tenham sido desviados US\$ 27 bilhões. Outras fontes afirmam que no México e nas Filipinas - durante a ditadura de Ferdinand Marcos - tenham sido desviados US\$ 30 bilhões em cada país. Christina BRENTANO, *op. cit.* p. 31-33

⁹⁶ Fonte: *Ibidem*, p.31-33

Tabela 8 - Taxa Média Anual de Inflação por Período para Países Credores e Devedores em Relação a Empréstimos Internacionais⁹⁷

CONDIÇÃO	RENDA PER CAPITA	1965-1980	1980-1989
Credores	acima de US\$ 6 mil	7,6%	4,6%
Devedores	entre US\$ 2.000 a US\$ 6.000	19,8%	78,7%
Devedores	entre US\$ 580 a US\$ 2.000	20,9%	73,0%
Devedores	menos de US\$ 580	8,0%	9,1%

Fonte: Christina BRENTANO. *Op. Cit.* ⁹⁸

Outros dados caracterizam a face cruel desta situação em que se inscreve o pagamento de juros e serviços das dívidas externas. O desemprego no México aumentou 70% entre 1981 e 1984; o número de pobres absolutos aumentou, na Costa Rica, mais de dois terços entre 1979 e 1982; a renda per capita, na Tanzânia, caiu pela metade entre 1977 e 1982; na Jamaica, o desemprego atingiu 50% entre a população na faixa de 15 a 24 anos e 25% no total da população economicamente ativa; ao passo que na Turquia, entre 1980 e 1984, o desemprego subiu de 15% a 20%. Conforme dados do UNICEF, os países pobres e endividados não investem em educação, carreando os recursos que aí seriam investidos para pagar a dívida externa; por falta de investimentos em políticas sociais, 40 mil crianças morrem por dia de fome, diarreia, tétano e sarampo - sendo que bastariam apenas US\$ 2,5 bilhões para reduzir pela metade essas mortes. A tragédia é que os países devedores pagam anualmente, aos credores, mais de US\$ 170 bilhões. Somente o Brasil pagou entre 1975 a 1990 a quantia de US\$ 100 bilhões, sendo que em 1975 o total da dívida era US\$ 25,1 bilhões chegando a 1990 ao montante aproximado de US\$ 115 bilhões⁹⁹. Apenas nos anos de 1989 à 1995, o Brasil pagou US\$ 78,928 bilhões, em juros e amortizações. Contudo, em 1995 a dívida havia atingido o patamar de US\$ 151,757 bilhões. O México, por sua vez, encerrou 1996 com sua dívida externa atingindo US\$ 165 bilhões - ela cresceu 120% entre 1991 e 1996, representando atualmente 50% do PIB mexicano¹⁰⁰. A situação de endividamento se agravou ainda mais após a recente crise econômica que se seguiu depois da extensa aplicação de um programa de medidas neoliberais, crise essa econômica que foi contornada graças a novos empréstimos que envolveram como garantia as jazidas de petróleo mexicanas.

1.2.4. O Peso das Dívidas Internas

Principalmente com a finalidade de captar recursos para pagar os serviços das dívidas externas - um dos elementos fortemente responsáveis pelo déficit público - os governos se vêem forçados a buscar dólares na poupança interna. Esse mecanismo, por sua vez, acaba avolumando uma enorme dívida interna. Para captar dinheiro internamente, os governos oferecem títulos a juros mais elevados que os praticados no exterior ou bastante atraentes aos agentes econômicos internos. Assim, conseguem dólares para pagar os juros e serviços das dívidas externas e cobrir outras despesas que pressionam o déficit público. Os banqueiros, por sua vez, criam inúmeras maneiras de captar e ganhar com a intermediação. Contudo, a maior parte destes títulos são de curto e médio prazo, o que obriga os governos a resgatá-los em períodos breves. Como os governos não tem dinheiro para resgatar todos

⁹⁷ Fonte: *Ibidem*, p.31-33

⁹⁸ Fonte: *Ibidem*, p.31-33

⁹⁹ Fonte: *Ibidem*, p.31-33

¹⁰⁰ Folha de São Paulo, 11-02-97, p. 2-2

os títulos que colocam no mercado, acabam emitindo mais títulos para pagar anteriores, com o valor acrescido pelas taxas de juros, e assim vão rolando e aumentando a dívida interna.

O caso brasileiro é um exemplo complexo e dramático. Estimava-se que dívida interna do país girasse em torno de US\$ 42 bilhões no final de 1993. A elevação das taxas de juros com a finalidade de segurar a inflação - mantendo o Plano Real¹⁰¹ -, a continuidade do pagamento da dívida externa, o auxílio do governo aos bancos que quebraram¹⁰² e a cobertura de outros elementos que pressionaram o déficit público, elevaram a dívida interna para o patamar de US\$ 127,3 bilhões em outubro de 1996. De 1994 a 1997 o governo conseguiu alongar o prazo do vencimento de seus papéis no mercado de 3 para 4 meses apenas, bem como, reduzir a taxa de juros de 4% para 1,8% ao mês. Entretanto, como afirmava Ivanir José Bortot, em outubro de 1996, “como a dívida interna não pára de crescer, estima-se que, em um período de um ano, o BC [Banco Central] terá que fazer a rolagem de cerca de R\$ 240 bilhões de títulos e estará pagando juros sobre uma dívida maior.”¹⁰³

1.3. A Globalização e a Nova Geopolítica Internacional

No final do século, a Guerra Fria entre EUA e URSS foi substituída pelo conflito Norte-Sul. Podendo ser caracterizado como um conflito de interesses entre os países ricos e pobres, não elimina ou dissolve, contudo, os conflitos de classes no interior desses países e blocos. Não há contradição mecânica entre empresários desses países. Na realidade o grande capital expande suas fronteiras e integra globalmente seus interesses.

Embora a expressão *Conflito Norte-Sul* seja uma representação não muito adequada, os sete países mais ricos do mundo estão situados no hemisfério norte e praticamente todos eles acima do trópico de Câncer, exceto pequena região da Itália. Por outro lado, a maior parte dos países que compõem o *Terceiro Mundo* localizam-se abaixo do trópico de

¹⁰¹ A manutenção de taxas elevadas de juros é expressão da chamada âncora monetária, que mantém aparentemente estável a economia por estabilizar o valor da moeda, mas que se tornou um explosivo instrumento de efeito retardado quando o Estado se torna refém do giro desses papéis para dar continuidade à sua política econômica, tendo que desfazer-se de ativos reais com as privatizações para cobri-los ou cortar gastos com políticas sociais, entre outras coisas. Como afirmavam alguns jornais em 1995, “supondo-se que até o final do ano o governo ofereça ao mercado, para continuar com a bomba-relógio no colo, as taxas médias atuais de cerca de 4% ao mês, o dispêndio com juros terá sido de mais de US\$ 40 bilhões, ou seja, o suficiente para pagar por mais de dez anos todas as internações hospitalares do INAMPS. Ou algo como uma Vale [do Rio Doce] a cada cinco meses”. CF. “Masturbação Econômica”. *Folha de São Paulo*, 14-05-95, p. 1-2

¹⁰² Conforme matéria veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, em agosto de 1996, “medidas voltadas para o socorro dos bancos respondem por 52,3% do aumento da dívida interna federal em títulos em dois anos de Plano Real. Nesses 24 meses, a dívida foi de R\$ 61,765 bilhões para R\$ 154,287 bilhões. Essa elevação seria R\$ 48,373 bilhões menor se não tivesse sido necessário evitar a quebra dos bancos.” Cf. “Ajuda aos bancos causa 52% da dívida do Real”, *Folha de São Paulo*, 25-08-96 p. A-1, São Paulo.

¹⁰³ Ivanir José BORTOT, “BC e Tesouro devem ao mercado R\$ 127,3 bilhões”. *Gazeta Mercantil*, 07-10-96, p. B-1. O que tem financiado a estabilidade do Plano Real são esses títulos que, entretanto, vão transformando a dívida interna em um buraco negro que vai consumindo os recursos das privatizações. A dificuldade do governo em alongar o perfil da dívida com títulos de resgate a longo prazo evidencia que o mercado não tem confiança de que a estabilidade econômica esteja consolidada. Se por ventura o mercado, temendo que o governo não consiga resgatar esses bilhões de dólares em títulos, recue na compra desses papéis, o governo provavelmente aumentará ainda mais a taxa de juros, leiloando papéis de curtíssimo prazo, enforcando-se de modo irrecuperável. Nessa situação os capitáveis voláteis tenderão a buscar aplicações de menor risco em outros mercados e a situação ficará ainda mais dramática.

Câncer, estando uma parcela deles também no hemisfério norte. Não se trata, portanto, de uma estrita divisão geográfica de hemisférios que tenha por divisor a linha do Equador, mas uma figura de linguagem político-econômica, que visualiza a localização de países ricos e pobres em regiões do mundo que se separam em torno do paralelo 30° Norte.

No Norte é determinante o desaparecimento da bi-polaridade pós-guerra com a desintegração da URSS. Os Estados Unidos, vencedores da guerra fria, hegemônicos no campo militar e diplomático, acabam tendo sua hegemonia econômica questionada. A estratégia que adotam para a recomposição de sua hegemonia no campo econômico e político envolve a formação NAFTA - incorporando neste mercado alguns países da América Latina, com economias ajustadas sob o Consenso de Washington -, envolve a pressão sobre a ONU e organismos internacionais como FMI, BIRD, BID, GATT, depois OMC, na defesa dos interesses americanos e envolve, por fim, a manutenção da Pax Americana - que não descarta a sua intervenção nos países da América Latina, no Golfo Pérsico ou em outras áreas que considere estratégicas, para manter a ordem que lhe interessa sob o alibi do combate ao narcotráfico, defender a democracia ou qualquer outro. Por sua vez, Alemanha e Japão lideram importantes áreas do globo estruturadas nos blocos já analisados anteriormente, com inúmeros interesses evidentemente divergentes dos interesses norte-americanos.

No Sul amplia-se a crise da dívida externa, ocorrendo uma acentuada marginalização de parcelas expressivas da população nos continentes latino-americano e africano. Na maioria dos países do Sul ocorre uma subordinação passiva das elites nacionais aos ajustes neoliberais, dificultando-se uma inserção internacional soberana desses países, acentuando-se também a miséria e a degradação de condições de vida e trabalho. Este quadro não apenas traz consigo pressões à desarticulação do movimento sindical e popular, como também amplia o distanciamento tecnológico e produtivo das nações do Sul, face aos países de capitalismo avançado, colocando em risco, inclusive, a própria democracia e a nacionalidade nesses países - como no caso do Peru que experimentou um golpe de estado, e que ainda vive sob o comando de Fujimori.

Nas próximas três subseções analisaremos com mais detalhes alguns aspectos políticos dessa nova ordem internacional sob a atual fase do capitalismo globalizado.

1.3.1. Do Fim da Guerra Fria aos Novos Parâmetros da Intervenção Geopolítica

A nova geopolítica internacional adquire sua atual configuração após a desagregação da URSS, a reunificação da Alemanha, o fim da Guerra Fria e a derrota imposta a Sadam Hussein no Golfo Pérsico pelas chamadas “forças democráticas”, hegemônicas pelos EUA. As economias do socialismo autoritário, que derrocaram, voltam-se para diversas versões do capitalismo que vão das orientações mais liberais, passando pela proposta de um mercado social, chegando às versões do modelo asiático, que tratam o país como se fosse uma grande empresa.

Embora os analistas dos centros geopoliticamente dominantes afirmem que a nova ordem internacional significou a derrota de um comunismo totalitário e que sopram novos ventos para a democracia liberal em direção a todos os cantos do globo, é preciso enfatizar que a autêntica democracia, a democracia substancial, vai ficando cada vez mais soterrada sob os imperativos econômicos dos movimentos dos capitais, com ares de legitimidade

assegurada juridicamente pelos organismos internacionais, dominados por esses mesmos centros hegemônicos.

A guerra do golfo derrubou a ilusão de que países pobres, fortemente armados com produtos bélicos não-nucleares, estivessem militarmente próximos do grau de poder dos países ricos. Constatou-se que o poder de fogo não-nuclear também está monopolizado por alguns poucos países de tecnologia avançada, sendo em vários aspectos monopólio dos EUA. Com a quebra da URSS e da Rússia, as potências do ocidente passam a ter o controle da maioria dos possíveis campos de batalha - territórios a serem controlados sob uma estratégia geopolítica de manutenção dos cinturões de segurança do Norte desenvolvido. Uma política externa sem apoio militar, como diria Henry Kissinger, torna-se - nesta lógica - mero exercício de retórica. Se é certo que o bloco dos países desenvolvidos tem poder suficiente para vencer todas as batalhas em que decida participar - mesmo que durem diversos anos em selvas inóspitas -, por outro lado, não significa que tais países manterão a unidade em suas metas quanto ao emprego da força. Os consensos e pressões do Grupo dos Sete que determinam ou inviabilizam decisões na ONU, tendem a se pautar por outras lógicas a partir do momento em que ocorreu a separação dessas forças em blocos econômicos concorrentes¹⁰⁴. Os geopolíticos dos centros dominantes defendem que “as democracias”, isto é, os países dominantes vencedores da Guerra do Golfo, devem assegurar o direito de intervir militarmente, em certas ocasiões, em qualquer país do mundo para garantir a “autodeterminação”, “liberdades básicas”, ou em razão de “cuidados com o meio-ambiente”. Essas palavras nada mais servem do que álibi para justificar a defesa dos interesses geopolíticos dos países ricos ou de capitalismo avançado.

Nesta Nova Ordem, quatro preocupações chamam a atenção de alguns analistas dos centros hegemônicos: a) a emergência de vários países com economia em alta produtividade, exportação e crescimento, como os Tigres Asiáticos que podem trazer problemas às economias dos países já avançados; b) a manutenção da unidade dos vencedores da Guerra Fria e da Guerra do Golfo; c) a capacidade desses países vitoriosos de imporem uma Nova Ordem Mundial por meio das Nações Unidas; d) por fim, o estabelecimento de regras para intervenção militar sobre outros países.

A decolagem econômica de países que possuem economias fracas em diversas regiões de todo o globo provocará mudanças nos padrões de comércio mundial. Nos últimos 20 anos, por exemplo, os Tigres Asiáticos quadruplicaram sua participação nas exportações mundiais, e embora tenham aumentado suas importações, não importam o mesmo volume dos países ricos aos quais exportam, o que contribui para debilitar a balança comercial daqueles países. A emergência de novas economias fortes trará problemas para grupos econômicos americanos e europeus e afetará mercados de matéria-prima e capitais. Com o crescimento dessas novas economias haverá maiores demandas nos mercados de capitais que financiem o próprio crescimento. Com isso ou o fornecimento do capital aumenta, em razão de movimentos de poupança, ou ocorrerá aumentos reais nas taxas internacionais de juros que trariam problemas aos países pobres e agravariam ainda mais as dificuldades ligadas às dívidas externas.

¹⁰⁴ Exemplo claro dessas divergências é a condenação pela União Européia da Lei Helms-Burton aprovada pelo senado norte-americano, que implica em retaliações pelos EUA às empresas que desenvolvem relações comerciais com Cuba. O porta-voz da União Européia argumentou as razões que movem aquele bloco econômico a pretender desafiar os EUA junto à Organização Mundial do Comércio sobre esta lei: “Os interesses da UE precisam ser protegidos e tergiversar sobre o assunto, só emitiria sinais de fraqueza e de indecisão”. Cf. “Lei Helms-Burton leva União Européia a recorrer à OMC”. Gazeta Mercantil 2/10/96 p. A-10

No cenário que vai se redesenhando para as próximas décadas a permanência da unidade dos vencedores da Guerra do Golfo - Estados Unidos, países da Europa Ocidental e Japão - é uma incógnita. Se a Guerra Fria serviu para manter um bloco ocidental hegemonizado pelos Estados Unidos, o seu desaparecimento e o fim da paranóia de uma guerra nuclear que devastaria a Europa são fatores importantes para a emergência de novos interesses e forças que provoquem a desagregação daquela unidade. A unificação da Alemanha, que se impõe no cenário econômico europeu como base da UE - o que pode ser aferido não só pelo desempenho de sua economia como pela manutenção do Marco em meio à cesta de moedas européias -, reafirma uma identidade européia e novos interesses inexistentes no antigo cenário. Sob a racionalidade geopolítica norte-americana, contudo, os Estados Unidos seriam a força executora da Nova Ordem Mundial, estabelecida com mediações da ONU. Nessa linha, a Europa e o Japão necessitariam do apoio militar norte-americano, para economizar gastos com sua própria defesa. Entretanto a divergência entre os Sete Grandes nas negociações comerciais envolvendo o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) até 1994, e a OMC (Organização Mundial do Comércio) a partir de 1995, mostram aspectos interessantes das divergências¹⁰⁵. A Comunidade Européia recusou-se a desarticular sua política agrícola que se tornou uma espécie de marca de identidade comum, ao passo que o Japão se recusa a abrir totalmente sua economia ao mundo externo, uma vez que a abertura total do comércio levaria a modificação de hábitos japoneses de consumo, o que acabaria provocando mudanças no seu próprio “senso de identidade” e em seu modelo de crescimento. Como as decisões no campo econômico são estabelecidas - na lógica dessa disputa - não apenas por auto-interesses econômicos mas por uma vontade de se impor na conquista de metas adversárias é bem provável que a Europa, fortalecendo-se, rompa também os laços que a prendem aos EUA em nome da segurança¹⁰⁶. Haveria uma disputa, finalmente, entre os três grandes blocos por recursos naturais não renováveis que se encontram em áreas que estão fora de suas esferas, como o petróleo no Golfo Pérsico, o que poderia tornar, então, a disputa geopolítica por essas áreas algo bem mais perigoso que uma disputa econômica por mercados.

A capacidade do Grupo dos Sete em impor uma nova ordem internacional através da ONU - segundo os analistas políticos dos centros hegemônicos - está diretamente ligada à manutenção de sua unidade. Com o objetivo de determinar essa nova ordem estabeleceu-se uma estratégia, particularmente defendida pelos EUA, em que a URSS não poderia emergir de sua reestruturação econômica com a capacidade de hegemonizar um forte bloco de parceiros sob a articulação de uma Comunidade de Estados Independentes - CEI. As ajudas econômicas negadas às políticas de reestruturação conduzidas por Gorbachev - exceto alguma contribuição européia, mais simbólica que efetiva¹⁰⁷ - aumentaram, então, a crise da CEI, levaram à renúncia de Gorbachev em 25 de dezembro de 1991, possibilitaram a ascensão de Boris Ieltsin, o próprio desmonte posterior da CEI, a emergência de conflitos étnicos sanguinários e o ressurgimento de ideologias fascistas na região. O atual e futuro auxílio a países do Leste Europeu estão condicionados à abolição

¹⁰⁵ “Intransigência impõe fracasso à negociação do Gatt”. *Folha de São Paulo*, 08-12-90, p. B-6.

¹⁰⁶ É sintomático que já na Guerra das Malvinas o governo francês tenha disponibilizado ao governo britânico informações técnicas sigilosas sobre como defender-se do ataque dos mísseis Exocet, que a Argentina havia adquirido da França anteriormente, além de suspender o envio de uma remessa de tais mísseis ao Peru, que poderia cedê-los à Argentina - como temia a Inglaterra. O fornecimento pela França de informações confidenciais sobre armamentos envolvidos em sua estratégia de segurança, sinaliza que acordos militares de maior envergadura são possíveis na defesa de interesses europeus. Thomas SANCTON, e Larry GURWIN, “How the war was won”. *Time*, 9 de Setembro, 1996. p. 30-34

¹⁰⁷ Cf. *Folha de São Paulo*, 15-12-90

dos mecanismos de distribuição de renda anteriormente existentes e à implantação da economia de mercado. Sob essa estratégia, também a Rússia estaria condenada a submeter-se, como os países pobres do mundo, a uma ordem mundial administrada pelo Grupo dos Sete, cujas decisões, em sua maioria, acabariam tomando um caráter de consenso internacional nos palcos da ONU, enquanto as pressões dos três blocos não os desagregar. Por outro lado, em repúdio a essa situação, pode expandir-se nos países do Leste Europeu um discurso populista em nome da reconquista da soberania econômica, do antigo poder sobre decisões internacionais e pelo fim da situação atual de marginalização política e de dificuldades econômicas. É preciso considerar também que antigos comunistas - que combatiam a casta de burocratas e defendiam tanto uma reestruturação socialista da economia da URSS quanto a introdução de mecanismos democráticos de controle do poder, bem como o fortalecimento da CEI - estão atualmente organizados sob novos partidos, que têm crescido muito junto à população, frustrada com os reveses econômicos introduzidos pela economia de livre-mercado.

Neste novo cenário da geopolítica mundial, o debate sobre a definição de critérios que norteiem as intervenções internacionais sobre países específicos aponta para alterações consideráveis no conceito de soberania. O próprio Willy Brandt - que recebeu em 1971 o Prêmio Nobel da Paz - afirmou que o mundo tem direito de penetrar em fronteiras nacionais a fim de proteger os direitos humanos ou impedir desastres ecológicos. Nesta mesma linha de estabelecimento de justificativas, certos acontecimentos que se desenrolam nas fronteiras nacionais e que passam a ser de interesse de outros países, são invocados por alguns analistas como motivos para uma intervenção internacional, como, por exemplo, a permissão dada por um governante para que zonas limites do território de seu país possam ser utilizadas como base para manobras de grupos armados que visam atingir países vizinhos. Após a Guerra do Golfo, sob muitas justificativas, verificaram-se, entre outras, várias intervenções pela força no Iraque - neste caso em nome da defesa de grupos étnicos -, intervenção de soldados europeus no Zaire, tropas de paz na Iugoslávia, intervenção em outros países em guerra civil eivadas de motivações étnico-religiosas, etc

Frente a essa circunstância, em uma matéria publicada em *The Economist* sobre *A Nova Ordem Mundial*, o autor comenta quais seriam essas regras de intervenção apropriadas ao novo contexto. Quatro regras poderiam normatizar as intervenções, para que não fossem consideradas agressões à soberania dos povos - citamo-las para posteriormente considerar, brevemente, a sua perversidade. A primeira é que as pessoas por quem e para quem se planeja a intervenção realmente a desejem, o que nem sempre é fácil de detectar, como nos primeiros meses de conflito entre sérvios e croatas. O segundo critério é que haja bastante certeza da efetiva vitória das forças interventoras, considerando a capacidade tecnológica bélica e as peculiaridades geográficas do território em que se desenvolverão as ações. O terceiro é que a intervenção sirva claramente ao auto-interesse dos interventores, a ser servido no decorrer ou ao final do processo. O autor exemplifica este aspecto afirmando que mesmo sendo os tibetanos oprimidos pelos chineses, mesmo se eles desejassem a intervenção e mesmo que houvesse claras evidências de vitória na intervenção, isso não bastaria para justificá-la. E continua: “Dizer isso parece subordinar a moral ao puro auto-interesse; e é isto mesmo. Mas também é uma maneira de se limitar a quantidade total de intervenções”¹⁰⁸. Por fim, continua o artigo, para que a intervenção seja solidamente justificada a vítima necessitaria genuinamente ser merecedora da ação de resgate. Percebe-se claramente sob a lógica desses critérios que na Nova Ordem Mundial menos interessa efetivamente a ética do que, em nome dela, a defesa dos interesses geopolíticos

¹⁰⁸ *A Nova Ordem Mundial*, Gazeta Mercantil, 09 out 91

das grandes potências. Substituir a ética pelo auto-interesse, colocar-se no topo do tribunal que define quais os seres humanos inocentes que estão sendo oprimidos que são dignos de merecer resgate e quais os inocentes que devem ser deixados à própria sorte, é o mesmo que colocar a ordem internacional a serviço de interesses particulares de nações poderosas, cuja geopolítica externa cumpre, freqüentemente, um papel tático nas macro-estratégias econômicas internacionais dos grandes grupos privados, controlados por algumas centenas de mega-empresários e de mega-especuladores financeiros.

1.3.2. O Conflito entre Norte e Sul, Ricos e Empobrecidos.

No início dos anos 90, sob a ótica dos ideólogos de plantão, com o término da Guerra Fria, com os ventos em direção de uma Glasnost no Leste Europeu e do ressurgimento das democracias na América Latina, com a queda do muro de Berlim e com a desagregação da URSS, com a ascensão ideológica do neoliberalismo e a reimplantação da economia de livre mercado em países em que ocorrera uma forte intervenção autoritária estatal na economia, tudo se encaminhava para um cenário em que a “paz” e a “liberdade” seriam a base da convivência dos povos com os eventuais conflitos regionais resolvidos ao âmbito da Organização da Nações Unidas, estabelecendo-se uma Nova Ordem Mundial estável e duradoura. Para Francis Fukuyama, um filósofo nipo-americano, a história teria chegado ao fim.

Naquele período, os conflitos regionais que eram sustentados pelas superpotências vão se apaziguando no Afeganistão e Angola; grupos guerrilheiros abandonam a luta armada para disputar a hegemonia pelas vias da democracia formal em El Salvador e na Colômbia; ditadores africanos têm seu poder diminuído pois não conseguem mais chantagear as potências, quanto às zonas de influência; Nelson Mandela é libertado e o Congresso Nacional Africano renuncia a luta armada; a Guerra do Golfo provoca um realinhamento político no Oriente Médio; acordos entre israelenses e palestinos em busca da paz se desenvolvem; ocorrem acordos de desarmamentos entre as grandes potências e destruição de ogivas nucleares; bases militares dos Estados Unidos nas Filipinas são desmontadas; etc.

Contudo, o que emerge nos anos 90, a partir da avaliação crítica dos acontecimentos, é a substituição do conflito Leste-Oeste, pelo conflito Norte-Sul. O medo da Guerra Nuclear, dá lugar na Europa ao medo de se perder o emprego ou de ser vítima da violência dos marginalizados. Assiste-se o aumento da miséria no Terceiro Mundo e da pobreza em todo o mundo, guerras que passam a ser travadas em pequenos e desconhecidos países, a emergência dos *skinheads* atirando bombas-incendiárias em abrigos de imigrantes turcos na Europa Ocidental; novas formas de racismo contra os imigrantes que estariam roubando empregos em uma economia de capitalismo avançado, que acabam se configurando em projetos de políticas públicas anti-imigratórias. Para muitos, o mundo todo estaria assistindo o ressurgimento de uma nova era de “barbárie”.

Segundo Jean Christophe Rufin, conforme seu trabalho *O Império e os Novos Bárbaros*, o conceito de Nova Ordem Mundial - formulado em Washington, Tóquio, Londres ou Paris - seguiria a lógica de uma racionalidade pragmática e brutal. O Norte teria se unificado em razão da queda do comunismo, pelo “fim das ideologias”, pela vitória do liberalismo e da economia de livre-mercado, surgindo um Novo Império com o fim da rivalidade Leste-Oeste. No Sul, por sua vez, estariam os Novos Bárbaros, com sua

explosão demográfica, sua tragédia social e seu futuro ameaçador. Os problemas enfrentados entre os Novos Bárbaros como a violência, a miséria, anarquia e corrupção mereceriam do Novo Império apenas a indiferença, uma vez que os países do norte estariam preocupados em resolver seus próprios problemas, realizando esporadicamente algum gesto de indulgência, voltado a algum país do Sul - como as campanhas de solidariedade realizadas em favor da Somália. Norte e Sul evoluíram em sentidos opostos: enquanto o norte avança em suas metas de progresso, o sul recua em sua miséria e violência social.

Entre as zonas do Norte e do Sul haveria o empenho de constituição, pelo Norte, de uma área fluida, móvel, uma espécie de cinturão de segurança, de estabilidade, com a finalidade de isolar o Império e o Mundo Bárbaro. Nesse espaço geopolítico estariam Estados-tampões como o México, a Turquia e países europeus situados no mediterrâneo, que cumpririam a função de anteparo das ordas latino-americanas e africanas que marcham clandestinamente em direção ao Império. Nesta perspectiva, a Guerra do Golfo não foi apenas um conflito Norte-Sul em razão do petróleo, mas um “conflito de estabilização do cinturão”. Do mesmo modo, a integração do México ao NAFTA não se daria principalmente em razão de sua importância econômica ou mesmo pelas suas jazidas de petróleo, mas para que os Estados Unidos possam melhor controlar essa área de segurança.

Vários acontecimentos podem ser invocados para a confirmação do fechamento do Norte sobre si mesmo em razão de sua segurança, abandonando o sul à marginalidade e à desassistência, renunciando pragmaticamente ao ideal de justiça que pregam quando, com ele, justificam seus interesses internacionais. Ernest Stern, ligado ao FMI e Banco Mundial, após o encontro anual das duas entidades em 1992 - em que se discutiu apenas a crise monetária da Europa, frente a uma pauta que poderia ser muito mais ampla - comentou, acerca do auxílio dos países ricos aos países pobres do Terceiro Mundo, que “os doadores estão se voltando para si mesmos. Por não terem lidado com os seus próprios problemas estruturais, estão com dificuldades financeiras. E a ajuda é uma vítima do fim da Guerra Fria. A falta de competição ideológica está reduzindo o entusiasmo pela ajuda”¹⁰⁹. Por sua vez, também em 1992, em um seminário no Rio de Janeiro, o ex-chanceler da Alemanha Helmut Schmidt, alertou que os países em desenvolvimento não esperassem auxílios dos países ricos para resolverem seus problemas. De outra parte, o programa de abertura de fronteiras estabelecido pelos países da União Européia esboça uma política que estabelece portas abertas para dentro - entre os países do bloco - e portas fechadas para fora. Trata-se da construção de um novo Muro de Berlim que proteja todo o bloco, baseado na concessão de vistos de permanência, buscando com isso enfrentar o aumento dos imigrantes que triplicaram em quatro anos¹¹⁰. Os Estados Unidos, por sua vez, criaram um sistema de concessão de vistos a partir da solicitação por cartas, selecionando os imigrantes e concedendo-lhes um *greencard* permitindo-lhes residência permanente no país. Os critérios para conceder a permanência, contudo, são obscuros, sendo que em 1991, entre os países latino-americanos, somente a Argentina foi habilitada a participar desse mecanismo. Por outro lado, um *lobby* irlandês, naquele ano, conseguiu a maioria dos vistos de permanência.

¹⁰⁹ Bernardo A. CARVALHO, “Fim das Ideologias no Império do Norte Arrasta o Mundo para a Era da Incerteza” in: *Almanaque Abril 93*, São Paulo, Editora Abril, 1993, p. 15.

¹¹⁰ Alguns estimaram exageradamente que cerca de 20 milhões de imigrantes do Leste Europeu tentariam, sem sucesso, entrar na Europa em 1993. Glynn Ford, integrante do Parlamento da Europa, afirmou sobre o fenômeno migratório que “antigamente os europeus temiam que os russos invadissem as planícies da Alemanha com tanques. Agora é com malas”. Bernardo A. CARVALHO, *op. cit.* p. 16

Esses mecanismos de controle, entretanto, seriam ineficientes. O então presidente do Senegal, Abdu Diuf, em um pronunciamento em que se dirigiu aos países do norte, afirmou: “É preciso evitar que, uma vez desaparecido o antagonismo Leste-Oeste, encontremos um antagonismo mais grave, mais pernicioso, o Norte-Sul. Vocês correm o risco de serem invadidos por milhões de africanos que, empurrados pela miséria, desembarcarão em ondas sobre os países do Norte. E não adianta fazer legislações contra a imigração, vocês não podem conter esse fluxo, porque não se para o mar com as mãos”¹¹¹

1.3.3 A Globalização e o Neoliberalismo

A expressão política desse modelo de capitalismo globalizado é o neoliberalismo. O velho liberalismo do século XVIII - que considerava os homens iguais por natureza e que formulou princípios universais para a conduta humana visando promover universalmente a liberdade e também a felicidade alheia¹¹² - foi redefinido nas primeiras décadas do século XX dando origem ao neoliberalismo, que nas últimas décadas deste século tornou-se o projeto político mundialmente hegemônico. O conjunto dessas redefinições, que recuperam a teoria econômica neoclássica do final do século XIX, ganhou projeção internacional no final dos anos 70 quando entrou em crise a teoria econômica keynesiana frente ao conjunto de problemas que emergiu na economia mundial naquele período. Destacaram-se nesta reformulação, no continente europeu, os economistas Ludwig Von Mises, Wilhelm Roepke e Frederich Von Hayek, bem como os filósofos Karl Popper e Raymond Aron; nos Estados Unidos têm-se a atuação do economista Milton Friedman, entre outros, nesta reformulação.

A difusão desse neoliberalismo doutrinário passou a ocorrer através de inúmeras mediações até atingir as políticas concretas implementadas por governos nacionais. Cláusulas de contratos internacionais de financiamentos a políticas públicas e pacotes negociados com o FMI e Banco Mundial, entre outros, levaram lideranças políticas de vários países a adotarem medidas e discursos neoliberais, promovendo políticas monetaristas e privatizantes, embora não averiguassem os pressupostos da doutrina neoliberal e suas limitações. Assim, políticas indiscriminadas de abertura a importações e manutenção de taxas elevadas de juros como práticas para enfrentar a inflação levaram a déficits de balança comercial e aumentos da dívida pública que abalaram os fundamentos de inúmeras economias que se fragilizaram frente aos movimentos de capitais internacionais.

Diferentemente do liberalismo clássico que se apegava a modelos formais, o neoliberalismo busca se ajustar a partir das contingências, tendo em vista promover a maior liberdade possível aos agentes econômicos privados. Suas reflexões acerca da promoção da liberdade pública, dos direitos e da democracia passaram a ser amplamente reproduzidas por diversos órgãos sociais difundindo-se certas teses por intermédio de jornalistas e políticos que não compreendem, contudo, os seus fundamentos. A capacidade do liberalismo doutrinário em penetrar no campo educacional garantiu-lhe espaços amplos de vigência neste meio. Mas também aqui, do mesmo modo, difundem-se teses carecendo-se de uma elaboração rigorosa acerca de seus pressupostos¹¹³.

¹¹¹ Bernardo A. CARVALHO, *op. cit.* p. 16

¹¹² Veja-se Euclides André Mance. “Quatro Teses Sobre o Neoliberalismo” *Revista Filosofazer*, Passo Fundo, IFIBE, ano VI n. 11, p. 83 a 103, 1997, especialmente a explicitação da posição ética kantiana em relação ao liberalismo.

¹¹³ Sobre tais bases e pressupostos veja no glossário o verbete *liberalismo*

A recente renovação do liberalismo ocorreu para satisfazer as necessidades da internacionalização e concentração dos capitais sob hegemonia dos mega-conglomerados. O conjunto de medidas econômicas dessa atualização, que retoma teses da doutrina neoliberal reorganizada nos anos 30, foi organicamente sistematizado no final dos anos 80, recebendo em seguida a denominação de Consenso de Washington¹¹⁴.

Com efeito, em novembro de 1989 reuniram-se em Washington funcionários do governo dos Estados Unidos e de organismos financeiros internacionais ali instalados: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo do encontro convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened*, era analisar as reformas econômicas empreendidas e em curso na América Latina. Lá estiveram presentes vários economistas latino-americanos relatando experiências. As conclusões desse encontro acadêmico, que não possuía caráter deliberativo, passaram a ser denominadas informalmente por Consenso de Washington¹¹⁵. Tal encontro ratificou a proposta neoliberal, que o governo norte-americano vinha defendendo, como condição necessária para que qualquer país pudesse receber cooperação financeira externa bilateral ou multilateral. Assim, embora resultassem de uma reunião informal, as conclusões daquele encontro tornaram-se uma espécie de receituário que passou a servir de referência para a coordenação das políticas de desenvolvimento dos países latino-americanos financiadas por aquelas entidades. O conjunto de ajustes propostos acabou por servir de referência não apenas aos países latino-americanos mas a todas as economias que recorriam àqueles financiamentos, independente da realidade concreta do país ou das situações diferenciadas de sua estrutura econômica.

As elites latino-americanas passaram a assumir aquelas propostas em um discurso modernizador, tornando aqueles objetivos parte integrante de suas metas de ajustes estruturais, uma vez que somente assim conseguiriam financiamentos para desenvolvimento. A vigorosa defesa do neoliberalismo assumida pelo governo Reagan ecoou como símbolo de uma nova etapa de transformações da economia mundial, pois a queda do Leste Europeu e a reintrodução de dispositivos de livre-mercado naquelas economias soava como um triunfo da livre-iniciativa contra as economias estatizadas ou protecionistas. De outra parte, o modelo desenvolvimentista inspirado na CEPAL - articulando capitais privados nacionais e estrangeiros sob a condução de um Estado regulador e até mesmo empresário - também era considerado retrógrado e impotente para promover a modernização almejada.

A crise econômica latino-americana era compreendida como se não possuísse raízes externas desconsiderando-se a elevação das taxas de juros internacionais que incidiram e incidem sobre nossas dívidas externas e financiamentos, o preço do petróleo, a deterioração dos termos de intercâmbio, etc. A crise era apontada como resultado de políticas nacionalistas e estatistas ligadas aos regimes militares que fechavam os países à livre circulação do capital. Muitos economistas proeminentes na América Latina e formados nos Estados Unidos como Salinas de Gortari (México) e Domingos Cavallo

¹¹⁴ Veja-se no glossário o verbete *Liberalismo*.

¹¹⁵ Leitura indispensável para uma compreensão elementar deste processo é o trabalho de Paulo Nogueira BATISTA, *O Consenso de Washington - A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-americanos*, Caderno da Dívida Externa N. 6, PEDEX, São Paulo, 1994. O autor foi embaixador do Brasil junto à ALADI - Associação Latino-Americana de Integração, ao GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio e à Organização das Nações Unidas.

(Argentina) endossavam essas políticas e passarão a ter destaque na sua implementação em seus países.

O Consenso de Washington considera os problemas políticos e sociais como conseqüências de problemas econômicos e avalia estes como resultado de entraves colocados ao mercado, especialmente pela má condução da política monetária. Seria necessário primeiro estabilizar a base monetária, para depois promover a consolidação de um crescimento gradual das economias para, posteriormente, resolver-se os problemas sociais consolidando-se a democracia liberal¹¹⁶. Em outras palavras, a liberalização da economia traria com o passar do tempo a resolução dos problemas sociais aos quais o Estado daria prioridade depois de normalizada a economia, superando-se a fase de ajustes estruturais.

A síntese das propostas era a defesa do livre-mercado que se auto-organiza em suas relações internas e externas e do Estado mínimo, que deveria ser reduzido a esta condição de maneira rápida e drástica. Tratava-se pois de abrir a economia à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco com empresas que trariam tecnologias. Essas transformações conformavam os eixos em torno dos quais giravam, de modo articulado, os dez temas tratados no evento: “1. disciplina fiscal; 2. priorização nos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; 10. propriedade intelectual.”

Em síntese o programa apontava para:

a) a necessidade das privatizações, deixando o mercado ao jogo dos agentes privados, gerando com a venda das empresas recursos que seriam necessários ao equilíbrio das contas governamentais;

b) uma tributação mínima e regressiva, bem como o aumento da base de tributação e a redução de impostos sobre os agentes econômicos, isto é, os possuidores de grandes fortunas e os pobres pagariam as mesmas taxas de impostos, estendendo a cobrança de impostos a segmentos pobres que antes estavam isentos, bem como, diminuindo a cobrança de impostos das empresas;

c) abertura a importações e investimentos estrangeiros, uma vez que o protecionismo de mercado seria ineficiente tanto para captar recursos quanto para satisfazer os interesses do consumidor nacional. O protecionismo inibiria a inserção competitiva na economia mundial. O investimento estrangeiro direto complementaria a poupança nacional necessária ao desenvolvimento e traria novas tecnologias, aumentando a competitividade do país;

d) quanto ao regime cambial e política monetária, o Consenso de Washington apontava a necessidade de estimular exportações e inibir importações. Afirmava, contudo, que durante a fase de estabilização econômica era válida a vinculação da moeda nacional a uma “âncora externa”, mesmo correndo o risco de uma sobrevalorização monetária. Esta política, que era apontada como exceção, tornou-se posteriormente a praxe de dolarização para a estabilização econômica.

¹¹⁶ O Chile e o México, entretanto, que foram as estrelas da primeira onda a levar os ajustes do Consenso de Washington aos seus limites, subordinando o político ao econômico, realizaram tais reformas mediante regimes fortes. Em alguns casos, o “excesso de democracia” era visto como empecilho para os ajustes estruturais. Sob tal lógica a democracia não é vista como condição para atingir-se um desenvolvimento econômico-social, mas como um dos subprodutos dos ajustes neoliberais.

Este receituário apontado para a América Latina, expressa basicamente o conjunto de medidas neoliberais que são sustentadas como horizonte para a satisfatória reestruturação das economias nacionais no mundo todo. A abertura aos capitais internacionais é a palavra chave, tanto para que eles contribuíssem com o desenvolvimento nacional quanto para que ajudassem a enfrentar monopólios internos que desfiguraram o regime de preços, sendo portanto a criação de mercados concorrenciais - através da constituição de blocos econômicos - um dos mecanismos para disciplinar a economia. Por outra parte, o Estado não deveria dispendar recursos com assistencialismos, deixando que a própria sociedade civil resolva os seus problemas. Sob esse discurso se esconde a continuidade do processo de empobrecimento de parcelas sociais no mundo todo e o carreamento dos recursos estatais para os ajustes que favorecem aos grandes grupos internacionais.

Mesmo depois da crise mexicana, um hiperliberalismo continuou sendo defendido por Ricardo Hausman, economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento, advogando uma liberalização mais rápida e imediata do sistema financeiro nos países do Terceiro Mundo, a fim de integrarem-se aos mercados internacionais, aproximando-se do modelo de “maior profundidade financeira”, que tem no Panamá o seu exemplo¹¹⁷.

A adoção de políticas neoliberais pelos países do Terceiro Mundo em meio à atual revolução tecnológica provocou graves consequências e tornou essas economias dependentes de fluxos de capital sobre os quais não têm autonomia. Como afirma Antonio Prado,

“... a difusão das novas tecnologias em países absorvidos pela hegemonia de políticas econômicas baseadas no Consenso de Washington, principalmente nos subdesenvolvidos (como Brasil, Argentina e México), sem dúvida, tem acarretado uma queda acentuada do emprego industrial e em segmentos dos setores de serviços.

Nesses casos, a combinação da liberalização comercial com rápida queda das tarifas aduaneiras, a sobrevalorização cambial utilizada para sustentar políticas de estabilização e a ausência de políticas industriais tem se revelado explosiva e fator de criação de novas formas de desemprego que se agregam às previamente existentes, aprofundando a exclusão social.”¹¹⁸

Contudo, conforme os defensores do neoliberalismo ou do capitalismo sem atritos, nenhuma análise dos resultados desses ajustes seria satisfatória se não forem compreendidas as diferenças entre vantagem absoluta e vantagem comparativa na competição entre empresas ou regiões e, mesmo, economias nacionais. Vantagem absoluta ocorre quando uma empresa ou país é superior ao outro em todos os quesitos estratégicos envolvidos no processo competitivo. A liberalização da economia não traria aos países uma vantagem absoluta, mas sim comparativa. A defesa do livre comércio, sob tal concepção, repousa na tese da vantagem comparativa, pois cada país especializando-se em determinadas coisas, teria certa vantagem em relação aos demais, ganhando mercado e sendo bem sucedido, especialmente quando sua vantagem comparativa se articula à sua vocação geoestratégica. Salientam também que, graças à tecnologia da informação, importantes vantagens comparativas podem se transferir rapidamente de um país a outro, de uma região a outra. Isso se exemplificaria no caso de Taiwan que, apropriando-se de

¹¹⁷ Gilson SCHWARTZ, “Hiperliberalismo é lançado nos EUA”. *Folha de São Paulo*, 29-09-96

¹¹⁸ Antonio PRADO, “A exclusão coloca em risco a democracia”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-13

uma tecnologia já desenvolvida, conquistou uma grande fatia no mercado mundial de montagem de microcomputadores, no curto prazo de aproximadamente cinco anos.

Contudo, se analisarmos de maneira mais concreta este argumento que toma a vantagem comparativa como elemento de defesa do modelo neoliberal, veremos que ela não dissemina crescimento econômico generalizado. Sendo a economia atual a da competição monopolista, e podendo os monopólios ampliar vantagens comparativas, tem-se como resultado desse processo a concentração de capital em certas empresas, grupos, conglomerados ou regiões. Alguns analistas afirmam que em um número cada vez maior de setores há uma tendência do líder do mercado avançar ainda mais ampliando a concentração monopolista dos negócios¹¹⁹ - especialmente nos setores centrados na produção e comercialização do conhecimento e informação. Isso ocorre por três razões que se entrelaçam. Em primeiro lugar é preciso considerar que os custos fixos com pesquisa e desenvolvimento são elevados, enquanto os custos variáveis são baixos. Isto é, o custo para criar um software é elevado, não importando o número de cópias que dele sejam vendidas, embora o montante do lucro esteja relacionado ao número de cópias comercializadas. O mesmo se passa com a indústria farmacêutica ou bélica que dependem intensamente de *know-how* e não de recursos materiais. Em segundo lugar, está o poder do grupo em generalizar um padrão. Por exemplo, nos setores de software, quanto mais um sistema operacional é usado, mais aplicativos vão sendo produzidos para ele e mais ele vai se tornando uma base padrão para o novo usuário que deseja operar a partir de um sistema compatível com vários outros aplicativos e com os demais usuários. Bons exemplos sobre a capacidade de difundir um padrão foi a batalha sobre o formato dos videocassetes travada no final dos anos 70 entre a JVC e a Sony¹²⁰ ou a difusão, nos anos 80, da arquitetura do IBM-PC e do MS-DOS. Ao impor o seu padrão - que nem sempre é tecnicamente melhor que o do concorrente - valendo-se de alianças, marketing, etc, a empresa dificulta a concorrência de outras empresas rivais. Em terceiro lugar, está a capacidade de manter vinculados os clientes. Esta vinculação ocorre porque como os produtos de alta tecnologia são de utilização difícil, uma vez que o cliente aprenda a operar com eles, ele reluta em trocá-lo por algum outro. Havendo esses três fatores, o líder do mercado cresce cada vez mais em uma espiral positiva de acumulação. Reduzindo o preço, conquista uma parcela maior no mercado e, com lucros maiores, gasta mais em pesquisa e desenvolvimento que os concorrentes, aprimorando seus produtos, mantendo a vinculação da clientela e a vigência de seus padrões¹²¹.

¹¹⁹ Brian ARTHUR. *Increasing Returns and the Two Worlds of Business*. Harvard Business Press. 1996

¹²⁰ O formato Beta dos videocassetes era tecnicamente superior ao formato VHS. Contudo as primeiras fitas em Beta gravavam apenas uma hora, ao passo que as fitas em VHS gravavam até três horas - uma vantagem comparativa inicial, face suas várias outras desvantagens. Os usuários tinham mais interesse na capacidade da fita, do que na engenharia do produto. A JVC que desenvolveu o VHS permitiu que outras empresas de videocassete utilizassem o padrão mediante o pagamento de um pequeno Royalty, enquanto a Sony permanecia com seu padrão Beta nos vídeos Betamax, tendo solucionando a questão do tempo. Contudo, com a difusão de aparelhos de vídeo com padrão VHS, as locadoras de fitas preferiram disponibilizar fitas neste padrão. Em razão das locadoras terem mais fitas nesse padrão os consumidores preferiam comprar um videocassete do mesmo padrão. Conforme Bill Gates, "os padrões de fato em geral se desenvolvem no mercado através de um mecanismo econômico muito semelhante ao conceito de espiral positiva que impulsiona as empresas bem sucedidas: o sucesso reforça o sucesso. Esse conceito, chamado retorno positivo, explica porque os padrões de fato em geral surgem quando as pessoas estão buscando compatibilidade." Bill GATES. *A Estrada do Futuro*. Companhia das Letras, 1995 p.65.

¹²¹ Tenha-se como exemplo, conforme os noticiários televisivos, que a pesquisa e desenvolvimento do software matriz do *Windows98* custou US\$ 3,5 bilhões à Microsoft. Quem poderá lhe fazer concorrência no segmento de sistemas para computadores ?

Embora esses três fatores, pequenas empresas que atuam nas áreas de tecnologia da informação podem ser instaladas com um custo mínimo de capital e, graças às redes de comunicação, podem atingir consumidores em amplos mercados e com grande eficiência. Em razão disto, pequenas empresas com certas vantagens comparativas poderiam crescer. Frente a isso, sob a lógica neoliberal da competição entre os monopólios verificam-se duas forças opostas. Em setores onde a generalização do padrão de uma empresa é forte - como nas áreas de software ou entretenimento - a tecnologia da informação leva a uma concentração de negócios explorando economias de escala, com as empresas aumentando seu tamanho; por outro lado, nas áreas de tecnologia da informação em que os produtos e serviços podem ser terceirizados por pessoas de fora operando através de redes, as empresas gigantes - que são integradas verticalmente - como a AT&T, fragmentam-se em firmas menores que se conectam de modo flexível por redes, buscando com isso mais eficiência na disputa por mercado.

Em outros setores também se verifica esta fragmentação de grandes empresas que passam a operar não mais em economia de escala, mas em economia de escopo ou de velocidade. Segundo projeções de John Naisbitt, daqui a alguns anos, 50% das exportações dos EUA e da Alemanha advirão de empresas com menos de vinte empregados. Segundo ele, a mais fragmentada das empresas globais é a Asea Brown Boveri, que atua na área de engenharia elétrica, cuja receita anual ultrapassa a US\$ 30 bilhões e cuja fragmentação atinge o número de 1.200 empresas, possuindo, cada uma 200 empregados em média. A ITT - que atua no ramo de telecomunicações -, por sua vez, está se dividindo em três diferentes companhias. Trata-se, na verdade, de uma competição monopolista com as grandes empresas se fragmentando para não perder mercado.

Os defensores neoliberais do “capitalismo sem atrito” afirmam ainda que as tecnologias da informação, aprimorando as redes de comunicação, como a Internet, tornarão os intermediários desnecessários, ligando produtores e consumidores diretamente. Contudo, simultaneamente ao aumento da disponibilização da informação, observa-se também a emergência dos intermediários de todos os tipos de informação, que operam comercialmente para a sua localização.

Por outro lado, a gravidade das contradições econômicas e sociais no mundo todo que se reestrutura sob as orientações neoliberais é tamanha, que mesmo alguns defensores famosos do neoliberalismo passaram a criticar fortemente esse modelo. Citaremos apenas três: George Soros, Willian Greider e Robert Kuttner. Soros é um mega-especulador financeiro que, apenas em 1993, ganhou US\$ 650 milhões em Waal Street. Em um artigo seu publicado em janeiro de 1997 na revista *The Atlantic Monthly* ele afirma o seguinte:

“Ganhei uma fortuna nos mercados de capitais, e, no entanto, hoje tenho medo que o desenvolvimento incontrolado do capitalismo liberal e a difusão dos valores da economia de mercado em todos os domínios da vida coloquem em perigo nossa sociedade aberta e democrática. (...) Exatamente porque o comunismo e o socialismo estão desacreditados, eu considero a ameaça do capitalismo liberal mais importante que aquela das ideologias totalitárias. (...) O liberalismo econômico, tanto como marxismo-leninismo, buscam justificar sua pretensão à verdade pela ciência. Ora, a teoria econômica do ‘laissez-faire’ não tem nada de científico, pois ela não se apoia sobre os fatos. Quando se examina

atentamente as hipóteses de partida da teoria, se vê que ela não se aplica ao mundo real.”¹²²

Para Soros, os conceitos de concorrência perfeita ou lei de oferta e procura não correspondem ao que se passa na realidade econômica. Segundo ele, a tese de que os mercados livres resultam na melhor alocação dos recursos não são comprovadas pelos fatos concretos. Desacreditadas essas premissas, toda a construção teórica feita a partir delas - que se constitui no liberalismo econômico - cai por terra.

Por sua vez, tanto Willian Greider quanto Robert Kuttner - jornalistas que representam “o time A” do liberalismo, segundo Michael Hirsh - avançam em uma mesma perspectiva crítica. Kuttner em seu livro *Everything for Sale* afirma, com exuberância de dados concretos, que em muitas situações o Estado atua economicamente melhor que o mercado - ou pelo menos tão bem quanto ele -, como nas áreas de energia elétrica, pesquisa científica, serviços ambulatoriais municipais, entre outros. Para o autor, no dizer de Hirsh, “os excessos atuais do absolutismo do livre-mercado são quase tão nocivos como aqueles, da era dos grandes governos, que terminou.”¹²³ Por sua vez Willian Greider, em *One World, Ready or Not*, apresenta novas percepções sobre como o capital vem espezinhando o trabalho e sobre o perigo global da saturação nos novos mercados. Palavras como calamidade, abismo e caos dão o tom do texto em muitas passagens. O autor chega mesmo a trabalhar sobre a hipótese de que os problemas econômicos que assistimos nas economias de mercado não sejam apenas um distúrbio ocasional do capitalismo, mas um problema mais profundo do próprio sistema.

Em linhas gerais, portanto, podemos afirmar que o neoliberalismo opera satisfatoriamente como ideologia justificadora da reestruturação das economias nacionais, tornando seus mercados um espaço aberto para o fenômeno da livre-concorrência em que alguns grandes grupos mundiais, em razão de suas vantagens comparativas, são bem-sucedidos, quebrando e incorporando parcialmente as empresas locais ou se apossando de grandes empresas geoestratégicas estatais através das políticas nacionais de privatização. Mesmo no setor da tecnologia da informação as vantagens comparativas das pequenas empresas podem ser eliminadas pelo sistema de fragmentação articulada das grandes empresas que se desmontam e se remontam explorando quaisquer nichos valiosos detectados por algum concorrente em qualquer parte do globo. No rastro desse processo o que se vê aumentar são o desemprego e a pobreza, e o que se vê reduzir são as políticas sociais e autonomia nacional sobre seu próprio porvir. Frente às consequências concretas desse liberalismo econômico, até mesmo alguns liberais de primeira hora passam a criticá-lo, temendo graves desdobramentos indesejáveis.

1.4 A Globalização e a Urbanização

A propagação do capitalismo monopolista gerou o hipertrofiamento de uma série de centros urbanos interligados mundialmente. Sob a lógica do mercado, o movimento monopólico de industrialização e a urbanização capitalistas se concentram em algumas regiões que disponham, inicialmente, de boa infra-estrutura e mercados de trabalho e de consumo. As pessoas, buscando melhores condições de vida e emprego, se deslocam para

¹²² “O Rei da Especulação Financeira ataca a Ideologia Liberal”. *Cepat - Informa*, 3(26):9 25 fev 1997. Centro de Pesquisas e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba, PR.

¹²³ Michael HIRSH, “The Evils of Markets”. *Newsweek*, 10 de Fevereiro de 1997, p. 53

essas regiões. As empresas, na disputa pelo mercado consumidor que aí se concentra, também se deslocam para essas áreas. Esse círculo vicioso leva a uma ocupação extremamente desigual do território e à segregação de regiões inteiras em que não há investimentos dos agentes privados, ficando relegadas à pobreza e à miséria, o que leva à migração de seus habitantes em direção aos grandes centros, que se conformam como sociedades de massa.

O caso brasileiro é apenas um exemplo do que vem se repetindo em muitas outras regiões do mundo em escalas diferenciadas. Aqui, a população urbana cresceu de 36% em 1950 para 76% em 1990, sob um modelo de desenvolvimento que provocou um acentuado êxodo rural e graves distorções regionais. Atualmente, a região mais industrializada e urbanizada no Brasil vai da Grande São Paulo ao Grande Rio, formando uma megalópole que abarca apenas 0,5% do território nacional. Esta pequena área, contudo, abriga 22% da população do país, sendo responsável por mais de 60% da produção industrial brasileira. Conectada a esta megalópole estão as metrópoles regionais. Apenas nos 12 maiores municípios do Brasil - algumas capitais e cidades com mais de um milhão de habitantes - moram cerca de 30 milhões de pessoas, aproximadamente 21% dos habitantes do país. Esses municípios conectados em regiões metropolitanas, formam gigantescas cidades com problemas interligados. Conectadas a essas metrópoles estão as cidades-pólo regionais. No final da teia tem-se as outras cidades menores a elas conectadas.

Essa configuração de uma malha urbana envolvendo megalópoles, metrópoles, cidades-pólo e pequenas cidades se reproduz na maioria dos países do mundo, cujas metrópoles e megalópoles estão interligadas internacionalmente com veículos diretos de circulação de pessoas, informações, bens, serviços e capitais. O adensamento urbano não cessa de avançar. Comenta J. Willian Vesentini que "...até por volta dos anos 60 Nova York ainda era a grande e inquestionada metrópole mundial... Mas dessa época até hoje muita coisa mudou e novas megalópoles, maiores até que essa, surgiram e continuam surgindo"¹²⁴ - como a megalópole que vai de Tóquio, passando por Osaka e chegando a Kitakiushu que concentra 80% da população japonesa e mais de 85% da atividade industrial daquele país. A megalópole de Nova York abrange pouco mais de 1% do território americano e abriga cerca de 20% da população do país.

Conforme dados da ONU, atualmente 45% da população do planeta vive na região urbana. Se em 1950 a população urbana correspondia a 29% da população total do planeta, no ano 2.025 ela corresponderá a 75%. Se em 1950 havia apenas uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes, em 1994 já haviam 14 cidades nesta condição e estima-se que esse número atinja 27 até 2015 - quando o Terceiro Mundo terá treze das quinze maiores cidades.¹²⁵

A urbanização que se desenrolou nos países de capitalismo avançado até o século passado, foi marcado por metrópoles com multidões de pobres e sem-tetos. Paris, Londres e Nova York, por exemplo, possuíam - no início do século - favelas imensas e áreas de moradia precárias que foram se modificando graças às lutas populares e a inserção das pessoas em atividades produtivas no setor secundário e terciário. A urbanização dos países do Terceiro Mundo, contudo, passa a ocorrer após 1945, não sendo acompanhada, no mesmo ritmo, pelo processo de industrialização. A carência de empregos gera

¹²⁴ J. Willian VESENTINI, *Sociedade e Espaço*. Editora Ática, 1992. p. 177

¹²⁵ "Urbanização". in: Lucila CAMARGO, (org.). *op. cit.* p. 777

contradições ainda maiores. Como a oferta de empregos no campo não tem crescido em razão das novas tecnologias agrícolas - e no caso de vários países do Terceiro Mundo pela manutenção do latifúndio improdutivo, inexistência de Reforma Agrária e ausência de políticas governamentais adequadas à agricultura - o crescimento demográfico pressiona o movimento migratório em direção às cidades. Como resultado de tudo isto, "... são comuns nas grandes cidades do Terceiro Mundo as paisagens que mostram lado a lado o moderno e o tradicional, o excessivamente luxuoso e o paupérrimo: os bairros ricos ao lado de imensas favelas, os modernos edifícios de escritório ao lado de prédios deteriorados e cheios de cortiços, o empresário em seu carro com motorista particular passando numa avenida onde mendigos pedem esmolas e crianças ou subempregados vendem bugigangas"¹²⁶, recolhem papéis nas ruas para revender ou divulgam panfletos e anúncios pelas esquinas.

Com o crescimento acelerado das cidades-pólo, metrópoles e megalópoles, ocorre um processo de super-capitalização de agentes econômicos do setor imobiliário, que atuando na especulação de terras, passam a desenvolver ingerências cada vez maiores nos governos municipais para valorizar suas áreas. Tal espoliação urbana ocorre basicamente de dois modos. a) Primeiramente, graças aos investimentos públicos e da população que alteram o valor de uso real das áreas urbanas - valor acumulado pelo proprietário que em geral quase nada investiu para tal valorização. Conforme alguns geógrafos, os vazios utilizados para fins especulativos correspondem até cerca de 40% a 60% das áreas construídas nas capitais brasileiras¹²⁷. b) Outro modo de valorizar virtualmente o imóvel é a alteração dos Planos Diretores Urbanos, realizada pelos governantes municipais - como analisaremos em uma seção mais à frente.

A emergência das contradições urbanas envolvem dois elementos importantes. Por um lado, com esse processo de urbanização ocorre uma nova organização social do espaço, com uma *concentração de pessoas* sem recursos nas grandes cidades, inexistência de *mecanismos econômicos* para sua satisfatória reprodução social, bem como inexistência de *mecanismos sociais* para o controle dessa organização social do espaço, especialmente quanto à ocupação do território. Comenta Raquel Rolnik que com a urbanização vai surgindo uma verdadeira cidade paralela, oculta, irregular, fora dos padrões de planejamento previsto que coexiste com a cidade oficial desenhada nas pranchetas¹²⁸. Outro campo de contradições é a distribuição e gestão dos meios de consumo coletivos, habitação, transporte, saúde, equipamentos públicos, etc. Conforme dados da ONU, 500 milhões de pessoas estão sem moradia, 400 milhões não possuem esgoto e 250 milhões não recebem água tratada¹²⁹. Salienta Manuel Castells que essas contradições decorrem do desenvolvimento capitalista, que a partir de sua etapa monopolista, tem no Estado o principal responsável pela reprodução da força de trabalho e portanto, o principal interlocutor dos movimentos urbanos - de sem-tetos, por transporte, por saúde, etc - surgidos a partir dos problemas urbanos. Convém salientar, entretanto, que tais movimentos muitas vezes embatem-se diretamente com os agentes privados que dispõem

¹²⁶ J. Willian VESENTINI, *op. cit.* p.182

¹²⁷ Conforme Vesentini e Portela "em São Paulo, por exemplo, 45% da cidade é constituída de terrenos ociosos ou vazios. Nos demais grandes centros urbanos do país... existem proporções de espaços ociosos que vão de 40% a 60% da área construída total da cidade, isto é, da sua mancha urbana. Este fato ocorre devido à chamada *especulação imobiliária*...". Fernando PORTELA e José W. VESENTINI, "Espaços Ociosos e Especulação Imobiliária" in: *Êxodo Rural e Urbanização*. São Paulo, Editora Ática, 1991, p. 22

¹²⁸ Raquel ROLNIK, "Morar, atuar e viver." in: *Teoria e Debate*, N.9 p.18-23 jan-mar 90. São Paulo.

¹²⁹ "Urbanização". in Lucila CAMARGO (org.). *op. cit.* p 777

dos meios necessários a satisfazer as demandas na área da reprodução social, como por exemplo, contra o especulador imobiliário ou o empresário que cobra preços abusivos na prestação dos serviços coletivos urbanos, não sendo sempre o estado o principal alvo desses movimentos.

Concomitante ao processo de urbanização e alta concentração demográfica nos espaços urbanos, passa a ocorrer também, a partir da década de 60, uma produção cultural especialmente destinada às massas, difundida principalmente através da televisão¹³⁰ - principal *mídia* de massa. Com o surgimento da sociedade de massas nesses centros urbanos e a manipulação cada vez maior da subjetividade das pessoas através dos aparelhos culturais, em especial pela mídia eletrônica, afirmam-se padrões de consumo, normas éticas, estéticas e manipulam-se as opções políticas do eleitorado - intervenções e manipulações essas que favorecem a manutenção no poder das classes economicamente e culturalmente dominantes. Elementos culturais trazidos pelas populações migrantes são modelizados sob os jogos sógnicos da cultura urbana e um sincretismo cultural se implanta como baliza de individuação. Essa desterritorialização traz consigo novas referências para o comportamento feminino, jovem e dos vários segmentos sociais nesta nova territorialidade. Também em torno de contradições culturais que se evidenciam em ações de preconceito, discriminação, marginalização ou imposição de valores autoritários surgem movimentos sociais, como os movimentos de mulheres, negros, estudantes e outros.

A violência urbana, por sua vez, inerente a este modo excludente e marginalizador, tem levado à adoção de medidas políticas extremas. Frente à violência noturna, assaltos, assassinatos, comercialização de drogas, saques e contravenções de *gangs* organizadas, adotou-se nos EUA, por exemplo, o *toque de recolher* que - ao que parece - já é lei em 70% das cidades norte-americanas. O *toque de recolher* proíbe aos jovens, menores de 17 anos, andarem pelas ruas desacompanhados dos pais a partir de certas horas da noite. O modelo recomendado pelo Ministério da Justiça daquele país atinge os jovens menores de 17 anos, estabelecendo o teto das 20 horas no período escolar e das 23 horas nos fins de semana¹³¹. Entidades de direitos civis combatem esta lei na justiça, afirmando que ela introduz o “cárcere privado” para cidadãos honestos.

1.5 Globalização e Degradação Ambiental

A questão urbana, a marginalização econômica de populações inteiras e o modelo de desenvolvimento voltado ao lucro mantém interfaces decisivas com a degradação ambiental no mundo todo. A maximização dos lucros no modelo capitalista de exploração dos recursos desconsidera a necessidade de tratar adequadamente os resíduos do processo produtivo ou preservar recursos esgotáveis, isto é, não-renováveis - pois ambas as formas implicam em dispendir um capital que não têm retorno privado, mas público ou social. Com isto, a industrialização e a urbanização passaram a gerar uma imensa descarga de detritos industriais e domésticos não-tratados no ambiente provocando

¹³⁰ O caso brasileiro é impressionante. Em 1950 chegava no país os primeiros 100 aparelhos de televisão, importados por Assis Chateaubriand, que fundaria a TV Tupi naquele mesmo ano. Atualmente 82,3% dos domicílios brasileiros possuem televisão; o Brasil é o terceiro país do mundo em consumo de televisores, perdendo somente para Estados Unidos e Japão, e o sexto produtor mundial destes aparelhos. VÁRIOS. A TV no Brasil - Uma História de Sucesso. in *Revista da TVA* 6(61)4-17 set 96

¹³¹ Cf. Patrícia DÉCIA, “Nova York debate toque de recolher - Medida atinge 70% das cidades”. Folha de São Paulo, 4/08/96 p. 1-24

uma degradação generalizada dos ecossistemas - denominada poluição ambiental¹³². Por outro lado, inúmeros recursos não renováveis estão sendo rapidamente consumidos ao invés de desenvolver-se tecnologias alternativas, pois elas, em geral, são mais dispendiosas e, portanto, não encontram mercado que delas se valha, em razão dos mecanismos de concorrência.

Assim, o modelo capitalista de crescimento ilimitado - sob a concorrência de agentes privados que maximizam lucros cortando todos os tipos de gastos possíveis - a partir do qual são explorados os recursos naturais, é incompatível com a finitude destes mesmos recursos, desconsiderando o adequado aproveitamento das riquezas naturais. Observa-se, como consequência, um forte impacto sobre o meio-ambiente, especialmente em fenômenos de poluição do ar, água e solo, desmatamento, desertificação, extinção de espécies de seres vivos, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, a formação da chuva ácida e a poluição radioativa. Outros sistemas econômicos também não desenvolveram políticas ecológicas adequadas ao tratamento destes problemas. Contudo, o fenômeno atual de globalização - expandindo uma certa concepção de racionalização de custos e relegando à miséria significativa parcela da população mundial - ampliou por toda parte a crise ecológica, mesmo com a *International Standard Organization* estabelecendo normas para uma produção ecologicamente adequada - a ISO 14.000. A prejudicial alteração dos ecossistemas coloca em questão o próprio modelo de desenvolvimento que necessitaria ser ecologicamente sustentável.

Concomitantemente aos desdobramentos da atual etapa de globalização do capitalismo, assiste-se em todos os continentes fenômenos agudos e crônicos - cada vez mais dramáticos de degradação ambiental. Assim, somente entre 1981 a 1990, segundo a FAO, cerca de 150 milhões de hectares de matas tropicais foram derrubadas no mundo inteiro, sendo grande parte queimada em razão de atividades agrícolas e pecuárias. Fenômenos de urbanização, atividades de geração de energia elétrica, extração mineral, comercialização de madeiras e outras formas de extrativismo predatórias também se constituem em importantes fatores de desmatamento. No Zaire, Tanzânia e Gabão, por exemplo, a extração de madeiras é responsável por 6% do PIB. Além de alterações climáticas, hidrográficas e da degradação do solo, o desmatamento coloca em risco grande parte da biodiversidade do planeta, uma vez que entre 5 a 30 milhões de espécies, isto é, mais da metade das espécies existentes se abrigam nas florestas, como destacamos anteriormente. O desmatamento em razão de atividades produtivas ecologicamente insustentáveis provoca a desertificação de muitas regiões. Quando isso ocorre as populações que as praticavam deslocam-se para outras áreas, nas quais acaba se repetindo o mesmo fenômeno. Como vimos as populações marginalizadas pelo modelo concentrador de atividades do capital, que não residem nas regiões às quais ele prioritariamente se volta em razão da disputa por mercados, vivem um quadro angustiante de miséria que acaba tendo por contrapartida um efeito ecológico devastador da fauna e flora.

Por outra parte, como consequência da irresponsabilidade no controle da emissão de poluentes do ar nas áreas de maior industrialização e adensamento, passa a correr a chuva ácida. Este fenômeno resulta da dissociação na água da chuva, neve ou geada, de ácidos sulfúrico e nítrico. O fenômeno ocorre em razão de reações químicas na atmosfera possibilitadas especialmente pela emissão de dióxido de enxofre - produzido pela queima de óleo diesel, carvão e derivados de petróleo - e óxidos de nitrogênio - produzidos pela combustão de gasolina e diesel. A chuva ácida, contudo, não apenas degrada os

¹³² Ver glossário - "Poluição ambiental"

ecossistemas dos espaços urbanos, pois, em razão do deslocamento das nuvens segundo as correntes de ventos, ela acaba se precipitando em outras regiões e prejudicando lavouras, florestas e vida aquática. O Fundo Mundial para a Natureza calcula que aproximadamente 35% de ecossistemas na Europa já foram afetados pela chuva ácida, prejudicando, inclusive, atividades pesqueiras em alguns países. Todavia, as áreas mais afetadas pela chuva ácida são as de maior industrialização e adensamento urbano, em razão de uma maior concentração de poluentes.

Por outra parte, a emissão de gases como o dióxido de carbono, o óxido nitroso, o metano e os clofluorcarbonos, ao que parece, têm contribuído para a acentuação do efeito estufa que poderá provocar um aquecimento geral do planeta, ocorrendo a elevação do nível dos oceanos em razão do derretimento de geleiras, bem como uma alteração dos ventos modificando o regime das chuvas, isto é, podendo passar a chover em áreas atualmente desérticas ao passo que faltariam chuvas em áreas atualmente férteis.

Outra consequência da degradação ambiental que se agravou nas últimas décadas sob a atual etapa da globalização foi a redução da camada de ozônio. Em razão da emissão de clorofluorcarbonos utilizados em aparelhos de refrigeração, chips de computador, certos tipos de sprays, etc, formou-se um buraco de 10 milhões de quilômetros quadrados nessa camada sobre a região da Antártica e outro na região do Ártico. Como tais buracos permitem uma incidência maior dos raios ultravioleta na superfície da Terra, eles contribuem para instensificar o efeito estufa. Por outro lado, a maior parte das espécies vegetais são danificadas pela incidência desses raios; os seres humanos também são afetados, alterando-se a resistência do sistema imunológico pela exposição corporal a eles, provocando especialmente câncer de pele e doenças oculares. Frente a gravidade do problema, a ONU determinou que a fabricação do clorofluorcarbono seja eliminada até 2010.

A poluição radioativa é outro aspecto desta degradação ambiental. A principal fonte de poluição radioativa é a detonação nuclear em função de geração de energia. Não apenas testes de armamentos nucleares como também vazamentos em usinas que convertem energia nuclear em energia elétrica tem provocado danos imensos ao meio ambiente. Casos graves em consequência de falta de destinação adequada a lixo radioativo de usinas ou de equipamentos laboratoriais têm ocorrido, como por exemplo, casos envolvendo equipamentos médicos de raios-X sucateados e outros.

Por fim, a alteração dos ecossistemas tem colocado em risco inúmeras espécies que estão em vias de extinção. Dados da União Internacional para a Conservação da Natureza afirmam que até o ano de 2050 mais de 25% da fauna e flora mundial terão desaparecido¹³³. Neste percentual estão incluídas mais de 4 mil espécies de mamíferos atualmente conhecidos. Por outra parte, o massivo adensamento urbano, contribui para a poluição de rios e lençóis de água pela multiplicação do volume de esgoto, bem como pela produção de toneladas diárias de lixo que impactam violentamente sobre o meio ambiente - uma vez que não recebem tratamento adequado. Esta situação gera um desequilíbrio cada vez maior quanto ao próprio abastecimento de água para consumo humano.

A poluição, portanto, é um fenômeno globalizado, pois desconhece fronteiras. O desmatamento em uma região ou país pode provocar inundações em locais distantes para além das fronteiras; a emissão de gases em centro industrial contribui para a chuva ácida

¹³³ Lucila CAMARGO, *op. cit.* p. 359

que prejudica pescadores artesanais de outra região ou país, contribuindo também para destruir a biodiversidade das florestas; a poluição dos rios em uma nação pode gerar a poluição do mar em outra e assim por diante. A destruição da camada de ozônio prejudica a todos, do mesmo modo que a destruição de recursos não-renováveis.

O principal a destacar é que se uma alternativa não for estabelecida ao atual modelo capitalista de desenvolvimento globalizado a crise ecológica atingirá níveis inimagináveis gerando fenômenos irreversíveis. Como a lógica neoliberal centra-se na fruição privada dos que dispõem do capital, para os agentes privados que controlam a economia do mundo, a crise ecológica não é um problema, pois ela não afeta a atual fruição privada de sua riqueza. Nenhum desses agentes se preocupa estrategicamente com um futuro remoto pensando na gerações que viverão no terceiro ou quarto milênio, ou mesmo nos próximos trezentos anos. Para maximizar os lucros não se preocupam em tratar adequadamente os dejetos de suas empresas ou evitar o esgotamento de recursos não renováveis.

Em seu livro, *As Três Ecologias*, o pensador francês Félix Guattari afirma que “não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais.”¹³⁴

Ao falar da ecologia ambiental, ecologia social e ecologia mental, Guattari compreende a ecologia em um sentido maior do ponto de vista filosófico - ou ecosófico, como ele propõe. Trata-se deslizarmos pelos diversos estratos de nossa subjetividade singularizando nossa existência em um movimento que nos articula ao ambiente e à sociedade. Se o ambiente está cada vez mais degradado, o mesmo ocorre com as relações sociais modelizadas pela lógica do consumismo e da segregação capitalistas; o mesmo vale também para a nossa subjetividade bombardeada pelas diversas semióticas que, voltadas a mobilizar nossos desejos, ações e outras intensidades, despejam uma infinidade de lixo em nosso inconsciente, saturando nossa disposição e nos desumanizando, transformando-nos em meros consumidores ou produtores de valor de troca.

Para Guattari, a ecologia ambiental atua no sentido de recuperar e manter o equilíbrio dos ecossistemas ambientais; já a ecologia social trabalha reconstruindo as relações humanas em todos os níveis do *socius*; por sua vez, a ecologia mental ou subjetiva atua especialmente tanto no desmonte das semióticas capitalísticas que modelizam as subjetividades sob a espiral do acúmulo de capital, quanto promovendo processos de subjetivação, de liberação crítica de fluxos e intensidades, gerando novos interpretantes singularizadores da existência.

É o complexo movimento de modelização das subjetividades pelas semióticas do capitalismo globalizado que analisaremos na próxima seção.

1.6. A Globalização e a Produção das Subjetividades

O Capitalismo Globalizado, que vai tomando conta de todas as áreas do planeta configura-se não apenas pela integração internacional dos capitais, pela constituição de mega-mercados e de uma rede de megalópoles e metrópoles interconectadas

¹³⁴ Félix GUATTARI, *As Três Ecologias*. São Paulo, Editora Papirus, 5a. Ed., 1995, p.9

mundialmente, mas especialmente pela modelização da subjetividade dos indivíduos. A disputa entre empresas concorrentes leva-as, por um lado, ao desenvolvimento de novas tecnologias produtivas e por outro lado à disputa pelo consumidor a fim de que adquira o produto da empresa A e não da empresa B que é sua concorrente. Atuam, igualmente, na formação da opinião pública no que tange a aspectos políticos que visam a efetivação de projetos globais de seu interesse.

Os operadores que atuam nesta produção das subjetividades, valem-se do saber moderno que, tomando o homem como objeto de estudo, o esquadrinhou sob os recortes da psicologia, sociologia, antropologia, da pedagogia e das ciências humanas em geral. Este saber, como instrumento de exercício de poder, norteia a utilização de novas tecnologias de comunicação de massa e de informatização, bem como a utilização de novos Equipamentos Coletivos, para uma efetiva intervenção sobre o inconsciente das pessoas agenciando devires, mobilizando desejos, anseios e outras intensidades segundo um conjunto de códigos previamente estabelecidos a partir dos quais as performances individuais se desenrolam em função dos interesses daqueles que as agenciam. Como afirmava Félix Guattari, “os Equipamentos Coletivos, os meios de comunicação, a publicidade não param de interferir nos níveis mais íntimos da vida subjetiva”¹³⁵. A publicidade, por exemplo, apoiada em pesquisas de mercado e opinião, em pesquisas e teorias psicológicas, sociológicas, etc., é um fenômeno da interação desses conhecimentos com a finalidade de provocar ações práticas e/ou discursivas, adesões, consumos, posicionamentos políticos, etc.

Com o advento dos aglomerados humanos em metrópoles e megalópoles, com o adensamento urbano gerando um verdadeiro formigueiro de milhões de pessoas estranhas que se cruzam pelas ruas com faces desconhecidas, absortas em seus próprios problemas e horários, cumprindo seus ciclos de trabalho, estudo, lazer ou a margem de tais processos na angústia de encontrar um rumo para a vida, face ao desemprego e à pobreza, à carência em geral, emerge um fenômeno determinante na vida da maioria: *a cultura de massas*. As antigas balizas de formação da subjetividade como a família ou a vizinhança, a igreja ou a escola, vão perdendo cada vez mais espaço para os meios de comunicação de massa: os desenhos, filmes, novelas, jogos televisionados, noticiários, peças publicitárias, “games” e outros produtos semióticos.

O controle ou a dominação das massas se realiza instigando-se o indivíduo a diferenciar-se da própria massa, assumindo referências estabelecidas sob a lógica do capitalismo vinculadas à fama, ao poder, ao sucesso, à riqueza, ao status, à segurança, etc. Na subjetividade individual tais balizas e anseios vinculam-se às suas opções profissionais, às suas escolhas de consumo, à competição, à priorização do privado, à sua postura política, entre outras ações. Como resultado dos complexos processos de intervenção sobre a subjetividade têm-se uma modelização de comportamentos ao âmbito da produção e do consumo, das relações cotidianas micropolíticas em todas as esferas, bem como, nas ações políticas a nível global, estrutural. Sobrecodificam-se as relações de poder no cotidiano capitalizando tais conjuntos de força difusos em toda a sociedade para a manutenção do modelo capitalista global que se reorganiza.

Tal constituição ou produção da subjetividade vai muito além da mera divulgação de uma formulação ideológica - de um conjunto de representações intelectuais que não correspondam ao real -, de uma intervenção no plano consciente, cognitivo, da conceituação/representação do

¹³⁵ Félix GUATTARI, *Revolução Molecular*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 170 - 171

mundo. A modelação da subjetividade é realizada, fundamentalmente, por uma intervenção sobre o inconsciente, que deve ser entendido como um território aberto por todos os flancos a interações sociais, econômicas, políticas e de outras ordens, que agenciam comportamentos através de diversas semióticas. Assim, os sistemas de signos que regem os diversos domínios da vida ficam modelizados sob os códigos do Capitalismo Globalizado. Sob os códigos do capital territorializa-se a ética, a política, a economia, etc; modeliza-se a relação dos sujeitos entre si e com os objetos, produzindo-se-lhes significações, sentidos e códigos de interação. Tal inconsciente, essencialmente, não está centrado na subjetividade humana, mas participa de diversos fluxos de signos, fluxos sociais e materiais ¹³⁶. É um espaço anterior à oposição realidade-representação-conceituação, anterior ao plano das teorias e ideologias. E, fundamentalmente, é o espaço onde se entrelaçam efetivamente os motores da práxis, o lugar onde interagem componentes semióticos e diversos sistemas de intensidades, agenciando fluxos de desejo e devires. Através dele somos articulados a todos os sistemas e formações de poder que nos afetam e nos cercam .

Assim, com a mundialização dos mercados e com as novas tecnologias - especialmente na área de informática e todas as interfaces com mecanismos de comunicação de massas (como a computação gráfica, por exemplo, capaz de criar fantásticas realidades imaginárias) - o mundo assiste a reordenação do capitalismo em escala planetária, configurando-se não apenas como um *modo de produção econômico* que vai rompendo cada vez mais - sob sua lógica do acúmulo privado - as estruturas políticas que limitam-lhe os movimentos de expansão e concentração, mas especialmente como um *modo de produção de subjetividades* em escala mundial¹³⁷. Não apenas é preciso modelar as subjetividades de uma parcela da população mundial para que possam produzir sob novos e complexos processos produtivos, operando com tecnologias mais flexíveis em processos participativos envolvidos como colaboradores das empresas¹³⁸, mas também é necessário modelar as subjetividades dos que possuem recursos para consumir o produto de determinada empresa e não de sua concorrente. Para vencer a empresa concorrente, para distinguir sua mercadoria de mercadorias similares, signos são produzidos a fim de sobrecodificá-las, criando-lhes uma identidade própria. Capturam-se

¹³⁶ Salienta Guattari que contemporaneamente “os antigos territórios do Ego, da família, da profissão... etc, desfazem-se, uns após outros - se desterritorializam.” E conclui: “ é porque o inconsciente moderno é constantemente manipulado pelos meios de comunicação, pelos Equipamentos Coletivos, pelos especialistas de todo tipo, que não podemos mais nos contentar hoje em defini-lo simplesmente em termos de entidade intra-psíquica, como fazia Freud...” Félix GUATTARI, *Revolução Molecular*, p. 167

¹³⁷ Não se trata de uma in-dução de subjetividades, porque não há um dentro (in) e um fora (ex) da subjetividade, uma vez que ela é um fluxo mutante que articula matérias e signos. Trata-se de uma produção, uma vez que é uma determinação orientadora (pro) de tal fluxo mutante para que assuma uma certa estratificação ou certa configuração adequada ao movimento global agenciador.

¹³⁸ Esse envolvimento se mediatiza por inúmeras práticas. Uma delas é a introdução de técnicas de teatro para o trabalho de equipe. Essas técnicas visam o autoconhecimento, o autocontrole emocional das pessoas e a liberação corporal expressiva, desenvolvendo o que os especialistas na área chamam de “Inteligência Emocional”. Segundo Liz Dias, sócia-diretora do *Encena Produção Cultural* que desenvolve este tipo de trabalho, “a vantagem para as empresas é a melhoria do relacionamento interpessoal. As pessoas vão produzir mais envolvidas no espírito de equipe, onde a satisfação de todos é resultado de um sentimento coletivo de reconhecimento, realização e sucesso”. [apud: LOPES, Fábio. “Técnicas de teatro e trabalho de equipe” in: *Gazeta Mercantil*, 30/09/96, p. D-1. Curitiba.] Várias outras dinâmicas e técnicas grupais tem sido organizadas para o desenvolvimento da “Inteligência Emocional”. “Esse tipo de trabalho está conquistando o mercado porque as empresas descobriram que o estado emocional de seus funcionários contribui decisivamente, como acontece na Fiat [do Brasil], para o aumento da produtividade.” [Arlete SALVADOR e Laura CAPRIGLIONE, “Quando a Emoção é Inteligência”. *Revista Veja*. 15/01/97 p. 73]. Essas técnicas tornaram-se necessárias porque paralelamente à redução de postos de trabalho ocorreu, em geral, um aumento das horas de trabalho e uma jornada mais intensiva para os que permaneceram empregados em variados postos. Assim, o *stress* crescente, a polarização psicológica provocada pela possível situação de desemprego ou subemprego futuros, provocam tensões que são trabalhadas com esses procedimentos.

as mercadorias sob signos e através de mecanismos comunicativos constroem-se imaginários em que tais signos desempenham papéis que afetam as paixões, desejos e outras intensidades movendo o consumidor a adquiri-los. Assim, um mesmo produto de uma mesma marca é vendido na maior parte do mundo e em cada país manipulam-se subjetividades para que este produto seja desejado e consumido, modelizando signos de culturas particulares que são capturados sob linguagens universalizantes que os reterritorializam. A aquisição do signo-mercadoria faz girar o capital e possibilita o lucro.

Em geral, é sob essa lógica dominante do capital através das suas diversas semióticas exercidas através da mídia, que as subjetividades passam por um processo de individuação, gerando identidades laminadas, em que são reduzidas as expressões de singularidade.

Do mesmo modo, o processo de produção de subjetividades ocorre no agenciamento de adesões políticas, para as quais são utilizadas as mesmas tecnologias de informação e comunicação. Signos que capturam candidatos e partidos, que agenciam esperanças e utopias são produzidos envolvendo amplos segmentos sociais seduzidos em sua escolha. Tenha-se como exemplo a última safra de candidatos a presidente em países latino-americanos, que eleitoralmente foram bem-sucedidos. Eles possuíam, em geral, um signo modelizado semioticamente para satisfazer os anseios da massa - por exemplo, o signo de uma moeda forte, de um programa que extermina a inflação, que permite ao povo fantasiar um futuro próspero, desconhecendo que a moeda forte e o fim da inflação se farão às custas de mais empobrecimento de parcelas dos já empobrecidos e da negação dos próprios sonhos que agenciam, como educação e saúde públicas de qualidade, geração de empregos e programas habitacionais. A opção pelo signo-político produzido pela classe-dominante - a imagem e o significado que se vincula a seus candidatos, planos, etc - garantiu a eleição, nos últimos pleitos presidenciais latino-americanos, da continuidade de políticas articuladas no Consenso de Washington, que favorecem o movimento internacional de acumulação e concentração do capital, projetados politicamente com a modernização conservadora neoliberal.

Atualmente em todas as sociedades em que as mídias eletrônicas de massa estão desenvolvidas, como no caso brasileiro, a subjetividade em sua dimensão inconsciente tornou-se um produto, uma teia perpassada por agenciamentos semióticos de todas as ordens que modelizam desejos e comportamentos, estabelecendo balizas para a individuação de grande parte da massa, orientando o consumo, opções políticas, religiosas, estéticas, etc.

A integração da informática às mídias possibilita realizações imaginárias fantásticas. A digitalização de qualquer informação - imagens, sons, etc - possibilita a sua transformação e reprodução instantânea, bem como sua edição sob um sistema modelizante que sobrecodifica índices, ícones e símbolos para gerar os interpretantes desejados. A revolução digital em curso afeta não apenas os processos de produção de subjetividade mas a totalidade do sistema produtivo, sendo o desenvolvimento da tecnologia que a possibilita um dos elementos centrais do capitalismo globalizado.

1.7 Globalização e Revolução Digital

A informática está tão presente na vida cotidiana - interagimos com tantos equipamentos programados ou atividades processadas com suas diversas linguagens - que a UNESCO, considerando tais linguagens, chegou mesmo a referir-se a um novo tipo de analfabetismo. Conforme um de seus documentos, pode-se considerar *analfabeto* aquele que não sabe decifrar o código escrito que reproduz a língua natural e como *analfabeto funcional* aquele que reproduz verbalmente o que está escrito mas não entende o que lê;

mas pode-se considerar também como um certo tipo de *analfabeto* aquele que não conhece pelo menos uma *linguagem de computação* e que, portanto, não entende minimamente o que se passa quando opera um caixa automático, ou quando introduz um bilhete de metrô na catraca que lhe dá acesso ao embarque, quando introduz um cartão telefônico em um aparelho eletrônico, etc. Os analfabetos deste tipo, não compreendem como é possível a existência de uma senha que somente o usuário conheça, ou como são editadas as imagens que assistem no noticiário, nos filmes, etc... Atualmente, os televisores com funções na tela, ou outras facilidades com controle remoto, usam cerca de 500 kilobytes de software; barbeadores elétricos usam cerca de 2 kilobytes; os automóveis da General Motors, por exemplo, trazem cerca de 30.000 linhas de código de computação que comandam o motor e a parte elétrica do veículo.

A tecnologia da informação possui características distintas das tecnologias anteriores, podendo tanto ser aplicada em todos os setores da economia - como ocorreu com a energia elétrica - bem como podendo afetar qualquer função dentro da empresa, com a peculiaridade de desenvolver-se de forma incrivelmente rápida. Ela é capaz tanto de revolucionar outras indústrias na produção, distribuição e serviços, quanto de oferecer uma nova gama de produtos e serviços próprios.

A revolução digital se desdobra em duas áreas interligadas: a de *Hardware*, em que se produzem máquinas eletrônicas com placas e chips capazes de reter, converter e processar sinais elétricos, magnéticos e luminosos; e a de *Software*, em que se produzem programas sob várias linguagens que orientam o hardware a responder de determinado modo ao *input*, isto é, à introdução de alguma informação seja através de teclado, da voz, sinal datiloscópico, toques de tela, movimentos de olhos, movimento de luvas de dados, etc.

Embora tão presente no mundo contemporâneo, a tecnologia da informática é muito recente. A indústria dos microcomputadores surge em 1960 com a empresa norte-americana DEC produzindo o PDP-1 que custava, em média, US\$ 120 mil; muito mais eficiente que o primeiro computador eletrônico, o ENIAC - *Electronic Numerical Integrator and Computer* - construído em 1946, que utilizava 18 mil válvulas, pesava cerca de 30 toneladas, ocupava 4.500 m² de um edifício de dois pisos e que custou vários milhões de dólares. Com a invenção dos transistores em 1947 e sua sofisticação, a velocidade dos processadores aumentou e o custo do equipamento foi diminuindo progressivamente. Os grandes computadores que já estavam disponíveis no mercado desde os anos 50, os *Mainframes*, eram também muito mais caros que o PDP-1, mas possibilitavam operações mais complexas. A IBM entrou neste mercado naquela década produzindo tais equipamentos com hardware e software próprios e interdependentes. A partir daquele período inicia-se a pesquisa dos *chips* que possibilitaram a miniaturização das máquinas. Em 1971 a Intel introduziu o microprocessador, revolucionando os computadores, e provocando um salto de desempenho nos microcomputadores. O desenvolvimento dos softwares, por outros grupos, possibilitou intencionalmente que informações organizadas e processadas por hardwares diferenciados pudessem ser intercomunicadas - possibilitando que informações pudessem migrar de uma máquina a outra, independentemente da arquitetura de seu hardware. Em 1975 é fundada a Microsoft - que atua na área de softwares - e por volta de 1977 empresas como Apple, Comodore e Radio Shack já estavam no ramo de desenvolvimento de computadores pessoais, tendo sido o primeiro deles inventado pela Apple, em 1976, recebendo o nome de Apple I. Em 1980, uma aliança entre a IBM e Microsoft deu início ao projeto de produção de um computador pessoal, com hardware da primeira e um software básico da segunda -

software que ficou conhecido como MS-DOS - MicroSoft Disk Operating Sistem. Assim, o primeiro IBM-PC (Personal Computer) chega ao mercado em 1981 - há apenas 17 anos atrás! Por sua vez, o primeiro microcomputador a operar com ícones e mouse foi um Macintosh, lançado em 1984, há exatamente 14 anos. Esses produtos, desde o início da revolução digital, não pararam de evoluir. Um dos primeiros programas de computação feitos em 1949 possuía 126 linhas. Por sua vez, “a linguagem Basic exigia 4.000 linhas de código em 1975 e hoje tem cerca de meio milhão. O programa Word tinha 27.000 linhas na sua primeira versão. Hoje tem cerca de 2 milhões.”¹³⁹ O botão comando start do Windows 95 supõe 15 milhões de linhas de código. Esta evolução dos softwares corre paralelamente a dos hardwares. Os atuais Pentium Pró, ou P6, são capazes de processar a espantadora quantidade de 250 milhões de instruções por segundo.¹⁴⁰ A capacidade de processamento dos chips aumentou 25.000 vezes entre 1970 e 1995, não havendo registro histórico de outra revolução tecnológica tão rápida. Atualmente, um microcomputador *lap-top* de US\$ 2.000,00 é muito mais potente que um computador de grande porte que custava US\$ 10 milhões no início da década de 70.¹⁴¹ A capacidade de transmissão de dados, por cabos ou por satélite, também aumentou assustadoramente¹⁴². Chegamos assim no anos 90 em que os microcomputadores domésticos além de processar dados realizam funções de fax, scanner, secretária eletrônica, modem, acesso à Internet e dispõem de drive para leitura de disco-laser no formato CD-ROM - Compact Disc Read Only Memory, capazes de armazenar 650 megabytes, ou o equivalente à informação armazenável em 451 disquetes de alta densidade no formato de 3 ½ polegadas. Os CD-ROMs, por sua vez, permitem a apresentação de textos, imagens, sons, vídeos e animações. Os computadores portáteis também vem se popularizando nos últimos anos.

A informática, como já vimos, é a mediação-chave da digitalização do conhecimento, ao passo que o computador, por sua vez, é a máquina que torna possível operá-la. Contudo, inúmeras máquinas que não possuem uma arquitetura de microcomputador pessoal, operam a partir de programas que as fazem responder complexamente aos diferentes *inputs* - como, por exemplo, os tornos mecânicos com comando numérico computadorizado.

A inserção cada vez mais ampla dos equipamentos e procedimentos informatizados como mediação de processos industriais - gerando, no limite, a robótica e a telemática - também é apenas mais um dos capítulos iniciais da expansão da revolução digital que se processa nessas áreas. Mesmo se considerarmos que “cerca da metade de todos os trabalhadores americanos usam, atualmente, alguma forma de computador (apenas um quarto deles o fazia em 1984)”¹⁴³, deve-se reconhecer que estamos ainda nos primeiros

¹³⁹ Nathan MYRHVOLD, *apud* “Ansiedade na Era Digital” in *Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 31

¹⁴⁰ *Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 43

¹⁴¹ “Se os automóveis tivessem se desenvolvido no mesmo ritmo dos microprocessadores durante as duas últimas décadas, um carro comum custaria, hoje, menos de US\$ 5 e teria um rendimento de cerca de 105 mil quilômetros por litro de combustível”. Pam WOODALL, “A última das grandes ondas tecnológicas”. *Gazeta Mercantil*, 01/10/96 p. A-12

¹⁴² “Em 1960, um cabo telefônico transatlântico podia transportar apenas 138 conversações simultaneamente. Agora, um cabo de fibra óptica pode transmitir 1,5 milhão de conversas.” Pam WOODALL, “‘Cybernomics’, o nome do jogo”. [*Gazeta Mercantil* 30/09/96 p. A-19]. Os satélites atuais que transmitem sinais digitais também possibilitam o recebimento direto de informações com antenas domésticas receptoras, medindo cerca de 45 cm de diâmetro. O sistema digital possibilita que um único satélite transmita dez vezes mais informação que um satélite que opera com sinal analógico, podendo operar 150 canais simultâneos. [Cf. Inácio NEUTZLING, *op. cit.* p.1].

¹⁴³ Pam WOODALL, “Tecnologia desafia as previsões econômicas”. *Gazeta Mercantil*, 3/10/96 p. A-12. As dificuldades em avaliar-se estatisticamente o aumento da produtividade pelo emprego da informática

momentos da revolução digital aplicada aos processos produtivos. No topo do emprego desta tecnologia estão os Estados Unidos. Aproximadamente 40% dos lares norte-americanos possuem um computador. Esta cifra é três vezes maior que a japonesa e duas vezes maior que a francesa. Quanto à navegação através de redes, no início de 1996 os EUA tinham 24 conexões com a Internet para cada mil habitantes. A média dos grandes países europeus é de cinco por mil habitantes e no Japão apenas duas por mil pessoas. As empresas norte-americanas lideram no emprego da maior parte das tecnologias principais e no setor de software. Por outro lado o gasto com pesquisa e desenvolvimento por empresas japonesas tem sido mais elevado do que o praticado por empresas americanas, o que veio dando ao Japão um crescimento considerável no setor de altas tecnologias, incluindo a tecnologia da informação.

Atualmente o uso doméstico dessa tecnologia também se expande rapidamente. Em 1970 havia 50 mil computadores no mundo todo; em 1996 já existiam 140 milhões¹⁴⁴. Entre 1992 e 1994 as vendas de computadores pessoais cresceram 44% nos Estados Unidos, 22% na Europa Ocidental, e 83% nos chamados mercados emergentes para este tipo de produto (Sudeste Asiático, América Latina e Europa Oriental). Rússia e Brasil representam uma parcela expressiva desse mercado consumidor emergente de computadores. A indústria de hardwares movimentou no ano passado, no mundo todo, aproximadamente US\$ 430 bilhões de dólares, sendo que apenas 6% dos equipamentos se destinava a uso doméstico. O microcomputador tende a trilhar o mesmo trajeto dos televisores no espaço residencial. O gasto anual percapita na Europa em aparelhos eletrônicos - incluindo o computador entre os demais equipamentos de mídia - é de aproximadamente US\$ 850,00. Por sua vez, as vendas de software no primeiro semestre do ano passado cresceram, em relação ao ano anterior, 168% no Brasil, 76% no Japão, 31% em Hong Kong e apenas 1% na Europa¹⁴⁵. O mais impressionante é que 70% das receitas desse setor em 1996 foram gerados por produtos que nem sequer existiam dois anos antes.¹⁴⁶

Os dois últimos desdobramentos qualitativos dessa tecnologia são - por um lado, o seu emprego em redes, o que possibilita a implementação de transações virtuais de produção e circulação, e por outro, o desenvolvimento de inteligência artificial.

Nos últimos anos a cibernética avançou no desenvolvimento da inteligência artificial estudando procedimentos informáticos de simulação do pensamento humano, objetivando substituir seres humanos por máquinas em ações mecanizadas. Certos computadores já operam sob modelos de raciocínio e comportamentos humano, seja contribuindo na realização de diagnósticos médicos, seja no exercício de jogos ou na composição de músicas. A IBM, após pesquisar durante cinco anos sob esta perspectiva, produziu um novo computador, batizado como Deep Blue, que opera simultaneamente 256 microprocessadores ao invés de apenas um, como nas máquinas até agora habituais. Em 1996 este computador derrotou o campeão mundial de xadrez, Garry Kasparov. Por sua

desconsideram dois aspectos basilares. O primeiro é que a atual produtividade é planejada em razão da capacidade do mercado assimilar o produto. Como a concentração de renda reduz o número de consumidores, não se justifica o aumento da produtividade mesmo que ela seja possível mediada por novas tecnologias. O segundo é que os produtos semióticos de diversos estatutos - como softwares ou logomarcas, por exemplo - possuem valores virtuais que não podem ser avaliados com os indicadores tradicionalmente utilizados na avaliação da produtividade industrial, como veremos no item 2.

¹⁴⁴ *Gazeta Mercantil*. 30/09/96 p. A-19

¹⁴⁵ *Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 17

¹⁴⁶ *Gazeta Mercantil* 1/10/96 p. A-12

vez o MIT, Instituto de Tecnologia de Massachusetts, está desenvolvendo um robô com um sistema nervoso artificial com o objetivo de simular os pensamentos e sentimentos humanos, nas diversas fases do crescimento do homem.

Embora o impacto futuro que o desenvolvimento dessa área da tecnologia digital possa ter, o que mais impacto tem provocado no mundo atual é a área da comunicação interativa digital mediada por redes - especialmente sua aplicação ao processo produtivo. Diferentemente do modelo industrial que concentrava em algum local físico todo o processo de produção ou montagem, agora - em todas as indústrias que operam com a informação - os objetos podem circular pelas redes, compondo-se o produto final em algum local virtual. As imagens, que assistimos à noite no telejornal, trafegam em bytes pelas redes, sendo editadas em algum lugar e emitidas em outro. Revistas de circulação mundial, tem suas seções elaboradas em vários lugares, sofrem a edição final em algum ponto e são distribuídas via rede para centenas de países no mundo, onde receberão a impressão em papel. Certas empresas gastam hoje mais capital em suas conexões de rede do que com salários¹⁴⁷.

Do mesmo modo que a conformação do capitalismo industrial gerou um certo movimento de urbanização, essa nova reestruturação do processo produtivo tende a trazer alterações, futuramente, no processo de organização urbana. As redes tendem a modificar não apenas as transações de mercado, mas também a organização das empresas e cidades. As redes, possibilitam a algumas empresas, articularem funcionários, fornecedores, consultores e clientes de maneira imediata. A presença física de certos funcionários na empresa não é mais necessária e, por vezes nem é desejada, pois eles podem trabalhar em casa, conectados à rede originando menos gastos com infra-estrutura. Há uma tendência de que muitos empreendimentos se descentralizem e suas atividades sejam dispersadas. Muitos trabalhadores da economia informal ou que são contratados de modo terceirizado não operam mais no tradicional local de trabalho, mas em ambientes externos ou na sua própria moradia. “Nos Estados Unidos, calcula-se que 65% de toda a força de trabalho seja formada, hoje, por ‘empregados da informação’ - ou seja, mais de 70 milhões de pessoas que teoricamente poderiam trabalhar em casa.”¹⁴⁸ Atualmente cerca de 6,5 milhões de trabalhadores nos Estados Unidos e outros 8,5 milhões de trabalhadores em outros países, levam trabalho para fazer em casa, isto é, já praticam o “teletrabalho”¹⁴⁹. Conforme um estudo de Simon Forge, feito em 1995 para o Banco Mundial, por volta do ano 2005 cerca de 1/5 dos trabalhadores dos países de capitalismo avançado estarão “teletrabalhando” em horário parcial ou integral.¹⁵⁰

Escritórios virtuais vão se implantando em vários ramos. Mesmo que ainda de forma tímida, “... o escritório virtual está sendo implantado em diversas empresas em todo o mundo, dos mais diferentes portes e nos mais diferentes ramos de atividade, gerando economias de custos operacionais de milhares a dezenas de milhões de dólares.”¹⁵¹. No Brasil este sistema já vem sendo utilizado pela Bamerindus Seguros e pela Revista Byte, entre outras. A AT&T, por sua vez, montou um escritório virtual em Curitiba para ser utilizado por clientes que necessitem de comunicação com qualquer parte do mundo. “Na

¹⁴⁷ A subsidiária da Microsoft na Grécia é um exemplo disso. Cf. Bill GATES, *op. cit.* p.180

¹⁴⁸ “O Tempo da Mutação” in: *Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 107

¹⁴⁹ “Teletrabalho designa não apenas o trabalho feito em casa, mas toda e qualquer tarefa desenvolvida longe da empresa, prática que só se tornou possível graças ao computador plugado no telefone.”. Clóvis ROSSI, “Teletrabalho ocupa lugar do escritório”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-9, São Paulo.

¹⁵⁰ *Gazeta Mercantil*. 01/10/96 p. A-12

¹⁵¹ Marcelo BERNSTEIN, “O Escritório Virtual” in: *Byte* 4(4):66-69 abril 1995. São Paulo. Aqui, p.66

área de 600 m², no centro de Curitiba, o escritório virtual oferece facilidades de telecomunicações e informática, sendo que o usuário pode ocupar um dos escritórios ou, ainda, utilizar seu próprio notebook para conexão com a rede da matriz ou, ainda, conectar-se à Internet”¹⁵².

Na sede da agência publicitária Chiat/Day em Nova York, não há salas para o diretor ou espaços individuais para funcionários ou executivos, apenas um espaço coletivo, uma lanchonete e sala para reuniões com clientes. Implantou-se um sistema em que o funcionário utiliza um “carrinho de trabalho individual” - uma estrutura metálica sobre rodas que possui um tampo onde se colocam um micro portátil, um celular e algumas outras coisas. Quem necessita ir à agência para trabalhar, pega um desses quiosques e ao encerrar o expediente não deixa maiores rastros físicos no local.

Na França, 1.100 funcionários de vendas e assistência técnica da IBM perderam seus escritórios. Quando necessitam estar na empresa - 25% a 30% de seu tempo de trabalho - compartilham espaços coletivos. Outras empresas já dividem três dias de trabalho em casa, com dois dias na sede da empresa.

A interligação de escritórios e filiais em localidades remotas à matriz através de redes de satélite vem se tornando uma alternativa adotada por um número cada vez maior de empresas. A Cervejaria Antártica, projetou informatizar e interligar via satélite todas as unidades no Brasil em 1996. Na etapa seguinte, pretendia interligar distribuidores, fornecedores e clientes para reposição imediata de estoque, troca de notas fiscais e documentos do tipo EDI (Eletronic Data Interchange) seja através de canal de satélite, seja através da Internet. As unidades transmitiriam dados a partir de parabólicas: até dezembro de 1996, estaria completada a implantação de redes locais (LAN - Local Area Network) nas empresas do grupo que, por sua vez, seriam interligadas através de satélite por rede WAN (Wide Area Network).¹⁵³ Por outra parte, o grupo Verdi - distribuidor de caminhões e ônibus da Mercedes-Benz - lançou uma TV empresarial a nível nacional via satélite no Brasil para chegar a 88 localidades no país sem falhas. Na etapa seguinte pretendia interligar os escritórios e realizar comunicação dados. O diretor de tecnologia e marketing da empresa explicava que “o satélite foi a solução mais econômica e mais rápida de ser implantada para um grupo de atuação nacional... Ficou mais fácil administrar o dia-a-dia da empresa, o lançamento de produtos, o relacionamento com clientes e outras unidades através da rede.”¹⁵⁴

Lojas virtuais também começam a ser difundidas. A Ellus, que é uma indústria de confecções, inaugurou em um Shopping Center de Curitiba uma loja que funciona 24 horas por dia, não necessitando de reposição de estoques ou vendedores. Um terminal multimídia, interativo, simula uma vitrine, podendo exibir combinações entre as várias peças - em variadas cores e tamanhos - e efetuar a venda da mercadoria que é entregue três dias depois no domicílio do comprador. O pagamento é feito deslizando-se o cartão de crédito que é reconhecido pelo sistema em poucos segundos, debitando-se o valor da mercadoria escolhida.¹⁵⁵

Em razão, especialmente, das redes de comunicação, também o mercado de qualificação profissional expandiu-se do local para o global. Em certos setores em que a

¹⁵² *Idem*, p. 66e68

¹⁵³ *Gazeta Mercantil*, 03/10/96 p. C-5

¹⁵⁴ Ana Luiza MAHLMEISTER, “Satélite facilita comunicação entre empresas”. *Gazeta Mercantil*, 18-02-97 p. C-1

¹⁵⁵ Cf. *CEPAT - Informa*. N.12 Dez 1995, p. 15

performance do indivíduo é avaliada em relação à dos demais - como no caso de atletas, advogados, médicos, acadêmicos, diretores-executivos, telejornalistas, atores, etc - tal expansão provocou um aumento fabuloso na remuneração desses profissionais. Eventos esportivos ou culturais, por exemplo, que há algumas décadas atrás somente eram assistidos pelos que estivessem fisicamente presentes nos estádios, teatros ou auditórios, podem agora ser acompanhados - em tempo real - no mundo todo através de transmissão de TV, da Internet, ou assincronicamente através de CDs, vídeos, etc. A expansão da demanda local para a demanda global multiplicou o lucro dos empresários do setor: “um enorme aumento da demanda pode ser satisfeito a um custo pequeno, uma vez que o custo marginal para reproduzir um CD ou vídeo extra é mínimo. Igualmente, o maior cirurgião cardíaco pode agora prestar assistência no diagnóstico e tratamento de pacientes a milhares de quilômetros de distância através de redes de transmissão de dados em alta velocidade.”¹⁵⁶

Assim, longe de ser apenas processadores de dados ou instrumentos de comunicação, os computadores conectados às grandes redes, como a Internet, tornaram-se não apenas espaço de trabalho coletivo virtual, mas especialmente, vias de circulação de mercadorias e capital. A tecnologia da informação possibilita que serviços que até bem pouco tempo não podiam ser comercializados, agora o sejam. A codificação crescente do conhecimento vem reduzindo cada vez mais a necessidade de um contato físico entre vendedor e cliente, entre produtor e consumidor. “Qualquer atividade que possa ser conduzida através de uma tela e um telefone, de escrever software a prestar serviços de secretariado, pode ser realizada em qualquer parte do mundo. A queda dramática dos custos de comunicação permite que empresas do setor de serviços, como bancos, transfiram sua equipe de suporte para lugares mais baratos, ligados ao escritório central por satélite e computador.”¹⁵⁷ A rede cibernética, que inicialmente foi espaço de circulação de informações militares e científicas sendo aberta posteriormente a usos públicos e comerciais, está atualmente se transformando - aos poucos - em um grande mega-mercado virtual. Uma das consequências dessa modificação é a transformação do dinheiro: “o próprio dinheiro dispensa o suporte material de uma cédula ou de moedas e assume uma natureza plenamente virtual”.¹⁵⁸ Afirma Bill Gates que “muitas transações envolverão dinheiro, que vai trocar de mãos digitalmente e não em moeda. A informação digital de todos os tipos, não apenas enquanto dinheiro, será o novo meio de troca nesse mercado.”¹⁵⁹ Ao invés de armazenar-se dinheiro em papel - com caracteres nele impressos -, “micros” de bolso já armazenam dinheiro digital sob formas de códigos estruturados em bytes. Os atuais cartões de crédito, cartões magnéticos de banco e ordens de pagamento também operam financeiramente com informações digitais, embora de modo menos complexo. Várias instituições bancárias no Brasil já têm disponíveis sistemas digitais de transação financeira via rede que podem ser acessados a partir de qualquer computador com placa modem plugado em uma linha telefônica; contas de supermercado são pagas com cartões magnéticos, descontando-se diretamente da conta do usuário o valor pago, sem a manipulação de moedas. É cada vez menor o número de moedas que circula fisicamente e

¹⁵⁶ Pam WOODALL, “O computador eleva o salário”. *Gazeta Mercantil*, 07/10/96 p. A-16 Esse acúmulo de capital por certos indivíduos “assalariados” que tem direito sobre sua própria imagem chega a tal ponto que Thomas Friedman, do *New York Times*, chegou a afirmar - com bom humor - que Michael Jordan deveria fazer parte do G-7, isto é, do grupo dos sete países mais ricos do mundo, pois o seu Produto Nacional Bruto é bem maior que o de metade de todos os países do mundo. Cf. Thomas Friedman. “Uma nova conferência de cúpula”, *O Estado de São Paulo*, 13-06-95, p. B-2. Sobre esse tema veja-se também: Inácio NEUTZLING, *op. cit.* p. 4

¹⁵⁷ Pam WOODALL, “As vantagens do computador”. *Gazeta Mercantil*, 08/10/96 p. A-16

¹⁵⁸ “Dinheiro Virtual” in: *Folha de São Paulo*. Editorial. 16 de nov de 1995, p. 1-2

¹⁵⁹ Bill GATES, *op. cit.* p. 17

cada vez maior a possibilidade de transações digitais. Os sistemas, por sua vez, tornam-se cada vez mais seguros.¹⁶⁰ A informação se transforma em mercadoria especial: em nossa era, “a informação tornou-se uma nova commodity”¹⁶¹.

Esta automação do processo de comércio via rede aos poucos vai modificando o processo de transação comercial: “A automação traz também a conveniência da disponibilidade de bancos e shoppings 24 horas por dia, sete dias por semana, com os PCs caseiros acoplados diretamente aos computadores dos bancos (ou outros serviços financeiros).”¹⁶² Facilitando as transações comerciais na Internet, algumas empresas vêm se estabelecendo na rede. A *Globe Online*, por exemplo, atua “como intermediária entre os que querem vender pela rede e os compradores, oferecendo um sistema de pagamento eletrônico em moeda digital, ou carteira virtual”¹⁶³. O dinheiro eletrônico agiliza o negócio das pequenas empresas altamente informatizadas. Com ele as pequenas empresas atingem “... um nível de automação já desfrutado por muitas grandes corporações, cuja herança EDI (Eletronic Data Interchange - Intercâmbio Eletrônico de Dados) significa que hoje em dia, em vez de moedas são bits eletrônicos que fluem na retaguarda dos processos financeiros.”¹⁶⁴

Na Internet estão disponíveis atualmente transações com cinco tipos de dinheiro digital: E-cash, Cheques Digitais, Cheques Digitais de Bancos, Smart Cards e Cupons e Sinais Eletrônicos. 1) O E-cash resume-se a um sinal que pode ser autenticado independentemente do emissor, podendo sacar-se o dinheiro digital de uma conta de banco na Internet e o armazenar, tanto no disco rígido do computador quanto em um Smart Card. “O E-cash utiliza assinaturas digitais, geralmente chamadas de moedas, que representam um valor fixo. As moedas estabelecem sua própria autenticidade por meio de um complexo algoritmo de software ou por hardware à prova de adulterações. A DigiCash, uma companhia holandesa, detém a patente do E-cash.”¹⁶⁵ O Mark Twain Bank, sediado em Saint Louis, nos EUA, foi uma das instituições - entre outras - que colocou em circulação seu próprio E-cash, obtendo licença para utilizar a tecnologia DigiCash. 2) Os cheques digitais, por sua vez necessitam ser assinados e endossados pelo emissor, utilizando-se assinaturas digitais. Através de certificados digitais são estabelecidos a identidade do pagador e suas informações bancárias. Obtém-se a autenticação por sistema de chave-pública¹⁶⁶. O recebedor, então, valida o cheque com sua chave e o deposita coletando o pagamento. 3) Os cheques digitais de bancos, são semelhantes ao dinheiro

¹⁶⁰ A criptografia garante a segurança das transações, transcrevendo a informação para um código composto a partir do cruzamento de duas chaves de números primos que somente é disponibilizada àquele que deve operar a descriptografia. Considera Gates que “como tanto a privacidade do sistema como a segurança do dinheiro digital dependem da criptografia, alguma descoberta na matemática ou na ciência da computação que vença o sistema criptográfico poderá ser desastrosa. A descoberta matemática mais óbvia seria o desenvolvimento de uma maneira fácil de se fatorarem os números primos. Qualquer pessoa ou organização de posse de tal faculdade poderia falsificar dinheiro, penetrar em qualquer arquivo, pertença ele a uma pessoa, empresa ou governo, e possivelmente até arruinar a segurança das nações”. Bill GATES, *op. cit.* p.326

¹⁶¹ Mauro de Sales AGUIAR, *apud Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 72

¹⁶² Udo FLOHR, “Dinheiro Eletrônico” in : *Byte* 5(6):24-35 jun 1996 São Paulo. Aqui, p. 26

¹⁶³ Ana Luiza MAHLMEISTER, “Sistema facilita comércio eletrônico”. in: *Gazeta Mercantil*, 4/10/96 p. C-5

¹⁶⁴ Udo FLOHR, *op. cit.* p.25-26.

¹⁶⁵ Udo FLOHR, *op. cit.* p.28

¹⁶⁶ A codificação por chave pública foi inventada por Whitfield Diffie e Martin Hellman, em 1977. Trata-se de um par de números primos usados como chaves. A chave pública, embora sirva para a codificação da mensagem, não serve para a sua decodificação. Para tanto é necessária chave decifradora, que somente aquele que está habilitado à decodificação conhece, pois a recebeu previamente.

digital, mas garantidos por um banco, não havendo anonimato. “Os usuários compram os cheques de um banco, que resgata cada número de série apenas uma vez. Títulos digitais ao portador com cupons de juros são uma modalidade especial do cheque digital. O portador periodicamente envia um cupom para o emissor para coletar juros a uma taxa especificada.”¹⁶⁷ 4) O Smart Card é um cartão pago previamente que armazena um valor que pode ser gasto pelo portador. É através de empresas de cartão de crédito que o comerciante recebe o pagamento. Alguns desses cartões contêm microprocessadores embutidos, evitando adulterações e possibilitando interfaces com carteiras eletrônicas que, lendo os dados do cartão, podem intercambiar valor com outros usuários. 5) Por fim os cupons e sinais eletrônicos, são os similares digitais dos tíquetes usados para compras em supermercado, sendo resgatados na empresa emissora e usados para algum serviço específico, não podendo ser resgatados por dinheiro.

Com as inovações no setor, o serviço bancário digital cresce a cada dia. Em 1993 praticamente não existiam “sites” de bancos na Internet. Os “sites” são páginas que os usuários acessam e lhes abrem várias operações como, neste caso por exemplo, pagar contas, transferir recursos, verificar extratos e saldos, etc. Em 1996 existiam 154 “sites” bancários e previa-se que até o ano 2.000 haja mais de 2 mil “sites” deste tipo na Internet, em que os custos dos serviços caem abaixo da metade dos custos com os sistemas que envolvem mediações físicas como cheques, manipulações de cédulas, etc. Conforme pesquisa da Booz-Allen & Hamilton, 56% dos bancos europeus desejavam ter seus “sites” funcionando na Internet no máximo já a partir de 1997.¹⁶⁸

Em 1996 somente 1% dos usuários da Internet efetuou compras *on line*, mas o valor das transações foi significativo. A publicidade por enquanto é o que mais faz o capital girar. Estimava-se que naquele ano, o faturamento com publicidade na rede alcançasse US\$ 312 milhões, quase o dobro de 1995. Outro serviço disponível é a aplicação em fundos - já que atenções se voltam para a rede e para World Wide Web como oportunidades reais de mercado. As ações do *WWW Internet Fund* - administrado pela W.W.W. Advisors Inc. - atingiram nos seus dois primeiros meses uma rentabilidade de 11,1%, superando índices como o Dow Jones, o Standard & Poor's 500 bem como os índices Russell 2000, que chegaram no máximo a 8,4% no período. “Exemplos de ações que impulsionaram os ganhos recentes do Fundo WWW da Internet incluem Intel, US Robotics, Checkfree Corp., Newbridge Networks, Seagate Technology, Ascend Communications, C-Cube e Yahoo.”¹⁶⁹

Atualmente os computadores mediatizam operações financeiras vultosas no mundo todo. Entre os 120 bancos de várias regiões do mundo, interligados pelo sistema CHIPS (Clearin House Interbank Systems) movimenta-se diariamente US\$ 1 trilhão. Por sua vez também ocorre a interligação do mercado de títulos pela mediação de redes informatizadas. Aqui, certos erros de sistema tornaram-se fatais. Em 1985 as máquinas do Banco de Nova York entraram em colapso, por um erro de sistema, e o banco sofreu, em razão disso, um prejuízo de US\$ 23,6 bilhões - tendo que ser socorrido pelo Banco Central norte-americano para evitar-se um desastre no sistema financeiro daquele país. Em 1987, por sua vez, os computadores da Bolsa de Valores de Nova York falharam repetidas vezes

¹⁶⁷ Udo FLOHR, *op. cit.* p.28

¹⁶⁸ Igor GIELOW, “Internet ameaça as agências de bancos”. Folha de São Paulo 19/08/96 p. 2-1

¹⁶⁹ “As ações do fundo só podem ser compradas por meio de prospectos. O folheto e o modelo da proposta fica disponível no site da Web da WWW Advisors...”. Cf. “Bons Rendimentos em Fundo da Internet”. *Gazeta Mercantil*, 03/10/96 p. B-3

em um único dia, que ficou conhecido como a “Segunda-Feira Negra”, levando o mercado financeiro a atitudes de pânico¹⁷⁰.

Nessa nova esfera econômica há também a contravenção. Em 1994, alguns *crackers*¹⁷¹ americanos e russos conseguiram decifrar os códigos que davam acesso aos computadores do Citibank em Nova York e transferiram US\$ 10 milhões para várias contas, abertas por eles mesmos em vários países. Alguns meses depois eles foram presos, mas o caso só foi divulgado em 1995. Mesmo sendo o Citibank o maior dos EUA, havia falhas no sistema de segurança. No Brasil em 1992, um jovem invadiu os computadores da Coca-Cola após três meses de exploração da Internet com um programa especializado em rastrear senhas.¹⁷² Atualmente existem quadrilhas especializadas em roubar números de cartões de crédito que são utilizados em transações comerciais nas redes por usuários que ainda não optaram por se valer de algum tipo de moeda digital. Em 1994, a polícia norte-americana prendeu Kevin Mitnick que já tinha roubado números de cartão de crédito de aproximadamente 20.000 usuários da NetCom. A pirataria, por sua vez, é também outra forma de replicar produtos virtuais ou bens intangíveis e acumular valor com sua venda. Esse interessante tema analisaremos em uma das subseções do item 2.

Embora essa revolução digital já esteja provocando transformações profundas na organização da economia mundial, a tecnologia da informação é apropriada de modo desigual entre países ricos e pobres, bem como entre pessoas ricas e pobres no interior de cada país. Um relatório do Banco Mundial, divulgado em março de 1995, analisa a atual situação de apropriação mundial das tecnologias de informática e avalia, também, o valor da informação como capital produtivo. Afirmo o documento que “numa economia cada vez mais baseada em conhecimento, a informação está-se tornando tão importante quanto a posse de terra ou de capital físico. No futuro - continua o texto - , a distinção entre nações velozes e nações lentas, nações conectadas e nações isoladas se somará à diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento”. Em outra passagem afirma o documento que “se os países da África não embarcarem na grande mudança tecnológica, poderão ser afogados por ela. Nesse caso, ficarão mais marginalizados e economicamente estagnados do que estão hoje.”¹⁷³ Na África, cerca de dois terços da população nunca fez

¹⁷⁰ Mesmo com a evolução dos softwares e hardwares, as possibilidades de falhas permanecem. Os chips Pentium da primeira geração, por exemplo, também apresentaram uma falha: eles não conseguiam dividir 4.195.835 por 2,99999991 - o que, hipoteticamente, poderia provocar uma tragédia em qualquer sistema que os tivessem como suporte.

¹⁷¹ Ver glossário “Hacker e cracker”

¹⁷² Heitor SHIMIZU e Ricardo B. SETTI, “Tem Boi na Linha”. *Super Interessante*, 9(10):26-33 out 1995. Aqui, p. 28. Apenas por brincadeira, o *hacker* resolveu alterar a lista de distribuição de refrigerantes, incluindo duas caixas para a casa de um amigo. Conforme a revista, a Coca-Cola não confirma a invasão.

¹⁷³ Citado em “A chance de chegar lá” in : *Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 86. É um equívoco pensar que o domínio das tecnologias de ponta seja condição indispensável para a garantia das mediações materiais para a realização da liberdade pública. As tecnologias sempre foram alvo de um certo fetichismo. É considerando os recursos geoestratégicos, os potenciais de produtividade da tecnologia e gerenciamentos, respectivamente, já instalados e implantados, e os objetivos do processo produtivo que se deve definir quais são as tecnologias mais adequadas. A tecnologia eficiente a um determinado propósito em um contexto pode ser eficaz em outro, mas mesmo sendo eficaz, pode não ser eficiente. Assim, por exemplo, para aumentar a produtividade leiteira na Holanda é necessário o desenvolvimento de biotecnologias aplicadas ao aprimoramento de matrizes bovinas; contudo, na maioria dos países latino-americanos o aumento da produção leiteira pode ser realizada de modo eficiente simplesmente aumentando-se os rebanhos, uma vez que a condição geoestratégica - a existência de áreas disponíveis para pastagens no ano todo - torna essa alternativa possível, o que não ocorre na Holanda. A mesma tecnologia desenvolvida na Holanda aqui também seria eficaz, mas seria menos eficiente, uma vez que seria necessário gastar-se mais recursos para chegar-se a um mesmo resultado, queimando-se

uma ligação telefônica na vida. Por outro lado, nos Estados Unidos, um dos projetos federais é plugar todos os lares na Internet: “Vamos atingir a meta de que cada lar esteja conectado à Internet no século XXI e vamos nos unir como uma comunidade através dessa conexão” - afirmou Bill Clinton, antes de ser reeleito presidente, explicando um programa de 5 anos que gastará US\$ 500 milhões na instalação de um acesso mais avançado à Internet.¹⁷⁴

Na sociedade conectada em rede (ver tabela 9), ou *networked society*, a força dos governos e dos estados, contudo, tem diminuído em razão do fluxo de informações e do dinheiro, que se digitalizou, tornando-se virtual. Segundo analistas, como Klaus Schwab e Claude Smadja, “com a disseminação de informações instantâneas, de múltiplas fontes, características da sociedade em rede, ‘os governos estão sendo privados do que era, até recentemente, um clássico instrumento de poder, a informação privilegiada...’”. Quanto ao segundo aspecto, afirmam que, “com crescente mobilidade, o capital tem opção de sair se as políticas nacionais fiscais, sociais e de renda minimizam as taxas de retorno, o que reduz a margem de manobra dos que fazem políticas nacionais...”¹⁷⁵. Há um significativo grupo dos que temem que a virtualização da economia e da política acabe fragilizando profundamente a democracia, ensejando a expansão de regimes globalitários por toda a parte. Outros afirmam entretanto que os fenômenos da mundialização e planetarização podem determinar mudanças aos atuais rumos da globalização fortalecendo a cidadania.

Tabela 9 - Ranking da Sociedade em Rede em 1996

ÍTEMS	PAÍSES E COLOCAÇÃO						
	1º - EUA	2º - Finlândia	3º - Noruega	4º - Dinamarca	5º - Suécia	31º - Argentina	41º - Brasil
Telefones por mil habitantes	602	551	554	604	683	141	74
Celulares por mil habitantes	149.5	261.7	261.3	241.2	264.6	12.5	12.7
Televisores por mil habitantes	790	502	425	550	480	380	290
Assinaturas de TV a Cabo (% dos lares)	68.23%	45.33%	43.95%	57.43%	55.48%	44.84%	0.77%
Parabólicas (% de lares)	4%	5.4%	12.3%	47.7%	14.4%	n.d.	n.d.
Computadores pessoais por mil habitantes	350	230	250	220	170	20	10
Conectados à Internet por mil habitantes	21.82	43.11	21.6	10.07	18.92	0.17	0.12

Fonte: Fórum Econômico Mundial¹⁷⁶

Seja como for, pode-se concluir que entre todas as desigualdades atualmente existentes, nenhuma tem crescido tanto como a do acesso à informação, podendo alguns segmentos sociais ficarem definitivamente excluídos do direito de exercer, de modo cidadão, a sua liberdade. Por outro lado, apenas ter acesso à informação também não é condição suficiente para o real exercício da liberdade, como veremos no item 4.

capitais na importação daquela tecnologia - capitais que poderiam ser utilizados de maneira mais eficiente com vistas ao aprimoramento do processo produtivo em alguma outra área específica.

¹⁷⁴ “Clinton quer o país conectado à Internet”. *Gazeta Mercantil*, 11a13/10/96, p. A-14

¹⁷⁵ Citado por: Clóvis ROSSI, “Um mundo sem ninguém no comando”. *Folha de São Paulo*, 09-02-97, p. 2-12, São Paulo.

¹⁷⁶ Fonte: Reunião Anual 97 do Fórum Econômico Mundial, com base em dados oficiais de cada país e/ou de organizações internacionais. *Folha de São Paulo*, 09-02-97 p. 2-12, São Paulo. A Argentina é o país latino-americano melhor colocado neste ranking.

1.8 Globalização, Planetarização e Mundialização.

A revolução cibernética das tecnologias de informação e comunicação - associando computadores à fibra ótica, ao laser, etc - não tem provocado modificações apenas na economia mundial. Elas também tem provocado modificações culturais, alterando hábitos, comportamentos e valores no mundo todo. Alguns cientistas sociais compreendem esse processo sob três conceitos: globalização, mundialização e planetarização.

A *globalização* envolve elementos de produção e comercialização, relacionando-se à economia e às finanças. Sob este aspecto consideram-se as mudanças do processo produtivo resultantes da aplicação de métodos, meios e recursos que ultrapassam os limites nacionais. Como vimos anteriormente, na base desse processo estão grandes corporações interagindo nos grandes mercados em movimentos de “fusão” ou “fissão” - conforme figura retomada por Aluísio Pimenta - , uma vez que ocorrem lances em que várias empresas se fundem em uma só ou uma grande empresa se divide em várias unidades.¹⁷⁷ O tripé bancário dos fundos de pensão, fundos mútuos e seguradoras alavanca esses movimentos empresariais de globalização, como destaca René Dreifuss,

“a globalização é alavancada num novo tripé financeiro: o sistema bancário, que se assenta no fabuloso valor patrimonial de várias centenas de bilhões de dólares dos vinte maiores bancos do planeta, e das enormes quantias depositadas, com ativos que chegam a mais de 6 trilhões e meio de dólares; os fundos de pensão - cujos ativos totais nos Estados Unidos chegavam, em 1995, a quase 4,8 trilhões de dólares, cifra que supera todos os PIBs do mundo, excetuando o norte-americano - e os fundos mútuos de ação (que nos Estados Unidos cresceram de apenas 500 bilhões em 1985 para mais de um trilhão em 1990, alcançando o patamar dos dois trilhões em outubro de 1993, chegando a mais de 2,6 trilhões em 1995 e atingindo, no início de 1996, o valor de 3 trilhões de dólares); e as seguradoras, que junto com os fundos de pensão dispõem de mais de 5,7 trilhões de dólares na França, Alemanha, Japão e Inglaterra.”¹⁷⁸

A *planetarização*, por sua vez, é caracterizada pela influência política de nações sobre outras nações. O desenvolvimento tecnológico e de processamento de informação ampliaram as influências políticas internacionais, gerando um poder de alcance planetário, atingindo Estados e sociedades, nas quais novas formas de controle ultrapassam fronteiras com diversificadas formas de influência entre países e comunidades. As pressões internacionais contra os testes nucleares franceses, indianos e paquistaneses, realizados recentemente, são um exemplo disso¹⁷⁹. Conforme Dreifuss,

¹⁷⁷ Cf. Aluísio PIMENTA, “Globalização, mundialização e planetarização”. *Gazeta Mercantil* 14/10/96 p. A-3

¹⁷⁸ René Armand DREIFUSS, *A Época das perplexidades - Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios*. 2ª. Ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997, p. 157.

¹⁷⁹ Fenômenos de pressão internacional às vezes se tornam curiosos. Em 1994, o papa João Paulo II, descontente com um bispo progressista da cidade francesa de Evreux - que defendia imigrantes ilegais africanos e pobres de todos os credos - o transferiu para a diocese de Partênia, no norte da África, área coberta pelas areias do Saara desde o século VI - uma diocese que efetivamente não existe, embora seja formalmente reconhecida sob o direito canônico. Gaillot, entretanto, abriu uma página na Internet e através da rede passou a fazer sua pregação. Algum tempo depois, católicos da cidade de Nápoles organizaram a Sociedade Partênia e passaram a encher a caixa-postal do Cardeal Bernardin Gantin, que é o prefeito da Congregação dos Bispos, com cartões que dizem o seguinte: “Quero informar que a partir

“...a planetarização trata, por um lado, de vínculos expressos na trama de organizações transnacionais e de instituições (parlamentos e conselhos) supranacionais, que fazem parte do novo tecido ‘político’ e de gestão, e dá outro significado à noção de *pertencer*, resignificando a multiplicidade de inserções sociais e nacionais. Além disso, ela sublinha a qualidade dos vínculos políticos, culturais e sociais que atravessam estados-nações e permeiam sociedades nacionais diversas, enquanto modelam, irradiam e imprimem profundas mudanças perceptivas e de comportamento transocetárias. Essas mudanças afetam a formulação e os métodos de ação dos governos e dos grupos politicamente organizados, além de incidir no funcionamento das estruturas sociais e institucionais vigentes. São explicitadas como cortes e redesenhos nas relações de poder internas... dos países, e como reformulação das relações internacionais.”¹⁸⁰

Sob o aspecto das produções de subjetividade, importa salientar de modo amplo o significado da *mundialização* nesta nova etapa do capitalismo globalizado. Caracterizam a mundialização a facilidade para viagens de um país a outro, a comunicação por rádio, TV e satélite que nos permitem ter acesso direto a inúmeros outros países, culturas e costumes. Curiosamente, na era da mundialização é mais fácil, rápido e barato entrarmos em contato com alguém no Japão, do outro lado do globo terrestre mas conectado à Internet, do que com um parente que reside a algumas centenas de quilômetros numa cidadezinha no interior do estado em que moramos e que somente dispõe de um posto telefônico. Na visão positiva que Aluísio Pimenta tem da mundialização, “a facilidade de comunicação quebra barreiras culturais e leva a um comportamento em que sentimos o mundo mais de perto. Hoje, é possível estudarmos, mediante a educação a distância, na universidade de Londres, da Venezuela, de Portugal ou da Espanha e termos contato com milhões de pessoas que não conhecemos e com as quais compartilhamos conhecimentos, ansiedades e esperanças. Essas novas fronteiras nos possibilitam intercambiar processos culturais, enriquecendo nossa identidade como comunidade ou nação, dentro do contexto de uma ‘aldeia global’.”¹⁸¹

René Dreifuss, contudo, apresenta uma análise menos positiva do fenômeno da mundialização. Destaca o autor que

“a *mundialização* lida com mentalidades, hábitos e padrões; com estilos de comportamento, usos e costumes e com *modos de vida*, criando denominadores comuns nas preferências de consumo das mais diversas índoles. A mundialização compreende a generalização e uniformização

de hoje pertença à Diocese de Partênia, e monsenhor Gaillot é meu bispo.” Esta diocese virtual abriu recentemente um guia em que se pode encontrar os endereços de organizações do mundo todo que defendem os direitos humanos.

¹⁸⁰ René DREIFUSS, *Op. Cit.*, p.171

¹⁸¹ Aluísio PIMENTA, *op. cit.* p. A-3. É curioso o que tem acontecido no encontro virtual com a cultura islâmica pela Internet: “É um grande choque cultural para os muçulmanos, tanto quanto o hábito de cobrir suas mulheres em um *purdah*, o que causa arrepio nas ocidentais... Os governantes islâmicos estão divididos entre os benefícios econômicos da net e a preocupação com o acesso a material ‘inadequado’, entenda-se pornografia e subversão política...” [“O islã na net”. *Net - A Revista da Internet*, 2(2):22-25 Mar 1995, aqui p. 22 e 23.] Revistas especializadas em Internet chegam mesmo a indicar alguns pontos de etiqueta para travar contato com a cultura islâmica, pois como afirmam, “fazer contato com qualquer cultura estrangeira pela net, da mesma forma que ao vivo, cria situações em que se acaba metendo os pés pelas mãos.” [Cf. “Etiqueta Islâmica”. *Net - A Revista da Internet*, 2(2):22-25 mar 1995, aqui p. 23]

de produtos, instrumentos, informação e meios à disposição de importantes parcelas da população mundial...(...) neste sentido, a mundialização lida com a massificação e homogeneização cultural, evidente no consumo de hamburgers, pizzas, sorvetes, iogurtes, refrigerantes, cigarros, *jeans*, tênis, cartões, etc. Da China à Dinamarca, da Finlândia ao Peru, são os mesmos produtos, das mesmas marcas e modelos iguais. Mas a mundialização também incorpora as particularidades - locais, regionais, nacionais, étnicas, religiosas, de grupos sociais e culturais - subsumidas na dinâmica mundial do consumo de uma heterogênea terra. A mundialização é, portanto, do âmbito societário, embora no seu desdobramento condicione a economia e a política. Refere-se a valores e referências, a produtos e métodos desejados e passíveis de utilização, nos mais diversos países, sem ater-se à sua origem nacional ou cultural (na maioria dos casos, simplesmente desconhecendo-a), e transbordando ou atravessando culturas e estilos existenciais e vivenciais.”¹⁸²

Este processo de mundialização opera com diferentes intensidades nos diferentes países, impulsionada por uma ação empresarial que transborda os limites do Estado em suas políticas de cultura, quebrando padrões de consumo, visões de mundo, referências explicativas e balizas de conduta nas sociedades locais, substituindo-os por outros, ou modelizando-os sob novas semioses. Assim, estilos de comportamento social são transferidos ou transplantados com o recurso não apenas das diversas mídias (tevé, rádios, vídeos, computadores, telefones, fax, jornais, revistas, cinemas, etc) mas, também, com o concurso da indústria do turismo e de viagens que responde atualmente por 10,9% do PIB global¹⁸³. Os grandes meios de comunicação planetários (tevé a cabo, revistas de circulação mundial, *websites*, etc) suprimem barreiras e disseminam novas tendências de consumo, posições políticas e orientações de conduta. Macrossistemas comunicativos permitem a difusão imediata de informações por todo o mundo, capazes de promover audiências massivas a assuntos irrelevantes ou de promover crises econômicas em determinados países em razão de informações desfavoráveis divulgadas sobre suas economias por agências internacionais de notícias, que ecoam comentários de analistas que, direta ou indiretamente, também atuam como agentes de mercado. Entre todos esses veículos, a internet gerou a possibilidade de surgimento de comunidades de alcance mundial em que os indivíduos não apenas são receptores de mensagens, mas emissores de uma quantidade imensa de informação, ensejando o surgimento de novas organizações coletivas e virtuais que extrapolam os espaços e os ciclos de tempo físicos. As comunidades virtuais se organizam em torno de uma diversa gama de temas e propósitos que vão da defesa de direitos humanos, do debate sobre questões políticas, ecológicas e científicas, à articulação de redes internacionais de pedofilia, narcotráfico, etc.

Nesta múltipla teia de influências, algumas cidades e regiões, em especial as grandes megalópoles do Norte, mantêm ascendência sobre outras regiões ou países em razão não apenas de sua capacidade de selecionar, organizar e veicular informação, difundindo suas percepções, critérios e análises, mas porque, concentrando e articulando funções financeiras, industriais, científicas, tecnológicas, culturais e políticas, que mantêm fortes vínculos com as instituições educativas, acabam fornecendo quadros e dirigentes para diversas empresas e nações, laureando doutores e mestres que atuam nos mais diversos

¹⁸² René Armand DREIFUSS, *Op. Cit.* p. 136; 138-139.

¹⁸³ *Ibidem*, p.139

países. Formados sob certos princípios nestes “*Centros de Excelência*”, reproduzem-nos por toda a parte irradiando uma certa compreensão de mundo e de processos sociais, uma certa compreensão civilizatória, difundindo certos procedimentos específicos e particulares nas mais diversas áreas de atuação científicas, técnicas e profissionais como se fossem necessários e universais. Essas cidades configuram-se como *pólos-motores* que “desenham uma realidade geoeconômica diferente, gerando uma nova ‘divisão transnacional da produção’ determinada pela gestação de uma verdadeira ‘divisão internacional do conhecimento’ adquirido, acumulado e aplicado”¹⁸⁴.

Assim, se considerarmos o processo de produção de subjetividades, descrito anteriormente, percebemos que a globalização captura em sua espira a mundialização e a planetarização. Mentalidades, hábitos, estilos de comportamento, usos e costumes são semioticamente modelizados com a finalidade de reproduzir os ciclos do capital sob as mediações publicitárias ou sob atividades produtivas.

Esta captura possibilitada pelos atuais desenvolvimentos tecnológicos introduz um vetor totalitário não mais em escala nacional, mas sim global, podendo ser denominado como *globalitário* - nas palavras de Paul Virílio, autor de “Cybermundo - a Política do Pior”. Como a mundialização e a planetarização são capturadas sob a lógica *globalitária*, a digitalização dos mecanismos culturais em larga escala, modelizados sob as semióticas do capital, tende a transformar as infovias em mecanismos de um novo tipo de tirania.

Não se trata de um imperialismo colonial como aquele descrito na primeira seção desta dissertação, nem de um imperialismo político de estilo nazista ou fascista que levaram à Segunda Guerra Mundial. Argumenta Virílio que “com a globalização, o que existe é a possibilidade de um totalitarismo definitivo, um totalitarismo sem ‘exteriores’. Um totalitarismo global. Proporia o termo ‘globalitário’, pois antes o totalitarismo se restringia apenas aos espaço, à geografia do mundo. Globalitário é o fim do mundo, mas não no sentido apocalíptico. É isso que acontece com a difusão da tecnologia.”¹⁸⁵ Como escreve Fernando de Barros e Silva, “ao contrário do totalitarismo cujo sucesso se devia à repressão a toda forma de oposição ou liberdade de expressão, os ‘regimes globalitários’ incentivam ao máximo a parafernália democrática (eleições regulares, imprensa livre, instituições saudáveis, etc.), ao mesmo tempo em que a transformam num ritual vazio, sem qualquer efeito sobre o curso do mundo.”¹⁸⁶

Por sua parte, o jornal francês *Le Monde Diplomatique*, afirma que os regimes globalitários são um outro tipo de totalitarismo e que eles “repousam sobre o dogma da globalização e do pensamento único e não admitem nenhuma outra política econômica, subordinam os direitos sociais do cidadão à razão competitiva, e abandonam aos mercados financeiros a direção total das atividades da sociedade dominada.”¹⁸⁷ Conforme Ignacio Ramonet, diretor do jornal, esses regimes favoreceram nos últimos vinte anos “... a monetarização, a desregulamentação, o livre comércio, o livre fluxo dos capitais e as privatizações massivas. Os responsáveis políticos - continua Ramonet - têm permitido a transferência de decisões capitais em matéria de investimento, de emprego, de saúde, de educação, de cultura, de proteção do ambiente da esfera pública para a esfera privada. Isto

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.156

¹⁸⁵ “O sistema globalitário”. *Folha de São Paulo*, 09-02-97, pp. 5-9

¹⁸⁶ Fernando de BARROS E SILVA, “Publicitários brincam de democracia na TV”. *Folha de São Paulo*, 2-03-97, Tvfolha, p.2

¹⁸⁷ “Regimes globalitários substituem regimes totalitários”. *Cepat Informa* 3(26):8 25fev97 Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba. PR.

explica - conclui o artigo - porque hoje, das duzentas maiores economias do mundo, mais da metade sejam multinacionais e não países.”¹⁸⁸ Em outra passagem o texto destaca que as desigualdades econômicas acentuam-se na mesma proporção que a supremacia dos mercados aumenta. Avança então o referido artigo na defesa de tese de que “...a obrigação da revolta, o direito ao motim tornam-se imperativos da cidadania para recusar os inaceitáveis regimes globalitários. Será que não chegou o momento de exigir, em escala planetária, um novo contrato social ?” - questiona o diretor do jornal.

Torna-se patente que é necessário enfrentar este processo de captura da planetarização e mundialização sob a lógica da globalização, em que, sob a tecnologia de uma certa cultura - tecnologia essa produzida a partir de uma lógica binária - são modelizadas as outras culturas do planeta, marginalizando-se em larga escala o que não pode ser comportado sob o formato digital, virtualizando-se cada vez mais o todo da realidade cultural, especialmente a democracia que vai sendo esvaziada. As semioses do mundo global são simulacros que esquecem duas propriedades peculiares a todo signo, que já haviam sido destacadas por Charles Sanders Peirce: que o signo sempre representa parcialmente o seu objeto e que o pode representar falsamente¹⁸⁹. A realidade significada é sempre maior que seu *representamen* e não existe semiose capaz de esgotar os interpretantes que um signo pode suscitar.

O avanço de uma democracia substancial e planetária exige uma crítica da idéia mítica de progresso e modernização, tomando por critério o papel das mediações tecnológicas para o exercício mais pleno e universal da liberdade de cada pessoa. É preciso lutar contra os aspectos negativos de qualquer forma de progresso ou tecnologia para que tais desenvolvimentos possam contribuir para a ampliação da liberdade de cada um dos seres humanos em qualquer ponto do planeta, combatendo a tecnocracia da atual globalização que avança na perspectiva de um sistema *globalitário*.

Por outro lado, as infovias podem se tornar espaço valioso na articulação das lutas sociais por exercícios de liberdade mais amplos. As redes digitais permitiram a projeção de muitos grupos contestadores dos mais variados matizes, entre os quais se encontram: os que propugnam o fim do militarismo e a extinção progressiva do trabalho; os que combatem certos mecanismos publicitários de produção de subjetividade; os que articulam ideais dos anos 60 com novidades tecnológicas dos anos 90; os que combatem o fosso cada vez maior entre ricos e pobres, bem como as políticas de reestruturação empresarial que geram desemprego; os que defendem as causas das minorias; os *hackers* que defendem uma outra política de acesso à informação e a socialização de conhecimentos que permanecem nas mãos de grandes empresas e órgãos políticos, o que impede o real

¹⁸⁸ *Cepat Informa* 3(26):9 25fev97 Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba. PR.

¹⁸⁹ As mídias no mundo não apenas veiculam os mesmos fragmentos coletados por agências como UPI, AP, France Press, etc - sendo que nas proximidades onde se recolheram tais fragmentos, outros elementos que poderiam gerar interpretantes contraditórios talvez permaneçam despercebidos ou ocultos - mas chegam mesmo a publicar acontecimentos que nunca ocorreram: como a história de um mergulhador que fora içado do mar em um tanque utilizado por um helicóptero para combater um incêndio florestal e que fora encontrado com equipamento de mergulho, em meio às cinzas do sinistro, numa cidade da Califórnia; ou ainda a coroação do Rei dos Tolos no Dia dos Tolos, em 1º de Abril de 1995, na Quinta Avenida em Nova York. As mídias são bombardeadas por informações não-verdadeiras com as mais diversas origens e tipos de fontes, recebendo releases completos e detalhados com falsas informações que circulam como sendo verdadeiras. Exemplo maior dessa veiculação de fragmentos que geram simulacros foi a imagem de Fernando Collor de Melo como governador honesto, íntegro e combatente implacável da corrupção. Sobre falsas notícias divulgadas pelas mídias como verdadeiras, veja-se “As ilusões inseridas”, *Folha de São Paulo* 09-02-97, p. 5-8

exercício da ampliação da liberdade dos cidadãos que fica, assim, tolhida em benefício do acúmulo de capital das empresas e da reprodução de hegemonias políticas¹⁹⁰, entre muitos outros.

Percebe-se assim que variadas formas de ativismo político e “transgressão” podem se desdobrar pelas infovias digitais. Os guerrilheiros mexicanos de Chiapas, por exemplo, utilizam amplamente a Internet difundindo suas teses e propostas. Contudo, os setores populares da sociedade civil do mundo inteiro estão muito longe de conseguir desenvolver ações estrategicamente articuladas pelas infovias, como já fazem os megaconglomerados que atuam sob uma lógica globalitária. Embora seja possível que movimentos em defesa da cidadania atuem sobre a planetarização e mundialização com vistas a alterar os rumos da globalização valendo-se de tais mediações, o que se percebe é que tais movimentos por cidadania não tem, até agora, conseguido enfrentar cabalmente o processo de exclusão social gerado pelo atual modelo de globalização do capitalismo. A grande questão é como transitar da interferência cultural e estética para a interferência política e econômica, e imprimir um outro rumo à globalização.

1.9. Algumas Conseqüências, para as Nações do Terceiro Mundo, do Atual Modelo de Globalização

Alguns estudiosos têm analisado quais são as mais fortes conseqüências desse modelo de globalização para os países do Terceiro Mundo¹⁹¹. Embora já as tenham apontado nas seções anteriores, sumariaremos aqui as principais delas. Convém lembrar que o processo de globalização inclui também em sua espira de desenvolvimento e enriquecimento algumas regiões dentro dos países do Terceiro Mundo e uma certa parcela da população em meio à totalidade social. As conseqüências que apontamos a seguir consideram o conjunto das relações que afetam a maioria ou a todas as pessoas, e não as possíveis vantagens de uma pequena parcela dos setores nacionais que se beneficiam do atual modelo de globalização.

1) Incorporação de empresas de capital nacional por empresas transnacionais em razão de não suportarem a concorrência, trazendo por conseqüência a rápida desativação de várias unidades produtivas em razão destes grupos transnacionais produzirem sob novos procedimentos organizativos e com tecnologias mais avançadas;

2) Subalternização de empresas de capital nacional que são contratadas de modo terceirizado pelas grandes empresas transnacionais que se instalam nos países periféricos e que, tendo uma estratégia mundial de crescimento, podem desativar grandes unidades a qualquer momento, deslocando-as para outras regiões, deixando, assim, as empresas

¹⁹⁰ Em agosto de 1996, um *hacker*, protestando contra a política adotada pelo governo norte-americano para a Internet, invadiu a página do Departamento de Justiça dos Estados Unidos na rede e encheu o *site* com suásticas e fotos pornográficas - a página foi retirada após algumas horas, ficando um dia inteiro desativada. No mês seguinte, alguns *hackers* entraram na página da CIA e também modificaram a abertura do *site*, que passou a exibir a seguinte mensagem: “Bem-Vindo à Agência Central da Estupidez”. Algumas horas depois, a invasão foi percebida sendo a página da CIA desativada por 48 horas.

¹⁹¹ No artigo “Globalização e Caminhos Alternativos para o Brasil”, por exemplo, Fernando Alcoforado, afirma ser inaceitável o atual modelo proposto para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nesta era de globalização e considera quais seriam suas principais conseqüências para o país. A alternativa segundo o autor, entretanto, é apenas uma variação do modelo capitalista. Fernando ALCOFORADO, Globalização e Caminhos Alternativos para o Brasil. *Folha de São Paulo*, 21/08/96 p. 2-2

locais terceirizadas à sua própria sorte, provocando graves consequências econômico-sociais.

3) Com a depreciação do valor das matérias-primas em razão de inovações no setor de tecnologia dos materiais e de engenharia genética, que possibilitam a substituição de inúmeros tipos destas matérias ou a sua produção alternativa, ficam prejudicadas as economias dos países que tem na exportação de matérias-primas sua principal fonte de divisas;

4) Pressão de déficits na balança comercial dos países periféricos em razão de importação de tecnologias para a modernização do parque produtivo, bem como pela da degradação do valor dos produtos de exportação e, ainda, em razão dos instrumentos de âncora cambial adotados com a finalidade de manter estabilidade monetária e de não afastar capitais estrangeiros que atuam nos mercados de títulos públicos;

5) Dependência de tecnologias de ponta, especialmente da tecnologia da informação, ocorrendo significativas queimas de capital para importá-las; contudo, a sua rápida obsolescência exige repetidas importações sucessivas de bens tangíveis e intangíveis mais avançados, o que leva a fabulosa sangria de capitais, sem nunca atingir um grau de modernização de ponta nestes setores frente aos países de capitalismo avançado;

6) As economias ficam dependentes dos fluxos de capital internacional, sobre os quais não têm autonomia; os fluxos de capitais voláteis, fictícios ou virtuais especulativos geram um clima de aparente estabilidade econômica que nada tem duradoura, podendo gerar fortes crises ao sinal seguro de alterações no câmbio ou na taxa de juros que lhes reduza a rentabilidade;

7) Enfraquecimento do controle das economias nacionais pelos governos federais, em razão da internacionalização das finanças, bem como, pela acentuada penetração de capitais internacionais;

8) Submetimento a variadas oscilações econômicas em razão da interdependência dos países nos blocos econômicos que integram, ocorrendo pressões sobre determinados segmentos econômicos nacionais que ficam prejudicados por esses acordos;

9) Acirramento dos desequilíbrios econômicos regionais, em razão das vantagens econômicas comparativas existentes em certas regiões dos países ou blocos que possuem maiores economias de aglomeração, melhores condições de infra-estrutura e maior facilidade de integração regional dentro dos mega-mercados;

10) Surgimento de *ilhas de prosperidade*, isto é, algumas regiões em que o desenvolvimento econômico se acentua por nelas se investirem somas significativas de capital em atividades produtivas modernizadas que alavancam o crescimento local;

11) Inchamento de cidades para onde os pobres se deslocam em movimentos migratórios em busca de melhorias, pressionando o surgimento de grandes metrópoles e megalópoles;

12) Ampliação do montante das dívidas externa e interna em razão de empréstimos feitos para equilibrar pagamentos e rolagem de títulos;

13) Transferência para o exterior de poder sobre importantes decisões econômicas que envolvem investimentos e produção em amplos segmentos econômicos, principalmente os setores mais modernos, que ficam desnacionalizados em razão dos processos de privatizações;

14) Perda da soberania da nação em razão de sua subordinação não apenas às regras da OMC, em que os países de capitalismo avançado hegemonomizam, mas especialmente às decisões das empresas industriais e financeiras multinacionais, bem como, aos interesses dos blocos econômicos dos quais o país faça parte;

15) Exclusão social de significativa parcela da população das diversas regiões dos países que não participam dos resultados do progresso econômico e social que ocorre nas *ilhas de prosperidade*.

16) Desemprego em massa, como resultado do processo de modernização dos setores produtivos que se realiza com a finalidade de ampliar os níveis de produtividade e competitividade das empresas nos mercados interno e externo, introduzindo novas tecnologias e sistemas de gerenciamento.

17) Ampliação da informalidade e de práticas econômicas consideradas contravenção, como contrabando, pirataria, narcotráfico, prostituição, etc.

18) Retorno de doenças infecto-contagiosas que já haviam sido controladas, por falta de investimentos públicos em saúde e infra-estrutura - água, esgoto, vacinação, etc.

19) Pressões de devastação ambiental, sendo o meio ambiente degradado para promover alguma melhora imediata à vida das pessoas excluídas dos processos produtivos e da assistência por políticas públicas;

20) Decomposição do tecido social ampliando-se as desigualdades sociais na distribuição de renda, no acesso e qualidade de interpretação da informação, etc;

21) Agravamento dos indicadores da qualidade de vida;

22) Aumento da violência e criminalidade, em razão das tensões sociais provocadas pela exclusão econômica de significativas parcelas da população com necessidades elementares insatisfeitas e que concomitantemente são agenciadas pelas mídias a participarem de processos modelizados de consumo;

23) Ameaça de convulsões sociais com desdobramentos político-institucionais que podem afetar os regimes democráticos liberais: saques, revoltas contra a ausência de políticas públicas, contra a falta de empregos, etc, podendo haver a ascensão de movimentos fascistas que capitalizem tais insatisfações;

24) Perda nacional de referenciais culturais identificadores, em razão de fenômenos transnacionais de produção de subjetividade em que operam, especialmente, as mídias eletrônicas veiculando mensagens em tempo real pelo mundo todo, e em razão da publicidade que produz imaginários em torno de uma certa configuração de sociedade de consumo;

25) Tendência dos regimes políticos tornarem-se mais globalitários.

Estes desdobramentos, com algum cuidado, podem ser generalizados para os países ou regiões do Terceiro Mundo, considerando-se os demais indicadores que já analisamos anteriormente e as tendências vigentes no capitalismo globalizado. Muitas outras consequências já foram citadas anteriormente, não sendo necessário retomá-las novamente.

Encerramos, assim, a primeira parte desta dissertação. Passaremos agora à explicitação de algumas categorias-chave para uma satisfatória compreensão do atual capitalismo globalizado e de alguns fenômenos que tem sido desafiadores aos analistas, tais como, o valor econômico de troca da informação e o estatuto do capital virtual, bem como a análise de classes sociais nos quadros da economia globalizada.

2. Capitalismo Globalizado - As Bases da Atual Acumulação Capitalista.

Ao analisar o capitalismo no século XIX, Karl Marx já o considerava em sua dimensão de globalidade. Contemporaneamente, entretanto, assistimos a ocorrência de fenômenos econômicos, políticos e sociais inusitados que nos levam a considerar que o capitalismo globalizado entrou em uma nova etapa que requer novas categorias para ser compreendido adequadamente. Em geral, os teóricos de esquerda tentaram e tentam compreender essas modificações internas ao capitalismo do século XX considerando as contradições entre forças produtivas e relações de produção, contradições essas que afetam o conjunto das demais relações. Este método permanece correto apenas quando ampliamos a extensão do que se considera como forças produtivas¹⁹².

2.1 A Mais-Valia virtual

Na primeira metade de nosso século, assistiu-se a emergência do capitalismo monopolista. Didaticamente escreve Laurence Harris que “com a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, o método dominante de produção também se modifica: a produção da mais-valia absoluta dá lugar à extração da mais-valia relativa, que se torna a mola propulsora da acumulação quando a maquinaria domina o processo de trabalho, caracterizando-se aquilo que Marx chamou de submissão ou sujeição real do trabalho ao capital. E, com a produção mecanizada do capital monopolista, a produção se torna ainda mais altamente socializada que na etapa anterior: o trabalho produtivo chega a tomar a forma de trabalhador coletivo, uma força de trabalho integrada toma o lugar dos trabalhadores artesanais individualizados.”¹⁹³.

Atualmente, a partir do último quarto do século, tanto a revolução tecnológica em curso (que envolve a robótica, a informática a biotecnologia, a tecnologia dos materiais e a sofisticação dos aparelhos orientadores da opinião pública e agenciadores de comportamentos) quanto a organização dos mega-conglomerados e dos mega-mercados, bem como o super-desenvolvimento dos capitais especulativos e dos signos como mercadorias (de softwares a logomarcas ou códigos genéticos sob *copyright*) imprimiram uma série de novas determinações ao capitalismo. Nesta passagem do capitalismo monopolista a uma nova fase do capitalismo globalizado também se verifica uma modificação no método dominante de produção e surgimento de uma nova forma de extração de mais-valia.

A forma de exploração do trabalho sob o capitalismo recebeu classicamente o nome de extração de mais-valia, extração do valor a mais que resulta da diferença entre o valor do

¹⁹² Todas as principais teses econômicas de Marx continuam tendo valor quando aplicadas aos produtos tangíveis e aos processos em que eles são elaborados. Todavia, como na economia contemporânea é cada vez maior o volume dos produtos intangíveis, emergiu um conjunto de fenômenos que requer novas categorias explicativas que também avancem na perspectiva de uma economia política do signo. Como é cada vez maior a parcela de bens intangíveis embutida nos bens tangíveis ou em seu processo de produção, torna-se necessário compreender essa complexidade com as mediações analíticas adequadas.

¹⁹³ HARRIS, Laurence in Tom BOTTOMORE, *Dicionário do Pensamento Marxista*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988, p. 285. Cumpre destacar que os monopólios relançam a concorrência capitalista, intrínseca a este sistema econômico, em novas bases.

produto final e o valor do capital consumido no processo produtivo¹⁹⁴. Como somente o trabalho produz valor, esse excedente é um valor produzido pelos trabalhadores; contudo, ele é apropriado pelo capitalista, que detém o controle do capital empregado no processo produtivo. O cálculo, em geral, da taxa de mais-valia resulta da equação que tem por dividendo o montante deste excedente produzido e por divisor o capital dispendido no pagamento do trabalho.

Na atual economia observa-se que as várias formas modernas de extração de mais-valia (absoluta, relativa) podem coexistir com a extração de mais-valia virtual. A acumulação de mais-valia virtual é possível a) graças à reprodução virtual de produtos finais intangíveis ou ao pagamento pelo direito de uso signos que se convertem em mercadorias, como softwares, por exemplo, que são conhecimentos criativamente digitalizados em linguagens binárias de programação, ou outras informações ordenadas significativamente pelo trabalho intelectual humano, passíveis de direitos autorais, como patentes sobre códigos genéticos alterados por engenharia genética, por exemplo; b) graças à venda de mercadorias com preços elevados frente aos produtos similares, em razão de que sobre elas estejam aplicados determinados signos que operam socialmente como interpretantes valiosos por certa parte do mercado consumidor, que paga mais para desfrutar de tal propriedade sgnica vinculada ao objeto, por exemplo -, c) ou pela aplicação performativa de signos sobre outros signos que possuem caráter econômico de representação de valor - sejam aqueles signos provenientes de atos que, juridicamente, tem valor legal (elevação de taxas de juros pelo Banco Central ou elevação de coeficiente de aproveitamento construtivo em áreas de uma cidade em razão de mudanças sgnicas em seu Plano Diretor Urbano, por exemplo) ou provenientes da elevação do preços de ações, por exemplo, em razão da credibilidade dos agentes econômicos sobre o seu desempenho no mercado.

Em cada um desses casos, a mais-valia virtual se produz por mediações distintas, seja em movimentos de produção de bens intangíveis seja em movimentos de produção de subjetividade, como analisaremos em detalhe posteriormente. Cabe antecipar contudo - para esclarecer o caráter virtual desta mais-valia - que, como o processo produtivo se conclui no consumo final do produto, no caso da indústria de software, por exemplo, o montante do excedente produzido está diretamente ligado à quantidade de cópias reproduzidas e vendidas, o que depende diretamente, por sua vez, do valor de uso do produto comparado a outros. A reprodução das cópias não requer o trabalho vivo que foi necessário para produzir o software pela primeira vez. Contudo, todo o montante acumulado com sua reprodução somente é possível graças ao trabalho vivo que o fez surgir como um bem intangível que possui valor de uso e de troca, embora a troca não implique na alienação do bem por parte de quem detém o direito de cópia sobre ele. E mesmo que todas as cópias e a matriz original deste software fossem fisicamente destruídas, o software - enquanto bem intangível - ainda seria propriedade legal daquele que tem sobre ele o direito de cópia. Por fim, qualquer pessoa que reintroduzisse em um computador - através de digitação ou de digitalização - todas as linha de código deste software (que fora fisicamente extinto) gerando novamente uma cópia em linguagem binária que pudesse operar nesta máquina, deveria pagar direito de cópia àquele que detém o copyright. Deste modo, a fonte de toda a mais-valia extraída com a reprodução deste bem depende é o trabalho vivo que o fez surgir como bem intangível. Não se trata pois de uma mais valia absoluta ou relativa, que dependem de trabalho vivo comandado na

¹⁹⁴ Mais precisamente, a mais-valia é independente do capital constante, como pode ser formalizado na seguinte equação em que $(C+L) - (C+V) = m \rightarrow m = L - V$, em que os elementos representam: capital constante (C), lucro (L), capital variável (V) e mais-valia (m), sendo o produto final (C+L) e o capital consumido (C+V).

produção de uma nova unidade do produto, mas de uma mais valia virtual que depende deste trabalho vivo uma única vez para fazer surgir o produto¹⁹⁵. Assim, ainda de modo embrionário percebe-se que a produção da mais-valia relativa vai sendo dialeticamente superada em fenômenos de geração de mais-valia virtual.

Importa destacar que o volume do capital acumulado pelas diversas mediações desse mecanismo de extração de mais-valia virtual cresce a cada ano e que ele resulta, em sua base, da exploração do trabalho intelectual humano. Apenas como exemplo, analisemos o fato de que o *Windows 95* vendeu 45,8 milhões de cópias até dezembro de 1996, cujos usuários foram registrados pela Microsoft. O produto comercializado é o programa, que resultou do trabalho intelectual de uma grande equipe que o produziu, uma única vez, como um valor de uso. Não há necessidade do mesmo volume de tempo e de trabalho intelectual para reproduzir uma segunda cópia. Qualquer pessoa, clicando um mouse, pode fazer novas cópias daquele programa. Assim, toda a mais-valia arrecadada com as 45,8 milhões de reproduções do programa se deve ao trabalho originário de sua produção. Virtualmente, entretanto, esta mais-valia pode continuar se avolumando enquanto outro produto com similar valor de uso não se sobrepuser a este, que continuará, assim, sendo multiplicado e comercializado. Concretamente, a reprodução do programa em um novo disquete também supõe algum trabalho que possibilita comercializar, sob esse formato, aquele software. Sobre esse trabalho também pode ocorrer exploração. Contudo, com o aprimoramento das infovias, a tendência é que este trabalho de reproduzir o programa se resuma à atividade exercida pelo próprio usuário ao fazer um *download* do arquivo que deseja adquirir, após ter realizado um pagamento digital pela cópia, como já vem ocorrendo atualmente a partir de muitos *websites*.

A extração de mais valia virtual se torna a mola propulsora da acumulação quando *o trabalho científico se transforma na principal fonte de valor econômico, produzindo informações que, como bens intangíveis, são propriedade privada do capital*. Em especial essa extração de mais valia virtual ocorre, entre outros casos: a) quando essas informações podem se converter em produtos que regulam o funcionamento de máquinas, como softwares ou produtos que orientam fluxos eletrônicos, magnéticos e fóticos em computadores, vídeos, cd-players, etc., reproduzindo representações sígnicas audiovisuais; ou b) quando essas informações, como códigos genéticos alterados, regulam o desenvolvimento de organismos vivos, vegetais ou animais, como bactérias utilizadas em processos industriais, plantas e animais biotecnologicamente alterados para fins de alimentação de outras cadeias, de ampliação de insumos industriais, etc.

No caso dos bens intangíveis digitais, isto é organizado em *bytes* - como softwares, registros de sons e imagens - a sua reprodução, graças à informática e à robótica, não depende mais de trabalho produtivo imediato, uma vez que ele é replicado pela própria

¹⁹⁵ Certos economistas argumentam que toda a elaboração científica não é trabalho economicamente produtivo e que, portanto, a produção de um software não implica em produção de mais-valia. Neste caso, toda a mais-valia acumulada pelas empresas que fabricam software seria produzida em outros segmentos da economia - fundamentalmente na indústria. Através do comércio, essa mais-valia seria deslocada para as empresas de software. Em uma figura de linguagem, podemos dizer que estas empresas e todas as demais que trabalham com bens intangíveis seriam como que um buraco negro que engole a mais-valia produzida em outros segmentos da economia em que se realiza o trabalho produtivo. Este modo de compreender o fenômeno, que não consideramos adequado, está preso a duas noções marxistas modernas que não foram suficientemente reelaboradas por estes autores: o valor econômico e o trabalho produtivo. Sem a reelaboração dessas categorias não se compreenderá adequadamente fenômenos econômicos que envolvem bens intangíveis.

ação do consumidor, possibilitando que o simples acionamento de um software produza milhões de cópias de si mesmo.

Um significativo exemplo dessa reprodução operada pelo consumidor ocorreu no final de agosto de 1996, na disputa entre Microsoft e Netscape que produzem *browsers* necessários à navegação na Internet. A Netscape que contava na época com algumas centenas de empregados diretos e US\$ 81 milhões em vendas, é proprietária do *Netscape Navigator* - o programa mais utilizado para navegação na rede. A Microsoft temendo o crescimento da concorrente - que pretende produzir um sistema que possa substituir o Windows possibilitando a captura de informações na Internet, em redes corporativas e até em computadores pessoais conectados remotamente - iniciou em dezembro de 1995 a produção de um potente *browser* que seduzisse os usuários da Internet a abandonarem o Netscape Navigator. Em agosto de 96 a Microsoft lançou a terceira versão de seu *browser* o *Explorer 3.0*, e o distribuiu gratuitamente através da rede. Somente na primeira semana um milhão de usuários - espalhados por todo planeta, mas conectados à rede - copiaram o programa, isto é, fizeram o seu *download*. Traduzindo isso em uma linguagem industrial, foram produzidas um milhão de ferramentas com valor de uso e troca gratuitamente, que foram distribuídas através do planeta inteiro, com o simples clicar de um mouse. Ao mesmo tempo em que o produto da Microsoft era distribuído de graça - aos milhões - pela rede, as ações da Netscape, empresa concorrente, caíram à metade do valor que possuíam em dezembro de 1995, ao passo que as ações da Microsoft batiam recordes. Duas semanas depois do lançamento do novo produto, Jim Clark - o fundador da Netscape - anunciou o lançamento próximo de um novo software, que poderá estar em tudo o que tenha um monitor e uma placa *modem* - possibilitando utilizar a Internet como uma espécie de TV e revolucionar a estrutura dos computadores que funcionarão conectados à rede e sem possuir, não necessariamente, um disco rígido, além de possibilitar video-games on line e aparelhos celulares para navegar no Web. A iniciativa simbólica de mostrar força impediu uma queda maior das ações. Por fim, após uma batalha judicial histórica, o *Windows 98* integrou o sistema windows com o *browser Internet Explorer* da Microsoft para navegação na internet, atingindo antes que os concorrentes o objetivo de fundir o *browser* e o *sistema operacional* em um único software, cujas réplicas - que praticamente não demandam custos com novo trabalho produtivo - serão comercializadas ampliando o lucro virtual da empresa e mantendo o seu padrão de linguagem como padrão universal.

Ao distribuir seus produtos de graça pela rede, a Microsoft provocou a queda de acumulação de mais-valia virtual dos concorrentes que não tiveram um maior número de réplicas de seus produtos vendidos, como também uma queda da mais-valia virtual obtida com venda de seu próprio *browser*, mas ganhou capital virtual pela elevação de suas ações no mercado e, o mais importante, manteve o seu padrão de linguagem como referência para a sintaxe universal, introduzindo inclusive alterações na linguagem Java, criando a situação que certos objetos produzidos nesta linguagem pudessem ser visualizados com o *Internet Explorer*, mas não com o *Netscape Navigator*, produto da principal rival na disputa pela supremacia na Internet. Respondendo ao processo judicial sobre esta alteração da linguagem Java, a Microsoft afirmou que se o Java é uma linguagem, então é possível criar-se novos termos para novos usos e que se isso não fosse permitido ela não seria mais uma linguagem, mas um sistema acabado e limitado, o que impediria o desenvolvimento tecnológico na área de softwares. Assim, ao distribuir gratuitamente o seu software e difundir o seu padrão, a *Microsoft* criava a situação de que os novos produtos elaborados sob este padrão não pudessem ser satisfatoriamente abertos pelo software dos concorrentes, o que lhe conferia uma alta vantagem comparativa frente aos demais.

Embora a produção e comercialização de softwares seja um bom exemplo de fenômenos de uma nova economia de bens intangíveis, o conhecimento se converte virtualmente em capital através de muitas outras mediações. Atualmente, com a produção robotizada e informatizada sob os movimentos do capital globalizado, a produção se torna virtualmente ainda mais socializada que na fase anterior - no sentido que possui uma cadeia com etapas mais diversificadas e complexas, embora os sujeitos dessas etapas não estejam todos juntos em uma linha de montagem em um mesmo local. Os produtos que trafegam nas redes informatizadas, por exemplo, necessitam ser convertidos em informação, isto é, em conhecimento organizado digitalmente, sem o que esta cadeia produtiva não pode operar. Estas mudanças implicam em uma nova administração empresarial do conhecimento, de modo a preservar a capacidade produtiva e inovadora da própria empresa que depende do conjunto dos conhecimentos de seus empregados sendo estrategicamente necessário socializá-los. Em outras palavras, os conhecimentos dos produtores e consumidores são também força produtiva da empresa que sendo adequadamente gerenciados possibilitam, mediatamente, ampliar a extração de mais-valia. Destaque-se ainda que a polivalência do trabalhador em ambientes de tecnologia flexível exige uma socialização dos conhecimentos indispensáveis ao funcionamento de várias etapas do processo produtivo e não somente o desenvolvimento de uma especialidade, embora a qualificação específica de alguns trabalhadores em algumas áreas estratégicas seja o diferencial na vitória de algumas empresas sobre as suas concorrentes. Qualquer conhecimento, contudo, produzido por qualquer funcionário ou consumidor pode ser relevante desde que contribua no aprimoramento da produção de valor da empresa. Em outras palavras, o conhecimento e a criatividade dos trabalhadores - entre outros aspectos - configuram-se também como capital da empresa a ser gerenciado e socializado. Na abertura de uma nova unidade produtiva em outra localidade a empresa poderá valer-se de todo o conhecimento que ela mesma dispõe quando o gerencia adequadamente.

Enfim, pode-se ainda dizer que na atual etapa de globalização a socialização da reprodução dos bens intangíveis torna-se cada vez mais ampla. O trabalho fácil de multiplicar, ilegalmente, informações gera movimentos de socialização de riqueza. O exemplo mais contundente neste campo são as cópias piratas de *softwares*, audiocassetes, videocassetes, etc, que circulam em mercados proibidos de uma economia informal que movimenta bilhões de dólares no mundo todo. O consumo ilegal bens intangíveis, através de cópias piratas, permite movimentos ilegais de acumulação de capitais e de socialização do consumo a custos reduzidos.

Pode-se, concluir, do que foi exposto até agora nesta seção que os fenômenos de capital virtual, para serem compreendidos adequadamente, necessitam de uma nova economia política capaz de considerar em que medida não apenas a multiplicação virtual de produtos intangíveis são fonte de acúmulo de capital ou de sua socialização, mas como até mesmo alterações de linguagens e a difusão de padrões capazes de operar com elas - mesmo que sendo através da distribuição gratuita dos produtos da empresa - ampliam o capital da companhia, ou ainda, como os conhecimentos do conjunto dos trabalhadores de uma dada empresa pode ser gerenciado de modo a ampliar o acúmulo de capital da própria companhia.

2.2 A Ciência Como Valor Econômico

Nesta etapa do capitalismo globalizado, estamos frente a um aparente paradoxo. Se a fantástica terceira revolução tecnológica ampliou espetacularmente a produtividade, se é maior a produção de riqueza, porque juntamente com os indicadores de crescimento econômico também aumenta o número de pobres enquanto a riqueza se concentra cada vez mais nas mãos de uma parcela cada vez menor? A resposta é elementar: o capital precisa, cada vez menos, de trabalho-vivo para produzir cada vez mais capital. Assim, o tempo

livre engendrado por esse avanço tecnológico não se converte na emancipação do conjunto da humanidade, mas no drama da exclusão das maiorias do processo produtivo formal e da participação da riqueza nele produzido.

O poder do conhecimento em aumentar a produtividade, inovando nas tecnologias, gerou a situação atual em que dá mais lucro ao capital explorar menos trabalho-vivo, isto é, manter menos trabalhadores empregados. Este fenômeno que Marx supôs nos *Grundrisse* em 1857 que ocorreria na fase superior da Grande Indústria, descrevendo-o como *Disposable Time*, *disponibler Zeit*, *Nicht-Arbeitszeit*, *freie Zeit* ou *Nicht-Arbeitszeit*¹⁹⁶, isto é, como o tempo disponível ou tempo de não-trabalho, tempo de trabalho que o capital não poderia mais empregar produtivamente de modo competitivo porque a ciência se tornaria a grande fonte produtora da riqueza abaixando o tempo médio de trabalho necessário à produção das mercadorias, sendo a incorporação da tecnologia o diferencial entre a vida e a morte da empresa capitalista na competição do livre-mercado, é o que assistimos hoje. Se uma empresa não investe em pesquisa e desenvolvimento, não inova nas tecnologias - que indiretamente provocam uma redução dos trabalhadores por ela empregados para produzir o mesmo volume de mercadoria ou serviço - ela perde a concorrência, sendo derrotada pela empresa maior que a incorpora, dominando um segmento maior do mercado e desativando unidades produtivas, porque a alta produtividade das unidades tecnologicamente mais avançadas que permanecem é capaz de abastecer todo o mercado consumidor existente que era anteriormente atendido pelas unidades agora desativadas.

Para Marx, na fase superior da grande indústria, que seria a última etapa do modo de produção capitalista, as máquinas realizariam o mesmo trabalho que antes era feito pelo trabalhador e o capital colocaria a seu serviço todas as ciências. Neste momento, as invenções se transformariam em um ramo de atividade econômica, uma vez que a aplicação da ciência à produção é o que possibilitaria aumentar a magnitude do lucro, reduzindo o tempo de trabalho necessário e diminuindo o volume de trabalho vivo necessário à produção de um mesmo volume de mercadoria. Aqui, o volume de trabalho vivo empregado se tornaria cada vez menos importante face à possibilidade de gerar riqueza pelo emprego da ciência no processo produtivo¹⁹⁷. Desse modo, o *Disposable Time*, se configuraria como um tempo de trabalho não-ponível no processo produtivo, não realizável como trabalho produtivo, sob a lógica de acúmulo do capital, uma vez que o *scientific power* predominaria como fonte criadora de valor.

¹⁹⁶ Veja-se Karl MARX. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858*. México D.F. Editora Siglo Veintiuno, 1972. Vol. 2 (Caderno VII), p. 231-232

¹⁹⁷ “A apropriação do trabalho vivo pelo capital adquire na maquinaria, também neste sentido, uma realidade imediata. Por um lado, o que permite às máquinas executar o mesmo trabalho que antes era efetuado pelo trabalhador, é a análise e aplicação - que dimanam diretamente da ciência - de leis mecânicas e químicas. O desenvolvimento da maquinaria por essa via, entretanto, só se verifica quando a grande indústria alcançou já um nível superior e o capital capturou e pôs a seu serviço todas as ciências; por outra parte, a mesma maquinaria existente oferece grandes recursos. As invenções se convertem, então, em ramo de atividade econômica e a aplicação da ciência à produção imediata mesma se torna um critério que determina e incita a esta.” *Grundrisse*. Vol. 2 (Caderno VII), p. 226-227.

De fato, graças a alta produtividade do capitalismo possibilitada pelo desenvolvimento científico e tecnológico, gerando um volume maior de riqueza com menos trabalho, amplia-se o tempo de não-trabalho para toda a sociedade. Assim, como na hipótese de Marx, a riqueza de uma nação nem se resume aos produtos tangíveis que, como tal, possam ser mensurados economicamente, como queria Adam Smith, nem nas forças produtivas que possibilitam ampliar o volume de capital, mas ao tempo livre possibilitado pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto mais rica é uma sociedade, maior é o *disposable time* de todos. Quanto menos tempo necessitam os homens trabalhar para produzir tudo o que é necessário para satisfazer as demandas de uma sociedade, mais rica ela é. Contudo, na mesma medida em que a riqueza da sociedade aumenta, em igual medida ela se concentra sob a lógica do capital. Alguns detêm a maior parte da riqueza, ao mesmo tempo em que o valor das mercadorias se reduz e uma parcela cada vez maior da sociedade vai empobrecendo, sendo excluída do processo produtivo e de consumo.

Neste novo cenário a realização do lucro possui novos condicionantes. O necessário investimento de capital em pesquisa, desenvolvimento e em capital fixo (como maquinarias, por exemplo) e em produção de subjetividade, como analisamos, somente pode ser compensado pela recuperação futura deste investimento, quando da venda do produto final, que será produzido em maior quantidade e melhor qualidade, empregando menos volume de trabalho vivo por unidade produzida. Considerando-se que, na competição entre capitais, os que ampliam a produtividade em razão de inovação tecnológica abaixam o valor da mercadoria - se comparada ao capital que a produz com tecnologia inferior, uma vez que tal avanço tecnológico possibilita produzir abaixo do tempo médio socialmente necessário à produção daquela mercadoria - e, se considerarmos que essa competição tende a se acirrar na medida em que mais se investe em pesquisa e desenvolvimento, têm-se então uma tendência à queda na taxa de lucro na produção de bens tangíveis. Ademais, o volume geral gasto em salário é cada vez menor, sendo também cada vez menor o potencial de consumo no mercado, ao passo que o volume de mercadorias produzido com menos trabalho vivo é proporcionalmente cada vez maior, o que provoca uma queda do valor da mercadoria - não apenas de seu preço - e, em consequência, uma tendencial queda na taxa de lucros sobre bens tangíveis. Paralelamente à queda da taxa de lucro têm-se um aumento da magnitude do lucro para as empresas que, primeiramente, se beneficiam da inovação tecnológica ou que mais eficientemente atuam na produção de subjetividade, dado o volume ou escala de mercadoria por elas vendida.

Ora, como o grande capital tem mais recursos para investir em tecnologia que as pequenas e médias empresas e faturam um volume superior em vendas, todos sabem qual é o final do jogo sob uma economia neoliberal desregulamentada: a concentração maior da riqueza com uma exclusão cada vez maior de trabalhadores - têm-se o *horror econômico*, descrito Viviane Forrester¹⁹⁸. Nesta sociedade que equivocadamente apoia os ajustes neoliberais em nome da liberdade que tal projeto efetivamente aniquila para as maiorias, alguns senhores que dominam a riqueza no mundo podem realizar exóticos “gestos de caridade”, como o do mega-especulador George Soros que pôde se dar ao luxo de fazer uma doação de US\$ 500 milhões de dólares à Rússia - sendo que a ex-URSS detinha 4 milhões de pobres em 1987 e agora possui, além de uma economia de livre-mercado, cerca de 120 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza absoluta, conforme um dos últimos relatórios da ONU.

¹⁹⁸ Veja-se Viviane FORRESTER. *O Horror Econômico*. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

Não se trata de uma crise econômica temporária para a qual a expansão da nova onda tecnológica, em especial da *Tecnologia da Informação*, trará alguma solução ao disseminar meios de produção virtuais - como softwares - a preços baixos por todo o mundo¹⁹⁹. A disseminação da informatização em todos os setores da economia, mesmo no setor de comércio e de serviços, tem provocado desemprego na grande maioria dos países. O número de postos de trabalho criados por essa tecnologia tem sido muito inferior ao número de postos que ela vem fazendo desaparecer. Trata-se, isto sim, de uma nova configuração do capitalismo, que dependerá cada vez menos do trabalho vivo para ampliar-se e que, por isso, distribuirá cada vez menos recurso na forma de salário, significando que a concentração de capital será cada vez maior no mundo enquanto perdurar este modelo capitalista globalitário.

2.3 A Produção de Subjetividade como Mediação de Reprodução do Capital

Outro aspecto essencial dessa nova fase do capitalismo é que ele se tornou definitivamente um sistema produtor não apenas de mercadorias, mas também de subjetividades - modelizando semioticamente desejos, afetos, necessidades, padrões estéticos, éticos e políticos, intervindo diretamente no inconsciente das pessoas com a finalidade de reproduzir seus próprios ciclos. Como uma das mediações recorridas para tanto, distribui gratuitamente as peças publicitárias que, sendo consumidas, têm por objetivo tanto orientar o indivíduo ao consumo ou usufruto pagos de outras peças não-publicitárias quanto agenciar outras formas de comportamento.

Já analisamos anteriormente que o capitalismo atual se configura simultaneamente como um *modo de produção econômico* e um *modo de produção de subjetividades* em escala planetária. Economicamente, ocorrem processos de produção de subjetividades tanto dos produtores²⁰⁰ quanto dos consumidores, com as subjetividades se identificando a partir das semioses do capital operadas através das mídias de massa. A subjetividade exposta aos agenciamentos da cultura de massas torna-se, assim, um *produto* vivo, cujas principais práticas discursivas e não discursivas estão engastadas em uma rede que realimenta a produção e reprodução capitalistas.

Em *Revolução Molecular*, Félix Guattari considerou inúmeras linhas do processo de globalização contemporâneo sob as semióticas do capital. O Capitalismo Mundial Integrado - CMI, como Guattari o representa - que vai tomando conta de todas as áreas do planeta configura-se não apenas pela integração internacional dos capitais e a constituição de mega-mercados, mas especialmente pela modelização da subjetividade dos indivíduos. Para tanto o capital - na figura de seus agentes - vale-se do saber moderno que, tomando o ser humano como objeto de estudo, o esquadrinhou sob recortes da psicologia, sociologia,

¹⁹⁹ Para uma abordagem parcial e capitalisticamente otimista desta transformação tecnológica veja-se: John EATON e Jeremy SMITHERS. *Tecnologia da Informação*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1984.

²⁰⁰ Essa estratificação das subjetividades dos trabalhadores para que atuem sob processos produtivos flexíveis e participativos, assumindo a condição de colaboradores das empresas, é mediatizado por inúmeras práticas. Uma delas é a introdução de técnicas de teatro para o trabalho de equipe. Essas técnicas visam o autoconhecimento, o autocontrole emocional das pessoas e a liberação corporal expressiva, desenvolvendo o que os especialistas na área chamam de "Inteligência Emocional". Segundo Liz Dias, sócia-diretora do *Encena Produção Cultural* que desenvolve este tipo de trabalho, "a vantagem para as empresas é a melhoria do relacionamento interpessoal. As pessoas vão produzir mais envolvidas no espírito de equipe, onde a satisfação de todos é resultado de um sentimento coletivo de reconhecimento, realização e sucesso". *apud*: Fábio LOPES. "Técnicas de teatro e trabalho de equipe" in: *Gazeta Mercantil*, 30/09/96, p. D-1. Curitiba.

antropologia, da pedagogia e das ciências humanas em geral. Este saber, como instrumento de exercício de poder, norteia a utilização de novas tecnologias de comunicação de massa e informatização, bem como a utilização de novos Equipamentos Coletivos para uma efetiva intervenção sobre o inconsciente das pessoas mobilizando desejos, anseios e outras intensidades, agenciando comportamentos estratificados segundo um conjunto de códigos previamente estabelecidos a partir dos quais as performances individuais se desenrolam em função dos interesses daqueles que as agenciam. Como afirma Guattari, “os Equipamentos Coletivos, os meios de comunicação, a publicidade não param de interferir nos níveis mais íntimos da vida subjetiva”²⁰¹. A publicidade, por exemplo, apoiada em pesquisas de mercado e opinião, em pesquisas e teorias psicológicas e sociológicas, entre outras, é um fenômeno da interação desses conhecimentos com a finalidade de provocar ações práticas e/ou discursivas, capturando qualquer linha de fuga, recuperando-a para sua espiral de vendas ou agenciamentos de votos - entre outras práticas. A dominação de massa se realiza pela mediação semiótica de agenciamentos que instigam o indivíduo a diferenciar-se da própria massa, assumindo referências balizadas pela semiose hegemônica vinculadas à fama, ao poder, ao sucesso, à riqueza, ao status, à segurança, etc. Tais balizas e anseios vinculam-se às suas opções profissionais ou de consumo, à competição, à priorização do privado, ou à sua postura política, entre outras práticas. Assim, como resultado dos complexos processos de intervenção sobre as subjetividades têm-se uma modelização de comportamentos na esfera da produção e do consumo, das relações cotidianas micropolíticas em todas as esferas, bem como, nas ações políticas em nível global, estrutural com identidades constituídas a partir de várias estratificações modelizadas pelas semióticas capitalísticas. Sobrecodificam-se as relações de poder no cotidiano capitalizando tais conjuntos de força difusos em toda a sociedade visando a manutenção do modelo capitalista global de acúmulo privado de capital, poder, prestígio e outros signos diferenciadores e amplificadores do poder.

Analisando a produção econômica e a produção da subjetividade no sistema capitalista, Guattari percebe a ocorrência de uma semiotização das relações de poder em ambos os níveis, que são interativos. Os sistemas de signos que regem diversos domínios da vida ficam modelizados sob os códigos do Capitalismo Mundial Integrado. O capital, afirma Guattari,

“...é muito mais que uma simples categoria econômica relativa à circulação de bens e à acumulação dos meios econômicos. É antes uma categoria semiótica que se refere ao conjunto dos níveis da produção e ao conjunto dos níveis de estratificação dos poderes”. “O exercício do poder por meio das semióticas do capital tem como particularidade proceder concorrentemente, a partir de um controle de cúpula dos segmentos sociais, e pela sujeição de todos os instantes de cada indivíduo.(...) A sobrecodificação, pelo capital, das atividades, dos pensamentos, dos sentimentos humanos, acarreta a equivalência e a ressonância de todos os modos particularizados de subjetivação.(...) O conjunto de valores de desejo é reorganizado numa economia fundada na dependência sistemática dos valores de uso em relação aos valores de troca, ao ponto de fazer com que esta categoria de valores de uso perca seu sentido. (...) A ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca, uma traduzibilidade geral de todos os

²⁰¹ Felix GUATTARI. *Revolução Molecular*, ed. Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 170-171.

valores para além dos quais tudo é feito, de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado.”²⁰²

Assim, sob os códigos do capital territorializa-se a ética, a política, a economia e a maioria dos órgãos do corpo social; modeliza-se a relação dos sujeitos entre si e com os objetos, produzindo-se-lhes significações, sentidos e códigos de interação. As mídias de massa desempenham importante papel neste movimento de sobrecodificação semiótica e de produção de subjetividades.

Salienta Guattari que contemporaneamente “os antigos territórios do Ego, da família, da profissão... etc, desfazem-se, uns após outros - se desterritorializam.” E conclui: “é porque o inconsciente moderno é constantemente manipulado pelos meios de comunicação, pelos Equipamentos Coletivos, pelos especialistas de todo tipo, que não podemos mais nos contentar hoje em defini-lo simplesmente em termos de entidade intra-psíquica, como fazia Freud...”²⁰³

Assim, a produção de subjetividade vai muito além da mera divulgação de uma formulação ideológica, de uma intervenção no plano consciente cognitivo da conceituação/representação do mundo. A modelização da subjetividade é realizada, fundamentalmente, por uma intervenção sobre o inconsciente, que para Guattari é um território aberto por todos os flancos a interações sociais, econômicas, políticas e de outras ordens, que agenciam comportamentos através de diversas semióticas. O processo de substancialização das matérias e formalização das funções gera estratos que articulam formas de expressão - usar determinada roupa, por exemplo - com determinadas formas de conteúdo - o status social vinculado àquela indumentária - sobrecodificada pelas semióticas significantes modelizadas sob o capital. Tal inconsciente, essencialmente, não está centrado na subjetividade humana, mas participa de diversos fluxos de signos, fluxos sociais e materiais. É um espaço anterior à oposição realidade-representação, anterior ao plano das teorias e ideologias - modelizáveis semioticamente. E, fundamentalmente, é o espaço onde se entrelaçam efetivamente os motores da práxis, o lugar onde interagem componentes semióticos e diversos sistemas de intensidades, agenciando fluxos de desejo e devires. O inconsciente é maquínico, e como máquina abstrata, é um nó de interações “... através do qual somos articulados a todos os sistemas de potência e a todas as formações de poder que nos cercam”²⁰⁴.

Com isso, a *disputa ideológica* fica recolocada em novo nível. Não basta apenas tratar da compreensão teórica do real, mas especialmente reverter as espiras de agenciamento passional que capturam as linhas de fuga desterritorializantes no movimento de reprodução do capital, que para reproduzir-se, necessita produzir subjetividades. As reflexões de Guattari nos levam a concluir que sem processos de subjetivação e de singularização dos investimentos de desejo e que sem o agenciamento de uma sensibilidade ética e política - desterritorializada das semióticas do CMI - não haverá como promover agenciamentos coletivos e romper com a reprodução da espiral de acúmulo de capital e suprimir a modelização dominadora de subjetividades, principal variável da dominação de massa. É importante destacar que os signos gerados em semióticas contra-significante ou pós-significante pelos movimentos que combatem o capitalismo podem ser também recapturados em seu movimento espiral.

²⁰² *Ibidem*, p. 213, 201 - 202

²⁰³ *Ibidem*, p. 167

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 171. Sobre o conceito de *Máquina Abstrata*, veja-se o glossário.

Tal movimento de sobrecodificação opera, politicamente, com grande eficiência. A palavra *companheiro*, no seio da contra-semiótica da esquerda brasileira no anos recentes, por exemplo, possui um sentido que advém da ação real de exercício de poder entre pessoas que participam de uma mesma luta social, que se solidarizam à causa dos injustiçados e que se transformam em processos coletivos. Há um sentido da condição real do outro como *companheiro* do mesmo, e do mesmo como *companheiro* do outro - uma rostidade que se desvia enquanto se deseja. O uso dessa palavra nesse sentido cria uma nova regra e portanto um significado - elemento já de uma semiótica significativa. Assim os jogos de linguagem subversivos podem criar uma nova regra, alterando portanto a gramática da comunicação em um coletivo, a partir da geração de um conjunto de interpretantes agenciáveis pela expressão “*companheiro*”. Contudo, os jogos de linguagem dominantes podem impor novas regras para qualquer expressão pela sua massiva utilização através das mídias eletrônicas, gerando novas expressões ou capturando outras expressões esvaziando-as de seus interpretantes subversivos e buscando estabelecer outras relações que aniquilem os sentidos singulares, impedindo as revoluções moleculares. A modelização da expressão *companheiro*, em uma das novelas da Rede Globo, sobrecodificando um gari da cidade - gago, que vivia panfleteando todas as pessoas, ingênuo e desinformado, estereotipadamente apresentado como figura de “esquerda”, que chamava a maioria das pessoas de *companheiro* com a gagueira que o fazia pronunciar algumas vezes “co-co” e que ao final da novela se elege vereador em uma aliança com as figuras de direita da cidade - exemplifica esta recaptura da linha de fuga na espiral dominante²⁰⁵. Exemplo maior destas possibilidades de modelização de signos sob a espiral capitalista foi a recuperação da imagem de Che Guevara em uma propaganda do detergente Limpol. Vestido com uniforme de guerrilheiro, com um charuto na boca e chamando a dona-de-casa com o termo *companheira*, o personagem conclama o detergente Limpol a avançar para a luta e um pelotão de frascos do detergente atravessa a tela como uma coluna de soldados em direção ao combate. Então “Che Guevara” profere a frase final: “Hay que endurecerse contra la gordura, pero sin perder la ternura de sus manos jamás.”

2.4 Capitalismo Globalizado e Semiose: sobre os valores de uso e troca virtuais²⁰⁶

Se o sentido dos signos deve ser investigado nos seus usos - como se argumenta a partir de um pragmaticismo de Charles Sanders Peirce ou de uma teoria dos jogos de linguagem

²⁰⁵ Na prefeitura de Curitiba o mesmo se verifica com o emprego de expressões como “ecologia” na gestão de Jaime Lerner, “cidadania” na gestão de Rafael Greca, bem como, “Inversão de Prioridades” que já se encontra no discurso de Cássio Taniguchi.

²⁰⁶ Nesta seção retomamos algumas reflexões e passagens que desenvolvemos em “Realidade Virtual - A Conversibilidade dos Signos em Capital e Poder Político”, revista *Lumen* 2(4):75-135 jun 1996. São Paulo, Faculdades Associadas Ipiranga. Trata-se de uma exposição que fizemos naquela faculdade em outubro de 1995. Naquela oportunidade consideramos a significação de realidade virtual ao nível cibernético, artístico e filosófico, destacando diferentes empregos dessa expressão. Filosoficamente caracterizamos realidade virtual como um conjunto de signos articulados, coerentemente ou não, que se referem a realidades efetivas ou imaginárias e que sobrecodificam as demais significações e sentidos evocados pela presença de objetos, circunstâncias ou processos objetivos ou subjetivos, estabelecendo-se como nível primário de sentido, isto é, sendo tomados como se fossem a realidade objetiva. Tal sobrecodificação significativa é também a territorialização de uma disposição afetiva do sujeito face ao elemento sobrecodificado. A realidade virtual é construída pela conferência de sentidos e significações que se articulam em um imaginário, produzindo a ilusão de se estar presente em uma realidade que efetivamente não existe, comportando-se afetivamente o sujeito perante tais realidades como se elas existissem. O imaginário é tomado como concreto.

de Ludwig Wittgenstein e de tudo o que se desdobrou na filosofia contemporânea a partir daí -, claro está, entretanto, que sob a modelização do Capitalismo Globalizado os usos dos signos, no âmbito econômico, tem como finalidade fundamental a produção de um valor de troca que possa ser acumulado em equivalentes semióticos - como moedas, títulos, ações, marcas registradas, etc - que tenham conversibilidade para quaisquer outras formas de capitais e de poder .

Restringindo aqui nossa análise, gostaríamos de destacar quatro possibilidades de geração de mais-valia virtual, que explicitaremos nas subseções deste item. Na primeira delas, pela mediação da produção de imaginários através da atuação de peças sógnicas geradoras de interpretantes, a mercadoria passa a ser modelizada virtualmente como satisfatória de anseios ou necessidades do consumidor - por exemplo, um desodorante de determinada marca, que por ser de tal marca está relacionando a determinada propriedade virtual, sendo por isso mesmo mais caro que o outro desodorante, objetivamente similar. O produto, todavia, possui uma condição de suporte material do signo que o modeliza. No segundo caso, o signo é adquirido ou consumido independentemente do meio que o suporta, agindo sobre o usuário - ou interagindo com ele - pela mediação de algum outro tipo de equipamento - trata-se, por exemplo, de um programa de computação ou de um longametrage. No terceiro caso o signo determina a realidade objetiva por meio de códigos jurídicos que lhe garantam vigência alterando o valor de uso objetivo daquilo que modeliza - um Plano Diretor Urbano, por exemplo, alterando o valor objetivo de áreas da cidade por alterar os seus coeficientes de aproveitamento construtivo. No quarto caso, um signo determina a alteração de um outro signo sob alguma proporção, alterando o valor de troca deste outro signo - as taxas de juros atuando sobre aplicações financeiras, por exemplo, ou a alteração do câmbio na política de comércio exterior de um país. Trataremos desses quatro aspectos de modo elementar.

2.4.1 A produção virtual de valores de troca imaginários - A semiose capitalística em que o signo necessita do objeto-suporte ou pela qual o objeto-suporte se converte em signo.

Analisemos, primeiramente, como a produção semiótica de imaginários, agenciando interpretantes afetivos, energéticos e intelectuais, altera o valor de troca de produtos objetivamente reais.

Como já analisamos, contemporaneamente a mercadoria é primordialmente signo. Possui uma identidade que é construída a partir de pesquisas de imaginários sociais, sendo articulada às aspirações de segmentos de consumidores; isto ocorre para que os produtos apareçam subliminarmente, ou até manifestamente, como sendo portadores da capacidade de atender a tais anseios subjetivos²⁰⁷ - comerciais de margarinas, tênis, shampoos, desodorantes, automóveis, etc. - como os veiculados em 1995 no Brasil - são bons exemplos disso.

²⁰⁷ Em uma análise publicada na *Folha de São Paulo* (29 nov 93, p. 2-5) sob o título “ Aos 4, memoriza marca; aos 14, só consome grifes - Estudo expõe poder de sedução da publicidade sobre crianças e teens”, Nelson Blecher comenta um estudo da agência Young & Rubicam Comunicações sobre a publicidade voltado ao mercado infanto-juvenil. Conforme Fátima Belo, diretora de pesquisa da agência, “ submetida à exposição freqüente de logomarcas, a criança vale-se de indícios, como cores e grafismos, e aprende não somente a identificar como também reproduzir a escrita das marcas bem antes de estar alfabetizada”. Sua subjetividade modelizada pelas linguagens publicitárias é agenciada ao consumo não tanto pelas qualidades objetivas do produto, mas pela mediação virtual que cumpre em seu imaginário.

Quando o consumidor compra o produto *movido pelo desejo* associado ao objeto pela mediação dos interpretantes estabelecidos pela publicidade, ele busca, primeiramente, não um valor de uso objetivo - uma vez que outros produtos similares poderiam calçar os pés, limpar e amaciar os cabelos, desodorizar o corpo, etc. - mas um valor virtualmente estabelecido pela publicidade, agenciadora de inúmeros interpretantes afetivos. Isso ocorre porque tais signos, assim modelizados, possuem um valor virtual de uso, possibilitando destaque social ao seu possuidor, ou alguma satisfação psicológica inconsciente que outros signos não realizam.

Dessa forma, por exemplo, usar um calçado é uma necessidade objetiva do atual modo de vida de nossas sociedades. Modelizando semioticamente esta necessidade, os fabricantes de tênis, por sua parte, produzem peças publicitárias para mover as subjetividades a comprarem seu produto. Não basta, entretanto, agenciar nos jovens o desejo de adquirir um tênis, pois se assim fosse a compra de qualquer tênis realizaria tal desejo. É preciso criar um signo que distinga o tênis de determinada empresa dos produtos similares dos demais concorrentes. A interação que o jovem terá com aquele signo é simultaneamente estética e cognitiva, isto é, há uma interação perceptiva e afetiva com o signo resultando em alguma noção ou conceito que se articula com os demais signos de seu imaginário. A propaganda cuidará então da riqueza perceptiva de tal signo sob uma peça publicitária, para que ele não se confunda com nenhum outro signo de nenhum outro produto²⁰⁸. Contudo a atenção especial é dada à dimensão afetiva em relação ao signo. Todo signo aponta para alguma coisa que não é ele próprio, mas o que ele significa. Ora a marca do tênis - como todos os signos - possui uma função polissêmica, isto é, pode significar mais de um significado. Assim, o signo do tênis apontará não apenas para um calçado mas para um conjunto de qualidades e fascinações que ele enquanto signo sobrecodificará. Na peça publicitária aparecerão jovens alegres, bonitos, sensuais, que causam impressão nos colegas e que são socialmente reconhecidos, merecedores de um destaque especial, por possuírem aquele produto. Na propaganda, quando caminham ou correm eles não passam despercebidos em meio à massa, como se fossem qualquer um, mas entram em evidência. São diferentes. Para o jovem espectador, aquele tênis significa mais que um calçado, sendo um signo que possui uma identidade própria e que, sob o imaginário produzido pela publicidade, aparece como uma mediação para alcançar destaque, reconhecimento dos amigos, envolvimento sensuais, etc. Muitas vezes isto aparece manifestamente na própria peça publicitária: “Se alguém lhe oferecer flores, isto é Impulse! “; “Use Avanço que elas avançam !”; “Com Dorian, os elogios são para você !”

O componente afetivo é cada vez mais determinante na escolha do produto, especialmente quando os similares tem as mesmas qualidades objetivas e preços semelhantes. É por isso que, por exemplo, as mesmas empresas de sabonetes e dentífricos, colocam no mercado várias marcas de sabonetes e cremes dentais para os diversos segmentos do público consumidor que variam em poder aquisitivo e em imaginários. A modelização da subjetividade - para que encontre naquele signo uma satisfação virtual de seus desejos, necessidades culturais ou outros anseios - é elemento imprescindível para o acúmulo de capital pelas empresas que concorrem no mercado. Quando o signo já passou a fazer parte do imaginário como mediação para a realização de afetos, a publicidade em

²⁰⁸ Há casos publicitários, pelo contrário, em que se espera que tal confusão realmente ocorra para induzir o consumidor, por exemplo, a comprar amido de milho da Arisco ou invés de Maisena. Nesse caso, a embalagem do produto foi projetada utilizando-se cores e grafismos que podem confundir um consumidor desatento.

muitos casos deixa de lado o próprio produto para fazer propaganda apenas do próprio signo: como algumas peças publicitárias do “M 2.000”, dos cigarros “Hollywood”, etc.

Assim, o signo tem uma função de uso: não é qualquer tênis que pode garantir o reconhecimento social e a satisfação psicológica de possuí-lo. Mesmo que outro produto tenha todas as qualidades objetivas similares, ele é suporte de um outro signo, possui uma outra marca, não cumpre a mesma função no imaginário coletivo. Quem compra o tênis em função do signo, a rigor não compra o tênis, mas o signo - dispondo-se, até mesmo, a pagar mais caro por ele. Ao consumir o signo visando satisfazer seus anseios subjetivos, agenciados e modelizados sob jogos semióticos - considerando no objeto, fundamentalmente, as propriedades virtuais a ele associadas - o indivíduo realiza o consumo virtual. Em sua roda de amigos, em cujo imaginário a posse daquele signo deve conferir um caráter de destaque social ao seu possuidor, aquele jovem viverá a fantasia de ser mais especial que os outros e receberá objetivamente o reconhecimento pelos demais.

Ora, como a produção destes signos e a modelização das subjetividades para que sejam consumidos exige trabalho e gastos, o custo deste valor de uso virtual agregado ao produto deve ser recuperado quando da venda do produto final²⁰⁹; o aumento da demanda agenciada pela mídia confere ao produto final um novo valor de troca²¹⁰ e a ampliação do montante do lucro. Os consumidores, assim, pagam tanto pelo valor de uso objetivo do produto quanto pela realidade virtual que foi produzida, independentemente se buscam encontrar no produto a satisfação de seus desejos ou necessidades culturais pela posse ou fruição do signo²¹¹, se simplesmente compram o objeto por “simpatia” ao imaginário que a marca agencia, por suas qualidades objetivamente funcionais ou por qualquer outro motivo.

Sob esta lógica de capitalização atuam as empresas de licenciamentos. Para aplicar sobre qualquer produto - camisetas, tênis, pasta de dentes, macarrão, etc - as imagens de personagens de desenhos animados, video-games e outros, tais como o Homem-Aranha, Sonik, a Turma da Mônica, etc, as empresas pagam royalties aos proprietários dos personagens, que variam de 3% a 10% sobre as vendas líquidas. A utilização dessas imagens incrementa consideravelmente a venda dos produtos. A empresa de licenciamento é aquela que recebe autorização, pelos que detém os direitos sobre os personagens, de negociar com outras empresas o seu uso sobre os produtos ou em campanhas publicitárias.

²⁰⁹ Somente a *Data Control*, por exemplo, que é uma rede de escolas de informática no Brasil, gastou R\$ 1,5 milhões em publicidade em 1996. Quanto não se gastará em publicidade no mundo, se somarmos o custo de produção e veiculação dessas mídias? Esse valor é recuperado no giro do capital, possibilitado pelo consumo do produto ou serviço.

²¹⁰ Jean Baudrillard em sua *Crítica à Economia Política do Signo* afirma que o valor de uso torna-se apenas um alibi do sistema da mercadoria, apontando que seria um equívoco pretender uma análise que dissocie tais elementos e que faça o valor de troca depender do valor de uso. Embora concordemos com esta tese parcialmente por outros motivos, divergimos de Baudrillard em razão de suas limitações centradas no trato da referência real, da ambivalência e da contraposição entre signico e simbólico.

²¹¹ Conforme Eurípedes Alcântara, a marca tornou-se muito mais valiosa que o faturamento anual em muitas empresas. Pesquisa realizada pela *Financial World*, uma revista norte-americana, concluiu que “... as marcas Marlboro e Coca-Cola valem mais que as duas empresas faturam durante o ano passado [1992] com a venda desses produtos”. Em tal avaliação está considerada a penetração mundial dos logotipos. “O Marlboro lidera. Sua marca valeria cerca de 31 bilhões de dólares - duas vezes o faturamento da Philip Morris obtido com seu produto no ano passado. A Coca-Cola vem em segundo lugar. O nome do refrigerante mais conhecido no mundo vale 24,4 bilhões de dólares. Em terceiro ficou a cerveja Budweiser (10,2 bilhões de dólares).” Eurípedes ALCÂNTARA, “Emoção pra Valer”. *Revista Veja*, 1º de Setembro de 1993, p. 67

O mercado de licenciamento movimentou no Brasil US\$ 750 milhões por ano e vem crescendo cerca de 25% anualmente²¹².

2.4.2 O signo como capital virtual -

A semiose capitalística em que o signo prescinde do objeto-suporte.

Analisemos agora o segundo caso, em que a posse ou fruição do signo que faz girar o capital independe do meio que o suporta. Consideremos dois casos específicos. Um programa simples de computação, por exemplo, pode ser adquirido de várias maneiras. Podemos comprá-lo armazenado sob a forma de bytes em um disquete; podemos também adquiri-lo sob a forma impressa em uma revista de papel e introduzi-lo no computador através do teclado, linha por linha; ou podemos ainda copiá-lo via *modem*, fragmentando-o em pacotes, diretamente de um outro computador conectado através de um cabo telefônico, de transmissão por satélite; etc. Por outro lado, a fruição de um filme - nosso segundo exemplo - tanto pode ocorrer mediada por uma projeção luminosa que atravessa uma fita no cinema, como também através da sua exibição possibilitada pela decodificação eletromagnética de uma fita por um aparelho de videocassete, ou ainda, através da captação de um sinal disponível por cabo ou ondas de teledifusão. Nestes dois casos exemplares os signos são eles próprios o objeto de troca independentemente do objeto que os contém ou os veicula.

O mais interessante deste processo é que, embora a informação tenha valor de troca, a troca, nesse caso, não se realiza como permuta. Isto é, ao vender um programa de computação, o comprador recebe um programa o proprietário recebe um pagamento por ele. Mas por outro lado o proprietário ainda continua de posse da informação que vendeu, podendo vendê-la inúmeras vezes, da mesma forma que se podem fazer inumeráveis cópias de qualquer arquivo²¹³. Já o consumidor poderia, praticamente, agir do mesmo modo, isto é, reproduzir o programa, fazendo dele mediação de acúmulo de valor de troca, como no caso das “micro-empresas” informais que atuam na área de informática no Terceiro Mundo, que somente sobrevivem em razão da pirataria. É aí que entra em ação o poder repressivo do estado para defender o direito privado de propriedade sobre a cópia da informação, o *copyright*, como veremos posteriormente.

Cabe destacar, ainda, que o conjunto de informações - organizadas simbolicamente sob uma linguagem de programação - que compõem o software, conjunto esse que respeitando uma sintaxe padrão que possibilita ao software operar objetivamente, pode também ser modelizado pelo mesmo processo publicitário de criação virtual de uma identidade que lhe seria peculiar, tornando-se, neste caso, objeto suporte de um outro signo. O nome que ele recebe, por exemplo, embora seja um signo que não interfere no funcionamento objetivo do produto, gera uma expectativa no consumidor. Em geral os números que acompanham os nomes dos programas indicariam alterações sucessivas de um mesmo patamar - 1.0 a 1.1, 1.2, etc - e saltos qualitativos estruturais - 1.0 a 2.0, 3.0, etc. Contudo, o lançamento do software *Internet Explorer 3.0*, em agosto de 1996, ao que parece não resultou de saltos estruturais, mas teve a finalidade de mostrar equiparação deste produto ao *Navigator 3.0*.

²¹² Folha de São Paulo, 29-09-96 p. 6-13

²¹³ Não apenas programas de computação, mas também, filmes, fotografias e outros produtos sónicos podem ser multiplicados ao infinito. Com categorias peirceanas analisa Lucia Santaella que “no caso da fotografia, é preciso notar que o negativo se constitui num sin-signo de tipo muito especial, visto que ele tem poder de gerar, pela revelação, infinitas cópias ou sin-signos que exibem um só e mesmo qual-signo”. Lúcia SANTAELLA, *A Teoria Geral dos Signos*, p. 136].

A publicidade de *software* faz uma pequena mudança parecer a última revolução tecnológica, sendo que na realidade efetiva os produtos concorrentes possuem, às vezes, até melhor desempenho - sendo que o mais veloz processador de último tipo pode não ser capaz de realizar corretamente uma certa operação de dividir. Sem entrarmos no mérito da qualidade objetiva do produto mas destacando o papel da publicidade na sua valorização, a passagem do *Windows 3.11* ao *Windows 95*, que foi manchete em todos os jornais, causou frenesi e satisfação psicológica a muitos que se tornaram os primeiros usuários do sistema, até que descobriram um conjunto de incompatibilidades com outros programas que costumavam utilizar - sendo o sistema posteriormente modificado pela empresa fabricante para sanar tais dificuldades.

Assim, o que se paga não é, primordialmente, o disquete, a revista ou o tempo de transmissão. Paga-se, fundamentalmente, pela informação que se torna disponível ao uso objetivo na forma de software, bem como pela realidade virtual que foi produzida pela publicidade, transformando a posse ou fruição do software em um signo de satisfação psicológica ou de reconhecimento social - como o status adquirido por adolescentes, em alguns grupos de classe média, em razão de possuírem certos *games* de computador ou o status adquiridos por empresas que dispõem de tecnologias de informação do último tipo²¹⁴.

Nos casos analisados nesta seção, o valor econômico de troca da informação não depende do veículo ou meio que suporta a troca. Poderíamos ir além dos softwares e considerar o valor de troca de certas informações antecipadas sobre medidas governamentais no plano econômico, sobre alterações de um Plano Diretor Urbano, informações advindas de espionagem industrial²¹⁵, etc. A posse de informações privilegiadas enriquece pessoas que atuam como informantes de empreiteiras em concorrências públicas ou em negócios milionários envolvendo ações nas bolsas de valores, entre várias outras possibilidades. Em todos os casos, a venda da informação não implica necessariamente a sua alienação pelo vendedor, que mesmo vendendo-a pode continuar a possuí-la. E é justamente porque as pessoas não conseguem se alienar totalmente de tais informações que possuem, que muitos acabam morrendo em “queimas de arquivos”, porque sabiam demais. Poderíamos ainda analisar os mecanismos de valorizar e desvalorizar papéis nas bolsas de valores, mediante a difusão de certas informações que podem ou não corresponder ao real²¹⁶. Na bolsa de valores de São Paulo,

²¹⁴ “... O investimento em novas tecnologias pode nem sempre ter a intenção de aumentar a produtividade. Em um estudo recente, ‘Tecnologia, Produtividade e Emprego’, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) assinala que uma parcela crescente de gastos com P&D [Pesquisa e Desenvolvimento] e TI [Tecnologia da Informação] é dedicada à diferenciação de produtos e ao marketing, em uma batalha por participação de mercado, não para tornar a produção existente mais eficaz”. Pam WOODALL, “Tecnologia Desafia as Previsões Econômicas”. *Gazeta Mercantil*, 2/10/96 p. A-12 A OCDE é uma organização que agrupa os 29 países mais ricos do mundo. Os colchetes foram incluídos por nós.

²¹⁵ O processo aberto pela G.M. contra a Volkswagen por espionagem industrial em 1993 acusando José Ignácio Lopez de fornecer informações sigilosas sobre a Opel - subsidiária da G.M. na Alemanha - para a Volkswagen, evidencia o significado do que afirmamos. Em setembro de 1996, por outro lado, dois fotógrafos - peritos na utilização de equipamentos fotográficos de alta tecnologia - foram presos acusados de espionagem, depois que a Volks descobriu câmeras sofisticadas, em Agosto, em uma pista de provas da Ehra-Lessin. Quanto valeria uma foto dessas para as empresas concorrentes? Cf. *Gazeta Mercantil* 30/09/96 p. C-4

²¹⁶ Quando Larry Ellison, executivo da Oracle - segunda maior companhia mundial de softwares - afirma que a Netscape “ não tem chance de sobreviver”, o que ele pretende? Jim Barksdale, principal executivo da Netscape, afirma que “ele está desvalorizando a ação da Netscape porque quer adquirir a companhia”. Seria correta a avaliação de Ellison que daqui a alguns anos os *browsers* não teriam maior importância,

durante algum tempo, nos períodos de inflação alta, eram famosos os boatos de quinta-feira sobre as medidas do governo federal. Poderíamos ainda por fim considerar os serviços de informação por telefone em que as pessoas pagam para ouvir certas mensagens. Anualmente no Brasil, esses serviços movimentam R\$ 120 milhões, sendo que mais da metade das chamadas envolve sexo, esoterismo e sorteios²¹⁷. Nos Estados Unidos, por sua vez, somente as linhas telefônicas voltadas a conversas eróticas faturaram em 1996 a quantia de US\$ 750 milhões²¹⁸.

2.4.3 O signo transformando virtualmente o objeto suporte. A semiose capitalística que virtualmente gera espaços urbanos com valor de troca.

Analisemos agora, o terceiro caso, em que o signo determina a realidade objetiva por meio de códigos jurídicos que lhe garantam vigência, alterando o valor de uso objetivo daquilo que modeliza e, deste modo, alterando o seu valor de troca econômico. Facilitemos esta análise considerando a alteração do valor de troca de imóveis pela mediação dos Planos Diretores Urbanos.

A transformação do valor de uso e troca de uma área urbana pode ocorrer tanto por mudanças objetivas nas suas condições de infra-estrutura, disposição de equipamentos públicos, atendimento a serviços, etc., que alteram suas condições como suporte de edificação, como também pela alteração de sua significação social - conferindo maior ou menor prestígio ao seu proprietário -, ou ainda pela sua sobrecodificação sêmica legal através do Plano Diretor Urbano - entre outras legislações, como as de uso do solo, por exemplo.

No planejamento urbano governamental, a manipulação de signos - sob os códigos performativos legais - possibilita ampliar ou diminuir valor de troca a certas áreas da cidade alterando virtualmente o seu valor de uso. Aplicando-se a cada território um signo, definem-se zonas residenciais, industriais, comerciais, de serviços, de preservação ambiental ou histórica, entre outras; coeficientes de aproveitamento construtivo, taxas de ocupação, etc. Segundo as regras do direito, a cidade real deve ordenar-se de acordo com os signos e códigos da cidade projetada. Ocorre que esta manipulação dos signos provoca, em geral, a multiplicação virtual do capital de alguns agentes econômicos, em sua maioria especuladores imobiliários. Assim, por exemplo, se uma Zona Residencial possuía um coeficiente 1 de aproveitamento (ZR1) que possibilitava ao proprietário construir 100 m² em seu terreno, valendo o metro quadrado US\$ 500, valia seu terreno US\$ 50.000. Mas se o prefeito muda um signo no Plano Diretor, transformando a ZR1 em ZR5, agora é possível construir 500 m² naquela mesma área, valorizando-se o terreno, que se não passa mecanicamente a custar US\$ 250.000, pelo menos atinge uns US\$ 150.000 para as

desaparecendo pela evolução dos servidores centrais, arruinando-se com isso o *Netscape Navigator* e a empresa junto ? Ou tudo fará parte de uma estratégia para a Oracle adquirir a Netscape, avançando em seu enfrentamento da Microsoft ? Cf. Louise KEHOE, "Netscape e Oracle rompem parceria e entram em conflito". *Gazeta Mercantil* 4/10/96 p. C-5 Embora aqui ocorra a recaptura dos signos das ações pelos signos dos boatos, estamos enfatizando a relação entre os boatos e a realidade. Este processo de um signo capturando outro signo, provocando a alteração de sua conversibilidade para outras formas de capital analisaremos especificamente na seção 2.3.4.

²¹⁷ As ligações feitas do país aos serviços eróticos internacionais por telefone somavam, em média, US\$ 12 milhões ao ano, segundo um levantamento feito em 1996. Destes, US\$ 4 milhões saíam anualmente do Brasil sob a forma de divisas. Cf. *Folha de São Paulo*, 29-09-96 p. 3-6

²¹⁸ *Folha de São Paulo*, 09-02-97 p. 1-12. São Paulo.

construtoras que desejam fazer ali um pequeno prédio²¹⁹. Tais mudanças são acompanhadas de argumentos técnicos que encobrem - na maioria das vezes - os interesses econômicos atingidos.

No exemplo escolhido acima para explicitar este terceiro caso de alteração do valor de uso e de troca da mercadoria por mediação semiótica, temos que a alteração sónica de um mapa, quando legalmente estabelecido como Plano Diretor Urbano, provoca objetivamente uma alteração dos coeficientes de uso do terreno e do seu valor de troca. Evidentemente, a mudança de um número em um papel em nada altera a realidade objetiva das áreas urbanas, mas altera objetivamente a realidade virtual que determina a organização da cidade. É esta realidade virtual que determina legalmente o valor de uso dos imóveis no que se refere à sua taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento construtivo e destinação permitida, o que, portanto, altera virtualmente o uso que se possa fazer objetivamente do imóvel segundo a lei²²⁰.

2.4.4 O aumento de capital pela modelização de objetos virtuais.

A semiose capitalística em que os signos modelizando outros signos aumentam o capital virtual.

Por fim, analisemos o quarto caso, em que um signo determina a alteração de um outro signo sob alguma proporção alterando o valor de troca deste outro signo, considerando os fenômenos especulativos na atual economia globalizada.

A idéia mais simples do que isso significa pode ser compreendida tomando-se como exemplo as aplicações financeiras²²¹. Alguém investe uma quantidade de dinheiro, adquirindo quotas de uma aplicação. A valorização dessas quotas é regulada pela taxa de juros do Banco Central. Assim, o capital se amplia mediante a alteração de dois signos: o da taxa de juros e do valor da quotas, sendo determinado o segundo signo pelo primeiro. Este tipo de valorização financeira, que não é recente na história da humanidade, ganhou um novo influxo com a ampliação da produtividade contemporânea e a saturação dos mercados consumidores verificada nas últimas décadas.

A partir dos anos 70 têm-se no mundo um excedente de capital monetário em busca de aplicações lucrativas²²². Inicialmente este capital se transformou em créditos aos diversos

²¹⁹ Didaticamente, consideramos ZR1 significando uma vez o coeficiente de aproveitamento e ZR5 significando cinco vezes o coeficiente de aproveitamento. O valor desses números varia dependendo do Plano Diretor, mas o princípio de elevação é sempre o mesmo. Quando a área aproveitável é maior que a área ocupável do terreno, o proprietário verticaliza a edificação, construindo vários pavimentos.

²²⁰ Sobre as críticas a esse modelo de manutenção legal do virtual frente e os limites de sua realização, veja-se nosso artigo "Realidade Virtual - A Conversibilidade dos Signos em Capital e Poder Político", Lumen 2(4):75-136 jun 1996 São Paulo FAI, em especial as páginas 99 até 106.

²²¹ Outro exemplo mais interessante, porém mais complexo, foi a conversão da moeda brasileira de Cruzeiros Reais para Reais mediados pela URV que, por sua vez, era definida a partir de três índices inflacionários. Sobre a manipulação virtual desta conversão, veja-se o item 6.2 *A Unidade Real de Valor como Realidade Virtual* de nosso trabalho "Realidade Virtual - A Conversibilidade dos Signos em Capital e Poder Político", Lumen 2(4):75-136 jun 1996 São Paulo FAI. O capítulo referido ocupa as páginas 122-127.

²²² O modelo de organização produtiva *Just In Time*, é um sinal deste novo momento. Sob este modelo, a empresa somente deve produzir aquilo que seguramente já estiver contratado para venda - produzir no momento certo, a quantidade certa para o cliente certo - eliminando assim tanto os estoques de matérias-primas e componentes quanto de produtos finais, bem como a mão de obra subutilizada. Isso se justifica por três motivos: a) porque a evolução tecnológica do concorrente deprecia o valor do estoque

países que perderam a concorrência comercial nos últimos decênios, financiando suas dívidas e seu comércio. Já a partir dos anos 80, o mundo assistiu um movimento global de especulação com imóveis e ações que se iniciou no Japão, repercutindo nos EUA e Grã-Bretanha e que atingiu todo o mundo ocidental em variados níveis. Os ganhos de empresas fornecedoras foram aplicados na compra de imóveis, provocando uma explosão especulativa dos preços que, por sua vez, alimentava a própria especulação imobiliária, tornando-a mais lucrativa em função do contínuo aumento dos preços dos imóveis. Conforme Robert Kurz, “dos imóveis, a especulação alastrou-se aos mercados de ações. A cotação das ações foi forçada a alturas incríveis, em parte com ganhos procedentes do *boom* desvairado dos imóveis. Dentro de poucos anos, o rendimento real (reduzido praticamente a zero no Japão), na forma de dividendos, perdeu quase toda a importância frente ao preço e, com isso, ao valor aparente e astronômico das ações, que ultrapassava de longe seu valor nominal.”²²³ Processos de especulação semelhantes desenvolveram-se posteriormente nos EUA e Grã-Bretanha, insuflados pelo capital especulativo Japonês.

Grande parte desse capital especulativo atravessa virtualmente fronteiras em busca de taxas de juros elevadas que multipliquem o seu valor nominal na moeda nacional, desde que a desvalorização do câmbio não consuma o rendimento quando de sua reconversão novamente às moedas fortes. São os chamados capitais voláteis que migram do Japão, Europa e Estados Unidos ao México, à Argentina, ao Brasil ou a algum outro país em busca de rendimentos especulativos e, quando alguma crise se vislumbra, partem para a segurança das moedas fortes, deixando como rastro, nos países de capitalismo não avançado, uma ampliação fantástica da dívida interna com a emissão de títulos públicos - que, se inicialmente visavam impedir a expansão da base monetária, passam então a sofrer uma remuneração bastante elevada visando manter capitais externos e levantar recursos com a finalidade de resgatar outros títulos que estão vencendo -, bem como, um corte dramático em gastos com todas as políticas, especialmente nos gastos com políticas sociais, para honrar o compromisso de seus pagamentos aos especuladores em nome da manutenção da estabilidade econômica nacional²²⁴.

Chegamos, assim, ao ponto central de nossa análise deste quarto tipo de sobrevalorização signica do capital. Tal sobrevalorização ocorre porque sobre as ações ou títulos, que são signos, se aplica um outro signo que os modeliza - seja com a vigência de contratos juridicamente estabelecidos (taxas de juros) ou com a força de mecanismos de indução social (convicção na elevação das ações) - sob a lógica da competição e do lucro. Como sobre as taxas de juros ainda é possível um controle objetivo pelos bancos centrais - não sendo possível, por outro lado, determinar-se do mesmo modo a convicção dos mercados - os bancos centrais podem desenvolver uma política de aumentar a taxa de juros

armazenado - estocar é perder; b) porque a evolução tecnológica do próprio fabricante pode tornar desnecessárias certas matérias-primas ou componentes já estocados; c) e porque, principalmente, o mercado consumidor saturado não é capaz de absorver tudo o que as empresas podem produzir - evidentemente, entenda-se por mercado consumidor os que possuem dinheiro, pois é cada vez maior o número dos que não tem recursos sequer para satisfazer suas necessidades elementares. Em razão deste novo momento, têm-se um excedente de capital que não pode ser investido na produção de componentes, montagem de produtos finais ou geração de estoques e que migrará em busca de outros movimentos em que se reproduza.

²²³ Robert KURZ, *O colapso da modernização*, Paz e Terra, 1993, p.216-217.

²²⁴ Estima-se que os capitais voláteis movimentem mundialmente transações diárias na faixa de 2 a 3 trilhões de dólares, principalmente em bolsas de valores. Considerando-se que o terceiro maior PIB do mundo, em 1996, é o da Alemanha que alcançou a cifra de US 2,04 trilhões, podemos concluir que em apenas um dia os especuladores financeiros movimentam mais valores do que toda a riqueza produzida pela terceira economia do mundo em um ano todo.

para forçar a queda de especulação com ações quando elas atingem níveis de “exuberância irracional”, evitando com isso que uma quebra de confiança no mercado de ações possa significar algum sobressalto inesperado no equilíbrio econômico geral. Em razão disso, por exemplo, toda vez que Alan Greenspan, presidente do FED, Banco Central dos Estados Unidos, emite algum juízo sobre as taxas de juros, tanto Wall Street quanto os mercados financeiros do mundo todo, acabam estremecendo. O mesmo Greenspan que qualificou a valorização da Bolsa de Nova York em 1996 como “exuberância irracional”, também a denominou de “miragem financeira”, afirmando que sob a lógica do ciclo econômico - do mesmo que na lei da gravidade - tudo o que sobe tem de cair²²⁵. Ocorre que quando as bolsas caem, as empresas que melhor mantêm a sua credibilidade junto aos investidores saem, comparativamente às concorrentes, mais fortalecidas do episódio, uma vez que - mais do que fictício - os valor de seus signos é virtual.

2.5 Do Capital Fictício ao Capital Virtual

Marx já havia considerado no século XIX esses processos especulativos, introduzindo a categoria *capital fictício* para analisá-los. Entre os economistas que se dedicam ao estudo das elaborações marxianas, contudo, há diferentes interpretações acerca do emprego desta categoria. Duncan Foley, da Universidade de Columbia, explicitando o pensamento de Marx afirma que o *Capital Fictício* corresponde, por exemplo, ao preço conferido às ações que excede ao valor do capital investido nas operações da empresa:

“... a propriedade de ações de uma empresa representa um direito a um certo fluxo de renda proporcionado pelo lucro líquido desta empresa. Os proprietários de dinheiro podem emprestá-lo e receber juros sobre ele, ou comprar ações e receber dividendos. O preço das ações será fixado de forma a torná-las atraentes como investimento na concorrência com os empréstimos, dados os maiores riscos existentes no fluxo de lucro líquido em comparação com o fluxo de juros. Mas esse preço das ações pode exceder ao valor do capital realmente investido nas operações da empresa. Marx chama esse excesso de *capital fictício*, já que ele corresponde a uma parte do preço das ações que não corresponde ao valor de capital que realmente é investido na produção da empresa.”²²⁶

Por sua parte, Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani, da Universidade Federal do Espírito Santo, destacam que o capital fictício encontra nos títulos da dívida pública e nos títulos privados duas formas distintas de ocorrência. No primeiro caso “esses títulos representam... um direito de apropriação sobre parte da receita pública proveniente, em grande parte, dos impostos a serem cobrados.”²²⁷ No segundo, trata-se de uma duplicação em papéis do capital real, que se autonomizam como se fossem mercadorias e que circulam, ilusoriamente, como valor capital, podendo o seu valor variar independentemente do valor do capital real que, juridicamente, representam como títulos.

²²⁵ Gilson SCHWARTZ, “Miragem financeira preocupa o Fed”. *Folha de São Paulo*, 02-03-97 p. 2-2. A queda nas bolsas de valores no final de 1997 ensejou a análise de que especuladores agiam propositalmente com a finalidade de lucrar com ataques especulativos sobre as moedas nacionais.

²²⁶ Duncan FOLEY. “Crédito e Capital Fictício”. in Tom BOTTOMORE. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 82

²²⁷ Reinaldo CARCANHOLO e Paulo NAKATANI. “O Capital Especulativo Parasitário: Uma Precisão Teórica sobre o Capital Financeiro, Característico da Globalização”. in VÁRIOS. *III Encontro Nacional de Economia Política*. Vol. I. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998, p. 312

O argumento central de suporte na explicitação desse segundo caso é a seguinte citação de Marx:

“Os títulos de propriedade sobre sociedades mercantis, ferrovias, minas, etc. são... direitos sobre capital real. Entretanto, não permitem que se disponha desse capital, que não pode ser extraído de onde está. Apenas dão direito à parte da mais-valia a ser obtida. Mas, constituem também duplicação em papel do capital real... Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. ... A acumulação desses papéis ... expressa ampliação do processo real de reprodução ... Mas, como duplicatas negociáveis por si mesmas como se fossem mercadorias, e circulando por isso como capital como valor-capital, são ilusórios, e o valor pode variar sem depender por nada do movimento do valor do capital real que representam como títulos jurídicos. Seu valor, isto é, a cotação em bolsa, tem necessariamente a tendência a subir, ao baixar a taxa de juro ... consequência da tendência a cair da taxa de lucro. Já, por essa razão, essa riqueza imaginária ... expande-se com o desenvolvimento da produção capitalista.”²²⁸

Destacam os autores, contudo, que esse *capital fictício*, até certa medida, corresponde a um capital real: “Dentro de certos limites, seu valor tem uma correspondência real. Muitas vezes seu valor pode ser inferior ao do capital real que representam. Assim, podemos dizer que, pelo menos uma parte do *capital fictício*, corresponde à magnitude de capital real.”²²⁹ Em outra passagem, contudo, após esclarecer que do ponto de vista individual de quem negocia estes títulos é *capital real*, mas que do ponto de vista da totalidade é *capital fictício*, asseveram: “Destaque-se que o *capital fictício* tem existência real e sua lógica interfere realmente na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação. O *capital fictício* tem movimento próprio. Assim ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não o é.”²³⁰

Vemos portanto duas conceituações distintas de capital fictício a respeito de títulos privados, ambas interpretando o que seria a noção de Marx. A primeira destacando que o capital fictício é o valor atribuído às ações que excede ao valor do capital real da empresa e a segunda enfatizando que o capital fictício é uma duplicação em papéis do capital real que se autonomizam como se fossem mercadorias, duplicação essa que até certa medida corresponde à magnitude do capital real.

Todos, em geral, concordam, entretanto, que o caráter fictício desse capital se revelaria ao final de um processo especulativo, quando os agentes econômicos buscando realizar os seus lucros vendem os seus papéis gerando um processo em cadeia de sua desvalorização. Com efeito, Marx analisou que com o desenvolvimento capitalista do comércio modificou-se o sistema de crédito. Em grande parte das transações passou-se a vender a mercadoria sem entretanto trocá-la por dinheiro, mas por letras, isto é, por promessas escritas de pagamento em um determinado prazo²³¹. Em meio a uma citação de J. W. Gilbart, Marx

²²⁸ Karl MARX. *O Capital*, Livro III, São Paulo, Difel, 1980, p.548-549, citado por CARCANHOLO e NAKATANI, *op. cit.* p. 312

²²⁹ CARCANHOLO e NAKATANI, *op. cit.* p. 312

²³⁰ *Ibidem*, p. 311

²³¹ Conforme Marx, trocam-se as mercadorias “... por promessa escrita de pagamento em determinado prazo. Para maior brevidade - destacava o pensador - classificaremos todas as promessas de pagamento na categoria geral de letras. Até o dia do vencimento e pagamento circulam por sua vez como meio de pagamento, e constituem dinheiro genuíno do comércio.” Karl MARX, *O Capital*, Livro Terceiro - O

afirma e sublinha que “... *I promise to pay* é a fórmula usual dos bilhetes de banco ingleses...”²³².

Esse fenômeno de que uma promessa resulte em um papel que circule como meio de pagamento é, para Marx, um processo impressionante que gera *capital fictício*, ou *capital imaginário*, como ele o denomina em outras passagens. Considerando tal questão Marx aborda no campo da economia um fenômeno ao qual Austin chegou pelo estudo da linguagem: que palavras possam criar realidades. Conforme a primeira fase da elaboração de Austin sobre os enunciados estes podem ser divididos em constativos e performativos, sendo estes últimos compromissivos, criando coisas com palavras²³³.

Se, como afirmamos anteriormente, certos signos possuem valor de uso lingüístico mas também econômico podendo ser objetos de uma semiótica política, torna-se possível compreender este “valor fictício” investigado por Marx como resultado de um jogo semiótico. Neste caso, “*I promise to pay* ...” é um proferimento performativo que cria algo, um compromisso de pagamento em data futura, determinada previamente antes do ato da promessa²³⁴. Assim, tais promessas resultam em papéis que circulam como meio de pagamento, como dinheiro de crédito, gerando um capital fictício, imaginário²³⁵. Tais papéis são fonte de movimentos especulativos circulando como fictício capital financeiro: “Os fundos de reserva dos bancos, em países de produção capitalista desenvolvida, expressam sempre em média a magnitude do dinheiro entesourado, e parte desse tesouro consiste por sua vez em papéis, meros bilhetes representativos de ouro, mas que não possuem valor próprio. A maior parte do capital bancário portanto é puramente fictícia e consiste em créditos (letras), títulos governamentais (que representam capital despendido) e ações (que dão direito a rendimento futuro). Não devemos esquecer que é puramente fictício o valor monetário do capital que esses títulos guardados nos cofres dos banqueiros representam - mesmo quando ... constituem títulos de propriedade sobre capital real, como as ações -, e que é regulado por leis que diferem das relativas ao valor do capital efetivo representado pelo menos em parte por tais títulos. E quando esses títulos representam, em vez de capital, mero direito a rendimento uniforme, esse direito se expressa em capital-dinheiro-fictício que varia sem cessar”²³⁶.

Processo Global da Produção Capitalista, Vol. V. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980. p. 461

²³² Karl Marx, *op. cit.* Vol. V, p.466

²³³ Veja-se John L. AUSTIN, *Quando Dizer é Fazer - Palavras e Ação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

²³⁴ Marx Cita W. Leatham que afirma ser “... impossível determinar quantas delas [letras] provém de negócios reais, por exemplo de compras e vendas efetivas, e quantas são postizas, simples papagaios emitidos para recolher letras que estão para vencer, com o que se constitui capital simulado, emitindo-se valores circulantes imaginários.” [Karl MARX, *op. cit.* Vol. V, p. 461.] Tais títulos de dívidas, conforme Marx, “... servem de capital para os respectivos possuidores, na medida em que são mercadorias vendáveis e por isso podem ser reconvertidos em capital.” [*Idem*, p 548]. Assim, atos de fala ilocucionariamente possuem a força de constituir capital fictício, desde que cumpridas certas condições. Suas condições de *felicidade* são complexas envolvendo elementos efetivos e imaginários. Perlocucionariamente as ações são valorizadas, assentadas em argumentos e movimentos especulativos fictícios. Contudo, quando o pânico gerado perlocucionariamente quebra a confiança na possibilidade da troca da ação pelo valor imaginário especulado, pelo qual se pagou no mercado, tem-se um movimento em cadeia de sua desvalorização e o capital fictício se esfumaça quebrando consigo atividades do capital real que nele se assentavam, tornando infelizes um conjunto de promessas do tipo “*I promise to pay*...”.

²³⁵ Tal é, por exemplo, o estatuto dos títulos das dívidas externas dos diversos países: promessas de pagamento, que circulam em mercados paralelos - muitas vezes como moedas podres, uma vez que a esperança no recebimento do pagamento projeta-se a quadros distantes.

²³⁶ Karl MARX, *op. cit.* Vol. V, p.450. Nos períodos de crise e estagnação dos negócios em geral essas letras possuem variação depreciativa. “Esse capital fictício reduz-se enormemente nas crises, e em consequência o poder dos respectivos proprietários de obter com ele dinheiro no mercado. A baixa

Capital de empréstimo²³⁷, fundos públicos²³⁸, títulos - sobre minas e ferrovias²³⁹, por exemplo - e outras letras tornam-se riqueza financeira imaginária²⁴⁰. Toda “essa riqueza financeira imaginária constitui parte considerável da fortuna monetária dos particulares e também do capital dos banqueiros...”²⁴¹.

O conjunto do capital fictício, imaginário, interpenetrado em transações com capitais reais e efetivos promove profundas deformações na percepção do capital real nos centros financeiros: “tudo aqui está às avessas, pois nesse mundo de papel, nenhures aparecem o preço real e seus elementos efetivos, vendo-se apenas barras, dinheiro sonante, bilhetes, letras, valores mobiliários”²⁴². No lugar do capital real aparecem signos que são tomados como capital.

Nos períodos de crise real do capitalismo a situação se torna mais complexa em razão desse capital fictício. A emissão de “meros papagaios” ou “negócios de mercadorias

nominal desses valores mobiliários no boletim de bolsa não tem relação com o capital real que representam, mas tem muito que ver com a solvência do proprietário desse capital.” [Idem, p. 567]. Nos momentos de crescimento econômico o sistema de crédito favorece movimentos especulativos e “negócios fictícios” [Idem, p. 556]. Citando o próprio depoimento do banqueiro Weguelin sobre os distúrbios econômicos de 1857, Marx destaca, nas palavras do banqueiro, que “letras de favor e créditos abertos criaram amplos créditos fictícios, o que foi grandemente facilitado pela maneira de proceder dos bancos por ações das províncias...” que descontavam letras sem considerar a sua verdadeira qualidade. [Weguelin, citado por Marx, Idem, p. 571].

²³⁷ Referindo-se ao capital de empréstimo, Marx afirma: “Mesmo supondo que o capital de empréstimo só exista na forma de dinheiro real, de ouro ou prata, a mercadoria cuja substância serve de medida dos valores, ainda assim é mister que grande parte desse capital-dinheiro seja meramente fictício, constitua direitos sobre valor, títulos análogos aos símbolos do valor.(...) Quando se converte em capital de empréstimo - o mesmo dinheiro repetidas vezes representa capital de empréstimo - é claro que só *num* ponto existe como dinheiro metálico; em todos os demais existe apenas na forma de direito de exigir capital. (...) a acumulação desses direitos ou títulos difere tanto da acumulação real da qual deriva, quanto da acumulação futura... propiciada pelo empréstimo de dinheiro.” [Karl MARX, *op. cit.* Vol. V, p. 584-585]. Insiste Marx que “na medida em que emite bilhetes, sem cobertura do encaixe metálico guardado nos subterrâneos, o Banco cria símbolos de valor, que para ele constituem meio de circulação e, além disso, capital adicional, embora fictício, no valor nominal desses bilhetes sem cobertura.” [Idem, p. 622].

²³⁸ Marx cita Sismondi que afirma ser os fundos públicos nada mais que “capital imaginário que representa, da receita anual, a parte destinada a pagar a dívida.” A dívida pode ser paga graças à cobrança de impostos que recolhe a riqueza produzida pelo trabalho real. Sismondi, *apud*, Karl MARX, *op. cit.* Vol. V, p. 548, nota 6

²³⁹ Os títulos sobre minas, ferrovias, etc são direitos sobre capital real, mas que não permitem dispor do capital que não pode ser extraído de onde está, havendo somente o direito de obter uma parte da mais-valia. Resgatando alguns outros aspectos de uma passagem já analisada, destaca Marx que “esses títulos constituem também duplicação em papel do capital real, como se o conhecimento de carga pudesse ser um valor além do da carga, ao mesmo tempo que ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes.” Mediante venda, tais títulos são reembolsáveis como valor-capital. “Mas como duplicatas negociáveis por si mesmas como se fossem mercadorias, e circulando por isso como valor capital, são ilusórios, e o valor pode variar sem depender por nada do movimento do valor do capital real que representam como títulos jurídicos. (...) essa riqueza imaginária - tem valor nominal originalmente determinado para cada uma de suas partes alíquotas - expande-se com o desenvolvimento da produção capitalista”.[Karl Marx, *Op. Cit.* Vol. V, p. 548-549]. Os ganhos e perdas através desses títulos podem estar vinculados a movimentos do capital real ou se realizarem em movimentos de especulação em que esses títulos são comercializados.

²⁴⁰ Em sentido um pouco distinto a categoria imaginário é também empregada com referência à mais-valia: “como fruto imaginário de todo capital adiantado, a mais-valia toma a forma transfigurada de *lucro*... O lucro ...é portanto o mesmo que a mais-valia, em forma dissimulada, que deriva necessariamente do modo capitalista de produção.” Karl MARX, *op. cit.* Vol. IV, p. 39.

²⁴¹ Karl MARX, *op. cit.* Vol. V, p. 549

²⁴² Karl MARX, *op. cit.* Vol. V, p. 563

destinados apenas a fabricar letras”, fazem subsistir “a aparência tranqüila de negócio sólido e de retornos fáceis de dinheiro... Por isso, sempre às vésperas do craque, os negócios aparentam quase solidez extrema.”²⁴³ Quebrando-se a “confiança na fluidez do processo de reprodução”²⁴⁴, emerge o pânico que leva o homem de negócio a buscar ativos reais mesmo perdendo alguns percentuais de seus papéis, chegando-se ao “salve-se quem puder” descrito por Samuel Gurney, empresário, citado por Marx: “Se está sob a influência do pânico, [ao empresário] não lhe importa ganhar ou perder. Procura pôr-se a salvo, e o resto do mundo que se arranje.”²⁴⁵ . Esse movimento em cadeia leva à fase culminante do craque²⁴⁶.

O processo especulativo que gera capitais fictícios somente é compreensível sob a perspectiva marxista quando consideramos os mecanismos de formação de preços no mercado. Analisando tais mecanismos de formação dos *preços*, que para Marx não correspondem ao *valor objetivo* dos produtos, ele destaca a relação entre a quantidade de mercadorias e a satisfação das necessidades sociais: “se a massa de produtos ultrapassar essas necessidades, teriam as mercadorias de se vender abaixo do valor de mercado; e, ao contrário, acima desse valor se a massa de produtos não for suficiente, vale dizer se a pressão da concorrência entre os vendedores não for bastante para compeli-los a levarem ao mercado essa massa de mercadorias.(...) Subindo o valor do mercado, contrai-se a necessidade social da mercadoria, absorvendo-se menores quantidades dela.”²⁴⁷ De outra parte, considera Marx, “a mercadoria possui *valor-de-uso*, isto é, *satisfaz uma necessidade social qualquer*. Quando tratamos das mercadorias isoladas - continua o autor -, podemos supor existente a necessidade das mercadorias consideradas - já se referindo o preço à quantidade delas -, sem preocupar-nos a *quantidade da necessidade a satisfazer*. Mas, esta quantidade é *elemento essencial*, quando se considera, de um lado, o produto de um ramo inteiro de produção e, de outro, a necessidade social. Agora, é necessário observar a medida, isto é, a *quantidade dessa necessidade social*”²⁴⁸. Este é o problema central que temos de enfrentar conceitualmente: a produção da demanda social. Antes, porém, concluamos o raciocínio de Marx. “Se a quantidade é maior ou menor que a procura, o preço de mercado se desvia do valor de mercado. Primeiro desvio a considerar: se a quantidade é de menos, regula o valor de mercado a mercadoria produzida nas piores condições, se é de mais, a produzida nas melhores condições [maior produtividade com menos custos]... à medida que aumenta a diferença entre a procura e quantidade produzida, tende o preço de mercado a desviar-se mais do valor de mercado, para cima ou para baixo.”²⁴⁹.

Para Marx o valor objetivo do produto deve ser definido considerando-se o tempo de trabalho social nele objetivado. Enquanto a produção não estiver sob “controle efetivo e preestabelecido da sociedade” que fixará a relação entre “a quantidade do tempo de trabalho social, empregada para produzir determinado artigo, e o volume da necessidade

²⁴³ *Ibidem*, p. 557

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 555

²⁴⁵ Samuel Gurney, citado por Marx, *Ibidem*, p. 478

²⁴⁶ Frente a esse mundo de papel Marx conceitua o capital efetivo, real. O capital real é o capital produtivo e o capital-mercadoria [Karl MARX, *op. cit.* Vol. V, p. 576]. Assim, para Marx, “... a acumulação real dos capitalistas industriais em regra se efetua por meio do acréscimo dos elementos do próprio capital reprodutivo.” [*Ibidem*, p. 577].

²⁴⁷ MARX, *op. cit.* vol. IV, p. 204-205

²⁴⁸ *Ibidem*, vol. IV, p. 209, grifos nossos

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 209-210

social provida por esse artigo”²⁵⁰, os preços continuarão sendo determinados pelo jogo do capitalista no mercado que produz em função de ampliar seu lucro e não em função da satisfação das demandas sociais.

Conforme Marx o valor de uso efetivo de qualquer objeto supõe o trabalho que o objetiva. Contudo, ele também reconhece que existem necessidades socialmente criadas que apenas se satisfazem mediante elementos objetivos que portem determinados valores de uso fetichizados. Marx reconhece que uma mercadoria possui valor-de-uso quando satisfizer uma necessidade social qualquer e, desde sua juventude, já analisara que no modo de produção capitalista inúmeras necessidades são criadas com a única finalidade de girar o capital, promovendo a alienação no consumo: “O aumento da produção e das necessidades se converte no escravo *engenhoso* e sempre *calculador* de apetites humanos, refinados, anti-naturais e *imaginários* - a propriedade privada não sabe fazer da necessidade bruta necessidade humana; seu *idealismo* é a *fantasia*, a *arbitrariedade*, o *capricho*...”²⁵¹. O produto torna-se uma isca para atrair o ser dos outros, o seu dinheiro. “Toda necessidade real ou possível - afirma Marx - é uma fraqueza que arrastará as moscas ao melado - exploração universal da essência coletiva do homem.”²⁵². A afirmação inconfessada do capitalista é essa: “... engano-te, enquanto te proporciono o gozo”!²⁵³. O capitalista desperta no outro “apetites mórbidos e espereita todas as suas fraquezas, para exigir dele depois, a propina por estes bons serviços”²⁵⁴.

Sendo assim, a demanda social pode ser produzida provocando a elevação do preço de mercado de um determinado produto. A demanda por determinada letra provocada por um movimento especulativo faz com que seu valor de mercado suba. A necessidade social de fumar Marlboro e não uma outra marca de cigarro qualquer, valoriza a empresa. Se Marx considerasse a produção da demanda social para o giro do capital não teria apenas M-D-M para o capital industrial ou D-M, M-D para o capital comercial e D-ΔD para o capital a juros. Teria de analisar como é mobilizado o consumo para que a mercadoria se transforme em dinheiro, ou dito de outra forma, como uma outra parcela de dinheiro teria de ser transformada em publicidade agenciando o consumo do produto para recuperar, em função deste último consumo, tanto o dinheiro gasto no produto quanto na publicidade que provoca o consumo despertando, no outro, apetites. Se Marx não o faz, embora já tenha consciência desse processo ainda embrionário no século XIX, é por preferir manter a coerência com seu paradigma dialético. Somente é objeto de ciência o que é objetivo. Sobre desejos e paixões não há como produzir ciência objetiva, apenas crítica filosófica quando se manifestam aparentemente como realização de um valor social elevado sendo essencialmente um movimento de alienação do humano. Mas o momento dialético da objetivação da necessidade é o consumo. O objeto de consumo pode ser fetichizado e tal fetichismo pode gerar - no momento da compra - a troca de um valor objetivo na forma de dinheiro por um valor de uso imaginário. Contudo, para Marx, o valor objetivo de uso de tal produto adquirido não pode ser confundido com o valor fictício do objeto fetichizado.

Por outro lado, da mesma forma que Marx supondo - desde a lógica do mercado - que em um dado momento a oferta pode ser equilibrada em relação a demanda estabelecendo-

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 212

²⁵¹ Karl MARX, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Coleção Os Pensadores, vol. 35 Editora Abril, 1974 p. 22

²⁵² *Ibidem*, p. 23

²⁵³ *Ibidem*, p. 23

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 23

se aí o valor de mercado, destaca que “... essa coincidência nunca é real, a não ser por mera casualidade, e o que não passa de casualidade é nulo do ponto de vista científico, devendo considerar-se inexistente”²⁵⁵, não podendo pois ser tal hipótese de equilíbrio fundamento científico para uma análise econômica da formação do valor do produto; da mesma forma, embora reconheça que muitos consumidores são mobilizados ao consumo por mediações astuciosas e ardilosas do capitalista, Marx avalia que não sendo tais mediações necessárias e universais a todo processo de consumo, não havendo como quantificá-las rigorosamente, não se pode elaborar ciência econômica a partir delas.

Entretanto, se reconhecermos que a disputa por mercados implica atualmente não apenas a efetivação do produto, mas o agenciamento do consumo, isto é, a criação de mercado consumidor a determinado produto de determinada empresa, identificado com certo signo, então precisamos abordar o momento da modelização do consumo promovido por semióticas publicitárias como condição do giro do capital.

Assim, atualizando e aprimorando a análise de Marx, consideramos que na globalidade da atual economia o movimento especulativo não fica adequadamente compreendido com a categoria de capital fictício, mesmo se aceitarmos a ponderação de que uma parte do *capital fictício* corresponde ao que Marx considera como *capital real*. A questão a ser previamente enfrentada é saber se todo título que representa um capital real é capital fictício por ser uma duplicação imaginária deste capital ou se a transação com esses papéis é transação com a própria realidade do capital real. Somente sob uma abordagem semiótica esta questão pode ser resolvida. Semioticamente analisado, se o capital real é o objeto dinâmico representado pelo título como signo, então todos os interpretantes aplicados ao título seriam interpretantes aplicados ao objeto que o gera, com força ilocucionária e perlocucionária em tal aplicação que é realizada em jogos semióticos performativos (celebração de contratos com garantias jurídicas de vigência, confiança no comportamento dos mercados, etc). Contudo, quando o representamem do capital real, isto é, os títulos, se converte em objeto dinâmico sofrendo alterações de seu preço por força dos jogos semióticos performativos (movimentos especulativos, por exemplo) que generalizam a aplicação de novos interpretantes sobre esses papéis - interpretantes esses que não podem mais ser aplicados sobre o objeto dinâmico que os havia gerado como representamem (uma vez que os dividendos reais permanecem os mesmos, ao passo que os papéis são negociados no mercado com um valor muito superior ao rendimento produzido pelo capital real e à fração ideal de capital real a que correspondem) então têm-se um fenômeno de realidade virtual, porque objetivamente a empresa *não vale* a magnitude do preço do conjunto das ações segundo a cotação do mercado, embora - por força da legalidade ilocucionária que suporta os contratos - ela esteja sendo comprada e vendida naqueles patamares. A empresa real torna-se assim, um dos interpretantes das ações que se convertem no objeto dinâmico da determinação do preço e somente por isso é comprada ou vendida, temporariamente, naqueles patamares. Destaque-se que uma parcela dos agentes de especulação, que atua velozmente nas bolsas de valores, compra e vende rapidamente ações de empresas considerando basicamente o desempenho relativo destas frente às demais ações, não conhecendo em detalhes mais precisos a situação real das empresas cujas ações está comprando e vendendo em espaços de tempo relativamente curtos. É justamente por isso que os boatos são uma fonte de geração de interpretantes que quando se generalizam permitem ganhos especulativos fabulosos em poucas horas. Assim, mesmo no caso do capital especulativo, quando um megainvestidor realiza seus lucros no momento de pico das cotações, o que seria um valor fictício se converte em valor

²⁵⁵ Karl Marx, *O Capital*, Livro Terceiro, Vol. IV. p. 214

real em um dado patamar, realizando-se como ganhos reais. Do mesmo modo, quando outro investidor vende suas ações na “bacia das almas”, no momento de profunda baixa na cotação das ações que havia adquirido em outro momento, quando estavam mais elevadas, aquele valor fictício diminuído se converte em valor real, tendo perdas reais. Assim, se mantida a força ilocucionária que preserva os contratos o capital fictício e o capital real podem ser converter um no outro, não em *até* certa medida mas *sob* certa medida em certas condições. São condições ilocucionárias e perlocucionárias que - alterando o comportamento dos agentes econômicos - provocam a valorização ou desvalorização dessas ações. Se hipoteticamente, após um período de elevação das ações os acionistas se revezassem temporalmente na realização de seus lucros com a venda equalizada daquelas ações, jamais o fazendo todos juntos em um único momento, e se não houvesse uma alteração real da situação da empresa, um percentual extremamente elevado de todo aquele capital fictício poderia se converter em capital real porque não haveria uma *falha* (*misfire* no sentido de Austin) dos atos performativos que o geraram. Se após realizar o seu lucro o investidor aplicasse o seu ganho em processos produtivos reais, toda a valorização virtual daquele capital se converteria em incremento do processo produtivo real.

Assim, considerando-se esse quarto caso de conversão dos signos em capital, parece-nos que não fica bem solucionada a análise dos processos especulativos com a contraposição entre capital real e capital fictício ou pretendendo detectar em até que medida o capital fictício corresponde ao capital real. Melhor seria considerar que também que todo o capital fictício é virtualmente real. Assim, o capital total de um empreendimento corresponde não apenas ao capital constante e variável configurado como capital produtivo objetivo e à mercadoria objetiva finalizada, mas também ao capital virtual - todo o conjunto dos signos que possuem valor de troca e que, de algum modo, se vinculam à empresa. A geração de interpretantes sobre tais signos podem converter-se na ampliação do capital real da empresa ou na sua redução.

O valor das logomarcas, por exemplo, é um capital considerado quando da negociação das ações no mercado, embora não possa ser classicamente considerado como capital constante ou variável - pois ambas as categorias se referem ao capital objetivo. O *Internet Explorer 3.0* teve um milhão de cópias feitas em uma semana gratuitamente. Enquanto fonte virtual de capital sua multiplicação gratuita provocou indiretamente a valorização das ações da Microsoft e a queda do valor das ações da Netscape²⁵⁶. Neste caso a reprodução virtual de um signo (o *Internet Explorer*) altera a taxa de conversão de outro signo (ações da Microsoft) - uma promessa de pagamento - por moedas, que nada mais são do que outros tipos de signos cujo valor é assegurado por instituições sociais. Evidentemente o *Internet Explorer 3.0* é um produto que resultou do trabalho de inúmeras pessoas, sendo tal trabalho a fonte originária de seu valor de uso objetivo e de seu valor de troca virtual²⁵⁷. Também o cálculo da taxa de mais-valia aqui, não pode limitar-se a considerar o capital objetivo, mas também o virtual. Desta forma, o que sustenta a continuidade do movimento especulativo ou da contínua extração de mais valia virtual sobre o consumo de um determinado signo é a capacidade de seus promotores em produzir outros signos que, operando como interpretantes, continuem movendo as subjetividades

²⁵⁶ O preço das ações da Netscape havia disparado em 1995, de US\$ 28 para US\$ 174 nos primeiros quatro meses de negociação. Após o lançamento do *Explorer 3.0*, elas recuaram para US\$ 34,50 no final de Agosto de 1996. Contudo, após o anúncio do futuro lançamento de um novo software superpotente, as ações da Netscape recuperaram-se para US\$ 47,50 em Setembro daquele ano. *Gazeta Mercantil*, 4/10/96 p. C-5

²⁵⁷ A Microsoft gastou no primeiro semestre de 1996 US\$ 3 milhões em anúncios com a finalidade de estabelecer o *Explorer* como padrão na Internet. Cf. *Folha de São Paulo* 16-09-96 p. 2-10

perlocucionariamente ao consumo daqueles signos ou à manutenção das realidades performativamente efetivadas²⁵⁸.

É justamente este movimento de determinação do capital virtual sobre o capital efetivo o que está na base das franquias. Quando uma logomarca - capital virtual que é propriedade privada de uma empresa - tem ampla penetração de mercado, tal empresa pode mesmo vender todo o seu capital fixo, manter somente a propriedade de sua logomarca e negociar o seu uso por terceiros, que lhe pagam para poder reproduzi-la sobre seus produtos. Nesse caso, o patrimônio maior da empresa é a sua logomarca, da qual dependem todas as empresas contratadas para colocar seus produtos no mercado. A empresa proprietária da logomarca - que não produzirá nenhum sanduíche ou nenhum tênis, por exemplo, sobre os quais se aplicam os seus signos - contratará serviços de produção de subjetividades, como os serviços publicitários, para continuar mantendo a realidade virtual que envolve sua logomarca e expandir ainda mais o seu negócio. Neste caso, as ações sobre a empresa são ações que se aplicam basicamente sobre um signo (uma logomarca) que sofrerá licenciamento para uso por outras empresas, mas essas ações não se aplicam às empresas que realmente produzem os produtos (os sanduíches e os tênis), mas àquela que detém o signo sobre o qual se aplicam os interpretantes.

Ora, como o excedente de capitais não tem como ser reinvestido na produção objetiva, dado a restrição dos mercados, ele passa a correr na disputa por aquisição ou produção de objetos-sígnicos cujo valor é estabelecido no plano de realidades virtuais. Eis porque as logomarcas passam a valer cada vez mais e muito mais se gasta para manter sua hegemonia no mercado. Mas esse fenômeno também atinge outros objetos sígnicos. Em alguns leilões que se realizaram nos últimos anos, por exemplo, certos objetos que pertenceram a celebridades, peças que objetivamente valeriam muito pouco, foram arrematados por fabulosas fortunas; rabiscos feitos em guardanapos por pintores renomados, peças íntimas de artistas, canetas de estadistas e uma infinidade de objetos que objetivamente têm pouco valor - até mesmo fragmentos do muro de Berlim - são comercializados - e, algumas peças, por consideráveis fortunas - em razão de serem signos capturados sob uma realidade virtual, produzida a partir de jogos semióticos. A captura de obras de arte, passe de jogadores de futebol e outros elementos sob certos jogos semióticos, possibilitam a criação virtual de objetos sobrevalorizados onde o capital virtual é aplicado e que possibilitam o lucro por satisfazerem necessidades virtuais que foram produzidas naqueles que podem consumir tais signos: pagar a assinatura da TV a cabo, que por sua vez paga aos clubes pela transmissão das partidas, em que atuam tais jogadores que são os “craques”; pagar o pacote turístico que inclui a visita ao museu onde estão expostos os objetos pessoais dos artistas famosos que sempre foram vistos nos

²⁵⁸ Na conferência que fizemos na FAI em outubro de 1995, analisamos com mais detalhes os argumentos sobre o colapso da modernização. Naquela oportunidade afirmamos que tanto a velocidade de circulação das informações quanto a existência de excedentes investidos em produção de realidade virtual são dois elementos que dificultariam a quebra catastrófica do mundo dos papéis. A qualquer sinal de tendência depreciativa que provoque o colapso do sistema há um conjunto de dispositivos adotados pelos grandes agentes nos setores oligopolizados que atuam em todos os mercados do mundo impedindo que a depreciação dos papéis inviabilize a continuidade da reprodução do capital objetivo e virtual. Dado o montante de investimentos que certos grupos fazem em ações de seus concorrentes para participar também dos seus lucros ou associações que fazem para disputar certos mercados, visando menor concorrência e maior concentração de capital, todos estão de tal modo entrelaçados que o salve-se quem puder fica restrito aos pequenos e mais isolados grupos que não tendo um montante sólido de capital virtual - signos fortes implantados no mercado - têm suas ações mais rapidamente vendidas e depreciadas. Se tais grupos quebram, deixam mais mercado a ser disputado pelos grandes. Se seus signos têm ainda penetração são adquiridos pelos grandes grupos que, embora sejam também afetados em um primeiro momento, saem deste ciclo mais fortalecidos por ampliarem e fortalecerem o seu capital virtual.

filmes; ou a visita ao outro museu onde inclusive podem ser vistos os últimos rabiscos de um artista famoso - projeto de sua última tela que ficou inacabada, porque o mestre veio a falecer antes de completá-la - mas que seria uma verdadeira revolução em seu trabalho, porque abandonava a fase azul para trabalhar com variações de verde.

O valor conferido aos objetos acima mencionados não é fictício, mas virtual, porque não se pagou pelo contato, fruição ou posse do objeto, mas pela fruição, contato ou posse do que evoca²⁵⁹. Se nada ocorrer que estrague objetivamente esses objetos-sígnicos, sua depreciação somente se dará em função de uma nova sobrecodificação que modelize no nível da realidade virtual: novas informações que alterem o valor conferido àquele artista ou estadista, dúvidas quanto a originalidade das peças, etc.

O papel da mídia - instrumento de produção de subjetividades e mediação da reprodução do capital virtual e objetivo - é cada vez maior na orientação dos vetores econômicos e mesmo na produção de certas tendências ou resultantes²⁶⁰, simplesmente modelizando signos, gerando interpretantes sobre economias, planos econômicos, produtos, etc.

2.6 O giro do capital sob o Capitalismo Globalizado.

Concluindo esta seção podemos afirmar que a disputa por mercados implica atualmente não apenas a efetivação do produto, mas o agenciamento, no consumidor, do desejo ou necessidade de fruir ou possuir determinado produto de determinada empresa, identificado com certo signo. Tal momento de modelização do consumo - promovido por semióticas publicitárias - é condição do giro do capital. Partindo desta análise é preciso reconhecer que enquanto for possível manter a procura de um determinado objeto com propriedades imaginárias, tal objeto continuará possuindo o valor que o “mercado” estabelece. Ocorre pois que todo objeto pode possuir não apenas um valor-de-uso objetivo, mas também um valor-de-uso virtual e que havendo a modelização do consumo esse objeto ou serviço com valor de uso virtual pode ser trocado por dinheiro, completando o giro do capital real e possibilitando o lucro. A mediação da propriedade privada do signo - que se realiza como marca registrada, o copyright²⁶¹, a patente do programa de

²⁵⁹ A posse, fruição ou contato com tais objetos-sígnicos realiza virtualmente algo estabelecido em jogos semióticos dominantes. A compra do *Empire State*, por um grupo japonês no coração do poder americano, não se reduz à aquisição de um objeto efetivo; torna-se um signo de poder da companhia que o possui, fortalecendo sua imagem no mundo dos negócios. Adquiriu-se muito mais um signo de força, de prestígio, que um imóvel.

²⁶⁰ A difusão generalizada de notícias favoráveis a um grupo, virtualmente o fortalece; do mesmo modo que a difusão de informações que abalam a imagem da empresa - seu signo de confiança - a enfraquece como um todo.

²⁶¹ O direito de propriedade das marcas é tão rigoroso, que possibilita punir o responsável por qualquer recaptura semiótica de alguma marca se ele não estiver autorizado a realizá-la - uma vez que tal recaptura pode alterar o valor de troca da marca. Justamente por isso, a empresa Axcel Books do Brasil Editora fez constar na página III do livro *Netscape, Eudora & Agent - QuickRef* [Rio de Janeiro, 1995], por ela publicado, o seguinte alerta: “**Marcas Registradas.** Todos os termos neste livro que são conhecidos como marcas registradas foram adequadamente colocados em maiúsculas. A Axcel Books não pode atestar a veracidade das informações. A utilização de um termo neste livro não deve ser considerada como afetando a validade de nenhuma marca registrada.” Como se vê, tem-se a preocupação que a utilização do termo não afete a validade da marca - o que poderia ser motivo para processar a editora; já a responsabilidade legal pela veracidade das informações fica imputada ao autor do livro, no caso, Marcelo Bernstein. Na página ao lado, por sua vez lê-se “Copyright © 1995 by Axcel Books do Brasil Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia e escrita de

computação, ou do design, ou do código genético alterado que origina novas espécies tanto vegetais quanto animais - é a peça-chave para que esse capital virtual - informação com valor de uso não objetivado que poderá se objetivar ou não a partir de inúmeros projetos circunstanciais - possa ser aplicado, apenas pelo grupo que legalmente o detém, tanto na ampliação de mais capital objetivo quanto virtual.

Assim para compreender-se corretamente o giro do capital, nesta etapa do capitalismo globalizado, há que considerar-se: a) tanto o capital investido no processo produtivo da mercadoria - o que exige, além da consideração clássica dos gastos em capital constante (matérias-primas, outros insumos e instrumentos de trabalho) e capital variável (a força de trabalho), destacar também os dispêndios na geração de novas tecnologias, que supõem necessariamente pesquisas científicas e produção de novos saberes; b) como também o capital investido na produção de signos publicitários (que são determinantes qualitativos das mercadorias ou serviços) replicados nas diversas mídias, que modelizam a subjetividade dos consumidores à aquisição de certos signos e à não-aquisição de outros, deste ou daquele produto que os suportem, a valerem-se dos serviços prestados por esta ou aquela empresa capitalista. Isto é, trata-se também de considerar o capital investido na criação de imaginários e realidades virtuais em que se mediatizam o movimento de consumo e a disputa por mercados²⁶².

Axcel Books do Brasil Editora”. Ora, tendo eu aqui reproduzido tais linhas, portanto, uma parte da publicação, sem a devida autorização, poderei ser considerado um infrator do copyright?

²⁶² Sobre isso veja-se o item 2.4.1

3. Análise de Classes Sociais - Compreendendo os Conflitos Contemporâneos

Qualquer pessoa, em razoável exercício de suas faculdades mentais e satisfatoriamente informada, aceita que o atual processo de globalização está permeado por conflitos econômicos, políticos e culturais. Os interesses dos milhões de empobrecidos e desempregados não são os mesmos que os dos empresários que demitem trabalhadores para melhor competir com empresas concorrentes e ampliar o seu lucro; os interesses dos que pirateiam softwares para sobreviver na economia informal são contraditórios aos daquele que detêm o copyright sobre tais produtos; os interesses dos banqueiros internacionais pela continuidade do pagamento dos juros da dívida externa contraída pelos países do Terceiro Mundo são contraditórios aos interesses dos que desejam que tal dinheiro seja aplicado em saúde e educação para que tantas crianças não morram de fome ou por falta de assistência básica de saúde.

Esses exemplos bastam para afirmar que não se pode negar a existência de graves conflitos na sociedade contemporânea globalizada. Contudo, terão os seres humanos a capacidade intelectual de compreender tais conflitos? É possível ordená-los, e estabelecer uma relação conceitual entre eles?

Sob uma perspectiva semiótica, todos os conflitos são objetos dinâmicos que têm por correlato, ao nível sógnico, objetos imediatos, aos quais se vinculam inúmeros interpretantes, sejam intelectuais, energéticos ou afetivos. Sendo assim, é possível interpretar as informações que temos dos objetos dinâmicos externos à nossa consciência, mesmo sabendo que nenhuma interpretação esgotará a significatividade de tais objetos. Justamente por isso, a investigação deve privilegiar sempre os elementos indiciais e a compreensão do processo histórico de sua gênese, para que nossa teoria expresse a concretude dinâmica dos conflitos. O ordenamento que desvenda uma relação conceitual entre os conflitos, nada mais faz do que apresentar conexões históricas entre os fenômenos observados. Isto significa pois considerar o exercício de liberdade dos sujeitos, suas condições de possibilidade e os objetivos a que se voltam como indivíduos ou coletividades.

Portanto, em razão da semiose humana, podemos compreender os conflitos na sociedade contemporânea globalizada e podemos ordená-los de maneira conceitual. Existem, contudo, graus diferenciados entre as diversas compreensões de tais conflitos pelo modo como estas articulam símbolos, índices e ícones na busca da explicitação das conexões históricas. Aquelas que apontam conexões que não se verificam indicialmente são mais frágeis do que outras que mostram os índices de realidade das conexões apontadas. Assim, por exemplo, uma teoria que pretenda explicar a globalização em sua fase atual partindo de uma reflexão sobre como as sociedades, por ela determinadas, se comportariam em uma situação de livre-concorrência perfeita é frágil conceitualmente, pois não existem índices de concorrência perfeita em nenhum local do mundo, sendo tal modelo uma construção simbólico-transcendental despida da consideração sobre a contingência histórica. Isso não significa que o possível não-realizado não o possa ser, pois a liberdade está na base de criação daquilo que ainda não foi realizado. Significa apenas que, para a compreensão de uma situação presente, é preciso preservar os índices

de realidade e negar os modelos que não os comportem, ao invés de negar os índices de realidade em nome da manutenção de qualquer modelo formal.²⁶³

Tais conexões históricas não são apenas materiais - em sentido estrito - mas também políticas e culturais. Toda ação política ou cultural - como exercício de liberdade, por mais aniquilada que esteja - supõe, necessariamente, uma condição material. Do mesmo modo, as conexões materiais de reprodução da sociedade supõem condições culturais e políticas. Portanto, a adequada compreensão dos conflitos sociais exige a construção conceitual que desvenda conexões entre os elementos materiais, políticos e culturais - em sua interdependência - valendo-se da consideração de índices que manifestam tais elementos na dinâmica histórica em questão.

Partindo da classificação dos índices estabelecidos pelos conflitos, realizando seu ordenamento, podemos avançar a uma compreensão conceitual de tais conflitos desvendando suas conexões que não são, a princípio, aparentes. A validade de classificar ou ordenar em classes os sujeitos que compõem a sociedade, seja a partir dos seus conflitos ou seja a partir de índices objetivos de realidade desde os quais se desdobram tais conflitos, é o que desenvolveremos nas próximas subseções desta terceira parte. Destacaremos, posteriormente, que o processo de produção de subjetividades está permeado pelos conflitos sociais modelizados sob as semioses hegemônicas e que toda ação educativa, que orienta a convivência social dos indivíduos, desdobra-se desde uma posição perante tais conflitos.

3.1 Sobre o Estatuto Teórico do Emprego de Classes Sociais

Atualmente, com o processo de globalização e difusão do neoliberalismo, ouvimos com frequência as afirmações de que 1) “não há mais classes na sociedade” ou que 2) “não podemos mais pensar a sociedade como sendo dividida em classes”. A primeira afirmação refere-se à própria realidade, ao passo que a segunda trata do pensamento, de como podemos ou não pensar a realidade. Investigaremos elementarmente esta questão, para podermos considerar posteriormente o exercício da liberdade frente aos conflitos contemporâneos que permeiam os processos de produção de subjetividade.

Basicamente, podemos distinguir três níveis de elaboração de idéias quando pensamos: representações, conceitos e categorias. As *representações* são idéias aplicadas à realidade, geradas de modo mais imediato e fragmentado, que não possibilitam compreendê-la em sua complexidade e contradições efetivas. Quando se articulam um conjunto de representações e afirma-se que elas expressam completamente a realidade, tem-se o senso comum ou a ideologia. Os *conceitos*, por sua vez resultam de um profundo estudo da realidade, visando compreendê-la em toda sua complexidade buscando expressar as suas estruturas e contradições fundamentais - o que exige superar a imediatez e a fragmentação - visando compreender teoricamente a realidade concreta. Por isso, os conceitos expressam sempre determinadas realidades, historicamente situadas, não podendo ser generalizados para outras realidades. Os conceitos podem ter vários graus de objetivação - expressar as

²⁶³ Sob o aspecto dos projetos políticos eticamente defensáveis, estes devem projetar cenários que ainda não são reais, tendo em vista a ampliação sempre maior do exercício da liberdade de todos os sujeitos que compõem a sociedade para a qual este projeto se destina. Em razão de seu caráter prospectivo, eles apontam horizontes de realização futura, que orientam uma intervenção na realidade presente mas que jamais pode desconsiderar suas peculiaridades indiciárias e concretas, pelas quais este futuro torna-se possível, isto é, realizável.

contradições em níveis mais ou menos aprofundados - mas não se confundem com as meras representações que não desvendam, sequer em parte, as estruturas essenciais e contraditórias da realidade. As *categorias*, por fim, são os elementos constitutivos dos referenciais teóricos adotados na elaboração dos conceitos²⁶⁴. Elas podem e devem ser reformuladas a partir da geração dos conceitos que exigem da teoria uma capacidade de produzir conhecimentos sempre mais satisfatórios a uma adequada intervenção sobre o real. Enfim, o referencial teórico compõe não apenas categorias, mas expressa uma estratégia de como articulá-las.

Quando nos referimos a *classe social*, convém esclarecer que a consideramos como uma categoria dialética, articulável sob uma determinada estratégia teórica. Toda categoria dialética é produzida historicamente, seguindo-se algumas etapas de elaboração. 1) Em primeiro lugar, parte-se das representações que já temos sobre a realidade que buscamos investigar. 2) Em seguida analisamos minuciosamente tal realidade, privilegiando os signos indiciais, buscando compreendê-la em sua totalidade, analisando as relações entre os elementos que a compõem, suas mediações e contradições, superando o nível da representação. 3) Então chegamos a sintetizar alguns conceitos sobre os aspectos particulares daquela realidade e, compondo-os em suas mediações, chegamos a um conceito global daquela realidade concreta. Este conceito nunca esgota todas as peculiaridades do real, embora nos possibilite - como um mapa - um satisfatório posicionamento frente a tal realidade. 4) A partir daí, alguns elementos conceituais se tornam tão fundamentais e gerais para o esclarecimento daquela realidade - através da ordenação e mediação dos demais conceitos - que passam a ser tomados como categorias explicativas. 5) Por fim, utilizando tais categorias explicativas - dialeticamente construídas - podemos compreender mais adequadamente outros aspectos daquela realidade. Tais categorias são incorporadas em nosso referencial teórico, possibilitando a sua revitalização constante, frente o desafio conceitual da realidade em mudança e de outras situações que, por ventura, necessitemos compreender. Assim, para sabermos se as duas afirmações sobre classes sociais, citadas no início desta seção, são consistentes, é preciso investigar a própria realidade.

3.2. Analisando a Realidade dos Conflitos Históricos sob o Capitalismo Globalizado

Enquanto *representação*, classificar significa ordenar em classes, determinar a qual classe cada elemento pertence, destacando-lhe algum aspecto peculiar. Ora, podemos classificar as relações sociais de várias formas. Uma delas é conceber a sociedade organizada em três esferas: a produção econômica, a reprodução social e a cultura. Podemos agrupar em cada esfera dessas inúmeros conflitos sociais ou os diversos atores sociais a partir de índices comuns.

3.2.1 O Conceito Abstrato de Classes Sociais no Campo da Produção

Ora, analisando a sociedade capitalista globalizada nas duas primeiras partes desta dissertação, pudemos perceber claramente que tanto a produção econômica quanto cultural estão predominantemente voltadas ao lucro e que a competição no mercado é defendida como elemento central do desenvolvimento da sociedade. Assim, na esfera produtiva

²⁶⁴ Foi investigando as categorias elementares da lógica que Charles Sanders Peirce avançou no estudo da semiótica. Entretanto, as categorias analisadas transcendentemente por Peirce não possuem um mesmo estatuto teórico que as categorias aqui referidas, resultantes de uma análise dialética dos fenômenos históricos.

poderíamos classificar os atores sociais tomando como índices, por exemplo, o setor econômico em que atuam, a sua situação frente ao lucro gerado no processo produtivo, ou frente aos elementos necessários à produção: instrumentos de trabalho, matéria prima, força física e intelectual de trabalho, conhecimentos, etc. Destacando apenas o setor produtivo, a posição frente aos meios de produção (basicamente, instrumentos produtivos e matérias-primas) e às organizações de luta social, podemos compor - para motivos apenas didáticos - os dois seguintes quadros elementares: o primeiro considerando o processo formal de produção e o segundo o processo informal. Como *pretendemos apenas exemplificar a possibilidade da análise*, consideraremos apenas um ou poucos elementos em cada campo²⁶⁵.

No caso das atividades econômicas consideradas como *Produção Formal*²⁶⁶, tomando-se por referência os índices destacados, podemos compor a seguinte diagrama(ver figura 1):

Setores Produtivos	Agropecuária e Extração	Indústria	Comércio	Serviços	Financeiro ²⁶⁷	
Org. de luta social	-UDR	-Federação de Indústrias	-Federação do Comércio	-Federações desta Área	-Fed. Dos Bancos	α
Possui Meios Produtivos	-Latifundiários	-Grandes Industriais na Metalurgia	-Proprietários de Cadeias de supermercado	-Proprietários das grandes transportadoras	-Banqueiros	A
	-Arrendatários	-Micro-industriais	-Proprietários de quitandas	-Dentistas		a
Não Possui Meios Produtivos	-Parceiros e Meeiros	-Membros de Industrias Familiares	-Comerciantes de Artesanato	-Médicos Hospitalares		b
	-Sem-Terras - Assalariado Rural	-Metalúrgicos	-Comerciários	-Motoristas e cobradores	-Bancários	B
Org. de luta social	Movimento de Sem-Terras	Sind. de Metalúrgicos	Sind. de Comerciários	Sind. de Motoristas e Cobradores	Sind. De Bancários	β

Figura 1 - Exemplo Didático da Possibilidade de Classificação de Atores Sociais no Campo da Produção Formal

A linha tracejada central indica uma divisão formal entre sujeitos sociais que atuam no processo produtivo, considerando-se como índice para a classificação a sua relação com os meios produtivos. Nos campos centrais, indicados por *a* e *b*, pode ocorrer que aquele que trabalha operando os instrumentos produtivos não seja o seu proprietário, dependendo deste para a manutenção de seu emprego, mas também pode ocorrer que o proprietário dos meios produtivos seja aquele que os opera, desenvolvendo com seu trabalho alguma atividade produtiva. Nos campos imediatamente seqüentes, *A* e *B*, há uma clara nitidez da distinção indicial considerada: os atores que compõem o primeiro campo têm, todos eles, a propriedade ou controle sobre os meios produtivos, ao passo que os compõem o segundo campo não tem propriedade ou controle sobre os mesmos. Convém destacar que, embora as terras dos latifúndios possam servir de meio de produção envolvendo assalariados rurais

²⁶⁵ A finalidade da análise de classes sociais é a elaboração de conceitos que nos permitam compreender adequadamente os conflitos sociais no campo da economia, política e cultura em uma dada sociedade e em um determinado contexto histórico. Não pretendemos, por isso mesmo, elaborar aqui uma análise de tais classes no Brasil - o que demanda uma investigação dos conjuntos de mediações que articulam diversas contradições não apresentáveis nestes simplificados gráficos esquemáticos que formulamos. Trata-se simplesmente de mostrar que tal análise é possível. Apenas para exemplificá-la, portanto, é que situamos nestes quadros alguns atores sociais. A conceituação satisfatória dos conflitos de classe no Brasil, como em qualquer formação social complexa, exigiria um trabalho bem mais extenso que as páginas deste texto.

²⁶⁶ Veja-se no Glossário: "Produção Formal e Informal"

²⁶⁷ O setor financeiro pode ser compreendido como uma subespécie do setor de serviços.

ou sistemas de parceria e arrendamento, em sua maioria são mantidas apenas como estoque de valor - uma vez que grande parte dos latifúndios não é utilizada para a produção - havendo assim tanto a figura do sem-terra quanto a da especulação fundiária. Nos demais exemplos citados neste campo de contradição *A-B*, o giro do capital de *A* supõe - em maior ou menor medida - o trabalho de *B*, bem como de mediações tecnológicas produzidas por outras cadeias de *B* - os softwares e hardwares que possibilitam eliminar alguns empregados em uma cadeia (bancários, por exemplo) são, eles próprios, produzidos por empregados de outras cadeias na área de informática. Os campos α e β indicam organizações sociais com interesses conflitantes advenientes do processo produtivo. Vários desses interesses conflitantes foram analisados na primeira parte deste trabalho.

Por sua vez, no caso das atividades econômicas consideradas como *Produção Informal* também podemos compor, tendo por referência os índices anteriormente destacados, o seguinte diagrama (ver figura 2)

S setores Produtivos	Extrativismo e Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviços	Financeiro	
- Possui os Meios Produtivos ou Ocupação informal Permanente	- Agenciadores de Bóias-Frias	- Empreiteiros que realizam contratações temporárias - Empresários do Narcotráfico	- Proprietários dos carrinhos de catar papel e atravessadores no comércio de papéis usados - Revendedor de drogas ilegais	- Proxenetes	- Agiotas	A
	- Coletores de Castanhas e outros frutos silvestres - Garimpeiros	- Costureiras	- Vendedores de softwares pirateados	- Biscateiros - Guardador de Carros	- Comprador e revendedor de tiquetes refeição, vale-transporte	a
- Não Possui os Meios Produtivos ou Ocupação Informal Temporária	- Pescadores Artesanais	- Produtores domésticos de doces	- Vendedores ambulantes de bijouterias, cosméticos, doces, salgados e produtos contrabandeados	- Diaristas domésticas - Engraxates	- Participante de corrente solidária	b
	- Bóias-Frias	- Trabalhadores temporários de empreiteiras deste setor	- Catadores de Papelão	- Prostitutas de redes de hotéis	- Homem-sanduíche	B
Organizações de luta social	Associação de Bóias-Frias	As. de Trabalhadores Volantes	Ass. dos Ambulantes	Ass. de Prostitutas	Caixas de Mútuo-Auxílio	

Figura 2 - Exemplo Didático da Possibilidade de Classificação de Atores Sociais no Campo da Produção Informal

Neste quadro, a linha tracejada central também indica uma divisão formal entre sujeitos sociais que atuam no processo produtivo. Aqui também consideramos como índice para a sua classificação a relação que mantêm com os meios produtivos. Nos campos centrais, indicados por *a* e *b*, também pode ocorrer que aquele que trabalha operando os instrumentos produtivos não seja o seu proprietário, dele dependendo para a manutenção - permanente ou temporária - de sua atividade produtiva, de seu trabalho, ou de mediações geradoras do valor de troca necessário à sua reprodução social. Nos campos imediatamente seqüentes, há uma clara nitidez de que os que compõem o campo *B* necessitam, para trabalhar, de meios que são propriedade dos que compõem o campo *A*, e que estes, por sua vez, só podem ampliar sua mais-valia pela mediação do trabalho direto daqueles em atividades produtivas que controlam ou pela sua intermediação a atividades de terceiros.

A produção informal, entretanto, se insere no quadro da produção global e mantém relações articuladas com ela, pois todo consumo é movimento de acabamento do processo produtivo de outra coisa. A produção informal de doces, por exemplo, gira a venda formal de açúcar, farinha, etc; o garimpo não apenas consome mercúrio, como gera um significativo conjunto de outras demandas; o transporte de bóias-frias consome combustível, e assim por diante. O contrabando de equipamentos de informática e a

pirataria de softwares gira milhões de dólares no Terceiro Mundo - alavancando movimentos da economia formal em outras áreas que passam a ser servidas por essas tecnologias; a cadeia dos narcóticos - da produção ao consumo - emprega milhões de pessoas no mundo todo, que foram excluídos do processo formal de produção. Agências de turismo no hemisfério norte que incluem em seus pacotes de viagens relações sexuais aviltantes de seus clientes com adolescentes no Brasil, na Tailândia e em muitos outros países, faturam muitos dólares com serviços especializados de prostituição em hotéis, etc. Assim, as atividades na economia informal articulam-se, mediatamente, às diversas contradições da economia formal. Ambas somente podem ser separadas para efeito de abstração analítica.

A partir deste rápido exercício, com o auxílio da semiótica, podemos perceber que é possível classificar os atores sociais do processo produtivo a partir de índices específicos, como por exemplo, a propriedade que eles tem ou não de meios produtivos ou dos meios indispensáveis ao emprego de seu próprio trabalho em atividades geradoras de valor de troca. Ora, sendo possível, portanto, classificar as relações sociais sob esse aspecto ou - o que dá no mesmo - analisar a sociedade dividindo-a em classes, devemos concluir que as duas frases iniciais - “não há mais classes na sociedade” e “não podemos mais pensar a sociedade como sendo dividida em classes” - não são expressão de um tipo de pensamento consistente. Não se tratam de posições categoriais, nem conceituais, mas de representações, sendo portanto formulações ao nível de senso comum ou de ideologia. Assim, em razão da difusão social dessas expressões, podemos perceber que as ideologias não morreram e que, portanto, o discurso sobre a morte das ideologias é uma de suas expressões maiores, pois não expressa conceitualmente a própria realidade que deseja significar.

3.2.2 O Conceito Abstrato de Classes Sociais no Campo da Reprodução Social.

Neste nosso século, como analisamos, vem ocorrendo modificações profundas no campo da reprodução social. O processo de adensamento urbano fez surgir o fenômeno das massificações. No caso brasileiro, por exemplo, as cidades vão inchando nas últimas três décadas com o deslocamento para elas de migrantes sem qualificação profissional e com poucas posses. Chegando às cidades, sem condições de pagar aluguel, sem escolarização ou profissionalização, acabam desempregados ou subempregados, morando em favelas, cortiços e vivendo da economia informal. Contraditoriamente, o estado - que deveria assegurar a liberdade pública - não prioriza o atendimento às demandas sociais por habitação, saúde, saneamento, transporte, educação, etc, embora desenvolva projetos que, em grande parte, atendem os interesses de construtoras, especuladores, laboratórios e outros grandes agentes privados que atuam nessas áreas. Assim, no Brasil, por exemplo, constróem-se inúmeros hospitais atendendo-se os interesses das empreiteiras, mas não há remédios nos postos de saúde para a população carente.

Em sentido lato, a reprodução social envolve todas as atividades de consumo, uso ou fruição necessárias à continuidade da vida humana, biológica e culturalmente considerada em uma dada sociedade. Portanto, nessa esfera é considerado o atendimento das necessidades humanas por alimento, saúde, transporte, educação, informação, energia, etc. Na área da reprodução social - cujas contradições se agravam a cada dia sob o capitalismo globalizado - ocorrem conflitos entre os que necessitam usufruir de certos equipamentos e serviços e os que podem disponibilizar tais equipamentos e serviços - mas que o fazem

principalmente com vistas a gerar mais acúmulos de capital para determinados grupos. Podemos assim classificar os atores sociais envolvidos neste conflito de interesses tomando como índice de referência a condição dos que necessitam usufruir de equipamentos e serviços que não estão sob seu domínio privado e por outro, tanto os que têm propriedade privada sobre tais recursos e que buscam trocar tal atendimento por dinheiro, quanto o Estado que mantém o controle sobre um conjunto público de recursos que podem ser empregados, ou não, para satisfazer tais necessidades. Para ampliar-se os lucros dos agentes privados em tal esfera é preciso privatizar os serviços públicos ao máximo, aumentando a demanda pelos serviços privados.

No caso específico da Reprodução Social, podemos elaborar uma análise classificatória considerando, inicialmente, os atores em conflito sobre questões específicas a partir dos elementos referidos no parágrafo anterior. Do conflito pode resultar tanto o estabelecimento de certa identidade de cada agente frente ao outro, em razão do confronto, quanto o estabelecimento de oposição entre eles e um possível desdobramento sobre novas ações coletivas históricas. Isso depende da habilidade de elaboração conceitual dos atores envolvidos sobre a própria situação histórica que estejam vivenciando.

Consideraremos na classificação abaixo (ver figura 3), apenas para fins didáticos, quatro exemplos desse tipo de conflito, tomando por índice a relação que os sujeitos mantêm com os meios que possibilitam realizar determinadas atividades de reprodução social.

-Dispõe de meios para realizar a Reprodução Social coletiva	Especulador Imobiliário	Estado	Empresários da Saúde	Estado	Empresários do Transporte Coletivo	Estado	Empresários da Educação	Estado
ÁREA DE CONFLITO	HABITAÇÃO		SAÚDE		TRANSPORTE		EDUCAÇÃO	
-Necessita de meios mantidos por outros para satisfazer a sua necessidade	- Sem-teto		- Crianças que morrem por falta de assistência médica - Segurados por planos de saúde		- Usuários do transporte Coletivo		- Pessoas sem atendimento para educação escolar - Alunos de Escolas Privadas	
Movimentos Sociais	Movimento de Moradia		Movimento de Saúde		Movimento de Transporte		Movimento de Educação	

Figura 3 - Exemplo Didático da Possibilidade de Classificação de Atores Sociais no Campo da Reprodução Social

Considerando-se os conflitos nessas áreas percebe-se que em algumas situações os movimentos sociais embatem-se com o Estado - por exemplo, na reivindicação por vagas em escolas públicas ou em lutas por melhoria das unidades públicas de saúde - e em outras ocasiões com os agentes privados que atuam nesses âmbitos - ocupações de terras de especuladores imobiliários, movimentos contra o aumento da tarifa do transporte ou da mensalidade escolar, etc. O caráter contraditório do Estado, assentado no projeto político que, em geral, ele assume nas sociedades capitalistas, faz com que este esteja, na maior parte das vezes, articulado aos interesses dos grandes agentes econômicos privados. De outra parte, em algumas situações - quando o projeto democrático e popular consegue ser hegemônico graças a viva mobilização e participação dos setores populares da sociedade civil - o Estado pode atuar defendendo interesses populares que, nessas áreas em questão, avançam na perspectiva da Reforma Urbana e da Cidadania.

3.2.3 O Conceito Abstrato de Classes Sociais no Campo dos Conflitos Culturais

Na primeira parte desta dissertação, pudemos analisar que todas as atuais transformações econômicas e políticas vinculam-se, de algum modo, a transformações culturais. Nesta passagem de nossa dissertação, interessa-nos mostrar que também é possível compreender conceitualmente os conflitos culturais, ordenando fenômenos e classificando semioticamente os atores sociais envolvidos a partir de índices comuns. É correto situar no campo da cultura a reprodução ou transformação de valores morais em uma dada sociedade, embora seja também inegável que tais valores de algum modo interferem na totalidade da vida social e sejam determinados também por ela. Seja como for, muitos conflitos culturais advêm de que sujeitos e grupos sociais sentem-se tolhidos em sua liberdade, em razão da prevalência de normas morais ou jurídicas que pretendem modelizar o seu comportamento, sentimento, imaginário ou expressão. A reprodução de valores morais dominantes e opressivos, ocorre em todas as classes que analisamos na produção e reprodução social.

Ao combater estes padrões morais e jurídicos, grupos de sujeitos que são socialmente oprimidos em razão deles, realizam uma crítica parcial de certas esferas culturais daquela sociedade, afirmando novas referências éticas para os processos de individuação. Partindo aqui também dos conflitos reais, podemos classificar os atores neles envolvidos considerando critérios indiciais, como por exemplo, se a conduta do ator contribui para a manutenção de padrões morais preconceituosos ou se ela revela disposição em promover uma crítica ética da cultura e em atuar no combate aos preconceitos. Diferentemente da moral preconceituosa que captura em uma espiral simbólica todas as linhas semióticas de fuga manifestada pelos devires singulares reconduzindo a práxis do sujeito aos limites permissíveis pela territorialidade dominante, tal ética libertária propõe que se promova universalmente a realização das singularidades humanas de cada pessoa, singularidades essas, que não sejam contraditórias à realização da dignidade humana de todos.

Também para fins estritamente didáticos, poderíamos organizar o seguinte diagrama (ver figura 4), considerando, como exemplos, alguns tipos de conflitos culturais.

Assumem padrões morais autoritários	- Pessoas Machistas	- Pessoas Racistas	- Pessoas Homofóbicas	A
ÁREA DE CONFLITO	GÊNERO	ETNIA	ORIENTAÇÃO SEXUAL ²⁶⁸	
Assumem algum padrão ético libertário	- Pessoas que combatem o machismo	- Pessoas que combatem o racismo	- Pessoas que combatem a Homofobia	B
Movimentos Sociais nesta Área	Movimentos Feministas	Movimentos de Negritude	Movimentos de Gays e Lésbicas.	

Figura 4 - Exemplo Didático da Possibilidade de Classificação de Atores Sociais no Campo dos Conflitos Culturais

²⁶⁸ Os movimentos de gays e lésbicas conferem sentidos específicos às expressões *homofobia* e *orientação sexual*. *Homofobia* significa uma pulsão subjetiva modelizada culturalmente que provoca reações preconceituosas e discriminatórias contra homossexuais - gays ou lésbicas. Por extensão, pessoas homofóbicas são aqueles que discriminam preconceituosamente gays e lésbicas. Por sua vez, a expressão *Orientação Sexual* não possui nenhum significado pedagógico, estando mais próxima do sentido de *Opção Sexual*. Os movimentos homossexuais, entretanto, não utilizam esta última expressão em razão de que, segundo eles, suas condutas práticas de sexualidade não resultam de uma opção que pudessem fazer entre ser ou não ser homossexuais, mas de uma condição latente que lhes é inerente e desde a qual realizam sua dignidade humana.

É importante destacar que esses preconceitos, em razão de múltiplas mediações concretas, possuem interfaces com práticas de exploração produtiva ou discriminação política. Assim, mulheres que vivem em sociedades machistas recebem, em geral, menores salários por serviços iguais; por sua vez, em sociedades em que há discriminação aberta ou velada de negros, o racismo também opera como critério de diferenciamento na seleção de profissionais. O mesmo ocorre com homossexuais e Lésbicas, especialmente quando atuam na área da educação.

Neste quadro, a faixa central indica as áreas em que se opera analiticamente uma divisão formal entre sujeitos envolvidos em conflitos culturais no campo moral. No campo *A* situam-se pessoas que assumem algum tipo de padrão moral autoritário, isto é, que negam a outros o direito de exercerem sua liberdade voltada à realização de sua singularidade humana - liberdade essa exercida de modo não contraditório à realização da liberdade pública - ou que negam a sua própria singularidade submetendo-se a práticas autoritárias, considerando-as como normalmente corretas. No primeiro caso, temos como exemplo a conduta do homem machista que trata a mulher como objeto sexual e criada doméstica; no segundo caso, podemos citar, por sua vez, a mulher que se submete aos caprichos de um homem machista, considerando que é seu dever de esposa servi-lo com atividades domésticas e satisfazê-lo na cama - independentemente de seu próprio prazer -, deixando de lado, em razão disto, seus outros interesses sociais e profissionais. Ambas as condutas contraditórias se fundam no mesmo padrão moral autoritário. O mesmo também ocorre com outros tipos de condutas fundadas em preconceitos morais. De outra parte, no campo *B* estão situadas as pessoas que assumem algum padrão ético libertário - na acepção já explicitada - na área em questão. Isto não significa entretanto que alguém que assuma um padrão ético de combate ao machismo, também combata o racismo, a homofobia, o preconceito contra migrantes, etc. Isto somente ocorre quando tal pessoa assume uma *posição de classe*, como veremos no próximo item. É preciso esclarecer também que os movimentos sociais organizados que atuam nas áreas em questão, embora toda a sua importância estratégica, são apenas um dos elementos de enfrentamento dessas questões. Em todas as esferas da vida cotidiana homens e mulheres podem combater o machismo; pessoas de todas as etnias podem combater o racismo; pessoas de qualquer orientação sexual podem combater a homofobia; e assim por diante. Esses movimentos sociais organizados cumprem um valioso papel quando subsidiam com informações, análises e fatos políticos a ação desenvolvida por inúmeros agentes que, nas micropolíticas do cotidiano, enfrentam os padrões morais e jurídicos autoritários. Por outro lado tais movimentos - por exemplo, o feminista - agem também na esfera da reprodução social da vida, lutando, entre outras coisas, por creches para mães trabalhadoras, ou na esfera da produção, lutando pelo registro em carteira de trabalhadoras rurais e empregadas domésticas, pelo pagamento de salários iguais por serviços iguais, ou por outros objetivos nessa área - não se restringindo, portanto, a ações na esfera cultural.

3.2.4 Sintetizando os conceitos abstratos de classes sociais para chegarmos ao seu conceito concreto.

A dificuldade levantada por muitos estudiosos para a utilização concreta da categoria *classe social*, reside em que podemos ter sínteses confusas quando articulamos o conceito de classe social nessas três esferas que analisamos. Por exemplo. Pode haver um homossexual - que seja discriminado por sua orientação sexual - e que, ao mesmo tempo, seja um mega-empresário neoliberal que defende políticas de privatização na área de saúde

para beneficiar o seu próprio negócio, a expansão de seus planos de saúde. Por outro lado pode haver um operário dirigente sindical que atua em favor dos interesses do trabalhadores e dos desempregados, mas que seja, ao mesmo tempo, machista e autoritário com sua família.

Ora, a articulação dos conceitos analiticamente mais *abstratos* ou formais (advenientes da reflexão sobre a realidade em suas contradições, sob diversos aspectos, considerados a partir de elementos indiciais) para chegarmos a um conceito mais *concreto* (que expresse as mediações complexas entre as variadas de contradições analisadas), supõe articular a categoria *classe social* à categoria *projeto político*. Esta última, por sua vez, caracteriza um projeto de transformação, manutenção ou reforma da sociedade - da *pólis* em seus diversos aspectos - à qual este projeto se aplica, tratando-se portanto da transformação, manutenção ou reforma estrutural das organizações, perspectivas e objetivos das atividades sociais na esfera da produção, reprodução social e cultura. A política, portanto, não é uma esfera ao lado da economia e da cultura; ela perpassa todo o conjunto de relações. Somente ao articularmos a categoria *Classe Social* com a categoria *Projeto Político*, teremos a categoria *Posição de Classe*.

Assim, por exemplo, o projeto político neoliberal tem orientado um conjunto de reformas nas economias nacionais de países do mundo inteiro, às quais se aplica o signo de modernização. Contudo, tais reformas ampliam ainda mais a concentração de capital nas mãos daqueles que detém o controle sobre os meios produtivos tecnologicamente mais eficientes e que sabem manejar adequadamente os elementos da economia do conhecimento e informação. Por outro lado, ao ampliar o desemprego e reduzir o volume total dos recursos gastos com salários, esta modernização acentua, cada vez mais, as carências sociais pela insatisfação de demandas elementares da vida humana, entre as quais alimento, atendimento a saúde, moradia e educação, provocando o aumento da contravenção da economia informal, bem como, da violência social. O neoliberalismo, como projeto político, desloca o macro-poder político do estado para localizá-lo sob o controle dos grandes megaconglomerados que acirram ainda mais o mesmo modelo estrutural de concentração do capital. Todas as mudanças que o neoliberalismo propôs não fizeram outra coisa até agora senão ampliar ainda mais o movimento de concentração dos capitais e de segregação econômica de pessoas, periferias dos centros urbanos, regiões inteiras de países e, mesmo, de países inteiros que ficam cada vez mais empobrecidos e marginalizados. Portanto, todo aquele que defende o projeto neoliberal, ou parcialmente suas medidas, assume - conscientemente ou não - uma posição de classe favorável aos que se beneficiam com ele.

Ora, assumir conscientemente um projeto político é posicionar-se frente ao conjunto dos conflitos da sociedade nas esferas produtiva, reprodutiva e cultural e propor medidas que lhes façam frente. Do ponto de vista dos que não dispõem de meios produtivos para viver de seu próprio trabalho, dos que não dispõem de meios para satisfazer humanamente as demandas da reprodução social coletiva e dos que são oprimidos em razão de uma moral e de um direito que lhes impede de viver dignamente sua liberdade - do ponto de vista destas classes, é necessário afirmar um projeto político que transforme a sociedade ampliando o exercício público e privado da liberdade. Todos os indivíduos que assumem tal posição, assumem uma *posição de classe* na defesa dos interesses populares, isto é, percebem a necessidade de coletivamente assumirem um projeto de sociedade que combate a exploração do trabalho, a expropriação em atividades de reprodução social da vida e toda forma de dominação cultural.

Como vimos anteriormente, podemos compreender conceitualmente alguém como membro de uma classe social tanto por índices objetivos nas esferas da produção e reprodução social, quanto por índices subjetivos na esfera da cultura. Isto significa que todas as pessoas sob as sociedades capitalistas podem ser compreendidas conceitualmente como pertencentes - em si mesmas - a alguma classe social, embora elas mesmas talvez não compreendam conceitualmente sua própria situação, interpretando-se a si próprios, a sua história pessoal e a história coletiva ao nível do senso comum ou da ideologia. Do ponto de vista do exercício da liberdade, os sujeitos necessitam compreender a sua realidade e a sua história, necessitam pensar por eles mesmos os índices de sua realidade social, ordená-los e compreender as contradições que condicionam sua vida, isto é, compreender que fazem parte de alguma classe social. Este tornar-se classe social para si mesmo significa compreenderem conceitualmente sua situação histórica e assumirem uma posição sobre o exercício de sua própria liberdade frente os conflitos entre as classes sociais²⁶⁹. Ao assumirem uma posição de classe para si, os sujeitos também assumem uma certa perspectiva de projeto político que, como tal, considera a sociedade em sua complexidade mais global. Este posicionamento não é determinado por alguma lei histórica que alguém imagine existir. Ele já é, em si mesmo, um exercício de liberdade de cada pessoa - por mais condicionada, mal-informada e precária que seja sua tomada de posição. Isto significa, por exemplo, que os sujeitos situados nos campos *b* e *B* da produção formal (ver figura 1), podem defender certos projetos políticos que favoreçam os que estão nos campos *a* e *A*, imaginando poder se beneficiar pessoalmente, de algum modo, com tal posição. Este fenômeno resulta não apenas da desinformação, mas também das situações de cooptação que envolvem interesses diferenciados nas utopias pessoais - atingindo até mesmo lideranças sindicais e comunitárias. Por outro lado, os que estão nos campos *a* e *b* podem assumir uma posição de classe voltada à defesa de um projeto político que atenda os interesses dos que estão nos campos *a*, *b* e *B*, ampliando a extensão do exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. É principalmente para a consolidação de tal unidade em torno de projetos políticos socializantes que os partidos políticos populares atuam. Do ponto de vista dos explorados, expropriados, oprimidos culturalmente e marginalizados econômica e socialmente, cumpre aos partidos políticos populares incentivar e subsidiar a tomada de posição de classe de todos os membros da sociedade frente aos conflitos sociais, gestar um projeto voltado à ampliação dos exercícios de liberdade pública e privada - eticamente considerados - e promover uma aliança entre todos os setores referidos para implementar um programa de profundas transformações sociais no campo da economia, da política e da cultura que avancem na perspectiva de tal projeto.

Após esta reflexão podemos concluir que as duas afirmações, apresentadas no início desta seção - “não há mais classes na sociedade” e “não podemos mais pensar a sociedade como sendo dividida em classes” - não apenas não são conceituais ou categoriais, como denotam também uma posição de classe frente aos conflitos de classe na sociedade atual. Afirmar que não podemos pensar a sociedade como sendo dividida em classes, significa dizer que não existem instrumentais teóricos capazes de ordenar conceitualmente as contradições que presenciamos na sociedade contemporânea, e por consequência, que não podemos nos posicionar globalmente frente aos conflitos sociais - pretendendo com isso, não apenas invalidar a argumentação que afirma ser possível

²⁶⁹ Arturo Andrés Roig nos lembra que é a partir do *por-se-para-si-como-valioso* que a práxis de libertação se desdobra. Cf. Arturo ANDRÉS ROIG, “Acerca del Comienzo de la Filosofía Americana”. *Revista de la Universidad de México*. Vol. XXV, n. 8, abril 1971

compreender as dimensões estruturais da permanência de tais contradições em meio a atual modernização conservadora, como também deslegitimar a práxis social daqueles que enfrentam politicamente o atual modelo de globalização capitalista. Estas duas afirmações citadas, entretanto, não têm consistência conceitual alguma, como vimos. Prestam apenas para um debate ideológico e panfletário no discurso daqueles que não investigaram a contento os condicionantes do próprio exercício de sua liberdade ou que após tê-lo feito, assumiram uma posição de classe que não é movida pelo princípio ético de promover a liberdade pública e privada de cada ser humano.

3.3. Análise de Classes no Capitalismo Globalizado

Esta nova fase econômica do capitalismo articula-se politicamente, até agora, sob o projeto neoliberal, com maior ou menor radicalidade. Este projeto político é expressão de sujeitos que o assumem por uma determinada posição de classe. Sob a lógica deste projeto os mecanismos midiáticos intervêm profundamente nas subjetividades para produzir desejos, competências e escolhas econômicas e políticas. Dada tal complexidade, a análise de classes não pode se contentar com a análise superficial dos fenômenos, considerando basicamente as contradições econômicas. Em razão de tal produção de subjetividade, onde há conflito salarial ou por moradia, pode haver concretamente um movimento de busca de realização de objetivos agenciados nas subjetividades pela própria lógica do capitalismo, que move os sujeitos ao consumismo de signos - como já analisamos. Trata-se, pois, de produzirmos conceitos sobre os conflitos de classe considerando a complexidade dos fenômenos atuais, especialmente os aspectos de produção de subjetividade, não restringindo a análise a elementos esquemáticos - chegando, inclusive, ao momento necessário de reformularmos nossas categorias explicativas, renovando nosso referencial teórico.

Conceitualmente e categorialmente podemos empregar a expressão *classes sociais*, para compreendermos os processos contraditórios que se desdobram sob o capitalismo globalizado. É inegável a existência, no campo de trabalho, de uma classe compondo tanto os que trabalham, formal ou informalmente, quanto os desempregados, sujeitos esses que possuem interesses latentes em conflito com a classe dos detentores privados dos meios produtivos - as greves por redução da jornada de trabalho, movimentos por distribuição de renda e geração de empregos, ou a pirataria no setor de informática, são apenas alguns exemplos de tais conflitos. Também no campo da reprodução social, é teoricamente adequado operar com a categoria da classe dos usuários e excluídos em vários graus das mediações necessárias à reprodução social, que possuem interesses conflitantes com a classe dos detentores de tais meios, que os operam como mediação para ampliação de seu capital, provocando satisfação ou exclusão de usuários em variados graus. No campo da Cultura, por sua vez, é legítimo considerar o conflito entre a classe dos que assumem a ética de realização universal da liberdade humana e a classe dos que defendem as morais dominantes, opressivas e alienadoras. É contudo no cruzamento e articulação desses conflitos que podemos considerar a posição de classe voltada ou para a manutenção dessas classes conflitantes ou para a superação desse modelo de sociedade que reproduz tais conflitos, apontando-se, então, para uma alternativa política ao neoliberalismo e ao modelo de capitalismo globalizado que ora se desenvolve. Tal alternativa vem se configurando como um projeto político voltado à realização do socialismo democrático²⁷⁰, que pode ser

²⁷⁰ Conforme James Marsh, professor da *Fordham University* de Nova York, o “...socialismo democrático surge como a mais justa espécie de regime.” James MARSH, “Communication and

viabilizado pela mediação de ações políticas e mobilizações sociais em torno de eixos de luta adequados a cada realidade, que no caso do Brasil podem ser a Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salários, a Reforma Agrária, a Reforma Urbana, a Cidadania e outros, que orientem as políticas de Governos Democráticos e Populares.

Assim, a questão central não é se existem classes na sociedade ou se podemos pensá-la com a categoria *classe social*. A questão desafiadora é como promover processos de subjetivação - exercícios de liberdade - que resultem em uma tomada de posição de classe voltada à realização dos interesses da classe dos despossuídos dos meios produtivos, dos usuários e excluídos das mediações da reprodução social e dos que defendem a ética de realização da dignidade humana, que em sentido geral, poderíamos chamar de classes populares (seja por seu estrato geral, seja por seus objetivos maiores).

A análise de classes sob o capitalismo globalizado exige considerar internacionalmente esse fenômeno de tomada de posição de classe. A modificação da divisão internacional do trabalho, a produção de bens intangíveis que circulam pelas redes de telecomunicação, como a Internet; a facilidade de deslocamento dos capitais para aproveitar mão-de-obra barata; a acentuada transnacionalização das empresas que controlam os mercados; a supressão de inúmeras barreiras políticas dentro dos blocos econômicos, permitindo a livre circulação de capital e trabalho; alguns fenômenos de mundialização e planetarização - tudo isso deve ser considerado para a produção de conceitos concretos.

Grosso modo, contudo, se partirmos da tese que a tomada de posição de classes é um exercício de liberdade que independe do grau de desenvolvimento das forças produtivas já configuradas nas sociedades capitalistas, não há porque pretender-se que seja necessário algum tipo de atividade voltada ao desenvolvimento capitalista das sociedades de classe para que a consolidação de um projeto político alternativo possa ocorrer. O essencial é aprofundar o conhecimento recíproco local, nacional e internacional dos explorados, expropriados, oprimidos culturalmente e marginalizados, e através deste intercâmbio, articular suas organizações para iniciativas conjuntas que avancem internacionalmente como já se verificam em setores como ecologia, movimentos de solidariedade no combate à fome e outros - que ainda não expressam entretanto uma clara posição de classe - ou como nas ações de entidades sindicais que se entrepoiam em atividades formativas, entre outras. A tomada de posição de classe é, simultaneamente, nesta perspectiva, superação do corporativismo de entidades sindicais, de movimentos sociais-populares e ONGs, o que possibilita o avanço coletivo no entreapoio às iniciativas, atingindo com suas lutas conjuntas regiões ou países inteiros. O fundamental destas ações é que elas se vinculem a eixos de luta estratégicos internacionais como mediação na implantação de medidas que avancem na realização de projetos políticos populares, democráticos e de caráter socializante das condições requeridas para a ampliação do exercício das liberdades, pública e privada.

4. A liberdade Situada na Era do Capitalismo Globalizado.

Nesta quarta seção analisaremos quais são as condições de possibilidade do exercício da liberdade - o que nos exige caracterizá-la categorialmente. Além disso, destacaremos uma peculiaridade ética que confere ao exercício da liberdade um caráter plenamente democrático. Em seguida poderemos, então, avaliar como o processo de globalização vem interferindo no exercício das liberdades públicas e privadas dos sujeitos que compõem as sociedades por ele afetadas. Tal categorização é imprescindível, na trajetória de nossa dissertação, uma vez que destacaremos a importância da educação como mediação do exercício da liberdade ao lado de outros condicionantes.

4.1 Categorizando a Liberdade

Tomamos a liberdade como a categoria analítica mais simples, desde a qual podemos analisar e explicar as contradições históricas nas esferas da produção econômica, da reprodução social, da organização política e da cultura. Assim, a elaboração conceitual sobre o caráter histórico dos meios produtivos, dos meios que possibilitam a reprodução social, dos referenciais ético-morais das sociedades e de seus projetos políticos, deve considerar como tais elementos operam para a ampliação ou restrição das liberdades pública e privada de cada coletividade ou sujeito social. Deste modo, abstratamente, por exemplo, podemos compreender que se os homens trabalham, o fazem tanto para satisfazer suas necessidades biológico-sociais - o que significa assegurar uma determinada extensão do exercício da liberdade frente a elas - quanto para expandir ou ampliar os próprios limites de realização de sua liberdade. Contudo, no cerne da esfera produtiva, a riqueza que possibilitaria ampliar a liberdade de todos é apropriada de modo desigual, possibilitando apenas a ampliação extensiva do exercício da liberdade dos que detêm o controle do capital, ao passo que, em razão inversa, restringe o exercício da liberdade daqueles que vendem sua força de trabalho, que são “livres”, assim, para se submeterem ao processo de exploração ou extração de mais-valia em diferenciados patamares. Por outra parte aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho - quando não encontram capitalista que a queira empregar - não possuem sequer a liberdade de utilizá-la de modo satisfatoriamente produtivo, pois lhes faltam os meios materiais - equipamentos, máquinas, matérias-primas, ferramentas, etc - para levarem a bom termo sua atividade.

Trata-se, pois, de caracterizar a liberdade enquanto categoria abstrata e destacar as mediações que possibilitam a sua realização histórica concreta, a fim de posteriormente considerarmos sua realização sob o capitalismo globalizado.

O exercício da liberdade, abstratamente considerado em sua dimensão mais simples, é marcado por um dever subjetivo, um tornar-se sujeito, uma subjetivação. A subjetividade - como vimos - realiza-se como uma dinâmica complexa envolvendo necessidades, desejos, afetos, paixões, imaginação e razão interconectadas a todas as formações de poder como um nó de fluxos materiais, físico-quimicamente ordenados, biológica e antropologicamente organizados, sob múltiplas interações semióticas que complexificam-se ao nível da antropossemiose em processos econômicos, políticos, religiosos, familiares, pedagógicos, etc. A subjetividade é sempre processo e ao mesmo tempo resultante: resultado mutante

de fluxos quânticos e de tramas signícas, modelizada sob os diversos jogos semióticos do capital - mediação de jogos efetivos e virtuais de poder - e dos agenciamentos moleculares de subversão. Não há pois, nesse nível, como cindir a subjetividade como se houvesse um dentro (sub-jeto) e um fora (ob-jeto), pois em sua realidade material mais simples, cada ser humano é um campo integrado de partículas dialeticamente organizadas sob semioses contínuas e mutantes - fisiossemioses, biossemioses, zosissemioses e antropossemioses.

Contudo, no exercício de liberdade situada ou condicionada, os homens se auto-produzem em processos coletivos em que se interpenetram as esferas econômicas, políticas e culturais - que somente podem ser analisadas separadamente como momento metodológico para a elaboração conceitual conseqüente que as integre no conceito concreto que não pretende ser um espelho fiel da realidade, mas um mapa seguro que nos permita uma práxis transformadora. Sendo imanentes à história e sob sua constante tensão, subjetividade e objetividade, liberdade e não-liberdade se realizam em níveis diferenciados, somente podendo ser pensadas desde a contradição e cindidas deste modo, apenas para a ordenação conceitual que exige, em seu momento analítico, a compreensão delimitante da realização histórica de ambas que, enquanto efetividade, é uma certa configuração da realização do possível, negada por este mesmo devir do movimento da liberdade. Temos, assim, que por mais que a liberdade seja negada há ainda uma parcela de liberdade inerente ao sujeito que não pode ser totalmente aniquilada - possibilitando o movimento histórico da luta por ampliá-la, ou, que por mais que venha a ser realizada em sua amplitude e intensidade, jamais será plena - pois historicamente situado, o homem sempre está determinado por elementos que exigem e suportam seu ultrapassamento ou superação.

Neste movimento histórico da liberdade, nada escapa à ação dos signos. Não apenas não há pontos externos ao fluxo das transformações, como também não há movimentos “progressivos” que presidam os seus rumos contraditórios. O movimento complexo da história é um movimento de modelizações dominantes e de singularizações, subjetivações criativas que vão sendo constantemente recapturadas nos jogos semióticos dominantes. A criatividade supõe seu próprio contexto, mas é capaz de transversalizá-lo, recapturá-lo, ressignificá-lo, subvertê-lo ou revolucioná-lo. Sendo a subjetivação ou singularização movimentos de produção de subjetividade que se articulam necessariamente a movimentos de socialização coletiva - pois a identidade de cada qual é fruto de tramas signícas, transpessoais, permeadas de processos esquizos ou de modelizações - ela é movimento de subversão dos códigos modelizantes estabelecidos pelas semioses hegemônicas, com seus signos éticos, estéticos, políticos, econômicos, pedagógicos, etc, do capitalismo, do machismo, do racismo, e de todos os padrões que impedem o ultrapassamento humano de seus próprios limites em busca de sua realização singular. Este movimento de ultrapassamento caracterizável como revolução exige, portanto, a transformação do que tradicionalmente - e, na maioria das vezes, redutora e esquematicamente - categorizou-se como estruturas produtivas, políticas e culturais ou como modo de produção capitalista, transformação essa que se implementa com a finalidade de ampliar os processos de subjetivação e socialização - que são as duas faces de uma mesma ocorrência.

Percebe-se claramente que qualquer exercício de liberdade possui duas faces - a pública e a privada. A antropossemiose que nos perpassa e que nos constitui como sujeitos humanos e não apenas como animais é uma das faces da história da liberdade pública e de sua negação, como condição de nossa humanidade pessoal, e por suposto, de potencialização de nossa liberdade privada. Todas as mediações materiais, políticas e

culturais, socialmente produzidas possibilitam a ampliação da extensão realizadora da liberdade privada. Por outro lado, as singularidades emergentes do exercício da liberdade de cada pessoa em sua particularidade, bem como toda e qualquer ação realizadora que produza bens tangíveis ou intangíveis, de objetos a valores ou signos, gera mediações que possibilitam ampliar os horizontes de exercício das liberdades públicas e privadas.

Essas duas faces da liberdade podem se potencializar mutuamente quando o exercício da liberdade privada tem por objetivo promover a liberdade pública e o exercício da liberdade pública promove tal exercício de liberdade privada. Contudo, quando a maior parte das mediações materiais, políticas e culturais são colocadas apenas a serviço da realização da liberdade privada de uma pequena parcela da sociedade, então têm-se a negação da realização da liberdade pública na exata medida da disposição de tais recursos para a realização daquela liberdade privada - que por negar a liberdade pública não pode ser considerada como ética.

Frente a esse movimento de negação da liberdade pública, a libertação vai sendo construída em movimentos moleculares e molares²⁷¹ de subversão geral; contudo, também aquilo que esses movimentos geram pode ser recapturado em jogos de dominação. Mesmo os instrumentos históricos de “luta de classe” como os sindicatos, as greves e partidos políticos de esquerda, podem ser modelizados sob a lógica do capital - por exemplo: o sindicato como aparelho de realização de interesses privados da diretoria que trai a categoria junto ao patronato; a greve como mediação para ampliar o nível de consumo alienado do operário; o partido político como espaço para a realização dos interesses particulares da burocracia, de parlamentares, etc. Mesmo o signo do protesto político da juventude pelas ruas, em defesa das liberdades públicas, pode ser recuperado como signo publicitário para a venda das mercadorias. Assim, a história é um movimento constante de transformação dos códigos dominantes que são aprimorados ou subvertidos em um processo de tensões que não rumam necessariamente para configurações qualitativamente superiores ao exercício da liberdade do conjunto dos sujeitos sociais.

Compreendendo deste modo a liberdade, podemos agora considerar as condições históricas de libertação, isto é, da ampliação da realização da liberdade, agrupando-as sobre quatro aspectos já citados: materiais, políticos, informativo-educacionais e éticos.

Sem os *recursos materiais* que garantam a realização das nossas escolhas, a liberdade fica restrita a um movimento subjetivo que não pode realizar-se historicamente. Algumas dessas condições materiais tornam-se *necessidade* ao modo de vida de uma determinada sociedade em uma determinada época, segundo seu modo de organizar a produção econômica, a política e a cultura. Outras condições, aparentemente necessárias, reduzem-se a *desejos* agenciados, de modo constante, sob diversas semióticas. Assim, quando ocorreu a invenção da eletricidade ou do telefone, a maioria das pessoas não tinha necessidade de utilizar tais mediações para realizar os seus propósitos cotidianos. Hoje, entretanto, em nossa sociedade, todos nós necessitamos da energia elétrica a cada instante, e a maioria de nós também necessita do telefone, pois sem ele não conseguiríamos atingir, com facilidade, certos objetivos que estabelecemos em nossa rotina. Por outro lado, é perfeitamente possível viver sem tomar Coca-Cola ou Pepsi-Cola, substituindo-as pela ingestão de água, de outro refrigerante ou de qualquer líquido potável. Objetivamente outro líquido, nestas condições, pode cumprir a mediação digestiva ou hidratante desempenhada por esses dois produtos. Entretanto objetivamente seria bem mais difícil

substituir um telefonema por uma carta ou uma visita, ou prescindir da energia elétrica. Certos desejos, contudo, podem se transformar em necessidades virtuais - como a necessidade de um adolescente brasileiro de classe média possuir um boné importado para receber o reconhecimento social de seu grupo de amigos, ou a necessidade de uma estudante secundarista japonesa em consumir roupas de grife pelo mesmo motivo.

Ora, as novas tecnologias, ao mesmo tempo em que ampliam virtualmente nossa possibilidade de exercer a liberdade - mediatizando novas possibilidades de realização do humano -, acabam gerando novas *necessidades* sociais em razão da reorganização da vida coletiva e privada a partir delas. Se inegavelmente, por um lado, elas ampliam o campo de possibilidade da realização humana, provocam uma ampliação virtual de nossa liberdade, por outro lado, objetivamente, tal ampliação não se realiza para as maiorias, pois tais mediações materiais para o seu exercício não são socializadas, repartidas ou compartilhadas.

Podemos inclusive afirmar que o desenvolvimento tecnológico cai no mesmo círculo analisado por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*²⁷². A tecnologia que possibilitaria emancipar cada vez mais o conjunto da humanidade, ampliando seus exercícios de liberdade, cria de fato novas formas de dominação mais refinadas - como as de produção de subjetividade que analisamos anteriormente.

Sob o aspecto das condições materiais, a ampliação do exercício da liberdade das maiorias exige a práxis concreta de combate a toda forma de exploração do trabalho, expropriação dos consumidores e espoliação urbana ou rural. Esta exigência é básica, pois sem as devidas mediações materiais que possibilitem a sua realização histórica, o exercício da liberdade não passa de figura de retórica neoliberal. Para ampliar a liberdade de todos, portanto, é necessário distribuir a riqueza produzida socialmente de maneira mais eqüitativa, para garantir a todos equânimes condições de realizar a sua humanidade, efetivando potencialidades as mais diversas.

Outra condição histórica da liberdade é a *democratização do poder e a garantia das condições políticas* para que cada qual o exerça com autonomia. Isto significa que é necessário preservar a *autonomia* de cada pessoa, isto é, o direito de cada qual decidir livremente sobre sua vida privada - desde que sua conduta não negue a possibilidade de realização da liberdade pública -, bem como o de tentar influenciar democraticamente a organização da vida coletiva. Para bem analisar esta interface do exercício político da autonomia pública - a decisão coletiva sobre as condutas públicas e suas interfaces com as condutas privadas - com as mediações econômicas do exercício da liberdade, não basta construir simbolicamente modelos teóricos abstratos e desprezar os índices de realidade que tais modelos não comportam. Exemplos de tais modelos se encontram na *teoria da ação comunicativa* de Jürgen Habermas ou na *teoria da práxis de libertação* em Enrique Dussel, que tenta superar os limites da primeira.

Não basta afirmar, como Habermas, que a *ação instrumental* se volta a um interesse *técnico* - visando o sucesso no domínio, transformação e recriação da natureza - e que a *ação comunicativa* teria por interesse prático a *emancipação* dos homens - uma vez que todos tenderiam a um acordo no uso da linguagem -, devendo-se, portanto, ampliar-se os espaços de ação comunicativa sobre o correto uso social das tecnologias, determinando-se,

²⁷² Theodor ADORNO e Max HORKHEIMER, *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

assim, o interesse técnico pelo emancipatório, e por extensão, a economia pela política. A tese de uma comunidade universal de comunicação - elemento central nesta teoria da ação comunicativa - induz a pensar que a socialização da palavra e do conhecimento, levariam a novos patamares de acordos morais e poderiam nos trazer uma socialização das condições materiais da liberdade. Ora, se a posição de Habermas refuta, a seu modo, o ceticismo - uma vez que qualquer *cético*, ao argumentar, aceita que existe uma comunidade de comunicação e portanto uma instância coletiva de acordo comunicativo -, não consegue entretanto um grau suficiente de criticidade que permita perceber - nos quadros reais da globalização - que o *cínico*²⁷³, movido por interesses não-emancipatórios, mas meramente privados de ampliação de sua liberdade individual e de seu poder, poderá argumentar invocando a correção ética de sua conduta, por exemplo, na defesa de privatizações que o beneficiarão ou empenhando-se em aprovar uma lei de patentes - envolvendo softwares e códigos genéticos - que coloque o Terceiro Mundo na dependência de grandes oligopólios e dos países de capitalismo avançado, ou apregoando que o receituário neoliberal trará benefícios sociais nos países em que é implantado.

Frente a esta proposta de ação comunicativa - que não tem como sanar tal debilidade de fundo - alguns questionamentos podem ser formulados. Como poderão os sujeitos excluídos pela globalização vencer a batalha argumentativa ou pactuar em condições que lhes sejam favoráveis nas reais esferas políticas institucionais - onde, segundo Habermas, se pratica a ação comunicativa - se não têm acesso material ao conhecimento, à informação, às linguagens e ao que satisfaça a sua fome e outras necessidades elementares? E como terão acesso ao conhecimento, à informação, às linguagens e à satisfação de sua fome e de outras necessidades elementares, se a comunidade de comunicação hegemônica não se dispõe a mudar a lógica da globalização, preferindo desmontar as estruturas políticas para facilitar a livre circulação de mercadorias e de trabalho e o livre acúmulo de capital? Imaginar que a democracia liberal - pressuposto da ação comunicativa na esfera política conforme o pensamento de Habermas - seja a mediação da transformação das estruturas econômicas - gerando a sua socialização - é desconhecer que os equipamentos coletivos de produção de subjetividade podem modelizar os anseios das massas, articulando-os virtualmente aos objetivos das elites que parecem realizar os objetivos populares, quando na verdade distanciam-se deles. A política liberal de privatização de setores estratégicos, em economias periféricas, em nome da ampliação de serviços do estado na área social é um exemplo claro disso. O Estado perde cada vez mais o papel de coordenador da economia, ao passo que seus serviços na área social também se deterioram. Tais acordos - sob protestos populares nas ruas - são não apenas fruto de um acordo comunicativo, mas expressão de uma racionalidade cínica que restringe os exercícios das liberdades públicas, ampliando o exercício da liberdade de certos grupos privados que detém vultosas somas de capital.

Se a posição habermasiana acerca das mediações políticas do exercício da liberdade é inadequada, Dussel por sua vez, embora critique as limitações da teoria emancipatória de Habermas, permanece ele próprio limitado a uma elaboração *metafísica* sobre o processo de libertação que também não compreende adequadamente a produção de subjetividade pelas semióticas do capital, em meio a trama de poderes difusa por toda a sociedade contemporânea. Dussel - tanto quanto Habermas - não considerou adequadamente as reflexões de Deleuze e Foucault que nos alertaram sobre como nas práticas, *discursivas* e

²⁷³ Utilizamos essa expressão com o sentido filosófico a ela emprestado no trabalho de Enrique DUSSEL, "Del Esceptico Ao Cínico (Del oponente de la 'Ética del Discurso' al de la 'Filosofía de la Liberación')". *Libertação-Liberación* 3(1):36-47 Jan Dez 1993, Campo Grande, CEFIL.

não discursivas, das massas frente ao fascismo imbricavam-se elementos de interesse, desejo e poder²⁷⁴. Frente às semioses agenciadas em movimentos de produção de subjetividade no capitalismo globalizado, a reflexão de Dussel revela-se frágil quando consideramos que, em geral, a palavra interpelante do outro é modelizada numa teia real de poder, onde é agenciada em meio a desejos e interesses. A sua tentativa de uma investigação metafísica sobre a ação ética des-inter-essada (que segue os mesmos rumos de Emmanuel Lévinas em *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*²⁷⁵) tende a levar-nos a posições éticas que - embora formalmente consistentes - desconsideram as mediações reais de toda ética como exercício de poder, vinculadas a desejos e interesses humanos tramados em uma semiose histórica que é a sua própria possibilidade de exercício.

Se ao invés de considerarmos o exercício da liberdade a partir dos modelos abstratos de uma “comunidade universal de comunicação” ou de uma “exterioridade metafísica des-inter-essada”, o fizermos a partir da análise do atual processo de globalização - isto é, operarmos a partir do momento mais complexo de substancialização da categoria mais simples de liberdade -, perceberemos que este modelo de globalização que vai se configurando restringe cada vez mais o controle político sobre as mediações materiais que poderiam assegurar a liberdade coletiva. Por outro lado, nesta mesma configuração atual da globalização invoca-se o papel repressivo do Estado como mantenedor do direito - isto é, dos contratos comunicativamente estabelecidos nas instâncias políticas da democracia liberal - sobre a propriedade, para que a parcela que detém o controle dos meios - que poderiam mediatizar o exercício da liberdade coletiva - possam deles dispor privadamente como lhes bem aprouver em proveito de sua exclusiva liberdade.

Face a esses determinantes complexos, o processo de produção de subjetividades pode desenrolar-se de maneira subversiva, quando molecularmente os grupos rearticulam seus poderes e avançam para enfrentamentos globais não apenas da configuração atual da globalização, mas do próprio modelo capitalista, subvertendo seus códigos, signos e jogos estratégicos, seduzindo e agenciando práticas moleculares geradoras de movimentos de interferência global nas esferas de sua atuação. Isto supõe uma posição coletiva de classe e uma abertura à emergência das diversas singularidades que criativamente desabrocham nos processos de transformação, de modo que as alternativas políticas sejam gestadas criativamente na práxis histórica voltada à ampliação dos exercícios de liberdade pública de cada pessoa, enfrentando também a recaptura semiótica capitalística dos signos que mediatizam a consciência, paixões e condutas de implementação deste novo projeto

²⁷⁴ Em certa passagem da *Microfísica do Poder*, Gilles Deleuze, abordando a questão das relações entre interesse, desejo e poder, afirma que “... talvez em termos de *investimentos*, tanto econômicos quanto inconscientes, o interesse não seja a última palavra; há investimentos de desejo que explicam que se possa desejar, não contra seu interesse - visto que o interesse é sempre uma decorrência e se encontra onde o desejo o coloca - mas desejar de alguma forma mais profunda e mais difusa do que seu interesse... Há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem...” E lembra a afirmação de Reich sobre as massas e o fascismo, dizendo que as massas não foram enganadas, de fato elas desejaram o fascismo. Retomando esta questão, Foucault complementa: “... as relações entre desejo, poder e interesse são mais complexas do que geralmente se acredita... Acontece que as massas, no momento do fascismo, desejam que alguns exerçam o poder, alguns que, no entanto, não se confundem com elas, visto que o poder se exercerá sobre elas e em detrimento delas, até a morte, o sacrifício e o massacre delas; e, no entanto, elas desejam este poder, desejam que este poder seja exercido. Esta relação entre o desejo, o poder e o interesse é ainda pouco conhecida. Foi preciso muito tempo para saber o que era a exploração. E o desejo foi e ainda é um grande desconhecido”. Michel FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979, p.76 e 77. Félix Guattari avançou significativamente esta reflexão em *Revolução Molecular*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1987

²⁷⁵ Emmanuel LEVINAS, *De otro modo que ser, o mas alla de la esencia*. Editora Sigueme, Salamanca, 1987

coletivo, para que tais elementos sîgnicos não percam sua qualidade agenciadora de novos processos moleculares e molares.

Além de assegurar as condições para que a sociedade civil possa se organizar em grupos, associações e movimentos autônomos, gerando partidos e outras entidades, trata-se especialmente de garantir que as organizações populares da sociedade civil participem, com poder, da administração do Estado e da condução de suas políticas com vistas à realização cada vez mais ampliada das liberdades pública e privada. Sem a efetiva participação dos *setores populares* da sociedade-civil-organizada na administração da coisa pública, na definição das leis e na fiscalização do seu cumprimento, não haverá ampliação das liberdades populares. No capitalismo - em qualquer uma de suas conformações históricas - o Estado, aparentemente democrático em suas formalidades, atua na reprodução de desigualdades e injustiças - e justamente por isso, não democratiza a elaboração das políticas, a gestão dos orçamentos, dos bancos de dados, etc.

Assim, para que o exercício da liberdade possa se ampliar é necessário garantir mecanismos democráticos que realmente universalizem o direito de todos exercerem o poder quanto à definição do modo público de organização da sociedade, especialmente com a democratização de todas as formas de mídias. Sem a superação das formas autoritárias de exercício do poder, na vida pública e privada, a liberdade coletiva não pode expandir-se. Sem a construção do poder popular, a garantia política da liberdade permanecerá um enredo virtual de manutenção de direitos que jamais se alcançam²⁷⁶. Do mesmo modo é preciso que no cotidiano da vida privada sejam promovidas as autonomias individuais que não sejam contraditórias ao exercício público da liberdade, a fim de assegurar também nas micro-políticas a democratização do exercício do poder.

O terceiro aspecto do exercício da liberdade diz respeito à informação e educação. Não exerceremos satisfatoriamente a nossa liberdade se, mesmo tendo as condições políticas e materiais para concretizar nossas escolhas, não dispusermos de *informações suficientes e de qualidade* para as nossas decisões ou não soubermos *como refletir adequadamente sobre as informações* de que dispomos. Portanto, sem a democratização da educação e da informação não há expansão da liberdade, pois embora exista sempre alguma liberdade no ato de escolher, as escolhas acabam sendo induzidas por aqueles que selecionam e fornecem algumas informações e não outras. Além de fazer circular a informação e desenvolver mecanismos intelectuais de sua compreensão, é indispensável ressingularizar os interpretantes afetivos e energéticos frente aos signos²⁷⁷.

²⁷⁶ Sobre este aspecto ver “O Discurso Jurídico e a Realidade Virtual”, em “Realidade Virtual - Conversibilidade dos Signos em Capital e Poder Político”. *Revista Lumen* 2(4):75-135 jun 1996. FAI, São Paulo. Aqui, pp. 102 a 106.

²⁷⁷ Como vimos, toda semiose pode ser analisada considerando-se a relação entre o objeto dinâmico (o que provoca o signo), o objeto imediato (o signo ou representam do objeto dinâmico) e o interpretante (reação intelectual, afetiva ou energética ao objeto dinâmico provocada pelo objeto imediato, que nos possibilita estabelecer um sentido ou significado ao objeto dinâmico). Assim o acionamento dos interpretantes da informação é um elementos básico para a realização da semiose. Ocorre que a reação energética - no caso, mobilização de ação corporal frente ao signo - ou a reação afetiva - no caso, mobilização de sentimentos frente ao signo - são cada vez menos fortes em se tratando de índices de desumanidade. Há um aumento da indiferença, tanto afetiva quanto de conduta, frente ao sofrimento humano percebido por alguma mediação sîgnica indicial; tal indiferença vem acompanhada, cada vez mais, da geração de interpretantes intelectuais que justifiquem a omissão. É necessário pois ressingularizar os interpretantes a partir dos quais nos posicionamos frentes a índices de desumanidade, interpretantes esses que são elementos imprescindíveis a uma práxis ética e um compromisso social.

Mais do que a quantidade, importa a suficiência e qualidade da informação para a decisão que devemos tomar - uma vez que todo signo sempre se refere apenas parcialmente ao seu objeto, sendo possível gerar infinitas informações sobre um mesmo objeto. Certas informações sobre um objeto geram certos interpretantes; outras informações sobre o mesmo objeto podem gerar outros interpretantes. Assim, a geração dos interpretantes é tão fundamental quanto o acesso à informação. As experiências de interação coletivas singularizadoras dos interpretantes geram a criatividade na abordagem dos objetos e a capacidade de compô-los sob variados aspectos. Isso é condição para a passagem das representações fragmentadas a uma conceituação abrangente, sem o que, toda opção política resultará de uma adesão cuja aparente autonomia não passa de um simulacro agenciado em algum jogo de poder. O acesso à diversidade das culturas, a habilidade em deslizar sob padrões estéticos diversos captando a riqueza dos eventos sob inúmeros códigos interpretativos, o desenvolvimento da sensibilidade ética frente ao mistério do humano em devir são mediações necessárias para que a formação cultural avance na realização da liberdade e a informação não seja saturante, embora disponível em larga escala.

Por fim, o exercício da liberdade com caráter democrático supõe *condições éticas* que perpassam a vida privada e pública. A moral dominante e o direito capitalista impõem padrões para o comportamento pessoal e social que negam, à maioria das pessoas, a realização de sua liberdade, seja dificultando o desabrochar de sua condição feminina, homossexual, negra, indígena, infantil, etc, ou reproduzindo privações sociais em nome da manutenção do direito de propriedade privada sobre os meios produtivos, por exemplo. No breve exercício de análise de classes sociais que fizemos, pudemos perceber nitidamente essa ocorrência de modo estrutural. A realização sempre mais ampliada da liberdade exige o combate das morais autoritárias dominantes e do direito capitalista - isto é, que privilegia o direito de propriedade privada do capital, em suas diversas formas, acima do direito público de realização da liberdade e dignidade humana - afirmando-se uma nova ética tanto na vida privada quanto no trato da coisa pública. O sentido último desta ética é a própria realização universal da liberdade humana. Geradora de interpretantes energéticos e afetivos, esta ética se assenta no desejo do outro em sua liberdade. Desejá-lo em sua liberdade significa desejar que ele disponha dos meios materiais, políticos e culturais que garantam o desabrochar de sua humanidade livre, de sua própria liberdade - desde que ela seja eticamente exercida, isto é, que se realize desejando também a liberdade dos demais. Por isso, a liberdade eticamente exercida exige que a riqueza seja repartida, que preconceitos e discriminações - de que são vítimas mulheres, negros, homossexuais, portadores de deficiência, imigrantes e outros grupos marginalizados - sejam superados, que a informação e a cultura sejam democratizados e que a dignidade e a liberdade humanas estejam acima de qualquer preço. Em uma palavra, esta ética exige que as condições históricas para a realização da liberdade de cada pessoa sejam asseguradas.

4.2 Globalização e Liberdade

Após esta rápida categorização do que significa exercício da liberdade, podemos considerar o capitalismo globalizado a partir dos vários aspectos mencionados como mediação de tal exercício. Em outras palavras, consideraremos agora a liberdade, concretamente situada em nossa sociedade contemporânea sob os influxos do capitalismo globalizado, analisando-a como um exercício determinado situacionalmente sob condições materiais, políticas, informativo-educacionais e éticas.

4.2.1 As Condições Materiais do Exercício da Liberdade

Como vimos as *condições materiais* são a base fundamental para que a liberdade seja realizadora. Ora, considerando a descrição que fizemos do capitalismo globalizado na primeira parte deste trabalho, podemos afirmar que a riqueza acumulada por uma reduzida quantidade de pessoas no mundo, lhes garante as condições materiais para a realização de sua liberdade aos mais extremos limites, caprichos e fantasias. A propriedade privada da maior parte de tal riqueza por algumas parcelas das sociedades - propriedade essa reassegurada sob a lógica do neoliberalismo - é o que provoca as privações da maioria que está privada de realizar a sua liberdade mais elementar: a liberdade de comer, morar ou vestir de modo dignamente humano - pois lhes falta as condições materiais para tal exercício, isto é, comida, a moradia ou o agasalho, ampliando-se, portanto, a fome, a prostituição, o nível de degradação cultural, etc. Considerando neste quadro o efeito das mediações tecnológicas que atualmente estão sendo introduzidas no processo produtivo, percebe-se que a produção de novos bens de consumo - inexistentes até bem pouco tempo - bem como a exclusão de significativas parcelas do processo produtivo formal, amplia para uma parcela da humanidade as possibilidades de exercício de sua liberdade, pois esta detém mais recursos para realizar seus desejos, fantasias, caprichos, necessidades e interesses, ao mesmo tempo em que se reduz a possibilidade real de exercício da liberdade de uma outra grande parcela que, em razão do desemprego de sua força de trabalho, sofre uma dramática redução do nível de recursos materiais que dispõem para reproduzir humanamente sua própria vida - embora virtualmente tal parcela possa vir se beneficiar desta tecnologia, se esta for socializada.

Nas três primeiras partes deste trabalho pudemos analisar com detalhes que a atual fase do processo de globalização tem provocado o aumento da pobreza no mundo, acirrado o drama do desemprego, a marginalização urbana, a degradação ambiental e a decomposição do tecido social. Após um breve e rudimentar exercício de categorização analítica da divisão de classes sociais, podemos destacar que tais fenômenos de exclusão são estruturais ao sistema econômico capitalista vigente desde o século XVI e não apenas uma disfunção localizada de atraso de algumas de suas conformações em certas regiões do mundo em relação a um pretenso processo de desenvolvimento e modernização - modernização essa propagandeada midiaticamente em defesa de programas de ajustes econômicos sob o receituário do Consenso de Washington. A dinâmica de negar o exercício da liberdade de muitos para ampliar o exercício da liberdade de alguns é a característica essencial do capitalismo. É em razão disto que em todas as sociedades capitalistas se verifica, em graus diferenciados, a exploração do trabalho, a expropriação no consumo, a dominação política e a reprodução de uma moral e de um direito anti-libertários. Para garantir-se a liberdade privada de alguns nega-se sistematicamente a extensão das liberdades públicas. Qualquer reforma que se faça desse regime não extinguirá essa contradição. Frente ao modelo de globalização capitalista há que gerar-se uma alternativa socialista, com o objetivo de universalizar as condições do exercício da liberdade, anteriormente destacadas.

Para ampliar-se pois o exercício das liberdades coletivas é necessário socializar-se, entre outras, as suas condições materiais. A liberdade humana tem que estar acima do *copyright*, da propriedade privada do capital - objetivo ou virtual. É um absurdo que quanto mais volumosa seja a concentração do capital, menos ele possa ser investido na

produção, pois falta mercado consumidor que lhe possibilite ampliar o lucro - isto é, pessoas com dinheiro - para adquirir tantos produtos. Como o capital não tem por objeto ampliar a realização da liberdade de todos, ele se desloca da esfera produtiva para um setor especulativo da esfera virtual, ocorrendo então a sua multiplicação por mediações semióticas de taxas de juros - pagas com a ampliação ainda maior das carências das maiorias, que ficam desassistidas de políticas sociais em razão da ciranda de emissão e resgate de títulos públicos, pressionando a ampliação das dívidas externa e interna de tais países. Portanto, é de fundamental importância socializar o controle dos meios produtivos e do capital virtual, para que possam ser empregados com vistas a realizar a emancipação social, a realização da liberdade pública e não apenas o enriquecimento de uma parcela de agentes privados.

4.2.2 As condições Políticas do Exercício da Liberdade

De outra parte, a real democratização da política, isto é, a garantia do exercício da *autonomia pessoal e coletiva* - eticamente assumidas - é também condição chave da realização da liberdade. Não basta assegurar as condições materiais para que a liberdade seja expandida. Sendo assim, a decisão sobre o que fazer das mediações materiais e virtuais em uma sociedade, isto é, o exercício da política considerando os interesses públicos e privados, necessita ser estendido o máximo possível, assegurando-se o controle popular na condução das políticas públicas.

O fenômeno da expansão do regime globalitário de condução da política evidencia a negação da autonomia pública substancialmente democrática pela afirmação de processos de agenciamento de subjetividades modelizadas midiaticamente. O Brasil é um exemplo sintomático do exercício formal da democracia em que se elege corruptos como se fossem homens íntegros, apoia-se cegamente planos econômicos cujos reais mecanismos são desconhecidos pela população, etc. No mundo todo, a política torna-se cada vez mais virtual e os Estados são enfraquecidos em sua capacidade de assegurar as elementares mediações materiais, políticas e culturais da liberdade pública, tais como, garantir o abastecimento alimentar, políticas adequadas de saúde e educação ou assegurar a soberania do país frente ao volume de capitais voláteis internacionais. As privatizações, os megamercados, o sucateamento dos serviços públicos, entre outros aspectos, evidenciam que a globalização caminha no sentido contrário de assegurar as liberdades públicas, ao passo que amplia a liberdade privada de uma pequena parcela que detém o grande capital.

Exemplos típicos do Estado posto ao serviço privado são as leis de patentes sobre biotecnologia, os direitos de cópia, os royalties, entre outros mecanismos de concentração de capital virtual, que se sustentam sob o mesmo princípio do direito sobre a propriedade privada: a maioria dos cidadãos fica privada de poder utilizar tais produtos, serviços ou signos, exceto pagando algo em troca. Assim, a política - do ponto de vista dos que detêm o controle do capital - cumpre o papel que lhe cabe em uma sociedade de classes: restringir a liberdade da maioria para promover a liberdade de apropriação privada da riqueza pela minoria que detém direitos sobre ela; o Estado, contudo, afirma assegurar os mesmos direitos igualmente a todos - sendo que a maioria, entretanto, não os tem garantidos, porque objetivamente não possui as propriedades materiais que possam mediatizar o seu trabalho produtivo, a sua reprodução social ou a sua emancipação cultural. Trata-se, portanto, de uma garantia virtual: o dia em que tiverem a propriedade, o estado a assegurará do mesmo modo. Mas como os mecanismos reconhecidos como legítimos pelo

estado para que todas as pessoas adquiram tal propriedade impede, de fato, que elas a alcancem, temos que a função do estado neste modelo globalizado não é promover a realização das liberdades públicas, mas garantir interesses privados das parcelas que o controlam a partir das transações e movimentos de capital, convertendo tal capital em signos, publicidades, investimentos vistosos, etc, que garantam a certos grupos políticos - com uma mesma posição de classe - a permanência no poder. Somente a transformação da democracia liberal em democracia socialista pode conferir ao exercício da macropolítica um caráter de ampliação das liberdades públicas e privadas eticamente orientadas.

O neoliberalismo - sob as suas variadas configurações - é a expressão política maior do capitalismo globalizado. Vimos claramente, na primeira parte deste trabalho, como as políticas de ajustes econômicos e a reestruturação do processo produtivo penalizam amplas maiorias enquanto beneficiam enormemente pequenas parcelas de agentes econômicos que conduzem a opinião pública pela mediação da produção de subjetividades modelizadas através de publicidades políticas - a defesa por segmentos populares de medidas do Consenso de Washington, na esperança de dias melhores depois dos “ajustes estruturais”, é apenas mais um exemplo desta produção de livres-escolhas formalmente democráticas. A adesão popular ao toque de recolher para a juventude em cidades norte-americanas é outro triste exemplo disso. Este modelo não propõe algum tipo de política compensatória ao desemprego, contrapartida aos movimentos dos capitais especulativos, propostas de descentralização e democratização real dos orçamentos, gestão popular dos planejamentos, auditorias de dívidas externas e internas, a proteção à produção cultural local, ao meio ambiente ou a democratização dos bancos de dados. O projeto político neoliberal não visa garantir liberdades públicas, mas apenas interesses privados. Se visasse garantir liberdades públicas apontaria claramente para a socialização das condições materiais necessárias à realização da liberdade de cada pessoa, a começar pela comida, pelo emprego, pela moradia, pelo acesso à saúde, à educação e ao lazer. Tudo o que faz é prometer que o futuro será melhor que o presente porque a competição entre os agentes econômicos provocaria desenvolvimento e geração de riqueza. O que notamos na primeira parte deste estudo, entretanto, é que o desenvolvimento tecnológico e a geração de riquezas sob a lógica da acumulação privada tem gerado um número cada vez maior de excluídos e miseráveis, desmentindo-se tais promessas - seja analisando-se indicadores macroeconômicos internacionais, seja considerando-se a situação local das metrópoles e megalópoles com suas contradições e carências.

Somente um projeto político que inverta as prioridades do desenvolvimento econômico, que promova a desconcentração da riqueza, do poder político, do domínio dos canais de mídia e socialize a cultura; que não tenha por objetivo garantir o acúmulo privado de riqueza por agentes econômicos, mas ao invés disso, a superação das privações da maioria para o exercício de sua liberdade, isto é, garantir politicamente que todos tenham acesso às mediações materiais para realizar a sua liberdade com a dignidade humana exigida, somente tal projeto pode ser uma alternativa política real ao atual processo de globalização mundial. Este projeto, que se chama socialismo democrático, necessita ser reinventado a partir de cada realidade histórica - como já o reinventam, cotidianamente, muitos partidos e movimentos socialistas e ecológicos no mundo todo - com a contribuição de todos os que não concordam com a lógica da negação da liberdade promovida pelo modelo neoliberal.

Como uma dessas contribuições, podemos citar alguns aspectos formulados na última década pelos setores que compõem o campo democrático e popular no Brasil. Seu projeto político, de caráter ecológico e socializante, que foi sucessivamente derrotado nas eleições

presidenciais de 1989 e 1994, mas que vem sendo parcialmente implementado em várias prefeituras e em alguns estados brasileiros, em linhas gerais propõe, sob o aspecto econômico, um modelo de desenvolvimento baseado na distribuição de renda, que pode ser parcialmente caracterizado nos seguintes aspectos: a) reordenar os parâmetros de produção, acumulação e consumo, reorientando o conjunto das relações de trabalho tendo em vista promover um crescimento ecologicamente sustentável com distribuição de renda, gerando-se um forte mercado consumidor interno, incorporando a ele as massas sociais atualmente empobrecidas; b) restaurar as condições de funcionamento do Estado, desprivatizando-o, isto é, colocando o Estado a serviço do interesse público, suprimindo a sua utilização por grupos privados, que dele se beneficiam de várias formas, seja com a compra subsidiada de produtos das estatais abaixo do preço de custo, seja com o superfaturamento de obras públicas, ou ainda, com o recebimento de repasses de verbas para realizar serviços públicos sem o devido controle ou fiscalização; c) regulamentação e orientação social do mercado, intervindo-se juridicamente sobre oligopólios, monopólios e cartéis, estabelecendo-se estoques reguladores, promovendo-se diversas formas de propriedade dos meios de produção, incentivando-se a produção cooperativada, as pequenas indústrias, etc; d) redefinir o padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, renegociando, após uma auditoria, a dívida externa sob condições estabelecidas a partir de um projeto que assegure o desenvolvimento nacional; f) modificar a normas de incorporação do progresso técnico, cabendo ao Estado um papel imprescindível no campo da pesquisa e desenvolvimento tecnológico em áreas consideradas estratégicas; g) modificar as formas de inserção internacional do país, tanto no campo econômico quanto político, fortalecendo alternativas coletivas envolvendo o conjunto dos países da América Latina e das nações do Terceiro Mundo; h) realizar reformas estruturais que tanto promovam o acesso a terra rural e urbana aos despossuídos quanto a geração de empregos; i) desenvolvimento de políticas ecológicas de preservação da biodiversidade e que promovam desenvolvimento sustentável; j) adoção de programas de distribuição de renda, tais como, programas de renda mínima, bolsa escola, etc. Por outro lado, sob o aspecto político, o seu projeto de democratização substancial do país propõe: a) a radicalização da democracia através da implantação e implementação de novos mecanismos de participação direta e representativa da população; b) gestão popular dos bens, serviços e equipamentos públicos; c) participação popular no planejamento permanente das cidades e no desenvolvimento urbano; d) democratização da informação, da cultura e do lazer em todos os níveis - seja aprimorando as bases públicas de dados e disponibilizando-as para o livre acesso dos cidadãos, seja desconcentrando-se os meios comunicativos garantindo-se direito de antena a comunidades locais, multiplicando-se rádios e tevês comunitárias, seja incentivando a produção e veiculação cultural local em suas diversas formas de expressão; e) construção de novas relações micro-políticas no cotidiano enfrentando o racismo, o machismo e as demais formas de preconceito, afirmando valores éticos como a solidariedade, a busca da justiça e o combate a toda forma de discriminação negativa; f) a construção do poder popular, pela viva participação organizada dos setores populares da sociedade civil.

Cumprir destacar que esses elementos citados referem-se tão somente a alguns aspectos econômicos e políticos aos quais se articulam um conjunto de propostas no campo da educação e cultura que supõem, sempre, a viva participação democrática da sociedade civil - com ênfase na participação dos setores populares que parcialmente a compõem - em sua elaboração e detalhamento.

A estratégia geral apresentada para realizar os elementos básicos dessa proposta que revela uma perspectiva socialista compõe: o acúmulo de forças em torno de um projeto político democrático e popular, que apresenta um conjunto de reformas estruturais, mas parciais, de caráter socializante, a consolidação da hegemonia em torno deste projeto tanto com a eleição de parlamentares e governantes que o defendam em todos os níveis quanto com o crescimento e consolidação de organizações e entidades populares da sociedade civil, e especialmente, com o fortalecimento de movimentos de massa no campo e na cidade. A consolidação do *Governo Democrático e Popular*, segundo esta compreensão, permite o avanço das políticas públicas no sentido de promover transformações mais estruturais nos campos da economia, política e cultura, transformações essas que seriam garantidas por uma forte base de sustentação parlamentar e pela própria população organizada e mobilizada em defesa da cidadania.

Assim, a ampliação das garantias políticas do exercício das liberdades pública e privada tem como contraface o exercício da liberdade política dos cidadãos em posicionarem-se frente às contradições que perpassam as relações sociais, pois mesmo que as liberdades políticas estejam amplamente cerceadas - como nos períodos de ditadura - ou extremamente formalizadas - como sob os regimes globalitários - mesmo assim é possível optar-se pela resistência e pela proposição de um modo distinto de organizar-se a sociedade em suas múltiplas dimensões, em especial no que tange aos conflitos sociais nas esferas produtiva, reprodutiva e cultural. Assumir uma posição política que visa promover o exercício das liberdades pública e privada eticamente orientadas significa assumir uma posição de combater a exploração do trabalho, a expropriação em atividades de reprodução social da vida, bem como, toda forma de dominação cultural e da exclusão sofrida por amplos segmentos, aos quais não se permite participar das mediações que possam garantir a sua realização humana.

4.2.3 Informação e Educação como Condições do Exercício da Liberdade.

Consideremos ainda que este modelo capitalista de globalização nega a liberdade pública porque ao concentrar as mídias de massa nas mãos de grupos que possuem a mesma posição de classe - como descrevemos rapidamente na primeira parte deste trabalho - não possibilita que tenhamos *acesso às informações suficientes e qualitativamente relevantes* para o exercício de nossas autonomias subjetivas de reflexão e decisão. Em geral temos acesso a certas informações relevantes a certos exercícios de liberdade apenas quando decisões irreversíveis já foram tomadas e o seu posterior conhecimento não tem mais um significativo peso na alteração de tendências históricas. O *domínio das linguagens* - publicitárias, econômicas, informáticas, políticas, etc - é precário para as majorias que - sob a lógica da disputa por mercado - são influenciadas por elas em razão dos movimentos do capital.

Sob o aspecto cultural, o processo de globalização vem trazendo perdas irreparáveis para a humanidade. A imensa diversidade de sabedorias, sensibilidades, poesias, maneiras, modelos e padrões diferentes de se experimentar a existência humana, de se compreender a história, a realidade e o que nos transcende está sendo irremediavelmente perdido. As línguas naturais, principal repositório e fonte para a criativa transformação das culturas, vem sendo vítimas de um extermínio implacável. Em 1884 havia 8.064 línguas vivas, entre as quais 787 eram praticadas na Europa. Atualmente este número baixou para aproximadamente 3.500. Toda a rica diversidade cultural fervilhante em mais de 4 mil

línguas vivas, morreu em nosso século. A língua materna mais falada atualmente no mundo, o mandarim - praticado por mais de 950 milhões de pessoas - é tão morta na Internet quanto o latim²⁷⁸.

Este fenômeno de laminação da cultura, em que o extermínio das línguas naturais é uma perda irreparável, prossegue, inibindo a geração de certos interpretantes criativos nas diversas culturas e impondo padrões de racionalidade e de condutas sob o capitalismo globalizado como sistema semiótico modelizante geral. Sob a perspectiva estética - isto é, da sensibilidade humana - a indiferença frente ao sofrimento alheio é cada vez maior com a saturação da informação, desterritorializada e produzida como simulacro, que tende a levar a um sentimento de impotência frente à adversidade global. É comum, para espectadores de classes médias, girar o seletor de canais de TV - possibilitando que sua subjetividade seja atingida, em dez segundos, por fragmentos de publicidades, jogos, imagens de pessoas sendo chacinadas, comerciais de shampoos, guerras no leste Europeu, sem-terras nas ruas, comerciais de loterias, etc - e após esse breve giro sintonizar-se em algum filme de aventuras e saborear-se uma cerveja. Isto evidencia que o sentimento de dignidade humana vai sendo perdido, juntamente com os interpretantes afetivos que singularizam a existência. A reação frente aos acontecimentos históricos é similar à reação frente às imagens do noticiário: passa-se à condição de espectador, pois os interpretantes energéticos - a reação subjetiva de agir objetivamente - também são modelizados sob os jogos de poder dominantes e canalizados para alguma atitude virtual. O que nos deve mover - sob a lógica da globalização - não é o sofrimento das crianças que morrem desnutridas e com diarreia no Terceiro Mundo, em nosso país, em nossa cidade, nas favelas ou cortiços que avistamos todos os dias, onde moram os catadores de papelão que vemos pela cidade. O que nos deve mover, em tal estratégia, é a beleza e emoção da peça publicitária que nos faça consumir o signo e girar o capital, promover o lucro e evadir a um mundo virtual, produzido semioticamente.

Assim, condição para ampliar o exercício da liberdade é também singularizar nossos interpretantes afetivos e energéticos; é recuperar nossa sensibilidade mutilada, desumanizada por essa lógica do capital que transforma a tragédia humana em índices de audiência de telejornal para vender inserções publicitárias a cada 4 minutos. Para ampliar a liberdade é preciso libertar nosso sentimento e nossa paixão, recuperar o gesto da ternura e do carinho, solidarizar-nos com os excluídos e marginalizados - com os Condenados da Terra. Não exerce humanamente e eticamente a liberdade quem não reage à aviltção de qualquer ser humano, quem aceita a existência da miséria como contrapartida da riqueza daqueles a quem inveja.

Para ampliar-se, pois, a realização da liberdade de todos, neste aspecto, é preciso disponibilizar, em todos os níveis, informações em quantidade suficiente e em qualidade adequada para a tomada de posição dos sujeitos frente aos conflitos sociais, para que possam decidir em sua vida privada e pública, por aquilo que lhes pareça mais adequado, bem como, socializar, através da educação, a habilidade de articular informações e interpretantes para um exercício adequado das autonomias. Contudo, aqueles que dispõem dos canais para tal circulação de massa da informação, selecionam, desde sua posição de classe, o ângulo do que convém divulgar sob os imperativos econômicos do acúmulo do capital e da manutenção de continuidade de seu poder. Assim, percebemos que este terceiro aspecto está diretamente relacionado com o primeiro: é necessário equalizar os

²⁷⁸ Cf. "A língua franca varre tudo". *Revista Veja Especial* - Computador, o Micro chega às casas. Abril, 1995. p. 123

meios materiais de circulação de mensagem de massa, ou dito de outro modo, é indispensável democratizar a distribuição de mensagem pelas mídias de massa, criando a possibilidade de manifestação dos diversos segmentos sociais. Justamente porque a mídia tem papel fundamental na manutenção da organização capitalista da sociedade é que os governos cuidam tanto da concessão de canal, evitando que eles possam ser operados pelos segmentos da sociedade que são contrários à manutenção do capitalismo e que poderiam operá-los desde uma posição de classe divergente.

Por outra parte, assegurar a educação pública, gratuita, universal e de qualidade é condição indispensável para ampliar o exercício da liberdade de cada pessoa que, desenvolvendo sua capacidade de pesquisa, abstração e síntese poderá exercer de maneira consciente e criteriosa a sua liberdade. Sob a lógica da globalização, contudo, a educação é reduzida a uma mediação instrumental do processo produtivo - uma vez que o conhecimento se converteu em mercadoria ou insumo produtivo. Mesmo os sentimentos e outras intensidades subjetivas podem ser pedagogicamente orientados no desenvolvimento de uma “inteligência emocional” que contribua para ampliar a produtividade das empresas. Vê-se, portanto, que sob a lógica da globalização também a educação fica debilitada como elemento essencial da expansão do exercício de liberdade para se tornar mais uma mediação de acúmulo de capital.

4.2.4 As Condições Éticas do Exercício da Liberdade

Por fim, desde o ponto de vista *ético*, a globalização capitalista é passível de consideráveis críticas. A organização dos blocos econômicos, a implantação das políticas neoliberais, os processos de produção de subjetividade, a lógica da reprodução social nos espaços urbanos, os critérios de intervenção militar internacional, o caráter de organismos internacionais como a OMC, FMI, entre outros muitos aspectos que poderíamos enumerar, carecem do princípio ético da universalização da liberdade. Sob tal lógica, não se trata de desenvolver políticas que visem a ampliação da liberdade de todas as pessoas, estendendo ao máximo os horizontes de sua realização possível, mas de garantir hegemonias econômicas aos mega-conglomerados e aos países de capitalismo avançado que se articulam e se justificam, sob variados conjuntos de representações aplicados à economia, à geopolítica, etc. A degradação da vida de milhões de pessoas no mundo todo é considerada apenas como um desdobramento passageiro dos ajustes macroeconômicos necessários à retomada do crescimento produtivo mediado por novas tecnologias mais flexíveis e emancipadoras dos trabalhos duros e repetitivos - tecnologias que levariam pelo menos 30 anos para se massificar, gerando então uma nova onda econômica positiva. Um estudo mais detalhado, entretanto, nos mostra o caráter simplista destas afirmações que nada possuem de conceitual se pretendem induzir a crer que o crescimento produtivo do atual modelo signifique desconcentração de riqueza e o fim da exclusão social. Os produtos não se barateiam na mesma proporção em que se escasseiam os recursos dos mais pobres, que ficam excluídos do processo produtivo formal.

O discurso moralista de que os marginalizados ou empobrecidos devem sofrer agora, pagando o necessário preço para que os ajustes econômicos possam trazer a prosperidade depois, é uma negação da ética da realização da liberdade humana. Sob a mesma lógica observada a partir das duas grandes revoluções tecnológicas anteriores subsumidas na espiral do capitalismo, ocorre uma expansão desmesurada das possibilidades de exercício da liberdade dos que a controlam, acompanhada de uma assimilação social dessas

mediações que, embora ampliem as possibilidades de exercício social da liberdade, produzem novas necessidades às quais todos têm que se submeter e que possibilitam ampliar o sucessivo movimento de acumulação do capital. Se todo o capital virtual existente fosse investido em processos produtivos gerando emprego e subsidiando o consumo das pessoas que não tem recursos, seria possível atender as demandas do mundo todo e sobraria ainda muito capital para desenvolver-se pesquisas de inovações científicas e tecnológicas. Contudo, a moral burguesa do acúmulo privado, que amplia a liberdade de seu possuidor, é o que está na base legitimadora deste discurso moralista que acusa os pobres de serem incompetentes e atrasados, culpados pela sua própria desgraça - lavando-se as mãos da responsabilidade ética frente ao modelo econômico estrutural que generaliza o empobrecimento das massas no mundo todo.

A ética a que nos referimos também não está presente no movimento de produção de subjetividades que se realiza com vistas a inserção de tais subjetividades em processos produtivos flexibilizados em que os trabalhadores são considerados “colaboradores”, chamados a serem “críticos” ou viverem um espírito “fraterno” de equipe. O que importa, de fato, é a ampliação ou manutenção do volume de lucro da empresa, bater o concorrente, expandir seu mercado. E para tanto, mesmo o empregado “colaborador”, “crítico” e “fraterno” será demitido quando a reestruturação organizacional se fizer necessária. Sob a semiótica do acúmulo de capital tais adjetivos ganham novos interpretantes - produtividade, eficiência e lucro.

O mesmo ocorre quando analisamos o movimento de produção de subjetividades com vistas a promoção do consumo. Captura-se, por exemplo, os interpretantes da família feliz, reunida em torno da mesa no café da manhã, para modelizar a marca da margarina; captura-se o carinho pelas crianças para transformá-lo em interpretante de uma certa marca de leite; modeliza-se o reconhecimento social de um jovem em seu grupo de amigos para vender a marca do tênis; e assim por diante. O que importa mesmo é vender a marca da margarina, do leite ou do tênis. Tudo tornou-se valor de troca ou é modelizado por ele. Mesmo o sofrimento da família que vê seu barraco arder em chamas ou da mãe que recebe a notícia da morte de seus filhos pode ser capturada na lógica do lucro: a câmera do telejornal tem que perseguir o olhar para exibir a lágrima que rola e a pergunta tem que ser feita para que a voz seja registrada, embargada e com soluços - assim se conquista alguns pontos a mais de audiência, que tornam também alguns percentuais mais caro o preço das inserções do comercial. É aviltante esta imoralidade do espetáculo sobre a desgraça ou a manipulação da ternura para gerar o lucro.

Vemos portanto que este modelo de capitalismo globalizado - como ademais as outras configurações desse sistema econômico - nega as quatro condições históricas essenciais da realização da liberdade pública, bem como, da liberdade privada da maior parte da população das nações por ele afetadas. A superação de tal modelo implica a ação histórica daqueles que desejam ampliar a realização das liberdades públicas e privadas assumindo a ética apontada como alicerce de uma nova sociedade. Assumir esta ética significa, simultaneamente, assumir uma posição de classe frente às contradições do processo produtivo, de reprodução social e no campo da cultura. Isto significa, assumir a construção coletiva de um projeto político alternativo, democrático e popular que avance seguramente para a socialização da riqueza, do poder e da cultura - que seja ao mesmo tempo a singularização de nossa própria sensibilidade e a recuperação dos interpretantes afetivos de nossa experiência de humanidade.

5. Educação - Globalização e Liberdade

Analisaremos neste capítulo a terceira condição do exercício da liberdade citada anteriormente. A fim de considerarmos como a educação e os macroprocessos informativos de grande escala estão subsumidas pelas semióticas do capital e como a ação educativa contra-hegemônica pode neles interferir, analisaremos a práxis educativa como uma forma privilegiada de dialética semiótica, destacando a educação como ação cultural que influencia nos processos de individualização ou singularização subjetiva, interferindo na constituição das utopias individuais e coletivas. Analisaremos como a semiose educativa do capitalismo globalizado modeliza tais dimensões de subjetividade com suas semióticas globalizantes e como a educação formal pode desenvolver uma crítica da cultura capitalística. Destacaremos alguns elementos centrais ao processo de educação formal partindo da *informação* (ação de in-formar unidades significativamente interpretadas pelo educando) como seu elemento central: a localização da informação, a interpretação da informação, a influência da posição de classe frente aos conflitos sociais no processo de interpretação da informação e na assunção de uma educação voltada para a cidadania. Em seguida analisaremos como os movimentos sociais que lutam pela ampliação das liberdades públicas e privadas eticamente orientadas desenvolvem processos educativos sobre determinados conteúdos necessários ao exercício da cidadania que - em geral - não são incorporados como informações centrais ao processo pedagógico escolar. Considerando a escola como um espaço de contradições sociais destacaremos que, em certa medida, ela não assume o caráter pedagógico de in-formar adequadamente aos segmentos populares certos conteúdos elementares ao exercício de sua cidadania, em virtude da posição de classe hegemônica dos operadores escolares - professores, pedagogos, administradores, etc. Veremos como tais operadores da educação sucumbiram sob o discurso capitalista sobre a educação como fator de produção e da gestão sob a perspectiva empresarial da qualidade total presentes nos documentos do banco mundial como critérios para financiamento. Trataremos, por fim, da práxis pedagógica libertária e cidadã na construção de uma hegemonia alternativa ao neoliberalismo, que considere as quatro mediações do exercício da liberdade citadas anteriormente.

5.1 A Práxis Educativa como Dialética Semiótica

a) Educação como Ação Cultural

Como já analisamos, não há nenhum processo físico, biológico ou antropológico que não esteja mediado por signos. Toda cultura resulta de uma certa estratificação semiótica ordenadora de comportamentos pessoais e coletivos. A educação, sendo um processo de comunicação e transformação das culturas, opera fundamentalmente sobre semioses, comunicando signos, produzindo e gerando interpretantes de signos que se articulam em regimes ou redes que podem ser denominadas “semióticas”.

A redução abstrata da subjetividade a matérias e funções organizadas como substâncias e formas sob regimes de signos - operada por Deleuze e Guattari²⁷⁹ - destaca que a historicidade inerente a cada subjetividade é movimento de constituição de identidades e singularidades a partir de múltiplas relações, fluxos e agenciamentos mediados por signos - movimento que se caracteriza como produção de subjetividades.

²⁷⁹ Félix GUATTARI e Gilles DELEUZE. *Mil Platôs* vol. 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995 p. 61-107

Se reduzirmos um corpo a seu elemento mais simples chegamos à sua materialidade organizada sob um jogo de funções. Essas funções todas, organicamente, conformam o corpo. Tem-se portanto diversos órgãos e aparelhos que se articulam entre si. Trata-se pois de uma matéria ordenada nesse conjunto de funções. Mas somente isso não estrutura uma subjetividade. Essas matérias e funções são ordenadas a partir de regimes de signos. Em nível de biossemiose, tem-se como signos ordenadores, os códigos genéticos; em nível de zoosemiose tem-se os signos que - sob linguagens sinalizadoras e expressivas - organizam a vida dos grupos de animais possibilitando a sua sobrevivência e reprodução²⁸⁰. Contudo, se considerarmos o nível da antroposemiose, veremos que inúmeras funções do organismo são de algum modo modelizadas pelos diversos signos das culturas humanas. O modo de comer, de vestir, de se reproduzir, enfim, de realizar todas as atividades necessárias à existência e convivência humanas é semioticamente organizado²⁸¹. Assim, quando se fala em subjetividade há que se pensar nesse conjunto de matérias e funções - nesse conjunto das necessidades orgânicas - e por outro lado nas dimensões da cultura - nos diversos códigos socialmente ordenadores - que, de algum modo, modelizam o corpo; neste processo estruturam-se as subjetividades. O aspecto cultural desse movimento pode ser considerado, em sentido muito geral e amplo, como educação.

Deste modo, todas as substâncias ou identidades referem-se ao que as coisas são segundo cada cultura, segundo cada regime de signos ou, o que dá no mesmo, segundo as diversas semióticas vigentes e hegemônicas em uma comunidade de comunicação, que tanto pode ser uma família, uma tribo, um grupo de amigos, uma *gang*, uma comunidade religiosa, uma nação, etc. Em cada organismo social destes, processos educativos mediados por semióticas peculiares orientam a individualização ou singularização. Perguntas tais como: quem é, o que é ou o que dever ser - perguntas em torno de questões sobre substância e forma - são questões que somente se respondem considerando-se o plano da cultura, isto é, o plano da linguagem ou das semioses e não somente o plano das matérias e funções. Mais do que isto, tais perguntas recebem respostas distintas a partir das distintas semióticas dos diversos grupos ou organismos sociais, que podem entrelaçar-se como uma rede de significações que se trançam como interpretantes, mas que também podem se excluir em semioses contraditórias com signos que se negam reciprocamente em vigências opositivas. As matérias e funções que compõem e reproduzem a condição objetiva das subjetividades são como uma argila que vai sendo modelada sob as culturas das diversas sociedades em regimes de signos consonantes ou contraditórios com os demais.

Toda cultura possui dois aspectos fundamentais sem o que não há sociedade: uma infra-estrutura econômica e uma infra-estrutura comunicativa, isto é, um modo de produzir e consumir, bem como, um modo de significar, informar e comunicar através de sinais que são articulados em regimes de signos e em linguagens naturais, a partir dos quais a sociedade se organiza e se reproduz²⁸².

²⁸⁰ O choro dos bebês que ainda não falam opera como uma forma de expressão e sinalização que permite acionar a interferência externa sobre elementos que lhe são vitais.

²⁸¹ Sobre os diversos níveis de semiose veja-se John DEELY. *Semiótica Básica*. São Paulo, Editora Ática, 1990, em especial o capítulo 3, "Semiose: o objeto da investigação semiótica", p. 41-51

²⁸² Veja-se Lucia Maria de Carvalho ARAGÃO. *Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1992. Veja-se também Paulo FREIRE, para quem "... não é possível discutir linguagem sem discutir poder, sem pensar as classes sociais e suas contradições." Paulo FREIRE. *A Educação na Cidade*, São Paulo, Editora Cortez, 1991, p. 137

Se biologicamente os seres humanos possuem matérias e funções semelhantes, culturalmente as subjetividades são modeladas sob regimes de signos muito diversos, tanto dos diferentes povos, grupos ou classes sociais, quanto dos diversos momentos históricos e conjunturais nos quais essa semiose vai sendo complexamente transformada. Assim, a *sensibilidade* das pessoas é modelada - alguns sentimentos se cultivam em uma cultura em um certo momento, mas se negam em outra cultura ou em outro momento do mesmo grupo. O modo de perceber *esteticamente* o mundo também é modelizado pela cultura: o que se considera belo e feio, saboroso ou não - pois a própria percepção do sabor e da beleza é algo modelizado a partir da cultura; o mesmo ocorre com a percepção das cores - o arco-íris tem sete cores para os falantes da língua portuguesa, mas para alguém que fala inglês o *rainbow* tem seis cores, pois, no que se refere ao arco-íris, a comunidade de língua inglesa não distingue a cor anilada da cor roxa, ambas compreendidas em uma única faixa, *purple*²⁸³. Com a dimensão *ética* também ocorre o mesmo: as noções de justo, injusto, certo e errado estão relacionadas com um conjunto de interpretantes válidos sob uma semiose vigente no seio de uma comunidade em um dado momento histórico. O mesmo se passa com os *imaginários*, a *compreensão de mundo*, as esperanças, as *utopias*. Também no nível das *necessidades* encontramos essas semioses: a definição do que deve ser satisfeito e de como deve sê-lo; tudo isso é modelizado pela cultura. É muito diferente nascer no Brasil ou em Ruanda, no Japão ou na Suíça

A relação entre a sociedade e indivíduo é, portanto, muito complexa. No processo de sua individuação, as pessoas vão assumindo os jogos de linguagem, os signos e códigos de uma certa cultura, em uma relação simultânea de liberdade e de determinação. Como escreve Paulo Freire, “nem somos, mulheres e homens, seres simplesmente determinados nem tampouco livres de condicionamentos genéticos, culturais, sociais, históricos, de classe, de gênero, que nos marcam e a que nos achamos referidos.”²⁸⁴ Cada indivíduo é determinado pela sociedade em todas as dimensões de sua subjetividade, mas ao mesmo tempo também é livre, no sentido de que pode interferir sobre esses códigos culturais. Assim, família, escola, colegas, amigos, igrejas e, especialmente, as mídias de massa determinam muito a individuação das subjetividades²⁸⁵. Por outra parte é possível uma intervenção dos sujeitos sobre esses determinantes desde que desenvolvam a capacidade de problematizá-los. Em todas essas esferas ocorre o processo educativo através da formação dos indivíduos em processos semióticos geradores de interpretantes, de padrões e referências para os diversos conjuntos de comportamentos e ações pessoais ou coletivas.

Contudo, de todos os aparelhos e organismos sociais mediadores da educação ou da cultura, as mídias de massa tem cada vez maior preponderância afirmando padrões estéticos, éticos e políticos. Valendo-se do saber elaborado pelas ciências humanas que

²⁸³ Veja-se o item “As línguas Naturais e a Cultura” de Edward LOPES, *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo, Editora Cultrix, 1993, p. 21-24. Sobre a dimensão estética na cultura de massas, veja-se Edgar MORIN, *Cultura de Massas no Século XX*, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1967, em especial o capítulo 7, “Os Campos Estéticos”, p. 81-89

²⁸⁴ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1996, p.111 Em outro livro escreve Paulo Freire: “As formas de estarmos sendo, a maneira de comer, a possibilidade e o próprio gosto de comer, o que comer, a forma de vestirmos, a maneira como agimos no mundo, como nos encontramos com os outros e nos comunicamos; os níveis de instrução e de educação, a nossa posição de classe na sociedade de que fazemos parte, todas essas coisas terminam por formar nossa linguagem, nossa estrutura de pensar que, por sua vez, também nos condiciona. Por isso mesmo é que rigorosamente não se ensina linguagem. Nós experimentamos a linguagem, criamos socialmente a linguagem e nos tornamos afinal ‘lingüisticamente competentes’.” Paulo FREIRE. *A Educação na Cidade*, p. 138

²⁸⁵ Veja-se Félix GUATTARI e Suely ROLNIK. *Micropolítica - Cartografias do Desejo*. Petrópolis, Editora Vozes, 1986, em especial o capítulo 2, “Subjetividade e História”, p. 25-126

esquadrinharam as subjetividades, as mídias de massa exercem poder sobre elas, de modo tal a agenciar certos comportamentos, a determinar certos movimentos sociais, a promover o consumo de certos produtos, etc. Em síntese, elas interferem com seus processos pedagógicos nos níveis mais íntimos da subjetividade, agenciando os comportamentos mais variados²⁸⁶.

Assim, a sociedade condiciona os indivíduos com seus processos educativos, mas os indivíduos podem modificar a sociedade. Desse modo, não cabe falar de uma ex-istência individual de cada um, como se a subjetividade se reduzisse a uma consciência que, movida pela liberdade, põe-se fora de si (ex) através de suas obras culturais, podendo nelas refletir-se e recuperar-se como consciência livre em seu movimento individual, suprimindo o anterior momento de alienação. A subjetividade, pelo contrário, é relativamente determinada por tudo que a modeliza, a família, a escola e demais equipamentos sociais. Com efeito, a subjetividade é fruto de uma con-sistência - cada pessoa é neste conjunto de semioses que a atravessa e modeliza, que perpassa a sua subjetividade e a produz como ser humano, embora sempre tenha a liberdade situada e relativa de resistir aos fluxos que a produzem e de conferir um sentido singular à sua vida.

b) Auto-ícone, Individualização e Singularização

A percepção que o indivíduo tem de si mesmo é primeiramente uma experiência estética, isto é, sensível, uma vez que todo conhecimento inicia-se por tomar-se a si mesmo como fenômeno e não inicialmente como razão. A necessidade insatisfeita leva o indivíduo à busca de uma exterioridade que o satisfaça. A memória da satisfação e da carência registram-se como signos primários da zoosemiose dos comportamentos animais que é modelizada sob as semioses culturais humanas. Desde a consistência modelizadora dessas intensidades vai se constituindo a auto-imagem dos sujeitos. Sem memória, contudo, não haveria estabilidade de alguma representação de si e, conseqüentemente, ocorreria a impossibilidade de uma identidade do indivíduo.

Sendo assim, a consistência nos leva à geração de um ícone virtual de nós mesmos - uma imagem registrada na própria memória - como objeto imediato, sobre o qual aplicamos interpretantes com os quais queremos possuir a nós mesmos, conhecer-nos²⁸⁷. As semióticas hegemônicas, contudo, ao propor certos interpretantes como os mais valiosos geram uma tensão utópica de que o sujeito seja diferente do que imagina que é. Ao negar o valor do ícone atual de si mesmo e ao assumir como projeção de si o ícone proposto pela semiose hegemônica de alguma comunidade comunicativa, buscando alcançar os signos que o revestem (por exemplo, determinados tipos de roupas, tênis, acessórios, diplomas, outros objetos, certos comportamentos, etc), o indivíduo constrói outra virtualidade de si mesmo. A regularidade de reações (como interpretantes energéticos frente a objetos dinâmicos do cotidiano já modelizados signicamente por uma articulação interpretante) aparece como interpretante da identidade do ícone virtual de si mesmo²⁸⁸.

²⁸⁶ Veja-se Jean BAUDRILLARD. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Rio de Janeiro, Editora Elfos, 1995

²⁸⁷ Sobre a noção de ícone veja-se Charles Sanders Peirce, "O ícone, o Indicador e o Símbolo" in *Semiótica e Filosofia*, São Paulo, Editora Cultrix, 1972, p. 115-134. Veja-se também GUATTARI e DELEUZE. *Op. Cit.*, p. 100, nota 38

²⁸⁸ A desterritorialização absoluta (que ocorreria em casos de amnésia por acidentes em que o indivíduo parece amanhecer como se fora outro) é impedida pela regularidade de interpretantes que ainda opera

Assim, podemos dizer que o *eu* possui dois ícones de si mesmo ou duas auto-imagens. Um corresponderia ao que o indivíduo imagina que é e outro ao que deseja ser. Ambos os ícones são virtuais - uma vez que não possuem materialidade objetiva como significantes - que podemos denominar como atual no primeiro caso ou potencial ou utópico no segundo caso²⁸⁹. Nenhum dos dois corresponde plenamente, contudo, ao *eu*. Se todo signo representa parcialmente o objeto, o ícone do que o *eu* imagina que é não representa cabalmente o que ele próprio é; já o ícone que o projeta como seria em outra circunstância, apenas o representa como projeto.

Importa destacar, contudo, que - em geral - tanto os interpretantes do ícone atual quanto do ícone potencial são gerados por semioses hegemônicas desde as quais o indivíduo interage consigo mesmo pela mediação de uma cultura que o situa como um ser em um mundo. Assim, sob as semioses do capital o indivíduo compreende e sente o que é, aplicando sobre o ícone de si mesmo os interpretantes modelizados pelo regime de signos hegemônico na produção de sua subjetividade. Por outra parte, ao projetar um ícone potencial, ele age do mesmo modo, projetando uma identidade avaliada a partir dos interpretantes das semioses hegemônicas.

Na problematização desse processo, algumas questões se colocam. A “complexidade sógnica” (a articulação complexa dos signos) redundaria em uma experiência única e complexa de si mesmo ou sempre fragmentada em razão da temporalidade das semioses? A memória não pode integrar em uma unidade - o *si mesmo* - o conjunto de interpretantes afetivos, energéticos e intelectuais que integram a reposição do ícone atual na temporalidade histórica do indivíduo? O *si mesmo* não é ele próprio uma síntese complexa como objeto dinâmico, imediato e interpretantes que o põe como sujeito livre, capaz de optar por distintos posicionamentos frente ao mundo objetivo pela mediação de sua representação sógnica do mundo e de si mesmo?

A posição de si como consistência é mais que autoconsciência ou autopoiesis, pois há fluxos sógnicos dos quais não temos consciência e há elementos do *eu* que não são postos por sua liberdade, como seu envelhecimento, sua doença e sua morte.

A semiose do *si mesmo* como que engendra o movimento inverso. Ao considerar o ícone atual do *si mesmo*, todo o conjunto dos interpretantes emerge como um objeto dinâmico que instaura o *si mesmo para si mesmo em si mesmo*. Esta complexidade do sentir-se energeticamente, afetivamente, perceber-se fenomenicamente, representar-se intelectualmente repõe o *eu* para si mesmo com sua identidade consistente e mutante.

Assim, não há um *eu* como objeto dinâmico fora da complexidade sógnica do *si mesmo*, pois o *eu* é sempre resultante processual da organização sógnica do caos das interações do

frente a outros objetos com os quais reagia o sujeito antes do evento desterritorializante. Haveria que investigar-se se, mesmo perdendo o ícone virtual de si mesmo, mesmo sem saber quem é, o indivíduo manteria reações similares de padrões de sabor, de beleza, de sentimentos éticos, etc. Seja como for, o conhecimento de si mesmo tido por cada qual se reafirma pela mesma reação frente aos objetos dinâmicos similares. Os sujeitos em geral se estranham ao reagir diferentemente do que o fazem frente a situações em que sua memória registra como sua identidade um certo comportamento.

²⁸⁹ Como a memória do passado é fragmentada em razão do tempo, não há um único ícone do que o indivíduo foi, mas uma infinidade deles, que são reinterpretados a cada nova experiência que altera os critérios de valoração de si mesmo. A fixação sobre algumas dessas imagens pode ser prejudicial à saúde psíquica do indivíduo.

sujeito com todos os fluxos. E não há como afirmar o *si mesmo* senão pela mediação da cultura que, com seus signos e interpretantes, torna possível a con-sistência do indivíduo.

A fisiossemiose organiza os fluxos materiais e energéticos; a biossemiose e a endossemiose reorganizam esses fluxos possibilitando a reprodução de sistemas complexos; a fitossemiose e a zoossemiose especializam códigos externos conectando os processos vitais com os processos complexos externos. A antropolossemiose em que emerge o ícone de si mesmo já é um conjunto de modelizações em que sua “matéria” essencial são os próprios signos, antropológicamente ordenadores dos níveis anteriores de semiose²⁹⁰.

Sendo o *si mesmo* organização e memória, liberdade e projeção, ícone atual e utópico, ele não pode haver senão como consistência e justamente, por isso, toda subjetividade é produto e o capitalismo pode tornar-se o sistema modelizante principal capaz de reorganizar as semioses antropológicas, projetar ícones potenciais para a realização humana, gerar interpretantes sobre os ícones atuais por cuja mediação os indivíduos se reconhecem, operando na posição do *si mesmo* pelo próprio *eu*, e operar na sua posição de classe, orientado sua liberdade para a reprodução do capital.

Essa individuação que, assim, ocorre culturalmente, pode-se dar de dois modos, como analisa Félix Guattari²⁹¹. Na perspectiva da *individualização*, os indivíduos são agenciados capitalisticamente, em meio à massa, a destacarem-se socialmente, individualizando-se ao assumir as referências de poder e prestígio social modelizadas sob as semioses do Capitalismo Mundial Integrado, buscando competir e vencer, ser melhor sob o quadro de valores estabelecido pelas semioses culturais hegemônicas. Por outro lado, na perspectiva da *singularização* ou subjetivação, a individuação ocorre com o sujeito dando vazão aos fluxos de desejo e paixão, buscando a realização de sua singularidade na relação solidária e criativa com o outro - relação não fetichizada pelas mediações da cultura hegemônica -, outro esse que é desejado em sua liberdade e diferença, rompendo-se, assim, com todos os códigos éticos, estéticos e políticos, entre outros, que impeçam o sujeito de realizar suas potencialidades, de expandir sua criatividade. Assim, por exemplo, para *individualizar-se* como homem, conforme uma certa semiose cultural hegemônica, é necessário que a subjetividade se estratifique sob uma identidade machista. Por outro lado, sob o movimento de *singularização*, a busca da relação com o outro fará o sujeito romper não apenas com a cultura machista, mas com todas as outras semioses dominantes que negam qualquer outro em sua diferença e liberdade, como a discriminação por raças, credo, orientação sexual, etc. Possibilita-se assim que todos realizem as suas singularidades e potencialidades na promoção da liberdade recíproca²⁹².

Tanto uma quanto outra perspectiva são alimentadas por processos educativos amplos realizados nos diversos organismos sociais. Nesse complexo processo de produção de subjetividade, inúmeras utopias pessoais e coletivas são agenciadas e realimentadas. Cada pessoa tem sua utopia individual, movida por desejos e necessidades, formulada ao âmbito de sua circunstância: cada pessoa busca realizar o que ainda não é, tomando como identidade seu ícone potencial ou utópico. A sociedade, contudo, orienta as utopias

²⁹⁰ Veja-se DEELY, *Op. Cit.*, capítulo 5 “Zossemiótica e Antropolossemiótica” e capítulo 6 “Fisiossemiose e Fitossemiose”, p. 52-123

²⁹¹ Veja-se Félix GUATTARI e Sueli ROLNIK. *Micropolítica - Cartografias do Desejo*. São Paulo, Vozes, 1ª. Edição, 1986. Em especial os itens II-3 “Produção de Subjetividade e Individualidade” e II-4 “Singularidade X Individualidade”, p. 31-39

²⁹² Veja-se Félix GUATTARI. *Revolução Molecular*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, em especial o capítulo primeiro, “Revolução Molecular por toda parte”, p. 11-73

pessoais para certas realizações. Nesse sentido, o capitalismo é um grande formulador de utopias; conforme a ideologia por ele disseminada, cada pessoa nunca deve estar satisfeita com o que é ou tem e deve buscar sempre mais, estar à frente dos demais, ser o maior e o melhor, isto é, possuir em maior quantidade e em melhor qualidade que os demais.

c) Educação e Utopia

Contudo, existem diversas formas e tipos de utopias²⁹³. Elas podem ser *singularizadoras*, *subjetivadoras*, quando são movidas pelo desejo do outro em sua liberdade, movidas para a relação pessoa-pessoa, face-a-face, na justiça e liberdade - como afirma Enrique Dussel, quando considera a proximidade do face-a-face em sua dimensão utópica ou escatológica, como sentido último da existência humana²⁹⁴. Mas elas também podem ser *alienantes*, quando movidas por desejos manipulados sob a lógica do capital, do machismo, do autoritarismo e demais semióticas em que a outra pessoa é subsumida como um objeto a mais no mundo do indivíduo, que dela se vale como um meio para alcançar outros objetivos particulares.

As utopias também tanto podem ser pessoais quanto grupais. Vários indivíduos podem compartilhar uma única utopia que os articula em seu agir coletivo, tratando-se, assim de utopias *grupais*, como as que se manifestam em certos movimentos ou segmentos sociais. Assim, por exemplo, nos movimentos que lutam por moradia, faz parte da utopia pessoal de cada um dos participantes o desejo de possuir um terreno para morar. Mas quando esses indivíduos se organizam, dando origem a um movimento social, a posse da terra - pela qual lutam - passa a ser parte de uma utopia grupal. Por fim, as utopias também podem ser *gerais*, *amplamente coletivas* de toda uma sociedade ou povo; temos então os projetos políticos como utopias mobilizadoras de grandes segmentos sociais²⁹⁵.

Em geral as pessoas não se dão conta dos desejos mais íntimos que alimentam suas utopias pessoais e que estão latentes em suas ações, orientando adesões sociais e políticas, embora tais desejos se manifestem de várias formas nas condutas do cotidiano.

Toda utopia se constitui pela mediação de antropossemioses que agenciam devires subjetivos e projeções temporais de suas realizações. Nesse movimento antropossemiótico, os *imaginários* são co-elaborados destacando-se um certo conjunto de signos como elementos recorrentes à compreensão que a pessoa tem de si mesma e do mundo em que está inserida, valendo-se dos interpretantes que são hegemônicos no seio das comunidades de comunicação em que participa. Todas as pessoas, assim, possuem imaginários peculiares, cujos signos se articulam das maneiras mais diversas em razão da diversidade de semioses que as atravessam constituindo-as como pessoas. Em meio a esse conjunto de cognições, sentidos e afetos, pela interação com as diversas realidades, as pessoas vão construindo sua personalidade, sendo determinadas por aspectos econômicos, políticos e culturais os mais diversos. Cada ser humano articula, desse modo, seus desejos, sonhos,

²⁹³ Veja-se Helmut THIELEN. *Além da Modernidade ? Para a Globalização de uma Esperança Conscientizada*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, em especial o item "Utopia", p. 60-74, bem como, Roberto FREIRE e Fausto BRITO, *Utopia e Paixão*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1986, em especial o capítulo 9, "A Imaginação no Poder", p.83-91

²⁹⁴ Enrique DUSSEL. *Filosofia da Libertação*. Edições Loyola, São Paulo, s.d.

²⁹⁵ Sobre essa distinção entre os vários tipos de utopias veja-se o item "3.4. Movimentos Populares atuais e práxis de libertação" de nosso artigo "Práxis de Libertação e Subjetividade" em Revista de Filosofia, 6(7):81-109 jun 1993. PUCPR - Curitiba, PR, Brasil, 1993

esperanças e projetos sob uma *utopia pessoal*. A utopia de cada um é justamente aquilo que cada qual quer realizar em sua vida particular, um norte da existência pessoal, estando na base de projeção de seu auto-ícone potencial. A utopia pessoal está sempre marcada pelo processo de individualização ou subjetivação, sendo formulada com elementos peculiares ao imaginário pessoal e social, sob cujos signos encontram-se disposições afetivas modelizadas ou não sob os códigos do capital que, como sistema semiótico modelizante principal, modeliza as diversas linguagens em uma sociedade capitalista. Toda utopia emerge, pois, como uma certa negação da realidade presente, efetiva, e se volta para a sua transformação, a fim de realizar os desejos utópicos - mesmo no caso das utopias alienadas, em que, agenciado pelo capital, o indivíduo busca ter o que não tem e ser o que não é.

Ora, sendo a dimensão utópica uma característica própria a todas as subjetividades humanas, os sistemas hegemônicos de poder - com a finalidade de preservar a realização de seus próprios objetivos - organizam mediações educativas que se especializam em manipulá-la, atuando no âmbito mais íntimo da vida privada, estabelecendo interpretantes hegemônicos para os auto-ícones atual e utópico. As semioses educativas modelizadas pelo capitalismo em sua atual fase de globalização, por exemplo, são provedoras de ilusões e fantasias, alimentando a construção de utopias alienadas e alienantes pelos indivíduos. Apresentando o neoliberalismo como um projeto de sociedade que permite a todos ascender socialmente segundo seus méritos, qualidades e empenhos, propõe-se um conjunto de reformas e políticas que, de fato, geram uma exclusão cada vez maior de amplos segmentos sociais. Poder, luxo, fama e riquezas são elementos que fazem parte, em alguma medida, das utopias veladas da grande massa social, cujos arquétipos se identificam com personagens fictícios e vitoriosos apresentados pela mídia como modelos de realização pessoal. Tais utopias compõem anseios, desejos e aspirações que mobilizam a práxis pessoal a fim de realizar os objetivos últimos formulados utopicamente - mesmo que seja ganhando nas loterias. Como não se pode impedir que os indivíduos construam utopias e reprimi-las não significa destruí-las, as semióticas do capital, em sua função educativa, modelizam as subjetividades de modo que desejos, aspirações e anseios, sejam orientados a práticas que permaneçam dentro dos códigos e limites estabelecidos hegemonicamente.

Vemos, portanto, que as utopias tanto podem ser singularizantes, elementos de subjetivação, como também podem ser conservadoras, gestadas em processos de individualização, embora sempre emergjam da negação da realidade imediata e cotidiana das pessoas que as elaboram e componham elementos que possuem significações peculiares a cada um pela vinculação que mantém com o conjunto de signos articulados que conforma o seu imaginário. Sob a perspectiva de ampliação dos horizontes dos exercícios de liberdade, a educação possibilita uma reflexão sobre a práxis individual e coletiva, permitindo compreender tanto o momento prático, efetivador, da práxis social, quanto, especialmente, o momento utópico a ela articulado e os agenciamentos que atuam em sua mobilização.

Como a subjetividade humana é esta unidade de consciência e inconsciência, de razão e afetos, de imaginações e paixões, necessidades, desejos e medos, não é fácil compreender o que motiva as ações particulares e coletivas, bem como o que as agencia. Frente a este desafio, a educação como condição do exercício da liberdade desenvolve-se como uma semiose dialética que gera novos interpretantes sobre realidades e condutas - recuperando os conhecimentos historicamente elaborados e gerando experiências estéticas - que

permitam ampliar o exercício de autonomia pessoal, ao mesmo tempo que reafirma elementos éticos voltados à expansão da liberdade do indivíduo e da coletividade, permitindo assim uma problematização da práxis em sentido amplo.

Sob esta perspectiva, amplia-se a compreensão da práxis que além de considerar a articulação dialética entre prática e teoria - que se desdobra em momentos cognoscitivo, teleológico e efetivador - entende-se que, na conduta de cada pessoa, estão presentes elementos da sua utopia particular e das semioses sociais, envolvendo aspectos inconscientes e conscientes, desejos, imaginários e razões, objetivos a serem alcançados e estratégias de como efetivá-los. A reflexão sobre a utopia pessoal torna-se, desse modo, condição para compreender-se tanto a práxis individual quanto coletiva. Ao considerar-se a dimensão afetiva - especialmente desejante, temerosa e necessitante - que move as pessoas ao agir, destaca-se que inúmeros jogos de poder (sedução, persuasão, privação, coação, agressão, etc) mediados pelas mais diversas semioses atuam nos processos de subjetivação ou individualização. A educação como mediação do exercício da liberdade eticamente orientada promove processo pedagógicos geradores de interpretantes necessários a elaboração, pelo próprio educando, de referências tanto para a crítica de suas utopias, quanto para a singularização de novas disposições utópicas desde as quais seu auto-ícone potencial se constitui como referência para seu livre devir. Como a subjetivação é a contraface dos processos de socialização, a práxis individual e a práxis social possuem interfaces a serem conceituadas tendo em vista melhor situar o exercício sempre limitado da autonomia privada e pública com a finalidade última de expandir o exercício das liberdades. Toda educação, portanto, supõe utopias - mesmo que se resumam às utopias pessoais do educador e dos educandos - como resultado das semioses que os atravessam e os constituem nesses estratos.

Ao compreender a educação como ação cultural e ao alargar os horizontes da práxis para destacar a sua dimensão utópica, torna-se possível analisar a conflitividade intrínseca dos processos pedagógicos socialmente considerados, na medida em que tendem a agenciar movimentos de singularização ou de individualização, o que significa promover a co-elaboração de utopias libertárias, ainda que de caráter molecular, ou a reposição, sob novas semioses, de utopias alienantes. Como os processos educativos operam, de algum modo, sobre as utopias pessoais e sociais, nesta exata medida a educação é um ato político situado em meio a conflitos de classes. Todo balizamento utópico aponta a um modo de organizar-se a *polis*, a um modo de viver em sociedade. A crítica da práxis social, com vistas a expandir o exercício das liberdades públicas e privadas, revela-se ao mesmo tempo uma reflexão sobre as utopias, sobre as semioses que as agenciam e perpassam, bem como, sobre os jogos de poder que estão em sua base - o que supõe considerar a realidade concreta por elas negada e as contradições e conflitos aí inerentes.

Paulo Freire, em *Pedagogia da Esperança*, argumenta nesta perspectiva que se por um lado os conflitos entre classes sociais com interesses em choque provocam transformações históricas, por outro lado, os sonhos e esperanças, as utopias de homens e mulheres que lutam por sua liberdade, são igualmente motores dessa transformação. Tal utopia, como ele a considera, compreende a crítica negativa ao que está realizado e a simultânea afirmação de um projeto que se almeja concretizar. Segundo Freire,

“... não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se

instaura, na mesma medida em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário continua.”²⁹⁶

Assim considerada, há uma intrínseca relação entre estas utopias críticas e a educação, somente podendo haver esta última quando existe a primeira:

“Na verdade, toda vez que o futuro seja considerado como um pré-dado, ora porque seja a pura repetição mecânica do presente..., ora porque seja o que teria de ser, não há lugar para a utopia, portanto para o sonho, para a opção, para a decisão... Não há lugar para a educação. Só para o adestramento.”²⁹⁷

Em razão disso é do interesse das classes dominantes, que as classes dominadas não exercitem a “aprendizagem política de comprometer-se com uma utopia” e assumam posturas pragmáticas. Pelo contrário, o compromisso utópico, “o sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica, etc., que nos estão condenando à desumanização. O *sonho* é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz.”²⁹⁸

Sob esta perspectiva, os processos educativos que se realizam como *ação cultural para a liberdade*, didaticamente considerados, tomando-se como exemplo a práxis social dos movimentos populares que atuam contra-hegemonicamente ao capital, enfocam alguns aspectos em particular. Esta ação cultural educativa, visando gerar novos interpretantes que permitam aprimorar as ações coletivas de expansão das liberdades, busca: a) avaliar coletivamente a prática efetiva do movimento ou ator, mapeando seus agenciamentos fundamentais; b) colocar em crise as utopias pessoais (do indivíduo ou sujeito) e particulares (de grupos e movimentos), elaborando uma cartografia das necessidades, desejos e interesses envolvidos, bem como os signos aos quais estão articulados no imaginário dos participantes, bem como, considerar qual a compreensão que os mesmos têm da realidade efetiva e quais as estratégias e táticas que propõem para a atuação; c) analisar dialogicamente as estruturas e conjunturas sociais que consolidam e tensionam a realidade efetiva, bem como analisar as utopias que lhe dão sustentação - com que signos trabalham, que afetos agenciam, etc ; d) promover a partir das diversas utopias pessoais e utopias particulares dos movimentos, a construção de utopias mais coletivas movidas por um desejo de que cada outro possa viver, o mais plenamente, a sua humanidade, gerando interpretantes energéticos e afetivos de compromisso pessoal e social com a expansão das liberdades públicas e privadas - utopias essas que abarquem as aspirações populares imediatas articulando-as em eixos de luta estratégicos que avancem em sua satisfação incidindo sobre as estruturas capitalistas e afirmando uma nova ética que se manifeste em todas as relações micro-políticas do cotidiano e nas macro-políticas do Estado; e) promover semioses que, singularizando interpretantes, possibilitem que tal utopia elaborada coletivamente, bem como, as ações práticas e linguagens mediadoras mantenham-se sedutoras e agenciantes, mobilizando os desejos das pessoas, promovendo processos de subjetivação e, ainda, possibilitando a crítica da realização alienada de tarefas ou repetição de discursos - o que passa a correr quando novas institucionalizações sociais cristalizam novos exercícios de poder como ordem a ser preservada, e f) por fim, esta ação cultural educativa como mediação da expansão da liberdade visa contribuir para que tais movimentos articulem-se com organizações e movimentos mais globais, o que possibilita

²⁹⁶ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 91-92

²⁹⁷ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, 92

²⁹⁸ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, 99

uma ação conjunta, norteadas por uma ampla utopia coletiva, explicitada objetivamente em um projeto político - que evidenciando os eixos de luta - busca consolidar um amplo engajamento social em sua defesa, visando promover a socialização das mediações materiais, políticas, educativo-informacionais para o exercício ético das liberdades públicas e privadas.

5.2 A semiose educativa do Capitalismo Globalizado

O capitalismo, pela ação de suas empresas e seus agentes, modeliza as utopias pessoais sob a sua lógica de dominação e lucro, gerando signos que operam como interpretantes dos ícones atual e potencial de grande parte dos indivíduos. Ele atua no inconsciente e move o desejo, a angústia e o medo das pessoas; altera a *sensibilidade* que é modelada sob a lógica do capital, ficando o desejo de alteridade modelizado em função do consumo de produtos e da posse de objetos, resultando em relações coisificadas - o desejo de ter um namorado é desviado para o desodorante, o desejo da família feliz é desviado para a margarina, o desejo de ter um grupo de amigos é desviado para a posse do tênis, entre outros exemplos. Ele também modeliza *esteticamente* a subjetividade: cria padrões de belo e feio, o que confere status ou não: que roupa se deve vestir, que objetos o indivíduo deve portar para ser reconhecido como importante pelo grupo em que participa, etc. Ele também modeliza a dimensão *ética*: mutila a sensibilidade das pessoas frente ao sofrimento alheio, frente à morte, desumanizando-as; altera as noções de justo e injusto, responsabilizando cada pessoa por sua exclusão escondendo-lhe as causas estruturais deste processo. Assim, se alguém fica desempregado é porque não estudou o suficiente para trabalhar com as tecnologias mais complexas, sendo responsabilizado pela seu próprio insucesso; se estuda e consegue emprego, o conseguiu porque estudou; se estuda e não consegue o emprego é porque não estudou o bastante. Essa ideologia, contudo, oculta o fato de que mesmo se todos estudassem o bastante, não haveria emprego para todos, pois não é a qualificação do trabalhador o que faz surgir postos de trabalho. O capitalismo também produz *imaginários*, gerando certas compreensões ideológicas de mundo, esperanças impossíveis de cumprir-se, *utopias* alienadas, compreensões fragmentadas e virtuais do real, etc. O capitalismo modeliza também as *necessidades* humanas, transformando-as em possibilidade de alguns acumularem mais capital, criando novas necessidades sociais.

Francisco Gutiérrez, analisando a influência cultural dos meios de comunicação de massa sobre a sociedade, destaca que a partir das contradições entre as classes sociais pode-se compreender como um de seus resultados a existência de seres humanos oprimidos e que juntamente com tal opressão têm-se o fenômeno da manipulação cultural que impede às pessoas de compreender e expressar seu próprio mundo. Conforme o autor,

“Essa manipulação cultural é particularmente notória nos meios maciços de informação. Através desses meios, da computação e de outras tecnologias altamente sofisticadas que se opera um forte controle social por parte das classes e grupos interessados em conservar o sistema vigente. Esta cultura falsamente chamada de cultura de massa, por ser manipuladora, opõe-se fortemente ao surgimento do homem novo, na medida em que destrói a autêntica comunicação humana e social.

“As linguagens dos meios, longe de contribuir para a libertação humana, são instrumentos que ocultam e mascaram a realidade.”²⁹⁹

²⁹⁹ Francisco GUTIÉRREZ. *Educação como Práxis Política*. São Paulo, Summus Editorial, 1988, p. 56. Embora Gutiérrez tenha razão se considerarmos a grande maioria dos meios de comunicação, cumpre

Portanto, o sistema capitalista, além de ser um *sistema econômico e político*, é o *sistema semiótico* modelizante principal. Ele produz e reproduz conjuntos articulados de signos a partir dos quais tudo pode ser transcodificado. Ele transforma qualquer coisa em valor de troca, até mesmo a afetividade e desgraças humanas, como vimos, bem como é capaz de modelizar todas as linhas de fuga ou de subversão, colocando tudo a serviço de sua reprodução³⁰⁰. A eficiência ou não desse último procedimento - sobrecodificar os signos de protesto e recuperá-los em sua espira dominante - depende da capacidade dos atores sociais, que geraram os signos que foram modelizados, propagar socialmente um certo conjunto de interpretantes capazes de ressignificar aqueles signos, mantendo sua operatividade subversiva frente à semiose hegemônica em que foram transcodificados. Desse modo, por exemplo, as mídias no Brasil são capazes de transformar Chico Mendes - ecologista e líder político brasileiro, que foi assassinado por latifundiários - em defensor de borboletas e passarinhos, esvaziando o signo político das causas que o levaram a ser dirigente do Partido dos Trabalhadores no Acre, lutando pela aliança dos povos da floresta e pelo socialismo democrático. Entre os movimentos sociais, entretanto, a imagem de Chico Mendes continua sendo interpretada desde sua posição de classe como elemento agenciador de movimentos moleculares de subversão.

As modelizações semióticas capitalísticas são possíveis porque a interação humana com os signos é, como vimos, simultaneamente estética e cognitiva, envolvendo afetos, perceptos, representações e conceitos, mediados por interpretantes. O capitalismo, pois, gera signos e agencia interpretantes; sabe capturar desejos e revoltas, sabe canalizar intensidades subjetivas. Em muitos casos, como vimos, essas semioses levam os indivíduos a tomarem o imaginário como real, o virtual como objetivo³⁰¹.

O capitalismo como *sistema político* pode assumir várias configurações, cada uma das quais terá um jogo de semioses peculiares. Pode ser liberal, fascista ou social-democrata. Contudo, cada modelo destes engendra seus signos, seus imaginários, seus códigos, sendo que todos eles estão centrados no acúmulo de capital em detrimento da realização universal da liberdade e da dignidade humana de cada pessoa, pois o valor de troca passa a ser a mediação geral de equivalência entre todos os entes por ele modelizados. O capitalismo neoliberal, de sua parte, possui uma ideologia peculiar que o justifica; ele agencia utopias coletivas alienadas que jamais se realizarão, como a utopia do livre mercado, por exemplo, ou ainda a satisfação de todos os consumidores em razão da competição entre os produtores e comerciantes³⁰². O que se nota, entretanto, é que quanto mais se desregulamenta o mercado, pior fica a situação dos excluídos³⁰³. A semiose

destacar que através deles e de suas linguagens também ocorrem, em menor medida, processos semióticos valiosos à subjetivação. Através dos meios comunicativos de grande impacto também pode ocorrer a disputa por hegemonia, dependendo, entretanto, de como os setores populares da sociedade civil interferem no controle dos meios de comunicação sociais.

³⁰⁰ Veja-se Félix GUATTARI, *Revolução Molecular*, em especial “O Capital como Integral das Formações de Poder”, p. 191-210

³⁰¹ Veja-se nosso artigo “Realidade Virtual - A Conversibilidade dos Signos em Capital e Poder Político”, revista *Lumen* 2(4):75-135 jun 1996. São Paulo, Faculdades Associadas Ipiranga.

³⁰² Veja-se Franz J. HINKELAMMERT. “Ética do discurso e ética de responsabilidade: uma tomada de posição crítica”. in Antonio SIDEKUM. *Ética do discurso e filosofia da libertação - Modelos complementares*. São Leopoldo, Ed. Unisinos. p. 73 a 116. Especialmente o item 1. *A teoria da concorrência perfeita*. p. 75 e a crítica sobre *A aproximação assintótica da realidade à sua situação ideal*, p. 80s Veja-se no glossário, ao final desta dissertação, o verbete “Neoliberalismo”.

³⁰³ Veja-se nosso artigo: “Quatro teses sobre o neoliberalismo.” *Revista Filosofazer*, Passo Fundo, IFIBE, ano VI n. 11, p. 83 a 103, 1997.

neoliberal mobiliza desejos e anseios das pessoas levando-as a terem comportamentos políticos favoráveis aos interesses dos grupos economicamente dominantes - seja ecoando mensagens, através das mídias, em favor das reformas estruturais conforme os parâmetros do Consenso de Washington, seja apoiando politicamente grupos e partidos com elas comprometidos. Em síntese, essa atual configuração de capitalismo neoliberal engendra regimes globalitários. Produzindo subjetividades, essa forma de capitalismo não apenas se implanta como modelo econômico, mas como semiose hegemônica, que agencia e hegemoniza amplos segmentos sociais em defesa de projetos que excluem a maioria, embora essa maioria pense que esses projetos vão atender os seus interesses.

Analisando a influência poderosa dos meios de comunicação de massa na reprodução ideológica do capitalismo atual, perguntava-se Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*: “Como enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, de sua ‘sintaxe’, que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não é já está feito. Mais ainda, que diversifica temáticas no noticiário sem que haja tempo para a reflexão sobre os variados assuntos. (...) O mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido.”³⁰⁴ Freire destaca que para enfrentar o ardil ideológico das mídias “... nossa mente ou nossa curiosidade teria de funcionar epistemologicamente o tempo todo. E isso não é fácil.”³⁰⁵ - cabendo contudo considerar que a “televisão não é um demônio que nos espreita para nos esmagar” como também não é “um instrumento que nos salva”. Somente compreendendo como as semioses operam podemos pedagogicamente atuar na geração de interpretantes que permitam às pessoas reagirem criativamente aos agenciamentos que ela opera, podendo reelaborar suas semioses com uma autonomia *con-sistente*.

5.3. Educação Formal e Crítica da Cultura Capitalista

Considerada em sua generalidade, a educação é sempre ação semiótica. Ela estabelece regimes de signos coerentemente articulados, afirmando interpretantes hegemônicos em uma comunidade de comunicação, estabelecendo padrões éticos, estéticos e políticos. Mais que isso, essa ação geral educativa aponta certas realizações humanas, gerando desejos e imaginários que se organizam em utopias pessoais e coletivas.

Face a essa real tecitura das culturas contemporâneas sob as sociedades capitalistas, duas questões centrais a serem respondidas são: se a escola tem capacidade de singularizar interpretantes do sujeito sobre si mesmo, sobre sua utopia, sobre o mundo em que vive, e como a ação educativa escolar poderá atingir esta dimensão signíca.

Em geral a escola é tomada pela sociedade como mediação para realização da utopia capitalista de ascensão social de cada um: “estudar para ser alguém na vida”. Os interpretantes de “ser alguém” são modelizados pelas semioses capitalistas hegemônicas. Se a escola não conseguir avançar em uma ressignificação dos interpretantes intelectuais, afetivos e energéticos dos que estão envolvidos nos processos educativos, ela não conseguirá cumprir com o objetivo de realizar uma práxis educativa capaz de promover a democracia e a cidadania. Com efeito, há pessoas críticas, que não se envolvem em ações solidárias coletivas, pois seus interpretantes afetivos e energéticos continuam mutilados em razão da exposição de sua subjetividade ao bombardeio saturante das mídias de massa.

³⁰⁴ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*., p. 157

³⁰⁵ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*., p. 158

Por outra parte, nos movimentos sociais, inúmeras ações pedagógicas se realizam reconstruindo as utopias pessoais e coletivas com base na solidariedade, no compromisso coletivo. Nestas ações busca-se não apenas desenvolver-se uma consciência crítica, em um processo de conscientização, mas resgatar-se uma sensibilidade ética e uma enérgica reação frente às injustiças e a toda forma de preconceitos, discriminações e opressões.

A elaboração de uma consciência criteriosa, denominada *conscientização*, não é, de modo algum, a inculcação no outro de posições ideológicas ou de conteúdos de qualquer espécie³⁰⁶. Pelo contrário é um processo em que cada pessoa, questionando seus padrões de organização da informação a partir da problematização e do diálogo, refletindo sobre a realidade e apropriando-se do conhecimento já elaborado, elabora um novo conhecimento, decide com autonomia e age, concreta e coletivamente, na transformação da própria realidade em que está situada.

Em Paulo Freire, a conscientização significa um ciclo gnosiológico que implica na compreensão e transformação da realidade compreendida. Neste processo considera-se o “saber de experiência feito” do educando e partindo-se, portanto, do senso comum se o ultrapassa em um movimento dialógico e problematizador. Conforme Freire,

“... se não há conscientização sem desvelamento da realidade objetiva, enquanto objeto de conhecimento dos sujeitos envolvidos em seu processo, tal desvelamento, mesmo que dele decorra uma nova percepção da realidade desnudando-se, não basta ainda para autenticar a conscientização. Assim como o ciclo gnosiológico não termina na etapa da aquisição do conhecimento existente, pois que se prolonga até a fase da criação do novo conhecimento, a conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade.”³⁰⁷

Isto significa que se a conscientização supõe uma tomada de consciência, por outra parte, nela não se esgota, uma vez que exige um movimento contínuo de elaboração conceitual que busca um conhecimento rigoroso sobre o real a ser transformado, ultrapassando o senso comum, tanto quanto a atitude de transformar a própria realidade. O conhecimento elaborado como mediação de transformação da realidade, como qualquer outro conhecimento, jamais é neutro. Em particular, transforma-se a realidade em favor de algo. Justamente por isso, esse conhecimento pode ser compreendido desde uma posição de classe, não sendo neutro ou indiferente:

“A conscientização é o aprofundamento da tomada de consciência. Não há conscientização sem a tomada de consciência, mas nem toda tomada de consciência se alonga obrigatoriamente em conscientização. É neste sentido que a pura tomada de consciência a que falte a curiosidade cautelosa mas arriscada, a reflexão crítica, a rigorosidade dos procedimentos de aproximação ao objeto fica no nível do ‘senso comum’.

“A conscientização, por isso mesmo, não pode dar-se numa prática a que falte a seriedade indispensável a quem quer conhecer rigorosamente.

³⁰⁶ Sobre isso veja-se Francisco GUTIÉRREZ, *op. cit.*, em especial o item “Inculcação Ideológica”, p.24-41

³⁰⁷ Paulo FREIRE. *Ação Cultural Para a Liberdade*, citado em *Pedagogia da Esperança*, p.103

Mas quem quer conhecer rigorosamente sabe também que o processo de conhecer nem é neutro nem é indiferente.”³⁰⁸

Se o conhecimento é uma constante reelaboração em que todo conhecimento peculiar ao educando opera como fonte de interpretação das novas informações sob os padrões com que opera suas semioses, engendrando sínteses, compreensões, então, todo o “saber de experiência feito” do educando necessariamente opera no processo de conscientização, cabendo ao educador considerar esse conhecimento, os padrões que estão na base de sua organização, a linguagem que os articula, analisando as semioses que o constituem e que constituem o educando como sujeito. Por isso,

“o esforço conscientizador recusa, de um lado, o descaso elitista com que às vezes até certos intelectuais progressistas tratam o ‘saber de experiência feito’, quer dizer, a sabedoria popular. De outro, respeitando esta sabedoria, não aceita, porém, imobilizar-se nela. (...) o certo é, partindo dela, ultrapassá-la.”³⁰⁹

Não cabe, pois, considerar a conscientização como repasse de “conteúdos críticos” ou como a reprodução pelo educando de linguagens militantes, mas como movimento de rigorosa compreensão da realidade e de suas contradições, recuperando o conhecimento elaborado e socializado nos textos, considerando os contextos a que se aplicam. Por ser uma ação contra-ideológica, a conscientização não pode ocorrer reproduzindo-se discursos militantes que pairam sobre a realidade, desconsiderando-se o contexto em que se aplicam e as subjetividades históricas que o interpretam a partir de seu universo simbólico e de seus padrões de organização do conhecimento. Por isso, diz Paulo Freire,

“... a prática conscientizadora verdadeira, precisamente porque não dicotomiza a leitura do texto da leitura do contexto a que o texto se refere ou que se pretende aplicar o texto, jamais aceita ser reduzida a simples discurso ‘militante’, vazio, autoritário, ineficaz. Porque é mais que exclusiva tomada de consciência da realidade, a conscientização exige uma rigorosa compreensão. Por isso mesmo, não é possível a conscientização real no ensino neutro, ‘esterilizado’, do conteúdo.”³¹⁰

³⁰⁸ Paulo FREIRE. *A Educação na Cidade*, p. 112-113

³⁰⁹ Paulo FREIRE. *A Educação na Cidade*, p. 113

³¹⁰ Paulo FREIRE. *A Educação na Cidade*, p. 113. Particularmente nas situações sociais em que as liberdades públicas e privadas são reprimidas e a violência e dominação se aprofundam, quando as classes populares acabam sucumbindo a um certo *cansaço existencial*, a um desânimo para reagir, que leva, na medida em que se prolonga, a uma *anestesia histórica*, especialmente aí, não se pode descuidar da necessária competência científica do educador, não apenas na problematização da realidade quanto no resgate de conteúdos historicamente elaborados que contribuam no movimento dialógico do conhecer que articula educandos e educador no processo de conscientização: “Daí a necessidade de uma séria e rigorosa ‘leitura do mundo’, que não prescinde de, pelo contrário, exige uma séria e rigorosa leitura de textos. Daí a necessidade de competência científica que não existe por ela e para ela, mas a serviço de algo e de alguém, portanto contra algo e contra alguém. Daí a necessidade da intervenção competente e democrática do educador nas situações dramáticas em que os grupos populares, demitidos da vida, estão como se tivessem perdido seu endereço no mundo. Explorados a tal ponto que até a identidade lhes foi expropriada. É preciso deixar claro... que a superação de uma tal forma de estar sendo por parte das classes populares se vai dando na práxis histórica e política, no engajamento crítico nos conflitos sociais. O papel, porém, do educador nesse processo é de imensa importância.” Paulo FREIRE. *Alfabetização e Cidadania*, p. 212-213. Cabe destacar, por fim, que durante vários anos Paulo Freire abandonou o emprego da palavra *conscientização* dado o uso que ela passou a sofrer, distanciado deste significado peculiar que Freire lhe atribuía: “Nos anos 70, com exceções, é claro, falava-se ou se escrevia de conscientização como se fosse ela uma pílula mágica a ser aplicada em doses diferentes com vistas à mudança do mundo. Mil pílulas para um padrão reacionário. Dez, para um líder sindical autoritário. Cinquenta pílulas para um intelectual cuja prática contradiz o discurso etc. etc.” *Ibidem*, p. 114

A *conscientização*, contudo, é apenas um dos aspectos de um movimento mais amplo de agenciamento subjetivo, gerador de novos interpretantes afetivos e energéticos, que possibilitam processos de subjetivação, desestratificações e estabelecimento de novas solidariedades e engajamentos em movimentos moleculares e molares que buscam ampliar as liberdades privadas e públicas. Neste sentido pode-se compreender a relação dialógica como sendo muito mais que um processo de comunicação em que racionalidades distintas se manifestam em um movimento de passagem que permite a qualificação de ambas, mas a possibilidade de realizar-se movimentos de subjetivação, de *con-sistência*, isto é, em que as subjetividades agenciadas pelas semioses do processo educativo - linguagens, olhares, toques, respeitos, alegrias, desafios, tristezas, etc - transformam-se na abertura dos encontros.

Assim, além de gerar interpretantes que permitam subjetivações singulares ao invés de individualizações capitalistas, o compromisso da educação que visa fortalecer a democracia e avançar na realização da cidadania - e da escola formal que opera com o mesmo objetivo - é com a ampla problematização dialógica da realidade, com a socialização dialógica do conhecimento historicamente elaborado e com a singularização da interpretância - sem o que não pode haver conscientização e os agenciamentos de subjetivação cidadã se fragilizam. Destacaremos a seguir alguns elementos do processo educativo formal em uma perspectiva de constituição da cidadania, que compreendem a conscientização a partir de uma semiótica política visando a realização mais ampla possível das liberdades públicas e privadas.

5.3.1. A informação.

O processo educativo formal tem como seu objeto fundamental ministrar, interpretar e produzir informações. A informação é a unidade básica do conhecimento e é operacionalizada por todas as espécies vivas, sob a forma de signo³¹¹. Operando sobre elas as subjetividades geram ou adotam padrões nem sempre problematizados, que operam na sua organização, buscando consonâncias cognitivas³¹².

Como nenhum signo pode representar totalmente seu objeto dinâmico, toda informação é sempre parcial e portanto provisória, organizado sob algum padrão, podendo ser recuperada em sínteses mais complexas e amplas ou em análises mais particulares e específicas, sob o mesmo padrão ou sob outros padrões. Daí porque a necessidade de que toda educação seja dialógica. Somente através do diálogo podemos ter acesso às semioses interpretadoras - e aos padrões organizadores desde os quais elas operam - que medeiam o processo educativo. De um modo ou de outro, toda informação somente tem sentido porque se articula com outras informações que operam como seus interpretantes em uma rede de significações na qual a introdução de um novo elemento permite ressignificar todo o conjunto. Sendo assim, o conhecimento é um processo dinâmico que se realimenta de novos conhecimentos e que rejuvenesce todo outro conhecimento pela mediação de novas análises e sínteses, pela vivência de novas experiências perceptivas, afetivas e energéticas³¹³.

³¹¹ Veja-se J. Teixeira COELHO NETTO. *Semiótica, Informação e Comunicação*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1980, especialmente os itens "Conceito de Informação", p.119-122 e "Mensagem, Repertório e Audiência", p.122-128

³¹² Veja-se Leon FESTINGER. *Teoria da Dissonância Cognitiva*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1975

5.3.2 Localizando a Informação

Em razão de seu próprio objeto, a educação formal necessita destacar as várias fontes sistematizadas de informação, propiciar linguagens mediadoras à sua significação, os procedimentos de acesso e interpretação dessas informações e enfatizar a necessidade de sua problematização. Todo objeto dinâmico é fonte de informação gerando signos que são compreendidos pela mediação dos interpretantes. A realidade do educando é a fonte primeira de informação a ser trabalhada pela mediação da análise semiótica dos signos indiciais. Daí porque o desenvolvimento das capacidades perceptivas, da análise dos fenômenos e da compreensão em sua globalidade deve ser o primeiro exercício fundamental da educação. Toda informação historicamente acumulada pela cultura de toda a humanidade somente cobra sentido histórico se operar mediatamente como interpretante, ainda que por uma tecitura semiótica remota, da realidade dos educandos ou como interpretante de outros signos de seu mundo.

Sendo assim toda a informação registrada e armazenada pela humanidade como conhecimento - mesmo que apenas na memória dos anciãos de um povo - é fonte de pesquisa que pode ser recolhida a partir da problematização da realidade concreta e das semioses interpretativas do educando sobre seu mundo e sobre a cultura que o modeliza³¹⁴.

A educação formal deve, pois, capacitar o educando a localizar a informação e interpretá-la. As fontes que variam dos moradores antigos de um bairro às páginas Web na internet, passando pelos livros, jornais, vídeos, registros de áudio, arquivos de instituições, agências de notícias, diálogos com especialistas, etc, devem ser apresentadas cada qual com suas limitações e vantagens na busca de dados que possam sofrer análises e sínteses, interpretações e reinterpretações.

5.3.3 Interpretando a informação

A interpretação da informação é o terceiro momento semiótico³¹⁵. Interpretar é mais que compreender e sistematizar, organizar arranjos e conjuntos ou manejar estruturas de pensamento de modo a compreender posições, localizar antagonismos e desvendar contradições nas análises e informações. Interpretar é também sentir, fruir ou sofrer; é reagir energicamente, dar vazão a forças expansivas destrutivas e criativas, pois não se recria sem transformar. Neste duplo movimento de interpretância operam os padrões a que nos referimos anteriormente - padrões que se modificam com o devir das próprias semioses, em particular das que têm escopo educativo. A adequada interpretação de um signo nos dispõe de algum modo frente ao objeto dinâmico que o gera, exceto quando se trata de objetos de realidade virtual (no sentido da informática). A ação educativa cuja análise do signo esvazia a reação frente ao objeto dinâmico que o gera é uma trapaça de interpretação que perdeu os índices para além dos símbolos, que perdeu a realidade objetiva para além dos acordos comunicativos³¹⁶.

³¹³ Lucia SANTAELLA. *O que é Semiótica*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992, particularmente o item "Definição de Signo", p. 57-61

³¹⁴ Veja-se Paulo FREIRE. *Pedagogia do Oprimido*. 10ª. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981

³¹⁵ Lucia SANTAELLA. *A Teoria Geral dos Signos - Semiose e Autogeração*. São Paulo, Editora Ática, 1995, particularmente a seção "Do interpretante", p.83-116 e, da mesma autora, *A Assinatura das Coisas*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1992, em especial o item "Dos Interpretantes", p. 196s

Ao trabalhar com as representações, os conceitos, os afetos, os perceptos e as intensidades, a educação formal necessita operar, junto com os educandos, uma reelaboração da experiência ingênua que eles têm da realidade, do mundo e da história. Se todo signo representa parcialmente o objeto, toda a informação do que vemos ou tocamos não é a realidade do que vemos ou tocamos. As imagens dos noticiários não são a realidade, mas apenas ícones que necessariamente representam parcialmente seu objeto, do mesmo modo que as imagens vistas ao vivo de uma sala não são a realidade da sala, uma vez que a habilidade perceptiva e a construção interpretativa que fazemos sobre ela produz como resultado algo que não é ela mesma, mas que possibilita uma intervenção nossa sobre o ambiente com acertos e erros. Do mesmo modo, toda teoria científica resume-se a um conjunto de signos articulados a fenômenos parcialmente compreendidos, cuja redescoberta pela aplicação de novos interpretantes pode dar origem a novas teorias, ao sepultamento de antigas teses e à afirmação de novos modelos de realidade que não são compreensíveis com os paradigmas interpretativos antigos.

Isto significa que nenhuma agência de noticiais, professores universitários, cientistas, religiosos ou quem quer que seja pode interpretar acabadamente o real. Por outro lado, o exercício de considerar em que medida os dados indiciais suportam análises e sínteses permite distinguir entre o conhecimento mais seguro e rigoroso e a mera fantasia especulativa. Se é possível desenhar inúmeros mapas com as mais diversas linguagens sobre um mesmo objeto dinâmico real, com vistas a diversas finalidades, isto não significa que todos tenham o mesmo valor de representá-lo em sua complexidade indicial, podendo haver representações melhores do que outras para certos fins e representações tão ruins que nos desviam do objeto dinâmico ao invés de mediar nossa interferência sobre ele. A significação poética e romântica do luar, por exemplo, pode ser conveniente para um casal enamorado em uma noite de outono, mas não o será para esclarecer o fenômeno das marés em uma aula de geologia, do mesmo modo que um tratado a respeito da atração gravitacional da lua sobre os mares não contribui semioticamente para gerar interpretantes afetivos ao casal enamorado. As percepções e interpretações científicas e poéticas sobre o

³¹⁶ Conforme Guattari e Deleuze, o mecanismo da interpretação simbólica do significado torna-se uma trapaça, quando infinitamente gera novos significantes a serem interpretados e reinterpretados sob a mesma semiótica do significante por castas sociais de interpretadores, revestidos socialmente com o poder de exorcizar qualquer linha de fuga que perverta a modelização hegemônica do significado: “a interpretação estende-se ao infinito, e nada jamais encontra para interpretar que já não seja uma interpretação. Assim, o significado não pára de fornecer novamente significante, de recarregá-lo ou de produzi-lo. A forma vem sempre do significante. O significado último é então o próprio significante em sua redundância ou seu ‘excedente’. (...) é a comunicação da interpretação que serve sempre para reproduzir e produzir significante.” Félix Guattari e Gilles Deleuze. *Mil Platôs* vol. 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995 p. 65. Exemplos desses interpretadores são aqueles que remetem a interpretação de um texto a outro e à sua própria palavra, assim, sucessivamente em uma semiose que bane qualquer interpretação que aponte linhas de fuga da semiose vigente no seio da comunidade de comunicação que tem o poder sobre a interpretação. Diferentemente, a interpretação dialógica da informação a compreende como elemento passível de múltiplas e diversas interpretações, importando considerar em que medida tais interpretações indicialmente se aproximam da realidade, formalmente apresentam consistência teórica e ampliam os horizontes do conhecer que permitem a cada pessoa, e à sociedade como um todo, estenderem o campo de possibilidades de seu exercício das liberdades privada e pública. Compreendido deste modo, o interpretar é mediação do conhecer, agenciando-se interpretações singularizantes, explorando-se todas as possibilidades do dissenso que tornam possível o avanço nas ciências, nas artes, na filosofia, na cultura em geral, estendendo os limites da realização humana. Trata-se de uma interpretação que não cai na trapaça de modelizar a divergência para reduzi-la à reprodução de um sistema qualquer, mas de recuperar conhecimentos socialmente elaborados sobre aquele conteúdo para gerar um novo conhecimento que opere da melhor maneira possível aos propósitos pelos quais é formulado nas mais diversas circunstâncias particulares em que ocorre o processo educativo, tendo em vista ampliar a liberdade de todas as pessoas que a exercem eticamente.

mundo são distintos modos de elaboração de informações. O desenvolvimento da habilidade em elaborar as percepções e interpretantes sob diversas sensibilidades e razoabilidades é um dos importantes atributos humanos que a educação deve propiciar.

5.3.4 Educação, posição de classe e de conflitos sociais.

Por ação ou omissão, consciente ou inconscientemente, toda pessoa assume uma posição de classe, toda vez que se depara com algum conflito social. Perceptos e afetos são modelizados a partir dos interpretantes orientando uma reação energética face o fenômeno do conflito. Com a posição resultante dessa semiose, tal pessoa pode contribuir para a reprodução de injustiças ou para o seu enfrentamento. Pode considerar como justo o injusto e vice-versa³¹⁷.

Toda a educação expressa uma posição de classe e de algum modo se articula aos conflitos sociais. A educação tanto pode contribuir como mediação de dominação cultural para reproduzir a dominação política, justificar a exploração de trabalhadores, a expropriação dos consumidores, reproduzir estereótipos machistas, preconceituosos, autoritários e anti-democráticos, etc., como também pode ser mediação cultural para promover a cidadania, promover uma consciência crítica sobre os conflitos e contradições sociais, capacitar as pessoas para uma autonomia crítica no exercício de sua liberdade, gerar um sentimento de repúdio a toda forma de injustiça.

Analisando que toda prática educativa não é neutra e exige uma tomada de posição frente às contradições sociais, destaca Paulo Freire, a respeito de sua própria ação cultural:

“Não posso reconhecer os limites da prática político-educativa em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem a pratico. O *a favor de quem pratico* me situa num certo ângulo, que é de classe, em que diviso o *contra quem pratico* e, necessariamente, o *por que pratico*, isto é, o próprio sonho, o tipo de sociedade de cuja invenção gostaria de participar.”³¹⁸

“Não posso ser professor se não percebo cada vez mais e melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou

³¹⁷ O critério para a definição do que é justo supõe, além do exercício de uma razão comunicativa, a garantia das condições de liberdade citadas anteriormente, permitindo a realização mais plena possível das liberdades pública e privada.

³¹⁸ Paulo FREIRE. “Alfabetização e Cidadania”. in: Moacir GADOTTI e Carlos A. TORRES (org). *Educação Popular - Utopia Latino-Americana*. São Paulo, EDUSP e Cortez Ed., 1994, p. 210. Destaca Freire na seqüência que “a compreensão crítica dos limites da prática tem a ver com o problema do *poder*, que é de classe e tem a ver, por isso mesmo, com a questão da luta ou do conflito de classes. Compreender o nível em que se acha a luta de classes em uma dada sociedade é indispensável à demarcação dos espaços, dos conteúdos da educação, do historicamente possível, portanto, dos limites da prática político-educativa. Uma coisa, por exemplo, foi trabalhar em alfabetização e educação de adultos no Brasil no final dos anos 50 e começo dos anos 60. Outra foi trabalhar em educação popular durante o regime militar. (...) Pretender obter no segundo momento o que se obteve no anterior na aplicação de uma certa metodologia revela falta de compreensão histórica, desconhecimento da noção de limite.” *Ibidem*, p. 210-211

professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo.”³¹⁹

Assim sendo, todo projeto pedagógico é expressão de um projeto político. Isto é, expressa uma certa compreensão de *pólis*, de cidade, de sociedade, de relação entre os seres humanos - um modo de organizar a vida de manter tal organização através da cultura que legitima um certo uso da força, que agencia intensidades e disciplinariza condutas, isto é, um modo de organizar o poder público. Em um nível mais fundamental pode-se dizer que todo projeto pedagógico é expressão de um projeto político, porque toda a educação, em razão da diretividade que lhe é intrínseca, é sempre uma atividade que possui uma dimensão peculiarmente utópica com seu caráter de inacabamento. Sobre isso nos ensina Paulo Freire:

“É na diretividade da educação, esta vocação que ela tem, como ação especificamente humana, de ‘endereço-se’ até sonhos, ideais, utopias e objetivos, que se acha o que venho chamando de politicidade da educação. A qualidade de ser política, inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. (...) A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política. (...)”

“A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e qual se tornou consciente. Inacabado e consciente de seu inacabamento, histórico... Um ser ligado a interesses e em relação aos quais tanto pode manter-se fiel à eticidade quanto pode transgredi-la.”³²⁰

Enfatiza Paulo Freire que sendo a educação, por sua própria peculiaridade, diretiva e política, o educador deve respeitar os educandos, sem contudo negar sua própria utopia, pois ao defender uma posição estimulando e respeitando o direito do discurso contrário pode-se ensinar simultaneamente o dever de lutar-se por nossas idéias bem como a necessidade do respeito mútuo. Destaca, entretanto que quando “... a diretividade do educador ou da educadora interfere na capacidade criadora, formuladora, indagadora do educando, de forma restritiva, então a diretividade necessária se converte em manipulação, em autoritarismo”³²¹ - tanto de conservadores quanto de muitos educadores que se dizem progressistas. Trata-se, portanto, não de negar a politicidade e diretividade inerentes à educação, mas assumi-las buscando viver plenamente a opção política democrática e a prática educativa igualmente democrática: “O que se exige eticamente de educadoras e educadores progressistas é que, coerentes com seu sonho democrático, respeitem os educandos e jamais, por isso mesmo, os manipulem. (...) O que não é lícito fazer é esconder verdades, negar informações, impor princípios, castrar a liberdade do educando ou puni-lo, não importa como, porque não aceite, por várias razões, o meu discurso. Porque recuse a minha utopia.”³²² Pelo contrário, “o papel do educador ou da educadora

³¹⁹ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*, p.115

³²⁰ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*, p. 124

³²¹ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, p. 79

³²² Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, p. 80 e 84

progressista, que não pode nem deve se omitir, ao propor sua ‘leitura do mundo’, é salientar que há outras ‘leituras do mundo’, diferentes da sua e às vezes antagônicas a ela.”³²³

5.3.5 Objetivo da educação para a cidadania

O objetivo maior da educação - na perspectiva da efetivação da cidadania - é que ela seja mediação para a realização, a mais ampla possível, das liberdades pública e privada, o que supõe que homens e mulheres possam usufruir ou compartilhar dos bens materiais e culturais socialmente produzidos. Antonio Joaquim Severino afirma que a cidadania é

“...qualificação da existência dos homens. Trata-se de uma qualidade de nosso modo de existir histórico. O homem só é plenamente cidadão se compartilha efetivamente dos bens que constituem os resultados de sua tríplice prática histórica, isto é, das efetivas mediações de sua existência. Ele é efetivamente cidadão se pode efetivamente usufruir dos bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sustentação de sua existência social.”³²⁴

Por sua vez, Paulo Freire destaca a cidadania, em seu caráter utópico, como uma construção coletiva em meio ao quadro concreto de contradições sociais, apontando-a como exercício de liberdade:

“... a cidadania, sobretudo numa sociedade como a nossa, de tradições tão autoritárias e discriminatórias do ponto de vista do sexo, da raça e da classe, a cidadania é mesmo uma *invenção*, uma *produção política*. Neste sentido, o exercício pleno da cidadania por quem sofre qualquer das discriminações ou todas a um só tempo não é algo de que usufruam como direito pacífico e reconhecido. Pelo contrário, é um direito a ser alcançado e cuja conquista faz crescer substantivamente a democracia. A cidadania que implica o uso de liberdade - de trabalhar, de comer, de vestir, de calçar, de dormir em uma casa, de manter-se e à família, liberdade de amar, de ter raiva, de chorar de protestar, de apoiar, de locomover-se, de participar desta ou daquela religião, deste ou daquele partido, de educar-se e à família, liberdade de banhar-se não importa em que mar de seu país. A cidadania não chega por acaso: é uma construção que, jamais terminada, demanda briga por ela. Demanda engajamento, clareza política, coerência, decisão. Por isso mesmo é que uma educação democrática não se pode realizar à parte de uma educação da cidadania e para ela.”³²⁵

Freqüentemente a educação, contudo, ao invés de avançar na construção da cidadania pelo exercício da liberdade em seu campo de possibilidades pedagógicas, torna-se sinônimo de domesticação, buscando levar as pessoas aceitarem as regras existentes:

³²³ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, p. 112

³²⁴ Antonio Joaquim SEVERINO. *Filosofia da Educação*, São Paulo, FTD, 1994, citado por José Clóvis de AZEVEDO. “Escola cidadã: Construção Coletiva e Participação Popular” in: Luiz Heron da SILVA (org) *Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, p. 308

³²⁵ Paulo FREIRE. *Professora Sim, Tia Não - Cartas a Quem Ousa Ensinar* São Paulo, Editora Olho D’Água, 1993, p. 119

regras gramaticais, regras de disciplina, regras de qualidade, regras morais, regras jurídicas. Quem não seguir as normas do *status quo* deve ser punido, variando a punição conforme o nível de transgressão: seja com a nota vermelha para a transgressão da gramática, com a advertência e a exclusão da escola para quem transgredir reincidentemente a disciplina imposta, com a demissão para o grevista, com penalizações públicas ou segregação total em uma prisão para quem desrespeita as regras jurídicas. Assim, sacrifica-se a expressão em nome da correção ortográfica, não se questiona a norma escolar imposta que mata a espontaneidade e a criatividade, a justiça da remuneração recebida pelo trabalhador e a quais interesses de classe atende determinadas regras jurídicas. A estrutura básica desta concepção de educação, como gramática para compreensão da sociedade é a de que existem regras que pairam acima dos sujeitos - estabelecidas por notáveis, melhores ou apenas mais poderosos - e que todos devem se submeter a elas para que possam ser bem sucedidos³²⁶.

De outra parte a educação pode ser sinônimo de qualificação para o exercício da liberdade e da cidadania³²⁷. Sobre este aspecto, Paulo Freire destaca a necessidade de estabelecimento de limites éticos ao exercício da liberdade, sem os quais esta se perverte em licença - assumindo o caráter de licenciosidade³²⁸ - e a autoridade se perverte em autoritarismo: “a liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfíxiada ou castrada” pelo autoritarismo³²⁹. Trata-se pois, na perspectiva da cidadania, de garantir o exercício da liberdade pessoal que promove a ampliação da liberdade pública e vice-versa, estabelecendo os necessários limites com tal finalidade, uma vez que “não posso usar minha liberdade de fazer coisas, de indagar, de caminhar, de agir, de criticar para esmagar a liberdade dos outros de fazer e de ser...”³³⁰

Educar na liberdade, considerando a necessária disciplina pedagógica democrática, significa, para Freire, adotar uma perspectiva dialógica, problematizadora e criativa da educação, cabendo ao educador progressista,

“...apoiar o educando para que ele mesmo vença suas dificuldades na compreensão ou na inteligência do objeto e para que sua curiosidade, compensada e gratificada pelo êxito da compreensão alcançada, seja mantida e, assim, estimulada a continuar a busca permanente que o processo de conhecer implica. (...) ensinar não é transferir a inteligência

³²⁶ Mais do que aprender a escrever corretamente, o modo autoritário como a correção é feita estabelece uma referência de individuação - a necessidade de submeter-se às normas que não podem ser alteradas. O modo democrático de promover a correção ortográfica enfatiza a comunicação por ela mediada, o fato de que o emissor e o receptor se entendem melhor quando ambos seguem os mesmos padrões e que, sendo a língua um meio de apropriar-nos da herança cultural da comunidade que a pratica, é necessário aprender a jogar os jogos de linguagem das gerações que já se foram. Enfatiza-se, assim, a correção ortográfica como facilitadora da comunicação entre as pessoas de uma comunidade lingüística, ao mesmo tempo em que se destaca que certas regras complexas são mantidas para que não percamos a possibilidade de apropriar-nos da cultura de nossos antepassados registrada em livros, jornais, etc, antepassados que jogavam daquele modo a linguagem, embora possamos construir novos jogos de linguagem sem prejudicar a sintaxe. Sendo assim, a correção deve ser aprendida pelo exercício da comunicação como mediação da liberdade e não ser um elemento impositivo que negue a criatividade inventividade na prática dos jogos de linguagem.

³²⁷ Veja-se Ilda Righi DAMKE. *O Processo do Conhecimento na Pedagogia da Libertação*. Petrópolis, Vozes, 1995, em especial, o capítulo 2: “Educação e Libertação”, p.54-61

³²⁸ “Obstáculo também à prática progressista... é a posição que às vezes se pensa ser o contrário positivo da autoritária e não é: a licenciosa; em que o educador se recusa a interferir como organizador necessário, como ensinante, como desafiador.” Paulo FREIRE. *Alfabetização e Cidadania*, p. 215

³²⁹ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*., p. 118

³³⁰ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*., p. 147

do objeto ao educando mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de inteligir e comunicar o inteligido.”³³¹

Sem uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade, voltada para a realização do ser humano em todas as suas dimensões, a cidadania fica diminuída. O projeto pedagógico escolar que é democratizado ao extremo, parte da premissa de que não existem modelos acabados, de que todos os envolvidos no processo educativo devem expressar seus argumentos, expor suas interpretações, assumir acordos de gestão e disciplina pelo bem comum de um projeto coletivo de ampliação da cultura de todos, de expansão de suas capacidades humanas. Esta educação aponta para outra concepção de sociedade em que os homens são senhores da lei e não seu objeto; que as leis e as normas são fundamentais para a democracia quando expressam a autonomia e soberania de uma coletividade, quando visam garantir as mediações para a liberdade de todos.

Dada a sua especificidade como ação cultural é preciso ter clareza das possibilidades e limites das atividades educativas, no que se refere a manter ou transformar a sociedade como um todo. Sobre isso, nos diz Paulo Freire que

“... se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental ela pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. (...) a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do ‘status quo’ porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar.”³³²

“A preocupação com os limites... da prática educativa enquanto ato político, significa reconhecer desde logo, que ela tem uma certa eficácia. Se não houvesse nada a fazer com a prática educativa não havia porque falar dos seus limites. Da mesma forma não havia porque falar de seus limites se ela tudo pudesse. Falamos de seus limites precisamente porque, não sendo a alavanca da transformação profunda da sociedade, a educação pode algo no sentido dessa transformação.”³³³

Como uma das mediações do exercício da liberdade, a educação visa possibilitar a autonomia de cada pessoa na elaboração do conhecimento requerido para suas tomadas de decisão, o que supõe aprimorar o modo de interpretar as informações indiciais (inteligibilidade), bem como, informações icônicas e simbólicas (comunicação). O aprimoramento da inteligibilidade e da comunicação possibilitam que o aluno conquiste sua autonomia, podendo pensar criteriosamente por si mesmo, valendo-se da cultura já elaborada e conquistando certa liberdade sobre as semioses que o constituem como pessoa. Sob este aspecto de uma pedagogia da autonomia, considerando a situação escolar, nos diz Paulo Freire:

“Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando

³³¹ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*, p. 134-135

³³² Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*, p. 126-127

³³³ Paulo FREIRE. *Alfabetização e Cidadania*, p. 214

em vez de ‘amaciá-la’ ou ‘domesticá-la’. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de *achar* e obstaculiza a exatidão do *achado*. É preciso por outro lado e, sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de *recebedor* da que lhe seja transferida pelo professor. (...)

“Quanto mais me torno capaz de me afirmar como *sujeito* que pode conhecer tanto melhor desempenho minha aptidão para fazê-lo.

“Ninguém pode conhecer por mim assim como não posso conhecer pelo aluno. O que posso e o que devo fazer é, ... ao ensinar-lhe certo conteúdo, desafiá-lo a que se vá percebendo na e pela própria prática, sujeito capaz de saber. Meu papel de professor progressista não é apenas o de ensinar matemática ou biologia mas sim, tratando a temática que é, de um lado objeto de meu ensino, de outro, da aprendizagem do aluno, ajudá-lo a reconhecer-se como *arquiteto* de sua própria prática cognitiva.”³³⁴

Esta autonomia gnosiológica, por assim dizer, permite uma abordagem crítica pelo próprio educando das semioses que o atingem, em especial das semioses simbólicas que, desconsiderando os signos indiciais das realidades sobre as quais se aplicam globalmente, caracterizam-se como ideologias. A resistência crítica a aderir a qualquer representação sem antes, dialogicamente, problematizá-la em suas interfaces com a realidade indicial à qual se aplica, predispõe educandos e educadores a uma dupla atitude: de um lado, “... a uma atitude sempre aberta aos demais, aos dados da realidade; de outro, a uma desconfiança metódica que me defende de tornar-me absolutamente certo das certezas.(...) O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.”³³⁵ Esta gnosiologia freireana está centrada, por assim dizer, em uma razão ética dialógica ou comunicativa, pois como esclarece o autor: “Não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelo outros nem para os outros nem sem os outros.”³³⁶ Isto significa que a autonomia crítica supõe uma polivocidade argumentativa, uma racionalidade dialógica, necessária ao processo educativo voltado à expansão das liberdades eticamente exercidas.

Assim, o ensinar e aprender, como momentos pedagógicos de uma educação voltada para a cidadania, ficam inscritos como momentos de um processo maior que é o do *conhecer* mediado por uma atitude eticamente dialógica. Sobre esse aspecto esclarece Freire que

“... o educando se torna realmente educando se torna realmente educando quando e na medida em que *conhece*, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador vai *depositando* nele a descrição dos objetos, ou dos conteúdos.

“O educando se reconhece conhecendo os objetos, descobrindo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se vai tornando também significador crítico.(...) o educando precisa tornar-se educando assumindo-se como sujeito cognoscente e não

³³⁴ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*, p. 140

³³⁵ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Autonomia*, p. 151 e 154

³³⁶ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, p. 117

como incidência do discurso do educador. Nisto é que reside, em última análise, a grande importância política do ato de ensinar.”³³⁷

O *conhecer* se desdobra tanto pela investigação da própria realidade quanto pela apropriação do conhecimento já elaborado socialmente e que é disponibilizado através de diversas linguagens que somente podem ser veículo de comunicação aos que sabem interpretá-las. Estendendo a noção de comunicação dialógica, destaca Francisco Gutiérrez que

“a comunicação dialógica precisa ocorrer não só nas relações educando-educador, mas também nas do educando-meios de informação coletivo. O trabalho da escola ficaria truncado se não conseguisse, no mínimo, despertar nos estudantes uma atitude crítica frente à diversificada comunicação que recebem através dos chamados meios de comunicação social: imprensa, rádio, televisão, cinema, quadrinhos, revistas etc. (...) O estudante tem que aprender a interpretar e a pronunciar seu mundo na multiplicidade dos signos e linguagens tão profusamente usados na sociedade atual. Educar, sob esse aspecto, é proporcionar ao educando a capacidade para interpretar corretamente a realidade, de modo que como consequência dessa interpretação derive, consciente e livremente, uma conduta e um comportamento tais que tornem possível sua realização como homem. (...) Isso faz com que a semiótica, como ciência que nos oferece os instrumentos para interpretar e para expressar a realidade, seja essencial para o processo educacional-comunicativo.”³³⁸

Desse modo, o educando, como agente produtor de conhecimento, não aceita que qualquer comunicação - que o tem como receptor - o transforme em um mero recipiente de conteúdos. Ao tornar-se *significador crítico* reage interpretativamente de modo singular às mensagens que o atingem através dos meios de comunicação³³⁹. A semiótica, retomada desde esta problematização dos reais exercícios comunicativos inerentes à sua práxis, traze novos elementos analíticos que o capacitam a compreender não apenas como aquela mensagem se constrói, mas como ela é capaz de agenciar, nele mesmo, os interpretantes afetivos, energéticos e intelectuais que põe em movimento, seja seduzindo-o ao consumo de um produto, seja persuadindo-o a votar em um candidato, seja gerando-lhe uma apatia ou desinteresse por determinado evento, etc. A educação dialogicamente problematizadora, conscientizadora, agenciadora de subjetivações, de singularizações, que desejam a promoção das liberdades públicas e privadas, contribui valiosamente para a realização da cidadania.

³³⁷ Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, p. 47-48

³³⁸ Francisco GUTIÉRREZ. *op. cit.* p. 78-79 Nesta linha, Gutiérrez cita um documento da CELAM que destaca a “... necessidade e urgência de se educar os receptores nas linguagens próprias de cada um dos meios; mediante uma educação semiótica se estará dando a cada homem os instrumentos necessários que o defenderão contra a massificação e a domesticação tão característica dos que consomem técnicas de comunicação de forma passiva. Dominando a semiótica e a criatividade, o homem reduzirá as probabilidades de ser um mero objeto à mercê de forças externas e aumentará como sujeito as probabilidades de dominá-las, permitindo-se ser um ‘consumidor’ inteligente, seletivo e crítico com relação aos meios de comunicação social.” DEC-CELAM, *Comunicación Social y Educación*. Bogotá, 1972, p.33, citado por Francisco GUTIÉRREZ. *op. cit.*, p. 79

³³⁹ Segundo Francisco Gutiérrez propiciar esta habilidade ao educando é uma das atribuições da educação libertadora: “A comunicação dialógica, como característica da educação inerente ao projeto educativo, significa tanto para os educadores quanto para as instituições nas quais trabalham um desafio com duplo sentido: por um lado, fazer da educação um processo de comunicação dialógica e, por outro, educar os receptores para que se convertam de consumidores passivos em receptores críticos dos meios de massa.” Cf. Francisco GUTIÉRREZ. *op. cit.*, p.76

5.3.6 Educação e Movimentos Sociais

Os movimentos sociais, que lutam pela cidadania, desenvolvem ações educativas que combatem o modelo neoliberal e propõem uma democracia popular, de caráter socializante, que visa garantir a todos as mediações necessárias à realização das liberdades públicas e privadas.

Os movimentos sociais surgem da consciência de grupo e afinidade de indivíduos que, no quadro das contradições sociais, estão submetidos às mesmas pressões sociais ou que necessitam enfrentar similares obstáculos e dificuldades e que, em razão disto, passam a agir coletivamente em função de objetivos comuns. Nem todos os movimentos sociais assumem, contudo, uma posição de classe de defesa da cidadania e do projeto democrático-popular. Entretanto, significativa parcela desses movimentos luta por garantir mediações necessárias à realização da liberdade coletiva (liberdade para plantar, morar, comer, estudar, se divertir, etc). Por somente aceitar a liberdade privada que promove a liberdade pública, os movimentos sociais que têm na cidadania um de seus eixos de luta, combatem o neoliberalismo, pois o este defende a liberdade dos que têm propriedade, privando os demais de utilizá-la como mediação de realização de sua humanidade, mantendo na miséria e na exclusão a maioria da população. Os movimentos sociais-populares que assumem o eixo de lutas pela cidadania defendem que a função social de toda propriedade está acima dos caprichos da liberdade privada que impede a realização da liberdade pública³⁴⁰.

Estes movimentos realizam uma ação cultural educativa que, afirmando uma nova ética nas ações políticas, econômicas e culturais, combate os preconceitos - machismo, discriminação racial, a homofobia, a discriminação de portadores de deficiências e outros -, luta pela garantia das mediações materiais da existência humana - trabalho, moradia, saúde, transporte, infra-estrutura - pela democratização das micropolíticas do cotidiano e das macropolíticas governamentais e pela socialização dos bens culturais - direito à educação, informação, etc -, gerando uma consciência cidadã que somente com uma democracia popular de caráter socializante é possível reverter a hegemonia do projeto neoliberal e promover progressivamente as condições adequadas para o exercício da liberdade de todos.

Quando assumem esse caráter, os movimentos sociais populares articulam, estrategicamente, mobilização com organização e educação. Um movimento social popular que tenha forte capacidade de mobilização em lutas específicas mas que, conquistado o objetivo imediato, não tenha nenhum saldo organizativo ou *conscientizador* de seus participantes é ineficiente na construção da hegemonia em torno da cidadania como eixo de lutas. Do mesmo modo, um movimento bastante organizado mas que não consegue mobilizar forças sociais além de sua pequena base e que não avance na formação educativa de seus participantes, tem dificuldades até mesmo em conquistar os seus objetivos mais imediatos e contribui muito pouco para a construção da cidadania. Em geral, acaba se burocratizando e reduzindo-se a uma entidade esvaziada, meramente cartorial. Por fim, um movimento que somente se preocupa com a formação educativa de dirigentes e bases, mas que não opera organicamente e que não tem força de mobilização,

³⁴⁰ Veja-se nosso artigo “Eixos de Luta e a Central de Movimentos Populares” in *Revista de Cultura Vozes* 85(6):645-671 nov dez 91. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

também encontra muitas dificuldades para realizar conquistas imediatas e mais dificuldade ainda nas lutas pela construção de uma nova sociedade.

Assim, sob a perspectiva desses movimentos sociais populares, educação, organização e mobilização são três aspectos de uma mesma ação cultural transformadora, devendo ser considerados sempre juntos em permanente conexão. Toda atividade de organização deve contribuir para qualificar o movimento e melhorar a sua capacidade de mobilização; toda atividade de mobilização deve ser momento de formação política e ter como resultado o fortalecimento da organização do movimento. Toda atividade de educação popular deve colaborar não apenas na problematização da realidade, na recuperação de conhecimentos historicamente elaborados sobre a práxis social global, na geração de interpretantes singulares, na conscientização, na reflexão criteriosa sobre os padrões de organização das informações, na crítica das utopias pessoais e grupais, mas também na capacidade organizativa e mobilizadora do próprio movimento, na superação de seu corporativismo, no avanço em sua capacidade de propor políticas públicas, nas clarezas de como melhor articular suas diversas lutas conjunturais com os eixos de lutas em uma perspectiva estratégica que vise ampliar o exercício das liberdades públicas e privadas. Em cada atividade do movimento, entretanto, aparecerá mais um aspecto desses três do que os demais. Mas se algum deles for desconsiderado na estratégia global ou em cada ação concreta, provavelmente ambas - a estratégia e as ações mediadoras - poderão ser recapturadas na espira das semioses hegemônicas de reprodução do capitalismo.

5.3.7. Escola e Contradições Sociais.

A práticas educativas que se realizam no espaço escolar também supõem uma certa posição de classe, pois como instituição social a escola é espaço de conflitos e contradições. Sob a sociedade capitalista, na maior parte das instituições de ensino é reproduzida, em maior ou menor medida, a cultura das classes dominantes, embora essas mesmas instituições também possam ser espaço de resistência democrática e de construção da cidadania. Estereótipos do infantil, do masculino, do feminino, do negro, do índio, do rico e do pobre, da criança-problema, do aluno ordeiro, dos bons costumes, dos governantes, da fraternidade, etc, são reproduzidos inconscientemente nas escolas. Analisaremos aqui, contudo, apenas os aspectos da disciplina e dos conteúdos escolares compreendendo-os desde as contradições sociais.

Exemplo maior de como as contradições de classe interferem na escola é o quadro de evasão e de dificuldades no acesso aos estudos que, comparativamente, atinge sempre, e em maior medida, aos mais pobres - sendo muitos dos conflitos escolares também consequência de problemas econômicos, de falta de garantias políticas de alimentação, saúde, moradia, segurança, etc. Em particular, a noção de disciplina educacional, visando garantir a ordem escolar, muitas vezes reproduz a mesma estrutura de opressão das classes hegemônicas sobre a sociedade, que tem por objetivo garantir a manutenção da ordem produtiva capitalista.

Uma educação democrática, que em meio às contradições sociais mantém-se compromissada com a cidadania, superando a equivocada compreensão de “educação bancária”, em que os alunos são considerados como recipientes aos quais se transmite o saber, assume uma outra concepção de disciplina, de caráter democrático. É no exercício dialógico, que a responsabilidade de todos pelo aprimoramento do conhecer, gera uma

disciplina escolar, criativa e democrática. Se não cabe ao educando repetir fórmulas prontas, muito menos viver segundo elas. As relações sociais que se organizam na escola necessitam igualmente ser problematizadas, interpretadas e reconstruídas. Se a educação visa agenciar devires de cidadania em cada educando, não pode heteronomamente impor-lhes uma norma qualquer elaborada pelos “sábios”, pelos “melhores” ou simplesmente pelos “mais poderosos”, mas através do diálogo construir uma autonomia crítica em que a liberdade privada de cada um e a autonomia da liberdade pública se delimitam em função do conhecer e do humanizar-se de todos os que estão envolvidos no processo educativo. De modo mais abrangente, destaca Paulo Freire que

“Dominadas e exploradas no sistema capitalista, as classes populares precisam - ao mesmo tempo que se engajam no processo de formação de uma disciplina intelectual - ir criando uma disciplina social, cívica, política, absolutamente indispensável à democracia que vá além da pura democracia burguesa e liberal. Uma democracia que, afinal, persiga a superação dos níveis de injustiça e de irresponsabilidade do capitalismo.”³⁴¹

Com efeito, somente se aprende a democracia exercitando-a. Se se trata de construir uma democracia participativa, que garanta a autonomia dos indivíduos e da sociedade realizando as liberdades públicas e privadas eticamente orientadas, a escola necessita exercitá-la e não apenas defendê-la como peça de retórica.

Sobre os conteúdos, em particular, pode-se destacar - considerando-se as elaborações de Paulo Freire em *Pedagogia da Esperança* - que

“o problema fundamental, de natureza política e tocado por tintas ideológicas, é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra que. Qual o papel que cabe aos educandos na organização programática dos conteúdos; qual o papel, em níveis diferentes, daqueles e daquelas que, nas bases, cozinheiras, zeladores, vigias, se acham envolvidos na prática educativa da escola; qual o papel das famílias, das organizações sociais, da comunidade local ?”³⁴²

Se considerarmos a educação como mediação do exercício da liberdade, os conteúdos devem ser definidos tomando-se por referência a sua conexão com a práxis social global e com a práxis de cada um dos participantes do processo pedagógico, possibilitando ampliar a própria condição de tal exercício da liberdade, pública e privada. Trata-se de garantir o domínio de conteúdos das mais diversas áreas do conhecimento e o domínio das variadas linguagens, tendo-se em vista não apenas uma compreensão e intervenção política que fortaleça a democracia, mas também uma formação tecnológica conectada com um projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda e de uma habilidade interpretadora das diversas produções culturais em geral, refinando padrões de apreciação estética e ética. Em outras palavras, conteúdos educativos não são blocos de montar que podem ser encaixados uns nos outros gerando diferentes objetos, mas informações necessárias à práxis social global e à práxis individual, que são demandados por elas, para que possam produzir a riqueza material, a autonomia política, novos conhecimentos e a orientação ética que garantam a liberdade pública e privada, com a socialização da riqueza material e simbólica colocada a serviço de todos e de cada um em particular.

³⁴¹ Paulo FREIRE. *Professora Sim, Tia Não*, p. 118

³⁴² Paulo FREIRE. *Pedagogia da Esperança*, p. 110

Uma significativa demanda de conhecimentos necessários à subjetivação de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos é desprezada quando se organizam os currículos em atividades pedagógicas que os atendem. Considerando as crianças e adolescentes, por exemplo, a escola concorre com videogames, tevês e gangues, entre outros, mas tem dificuldades em gerar dialogicamente novos interpretantes que permitam aos educandos construir uma autonomia frente às semioses a que se expõem, quando são agenciados por esses atrativos. Enquanto as intensidades subjetivas dos educandos são reelaboradas nessas semioses, a escola não sabe bem como enfrentar a situação em que crianças têm vida sexual ativa gerando gravidezes indesejadas, espancam colegas como que abate um personagem de videogames, experimentam drogas como personagens de filmes de tevês, ou são capazes - como em alguns casos noticiados pelos jornais - de matar ou morrer por um par de tênis roubado pela gangue adversária. A comunidade, os alunos e todos os envolvidos na prática educativa podem contribuir na reflexão sobre os conteúdos e sua relevância para a realização de sua cidadania, nas condições concretas de seu bairro, de sua etnia, frente à sua situação econômica e política.

Esse desvelamento da realidade, essa geração de interpretantes, permite aos educandos construir coletivamente referências mais adequadas para a sua compreensão de mundo e para sua intervenção sobre ele: "... essa é a tarefa dos professores e professoras progressistas que estão certos de que têm o dever de ensinar competentemente os conteúdos, mas também estão certos de que, ao fazê-lo, se obrigam a desvelar o mundo da opressão. Nem conteúdo só, nem desvelamento só, como se fosse possível separá-los, mas o desvelamento do mundo opressor através do ensino dos conteúdos."³⁴³

De tal modo os conteúdos da prática escolar ficam desvinculados de uma real intervenção do educando sobre seu mundo que grande parte da população instruída tem dificuldade em compreender, até mesmo, informações e signos básicos para a satisfação de suas necessidades cotidianas. Uma pesquisa sobre esse aspecto - a capacidade de localizar, compreender, relacionar e interpretar signos - realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, considerando a população adulta de 12 países da União Européia, concluiu que "pelo menos um quarto da população adulta dos países estudados não atinge o nível mínimo de competência necessária para satisfazer demandas complexas da vida cotidiana e do trabalho."³⁴⁴ Entre os testes estavam várias operações básicas: "Compreender um texto curto, como uma bula de remédio. Saber tirar algumas informações de um quadro de previsão meteorológica. Comparar os preços de diferentes produtos ou os dados contidos em gráficos. Calcular a distância de um trajeto, acrescentando alguns dados quilométricos."³⁴⁵ O resultado insatisfatório apontado pelo teste - que avaliava o "nível de competência de base" dos adultos e não algum conhecimento específico - foi batizado por um jornalista como "analfabetismo virtual"³⁴⁶.

Se a escola deseja realmente contribuir para a realização da cidadania e para o exercício ético da liberdade ela tem que: a) tomar uma posição de classe frente aos conflitos sociais, b) avaliar em que medida os conteúdos que ela trabalha desenvolve habilidades e competências necessárias à realização da cidadania e alterá-los, se for o caso, c) avaliar em que medida os procedimentos pedagógicos e administrativos são coerentes com o

³⁴³ Paulo FREIRE. *Alfabetização e Cidadania*, p. 214

³⁴⁴ Lucas DELATTRE. "Analfabetos virtuais são 25% no 1º Mundo". *Folha de São Paulo*, 21-12-97, p. 1-23

³⁴⁵ *Ibidem*

³⁴⁶ *Ibidem*

exercício coletivo da cidadania por todos os sujeitos envolvidos com a escola - professores, alunos, pais, funcionários, equipe administrativa e pedagógica - e modificar tais procedimentos, se for o caso.

Como veremos na próxima seção, uma parcela dos movimentos sociais - em sua atividade educativa - trata de conteúdos indispensáveis à cidadania que não são, em geral, adequadamente abordados na escola formal. Destacaremos, então, neste sentido, algumas contribuições destes movimentos sociais para a prática escolar.

5.3.8. Contribuição dos movimentos sociais para a prática escolar.

A reflexão sobre a perspectiva da prática escolar necessita considerar, também, as contribuições dos movimentos sociais populares que agenciam, em uma perspectiva libertadora, movimentos moleculares e molares de transformação social. Isto significa, entre outros aspectos, a) considerar que toda ação cultural deve ser voltada para a cidadania, b) que é necessário educar em liberdade e para a liberdade, problematizando e compreendendo a realidade, na qual educandos, mestres e pais exercem sua liberdade; c) promover uma revisão dos atuais currículos.

De fato, no processo de educação formal - como estabelecido atualmente - os educandos não se apropriam de informações básicas a respeito da cidadania. Considerando os conteúdos educativos presentes na pedagogia dos movimentos sociais-populares que lutam pela cidadania, percebe-se que a escola está longe de formar cidadãos, no sentido amplo da palavra³⁴⁷. Serão os alunos que encerram o segundo grau capazes de responder perguntas tais como: que direitos humanos estão acima da propriedade privada do capital? Quais são os direitos da criança e do adolescente ? Quais são os direitos da mulher, do consumidor, do portador de deficiência ? O que é direito a informação e como se pode exercê-lo ? O que é um *Habeas Corpus*, um *Habeas Data* ?

Mesmo em relação ao conhecimento dos mecanismos eleitorais e jurídicos esta deficiência se mantém. A maior parte dos alunos não sabe responder a perguntas tais como: O que são plebiscito e referendo e qual diferença entre os dois ? Como é que alguém se torna juiz de direito ? O que acontece com os votos em branco e os votos nulos de uma eleição proporcional ?

O conteúdo pedagógico da ação cultural voltada à cidadania realizada pelos movimentos sociais-populares é bastante amplo. Destaquemos somente alguns elementos. Os movimentos negros reafirmam a necessidade de resgatar a história dos vencidos e combater o racismo; os movimentos de mulheres buscam desmontar os estereótipos machistas; os movimentos de homossexuais lutam por preservar o direito de livre orientação sexual e os movimentos ecológicos propõem pensar os ecossistemas humanos em sentido amplo. Mais do que difundir uma informação conceitual sobre esses temas, muitos movimentos buscam promover ações que agenciem interpretantes singularizadores de novas experiências estéticas e éticas frente à outra etnia, ao outro sexo, às limitações corporais, uma vez que não basta apenas criticar teoricamente os preconceitos, mas resgatar a sensibilidade fora dos padrões autoritários das semioses hegemônicas machistas, racistas e preconceituosas frente aos portadores de deficiências físicas e outros grupos marginalizados. Em contrapartida, em que medida as escolas não afirmam estereótipos e

³⁴⁷ Veja-se Maria da Glória GOHN. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo, Editora Cortez, 1992

preconceitos com suas datas comemorativas: dia do índio, abolição da escravidão, dia da criança, etc ?

Desde o movimento de Moradia e Sem-Terras se levantam as necessidades de compreender-se a organização espacial da cidade e do campo e possibilitar que as pessoas tenham uma posição crítica sobre a questão fundiária. São conteúdos educativos abordados pelos movimentos pela Reforma Urbana a) a relação entre imposto, orçamento e obras; b) geografia humana: segregação espacial entre ricos e pobres na cidade; c) gestão participativa; d) licitação, concorrência, etc.; e) o Plano Diretor Urbano e beneficiamento da especulação imobiliária com sua alteração tecno-política. Os Movimentos de Saúde, por sua vez abordam a relação entre saúde e ambiente, o que são conselhos e conferências de saúde, etc. Os movimentos na área da comunicação trabalham com a leitura crítica dos meios de comunicação (publicidade, noticiários, novelas, etc.), debatem a propaganda subliminar, a manipulação de desejos e indução política do eleitorado. Os movimentos que atuam na área de educação avançam na defesa da escola pública, gratuita, universal e de qualidade. Mas o que compreendem desses conteúdos os alunos formados no ensino médio?

Ora, como a escola poderá contribuir com a realização da cidadania se, inclusive, a maioria dos professores sequer tem domínio sobre esses conhecimentos elementares para exercer a sua própria liberdade com uma autonomia adequada? Trata-se, pois, de democratizar a escola, avançando na construção da cidadania de todos os que dela participam. A sua democratização real leva à sua transformação, tornando-a valiosa mediação na qualificação da práxis social que constrói a cidadania.

Neste sentido, cabe destacar a implantação e implementação de novas políticas educacionais em Governos Populares que, promovendo a democratização da educação, buscam tratar e exercitar os conteúdos indispensáveis à cidadania, parte dos quais, também é elaborada e reelaborada por movimentos sociais populares. Nesses casos,

“se a democratização da escola cria espaços para a formação de sujeitos cidadãos, na dimensão política da pedagogia da participação, na sua dimensão pedagógica tende a romper os ‘muros culturais’ que isolam a escola da comunidade, possibilitando a articulação do trabalho pedagógico com o contexto cultural dos usuários.”³⁴⁸

José Covis de Azevedo, destaca a importância da viva ligação da escola com a comunidade e da organização do currículo para que a escola produza conhecimentos significativos à realização da cidadania. Citando Paulo Freire ele destaca que:

“a ligação entre a vida cotidiana do educando na sua comunidade (a prática) e a organização do currículo da escola (a teoria) dá sentido e motivação à aprendizagem. Possibilita que a escola adquira significado para os seus usuários e produza conhecimentos socialmente úteis: “O conhecimento sistematizado é indispensável à luta popular; mas esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática. (...) pensar a prática de hoje não é apenas um caminho para melhorar a prática de amanhã, mas também a forma eficaz de aprender a pensar certo.”³⁴⁹

³⁴⁸ José Clóvis de AZEVEDO. “Escola cidadã: Construção Coletiva e Participação Popular” in: Luiz Heron da SILVA (org) *Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, p. 316

³⁴⁹ José Clóvis de AZEVEDO. “Escola cidadã...”, p. 317, citando Paulo FREIRE *Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular*. Petrópolis, Vozes, 1989

5.4 A Educação sob a atual etapa do capitalismo globalizado.

Em cada época histórica algumas instituições sociais hegemonizaram o processo educativo. Atualmente os meios de comunicação de massa ultrapassam - em poder de informar e gerar interpretantes - aparelhos tradicionais como a escola, a família e as igrejas. Estas últimas (as igrejas) passam a valer-se destes instrumentos (rádio e tevê) como mediadores de sua ação educativa e de seu proselitismo³⁵⁰.

Embora a exposição maior das subjetividades às mídias ocorra no ambiente domiciliar, os pais têm pouca interferência sobre a seleção de produtos semióticos como filmes, desenhos, novelas, músicas e outros que, em geral, são escolhidos pelos filhos. Poucos pais possuem critérios melhor apurados para compreender como se operam as produções de subjetividade de seus filhos e de si mesmos frente a estas exposições signícas.

Os organismos sociais que operam com a informação - sua produção, transmissão e consumo - conformam grandes redes sociais que envolvem os demais organismos sociais como nós de recapturas signícas e de modelizações nos processos de produção de subjetividades. Assim, culturas locais são modelizadas em peças semióticas que induzem ao consumo de produtos elaborados em qualquer parte do mundo por movimentos de capitais que não conhecem fronteiras. De outra parte as subjetividades modeladas desde a tenra idade sob o influxo dessa rede, adquirem interpretantes universais anteriores aos que seriam peculiares às culturas locais. Assim, algumas crianças antes mesmo de aprenderem dizer “papai” ou “mamãe”, dizem “coca”. As semióticas do capital operam amplamente fora das escolas e modelizam-nas também em sua trama da competição e do consumo. A escola é a segunda ou terceira grande esfera de socialização *real* das crianças, considerando-se a posição ocupada pelas igrejas em sua influência sobre as pessoas, as quais têm na família a primeira esfera de socialização real. Inegavelmente, contudo, as mídias são a primeira grande instância de socialização *virtual* das crianças. Milhões de experiências são elaboradas por meninos e meninas que armazenam e reelaboram signos e interpretantes em suas subjetividades, elementos esses que são acionados na interrelação com seus familiares, amigos e demais interlocutores ou interagentes. Há estudos que orientam as campanhas de marketing especializadas para esses segmentos³⁵¹.

5.5 A Educação como fator de produção sob o quadro das políticas globalizantes do Banco Mundial

O Banco Mundial, em razão de seus financiamentos, oferece - com um caráter quase impositivo - idéias próprias à formação de políticas estratégicas de desenvolvimento, a partir das quais compreende o caráter da educação. O país que se candidata a receber financiamentos deve, em seus projetos, satisfazer um conjunto de critérios adotados pelo Banco, sem o que não receberá financiamento. Para satisfazer estas condições muitas reformas educativas são implementadas nos diversos países que passam a conceber a educação essencialmente como um elemento de desenvolvimento econômico ou como um

³⁵⁰ Veja-se Lionel BELLENGER. *A Persuasão e suas Técnicas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987, em especial o item “A persuasão das Mídias”, p. 60s, bem como, Jean BAUDRILLARD, *Simulacros e Simulação*, Lisboa, Editora Antropos - Relógio d’Água, 1991, particularmente o capítulo “A Precessão dos Simulacros”, p.7-57

³⁵¹ Veja-se: Jane MATHEWS. “Como comunicar com as crianças”. *Maketeer - Revista de marketing, Comunicação e Vendas*. Ano 2, No.12, junho de 1997, p.10-18

fator produtivo, perdendo a perspectiva estratégica de que a educação - embora cumpra um papel fundamental no desenvolvimento econômico de um país - não pode abandonar o princípio de estar voltada para a cidadania em nome de racionalizar recursos e cortar gastos.

Como destaca Marília Fonseca, o Banco Mundial, a partir de 1990, passou a elaborar novas diretrizes políticas considerando as conclusões da *Conferência Internacional de Educação para Todos*, que ocorreu na Tailândia naquele mesmo ano, envolvendo representantes de 155 países, de agências internacionais, bilaterais e multilaterais, e, em particular, do próprio Banco Mundial, que se configurou como um dos coordenadores principais do evento³⁵².

Algumas diretrizes publicadas pelo Banco Mundial em 1990 apontaram como objetivos eliminar o analfabetismo até o ano 2.000, desenvolver a educação de base, promover educativamente uma consciência ecológica e o planejamento familiar, estreitar vínculos entre o ensino profissional e as atividades econômicas, particularmente do setor informal, estando o desenvolvimento institucional ainda no centro das preocupações, buscando-se a qualificação e eficiência no treinamento profissional através da colaboração entre os setores público e privado. Conforme a autora, “diferentemente dos primeiros documentos setoriais, a ênfase desloca-se do ensino técnico de nível secundário para a alfabetização e a educação geral.”³⁵³

Embora seja possível, caso a caso, uma alteração dos critérios do Banco a partir de uma posição nacional desde a qual se negociem os financiamentos, como no exemplo boliviano citado por José Luiz Coraggio³⁵⁴, em geral os países se submetem às normas do BIRD quando contratam esses empréstimos, introduzindo um conjunto de reformas que alteram profundamente o caráter da educação. Destaca Tomaz Tadeu da Silva que

“No centro das atuais ‘reformas’ educacionais está a tentativa de transformar a educação em simples mercadoria. Trata-se de uma redefinição radical. (...)”

“No centro dessa redefinição está o currículo. Redefinir a educação como capitalista implica redefinir as próprias noções do que constitui conhecimento. O conhecimento deixa de ser um campo sujeito à interpretação e à controvérsia para ser sempre um campo de transmissão de habilidades e técnicas que sejam relevantes para o funcionamento do capital. O conhecimento deixa de ser uma questão cultural, ética e política para se transformar numa questão simplesmente técnica. É o currículo, como local onde se processa, se produz e se transmite conhecimento, bem como local onde se produzem subjetividades, que também se vê profunda e radicalmente afetado por essa redefinição. Se a educação é o campo de batalha preferencial da luta social mais ampla em torno do significado, o currículo é, então, o ponto focal dessa luta. Não

³⁵² Marília FONSECA. “O Banco Mundial e a Educação: Reflexões Sobre o Caso Brasileiro” in Pablo GENTILI (org). *Pedagogia da Exclusão - Crítica ao neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, Vozes, 1995, p. 171

³⁵³ *Ibidem*, p. 172.

³⁵⁴ José Luis CORAGGIO. “Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção ?” em Livia de TOMMASI, Mirian Jorge WARDE e Sérgio HADDAD (Org.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo, Cortez Editora, 1ª. Edição, 1996

será precisamente por isso que o currículo é um dos alvos preferenciais das atuais ‘reformas’ neoliberais da educação ?”³⁵⁵

Se considerarmos o contexto econômico global, cumpre destacar que o Banco Mundial confere um significado peculiar à implementação de políticas sociais nos marcos da reforma do estado e do predomínio do mercado. O argumento básico que suporta tais políticas propõe aliviar a pobreza por meio de medidas que permitam às pessoas atendidas melhorar seu nível de renda ao mesmo tempo em que se diminuiriam os gastos públicos, racionalizando-os, evitando-se desperdícios e desvios de recursos.

Da política social pretendida pelo Banco Mundial depreende-se três sentidos que se articulam: a) dar continuidade ao processo de desenvolvimento humano, retomando as teses do capital humano, isto é, que a qualificação do trabalhador é a melhor maneira de elevar o seu nível de rendimento; b) compensar conjunturalmente os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracteriza a globalização; c) instrumentalizar a política econômica, mais que compensá-la ou continuá-la. Estas duas últimas compreensões vinculam-se à análise de que a globalização tem como efeitos indesejados desequilíbrios ecológicos e a intensificação de desequilíbrios sociais, que corroem a estabilidade política necessária para que a nova economia se consolide em escala global.

Ao analisar os fundamentos teóricos e empíricos das propostas do BIRD para a educação - que assume a corrente econômica neoclássica, a partir da qual compreende a educação -, Coraggio destaca que “aos problemas intrínsecos do modelo econômico neoclássico, somam-se deficiências metodológicas em sua aplicação, das quais os próprios técnicos do Banco estão conscientes”³⁵⁶, mas que estes mesmos técnicos agem como se as propostas estivessem satisfatoriamente sustentadas. Contudo, destaca o autor, “existem vieses não explicáveis na interpretação dos resultados que as próprias pesquisas do Banco Mundial revelam, especialmente no que diz respeito ao caso do ‘Milagre do Leste Asiático’”³⁵⁷. Este aspecto interessa-nos, aqui, destacar.

Adotando como marco teórico-metodológico a teoria econômica neoclássica, o BIRD opera um reducionismo economicista em suas análises, considerando o que ele próprio deduz do modelo econômico que adota. Assim, o valor de utilidade da educação - considerando o processo econômico de desenvolvimento - é colaborar no crescimento econômico e na produção de riqueza que seria apropriada socialmente pela própria participação da sociedade no processo produtivo. Ora, como as tecnologias flexíveis exigem conhecimentos complexos em sua operacionalidade os que não detém esses conhecimentos ficam alijados de participar na produção da riqueza. Desse modo, a educação voltada a desenvolver habilidades tecnológicas pertinentes à atual revolução industrial geraria capital humano que alavancaria o desenvolvimento dos países.

Destaca Coraggio, entretanto, que este economicismo desdobra-se em falácias ao manter esta argumentação teórica, tomando como base indicial o “Milagre no Leste da Ásia”. Não foi o processo de educação que provocou o desenvolvimento econômico. Pelo contrário em razão do desenvolvimento econômico, alavancado por vários outros fatores, é que a educação tecnológica se intensificou. A generalização da máxima que qualificar os

³⁵⁵ Tomaz Tadeu da SILVA. “A Escola Cidadã no Contexto da Globalização: Uma Introdução”. in: Luiz Heron da SILVA (org) *Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, p. 8-9

³⁵⁶ *Idem*, p. 77

³⁵⁷ *Idem*, p. 77

trabalhadores promove desenvolvimento econômico com melhorias das condições de vida para o conjunto da sociedade é uma falácia, pois mesmo que todos os desempregados do mundo estivessem qualificados não haveria emprego para todos.

Sendo assim, é necessário a manutenção de uma esfera pública nacional que estabeleça as diretrizes e bases da educação voltada para a realização da cidadania - o que supõe também uma qualificação profissional, que gere capital humano, mas muito mais que isso. A duplicidade de critérios empregados pelo Banco Mundial e suas propostas de fundamento duvidoso sobre as políticas educacionais dão margem a que os países, ao negociarem projetos de financiamentos, apresentando projetos consistentes, não se submetam às pressões internacionais do grande capital organizadas pelo consenso de Washington que norteia as políticas do Banco Mundial. Como afirma Coraggio,

“É necessário revitalizar a capacidade de diagnóstico e decisão nacionais capitalizando as experiência no âmbito mundial e a visão global, com a ajuda dos organismos internacionais, o que não significa tentar descobrir a verdade absoluta no educativo nem suas fórmulas definitivas, mas propiciar a abertura democrática da esfera pública, para assumir, propor, e construir consensos em torno de concepções e ações educativas num espaço transparente e pluralista de inovações, aprendizagens e contínuas retificações.”³⁵⁸

5.6 A Educação como mediação de libertação e da cidadania.

Como vimos, a educação e a informação são condições fundamentais ao exercício da liberdade. Em sentido amplo a função educativa é desempenhada por toda a sociedade na medida em que todos os organismos sociais e sujeitos difundem signos mediadores de condutas humanas e interpretantes a partir dos quais os indivíduos compreendem e constroem imagens de si mesmo, isto é, interagem consigo próprios pela mediação de seus auto-ícones atual e potencial. Vimos que as escolas e famílias vem perdendo terreno frente à televisão e novos meios de comunicação como mediação da elaboração de interpretantes para um conjunto cada vez maior das experiências vitais das novas gerações. Destacamos ainda que os movimentos sociais e suas redes de solidariedade coletiva operam - em razão de suas lutas específicas ou gerais - ações educativas com metodologias e conteúdos específicos que passam ao largo das atividades educativas escolares que estão cada vez mais fragilizadas para cumprir o seu papel histórico de educar para a emancipação e para a cidadania - seja porque as reformas educativas propostas pelos agentes financiadores internacionais como condição para novos contratos acaba inviabilizando uma educação libertadora, seja porque o fenômeno contemporâneo de produção de subjetividade também atinge aos educadores gerando interpretantes que estes reproduzem em sua atividade pedagógica.

Assim, quanto mais se insiste na necessidade de qualificar e universalizar a educação no mundo todo, quanto mais se reformam as políticas de educação, tanto mais a barbárie e a violência tomam conta das cidades e da sociedades em geral. Que dizer dos massacres em que estudantes armados fuzilam seus colegas de classe e professores? Ou do toque de recolher para a juventude em várias cidades norte-americanas - país que é tomado como exemplo de superação da crise econômica atual? Que dizer das educadas adolescentes japonezas que se prostituem para comprar roupas de grife? Da gravidez precoce entre

³⁵⁸ *Idem*, p. 121

estudantes brasileiras? Ou da violência das gangues nas escolas ou do consumo de drogas por estudantes? A proliferação de videogames e filmes de violência gratuita pelo mundo todo com a banalização do sofrimento alheio, da morte, do sexo, do consumo de drogas e a exposição massiva da juventude às semioses geradas pelas mídias - publicitárias e não publicitárias - é um fenômeno de educação social mal interpretado em suas dimensões e consequências até agora. Ao enfatizar a educação como fator de produção o Banco Mundial induz os países que dependem de seus financiamentos a realizar reformas educativas que afastam a educação formal ainda mais do enfrentamento dos reais desafios da educação contemporânea - capacitar os indivíduos a exercer dignamente a sua liberdade interferindo nos processos de produção de sua subjetividade e na transformação da sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos que foi adotada e proclamada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas³⁵⁹ considera a educação com vistas a garantir uma ordem internacional que assegure a paz e o bem estar aos povos. Contudo, a atual etapa de globalização do capitalismo vem gerando uma nova ordem mundial excludente e danosa à realização das liberdades fundamentais dos seres humanos, desrespeitando princípios consagrados historicamente acerca da dignidade de homens e mulheres e fragilizando este conceito de educação.

Os artigos 19 e 26 desta Declaração rezam o seguinte:

ARTIGO 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.(...)

ARTIGO 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos³⁶⁰.

Ora se considerarmos que a educação visa a plena expansão da personalidade humana, o reforço aos direitos, às liberdades, à amizade e à paz entre as pessoas e os povos, teremos que questionar o conceito de *competitividade* que está na base de toda a reestruturação produtiva e educativa sob o modelo neoliberal. O esforço por ser competitivo se realiza tendo em vista alcançar uma posição entre os incluídos e não permanecer entre os excluídos. Vencer e não ser derrotado. Este conceito, entretanto, não coloca em questão o

³⁵⁹ Resolução 217A (III) em 10 de dezembro de 1948.

³⁶⁰ [www.aol.com.br/ifil/dh.htm #Declaração](http://www.aol.com.br/ifil/dh.htm#Declaração)

próprio modelo que gera a exclusão, entre tantas outras, do trabalho, do alimento e do saber, das condições elementares para o exercício da liberdade de cada ser humano.

A Declaração diz que “todo o indivíduo tem direito... de... difundir... informações e idéias por qualquer meio de expressão.” Contudo, a sociedade sequer tem o direito de interferir na pauta de um telejornal (uma vez que os órgãos de comunicação são - em sua grande maioria - empresas capitalistas de direito privado, subordinadas aos controladores acionários) tanto mais valer-se deles para difundir interpretantes dissonantes às semioses hegemônicas.

Para que a educação escolar possa cumprir o seu papel de ser mediação de libertação e de cidadania ela necessita responder aos desafios contemporâneos introduzidos pela mundialização e pela globalização. Isto requer a afirmação de uma nova concepção de educação centrada no desenvolvimento solidário da pesquisa, na habilidade de localizar as informações, interpretá-las e reagir a elas pessoal e coletivamente de modo singular. O que exige não apenas o momento de reposição dos signos e interpretantes consensuados - nas comunidades de comunicação das ciências específicas - como ciência normal (no sentido de Thomas Kuhn³⁶¹), mas também instigar a habilidade conceitual do dissenso bem argumentado, a capacidade de propor novos modelos interpretativos, de considerar novas razoabilidades a partir de signos indiciais ou da consistência formal do modelo, no caso das ciências formais. Assim a recuperação dos conteúdos historicamente elaborados ganha sentido a partir da problematização da realidade do educando e, sob a perspectiva da conscientização, tanto os conteúdos quanto a problematização podem ser superados a partir de novos parâmetros investigativos gerados desde o dissenso sem o qual qualquer cultura permanece estagnada.

Como escreve Francisco Gutiérrez em *Educação como Práxis Política*, a educação libertadora supõe educar na liberdade, na justiça e na esperança.³⁶² Esses princípios de uma educação libertadora podem nortear a organização das políticas educacionais. Tanto Paulo Freire quanto José Clóvis de Azevedo, que foram secretários de educação em administrações populares, contribuíram para a implantação e implementação de políticas com esse caráter. Como destaca Azevedo,

“Para a Administração Popular, democratizar é construir participativamente um projeto de educação de Qualidade Social, transformador e libertador, onde a escola seja um laboratório de prática, de exercício e de conquista de direitos, de formação de sujeitos históricos autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos, identificados com os valores éticos, voltados à construção de um projeto social solidário que tenha na prática da justiça, da liberdade, no respeito humano, nas relações fraternas entre homens e mulheres e na convivência harmônica com a natureza, o centro de suas preocupações. A partir dessa visão, reafirmamos o nosso compromisso com o aprofundamento do caráter humanista da escola pública em oposição a sua submissão aos valores do mercado, cuja preocupação única é formar consumidores e clientes, tornar a educação uma mercadoria submetida à lógica empresarial, naturalizando o individualismo, o conformismo, a competição, a indiferença e, conseqüentemente, a exclusão. (...)”

³⁶¹ Thomas S. KUHN, *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 2ª. Ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1987.

³⁶² Francisco GUTIÉRREZ, *op. cit.*, p. 109-125

“O Governo Popular concebe a educação como um processo de formação e desenvolvimento da pessoa humana que interage individual e coletivamente, desvelando dialeticamente a realidade, transformando-a, construindo novas experiências que, sistematizadas através da ação-reflexão-ação, produzem novos conhecimentos.

“Através do respeito às questões culturais, sócio-antropológicas, aos saberes e experiências da comunidade, coloca-se em questão o senso comum, criando condições para a produção e o acesso a novos saberes e ao conhecimento socialmente produzido e sistematizado.”³⁶³

Desse modo, a educação como mediação de libertação e de cidadania significa, em sentido lato, tanto a socialização do conhecimento já disponível pelas diversas culturas quanto a capacitação para a produção de novos conhecimentos, o que exige o desenvolvimento das habilidades de saber localizar, interpretar e reagir à informação, isto é, saber produzir nova informação: a) partindo da investigação da realidade indiciada desde a qual se questiona o saber acumulado por educandos e educadores, e b) considerando outros conhecimentos já elaborados que podem ser a ela aplicados como interpretantes que auxiliem na elaboração dos conhecimentos que se precisa produzir como necessária mediação ao exercício de liberdade de cada pessoa e da sociedade como um todo. Se a educação estiver voltada para a cidadania, ela assume como interpretante fundamental de toda a manifestação cultural a promoção universal das liberdades públicas e privadas em condição tal que uma não se realize pela aniquilação da outra. Se assim o for, a educação para cidadania reafirma que todo ser humano tem direitos universais entre os quais o de dispor de uma riqueza que se converta nas mediações materiais do exercício de sua liberdade, sem o que sua dignidade humana permanece aviltada. Em outras palavras, uma educação libertadora tem como objetivo maior que cada ser humano possa eticamente expandir sua personalidade, contribuindo para reforçar os direitos de cada ser humano a participar das mediações materiais, políticas, informativo-educacionais e éticas que permitam o exercício mais pleno possível de sua liberdade e das liberdades fundamentais em toda a parte, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre nações, pessoas e povos.

³⁶³ José Clóvis de AZEVEDO. “Escola cidadã: Construção Coletiva e Participação Popular” in: Luiz Heron da SILVA (org) *Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, p. 312

Considerações Finais

A complexidade do mundo contemporâneo é um desafio à rigorosa construção conceitual que nos possibilite intervir sobre os condicionantes do exercício de nossa própria liberdade. Na era em que a informação é cada vez mais abundante, corremos o risco de nos distanciarmos progressivamente dos objetos dinâmicos - em nível de secundidade semiótica - se não desenvolvermos a habilidade de construir conceitos, articulando os diversos signos com interpretantes adequados à compreensão das mediações históricas de cada realidade em particular, de sua articulação global e das semioses a partir delas geradas.

Certos fenômenos econômicos, políticos e culturais contemporâneos - que se configuram como desafios aos variados referenciais teóricos - tais como a conversibilidade entre signos e capital, a produção de subjetividade, os atuais conflitos sociais, a economia dos bens intangíveis, o impacto da digitalização do conhecimento sobre as sociedades, a instantaneidade da interação virtual através de redes e seus desdobramentos na globalização, mundialização e planetarização, o conflito norte-sul, os condicionantes materiais, políticos, informativo-educacionais e éticos da liberdade face aos regimes globalitários foram, aqui, analisados nas suas complexas interrelações. Procuramos destacar as interfaces entre os principais aspectos da globalização tecendo uma semiose que resultasse em uma compreensão conceitual e menos fragmentada possível dos diversos elementos abordados, analisando como a globalização vem alterando a extensão do exercício da liberdade, concretamente situada, das várias classes de atores sociais.

A partir desta abordagem pudemos perceber que, embora virtualmente a nova revolução tecnológica amplie a possibilidade de exercício realizador da liberdade de todos os seres humanos, ocorre objetivamente uma restrição cada vez maior de tal exercício concreto para a maior parte dos habitantes do planeta, pela simples razão de que lhes faltam condições materiais, políticas e informativo-educacionais para realizá-la. Por outro lado, considerando o restrito grupo daqueles que dispõem em abundância de tais mediações percebe-se que o componente ético - de promover a liberdade pública universal - é cada vez menos importante em sua conduta, sendo, na maioria das vezes, sacrificado em proveito do interesse pessoal, em favor apenas de um tipo de exercício de liberdade privada que é incompatível com exercício da liberdade pública.

Valendo-nos de uma abordagem semiótica dos conflitos sociais pudemos mostrar a possibilidade de sua ordenação conceitual partindo de índices históricos - que são signos que fazem parte do próprio objeto. Em um movimento de abstração analítica mostramos a possibilidade de formulação de conceitos abstratos desses conflitos nas esferas da produção, reprodução social e da cultura, chegando por fim à síntese de conceitos concretos que nos permitem compreender - como um mapa, sempre o mais aproximado possível - a realidade que condiciona o exercício de nossa liberdade. Tratamos então do exercício da nossa própria liberdade frente ao quadro dramático de negação da liberdade pública que se expande por toda a parte em que os conflitos analisados cavam fossos cada vez maiores.

Analisamos que neoliberalismo, como projeto político e ideologia, propõe uma reconfiguração da organização da sociedade em que o acúmulo privado do capital é posto acima da realização da liberdade pública e da liberdade privada da maior parte das

populações do mundo todo. Com uma significativa riqueza de signos indiciais pudemos compreender concretamente o que isso significa para mais de um bilhão de pessoas que vivem em pobreza absoluta, para mais de um milhão de crianças que são obrigadas a se prostituir a cada ano, para os 820 milhões de desempregados que buscam garantir sua sobrevivência e de sua família com alternativas na economia informal, enquanto os especuladores com papéis nas bolsas movimentam entre 2 a 3 trilhões de dólares por dia em capital volátil que pode trafegar de um ponto a outro do globo pelas redes digitais - valor esse superior a toda a riqueza produzida pela terceira economia mais rica do mundo, a Alemanha, durante um ano inteiro - ou ainda para as 358 pessoas mais ricas do globo, possuidoras de ativos que superam a renda anual de aproximadamente 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda população do planeta.

Esclarecemos que o posicionamento global em defesa da ampliação do exercício das liberdades públicas e privadas, isto é, da universalização social das condições materiais e políticas, informativo-educacionais para o desenvolvimento das singularidades humanas, eticamente desejáveis, exige um posicionamento frente aos projetos globais de reorganização do poder, da economia e da cultura, isto é, frente ao projetos políticos em debate. Apontamos também que o socialismo democrático, criativamente modificado a partir de cada realidade histórica, propõe alternativas econômicas, políticas e culturais que podem imprimir ao atual processo de globalização um outro caráter, o de ser agente universalizador das condições fundamentais do exercício das liberdades públicas e privadas. Para isto, entretanto, percebemos a necessidade de ressingularizar os interpretantes energético-afetivos frente aos signos indiciais do sofrimento humano, pois a saturação da informação provoca tanto uma indiferença cada vez maior face à desumanidade crescente, quanto a assunção de referências virtuais que modelizam a experiência estética do real em fenômenos de produção de subjetividade, em grande parte, agenciados através das mídias eletrônicas.

Em meio a este quadro, consideramos os desafios contemporâneos postos à educação. Considerando a práxis educativa como dialética semiótica, analisamos que a função educativa é desempenhada por todos os elementos sociais que geram signos e interpretantes sobre condutas humanas orientando comportamentos e ações pessoais e coletivas. Salientamos que a mídia vem suplantando estruturas históricas como igrejas, escolas e famílias na geração de signos e interpretantes na elaboração de um conjunto de experiências do novo *modus vivendi* das novas gerações - incluídas ou excluídas dos processos de consumo mais refinados. Vimos que a auto-imagem das pessoas, tanto o ícone atual quanto o ícone potencial, é mediada pela cultura envolvente e que a maioria dos indivíduos se reconhece a partir dos interpretantes hegemônicos das comunidade de comunicação em que participa. Salientamos que o capitalismo produz utopias que seduzem amplos segmentos sociais em movimentos de consumo de signos específicos e na eleição de determinados projetos políticos compatíveis com a nova etapa de sua globalização.

Consideramos, em seguida, que a educação formal, como mediação da liberdade, necessita promover uma crítica desta cultura capitalista que renega a universalização das liberdades públicas e privadas, sem o que ela se torna um elemento a mais neste processo hegemônico de produção de subjetividades. Desde a perspectiva da semiótica política, compreendendo que todo jogo de linguagem tem em sua base um jogo de poder, destacamos que a educação, considerando os elementos mais abstratos da informação - onde localizá-la, como interpretá-la, como reagir a ela e como produzir nova informação ou novo conhecimento da partir dos mais variados objetos dinâmicos -, deve avançar na

perspectiva da realização mais concreta da cidadania. Desde essa premissa reafirmamos que toda educação se realiza desde alguma posição de classe perante os conflitos sociais e que muitas informações e interpretantes necessários à compreensão satisfatória desses conflitos e a um posicionamento crítico consistente por parte dos educandos, não são tomados como conteúdos da educação formal na maioria das instituições de ensino. Destacamos que os movimentos sociais realizam inúmeras ações pedagógicas e educativas que resgatam conhecimentos e interpretantes de variadas ordens sobre questões pertinentes à promoção da cidadania e que sua experiência pedagógico-educativa traz elementos que podem contribuir com a prática da educação escolar.

Contudo, as reformas educativas que vem sendo operadas em inúmeros países que dependem de financiamentos de organismos internacionais - como o Banco Mundial - afastam cada vez mais a educação formal de cumprir este seu papel uma vez que, operadas em função da reestruturação produtiva em busca de melhor *competividade*, tais reformas consideram a educação como fator produtivo, basicamente como mediação de qualificação de capital humano para desenvolvimento econômico, distanciando-se do sentido de educação afirmado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em que esta visa expandir a personalidade do educando em sua integralidade, reforçar os direitos de cada pessoa às liberdades fundamentais e favorecer a compreensão, a amizade e a paz entre todas as nações.

Salientamos por fim que, contrariamente ao papel da educação afirmado pelo modelo neoliberal de globalização, a educação como mediação de libertação e de cidadania implica não apenas na socialização do conhecimento historicamente acumulado e na capacitação para a produzir novos conhecimentos quanto, especialmente, na assunção - como interpretante fundamental de toda a manifestação cultural - da promoção universal das liberdades públicas e privadas, eticamente orientadas. Com isso, a educação para cidadania considera que cada pessoa, para exercer dignamente sua liberdade, tem o direito universal de dispor de uma parte da riqueza socialmente produzida que se converta nas mediações materiais para o exercício de sua liberdade, uma vez que a liberdade privada de acumular riqueza não pode ser realizar negando a realização da liberdade pública de bilhões de seres humanos excluídos do consumo em razão do modelo econômico capitalista. Uma educação para a cidadania que promova a realização universal das liberdades públicas e privadas é pois contraditória com o modelo atual de globalização capitalista ao interpretar a socialização democrática da riqueza como garantia da realização da dignidade humana, cujo valor não encontra equivalente no mercado. Afirmar a existência de uma dignidade humana que transcende os horizontes do mercado e do Estado é afirmar que a economia e o direito devem ser mediações a serviço da ampliação da liberdade de todos os homens. A educação formal, além de socializar os conhecimentos historicamente elaborados, gerar experiências éticas e estéticas que singularizem movimentos de subjetivação solidária, capacitar os indivíduos a participar dos processos produtivos complexos advindos da atual revolução tecnológica e produzir novos conhecimentos em função da coletividade humana, tem o papel de reafirmar que a liberdade humana não tem preço e que, portanto, está acima de qualquer lei de mercado e que é um imperativo ético de toda a sociedade garantir as mediações materiais, políticas, educativo-informacionais para que cada ser humano possa exercer eticamente sua liberdade.

GLOSSÁRIO³⁶⁴

Afetos, Perceptos e Conceitos

A interação do indivíduo com os signos envolve elementos estéticos (reino dos perceptos e afetos - a percepção sensível dos signos e disposições afetivas e energéticas que provoca: sentimentos, emoções, reações vigorosas com alta descarga de adrenalina, passividades, etc.) e elementos cognitivos (conceitos e outras representações integrando aspectos perceptivos e afetivos).

Em razão disso pode ocorrer que os efeitos produzidos pelo signo (sobrecodificado pela publicidade - estética e logicamente bem produzida dentro de determinados jogos de linguagem) sejam modelizados, possibilitando o agenciamento de subjetividades produtoras, consumidoras de mercadorias, defensoras do status quo, etc. Assim, o sentimento materno agenciado na mulher que contempla o sorriso de crianças, que em uma peça publicitária tomam banho com certo xampu, acaba modelizado pelo signo daquele produto, ficando tal interpretante afetivo associado àquele signo e sendo ativado quando esta mulher o encontra no supermercado.

As noções aqui empregadas de *Afetos, Perceptos e Conceitos*, divergem do modo como são empregadas por Guattari e Deleuze em *O Que é Filosofia*, uma vez que buscamos resguardar a intervenção singular da subjetividade no processo de interpretação, embora aceitemos a existência e permanência de unidades estéticas tais como um acorde, uma letra, um gesto que podem ser recompostos em obras estéticas singulares. Embora possam existir na ausência dos homens como registros, somente podem existir como significado para uma máquina abstrata interpretadora. Daí parecer-nos problemática a afirmação de que “os perceptos não mais são percepções, são independentes do estado daqueles que os experimentam; os afectos não são mais sentimentos ou afecções, transbordam a força daqueles que são atravessados por eles. As sensações, perceptos e afectos, são *seres* que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido. Existem na ausência do homem, podemos dizer, porque o homem, tal como ele é fixado na pedra, sobre a tela ou ao longo das palavras, é ele próprio um composto de perceptos e de afectos. A obra de arte é um ser de sensação, e nada mais: ela existe em si.”³⁶⁵ Embora busque-se resguardar uma unidade da obra de arte que, como realidade objetual, independa do espectador, os acordes sonoros e frequências de cores somente são perceptíveis por um organismo capaz de captar certa gama de ondas e variações tanto sonoras quanto de espectros de luz por mediação de processos físico-biológicos, sem os quais estes registros não poderiam operar como registros.

Classificação Peirceana dos Signos

Para Charles Sanders Peirce, tudo o que aparece à consciência pode ser compreendido sob três categorias que, em 1867, ele denominou como *qualidade, relação e*

³⁶⁴ Neste glossário recuperei parte de uma pesquisa sobre semiótica peirceana elaborada por mim e por Vanderlei Luiz Trindade, pesquisa essa que se destinou a contribuir com a reflexão do grupo de estudos sobre “Subjetividade e Movimentos Sociais - Os Desafios da Práxis”, que se reuniu nos anos de 1995 e 1996 em um projeto de pesquisa coletiva como atividade apoiada pelo IFIL - Instituto de Filosofia da Libertação.

³⁶⁵ Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI. *O que é Filosofia?* Rio de Janeiro, Editora 34, 1992, p.213

representação. Posteriormente ele substituiu *relação* por *reação* e *representação* por *mediação*. Enfim adotou a terminologia de *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*. Assim, por exemplo, o azul como qualidade simples é um primeiro; o céu, como encarnação existente, aqui e agora, do azul, é um segundo; a síntese intelectual que fazemos, como “o azul do céu”, é um terceiro.

Analisando o processo do conhecimento e a dinâmica da natureza, considerando essas três categorias, Peirce estabeleceu outras três tricotomias de signos: “a primeira, na dependência de o signo ser, em si mesmo, mera qualidade, existente concreto ou lei geral; a segunda, na dependência de a relação do signo para com seu objeto consistir em o signo ter algum caráter por si mesmo ou estar em alguma relação existencial para com aquele objeto ou em sua relação para com um interpretante; a terceira, na dependência de seu Interpretante representá-lo como signo de possibilidade, signo de fato ou signo de razão.”³⁶⁶ Relativizando essa tricotomia considera Lúcia Santaella que “como matrizes abstratas, as três tríades definem campos gerais e elementares que raramente serão encontrados em estado puro nas linguagens concretas que estão aí e aqui, conosco em uso. Na produção e utilização prática dos signos, estes se apresentam amalgamados, misturados, interconectados.”³⁶⁷

1) Conforme a *primeira divisão* - considerando o signo em si mesmo - um signo pode ser quali-signo, sin-signo e legi-signo.

a) *Quali-signo*, uma qualidade que opera como um signo (Primeiridade): diz respeito tão só e apenas à pura qualidade, a qual funciona como signo e que ao dirigir-se a alguém produzirá algo na mente de tal pessoa, como um sentimento vago ou indivisível.

b) *Sin-signo*, uma coisa ou acontecimento real, existente e portanto singular (Secundidade) que funcione como signo: qualquer coisa enquanto existente singular, material, que se destaca em um universo ou contexto do qual faz parte.

c) *Legi-signo*, um signo que opera por força de uma norma ou lei convencionada (terceiridade): um signo artificialmente construído e aceito como tal, ou seja, em que uma norma ou lei é tomada como propriedade que rege seu funcionamento sgnico. Cada atualização desse signo trata-se de uma réplica de um tipo geral, sendo a lei ou norma o que lhe confere significado.

2) Conforme a *segunda divisão* - considerando o signo para o seu objeto - temos o ícone, o índice e o símbolo. Qualquer signo pode se tornar objeto de um outro signo e qualquer objeto pode se tornar signo de outro objeto, representando-o falsamente ou não. A dificuldade de se entender esta sentença pode residir na noção que se tenha de objeto, pois não se trata de uma coisa, nem estritamente de um referente. Conforme Lucia Santaella, explicitando Peirce, “objeto é qualquer coisa que um signo pode denotar, a que ele pode ser aplicado, desde uma idéia abstrata da ciência, uma situação vivida ou idealizada, um tipo de comportamento, um filme, até um sonho, uma nesga de luz etc.”³⁶⁸ O *Objeto Imediato* é o modo como o objeto dinâmico está representado no signo; o *Objeto Dinâmico*, é aquilo que está fora do signo, determinando-o em sua gênese.

³⁶⁶ Charles Sanders PEIRCE “The division of Signs”, in *Semiótica e Filosofia*, Ed. Cultrix, p. 100.

³⁶⁷ Lucia SANTAELLA, *O que é Semiótica*, 10ª. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1992, p. 69

³⁶⁸ *Idem*, p. 41.

a) O *ícone* refere-se ao objeto que denota por possuir características peculiares que continuaria a possuir existindo ou não o objeto que ele significa (Primeiridade). Quando frente a várias qualidades, abstraindo-se o objeto em que tomam corpo, um intérprete estabelece a relação entre duas delas, então a qualidade funciona como signo, representando outra qualidade por possuírem atributos comuns ou semelhantes: trata-se do ícone, como um mapa em relação a uma cidade ou fotografia em relação a uma pessoa. “Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, será um Ícone de algo, na medida em que é semelhante a esse algo e usado como signo dele”³⁶⁹.

b) O *índice* refere-se ao objeto que denota em razão de estar realmente afetado por ele, tendo necessariamente alguma qualidade em comum com ele (Secundidade); não sendo pois a mera semelhança que o torna signo deste objeto, mas a sua modificação por força deste objeto. Trata-se de um fato existente, singular, determinado, em um lugar e um momento - significando uma outra coisa também existente e determinada. Há, aqui, uma relação dual, uma conexão física, cabendo ao intérprete apenas conotar a existência da conexão, como a existente entre a fumaça e o fogo.

c) O *símbolo* refere-se ao objeto por força de uma lei - uma associação de idéias gerais - que leva a interpretar as suas réplicas como se referindo àquele objeto (Terceiridade). O objeto do símbolo é representado por este, produzindo um interpretante ou efeito na mente interpretadora que é tão geral quanto o objeto, como ocorre quando significamos “estrela” como “astro celeste”. Neste parágrafo, até o início da presente frase, temos quatro réplicas do signo *objeto*. “Não apenas é ele geral, mas também de natureza geral é o Objeto a que se refere. Ora, o que é geral tem o seu ser nos casos concretos que determina. Deve haver, portanto, casos existentes daquilo que o Símbolo denota, embora caiba aqui entender, por ‘existente’, existente no universo possivelmente imaginário a que o símbolo faz alusão. O símbolo será indiretamente e através da associação ou uma outra lei qualquer, afetado por aqueles casos...”³⁷⁰

3) Conforme a *terceira divisão* - considerando o signo para o seu interpretante - temos o rema, o dicente (ou dicisigno) e o argumento. De acordo com Peirce, podemos afirmar que “um Rema é um signo que se entende representar seu objeto simplesmente em seus caracteres; que o Dicisigno é um signo que se entende representar seu objeto com referência à existência concreta; e que um Argumento é um Signo que se entende representar seu Objeto em seu caráter de Signo.”³⁷¹

a) Um *rema*, segundo Santaella, é um “Signo de Possibilidade qualitativa, ou seja, entendido como representando tal e tal espécie de Objeto possível [Primeiridade]. Todo Rema fornecerá, talvez, alguma informação; mas não é interpretado como destinado a fazê-lo.”³⁷² Conforme a autora, “um rema é um signo que é interpretado por seu interpretante final como representando alguma qualidade que poderia estar encarnada em algum objeto possivelmente existente(...) Na lógica, o rema corresponde ao que Bertrand Russell chamava de função proposicional. Por exemplo: ‘..... é preto’, ‘..... é um cavalo’, ‘..... é guerra ou paz’”³⁷³

³⁶⁹ Charles Sanders PEIRCE, *op. cit.* p.101.

³⁷⁰ Charles Sanders PEIRCE, *op. cit.* p. 102.

³⁷¹ Charles Sanders PEIRCE, *op. cit.* p.102-103.

³⁷² Charles Sanders PEIRCE, *op. cit.* p. 102 - o colchete é nosso.

³⁷³ Lucia Santaella. *A Teoria Geral dos Signos*. São Paulo, Editora Ática, 1995, p. 188

b) Um *dicente* é signo de existência concreta (Secundidade). Em nível de raciocínio é um signo que será interpretado como propondo ou veiculando alguma informação sobre um existente, ou seja, é um signo puramente referencial, reportando-se a algo existente: “seu interpretante terá uma relação existencial, real com o objeto do dicente, tal como este mesmo tem”³⁷⁴.

c) Um *argumento* é signo de lei (Terceiridade). Em nível de raciocínio, trata-se da inferência. É “interpretado por seu interpretante final como um signo de lei, regra reguladora ou princípio guia, ou melhor, ‘é um signo cujo interpretante lhe representa o objeto como sendo um signo ulterior, por meio de uma lei’. Isto é, a lei segundo a qual ‘a passagem de todo o conjunto das premissas para as conclusões tende a ser verdadeira’”³⁷⁵.

Cabe destacar também que os “efeitos” produzidos pelo signo (que podem ser emocional, energético ou lógico) pertencem às três *categorias do pensamento e da natureza*: Primeiridade, Secundidade e Terceiridade. Aparecendo à mente, qualquer coisa lhe produz um efeito, pois a mente reage e produz algo em relação ao que aparece. Peirce considera esse efeito ou signo como um primeiro e como segundo aquilo que o provoca. Se a primazia real é do objeto, por outra parte a primazia lógica é do signo. O efeito que a mente produz como signo do que o provoca pode ser da ordem de um sentimento, de uma reação puramente física ou lógica. De qualquer modo, é o objeto que determina essa representação, que não corresponde ao todo do próprio objeto, mas a algum aspecto seu, sendo portanto o signo, incompleto, na relação que mantém com o objeto que representa.

As divisões do Interpretante em Peirce são marcadas por uma ampla polêmica entre os estudiosos, ensejada por formulações distintas do próprio autor acerca do tema. Das três divisões apresentadas por Santaella³⁷⁶, citamos aqui a segunda, associada à fenomenologia ou à teoria peirceana das categorias, “... correspondendo à divisão triádica do interpretante em imediato (primeiridade), dinâmico (secundidade) e final (terceiridade).”³⁷⁷.

Conforme a semiótica de Peirce, o *Interpretante Imediato*, “consiste naquilo que o signo está apto a produzir como efeito numa mente interpretadora qualquer”³⁷⁸. O *Interpretante Dinâmico*, por sua vez, corresponde ao efeito que é produzido pelo signo em uma determinada mente interpretadora. Tal efeito poderá ser emocional, energético ou lógico. Será *emocional* quando se trata de signos que só produzem *sentimentos de qualidade*, impressões, sensações (auditivas, viscerais, visuais...). Será *energético* quando se trata de signos que produzem, por exemplo, uma *reação de obediência* ou *conduta esperada* - como a resposta ao signo de ordem ou de sedução. Destaca Peirce que “se um signo produz ainda algum efeito desejado, fá-lo-á através da mediação de um interpretante emocional, e tal efeito envolverá sempre um esforço”³⁷⁹ - seja físico ou mental. Mesmo fantasias e imagens, que se desenvolvem em nosso mundo interior, oferecem também alguma resistência envolvendo, então, interpretantes energéticos que não são apenas musculares mas atos de imaginação com esforços interiores. Quando *lógico* (convencional, signo de lei), por exemplo, uma *palavra ou frase*, o Interpretante Dinâmico será um *pensamento*, o qual irá traduzir o signo interpretado em um outro signo da mesma natureza, que por sua vez poderá ser traduzido por outro signo do mesmo tipo e assim

³⁷⁴ Lúcia Santaella *A Teoria Geral dos Signos* São Paulo, p. 191

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 192

³⁷⁶ A Teoria Geral dos Signos, p. 90ss

³⁷⁷ Santaella, *op. cit.*, p. 91

³⁷⁸ Lucia SANTAELLA, *O que é Semiótica*, p. 60

³⁷⁹ Peirce. *Apud* Lúcia SANTAELLA, *A Teoria Geral dos Signos*, p.104

infinitamente. O *Interpretante Final* “é o efeito último do Signo, na medida em que ele é intencionado ou destinado pelo caráter do Signo, sendo mais ou menos de uma natureza habitual e formal”³⁸⁰ - trata-se de um limite ideal, mas que é sempre inatingível, para o qual tendem os interpretantes dinâmicos.

Contudo, é no tipo de efeito produzido pelo signo em uma subjetividade interpretadora, isto é, no *Interpretante Dinâmico* que reside a chave da explicitação da questão da interação do indivíduo com os signos. Tais efeitos dependerão da natureza e do potencial do signo enquanto tal. Como afirmou Peirce “o interpretante Dinâmico é qualquer interpretação que qualquer mente realmente faz do Signo (...) O significado de qualquer Signo sobre alguém consiste no modo como esse alguém reage ao Signo.”³⁸¹ Esta reação, como vimos, pode envolver sentimentos, sensações, imagens, reações energéticas, comportamentos, representações, pensamentos, etc. Entretanto, como os vários tipos de signos e interpretantes estão simultaneamente em interação e misturados (já que as distinções entre diversos tipos de signos não indicam que eles estejam efetivamente separados na realidade, apesar da existência de tais tipos e níveis, como também ocorre com os interpretantes), os efeitos dos signos sobre as subjetividades interpretadoras serão os mais diversos. Para Peirce, “...os signos, mesmo os mais genuinamente triádicos, não produzem como interpretantes apenas pensamentos, mas também sentimentos, emoções, percepções, ações, condutas e comportamentos, de modo que, mesmo no signo de natureza pensamental e intelectual, todos esses elementos estão nele embutidos constituindo, assim, também sua substância.”³⁸² Assim, por exemplo, mesmo signos genuínos em nível de terceiridade (lógicos) poderão agenciar sentimentos de euforia, de alegria, de tristeza, monotonia, etc, e não necessariamente um Interpretante da mesma natureza (signo triádico). Basta destacar que toda a literatura política, religiosa ou artística - que compõe signos triádicos genuínos, no caso, símbolos lingüísticos - agencia os mais diversos interpretantes afetivos, comportamentais, etc. Uma música, por exemplo, produz no ouvinte qualidades de impressão diferentes daquelas que possivelmente surgiriam caso ele conhecesse os diversos códigos de composição musical, o que o levaria a outros tipos de interpretação. Tal signo musical, dada a limitação do repertório do intérprete que a ouve, produzirá nele somente um interpretante dinâmico de primeiro nível (emocional). Por outro lado, a percepção de simples qualidades em uma obra de arte - a tonalidade de uma cor, a textura das tintas, etc - pode levar um crítico a montar um conjunto de explicações sobre a obra, ou seja, a geração de interpretantes em uma ampla série de modelizações simbólicas em um nível de terceiridade.

Hacker e Cracker

Hacker e *cracker* são nomes que se dá a estudiosos de informática, aficionados em invadir virtualmente sistemas alheios através de conexão por linhas telefônicas e ter acesso a dados publicamente indisponíveis. Os primeiros, em geral, o fazem pelo simples prazer de conseguir fazê-lo; alguns, entretanto, agem desse modo para mostrar que todos os sistemas podem ser fraudados - inclusive os que são utilizados em eleições democráticas -, que não se deve ter confiança nas empresas que produzem os programas - uma vez que é impossível ao usuário verificar todas as linhas de código do produto que adquire -; outros ainda agem desse modo advogando a tese de que todos os cidadãos devem ter livre acesso

³⁸⁰ Peirce. *Apud* Lúcia SANTAELLA, *A Teoria Geral dos Signos*, p.99

³⁸¹ Peirce. *Apud* Lúcia SANTAELLA, *A Teoria Geral dos Signos*, p.98

³⁸² Lucia SANTAELLA, comentando Buczinska-Garewicz em *A Teoria Geral dos signos*, p. 116.

a todas as informações. Os *hackers*, entretanto, não destróem dados ou não prejudicam os sistemas invadidos, contentando-se em retirar ou deixar alguma prova de que lá estiveram. Os *crackers*, por sua vez, invadem sistemas de computadores alheios para provocar danos ou beneficiar-se, seja com as informações privilegiadas às quais têm acesso, seja alterando registros sem que ninguém saiba. Ambas as palavras, *hack* e *crack*, podem ser traduzidas ao português por *fenda*. Em sentido geral, *hacker* e *cracker* são termos usados para designar pessoas que encontram ou abrem fendas ou passagens virtuais que lhes permitem adentrar em sistemas alheios. A distinção que fizemos aqui, entretanto, ainda não é habitual na literatura sobre o tema.

Internet

Durante a guerra fria, com medo que algum ataque bélico soviético pudesse destruir sua rede de comunicações, o Departamento de Defesa Norte-americano iniciou a criação de uma rede descentralizada em que a comunicação prosseguiria mesmo que algumas máquinas fossem destruídas. Para isso criou-se um sistema de envio de mensagem cortada em vários pacotes que poderiam fazer trajetos diferenciados sendo reunidos no final do processo, técnica essa chamada de *packet switching*. Assim, nos anos sessenta, o governo norte-americano projetou e organizou esta rede, a *ARPAnet (Advanced Research Project Agency Net)*, que ligava os centros militares americanos a centros universitário de pesquisa e a indústrias consideradas estratégicas. Esta rede, desconhecida do público em geral foi sendo ampliada. A tecnologia dos computadores era ainda bastante limitada. Em 1981 é lançado o IBM-PC com uma arquitetura que se tornou padrão impulsionando um movimento de geração de softwares, a despeito de suas limitações. Os computadores pessoais começam, então, a se difundir. Na década de oitenta a rede é aperfeiçoada surgindo alguns serviços que a caracterizam atualmente. Em 1989 o Governo Norte-Americano decidiu interromper o financiamento da ARPAnet, planejando-lhe um sucessor comercial: a Internet. Em 1991 um novo serviço, o World Wide Web (WWW) passa a operar possibilitando a transmissão de imagens, sons e vídeo. Com a popularização da rede, os provedores de acesso se multiplicaram, atingindo o número de 6,6 milhões em todo o mundo, no ano de 1995. Atualmente a Internet é formada pela interligação de mais de 100 mil redes menores através de linhas telefônicas; algumas organizações controlam gerencialmente o crescimento da rede, entre elas a *NIC, Network Information Center* que define os endereços IP. Em 1994 estimava-se que 27,5 milhões de pessoas usavam a rede. Em 1996 este número era muito superior, girando em torno de 50 milhões. O Brasil é um exemplo desse crescimento estrondoso do número de usuários. Em agosto de 95 havia 70 mil usuários brasileiros navegando na Internet. Em maio de 96, este número chegou a 300 mil, estimando-se que, em fevereiro de 1997, cerca de um milhão de brasileiros estariam conectados à rede³⁸³. Estima-se que mais de 16 milhões de correios eletrônicos são emitidos diariamente na rede; as *home-pages* já atingem o número de 50 milhões no mundo todo; no Brasil elas somam mais de 21 mil.

³⁸³ Cf. Folha de São Paulo 29/09/96 p. 1-20

Liberalismo

Nos anos 30 Ludwig Von Mises sistematizou uma certa compreensão de liberalismo que foi posteriormente retomada e reelaborada por diversos outros autores. No final daquela década, mais precisamente em 1938, ocorreu na França um encontro de intelectuais liberais, o Colóquio Walter Lippman, em que se buscou adaptar o modelo liberal às condições do capitalismo na época. Entre outras inovações, afirmavam que o Estado deveria interferir na economia, não como agente produtivo, mas como mantenedor do equilíbrio dos preços através de uma estabilização financeira e monetária que seria obtida graças a políticas anti-inflacionárias e cambiais. Seis anos depois Friedrich August von Hayek escreve *O Caminho da Servidão*, combatendo os limites impostos pelos estados aos mecanismos de mercado. Recentemente, no final dos anos 80 e início dos anos 90, as teses neoliberais voltaram a projetar-se internacionalmente com grande força estando na base dos ajustes macroeconômicos nacionais, subordinando os países aos fluxos dos capitais internacionais.

As análises de Mises acerca da liberdade podem ser consideradas em dois momentos. No primeiro, o autor parte de uma axiomatização em que considera as ações humanas como estando submetidas a leis naturais, praxeológicas e civis - mostrando que a liberdade não tem como transgredir as duas primeiras e que deve ser restringida pela terceira quando os efeitos da conduta do indivíduo prejudicam a sociedade. No segundo momento, ele busca justificar o livre mercado a partir do que já havia deduzido anteriormente.

Para o autor o conceito de liberdade somente tem sentido por se referir a relações interhumanas, isto é, trata-se de uma categoria social, não havendo sentido em falar-se, portanto, de liberdade natural. Enfatizando o sentido *praxeológico* do termo, destaca que este "... refere-se à situação na qual um indivíduo tem a possibilidade de escolher entre modos de ação alternativos."³⁸⁴ Ou dito de outro modo, "um homem é livre na medida em que lhe seja permitido escolher os seus fins e os meios a empregar para atingi-los"³⁸⁵. Para o autor, contudo, a liberdade de qualquer pessoa é sempre restringida tanto pelas leis da natureza quanto pelas leis da praxeologia, não podendo o homem pretender atingir fins incompatíveis entre si. Se buscar fruir prazeres que naturalmente deixam seqüelas no corpo e na mente, o homem não terá como delas fugir. Igualmente, sob o aspecto praxeológico,

"o homem não pode, ao mesmo tempo, pretender ter as vantagens decorrentes da colaboração pacífica em sociedade, sob a égide da divisão do trabalho, e permitir-se uma conduta que inevitavelmente terminará por desintegrar a sociedade. Tem necessariamente de escolher entre o respeito a certas regras que tornam a vida em sociedade possível ou a pobreza e a insegurança, se preferir viver 'perigosamente', num estado de guerra constante entre indivíduos independentes. Esta é uma lei tão exata na determinação do resultado da ação humana como um todo, quanto o são as leis da física."³⁸⁶

Segundo Mises, embora ambas as classes de leis sejam auto-impositivas, os efeitos de seu descumprimento são diferentes. Um homem que ingere veneno, prejudica a si próprio. Já um homem que rouba, prejudica a ordem social em seu todo, pois enquanto beneficia a

³⁸⁴ Ludwig von MISES. *O Mercado*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. e Instituto Liberal, 1987, p.58

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 58

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 59

si próprio no curto prazo, prejudica a toda a sociedade no longo prazo. Assim, “se a sociedade não obstar tal conduta, esta não tardará a se generalizar, pondo um fim à cooperação social e aos benefícios que daí derivam para todos.”³⁸⁷ O desrespeito às leis praxeológicas tende a levar à sociedade a uma situação de guerra de todos contra todos. Desse modo, para que se alcance a paz é necessário o “... estabelecimento de um sistema no qual o poder de recorrer à ação violenta é monopolizado por um aparato social de compulsão e coerção, e a aplicação deste poder em qualquer caso individual é regulada por um conjunto de regras - as leis feitas pelo homem, distintas tanto das leis da natureza como das leis da praxeologia.”³⁸⁸ A este aparato se denomina governo. Desde essa abordagem destaca o autor que

“os conceitos de liberdade e servidão só fazem sentido quando se referem à forma de funcionamento do governo. Seria impróprio e desorientador dizer que um homem não é livre porque, querendo permanecer vivo, não pode escolher livremente entre beber água e beber cianureto de potássio. Seria também inadequado dizer que um homem não é livre porque a lei impõe sanções ao seu desejo de matar um outro homem e porque a política e os tribunais são encarregados de aplicar estas sanções. Na medida em que o governo - o aparato social de compulsão e opressão - limita o emprego da violência e da ameaça de violência à supressão e prevenção de atividades anti-sociais, prevalece aquilo que, razoável e significativamente, pode ser chamado de liberdade. (...) Assim, podemos definir liberdade como o estado de coisas no qual a faculdade de o indivíduo escolher não é mais limitada pela violência do governo do que o seria, de qualquer forma, pela lei praxeológica.(...) É isso que deve ser entendido quando se define liberdade como a condição de um indivíduo no contexto de uma economia de mercado. Ele é livre no sentido em que as leis e o governo não o obrigam a renunciar à sua autonomia e autodeterminação em maior medida do que o obrigaria, inexoravelmente, a lei praxeológica. Priva-se apenas da liberdade animal de viver sem qualquer preocupação com os outros seres da sua própria espécie.”³⁸⁹

Se enfatizarmos que um homem é livre na medida em que pode *escolher* os seus fins e os meios a empregar para atingi-los, teremos que concluir que Mises considera a liberdade como um atributo subjetivo. Em outras palavras a liberdade de um homem não significa poder realizar suas escolhas em seu relacionamento interhumano, mas tão somente escolher. O torturado, sob esse aspecto, é livre na medida em que pode escolher sair da prisão e viajar para um país longínquo em que possa viver com segurança, sem fornecer qualquer informação desejada pelo torturador. Embora possa escolher o fim (por-se a salvo) e o meio (viajar ao exterior), contudo, não o pode realizar.

Por outra parte, se enfatizarmos a possibilidade de escolher entre *modos de ação alternativos* teríamos que considerar que se não existem modos de ação alternativos possíveis para atingir um determinado fim o homem não seria livre em relação a tais propósitos. Não se pode escolher o que não é possível realizar. Nesse caso, viajar para um país distante não seria um modo de ação factível, não havendo a possibilidade de escolhê-lo. Restaria então a possibilidade de esperar que uma força externa intervenha na situação

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 59

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 60

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 60

ou suicidar-se para abreviar o sofrimento. Assim, o problema da conceituação da liberdade implica em considerar o contexto em que ela se exerce e, portanto, restringir a escolha aos modos de ação alternativos que sejam possíveis em uma situação concreta. Mas se o que é ou não possível em uma relação interhumana depende das escolhas dos demais, então estamos na situação de que a liberdade de um somente pode ser exercida dependendo de como o outro exerce sua liberdade possibilitando que algum modo de ação alternativo possa ser ou não efetivado. Como os modos de ação dependem, em geral, de mediações materiais, têm-se que concluir que o modo como alguém dispõe de certas mediações materiais nas relações interhumanas promove ou nega a liberdade dos demais. Eis porque Mises destacará a necessidade das leis civis e da repressão aos que a descumprem, especialmente considerando o direito de propriedade.

Colocamos a definição de liberdade de Mises à prova nesta hipotética situação dramática de tortura para salientarmos a sua fragilidade. Qualquer das duas ênfases destacadas - tanto na escolha quanto nos modos de ação alternativos - se mostra incapaz de salvá-la. Se não se pode negar que a liberdade supõe uma dimensão subjetiva de avaliação e opção, por outra parte sem a possibilidade material de que as mediações escolhidas possam ser efetivadas tendo em vista atingir os propósitos eleitos, haverá pouca diferença entre liberdade e fantasia. Se o exercício da liberdade supõe a imaginação, que permite construir vários cenários sobre uma mesma situação, por outra parte ele necessita de mediações reais sem as quais qualquer projeto imaginariamente viável não passará de um simples devaneio. O problema da definição de Mises é considerar formalmente a liberdade como uma propriedade inerente aos sujeitos em suas relações interhumanas não considerando em que medida os indivíduos podem ser mais ou menos livres no próprio ato de escolher em razão do conjunto das mediações que tornam possível este ato e sobre o que este ato pode resultar em efetividade histórica.

Quanto à sua distinção entre leis *naturais*, *praxeológicas* e *civis* cumpre salientar alguns aspectos, uma vez que o autor raciocina dedutivamente sobre as leis da natureza para depois concluir, por analogia, princípios válidos para as leis praxeológicas que não deveriam ser contraditadas pelas leis civis. Este tema merece ainda especial atenção uma vez que, em seus ensaios econômicos, o autor se vale da praxeologia - uma espécie de lógica da ação humana - na forma de um método dedutivo necessário à elaboração desta ciência.

Mises parte do pressuposto formal e, filosoficamente, frágil de que o conhecimento cientificamente válido é o que resulta de um único modelo não contraditório e que, portanto, não permita ambivalências. Ele não aceita que modelos divergentes e contraditórios possam simultaneamente produzir conhecimentos válidos sobre um mesmo fenômeno. Esta suposição dará margem a considerar que somente um modelo de análise praxeológica é correto e que tudo o que o contradiga seja irracional. Os limites de seu modelo de análise podem ser considerados evidenciando-se a fragilidade de sua afirmação de que “a liberdade de um homem é rigidamente restringida pelas leis da natureza”. Com efeito, a natureza possui propriedades que cientificamente são compreendidas a partir de modelos - em geral divergentes ou concorrentes - que permitem a formulação de *leis*. Entretanto não é a natureza que se submete a essas leis, são estas que buscam possibilitar a interferência humana sobre os eventos naturais. Assim, quanto mais o homem aprimora seus conhecimentos sobre a natureza, formulando hipóteses e leis que permitam interferir sobre ela com margens seguras de probabilidade, mais a liberdade humana se amplia em poder interferir sobre ela ou escapar de suas interferências. Neste sentido, todas as leis

naturais expressam momentos da compreensão humana sobre os eventos naturais e na medida em que essa compreensão se amplia - mesmo que por modelos divergentes - também as leis vão se modificando. Assim, é possível descrever adequadamente distintos fenômenos óticos considerando a luz ora como partícula, ora como onda. O fato de que sob esses modelos contraditórios se formulem leis válidas que compreendem certos aspectos de um mesmo fenômeno natural significa que as leis da natureza, em seu processo de aprimoramento, modificam-se constantemente sob o influxo de modelos divergentes permitindo-se a ampliação constante da liberdade humana sobre tal fenômeno. Mesmo autores liberais como Karl Popper afirmam que se uma teoria pretendidamente científica não apresentar suas condições de falseamento, isto é, condições em que possa ser falseada, ela, como tal, não será científica.

Contudo, se Mises pretende se referir a *propriedades regulares da natureza* quando fala em *leis da natureza*, então a sua posição torna-se mais frágil ainda. Se não existissem tais propriedades recorrentes na natureza, nenhuma escolha poderia levar-nos a qualquer fim esperado, uma vez que, se assim fosse, não se poderia prever o comportamento de mediação alguma. Desse modo, não se pode considerar as leis da natureza como sendo portadoras da capacidade de restringir as liberdades do homem, uma vez que são elas próprias que a instituem. Elas é que permitem - em razão da regularidade natural - a existência de organismos vivos e os exercícios destes em interferir sobre o ambiente externo. Desse modo, conhecer as propriedades recorrentes na natureza possibilita ao homem ampliar o universo das mediações que permitem ampliar a sua liberdade. Por outra parte, o homem pode exercer sua liberdade produzindo novas mediações que permitam operar sobre as limitações naturais que condicionam o que ele pode realizar. Assim, se escolher A implica em sofrer B como consequência, pode ocorrer que - sob um novo estágio de elaboração científica na compreensão de fenômenos naturais - o desenvolvimento de uma nova mediação C permita realizar A sem sofrer B. Também neste sentido, não se pode invocar leis naturais imutáveis como condicionantes que impeçam a realização de fins específicos escolhidos no exercício da liberdade, pois o que pode parecer uma lei natural imutável em um momento histórico, por exemplo, a rejeição de órgãos em transplantes cirúrgicos, pode vir a ser modificado em um momento seguinte, com o desenvolvimento de terapias genéticas que evitem a rejeição do órgão transplantado, no caso deste exemplo. Assim, se há cem anos atrás - considerando-se um outro exemplo - um homem quisesse saltar de um penhasco para sentir o prazer da queda livre (A), teria de arcar com as consequências do perigoso impacto de seu corpo nas águas no mar (B). Hoje, contudo, ele poderá saltar tranquilamente de penhascos, prédios e aviões dispondo de um pára-quedas adequado (C). Desse modo, fins que possam ser contraditórios em um determinado momento ou que possam ter consequências contraditórias naquele período ou circunstância, considerando-se as mediações materiais então disponíveis, não o são por leis imutáveis, podendo deixar de ser fins contraditórios ou deixar de implicar em consequências contraditórias, uma vez que outras propriedades regulares da natureza passam a ser acionadas como mediação tendo por finalidade ampliar a liberdade das pessoas que desejam atingi-los.

O que interessa, entretanto, é a transposição feita por Mises, para o nível praxeológico, do mesmo raciocínio que desenvolveu sobre o nível da natureza. Ao falar em “leis da praxeologia”, Mises pouco esclarece do que se trata. Se são leis formuladas por uma ciência que tem por objeto a práxis (uma *logia da práxis*), então ele incorre no problema de estabelecer um determinado modelo - produzido por alguns homens, uma vez que seria uma ciência - como se fosse universalmente necessário em sua qualidade de restringir a

liberdade humana em qualquer parte. Colocado desse modo, tratar-se-ia de um pensamento dogmático e insustentável porque pretende afirmar uma regularidade concebida em um modelo como sendo necessária a todo homem independente de sua cultura, contexto histórico ou de outros modelos (divergentes ou concorrentes) a partir dos quais também seja possível compreender e orientar a relação interhumana. De outro modo, se por “leis da praxeologia” o autor entende que as ações humanas necessariamente estão submetidas as certas regularidades - como no caso dos fenômenos da natureza - então não poderia haver casos particulares de discrepância de tais leis. Mas não é isso que ele próprio destaca, ao afirmar que determinadas condutas podem levar à decomposição da cooperação pacífica entre os membros de uma sociedade. Assim, o significado de “leis da praxeologia” não pode ser analogamente associado a nenhum dos dois significados possíveis de “lei da natureza” - embora Mises estabeleça a analogia relacionando a capacidade de tais leis em determinar o resultado da ação humana como um todo com a previsibilidade possível de fenômenos naturais a partir das leis da física. Se alguns fenômenos tendencialmente regulares no campo da economia podem ser invocados como leis praxeológicas, isto, contudo, nada garante sobre a validade das deduções que se pretendem justificar a partir do modelo adotado por Mises, uma vez que o aparente movimento regular do sol, da lua e das estrelas em torno da Terra poderia justificar um modelo geocêntrico de gravitação que é, como tal, insustentável. Não sendo pois leis nos dois sentidos que uma analogia com a física poderia permitir, parece mais adequado considerar as *leis praxeológicas* formuladas por Mises como sendo normas práticas de conduta, às quais se pretende empostar uma vigência universal. Ao refletir sobre o dever da ação prática em respeito da liberdade, o autor passa a desenvolver, em *latu sensu*, uma reflexão moral em que se contrapõe condutas voltadas somente ao interesse pessoal de curto prazo a condutas que no longo prazo promovam o bem social. Sendo assim, a partir de quais critérios, então, pode o autor estabelecer princípios morais universais que permitam a alguém inferir a correção dos comportamentos?

Ao invés de enfrentar este problema, Mises leva o leitor a pensar que essas leis, sendo *necessárias* (tais como as “leis da natureza”), não necessitam de um suporte argumentativo que as justifiquem. Contudo, destacará, por outro lado, a necessidade social da instituição de um poder que, estabelecendo leis civis e zelando pelo seu cumprimento, obrigue os cidadãos a viver sem contraditar a leis praxeológicas. A partir daí Mises passa a desenvolver raciocínios trabalhando com oposições, que seriam consequências necessárias de leis praxeológicas, sem necessitar considerar em que condições históricas e sociais tais oposições poderiam vigir. Por exemplo, ao afirmar que o homem “tem necessariamente de escolher entre o respeito a certas regras que tornam a vida em sociedade possível ou a pobreza e a insegurança”, Mises apresenta uma disjunção como necessária em toda parte, descartando que seja possível ocorrer, conjuntivamente, tanto o respeito a certas regras sociais quanto o empobrecimento e o aumento da insegurança em uma dada sociedade, sendo que tal insegurança e empobrecimento pode afetar em maior medida, inclusive, os indivíduos que mais defendam o respeito a essas regras.

Este modo de proceder está presente na tecitura de grande parte dos raciocínios de Mises acerca da liberdade e do próprio liberalismo. O mesmo ocorre, por exemplo, ao afirmar que um homem que rouba, prejudica a ordem social em seu todo e que “se a sociedade não obstar tal conduta, esta não tardará a se generalizar, pondo um fim à cooperação social e aos benefícios que daí derivam para todos”. Diferentemente de Kant que estabelece as condições transcendentais para a vigência de um imperativo categórico que - como lei prática da razão - poderia ser erigido sobre tal matéria ao universalizar a

máxima de que ninguém deve roubar - considerando a dignidade humana como um fim em si mesma e a necessidade de promover-se, também, a justa felicidade alheia - Mises nada mais faz do que pretender legitimar a propriedade privada contrapondo o *roubo* que beneficia o indivíduo em particular e a *cooperação social* que traria benefícios a todos - uma vez que seu modelo de cooperação social é necessariamente o melhor e não pode ser falseado. Assim, do mesmo modo que não aceita considerar que o respeito às regras sociais possa provocar o empobrecimento de significativas parcelas da sociedade, também não caberia dizer que ao cooperar socialmente respeitando tais regras eles sejam beneficiados tornando-se ainda mais pobres; mas poderá concluir que se roubarem estarão prejudicando a sociedade como um todo. Diferentemente de uma *cooperação política* eticamente fundamentada que destacaria a necessidade de subordinar a economia aos contratos de organização social, Mises considera a *cooperação econômica* como sendo a base fundante da sociedade política, do contrato social, sendo a manutenção do livre mercado a condição moral necessária para a cooperação social em seu todo. Assim, o mercado aparecerá não apenas como o espaço da livre cooperação dos indivíduos, mas o livre mercado como única base sobre a qual seja possível erigir uma sociedade política que não contravenha as leis praxeológicas. Mises, desse modo, se desobriga de argumentar sobre a eticidade das relações desiguais no mercado, tratando de considerar que as leis praxeológicas indicam que a desigualdade é um bem social. Como vimos, contudo, tais “leis” são deduzidas de um modelo que Mises toma como sendo o único válido, embora essa sua pretensão não tenha consistência nem científica, nem filosófica.

A fim de estabelecer as leis civis e garantir que os homens não as transgridam - para que ajam de acordo com as leis praxeológicas - estabelece-se então um governo com seu aparato de compulsão e opressão. Este, limitando a coerção e o emprego da violência à prevenção e supressão de atividades anti-sociais, faz prevalecer a liberdade. Esta agora é definida como “o estado de coisas no qual a faculdade de o indivíduo escolher não é mais limitada pela violência do governo do que o seria, de qualquer forma, pela lei praxeológica”. Assim, a liberdade já não é mais uma *faculdade de escolher meios de ação alternativos*, mas se trata de um *estado de coisas* em que o governo limita a faculdade de escolha do indivíduo na mesma extensão que tal escolha seria limitada pela lei praxeológica. Isto entretanto - segundo Mises - não nega a autonomia e autodeterminação do indivíduo, senão na exata medida do que o obriga a lei praxeológica. A liberdade é, assim, um estado de relações interhumanas em que o governo oprime e coage os cidadãos a viverem de acordo com as tais leis praxeológicas que a rigor, como vimos, não são leis. Isso, enfatiza Mises, é a liberdade como “a condição de um indivíduo no contexto de uma economia de mercado”. Eis aí todo o esforço do autor em justificar o livre mercado a partir dos elementos que já havia deduzido anteriormente.

A economia de mercado segue, conforme o Mises, todas as leis praxeológicas devendo, por isso mesmo, ser preservada de qualquer outro tipo de regulação que fira tais princípios. Seus arrazoados permitirão por fim chegar a conclusão que o papel do governo é basicamente garantir a propriedade, a liberdade e a paz³⁹⁰:

“Nenhum governo e nenhuma lei civil podem garantir ou propiciar um clima de liberdade, a não ser pela defesa e sustentação das instituições fundamentais em que se baseia a economia de mercado. Governo significa sempre coerção e compulsão e, por necessidade, é o oposto de liberdade. O governo é um garantidor da liberdade e só é compatível com

³⁹⁰ Ludwig von MISES. *Liberalismo - Segundo a Tradição Clássica*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. e Instituto Liberal, 1987, p. 22

a liberdade se seu campo de ação é adequadamente restringido à preservação do que chamamos de liberdade econômica. Onde não há economia de mercado, as provisões constitucionais e legais, por melhor intencionadas que sejam, permanecem como letra morta.”³⁹¹

Vê-se portanto que para garantir a liberdade dos agentes econômicos, o autor argumenta a legitimidade de que o governo - que é o oposto da liberdade e simultaneamente o seu garantidor - intervenha coercitivamente fazendo cumprir as leis civis que, por sua vez, devem respeitar as leis praxeológicas, o que significa, especialmente, preservar a economia de mercado, isto é, o modelo de produção capitalista sob as diretrizes liberais.

O liberalismo se apresenta assim como um programa tanto negativo quanto positivo que se resume à defesa da propriedade privada dos meios de produção: “...o programa do liberalismo, se pudermos condensá-lo em uma única palavra, se resumiria no termo ‘propriedade’, isto é, a propriedade privada dos meios de produção (pois, no que se refere às mercadorias prontas para o consumo, a propriedade privada é um fato, e isto não é questionado pelos socialistas e comunistas). Todas as outras exigências do liberalismo resultam deste requisito fundamental.”³⁹² Frente às críticas de que o liberalismo seja um programa predominantemente negativo, como resultaria “da própria natureza da liberdade, que somente se pode conceber como liberdade de alguma coisa, pois a exigência de liberdade consiste, essencialmente, na rejeição de algum tipo de reivindicação”³⁹³, Mises destaca que “o programa liberal (uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção) não é menos positivo do que qualquer outro programa político concebível”. E enfatiza: “O que é negativo no programa liberal é a negação, a rejeição e o combate a tudo o que se coloca em oposição a este programa positivo.”³⁹⁴ Além disso assevera que “não se pode ver o liberalismo como um partido de interesses, prerrogativas e privilégios especiais, porque a propriedade privada dos meios de produção não é um privilégio que redunde no exclusivo benefício do capitalista, mas uma instituição que age no interesse de toda a sociedade e, conseqüentemente, beneficia a todos.”³⁹⁵

Embora Mises destaque que “o liberalismo não é uma doutrina completa nem um dogma imutável”, mas pelo contrario “a aplicação dos ensinamentos da ciência à vida social do homem”³⁹⁶, seu modo de legitimar as teses liberais invocando as leis praxeológicas que adviriam de uma análise científica da sociedade - que teriam a mesma precisão que as leis da física em antever as conseqüências de longo prazo das condutas humanas - não deixam margem a modificações nos elementos básicos do modelo. A partir deste modelo pode concluir um conjunto de posições com estatuto de necessidade, embora não passem de teses que demandariam justificações capazes de comprovar que elas ampliam os modos de ação alternativos à disposição das escolhas dos indivíduos, isto é, ampliam a liberdade dos mesmos.

Assim, Mises pode afirmar categoricamente certas posições como se fossem irrefutáveis:

³⁹¹ Ludwig von MISES. *O Mercado*, p. 67

³⁹² Ludwig von MISES. *Liberalismo - Segundo a Tradição Clássica*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. e Instituto Liberal, 1987, p.22

³⁹³ Ludwig von MISES. *Liberalismo - Segundo a Tradição Clássica*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. e Instituto Liberal, 1987, p.135

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 135

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 181

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 5

“Há a opinião... de que o liberalismo se distingue de outros movimentos políticos pelo fato de que coloca os interesses de uma parte da sociedade - as classes abastadas, os capitalistas, os empresários - acima dos interesses de outras classes. Essa afirmação é totalmente errônea. O liberalismo sempre teve em vista o bem de todos, e não o de qualquer grupo em especial.”³⁹⁷

“O liberalismo não é uma política que age no interesse de qualquer grupo em particular, mas uma política que age no interesse de toda a humanidade. É, portanto, incorreto afirmar-se que os empresários têm algum interesse *especial* em sustentar o liberalismo...”³⁹⁸

“...uma ordem social, organizada sob princípios genuinamente liberais, é assim constituída, por deixar aos empresários e capitalistas apenas um único caminho para a riqueza, isto é, melhor prover os seus semelhantes com aquilo de que imaginam eles próprios necessitar.”³⁹⁹

“Que haja carência e miséria no mundo não é... um argumento contra o liberalismo. É exatamente a carência e a miséria que o liberalismo busca abolir e considera que os meios que propõe utilizar são os únicos apropriados para a consecução desse fim”⁴⁰⁰

“... a raiz da oposição ao liberalismo não pode ser compreendida lançando-se mão do método da razão. Tal oposição não se origina da razão, mas de uma atitude mental patológica - isto é, do ressentimento e de uma condição neurastênica que se poderia chamar de ‘complexo de Fourier’(...). Trata-se de uma doença séria do sistema nervoso, uma neurose, que é mais propriamente uma preocupação do psicólogo do que do legislador.”⁴⁰¹

Cada uma dessas afirmações, entre tantas outras, demandariam argumentações justificadoras que não recorressem à falácia das leis praxeológicas, necessárias e imutáveis. Assim, como explicar que nas sociedades em que o neoliberalismo se implanta a riqueza se concentra em segmentos cada vez menores e o número de pobres e excluídos torna-se cada vez maior? Se os empresários não têm interesse especial em sustentar o liberalismo, porque partiu deles a iniciativa de exigir dos governos europeus a constituição de um bloco econômico naquele continente que fosse regido por princípios liberais? Não terão os grandes empresários do mundo interesse especial na liberalização das economias, tornando mais fácil ampliar seus lucros agindo também em outros mercados? A liberalização dos mercados - especialmente os mercados financeiros - e a especulação com ações, taxas de juros e câmbio não possibilitam que capitalistas enriqueçam sem satisfazer “necessidades sociais”? Se o liberalismo procura abolir a miséria e a pobreza no mundo, porque não promove políticas de distribuição do excedente acumulado que já não pode mais ser reinvestido na produção de bens finais, uma vez que os mercados estão saturados no mundo todo? Afinal, quem produz a riqueza acumulada pelo capitalista e porque ele tem o direito de acumulá-la? Com que bases teóricas se pode afirmar que qualquer oposição a um determinado modelo de organização social seja fruto de uma atitude mental patológica?

³⁹⁷ *Ibidem*, p. 9

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 14

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 13

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 11

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 15 e 16

Interessa-nos aqui, entretanto, considerar as reflexões de Mises sobre a valoração positiva que faz das desigualdades de riqueza e renda nas sociedades de mercado, a relação que estabelece entre propriedade privada e ética, bem como, algumas ponderações sobre governo e democracia.

Conforme destaca o autor, “em nenhum ponto fica mais claro e mais fácil demonstrar a diferença entre o raciocínio do velho liberalismo e o do neoliberalismo do que no tratamento do problema da igualdade.”⁴⁰² O velho liberalismo do século XVIII era guiado por idéias de lei natural e dos iluministas que “... exigiam para todos a igualdade nos direitos políticos e civis, porque pressupunham serem iguais todos os homens.(...) No entanto, nada mais infundada do que a afirmação da suposta igualdade de todos os membros da raça humana. Os homens são totalmente desiguais.”⁴⁰³ Contudo, mesmo sendo desiguais, o liberalismo propõe que todos tenham tratamento igual perante a lei por dois motivos básicos: a) porque somente quando o trabalhador é livre e recebe os frutos de seu trabalho na forma de salário ele se empenha ao máximo no serviço, atingindo-se a mais alta produtividade possível no trabalho humano; b) porque é necessária a manutenção da paz social, evitando-se perturbações no desenvolvimento pacífico da divisão do trabalho. Enfatiza Mises que “todo poder humano seria incapaz de tornar os homens realmente iguais. Os homens são e permanecerão sempre desiguais. São considerações sensatas e úteis, tais como as que aqui apresentamos, que constituem o argumento em favor da igualdade de todos os homens perante a lei. O liberalismo nunca almejou algo além disso, nem exigiu mais que isso.”⁴⁰⁴

Frente às críticas de que o arranjo institucional legalizado pelo Estado mantém privilégios para uma certa classe, garantindo a apropriação desigual das riquezas produzidas na sociedade, Mises responde que

“para se determinar se um arranjo institucional deva ser considerado como privilégio especial de um indivíduo ou de uma classe, a pergunta a se fazer não é se o privilégio beneficia este ou aquele indivíduo, ou esta ou aquela classe, mas se é benéfico ao público de um modo geral. Se chegarmos à conclusão de que apenas a propriedade privada dos meios de produção torna possível a prosperidade da sociedade humana, é claro que isso equivale a dizer que a propriedade privada não constitui privilégio de seu proprietário, mas uma situação social para o bem de todos, muito embora possa, ao mesmo tempo, ser especialmente agradável e vantajosa para alguns.”

“Não é em nome dos proprietários que o liberalismo propõe a preservação da instituição da propriedade privada. Não é porque a abolição desta instituição violaria o direito de propriedade que os liberais desejam preservá-la. Se achassem que sua abolição fosse de interesse geral, os liberais lutariam por sua abolição, não importa o quão prejudicial isso pudesse ser aos interesses dos proprietários. Entretanto a preservação desta instituição é do interesse de todos os estratos da sociedade. Mesmo os pobres, que nada possuem de si próprios, vivem incomparavelmente melhor, em nossa sociedade, do que viveriam em uma sociedade que não fosse capaz de produzir nem mesmo uma parte do que se produz hoje.”⁴⁰⁵

⁴⁰² *Ibidem*, p. 30

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 30

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 31

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 32-33

Ao elaborar seu argumento, Mises afirma que a defesa liberal da manutenção de uma sociedade centrada na propriedade privada dos meios produtivos resulta de uma conclusão sobre os benefícios gerais que ela provoca a todos, independentemente de que alguma classe em particular acabe sendo mais beneficiada que as outras, enfatizando que os liberais a aboliriam se isso fosse do interesse geral. Contudo, se a liberdade em uma sociedade - como afirma Mises em uma argumentação que já analisamos - somente pode se manter se o governo preservar uma economia de mercado, então o autor tergiversa sobre o tema, uma vez que se os liberais decidissem suprimir a propriedade privada dos meios de produção extinguir-se-ia a economia de mercado e portanto a liberdade humana acabaria sendo restringida. Sua argumentação recairá novamente sobre o teor das *leis praxeológicas* desde as quais ele deduz a necessidade de os governos garantirem o funcionamento dos mercados como condição de preservar a liberdade humana. Além do mais, como os liberais poderão concluir o que é ou não do interesse geral, senão recorrendo a esse mesmo expediente? Se é correto afirmar que o desenvolvimento econômico necessita do reinvestimento de uma parcela do excedente produzido e que, portanto, tal parcela não pode ser simplesmente consumida em produtos finais pelos que atuam no processo produtivo, por outra parte qual será o *interesse geral* sobre a outra parcela desse excedente que é apropriada privadamente pelo proprietário dos meios produtivos? Se ela fosse igualmente repartida entre todos, especialmente entre os empobrecidos, em programas que os envolvessem em atividades de estudo e trabalho, ainda assim haveria crescimento econômico sustentável, acompanhado de significativa distribuição de renda. Se repartir os lucros desse modo é de *interesse geral*, porque os liberais atuam contrariamente à introdução de programas de renda mínima que possuem, inclusive, esse caráter não-assistencialista? Por fim, ressalte-se que o aumento de produtividade não se deve ao fato de que o lucro líquido seja apropriado privadamente pelos proprietários dos meios produtivos mas em razão de que uma parcela desse lucro seja reinvestido no processo produtivo, incorporando a este um desenvolvimento científico e tecnológico que é produzido por uma cooperação social que extrapola os limites do mercado.

Mises necessitará, então, esclarecer por quais motivos a desigualdade de riquezas e de renda é um bem para o conjunto da sociedade. Com esse objetivo desenvolve duas argumentações. Consideremos a primeira. Conforme o autor é

“simplesmente pelo fato de a desigualdade da riqueza ser possível em nossa ordem social, simplesmente pelo fato de estimular a que todos produzam o máximo que possam, é que a humanidade hoje conta com toda a riqueza anual de que dispõe para o consumo. Fosse tal incentivo destruído, a produtividade seria de tal forma reduzida, que a porção dada a cada indivíduo, por uma distribuição igual, seria bem menor do que aquilo que hoje recebe mesmo o mais pobre.”⁴⁰⁶

Esse argumento de caráter psicológico parte de uma estranha suposição implícita, considerando que os indivíduos em seu conjunto prefeririam viver todos juntos na pobreza a viver todos juntos na riqueza. Em outras palavras, se a parcela do lucro que não for reinvestida no processo produtivo for distribuída igualmente entre os indivíduos, todos eles se tornarão mais ricos. Entretanto, como todos enriqueceriam igualmente, eles não mais querariam enriquecer e, em razão disso, todos eles começariam a empobrecer juntos. Não é o fato de que haja uma distribuição desigual da riqueza o que faz com que a

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 33-34

humanidade tenha toda a riqueza que dispõe para o consumo - embora grande parte dos excluídos não possa dela desfrutar. O que gera cada vez mais riqueza produzida socialmente é o fato de que uma parcela do lucro - que não se confunde com capital de giro - é reinvestida no processo produtivo, ampliando e diversificando a produção de bens de consumo, seja pela instalação de novas unidades produtivas, seja pela incorporação de mais trabalhadores ao processo produtivo nas unidades em funcionamento, seja pelo desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias produtivas às unidades já instaladas. Se os trabalhadores se tornam mais ricos e passam a consumir mais aumenta-se a demanda por produtos, provocando-se um aumento da produção. É estranho considerar como esse movimento progressivo de distribuição social de riqueza que visa suprimir as desigualdades sociais poderia levar a um empobrecimento generalizado de toda a sociedade.

O segundo argumento de Mises, entretanto, é mais curioso. Conforme o autor,

“a desigualdade na distribuição de renda, contudo, tem ainda uma segunda função tão importante quanto a primeira: torna possível o luxo dos ricos.”

“(…) Muitas das coisas que nos parecem constituir necessidades hoje em dia foram, alguma vez, consideradas coisa de luxo.(…) Este é o curso da história econômica. O luxo de hoje é a necessidade de amanhã. Cada avanço, primeiro, surge como um luxo de poucos ricos, para, daí a pouco, tornar-se uma necessidade por todos julgada indispensável. O consumo de luxo dá à indústria o estímulo para descobrir e introduzir novas coisas. É um dos fatores dinâmicos da nossa economia. A ele devemos as progressivas inovações, por meio das quais o padrão de vida de todos os estratos da população se têm elevado gradativamente.”

“A maioria de nós não tem qualquer simpatia pelo rico ocioso, que passa sua vida gozando os prazeres, sem ter trabalho algum. Mas até este cumpre uma função na vida do organismo social. Dá um exemplo de luxo que faz despertar, na multidão, a consciência de novas necessidades, e dá à indústria um incentivo para satisfazê-las.”⁴⁰⁷

Todo avanço científico e tecnológico que permite a produção de bens que ampliam - como mediações materiais - a liberdade humana, é socialmente valioso e economicamente dispendioso. Como a produção de bens em pequena escala tende a resultar em produtos finais com um valor de custo que é maior do que ocorreria se a produção de tais bens fosse realizada em grande escala, um produto cuja invenção seja recente tende a ser inicialmente mais caro, pois sua produção é feita em pequena escala e em seu preço também é embutida a despesa realizada com as pesquisas que o tornaram projetualmente possível. O seu custo de produção, entretanto, tende a diminuir na medida em que seja produzido em escalas maiores e com tecnologias mais aperfeiçoadas, o que pode implicar na redução do seu preço. Sendo assim, não é o luxo dos ricos o que faz progredir a economia, mas a invenção de novas mediações que são socialmente incorporadas ao uso cotidiano das pessoas. São inicialmente caras não apenas porque o capitalista busca recuperar com a venda inicial tudo o que investiu em pesquisa e desenvolvimento para chegar a produzir aquele bem, mas porque não havendo concorrência naquele segmento de mercado, ele pode elevar as suas taxas de lucro em um patamar que não iniba a demanda. Na medida em que o preço inibir uma demanda maior e em que a produção for tecnologicamente aprimorada e realizada em escalas maiores baixando-se o valor das

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 34-35

mercadorias, o preço tenderá a cair e o consumo daquele bem a generalizar-se para os que possam pagar o preço praticado no mercado. Assim, contrariamente ao que argumenta Mises, mesmo havendo uma distribuição social da riqueza, o fato de uma parcela do excedente produzido continuar a ser investido em pesquisa e desenvolvimento permite dar continuidade ao incremento tecnológico e à invenção de novos bens que ampliem ainda mais a liberdade do conjunto da sociedade. Cabe ainda destacar que a partir das *leis praxeológicas* de Mises é possível, como vimos, justificar que a atitude de um rico ocioso que consome bens luxos desfrutando os prazeres da vida é, no longo prazo, benéfica à sociedade como um todo, ao passo que a atitude de distribuir socialmente uma parte do excedente produzido, garantindo-se que os excluídos possam viver com dignidade, resultaria, no longo prazo, em suprimir a liberdade do conjunto da sociedade.

Necessitamos, assim, analisar a relação que o autor estabelece entre ética e propriedade privada, pois - como ele próprio destaca - “ao procurarmos demonstrar a função social e a necessidade da propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente desigualdade da distribuição da renda e da riqueza, estaremos, ao mesmo tempo, fornecendo a prova de justificação moral da propriedade privada e da ordem social capitalista nela baseada.”⁴⁰⁸

A argumentação de Mises neste aspecto é breve e genérica contrapondo o interesse particular e bem social, seguindo o mesmo estilo de suas “leis praxeológicas”. Afirma o autor que

“como membro da sociedade, um homem tem de considerar, em tudo que faz, não apenas sua própria vantagem imediata, mas também a necessidade, em cada ação sua, da afirmação da sociedade como tal, porque a vida do indivíduo em sociedade só é possível por meio da cooperação social, e todo indivíduo seria seriamente prejudicado, se a organização social da vida e da produção entrasse em colapso.(...) Aquele que abre mão de uma vantagem momentânea, para evitar colocar em perigo a existência da sociedade, sacrifica um ganho menor por um ganho maior.”

(...) Tudo o que sirva para preservar a ordem social é moral; tudo o que venha em detrimento dela é imoral. Do mesmo modo, quando concluímos que uma instituição é benéfica à sociedade, ninguém pode objetar que a considera imoral. É possível haver divergência de opinião entre considerar-se socialmente benéfica ou prejudicial uma determinada instituição. Mas uma vez julgada benéfica, ninguém pode mais argumentar que, por alguma razão inexplicável, deva ser considerada imoral.”⁴⁰⁹

Colocado o problema nesses termos, tanto o rico ocioso quanto os empobrecidos - aos quais se refere Mises - não devem buscar apenas suas vantagens imediatas, mas a manutenção da organização social da vida e da produção capitalistas. Promover a distribuição de renda, embora pudesse beneficiar imediatamente os pobres, no longo prazo prejudicaria a sociedade como um todo, alterando-se a organização social da vida que dever ser regulada, segundo o autor, a partir do mercado. E como tudo o que venha em detrimento da ordem social baseada no livre mercado é imoral, esta conduta não é moralmente correta. Embora Mises destaque a possibilidade de haver divergências sobre o caráter benéfico ou prejudicial de uma dada instituição social, afirma que ela não pode ser

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 35

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 36

considerada imoral uma vez que tenha sido considerada socialmente benéfica. E como, a partir de suas *leis praxeológicas*, já concluiu a necessidade do livre mercado e da desigualdade de riquezas e de renda como um bem social que favorece a todos, então não se pode afirmar que tais instituições sejam imorais. Para o autor, embora possa haver divergência se o livre mercado é ou não uma instituição benéfica ao conjunto da sociedade, tão logo venha a ser julgada afirmativamente como tal a partir das leis praxeológicas, ninguém poderá mais argumentar que seja imoral. Mas a partir de quais modelos de racionalidade se poderá decidir o que é ou não imoral ? Se as *leis praxeológicas* não são leis em nenhum dos dois sentidos que a analogia feita por Mises com as leis da física permite depreender, elas nada mais são do que princípios éticos travestidos de leis necessárias. Sendo assim, temos a situação de que certos princípios éticos - dados como necessários - são tomados como critérios para avaliar se uma instituição social é benéfica ou não ao conjunto da sociedade. Tudo o que segue tais princípios é considerado razoável. Tudo que não os siga, terá *razões inexplicáveis*, que não podem ser explicadas a partir deles. Colocar em questão tais critérios seria para Mises como colocar em questão as leis da física, algo que poderia ser associado a uma patologia mental. Como o modelo de racionalidade adotado por ele jamais pode ser posto em questão, uma instituição social considerada benéfica a partir de tal modelo jamais poderá ser considerada, por isso mesmo, imoral. Tal instituição haverá de existir por toda a eternidade como consequência de tais leis praxeológicas.

A partir daí, pode-se afirmar o papel que caberá ao Estado na preservação das instituições sociais que são, desse modo, consideradas morais:

“O liberal compreende perfeitamente que, sem recurso da coerção, a existência da sociedade correria perigo e que, por trás das regras de conduta, cuja observância é necessária para assegurar a cooperação humana pacífica, deve pairar a ameaça da força, se todo o edifício da sociedade não deve ficar à mercê de qualquer de seus membros. Alguém tem de estar em condições de exigir da pessoa que não respeita a vida, a saúde, a liberdade pessoal ou a propriedade privada de outros, que obedeça as regras da vida em sociedade. É esta a função que a doutrina liberal atribui ao Estado: a proteção à propriedade, a liberdade e a paz.”⁴¹⁰

Contudo, historicamente, destaca o autor, que o Estado em nome da maioria acaba oprimindo aqueles que promovem inovações. Em razão disso assevera que “a sociedade não pode passar sem o aparato do Estado, mas [que] todo o progresso da humanidade teve de ser alcançado, contra a resistência e a oposição do Estado e seu poder de coerção.”⁴¹¹ A fim de garantir uma ordem social que mantenha o Estado no papel que lhe cabe, assegurando a manutenção da propriedade privada e da paz, pois na ausência desta “...os benefícios da propriedade privada não podem ser colhidos”⁴¹², Mises defenderá a democracia liberal como a melhor forma de governo: “a democracia é a forma de constituição política que torna possível a adaptação do governo aos desejos dos governados, sem lutas violentas.”⁴¹³

A adaptação do governo aos desejos dos governados deve respeitar, da melhor maneira, as *leis praxeológicas* para que medidas populistas, que atendam demandas imediatas, não

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 39

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 59

⁴¹² *Ibidem*, p. 41

⁴¹³ *Ibidem*, p. 43

venham a trazer prejuízos futuros a toda a sociedade. Pelo contrário o governo pode mesmo adotar medidas impopulares quando estas, no longo prazo, tragam benefícios ao conjunto da sociedade.

Enfim concluirá o autor que o liberalismo “busca, unicamente, dar uma coisa aos homens: o desenvolvimento pacífico e imperturbável do bem-estar material para todos, com a finalidade de, a partir disso, protegê-los das causas externas de dor e sofrimento, na medida em que isso esteja ao alcance das instituições sociais. Diminuir o sofrimento e aumentar a felicidade: eis o seu propósito.”⁴¹⁴ Mais do que isso, chega mesmo a afirmar que “na sua meta mais alta e fundamental, liberalismo e socialismo estão de acordo. Diferem precisamente quanto ao que julgam o mais conveniente meio para atingir essa meta: para o liberalismo é a propriedade privada dos meios de produção, enquanto que para o socialismo é a propriedade pública o meio mais adequado.”⁴¹⁵

Quando se afirma em promover o desenvolvimento pacífico e imperturbável do bem estar material para todos, atendendo-se aos interesses de toda a sociedade, deve-se ressaltar que o modo pelo qual cada pessoa pode participar desse bem estar, conforme o autor, é através do mercado, agindo sob as leis civis que normatizam a compra e venda de mercadorias, inclusive da força de trabalho, uma vez que comprar e vender “... é uma transação movida pelo interesse de ambas as partes”⁴¹⁶ que se satisfazem reciprocamente pela mesma ação. Aqueles que têm um poder de compra reduzido, devem competir em busca de uma melhor inserção no mercado de trabalho e de consumo, afim de melhor participar do bem estar material produzido pelo capitalismo. Desse modo, para Mises, a competição está na base da liberdade de cada um em participar do bem estar material: “a liberdade do homem no regime capitalista é fruto da competição”⁴¹⁷. Mas como um trabalhador poderá participar do bem estar proporcionado pelo mercado se por ventura ele perde o seu emprego ? Argumenta o autor que sob o modelo neoliberal “o trabalhador não depende das boas graças de um empregador. Se o empregador o dispensa, ele encontra outro emprego.”⁴¹⁸ O que efetivamente vem ocorrendo, entretanto, é que milhões de operários estão ficando desempregados no mundo todo, especialmente nos países que adotam o modelo neoliberal, e que uma significativa parcela deles não tem mais esperança de recuperar um emprego com um nível de recebimento que possa manter o padrão de vida que possuía sob a lógica do mercado, mesmo sendo trabalhadores qualificados e com elevado nível de educação. O número de excluídos da riqueza socialmente produzida é cada vez maior ao passo que um volume maior de riqueza se concentra nas mãos de um reduzido número de pessoas e de grupos privados. Isso, para os neoliberais, em geral, e para Ludwig von Mises, em particular, não pode ser considerado imoral ou um malefício para a sociedade em seu conjunto. Por fim, sob o jogo das leis do mercado, buscando produzir com menores custos para vencer a concorrência seguindo as leis praxeológicas de Mises, o capitalismo vem destruindo os ecossistemas, pois adotar procedimentos que os preservem implica no encarecimento do produto final e na perda da concorrência no mercado. Seria tal destruição, sob a lógica das leis do mercado, igualmente um bem social, tanto quanto a concentração de renda, ou torna-se necessário estabelecer outros padrões de desenvolvimento que sejam ecologicamente sustentáveis e que promovam a distribuição

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 190

⁴¹⁵ Ludwig von MISES. *Uma Crítica ao Intervencionismo*. Rio de Janeiro, Editorial Nórdica e Instituto Liberal, 1987, p. 82

⁴¹⁶ Ludwig von MISES. *O Mercado*, p. 67

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 67

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 67

de renda, elevando os índices de desenvolvimento humano em todo o planeta, respeitando-se a diversidade das culturas ?

Máquinas Abstratas, Agenciamentos Semióticos e Produção de Subjetividade.

Conforme Guattari a expressão “máquina abstrata” lingüística remonta a Noam Chomsky⁴¹⁹ para o qual a subjetividade humana opera como uma máquina capaz de converter estruturas profundas da linguagem, que são comuns às diversas línguas, em estruturas superficiais que são peculiares aos diversos troncos e às diversas línguas em particular⁴²⁰.

Guattari conferirá à noção “máquina abstrata” um significado muito mais amplo que também compreende este aspecto específico. Assim, a introdução de *O Inconsciente Maquínico* recebe o sugestivo título “Logos ou Máquinas Abstratas?”. Simplificadamente podemos dizer que ao invés de considerar a existência de um logos que ordena o devir da *physis*, isto é, que estabelece a regularidade de ciclos naturais mantendo a organização do cosmos, ao invés de considerar “a idéia platônica transcendente” como elemento regulador ou “a forma aristotélica adjacente a uma matéria amorfa” em tal condição, Guattari afirma que as *máquinas abstratas* “atravessam diversos níveis de realidade, fazem e desfazem estratificações”⁴²¹. Neste devir não há um tempo único, universal, mas um *plano de consistência*. O aparecimento dessas máquinas abstratas no real, não se dá de um único golpe mas depende de processos quânticos em sua possibilidade. Contrapondo-se à concepção de *logos* de René Thom em *Modelos Matemáticos de Morfogênese*, Guattari afirma que para Thom “os logos das espécies biológicas seriam capazes de operar uma espécie de ‘fluxo do tempo’ tanto no sentido do passado quanto no sentido do futuro. (...) A diferença entre os logos de Thom e as máquinas abstratas, tais como as concebo, atém-se a que os primeiros são unicamente portadores de abstração, enquanto que os segundos veiculam, por acréscimo, pontos de singularidades ‘extraídos’ do cosmos e da história. Mais que de máquinas abstratas talvez fosse preferível falar de ‘extratos maquínicos’, de máquinas desterritorializadas e desterritorializantes.”⁴²² Com esta concepção Guattari contesta a idéia de universais abstratos, possibilitando em contrapartida considerar o devir maquínico que origina espécies que podem sofrer novas estratificações ou desterritorializações.

Máquinas Abstratas, portanto, são engendradas em movimentos de devir provocando as diversidades de tudo o que nos cerca. Limitando-nos aos processos biológicos e antropológicos pode-se dizer que cada espécie tem por base uma distinta máquina abstrata que opera algo diversamente em cada um de seus exemplares. Assim, o que possibilita que uma árvore produza sementes e que estas possam tornar-se árvores não é um logos, uma idéia ou uma forma essencial, mas uma máquina abstrata que articula matérias e funções em um peculiar movimento de devir. O mesmo se dá com os animais, tendo cada qual em sua base uma distinta máquina abstrata. A máquina abstrata humana é capaz de converter estruturas lingüísticas profundas em superficiais. Tal máquina abstrata articula matérias e funções, permitindo que alimentos possam ser transformados em tecidos, sangue, etc, reproduzindo ciclos orgânicos que mantém vivo o organismo. A subjetividade humana não

⁴¹⁹ Félix GUATTARI. *O Inconsciente Maquínico*, Campinas, Papirus, 1988, p.39

⁴²⁰ Oswald DUCROT e Tzvetan TODOROV. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1988, p.62ss

⁴²¹ Félix GUATTARI. *O Inconsciente Maquínico*, Campinas, Papirus, 1988, p.10

⁴²² *Ibidem*, p. 11-12

se resume, contudo, a um conjunto de matérias e funções articuladas pelas máquinas abstratas, mas supõe substâncias e formas engendradas por semioses que agenciam devires maquínicos. Estas semioses agenciam engajamentos imaginários ou efetivos, territorializando condutas.

Ao analisar as diversas semióticas ou regimes de signos em relação às práticas discursivas e não discursivas (semióticas pré-significantes, significantes, contra-significantes e pós-significantes), Gilles Deleuze e Félix Guattari investigaram o processo de agenciamento (isto é, de desencadeamento de intensidades subjetivas a práticas discursivas e não discursivas em que as subjetividades vão sendo produzidas em razão da relação que mantém com objetos dinâmicos pela mediação sýnica) que tanto formaliza a expressão, enquanto enunciação sob algum regime de signos, como também formaliza o conteúdo, enquanto agenciamento de um corpo modelizado semioticamente.

Em *Mil Platôs* a elaboração dos autores avança na formulação abstrata do elemento mais simples que está na base de cada agenciamento onde os sistemas semióticos e os sistemas físicos se integram. A esse elemento que permite compreender a articulação dos sistemas semióticos (formas de expressão) e dos sistemas físicos (formas de conteúdo ou regimes de corpos) desde o qual se produzem as subjetividades, os autores denominaram *máquina abstrata*. Distinguindo a sua posição da posição de Foucault, afirmam que: “1) os agenciamentos não nos parecem, antes de tudo, de poder, mas de desejo, sendo o desejo sempre agenciado, e o poder, uma dimensão estratificada do agenciamento; 2) o diagrama ou a máquina abstrata têm linhas de fuga que são primeiras, e que não são, em um agenciamento, fenômenos de resistência ou de réplica, mas picos de criação e de desterritorialização.”⁴²³

A máquina abstrata não distingue por si mesma o plano de conteúdo do plano de expressão, pois traça um plano de consistência desde o qual se formalizam expressões e conteúdos conforme estratos ou reterritorializações. Dependendo das semioses que a estratificam, uma subjetividade é delimitada desta ou daquela maneira em suas práticas assumindo uma certa identidade, sendo suas intensidades agenciadas e territorializadas para uma certa configuração de realização pessoal. O reconhecimento social de que alguém age, por exemplo, como “adulto” - isto é, que o signo “adulto” lhe possa ser aplicado - implica em que um conjunto de semioses organizem as intensidades subjetivas daquela pessoa, estabelecendo uma territorialidade para suas práticas - isto é, um campo de comportamentos cuja fronteira está demarcado por outros signos como a “infantilidade”, a “imaturidade”, etc. No processo de produção de subjetividades os agenciamentos sob as semióticas hegemônicas vão, em geral, estratificando a subjetividade que passa a operar de acordo com tais semioses. Ser isto ou aquilo sob uma cultura significa que a estratificação ocorra nesta ou naquela territorialização. Assim, ser “macho” em uma cultura machista significa que um conjunto de signos estratifiquem uma subjetividade em uma territorialidade na qual os afetos, vigos e outras intensidades além de serem modelizados sobre o estrato do “masculino” sejam também interpretados com o signo “macho”, o que implica que a vazão dessas intensidades ocorra sob a forma sýnica que gere tais interpretantes. Assim um sistema físico peculiar à sexualidade ou à reação violenta de um organismo é integrado a um sistema semiótico revestindo o primeiro com formas de expressão: “Ele mexeu com minha mulher e eu lhe dei uma surra, porque sou macho e não levo desaforo para casa.” A máquina abstrata - como elemento de um discurso sobre a subjetividade - significa a maior abstração possível sobre a condição do indivíduo, uma

⁴²³ Félix GUATTARI e Gilles DELEUZE. *Mil Platôs* vol. 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995 p. 98-99

vez que o representa em seu processo de constituição ainda não estratificado, sem territorialidades estabelecidas por algum regime de signos.

“Uma máquina abstrata em si não é mais física ou corpórea do que semiótica, ela é *diagramática*... Opera por *matéria*, e não por substância; por *função*, e não por forma... A máquina abstrata é a pura Função-Matéria - o diagrama, independentemente das formas e das substâncias, das expressões e dos conteúdos que irá repartir.”⁴²⁴ Deleuze e Guattari utilizam a expressão *mapa* ou *diagrama* caracterizando “um conjunto de linhas diversas funcionando ao mesmo tempo”⁴²⁵. Há linhas diferentes na arte, na sociedade ou nas pessoas - que representam alguma coisa ou que são abstratas, linhas de segmento ou sem segmento, dimensionais ou direcionais, que formam contornos ou que não os formam. Compreende-se as linhas como elementos constitutivos dos acontecimentos e das coisas - tendo cada coisa sua geografia, cartografia ou diagrama. Em se tratando de uma pessoa, “são as linhas que a compõem, ou que ela compõem, que ela toma emprestado ou que ela cria. Por que privilegiar a linha em relação ao plano ou ao volume? De fato não há nenhum privilégio. Há espaços correlativos às diversas linhas, e vice-versa (aqui também interviriam noções científicas, como os ‘objetos fractais’ de Mandelbrot).”⁴²⁶

Operar por matéria e por função, significa operar do modo mais desterritorializado positivamente não estando sujeito a nenhuma sintaxe universal, uma vez que nela reside a possibilidade da criatividade e de toda linha de fuga possível a qualquer semiose e interpretação. Por isso, o diagrama deve ser distinguido aqui da tríade peirceana dos *índices*, por serem signos territoriais que estabelece uma relação intrínseca do objeto com o *representamem*, dos *ícones*, por serem signos de reterritorialização supondo o reconhecimento de referências e balizas comuns entre o objeto e o *representamem*, e dos *símbolos*, por serem signos de desterritorialização relativa ou negativa que se estabelecem a partir de acordos comunicativos em que o signo somente se vincula ao objeto pela convencionalidade.

Distinguindo sua posição da de Peirce, os autores consideram que a distinção entre índices, ícones e símbolos em Peirce se faz por

“... relações entre significante e significado (contiguidade para o índice, similitude para o ícone, regra convencional para o símbolo); o que o leva a fazer do ‘diagrama’ um caso especial de ícone (ícone de relação). Peirce é verdadeiramente o inventor da semiótica. É por isso que podemos retomar seus termos, mesmo mudando a sua acepção. Por um lado, índices, ícones e símbolos nos parecem se distinguir pelas relações territorialidade-desterritorialização, e não pelas relações significante-significado. Por outro lado, o diagrama nos parece consequentemente ter um papel distinto, irreduzível ao ícone e ao símbolo.”⁴²⁷

A máquina abstrata não funciona, pois, para representar algo, mas para construir novas formas reais. Não está fora da história, mas antes dela, a cada instante que constitui pontos de criação. Em toda criação, em toda fuga à territorialidade já estabelecida, “a máquina abstrata opera os *continuums* de intensidade, as conjunções de desterritorialização, as extrações de expressão e de conteúdo. (...) as máquinas abstratas possuem nomes próprios

⁴²⁴ Félix GUATTARI e Gilles DELEUZE. *op. cit.* p. 99. Gilles DELEUZE. *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992, p. 47

⁴²⁵ Gilles DELEUZE. *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992, p. 47.

⁴²⁶ *Ibidem*, p. 47

⁴²⁷ Félix GUATTARI e Gilles DELEUZE, *Mil Platôs*, p.100, nota 38

(e igualmente datas), que não designam mais certamente pessoas ou sujeitos, mas matérias e funções.(...) Existe diagrama cada vez que uma máquina abstrata singular funciona diretamente em uma matéria.”⁴²⁸ Neste plano diagramático ou de consistência não existem regimes de signos pois não há uma forma de expressão que se distinga de uma forma de conteúdo. Os traços do diagrama são materiais e funcionais arrastando-se uns aos outros, alternando-se e confundindo-se em uma desterritorialização comum. Esses traços são signos-partículas ou partignos. A real distinção entre forma de expressão e forma de conteúdo ocorre com os estratos, surgindo uma dupla articulação formalizadora dos traços de expressão e de conteúdo que fará com as matérias, substâncias (formadas física ou semioticamente) e com as funções, formas (de conteúdo ou de expressão). A expressão constitui assim índices, ícones ou símbolos que entram em regimes de signos ou semióticas. O conteúdo constitui assim corpos, coisas ou objetos, que entram em sistemas físicos, organismos e organizações.”⁴²⁹ O movimento que conjugava matéria e função aparece na forma de territorialidades que passam por desterritorializações parciais e reterritorializações complementares culminando em um estrato de linguagem, instalando uma máquina abstrata no plano da expressão que, submetido à pretensa sintaxe universal da linguagem, promove uma abstração ainda maior do conteúdo tendendo a destitui-lo de uma forma própria. Tem-se assim uma espécie de imperialismo da linguagem ou uma pretensão de se atingir uma semiologia geral, pelo sacrifício da forma própria do conteúdo. É possível desdobrar a partir daqui não apenas críticas à epistemologia moderna quanto a vertentes pós-modernas que se articulam a partir de concepções de jogos de linguagem ou de semiologias gerais. Assim,

“os estratos substancializam as matérias diagramáticas, separam um plano formado de conteúdo e um plano formado de expressão... fazem reinar um dualismo que não cessa de se reproduzir ou de se redividir. Interrompem os *continuums* de intensidade, introduzindo rupturas de um estrato a outro, e no interior de cada estrato. Impedem as conjunções de linha de fuga, esmagam os picos de desterritorialização, seja operando as reterritorializações que irão tornar esses movimentos completamente relativos, seja atribuindo a algumas dessas linhas um valor somente negativo, seja segmentarizando-a, barrando-a, obstruindo-a, precipitando-a em um tipo de buraco negro.”⁴³⁰

Assim a axiomatização não é diagrama, tanto porque não apenas ela não dá conta da invenção e da criação, como, também porque ela pretende se fixar um nível de abstração cristalizada. Não é satisfatório contudo constituir um dualismo entre o plano de consistência - com seus diagramas ou máquinas abstratas - por um lado, e os estratos - com seus programas e agenciamentos concretos - por outro lado. “As máquinas abstratas não existem simplesmente no plano de consistência onde desenvolvem diagramas, elas já estão presentes, envolvidas ou ‘engastadas’, nos estratos em geral, ou mesmo estabelecidas nos estratos particulares onde organizam simultaneamente uma forma de expressão e uma forma de conteúdo. (...) as máquinas abstratas trabalham os estratos, e não cessam de fazer aí fugir algo... [De outra parte,]... elas são efetivamente estratificadas, capturadas pelos estratos.”⁴³¹ Assim todas as identidades sociais - o sábio, o louco, o vagabundo, o ordeiro, a mulher, o homem, o desempregado, o feliz, o violento, o aluno, o professor, o pecador, o sacerdote, etc - são estratos em que se formalizam as subjetividades, a partir dos quais a enunciação agencia interpretantes distintos: seja o discurso do sacerdote ou do pecador

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 100-101

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 101

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 102

⁴³¹ *Ibidem*, p. 103

sobre a graça, do louco ou do sábio sobre a justiça, do vagabundo ou do desempregado sobre o trabalho, etc. Muitos estratos se sedimentam uns sobre os outros constituindo uma mesma identidade, por exemplo, uma mulher que é professora e está desempregada ou um sacerdote que se torna louco e pecador. Aquém de todos os estratos a máquina abstrata indica a possibilidade de linhas de fuga que agenciem novos interpretantes que escapem às sintaxes universais sobre a identidade do masculino e feminino, da felicidade ou da loucura, etc.

Compreendida esta noção de produção semiótica de subjetividade, de sua estratificação sob uma territorialidade a partir de alguma semiose hegemônica que estabelece interpretantes e balizas identificatórias, bem como, compreendida a dimensão da máquina abstrata que permite gerar linhas de fuga passionais às semióticas significantes que reduzem as subjetividades a estratos sobre os quais é possível uma eterna hermenêutica, pode-se concluir com Guattari e Deleuze que

“... um sujeito nunca é condição de linguagem nem causa de enunciado: não existe sujeito, mas somente agenciamentos coletivos de enunciação, sendo a subjetivação apenas um dentre eles, e designando por isso uma formalização da expressão ou um regime de signos, não uma condição interior da linguagem. (...) a subjetivação como regime de signos ou forma de expressão remete a um agenciamento, isto é, a uma organização de poder que já funciona plenamente na economia, e que não vem se superpor a conteúdos ou relações de conteúdos determinados como reais em última instância. O capital é um ponto de subjetivação por excelência.”⁴³²

Isto significa que não há um sujeito transcendental ou metafísico como condição da linguagem em cada pessoa em particular, mas processos de produção de subjetividade em que uma máquina abstrata se torna “sujeito” pela mediação sónica dos agenciamentos em meio uma trama de poderes. Há certos casos clínicos, entretanto, em que se constata que estes agenciamentos não operam satisfatoriamente - como nos casos de autismo, no Mal de Alzheimer ou em casos de deficiência mental - não havendo uma subjetivação, uma produção de subjetividade, que permita maior autonomia e independência do sujeito em meio ao mundo objetivo.

Socialmente considerando, o processo de subjetivação não pode ser compreendido desconectado dos processos de agenciamentos. Sob os quadros do Capitalismo Mundial Integrado, como Guattari o denomina, o capital está posto - na trama dos poderes que agenciam subjetivações - em lugar de destaque, sendo compreendido pelo autor não apenas como um sistema econômico, mas também semiótico.

Modelização

As diversas linguagens podem ser traduzidas umas pelas outras. Um filme, por exemplo, pode ser contado em seus detalhes a alguém que não o assistiu. O principal sistema modelizante é a linguagem natural - a linguagem falada, com todos os recursos expressivos corporais - que pode traduzir as demais linguagens. A modelização, contudo, significa captar significantes e significados originários de um outro código, em um outro contexto, e submetê-los a um novo conjunto de regras que, se por um lado os traduzem,

⁴³² *Ibidem*, p. 85-86

por outro lado os reconstróem a partir dos códigos da linguagem modelizadora, capturando-os sob a espiral da linguagem modelizadora. Assim, ações, idéias e comportamentos pessoais podem ser modelizados sob códigos institucionais, publicitários, econômicos, jurídicos, etc. Desta forma, por exemplo, um assassino pode ser absolvido em um julgamento se o seu ato for modelizado pelo signo de legítima defesa e essa modelização for acatada pelo juri como pertinente. As peças publicitárias, por sua vez, também modelizam sentimentos familiares, paixões e solidariedades para recuperá-los na espiral da venda de determinados produtos.

Molecular e Molar

Os termos molecular e molar estão vinculados - no pensamento de Guattari - a duas dimensões de transformações revolucionárias. A *Revolução Molecular* significa a liberação dos fluxos de desejo fora das territorializações modelizadas sob as semioses hegemônicas - quer sejam as da cultura capitalística de massas, quer sejam dos demais códigos opressivos que modelizam a práxis cotidiana a partir de referências familiares, religiosas, etc. Este processo também denominado *singularização* ou *subjetivação* tem por horizonte o desejo da alteridade⁴³³. A *Revolução Molecular* descarta o mito progressista da história, pois a vazão de desejos fora da lógica de produção e consumo do sistema dominante pode ser neutralizada -- como aconteceu com movimentos de contra-cultura nos anos 60 e 70 -- ou vir a constituir padrões mais reacionários -- como se verificou em países do leste europeu nos anos 90, com guerras étnicas e reintrodução de mecanismos de exploração do trabalho e de exclusão social. Elementos de subjetivação estão presentes em movimentos de mulheres, negros, homossexuais, rádios livres, ecológicos, juventude, moradia, saúde e tantos outros que subvertem códigos opressivos em particular. Contudo, embora os processos de subjetivação ou de singularização sejam ações mobilizadas por desejos que não são agenciados e realizados segundo os códigos, padrões e referências dos sistemas hegemônicos, eles podem, todavia, levarem a práticas que não estabeleçam necessariamente revoluções molares.

Molar, por sua vez, indica a articulação e cruzamento de diversos processos moleculares agenciando uma transformação subversiva do conjunto das semioses opressivas e das práticas por elas modelizadas. Trata-se por exemplo, de sindicatos assumindo lutas feministas e ecológicas; movimentos de homossexuais defendendo a reforma agrária e a luta pela redução da jornada de trabalho; movimentos de bairros apoiando greves operárias, etc - como resultado de movimentos de subjetivação coletiva que ganham expressão conjunta em um projeto político global de transformação estrutural da sociedade em todas as suas esferas. Afirma Guattari que somente a singularização da práxis dos movimentos sindicais, partidários, das organizações de classe e demais "máquinas de guerra" os transformará em movimentos capazes de abalar as estruturas capitalistas. A dinâmica molecular, desburocratizando essas entidades e liberando desejos singulares, extrapolando a territorialidade dos códigos disciplinadores e repressivos, realiza uma singularização da militância, conferindo-lhe uma nova significação, resgatando na práxis política a dimensão das utopias pessoais e coletivas.

Não se deve confundir, entretanto, *molecular* e *molar* respectivamente com micro e macro-social. Molecular diz respeito a processos de subjetivação, singularização, que subvertem códigos dominantes de individuação, podendo realizar-se envolvendo simultaneamente amplos conjuntos de territórios. Molar diz respeito a ações articuladas que se voltam sobre as "estruturas" econômicas, políticas e sociais mais objetivas, ainda que podendo ocorrer em conjuntos de territórios menos amplos. Não se pode, por outro lado, cindir e contrapor subjetividade e objetividade. Toda individuação capitalista ou subjetivação subversiva concorrem para a manutenção ou dissolução do conjunto global de códigos e performances, em maior ou menor intensidade, nos planos culturais, econômicos, políticos e sociais. Por outro lado, uma revolução molar somente ocorre desencadeando processos moleculares. Trata-se para Guattari, de revolucionar as relações

⁴³³ Falando de uma prática democrática da diferença, afirma Guattari : "Não se trata de aceitar o outro em sua diferença e sim de desejar o outro em sua diferença, como escreve Emmanuel Lévinas" Cf. Félix Guattari, "Subjetivação Subversiva" in *Teoria e Debate*, (12):60-64 nov 1990 p. 64

cotidianas e as semioses que as modelizam, bem como as “estruturas” de produção e reprodução social, subvertendo as relações de poder em ambos os níveis que se interpenetram. Deste modo, a revolução do Capitalismo Mundial Integrado, em qualquer parte, exige dinâmicas que possam reverter o processo capitalístico de produção de subjetividade e que instaurem, portanto, revoluções moleculares por toda a parte.

Movimentos Sociais

As definições sobre movimentos sociais variam muito, dependendo da corrente sociológica que se adote. Parece-nos adequado aceitar a tipologia que distingue a *ação individual*, praticada por uma única pessoa em seu exercício de autonomia, da *ação coletiva*, que pode ser desdobrada em *ação social*, quando ocorre uma efetiva interação dos membros de um conjunto humano, ou *ação de agregados*, como na ação de massas, em que os indivíduos encontram-se "isolados juntos", marcados pelo espontaneísmo, volatilidade, inautenticidade, etc, sendo cada turba um momento distinto.

Os *fenômenos de agregados* envolvem um número elevado de indivíduos, mas não formam novas identidades. Desaparecido o elemento agregante, o grupo acaba se dissolvendo sem que ocorra uma alteração qualitativa dos participantes, como nos casos de pânico, ações de multidão, a moda, etc. Já no caso dos *fenômenos coletivos de grupo*, como afirma Gianfranco Pasquino, "comportamentos semelhantes dão origem ao surgimento de novas coletividades, caracterizadas pela consciência de um destino comum e pela persuasão de uma comum esperança"⁴³⁴. Ocorrem aqui processos de interação participativa e formação de novas identidades.

Desse modo, *movimentos sociais* são fenômenos coletivos de grupo em que se tem a consciência de um destino comum e de uma comum esperança, buscando-se provocar mudanças parciais ou totais em certas instituições sociais, ou mesmo criar-se uma nova ordem social. Tendo maior duração e integração, os movimentos sociais dão origem às associações, clubes, organizações e partidos.

Os *movimentos sociais* surgem, portanto, da consciência de grupo e afinidade de indivíduos submetidos às mesmas pressões sociais ou ao enfrentamento de obstáculos e dificuldades idênticas. Contudo, para constituir-se um movimento social não basta conscientização dos problemas e defesa de interesses comuns. É necessário a participação ativa dos envolvidos, a interação constante, que pode gerar posteriormente, sua estruturação, organização, estabelecimento de uma ideologia comum, estratégia de atuação e um programa de ação. Os movimentos sociais comportam, pois, aspectos ideológicos - quanto a compreensão dos problemas e estratégias -, aspectos estruturais - quanto a permanência objetiva de um determinado problema - e psicológicos - quanto à disposição dos sujeitos envolvidos.

Para Alain Touraine, "os movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria a sua organização a partir do seu sistema de ação histórica, através dos conflitos de classe e dos acordos políticos"⁴³⁵. Neste processo em que ocorre a passagem de uma ação de defesa para a contestação de um poder, da afirmação de identidade para a

⁴³⁴ Gianfranco PASQUINO, in Norberto BOBBIO, *Dicionário de Política*, Brasília, UNB, 1986, p. 788

⁴³⁵ Alain Touraine, *apud* G. PASQUINO in N. BOBBIO, *op. cit.*, p.789.

denúncia de relação de dominação, pode-se destacar três princípios constituintes:

identidade, oposição e totalidade. É em meio a um conflito, confrontando-se com outros agentes que o ator define a sua própria identidade. É no conflito que surge o adversário, em oposição ao agente; daí que justamente o conflito seja formador da consciência dos atores que se enfrentam. Tal enfrentamento ocorre no âmbito de uma totalidade, isto é do "... sistema de ação histórica por cujo domínio lutam os adversários, entrincheirados na dupla dialética das classes"⁴³⁶. A dupla dialética a que se refere Touraine é a que se estabelece no campo da cultura e no campo da economia. No campo cultural a classe dirigente que se identifica com a historicidade se confronta com a classe contestadora que se opondo à ordem estabelecida afirma uma nova historicidade em que se efetiva a sua própria libertação. No campo econômico a classe dominante transforma a direção da historicidade em mecanismo de sua reprodução e de sua defesa; ao passo que a classe dominada fica expropriada em função da ordem social. Concebido desta forma, o movimento social não é apenas expressão de um conjunto de contradições; muito mais que isso é ele que faz explodir os conflitos, sendo uma conduta coletiva que se orienta, em última instância, para o objeto dos conflitos de classe, que é o próprio sistema de ação histórica. Assim, não se deve iniciar a análise da sociedade considerando-se o poder institucionalizado ou a composição de classe desde o aspecto econômico, mas a partir da reflexão sobre os movimentos sociais, sobre suas lutas pelo controle social da historicidade, da auto-produção social, uma vez que as classes emergem politicamente a partir da consciência de classe que se estabelece desde os conflitos pelo controle social da historicidade.

Para Manuel Castells, as contradições advindas do processo de urbanização capitalista giram em torno de duas questões básicas. Primeiramente trata-se do processo de organização social do espaço urbano, uma vez que ampliou-se vertiginosamente a concentração de pessoas sem recursos nas grandes cidades, inexistindo aí mecanismos econômicos adequados para a sua reprodução social, bem como, mecanismos sociais para o seu controle. Por outro lado tais movimentos atuam em torno da produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivos, isto é, equipamentos públicos, habitação, transporte, saúde, etc. Tais contradições são uma decorrência do desenvolvimento do capitalismo em sua etapa monopolista, na qual o Estado é o principal responsável pela reprodução da força de trabalho, tornando-se, também, o principal interlocutor dos movimentos reivindicativos que surgem a partir dos problemas urbanos. Daí o fato de os movimentos sociais urbanos, em grande parte, embaterem-se com o Estado.

Conforme Daniel Camacho, cabe distinguir *Movimentos Sociais* e *Movimentos Populares*. Ele caracteriza os primeiros como uma dinâmica gerada pela sociedade civil, possuindo três aspectos particulares: a) defesa de interesses específicos, b) questionamento fragmentário das estruturas de dominação, c) vontade de transformar parcialmente as condições de crescimento social. Em tal caracterização, os movimentos sociais tanto podem reunir setores dominantes -- movimentos empresariais e patronais --, como pode expressar interesses de grupos populares -- trabalhadores, moradores de bairros periféricos, etc. Os movimentos sociais não são, necessariamente, organizados. Por organização entenda-se aqui a sua estruturação em forma de entidade institucionalizada, como um sindicato, por exemplo. A organização, para o autor, tanto pode apoiar como obstaculizar a ação do movimento social, como no caso de um sindicato que tanto pode ser a favor ou contra os interesses do movimento operário.

⁴³⁶*Ibidem*, p. 789

O *Movimento Popular*, por sua vez, é caracterizado por Camacho como uma dinâmica gerada pelo povo, possuindo também três aspectos particulares: a) a defesa de interesses específicos, b) questionamento absoluto das estruturas de dominação, c) proposta de transformar totalmente as condições de crescimento social. O conceito de povo fica restrito aqui aos setores da sociedade civil que sofrem exploração e dominação exercidas pela classe dominante respectivamente na esfera da produção e reprodução econômica e na esfera da ideologia e cultura. Portanto, para compreender a dinâmica do movimento popular é preciso relacioná-la à dinâmica de conflito das classes sociais.

A emergência nos últimos vinte anos de uma variedade cada vez mais diversificada de movimentos sociais e populares torna também mais problemática a adoção de certos critérios limitadores. Seja porque tais critérios são deduzidos de teorias acabadas pré-existentes a tais movimentos, não conseguindo captar sua riqueza histórica em possibilidades transformadoras, seja porque outros critérios se constroem independentemente de uma armação teórico-estratégica ficando tais conceitos frágeis, seja do ponto de vista analítico-social, seja do ponto de vista de estratégia política.

Um primeiro critério que tem sido utilizado nesta análise é a *atribuição de classe*. Desde essa perspectiva pode-se falar tanto em *movimentos classistas*, como por exemplo o movimento operário, camponês, de camadas médias, os movimentos patronais, quanto em *movimentos pluriclassistas*, como movimentos estudantis, femininos, de juventude, ecológicos, pacifistas, religiosos, etc. Em alguns casos certas frações da classe dominante desempenham papel dirigente nesses movimentos.

Um segundo critério recorrente é a *extensão de abrangência*. Nesse caso distingue-se entre *movimentos locais* que empunham reivindicações que atendem um pequeno grupo restrito de uma determinada localidade e *movimentos regionais*, cujas reivindicações atendem a toda uma região do país, como por exemplo, o movimento por medidas contra a seca no nordeste. Tais movimentos regionais são frutos de um desenvolvimento desigual do capitalismo.

Um terceiro critério é o de *proximidade histórica de emergência e projeção*. Neste caso distinguem-se os *antigos movimentos sociais* que são os movimento operário e camponês, que possuem um corte mais classista, dos *novos movimentos sociais* que são feministas, ecológicos, pacifistas, religiosos-populares, várias formas de organizações de base, etc, com um caráter pluri-classista e que emergiram com forças renovadas nestas últimas décadas, após a 2ª Guerra Mundial.

Um quarto critério é o *campo de emergência e embate*. Neste caso tem-se os *movimentos populares urbanos*, como o movimento feminista que luta contra o machismo e pela libertação sexual, direito de aborto, etc, e os *movimentos populares rurais*, como o movimento de mulheres agricultoras que atuam na questão da aposentadoria rural, debatem a saúde da mulher, refletem a bíblia, etc.

Além destas, existem várias outras tipologias construídas a partir de diversos aspectos fundamentais, tais como: a) nível e tipo de organização, b) situação conjuntural, c) base social dominante, d) tipo de relação que mantém com o Estado, e) tipo de relação que mantém com partidos, Igrejas, Centros de Assessoria, f) tipo de estratégia que adota para

suas conquistas, g) tipo de questão que enfrenta, h) a forma como articula o econômico com o político e o ideológico; etc.

Na literatura sobre o tema, seja acadêmica ou política, formulam-se muitos conceitos e categorias de análise destacando aspectos desses movimentos que são distintamente adjetivados como comunitários, específicos, temporários ou conjunturais, ideológicos, culturais, populares urbanos, moleculares, molaes, pelegos, atrasados, combativos, reivindicativos, propositivos, políticos, entre muitos outros.

O que essas classificações e tipologias destacam é que a sociedade está permeada de conflitos e que a partir de cada conflito - que envolve coletividades - organizam-se distintos grupos sociais promovendo variados tipos de ação com vistas à consecução de distintos interesses. Sendo assim, a sociedade civil esta repleta de movimentos e organismos com interesses antagônicos frente às diversas contradições sociais, econômicas, políticas e culturais. Caberia pois distinguir um setor popular em meio à sociedade civil que, ao ser capaz de absorver os interesses das classes exploradas em seu trabalho, expropriadas em seu consumo, oprimidas sob uma moral autoritária, excluídas da satisfação elementar de suas necessidades e dominadas politicamente sob um direito capitalista, confere um novo sentido à noção de democracia, como sendo a promoção das liberdades públicas e privadas de todos os segmentos sociais, apontando para uma nova hegemonia social pós-capitalista que busca superar as relações sociais caracterizadas pela exploração, expropriação, opressão, exclusão e dominação. Poder-se-ia utilizar aqui a expressão *movimento democrático e popular* para caracterizar a ação coletiva de inúmeros *movimentos sociais-populares* (ênfatizando o caráter popular de tais movimentos, sejam suas questões de ordem cultural, política ou econômica) que se articulam de modo *molar* promovendo transformações sociais globais.

Níveis de Semiose

Com os desenvolvimentos recentes da semiótica passou-se a investigar a ação dos signos em vários níveis. O seu mais alto nível é a *antroposseiose*, tratando dos processos sógnicos específicos à espécie humana, isto é, “todos os processos sógnicos com os quais os seres humanos se envolvem diretamente.”⁴³⁷ Avançou-se nesses estudos para a tese de que “a língua é um sistema modelador secundário, e não o sistema primário, muito embora, relativamente ao desenvolvimento da civilização e das tradições culturais distintamente humanas, a língua seja o *medium* capacitador próximo e a rede sustentadora da semiose. A língua se insere, entretanto, na teia semiótica mais vasta da experiência humana, que intrinsecamente tece a semiose lingüística juntamente com as semioses perceptuais compartilhadas pelos humanos com outras espécies biológicas. Essa teia depende delicadamente de redes endossemióticas - internas ao corpo - através das quais o próprio organismo humano é sustentado por uma rede complexa de simbioses sem as quais o indivíduo pereceria. Essa rede é em si mesma semiótica.”⁴³⁸ A interação do homem com seu meio ambiente, com seus semelhantes, com outros animais e vegetais, com o ambiente físico complexifica ainda mais essa teia de fios. Assim, “a metáfora mais adequada não é a língua como um sistema modelador primário, mas aquela do homem como microcosmo”⁴³⁹.

⁴³⁷ John DEELY, *Semiótica Básica*. São Paulo, Editora Ática, 1990 p. 47

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 47

⁴³⁹ *Ibidem*, p.47-48

Outro nível é a *zoosseimiose* que trata tanto “da coincidência dos processos semióticos compartilhados pelos humanos e outras formas animais” como também “compreende uma série de microcosmos e mundos objetivos específicos para cada espécie, cada um dos quais ligado a processos naturais de interação física (secundidade).”⁴⁴⁰

Um terceiro nível foi proposto recentemente, a *fitosseimiose*, ou redes semióticas das plantas, considerando tanto “a interação semiótica entre plantas e várias espécies animais”, quanto “a semiose interna ao mundo vegetal”.⁴⁴¹

Por fim, há quem sugira que os signos operem também em níveis inorgânicos anteriores ao próprio advento biológico da vida na natureza: “a atividade sêmica nos domínios do inorgânico seria... bem menos visível, mas ocorreria virtual e concretamente em todo o mundo físico”.⁴⁴²

O diagrama abaixo (figura 5) apresenta essas ramificações⁴⁴³.

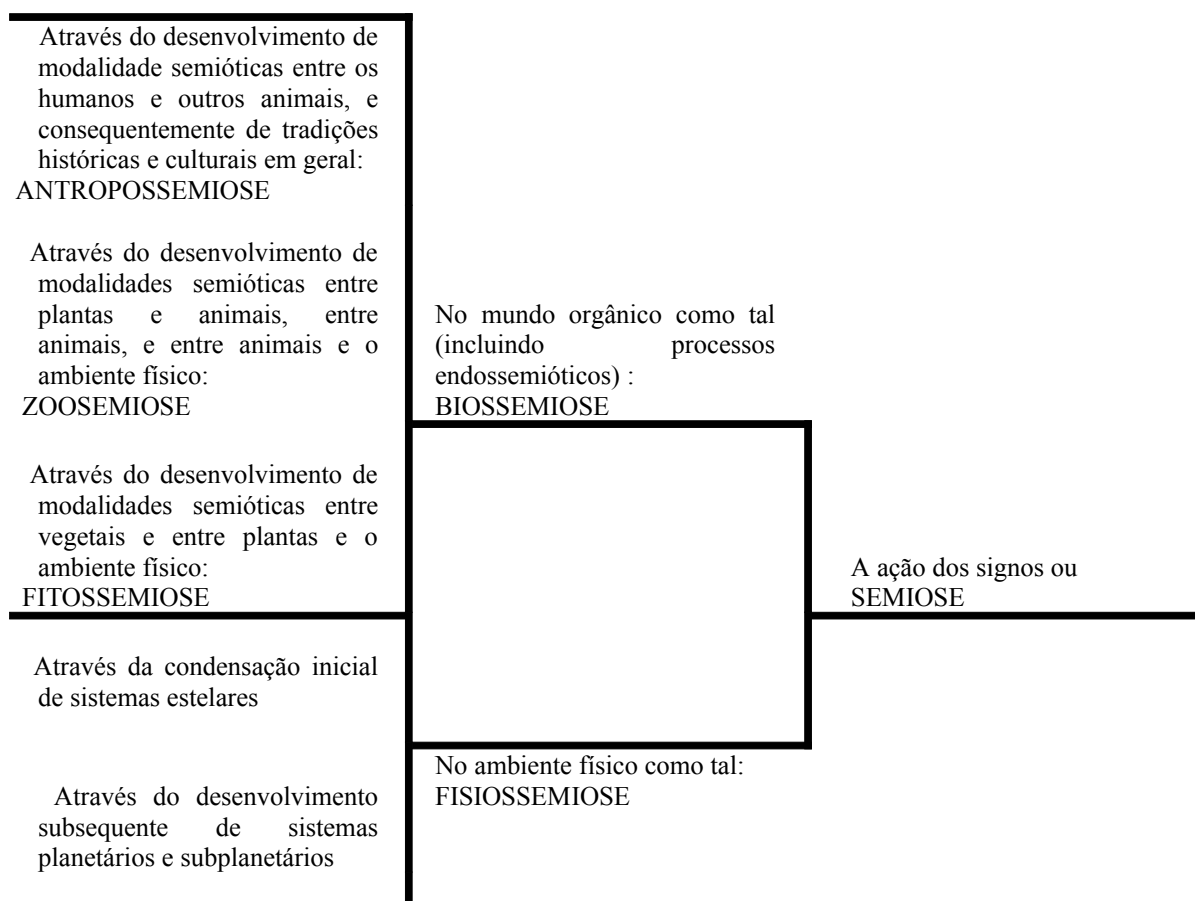


Figura 5 - Níveis de Semiose

A semiótica, portanto, considera a ocorrência de processos sêmicos ao nível zoossemiótico anteriores à constituição da linguagem natural. Essas ações significativas -

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 48

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 49

⁴⁴² *Ibidem*, p. 49

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 51

ou intuitivas, se podemos assim chamá-las - permanecem aptas nos humanos ao desenvolvimento de uma racionalidade pré-simbólica, mas repleta de sentido. Assim, complexificam-se sentidos pré-simbólicos com significados culturais em uma trama de interações semióticas em que os indivíduos se constituem ao mesmo tempo em que intervêm sobre sua circunstância.

Países de Capitalismo Avançado

Usamos neste texto a expressão “países de capitalismo avançado” para caracterizar aqueles países que - em dado momento histórico - sediam processos de produção capitalista que, em sua generalidade, operam com as tecnologias e gerenciamentos mais avançados da época. A categoria “capitalismo avançado” não tem uma conotação de valorização moral do modelo, e significa adequadamente apenas em parte a noção de “*advanced capitalist societies*” com a qual freqüentemente se traduz ao inglês a expressão alemã “*Spätkapitalismus*”, que alguns preferem traduzir ao português como “capitalismo maduro” enquanto outros optam por “capitalismo tardio”. Empregamos essa noção fora dos marcos da teoria do desenvolvimento, considerando que não existe um processo linear de desenvolvimento do capitalismo como se apregoa nas teorias econômicas anteriores à elaboração da teoria da dependência, que - por sua vez - necessita também ser revista atualmente. O modo como consideramos “capitalismo avançado”, possibilita empregar tal categoria para, por exemplo, referir-se ao capitalismo inglês na década de 1830, frente ao capitalismo alemão ou norte-americano no mesmo período. De outra parte empregaremos a categoria *Terceiro Mundo* para indicar o conjunto de países que nela se incluía nos anos setenta e oitenta - sob os marcos da Teoria da Dependência - por manterem ainda determinadas peculiaridades comuns. Convém destacar, entretanto, que vários países do Leste Europeu atravessam, atualmente, problemas estruturalmente similares aos do “Terceiro Mundo”, podendo ser estendidos a eles as análises referidas a este. O atual processo de globalização exige revisões da Teoria da Dependência, tanto em se tratando de certas categorias que lhe eram centrais quanto de sua articulação estratégica como um todo. Entretanto, como afirma Thomas Coutrot, “mesmo reconhecendo o caráter sumário de análises em termos de dependência, pode-se considerar abusivo concluir que o termo Terceiro Mundo não tem mais nenhuma validade científica. Com efeito, os países em questão continuam apresentando uma série de traços comuns absolutamente fundamentais.” Entre eles estão uma elevada proporção da população ativa empregada no campo, o subemprego de boa parte da população ativa urbana, a enormidade das desigualdades sociais e a fraca capacidade de inovação tecnológica do país, dependendo das multinacionais que localizam seus centros de pesquisa nos países de suas matrizes. Thomas COUTROT, “Dependência e Informalidade - Antigas e Recentes Controvérsias”. *Novos Estudos - Cebrap* N. 29 março 1991 pp. 172-181

Perestroika e Glasnost

Perestroika foi o nome dado por Mikhail Gorbachev ao seu programa de reformas política e econômicas que incluía a reintrodução limitada e controlada de empresas privadas, flexibilização do regime de preços, descentralização das decisões econômicas, a reestruturação no governo central da URSS, o fim do monopólio político do Partido Comunista e eleições com vários candidatos. Esse programa que se desenvolveu de 1985 a 1991, escapou ao controle de seus coordenadores com as reformas se ampliando e levando

à dissolução da URSS. A Glasnost, por sua vez, foi um programa de mudanças políticas que avançava para o fim da censura na URSS, garantindo liberdade de expressão. Com a Glasnost se encorajava o povo a participar do debate sobre quais mudanças econômicas e políticas deveriam ocorrer na União Soviética.

Produção Formal e Informal

Os termos *produção formal* e *produção informal* demandam melhor precisão. Grosso modo, entende-se por produção formal aquela que se realiza submetida a leis, acordos jurídicos e convenções que regulam o conjunto dos aspectos da vida do trabalhador, tais como, carreira, salário, saúde, aposentadoria, etc, e dos empresários, por exemplo, pagamento de impostos, remessa de lucros, entre outros. Em contrapartida, por produção informal, grosso modo, entende-se toda aquela que é desregulamentada, como serviços temporários, trabalho free-lancer, trabalho precário que se vale de mão de obra não protegida, etc, como também a que se realiza valendo-se de expedientes ilegais, tais como mão de obra clandestina, contrabando, pirataria, produção e comércio de produtos ilícitos, etc. Considerando atividades extremas destas duas modalidades, é facilmente perceptível a distinção entre ambas. Contudo, há uma extensa faixa intermediária em que ambas se confundem pela existência ou inexistência de determinados aspectos e níveis de regulação ou infração das leis. Assim, em muitos casos não é o tipo de atividade que a torna formal ou informal, por exemplo ser trabalhador rural assalariado, mas o modo como ela é realizada, isto é, estar o trabalhador legalmente registrado ou não na determinada função em que atua. Em outros casos, contudo, certos tipos de atividade não podem ser formalizadas, sob certos estatutos jurídicos, porque se caracterizam como contravenção - por exemplo, a pirataria de software e o contrabando. Em última instância, como o que caracteriza a regulação legal ou contravenção em alguma atividade produtiva são normas jurídicas nacionais ou internacionais, esta distinção entre produção formal ou informal não advém de características propriamente econômicas, mas político-jurídicas.

Sob o ponto de vista apenas da desregulação de atividades da economia formal, analisando a relação entre dependência, subdesenvolvimento e informalidade nos países do Terceiro Mundo, Thomas Coutrot questiona a tese neoliberal de que a informalidade seria para esses países uma alternativa preferível ao padrão fordista de economia formal. Conforme o autor, nos países do Terceiro Mundo, “o crescimento da informalidade tem coincidido com uma degradação profunda da situação sócio-econômica: as revoltas da fome em inúmeros países (Argentina, Venezuela, Marrocos, Egito, Tunísia, etc.), a regressão dramática da África, o crescimento universal das atividades de mera sobrevivência e da violência dos marginalizados, indicam que as conquistas obtidas nas décadas anteriores são fortemente ameaçadas, ou já foram aniquiladas.” Assim, o crescimento da informalidade nesses países pode significar uma regressão histórica de conseqüências desastrosas do ponto de vista social.⁴⁴⁴

⁴⁴⁴ Cf. Thomas COUTROT, “Dependência e Informalidade - Antigas e Recentes Controvérsias”. *Novos Estudos - Cebap* N. 29 março 1991 pp. 172-181

Poluição Ambiental

Poluição ambiental é toda descarga de material ou energia em terra, ar e água que provoque o desequilíbrio ecológico de um ecossistema. Os danos primários da poluição podem ser identificados pelo seu impacto direto no meio ambiente, ao passo que os danos secundários somente em longos períodos, quando se percebem os desequilíbrios da cadeia ecológica que já estavam em curso.

Semiótica e Semiologia

Conforme uma distinção já existente, considera-se a *semiologia* a ciência que estuda os signos, suas classes e peculiaridades particulares, ao passo que a *semiótica* investiga as semioses, isto é, o movimento de geração dos signos, pois um signo, para ser interpretado, provoca a geração de outros signos e assim sucessivamente. De fato, ambas estão intrinsecamente relacionadas, não havendo como realizar-se uma investigação semiótica sem recorrer-se aos elementos da semiologia, a qual, por sua vez, não tem como compreender a articulação dos próprios signos sem o recurso de uma semiótica⁴⁴⁵. Definições à parte, é o caráter político das semioses, o modo político como os signos operam, o que determina o paradigma investigativo aqui assumido.

A semiótica e a semiologia são ciências que estudam os signos. *Signo* vem do grego *semeion*, semente, associada a uma idéia gerativa, de movimento, de algo que faz surgir outro. Conforme a distinção aqui utilizada, a semiologia estuda basicamente a classificação dos signos, ao passo que a semiótica, investiga a semiose, isto é, a ação dos signos tanto ao nível antropológico, quanto biológico ou fisiológico. Segundo a distinção feita pela *Associação Internacional de Semiótica*, como nos esclarece Félix Guattari, considera-se a semiologia “como disciplina translingüística, que examina os sistemas de signos em relação às leis da linguagem (perspectivas de Roland BARTHES)”, ao passo que considera-se a semiótica como “disciplina que se propõe estudar os sistemas de signos segundo um método que não depende da lingüística (perspectivas de Charles Sanders PEIRCE)”⁴⁴⁶. Peirce (1839-1914), por sua vez afirma que “A lógica é, em seu sentido geral,... apenas um outro nome da *Semiótica*, a doutrina quase-necessária ou formal dos signos.”⁴⁴⁷. Por sua parte, afirma John Deely que “o objeto ou assunto da investigação semiótica é não apenas o signo mas a ação dos signos, ou *semiose*.”⁴⁴⁸. Assim, a semiótica estuda, em certo nível, os diversos aspectos das linguagens, em especial as funções sógnicas. Em geral ela trata das regras de articulação dos signos entre si (sintaxe), dos significados que eles possuem referidos aos contextos (semântica) e da utilidade que possuem nas relações sociais (pragmática)⁴⁴⁹. Conforme Edward Lopes, a semiótica estuda “... todas as espécies de sistemas sógnicos que o homem construiu ao longo dos séculos...;

⁴⁴⁵ Veja-se Roland BARTHES. *Elementos de Semiologia*, 10ª. ed., São Paulo, Editora Cultrix, 1997 e John DEELY, *Semiótica Básica*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

⁴⁴⁶ Félix GUATTARI. *O Inconsciente Maquínico - Ensaios de Esquizo-Análise*. Campinas, Papirus, 1988, p. 20

⁴⁴⁷ *apud* Edward LOPES, *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo, Editora Cultrix, 1986 p. 16

⁴⁴⁸ John DEELY. *op. cit.*, p.124

todos esses sistemas sógnicos exprimem aspectos de uma particular *modelização do mundo*, uma *imago mundi* intuída pela sociedade que criou esses sistemas. É na medida em que estuda tais sistemas que a Semiótica ‘constitui a ciência das ideologias’... no seu *plano de conteúdo*, constituindo, ao mesmo tempo, a ciência das retóricas, no seu *plano de expressão*.⁴⁴⁹

Longe de ser uma mera classificação de signos, a semiótica integra uma fenomenologia que rompe os tradicionais recortes entre sensível e inteligível, transcendental e material. Qualidades sensíveis e conceitos intelectuais são interpenetrados dialeticamente. “Ao deslocar a noção de signo para além do signo genuíno, Peirce re-absorve, dentro da semiótica, parâmetros fenomenológicos que dilatam e ampliam a concepção de signo, invadindo territórios que subvertem as tradicionais camisas-de-força logocêntricas e racionalistas. A integração da fenomenologia à semiótica, por outro lado, rompe também com as costumeiras separações dicotômicas entre pensar e sentir, inteligir e agir, espírito e matéria, alma e corpo, etc. Em síntese: as demarcações rígidas entre os dois mundos, o mundo dito mágico da imediaticidade qualitativa *versus* o mundo dito amortecido dos conceitos intelectuais, são dialeticamente interpenetradas, revelando o universo fenomênico e sógnico como um tecido entrecruzado de acasos, ocorrências e necessidades, possibilidades, fatos e leis, qualidades, existências e tendencialidades, sentimentos, ações e pensamentos.// Inteligir logicamente esses entrecruzamentos é, para Peirce, a função da semiótica.”⁴⁵¹. Assim, também a semiótica golpeia postulados da epistemologia moderna, mas ao invés de simplesmente propor - como alternativa - acordos simbólicos provisórios, possibilita ir às raízes da semiose de tais acordos, mostrando a precariedade das posições gnosiológicas sobre as quais eles se estabelecem. Em uma de suas cartas a L. Welby, afirma Peirce: “Agora vejo que minha divisão [dos interpretantes] quase coincide com a sua, como aliás, deveria, se ambas estiverem corretas.”⁴⁵². Assim, a classificação dos signos e interpretantes não dependeria de um acordo comunicativo, mas de uma propriedade das próprias categorias que independeriam de seus formuladores.

Afirmando que o signo representa apenas parcialmente o objeto, a semiótica possibilita aceitar que muitos “mapas” são possíveis como signos de um mesmo objeto ou circunstância, mas permite avaliar também que alguns mapas são mais satisfatórios que outros. O mesmo ocorre com teorias e projetos quando relacionados aos seus objetos peculiares - também eles podem ser considerados “mapas”, neste sentido.

A semiótica de Peirce, contudo, permanece no plano de investigação dos regimes de signos enquanto significantes e foi pretendida como uma semiótica geral. Justamente por isso não é capaz de desvendar sua própria emergência enquanto teoria ou de criticar-se a si própria. Jean Baudrillard, por exemplo, buscando uma posição crítica e autocrítica, tenta uma alternativa à semiótica dos signos a partir do que ele denomina *simbólico*: “... é a própria organização semiológica, a absorção num sistema de signos que tem por fim reduzir a função simbólica. *Esta redução semiológica do simbólico constitui propriamente o processo ideológico*.”⁴⁵³

⁴⁴⁹ “Semiótica” in: José FERRATER MORA, *Diccionario de Filosofia*. Madri Alianza Editorial, 1990, vol. 4, p.2981-2983

⁴⁵⁰ Edward LOPES, *Op. Cit.*, p. 16

⁴⁵¹ Lucia SANTAELLA, *A Teoria Geral dos Signos*, p. 120

⁴⁵² Peirce, *apud* L. SANTAELLA, *A Teoria Geral dos Signos*, p. 93

⁴⁵³ Jean BAUDRILLARD. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Rio de Janeiro, Editora Elfos, 1995 p. 92

Por sua vez, a investigação semiótica de Gilles Deleuze e Félix Guattari possibilita não apenas avaliar os mapas, mas compreender a emergência das semióticas em que são engendrados. Ela avança na transformação de elementos da semiótica de Peirce, a fim de atingir uma posição, a seu modo, diagramática, considerando os movimentos de agenciamentos significativos e suas modelizações sob outras semióticas.

Semiótica Política

Sob uma *semiótica política*, considera-se cada *jogo semiótico* como *jogo de poder*, isto é, como intervenção dos indivíduos em determinadas circunstâncias visando imprimir-lhes tendências que resultem em cenários esperados. Se o resultado da intervenção é satisfatório novas intervenções podem ser realizadas para estabilizá-lo daquele modo. Se o cenário resultante for imprevisto e adverso, novos jogos semióticos são realizados a fim de alterar-lhe as tendências visando produzir um outro cenário mais favorável. No caso específico de análise aqui desenvolvida, consideraremos os jogos semióticos através das mídias de massa - em particular a televisão - esclarecendo os mecanismos de produção de hegemonias.

Signo

A definição de signo é uma das questões mais controversas que acompanha a lingüística, a filosofia da linguagem e a semiótica. A noção mais simples é a de que seja “qualquer objeto ou acontecimento, usado como citação de outro objeto ou acontecimento”⁴⁵⁴. Esta definição expõe a propriedade básica do signo, mas não a sua complexidade intrínseca, compreendida nas definições elaboradas por Charles Sanders Peirce: Signo é “qualquer coisa que leva a algo diverso (seu *interpretante*) a referir-se a um objeto a que ele próprio se refere (seu objeto) de maneira idêntica, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo e assim por diante, *ad infinitum*.”⁴⁵⁵

Outra definição pode ser analisada de modo mais detalhado: “Um signo intenta representar, em parte (pelo menos), um objeto que é, portanto, num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo que o signo represente o objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente, de tal modo que, de certa maneira determina naquela mente, algo que é mediatamente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata ou determinante é o signo e da qual a causa mediada é o objeto pode ser chamada interpretante.”⁴⁵⁶ Conforme Lucia Santaella desta definição podemos depreender o seguinte: “1) que o signo é determinado pelo objeto, isto é, o objeto causa o signo, mas 2) o signo representa o objeto, por isso mesmo é signo; 3) o signo só pode representar o objeto parcialmente e 4) pode até mesmo representá-lo falsamente; 5) representar o objeto significa que o signo está apto a afetar uma mente, isto

⁴⁵⁴ Nicola ABAGNANO, *Dicionário de Filosofia*, Ed. Mestre Jou, 1982, p. 861

⁴⁵⁵ Charles Sanders PEIRCE, “The Icon, Index and Symbol” in *Semiótica e Filosofia*, Ed. Cultrix, 1972, p. 130

⁴⁵⁶ Charles S. PEIRCE. *Collected Papers*, 8 vol. p. 6347, Cambridge, MA. Harvard University Press. *apud* : Lúcia SANTAELLA. *A Percepção - Uma Teoria Semiótica*. São Paulo, Ed. Experimento, 1993, p. 38-39

é, produzir nela algum tipo de efeito; 6) esse efeito produzido é chamado de interpretante do signo; 7) o interpretante é imediatamente determinado pelo signo e mediadamente determinando pelo objeto, isto é, 8) o objeto também causa o interpretante, mas através da mediação do signo”⁴⁵⁷. A partir daí conclui Santaella que “o signo é algo (qualquer coisa) que é determinado por alguma outra coisa que ele representa, essa representação produzindo um efeito, que pode ser de qualquer tipo (sentimento, ação ou representação) numa mente atual ou potencial, sendo esse efeito chamado de interpretante. Para funcionar como signo, basta uma coisa estar no lugar de outra, isto é, representando outra. Basta qualquer coisa, de que tipo for, encontrar uma mente que algum efeito será produzido nessa mente. Esse efeito terá sempre a natureza de um signo ou quase-signo. Ele é chamado de interpretante.”⁴⁵⁸

Territorialização - Desterritorialização

Todos os processos de transformação e organização que mantêm determinadas regularidades - posto que qualquer organização supõe alguma regularidade -, têm, em sua base, uma particular máquina abstrata que articula determinadas matérias a certas funções que reproduzem o processo ou o organismo como um todo, engastando-o a múltiplos fluxos de matérias ou energias. No caso dos organismos vivos têm-se, então, os regimes de corpos em constante devir com certas regularidades biológicas a partir das quais o ser vivo assimila elementos externos, decompondo-os, convertendo-os e reorganizando-os como matérias vivas ordenadas sob funções maquinicas que permitem dar continuidade ao seu fluxo vital. Considerando-se os seres humanos, contudo, há que destacar-se que em razão das antropossemioses, os corpos e suas funções são estratificados sob regimes de signos, sob determinadas semióticas que, efetuando agenciamentos de diversas ordens, produzem subjetividades.

Os corpos e suas funções são significados culturalmente. A partir das diversas semióticas organizam-se a economia do desejo - o modo como o desejo conecta o corpo ao ambiente - e os sistemas de poder, com suas micro e macropolíticas, produzindo-se as subjetividades não somente a partir de tramas de forças difusas por toda a parte, mas a partir dos agenciamentos que disciplinam a liberação dos fluxos de desejo e modo como os corpos satisfazem suas necessidades. Desse modo estabelecem-se territórios permitidos e limites interditados aos fluxos de desejo e movimentos de satisfação de necessidades. A territorialização, assim, supõe mediações semióticas de códigos lingüísticos, éticos, religiosos, jurídicos, etc, ao mesmo tempo em que se realiza como exercício de poder que disciplina o modo como os indivíduos satisfazem suas necessidades e seus desejos.

Assim, as estratificações balizam determinadas territorialidades. Para um corpo estratificado semioticamente por uma comunidade interpretadora sob o signo “criança”, permite-se a liberação de seus fluxos de desejo e modo de satisfazer suas necessidades sob uma certa territorialidade, dispensando-o do cumprimento de certas convenções simbólicas ao mesmo tempo em que vai passando progressivamente por um processo de disciplinarização que estratifica paulatinamente sob outros signos: ser “um bom menino”, ser “educado”, etc. Os interpretantes de “bom menino” e “educado”, por exemplo,

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 39

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 39-40

impõem-se como horizontes da territorialização dentro dos quais os desejos e necessidades sejam disciplinados, estabelecendo-se um conjunto de condutas permissíveis e outras vedadas. A transgressão desses limites implicará aplicar-lhe outros signos, como “um menino mal-educado”, permitindo um outro tipo de intervenção sobre sua conduta.

Desse modo as subjetividades vão sendo estratificadas e territorializações estabelecidas para cada estratificação. Assim, uma subjetividade estratificada como “professor” - em razão da atribuição de um signo à sua pessoa: um diploma que lhe foi conferido - possui uma nova territorialidade ao que lhe é permitido e esperado. Contudo, se o professor extrapola a territorialidade estabelecida pela semiose hegemônica sobre o que significa ser “professor” ele pode sofrer a punição por transgredir os limites. Ao dar vazão a fluxos de desejos singularizantes e criativos, agenciando o engajamento de seus alunos em práticas pedagógicas que extrapolam os limites aceitos pela semiose hegemônica, têm-se uma desterritorialização e uma desestratificação dos papéis, até então, atribuídos ao professor e ao aluno. As desterritorializações possibilitam o estabelecimento de novas territorialidades esperadas nas novas condutas.

Contudo, como as desterritorializações abrem espaço ao diferente elas tendem a ser recuperadas pela semiose hegemônica tendo em vista reproduzir seus ciclos de poder seja atribuindo os signos de “má conduta profissional” ao professor, cassando-lhe (em último caso) o registro que o habilita a ensinar, seja institucionalizando sua nova prática estabelecendo um novo limite, uma nova territorialidade, ao que passa a ser permitido pedagogicamente.

Ocorre, entretanto, que o diferente não é necessariamente melhor e que a desterritorialização rompendo com uma certa estratificação e criando novas territorializações pode justificar, para a comunidade interpretante que as estende, condutas que seriam inaceitáveis em respeito à liberdade pública considerando a semiose hegemônica. Assim, gangues de jovens que se divertem ateando fogo em pessoas, desterritorializam (na interpretação feita pela própria gangue) as balizas do que é considerável como “divertimento saudável”. A emergência criativa desta diferença, contudo, nega a liberdade pública e privada de outra pessoa. De outra parte, os jovens que suspendem as aulas por conta própria e saem às ruas com os rostos pintados, interrompendo temporariamente o trânsito em algumas ruas exigindo a renúncia de um presidente corrupto, desterritorializam as balizas de semioses hegemônicas e afirmam uma diferença que contribui com a democracia.

A desterritorialização total, a perda de qualquer limite ou referência, pode ser caracterizada como patologia mental, suprimindo qualquer autonomia individual e prejudicando a convivência coletiva. Por outra parte, a manutenção absoluta de uma dada territorialização, uma espécie de absolutismo dogmático que se imponha hegemonicamente, também nega a autonomia individual - posto que, assim, a heteronomia sempre prevalecerá - prejudicando a convivência coletiva.

Daí, pois, que toda desterritorialização saudável vem acompanhada de uma nova territorialização que amplia as liberdades públicas e privadas e que toda territorialização saudável está aberta a novas desterritorializações que contribuam também para tal ampliação.

BIBLIOGRAFIAS REFERIDAS NO CORPO DO TRABALHO

1. Livros

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985
- ARAGÃO, Maria Lucia de Carvalho. *Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1992.
- AZEVEDO, José Clóvis de. “Escola cidadã: Construção Coletiva e Participação Popular” in: Luiz Heron da SILVA (org) *Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, p. 308-319
- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*, 10a. ed., São Paulo, Editora Cultrix, 1997
- AUSTIN, John L. *Quando Dizer é Fazer - Palavras e Ação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*. Rio de Janeiro, Ed. Elfos, 1995.
- _____. *Simulacros e Simulação*. Lisboa, Editora Antropos - Relógio d’Água, 1991
- BELLENGER, Lionel. *A Persuasão e suas Técnicas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987
- COELHO NETTO, J. Teixeira. *Semiótica, Informação e Comunicação*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1980
- CORAGGIO, José Luis. “Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção ?” em VÁRIOS. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo, Cortez Editora, 1a. Edição, 1996
- DAMKE, Ilda Righi. *O Processo do Conhecimento na Pedagogia da Libertação*. Petrópolis, Vozes, 1995,
- DEELY, John. *Semiótica Básica*. São Paulo, Ed. Ática, 1990
- DELEUZE, Gilles. “Entrevista sobre Mille Plateaux” in DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992. p 37-48
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “587 A.C. - 70 D.C. - Sobre Alguns Regimes de Signos” in DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 2 Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995, p. 61-107
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é Filosofia?* Rio de Janeiro, Editora 34, 1992
- DREIFUSS, René Armand. *A Época das perplexidades - Mundialização, Globalização e Planarização: Novos Desafios*. 2a. Ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação*. Edições Loyola, São Paulo, s.d.
- EATON, John e SMITHERS, Jeremy. *Tecnologia da Informação*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1984.
- FESTINGER, Leon. *Teoria da Dissonância Cognitiva*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1975
- FONSECA, Marília. “O Banco Mundial e a Educação: Reflexões Sobre o Caso Brasileiro” in Pablo GENTILI (org). *Pedagogia da Exclusão - Crítica ao neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, Vozes, 1995
- FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo, Editora UNESP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979
- FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo, Editora Cortez, 1991
- FREIRE, Paulo. “Alfabetização e Cidadania”. in: Moacir GAEDOTTI e Carlos A. TORRES (org). *Educação Popular- Utopia Latino-Americana*. São Paulo, EDUSP e Cortez Ed., 1994

- _____. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1996
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 10a. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981
- _____. *Pedagogia da Esperança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992
- _____. *Professora Sim, Tia Não - Cartas a Quem Ousa Ensinar* São Paulo, Editora Olho D'Água, 1993
- FREIRE, Roberto e BRITO, Fausto. *Utopia e Paixão*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1986
- GATES, Bill. *A Estrada do Futuro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo, Editora Cortez, 1992
- GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. São Paulo, Editora Papirus, 5a. Ed., 1995
- _____. *Revolução Molecular*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987
- _____. *O Inconsciente Maquínico - Ensaio de Esquizo-Análise*. Campinas, Papirus, 1988
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. *Micropolítica - Cartografias do Desejo*. São Paulo, Vozes, 1a. Edição, 1986.
- GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação como Práxis Política*. São Paulo, Summus Editorial, 1988
- HINKELAMMERT, Franz J. "Ética do discurso e ética de responsabilidade: uma tomada de posição crítica". in SIDEKUM, Antonio. *Ética do discurso e filosofia da libertação - Modelos complementares*. São Leopoldo, Ed. Unisinos.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*, Paz e Terra, 1993
- LEVINAS, Emmanuel. *De otro modo que ser, o mas alla de la esencia*. Editora Sigueme, Salamanca, 1987
- LOPES, Edward. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo, Editora Cultrix, 1986
- MARX, Karl, *O Capital*, Livro Terceiro - O Processo Global da Produção Capitalista, Vol. V. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858*. México D.F. Editora Siglo Veintiuno, 1972.
- MATOSO, Jorge. "Notas sobre a terceira revolução industrial, crise e trabalho no Brasil" in SOARES, Rosa Maria Sales de Melo. *Gestão da qualidade, Tecnologia e Participação*. Companhia Desenvolvimento do Planalto Central, CODEPLAN. Série Cadernos do CODEPLAN.
- MISES, Ludwig von. *Liberalismo - Segundo a Tradição Clássica*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. e Instituto Liberal, 1987
- _____. *O Mercado*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. e Instituto Liberal, 1987
- _____. *Uma Crítica ao Intervencionismo*. Rio de Janeiro, Editorial Nórdica e Instituto Liberal, 1987
- MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX*, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1967
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*, São Paulo, Editora Cultrix, 1972
- SANTAELLA, Lucia. *A Teoria Geral dos Signos - Semiose e Autogeração*. São Paulo, Ed. Ática, 1995
- _____. *A Percepção - Uma Teoria Semiótica*. São Paulo, Ed. Experimento, 1993
- _____. *O que é semiótica*. Editora Brasiliense, 10a. ed. 1992
- _____. *A Assinatura das Coisas*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1992
- THIELEN, Helmut. *Além da Modernidade ? Para a Globalização de uma Esperança Conscientizada*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998
- SILVA, Tomaz Tadeu da. "A Escola Cidadã no Contexto da Globalização: Uma Introdução". in: Luiz Heron da SILVA (org) *Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, p. 7-10
- VESENTINI, J. Willian. *Sociedade e Espaço*. Editora Ática, 1992.

2. Artigos de Revista Especializadas e Trabalhos apresentados em Congressos

- “Tecnofobia”. *Revista Conecta*, N.1, pp.90-93
- “O islã na net”. *Net - A Revista da Internet*, 2(2):22-25 Mar 1995
- BERNSTEIN, Marcelo. “O Escritório Virtual” in: *Byte* 4(4):66-69 abril 1995. São Paulo
- CARCANHOLO, Reinaldo e NAKATANI, Paulo. “O Capital Especulativo Parasitário: Uma Precisão Teórica sobre o Capital Financeiro, Característico da Globalização”. in VÁRIOS. *III Encontro Nacional de Economia Política*. Vol. I. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998, p. 304-316
- CORDOVA, Armando. “Formação Económico-Social de América Latina a fines del período colonial - I”. *Cuadernos Latinoamericanos*, N. 4 , p. 65. Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos. Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela, 1989.
- COUTROT, Thomas. “Dependência e Informalidade - Antigas e Recentes Controvérsias”. *Novos Estudos - Cebrap* N. 29 março 1991 pp. 172-181
- DUSSEL, Enrique. “Del Esceptico Ao Cinico (Del oponente de la 'Etica del Discurso' al de la 'Filosofia de la Liberacion')”. *Libertação-Liberación* 3(1):36-47 Jan Dez 1993, Campo Grande, CEFIL.
- FLOHR, Udo. “Dinheiro Eletrônico”. in : *Byte* 5(6):24-35 jun 1996 São Paulo.
- GUATTARI, Félix. "Subjetivação Subversiva" in *Teoria e Debate*, (12):60-64 nov 1990. São Paulo, 1990
- MANCE, Euclides André. “Eixos de Luta e Central de Movimentos Populares”. Petrópolis, *Revista de Cultura Vozes* 85(6):645-671 Nov Dez 1991
- _____. “Práxis de Libertação e Subjetividade.” *Revista Filosofia* 6(7):81-109. Curitiba, PUC-PR.
- _____. “Realidade Virtual - A Conversibilidade dos Signos em Capital e Poder Político”, *Revista Lumen* 2(4):75-135 jun 1996. São Paulo, Faculdades Associadas Ipiranga.
- _____. “Quatro teses sobre o neoliberalismo.” *Revista Filosofazer*, Passo Fundo, IFIBE, ano VI n. 11, p. 83 a 103, 1997.
- MARSH, James Marsh. “Communication and Liberation” in: *Libertação-Liberación* 3(1):119-134 jan dez 1993. CEFIL, Campo Grande, MS.
- MATHEWS, Jane. “Como comunicar com as crianças”. *Maketeer - Revista de marketing, Comunicação e Vendas*. Ano 2, No.12, junho de 1997, p.10-18
- ROIG, Arturo Andrés. “Acerca del Comienzo da la Filosofia Americana”. *Revista de la Universidad de México*. Vol. XXV, n. 8, abril 1971
- ROLNIK, Raquel. “Morar, atuar e viver.” in: *Teoria e Debate*, N.9 p.18-23 jan-mar 90. São Paulo.

3. Documentos Oficiais

- ONU. *Human Development Report 1991* - “Overview”
<http://www.undp.org/undp/hdro/e91over.htm>
- ONU. *Human Development Report 1998 - Changing today's consumption patterns — for tomorrow's human development* - “Overview”
<http://www.undp.org/undp/hdro/e98over.htm>

4. Publicações de ONGs

- “Concentração e Internacionalização do Capital e regionalização do Mundo - Cadeia Produtiva e Processo de Concentração”. in: *Quinzena* Nº 141, 30 jun 92, p.18. C.P.V., São Paulo.
- “O espelho do Abandono”, *Terceiro Mundo*, Nº 139 mai 91, *Quinzena* Nº 118, p.22-24 16 jun 91
- “O Rei da Especulação Financeira ataca a Ideologia Liberal”. *Cepat - Informa*, 3(26):9 25 fev 1997. Centro de Pesquisas e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba, PR.
- “Regimes globalitários substituem regimes totalitários”. *Cepat Informa* 3(26):8 25 fev 97 Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba. PR.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington - A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-americanos*, Caderno da Dívida Externa N. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.
- BRITO, Manoel Francisco. “ONU alerta para o perigo da concentração de riqueza” in: *Jornal do Brasil* 23 mai 91. *Quinzena*, Nº 118, p. 24-25 16 jun 91, C.P.V., São Paulo.
- DIEESE. *Informativo PED V.3 N.11*, Nov 96, Curitiba, PR.
- NEUTZLING, Inácio. *A Transformação Político-Econômica do Capitalismo no Final do Século XX*. CEPAT, Curitiba, 1995 p. 17
- Cepat Informa* N. 12 dez 1995 Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba. PR
- Cepat Informa* N. 26 fev 97 Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba. PR.
- Quinzena* Nº 141, 30 jun 92. C.P.V., São Paulo.

5. Artigos de Revistas Jornalísticas

- “A chance de chegar lá” in : *Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 86.
- “A língua franca varre tudo”. *Revista Veja* Especial - Computador, o Micro chega às casas. Abril, 1995. p. 123
- “Ansiedade na Era Digital” in *Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 31
- “O Tempo da Mutação” in: *Revista Veja*, Edição Especial - Computador. Dezembro de 1995, p. 107
- ALCÂNTARA, Eurípedes, “Emoção pra Valer”. *Revista Veja*, 1º de Setembro de 1993, p. 67
- BERNARDES, Ernesto. “Piratas da Selva - Empresas se aproveitam de vácuo legal para patentear plantas e material genético”. *Revista Veja*, 15 jan 97, p.46
- HIRSH, Michael. “The Evils of Markets”. *Newsweek*, 10 de Fevereiro de 1997, p. 53
- SALVADOR, Arlete e CAPRIGLIONE, Laura. “Quando a Emoção é Inteligência”. *Revista Veja*. 15/01/97 p. 73
- SHIMIZU, Heitor e SETTI, Ricardo B. “Tem Boi na Linha”. *Super Interessante*, 9(10):26-33 out 1995
- VÁRIOS. A TV no Brasil - Uma História de Sucesso. in *Revista da TVA* 6(61)4-17 set 96

6. Publicações de Referência Rápida

- “The 1995 Grolier Multimedia Encyclopedia - Version 7.02”. Grolier Eletronic Publishing, Inc. 1995
- ABAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*, Ed. Mestre Jou, 1982
- BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1986.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988, p. 285
- CAMARGO, Lucila (org). *Almanaque Abril 93*. São Paulo, Editora Abril, 1993
- _____. *Almanaque Abril 97*. São Paulo, Editora Abril, 1997
- DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores 1996-97*
- FERRATER MORA, José. *Diccionario de Filosofia*. Madri Alianza Editorial, 1990
- FERRER ABELLO, Antonio M. *Dicionário de Termos da Informática - Biblioteca Básica de Informática, vol 4*. Rio de Janeiro, Editora Século Futuro, 1986
- PORTELA, Fernando e VESENTINI, José W. “Espaços Ociosos e Especulação Imobiliária” in: *Êxodo Rural e Urbanização*. São Paulo, Editora Ática, 1991, p. 22

7. Artigos de Jornal

- “A Nova Ordem Mundial”, *Gazeta Mercantil*, 09 out 91
- “Ajuda aos bancos causa 52% da dívida do Real”, *Folha de São Paulo*, 25-08-96 p. A-1, São Paulo.
- “As ilusões inseridas”, *Folha de São Paulo* 09-02-97, p. 5-8
- “Bons Rendimentos em Fundo da Internet”. *Gazeta Mercantil*, 03/10/96 p. B-3
- “Clinton quer o país conectado à Internet”. *Gazeta Mercantil*, 11a13/10/96, p. A-14
- “Dinheiro Virtual” in: *Folha de São Paulo*. Editorial. 16 de nov de 1995, p. 1-2
- “Europeus continentais resistem à globalização”. *Gazeta Mercantil*, 24-02-97 p. A-16.
- “Globalização acentua contraste”. *Folha de São Paulo*, 16-06-96 , p. 1-8, São Paulo.
- “Intransigência impõe fracasso à negociação do Gatt”. *Folha de São Paulo*, 08-12-90, p. B-6.
- “Lei Helms-Burton leva União Européia a recorrer à OMC”. *Gazeta Mercantil* 2/10/96 p. A-10
- “Masturbação Econômica”. *Folha de São Paulo*, 14-05-95, p. 1-2
- “Megaempresas e disputa entre blocos marcam a era da economia global - Tendência mundial é de formação de grandes mercados transnacionais e fusão de conglomerados”. *Folha de São Paulo*, 25-12-91, p. 2-1
- “O sistema globalitário”. *Folha de São Paulo*, 09-02-97, pp. 5-9
- “Teletrabalho ocupa lugar do escritório”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-9, São Paulo.
- A.G. “Conhecimento pesa na contabilidade - Capital intelectual passa a fazer parte do balanço anual das grandes corporações”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 6/10/96 p. 46
- ALCOFORADO, Fernando. “Globalização e Caminhos Alternativos para o Brasil”. *Folha de São Paulo*, 21/08/96 p. 2-2.
- ANTUNES, Ricardo. “Contra a lógica da produção destrutiva”, *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-13, São Paulo.
- BARROS E SILVA, Fernando de. “Publicitários brincam de democracia na TV”. *Folha de São Paulo*, 2-03-97 , Tvfolha, p.2
- _____. “A mancha do capitalismo”. *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-12

- BORTOT, Ivanir José. "BC e Tesouro devem ao mercado R\$ 127,3 bilhões". *Gazeta Mercantil*, 07-10-96, p. B-1.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. "Crise atual no país não é inexorável". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-15
- DÉCIA, Patrícia. "Nova York debate toque de recolher - Medida atinge 70% das cidades". *Folha de São Paulo*, 4/08/96 p. 1-24
- DELATTRE, Lucas. "Analfabetos virtuais são 25% no 1o Mundo". *Folha de São Paulo*, 21-12-97, p. 1-23
- ESCOBAR, Pepe. "Os donos do mundo". *Gazeta Mercantil*, 21 a 23-02-97, Leitura de Fim de Semana, p.1
- BLECHER, Nelson. "Aos 4, memoriza marca; aos 14, só consome grifes - Estudo expõe poder de sedução da publicidade sobre crianças e teens", *Folha de São Paulo*, 29-11-93, p. 2-5
- GIELOW, Igor. "Internet ameaça as agências de bancos". *Folha de São Paulo* 19/08/96 p. 2-1
- GONÇALVES, Marcos Augusto e BARELLI, Suzana. "Fim do trabalho encerra o século". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-8. São Paulo.
- KEHOE, Louise. "Netscape e Oracle rompem parceria e entram em conflito". *Gazeta Mercantil* 4/10/96 p. C-5
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. "Rifkin anuncia 'fim do emprego'". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-11
- LOPES, Fábio. "Técnicas de teatro e trabalho de equipe" in: *Gazeta Mercantil*, 30/09/96, p. D-1. Curitiba.
- MAHLMEISTER, Ana Luiza. "Satélite facilita comunicação entre empresas". *Gazeta Mercantil*, 18-02-97 p. C-1
- _____. "Sistema facilita comércio eletrônico". in: *Gazeta Mercantil*, 4/10/96 p. C-5
- MATOSO, Jorge. "Mobilização social pode evitar desastre". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-13, São Paulo.
- PIMENTA, Aluísio. "Globalização, mundialização e planetarização". *Gazeta Mercantil* 14/10/96 p. A-3
- PRADO, Antonio. "A exclusão coloca em risco a democracia". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-13
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. "Rifkin anuncia 'fim do emprego'". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-11
- ROSSI, Clóvis. "UE e Mercosul se unem até 2005". *Folha de São Paulo*, 10-12-95 p. 2-3
- _____. "Um mundo sem ninguém no comando". *Folha de São Paulo*, 09-02-97, p. 2-12, São Paulo.
- _____. "Um câncer diabólico". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p. 5-11
- SEIDL, Antonio Carlos. "Era Thatcher leva Grã-Bretanha à Recessão". *Folha de São Paulo*, 23-12-90 p.B-14
- SACHS, Ignacy. "Crescimento tem que ser reorientado". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-13
- SANTOS, Antonio Oliveira. "Contrabando em Alta". *Folha de São Paulo*, 09-02-97, p. 2-2
- SCHWARTZ, Gilson. "Hiperliberalismo é lançado nos EUA". *Folha de São Paulo*, 29-09-96
- _____. "Megafusões animam setor de mídia". *Folha de São Paulo*, 22-09-96 p. 2-2. São Paulo.
- _____. "Miragem financeira preocupa o Fed". *Folha de São Paulo*, 02-03-97 p. 2-2
- _____. "O trabalho em extinção". *Folha de São Paulo*, 03/03/96 p.5-12

- SINGER, Paul. “A precarização é causa do desemprego”. *Folha de São Paulo*, 10-12-95 p. 2-2
- FRIEDMAN, Thomas. “Uma nova conferência de cúpula”, *O Estado de São Paulo*, 13-06-95, p. B-2.
- WOODALL, Pam. “‘Cybernomics’, o nome do jogo”. *Gazeta Mercantil* 30/09/96 p. A-19.
- _____. “A última das grandes ondas tecnológicas”. *Gazeta Mercantil*, 01/10/96 p. A-12
- _____. “As vantagens do computador”. *Gazeta Mercantil*, 08/10/96 p. A-16
- _____. “Conhecimento é o Segredo”. *Gazeta Mercantil*, 11 a 13/10/96 p. A-15
- _____. “O computador deve até ajudar o emprego”. *Gazeta Mercantil*, 4,5 e 6/10/96 p. A-20
- _____. “O computador eleva o salário”. *Gazeta Mercantil*, 07/10/96 p. A-16
- _____. “Parem o mundo que eu quero descer”. *Gazeta Mercantil*, 14/10/96 p. A-1 e A-20
- _____. “Tecnologia desafia as previsões econômicas”. *Gazeta Mercantil*, 3/10/96 p. A-12.

BIBLIOGRAFIAS ARTICULADAS DIALETICAMENTE NO CORPO DO TRABALHO

Livros, Artigos e Conferências

- DUSSEL, Enrique. *La Producción Teórica de Marx - Un comentario a los Grundrisse*. Cidade do México, Siglo Veintiuno Editores, 1985 [Especialmente pela reflexão sobre método, categorias e conceitos]
- DUSSEL, Enrique. *Apel, Ricoeur, Rorty y la Filosofía de la Liberación*. Cidade do México, Pré-edición, 1992
- HAWKING, Stephen W. *Uma Breve História do Tempo*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 27 ed., 1995. [Especialmente quanto a noções de real e virtual, diluídas no conjunto da obra.]
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro, Labor do Brasil S.A., 1976 [Especialmente pela noção de formalização da política]
- MANCÉ, Euclides André. *Movimentos Sociais Urbanos e Movimentos Populares - Algumas Questões Conceituais*. CEFURIA, Curitiba, 1993
- RORTY, Richard. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988. [Especialmente pela noção gnosiológica de mapa]
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1987. [Especialmente pela análise dos conflitos sociais segundo elaborações de Alain Touraine e Manuel Castells]
- SIDEKUM, Antonio. (org) *Ética do Discurso e Filosofia da Libertação*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 1994 . Conferências do IV Seminário Internacional do Diálogo Norte-sul - Ética do Discurso e Filosofia da Libertação. [Especialmente pela crítica aos modelos transcendentais feita por Franz Hinkelammert]
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo, Editora Abril, 1975. Coleção “Os Pensadores” vol. 46 [Especialmente pela noção de jogos de linguagem]

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 2a. Ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1987. [Especialmente pelo caráter do dissenso frente à ciência normal vinculado à revolução científica].